

O IESE é uma instituição comprometida com investigação social e económica pluralista, interdisciplinar e heterodoxa, com enfoque no rigor e qualidade académica e na relevância e compromisso social do seu trabalho, aberta à colaboração e cooperação e dedicada a contribuir para o desenvolvimento de redes de investigadores e organizações de investigação associadas sobre Moçambique e o seu enquadramento na África Austral e no mundo.

www.iese.ac.mz

Emprego é uma palavra chave nas políticas públicas em Moçambique, frequentemente usada para justificar políticas e estratégias, e defender projectos de investimento e quaisquer que sejam as decisões. O Plano Quinquenal do Governo, PQG 2015-19, enfatiza a prioridade de criar emprego como caminho para a redução da pobreza. Paradoxalmente, ou não, os mecanismos de criação de emprego decente, mais produtivo e que promova o desenvolvimento da sociedade e das pessoas, permanecem não discutidos. A evidência dos estudos de caso e da análise conceptual sugere a subordinação das estratégias de luta e negociação dos salários e das condições de trabalho às dinâmicas e ao circuito do capital e às estruturas materiais de produção, aumentando o poder do capital sobre o trabalho e limitando as opções de transformação económica, e deixando o nível de vida dos trabalhadores dependente de factores, como a produtividade sectorial, sobre os quais têm pouca influência e que são definidos como reflexo das lutas e tensões entre capitais. É neste contexto que este livro foi produzido, tentando reunir, num único volume, artigos conceptuais e relatórios de investigação, produzidos por investigadores permanentes e associados do IESE, ao longo dos últimos anos, sobre a problemática do emprego e transformação económica e social em Moçambique.

O livro é composto por duas partes e contém catorze artigos. A primeira parte do livro, Questões Conceptuais, inclui três artigos que ajudam a estruturar alguns dos principais debates sobre emprego e transformação económica em Moçambique, nomeadamente a problematização das questões do emprego e padrões macroeconómicos, da produtividade do trabalho, da relevância dos mercados de trabalho rurais na análise e formulação de política, e na análise detalhada da natureza, diversidade e diferenciação dos mercados de trabalho rurais. A segunda parte do livro, Padrões, Dinâmicas e Lutas Sociais nos Mercados de Trabalho, inclui onze artigos, que analisam mercados de trabalho rurais e domésticos urbanos, quer através de pesquisa por inquérito, quer por via de estudos de caso, ilustrando a variedade, ligações e complexidade dos mercados de trabalho e das questões do emprego e condições de trabalho, assim como revelando dinâmicas de luta e de diferenciação social que emergem, e identificando questões relevantes para política pública.



www.iese.ac.mz



IESE

Emprego e transformação económica e social em Moçambique

Emprego e transformação económica e social em Moçambique

Rosimina Ali, Carlos Nuno Castel-Branco e Carlos Muianga (organizadores)



IESE

AUTORES

Bridget O'Laughlin
Carlos Nuno Castel-Branco
Carlos Muianga
Carlos Oya
Chris Cramer
Gilad Isaacs
Helena Perez-Niño
João Feijó
John Sender
Marc Wuyts
Rosimina Ali
Ruth Kélia Castel-Branco
Sara Stevano
Yasfir Ibraimo

Emprego e transformação económica e social em Moçambique

Rosimina Ali, Carlos Nuno Castel-Branco e Carlos Muianga
(organizadores)



www.iese.ac.mz

Título

Emprego e transformação económica e social em Moçambique

Organização

Rosimina Ali, Carlos Nuno Castel-Branco e Carlos Muianga

Design gráfico e paginação

COMPRESS.dsl

Número de registo

9068/RLINLD/2017

ISBN

978-989-8464-39-2

Impressão

Capitilpress

Tiragem

200

Edição

IESE

Endereço do editor

Av. Tomas Nduda 1375, Maputo, Moçambique

Tel: + 258 21 486043

Email: iese@iese.ac.mz

Maputo, Setembro de 2017

Agradecimentos

O IESE agradece o apoio financeiro, para a produção deste livro, das seguintes organizações:

Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação (SDC)

Embaixada Real da Dinamarca

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Irlanda (Cooperação Irlandesa)

IBIS Moçambique

A título excepcional, este livro beneficiou ainda do apoio do projecto “*Dinâmicas de emprego em contexto de industrialização e transformação rural em Moçambique*”, financiado pela FOS Socialist Solidarity Southern Africa.

O IESE agradece às organizações sindicais moçambicanas, nomeadamente à Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM), à Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique (CONSILMO), ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores Agro-Pecuários e Florestais (SINTAF), ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil, Madeiras e Minas (SINTICIM), ao Comité da Mulher Trabalhadora, ao Sindicato de Empregados Domésticos de Moçambique, à Associação das Mulheres Empregadas Domésticas, ao Sindicato Nacional de Empregados Domésticos, pela sua colaboração no decurso da pesquisa de campo.

Finalmente, o IESE agradece aos autores dos artigos por terem disponibilizado e, em alguns casos, reescrito, actualizado e adaptado os seus artigos para esta colectânea, os quais haviam sido publicados em outros livros ou sob outras formas.

Índice

<i>Autores</i>	vii
Introdução (Carlos Nuno Castel-Branco)	1
PARTE I: QUESTÕES CONCEPTUAIS	15
Inflação e pobreza: uma perspectiva macroeconómica (Marc Wuyts)	17
Produtividade agrícola, planeamento e a cultura do trabalho em Moçambique (Bridget O’Laughlin)	35
Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, pobreza e desenvolvimento em Moçambique? (Rosimina Ali)	63
PARTE II: PADRÕES, DINÂMICAS E LUTAS SOCIAIS NOS MERCADOS DE TRABALHO	87
Discrição e heterogeneidade nos mercados de trabalho rurais em Moçambique (Carlos Oya, Chris Cramer e John Sender)	89
No rescaldo da liberalização: a (re)formalização do trabalho doméstico na cidade de Maputo (Ruth Kélia Castel-Branco)	113
“Restauração da dignidade do nosso povo”: de salários sectoriais a um salário mínimo nacional na África do Sul (Ruth Kélia Castel-Branco e Gilad Isaacs)	135
Expansão da produção de produtos primários, emprego e pobreza (Yasfir Ibraímo)	159
Criação de emprego <i>versus</i> trabalho decente? Produção de cana e bem-estar dos trabalhadores no sul de Moçambique (Bridget O’Laughlin)	173
Dinâmicas e dilemas do emprego, trabalho e bem-estar nas agro-indústrias florestais em Niassa (Rosimina Ali)	209
Organização e condições sociais de trabalho na agro-indústria do Chá na Zambézia (Carlos Muianga)	255
Mulheres no processamento da castanha de caju: reflexões sobre as sociedades agrárias, trabalho e género na província de Cabo Delgado (Sara Stevano)	277
Crescimento da cultura de tabaco em Moçambique: questões e desafios para um sector em transformação (Helena Perez Niño)	295
Mudam-se os tempos, mudam-se os modos de pensar? (Des)continuidades nas reflexões sobre o trabalho em Moçambique (João Feijó)	327
Reflexões sobre uma prática de gestão <i>brodista</i> numa economia de relações sociais (João Feijó)	355
<i>Publicações do IESE</i>	373

Autores

Bridget O’Laughlin

PhD em Antropologia Social pela Universidade de Yale nos EUA (1973). Trabalhou na Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, de 1979 a 1992, primeiro no Centro de Estudos Africanos (CEA) e depois na Faculdade de Economia. Antes disso, ensinou Antropologia na Universidade de Stanford e, posteriormente, ensinou Estudos de Desenvolvimento no Instituto de Estudos Sociais (ISS), Universidade de Erasmus, na Holanda. Tem escrito extensivamente sobre a questão agrária na África Austral. O foco actual da sua pesquisa é o relacionamento entre trabalho e saúde nas áreas rurais.
brolaughlin@gmail.com

Carlos Nuno Castel-Branco

Doutorado em Economia pela *School of Oriental and African Studies* (SOAS), da Universidade de Londres, é Director de Investigação, membro do Conselho Científico e coordenador científico do Grupo de Investigação em Economia e Desenvolvimento, no Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Professor Associado na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, Professor Visitante no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade de Lisboa, e investigador do Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CeSA), do ISEG. É, ainda, membro dos corpos editoriais do *Journal of Southern African Studies* (JSAS) e da *Review of African Political Economy* (RoAPE), e membro da Academia de Ciências de Moçambique. A sua área de investigação é economia política, política industrial e padrões de transição e transformação económica. A sua colaboração neste livro foi realizada enquanto beneficiava de uma bolsa de ensino e de investigação da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), que lhe foi atribuída no contexto da sua associação ao ISEG e ao CeSA.

carlos.castelbranco@gmail.com

Carlos Muianga

É investigador e membro do Grupo de Investigação sobre Economia e Desenvolvimento do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). É licenciado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane (2009) e mestre em Desenvolvimento Económico pela *School of Oriental and African Studies* (SOAS), Universidade de Londres (2013). As suas áreas de trabalho são investimento, questões à volta da terra, emprego e trabalho rural.

carlos.muianga@iese.ac.mz

Carlos Oya

É professor Associado de Economia Política do Desenvolvimento. Licenciou-se em Economia pela Universidade Complutense de Madrid e tem um Mestrado e um Doutoramento em Desenvolvimento Económico pela *School of Oriental and African Studies* (SOAS), Universidade de Londres. Trabalhou vários anos para o governo de Moçambique. As suas áreas de interesse incluem economia política agrária, economia política do desenvolvimento, política de desenvolvimento, trabalho, pobreza e metodologia de pesquisa. *co2@soas.ac.uk*

Chris Cramer

Professor de Economia Política do Desenvolvimento na *School of Oriental and African Studies* (SOAS), Universidade de Londres. As suas áreas de interesse são Economia de África, Economia política do desenvolvimento, economia política de guerra e paz na África Austral, reconstrução pós-conflito, economia da produção, processamento e comercialização do caju, pobreza e mercados de trabalho rurais e privatizações. *cc10@soas.ac.uk*

Gilad Isaacs

Coordenador da Iniciativa de Investigação sobre um Salário Mínimo Nacional e Director do Projecto de Investigação de Estratégia Empresarial e Desenvolvimento Industrial da Universidade de Witwatersrand. Tem um Mestrado em Economia Política e em Economia, e é doutorando em Economia pela *School of Oriental and African Studies* (SOAS), da Universidade de Londres. Tem desenvolvido activismo político e, em termos de investigação, interessa-se pelas finanças, política macroeconómica, mercados de trabalho e o sector mineral. *gilad.isaacs@wits.ac.za*

Helena Perez Niño

É Investigadora Visitante em Economia Política de Desenvolvimento no Departamento de Estudos de Desenvolvimento da *School of Oriental and African Studies* (SOAS), Universidade de Londres, e do PLAAS (Instituto para Pobreza, Terra e Estudos Agrários) na Universidade de Western Cape na África do Sul. Tem um Bacharelato em História pela Universidade Nacional da Colômbia, um Mestrado em Violência, Conflito e Desenvolvimento e um Doutoramento em Economia Política, pelo SOAS. O seu foco de pesquisa é economia política do desenvolvimento na África Austral e articulação dos produtores e trabalhadores agrícolas com cadeias globais de produção. Já publicou sobre trabalho migratório, recursos naturais e ajuda

externa na África Austral. O seu trabalho tem sido financiado pelo Bloomsbury College, pelo Centro de Desenvolvimento Internacional de Londres e pelo ESRC. helenapereznino@gmail.com

João Feijó

É sociólogo e Doutor em Estudos Africanos. Tem publicado sobre metodologias de investigação, relações laborais, identidades e representações sociais, sobre a presença chinesa em Moçambique e sobre relações rural-urbanas em grandes cidades moçambicanas. É coordenador do Conselho Técnico e investigador do Observatório do Meio Rural. joaofeijo@hotmail.com

John Sender

Professor Emérito de Economia na *School of Oriental and African Studies* (SOAS), Universidade de Londres. Já foi Director do Centro de Estudos Africanos, na Universidade de Cambridge, Professor Visitante de Economia Política na Universidade de Wits e Investigador Sénior Visitante no Centro de Estudos Africanos, em Leiden e conselheiro para as Comissões Presidenciais de Mandela sobre Trabalho e Crédito Rural. Foi consultor para várias organizações, incluindo a FAO e IFAD (Roma), UNRIED e ILO (Genebra), UNIDO (Viena) e UNDP (Vietname). É autor e co-autor de várias publicações, incluindo livros, capítulos de livros e artigos em várias revistas científicas, com destaque para *“Poverty, Class and Gender in Rural Africa: A Tanzanian Case Study”*, Routledge (com Sheila Smith); *“Restructuring the Labour Market: The South African Challenge”*, OIT, Genebra, 1996 (com *Guy Standing and John Weeks*); *“Women Working for Wages: Putting Flesh on the Bones of a Rural Labour Market Survey In Mozambique”*, *Journal of Southern African Studies*, 2006 (com Chris Cramer e Carlos Oya. john.sender@gmail.com

Marc Wuyts

É doutorado em Economia pela Open University (Milton Keynes, UK), M.Sc em Matemática Económica e Econometria pela Universidade Católica de Louvain e B.Phil em Economia pela Universidade de Oxford. É Professor Emeritus em Economia Quantitativa Aplicada do *Institute of Social Studies* (Erasmus University Rotterdam) e Professor Visitante da Open University, sendo também um Pesquisador Associado da REPOA (*Research on Poverty Alleviation*) e da ESRF (*Economic and Social Research Foundation*) na Tanzânia. Os seus interesses de pesquisa incidem sobre a macroeconomia do desenvolvimento. mewuyts@gmail.com

Rosimina Ali

Investigadora do IESE e Assistente na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane. É Mestre em Desenvolvimento Económico pela *School of Oriental and African Studies* (SOAS), da Universidade de Londres (2012) e Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) (2008). As suas áreas de pesquisa estão ligadas a mercados de trabalho rurais, emprego, desigualdades e estruturas produtivas. *rosimina.ali@iese.ac.mz*

Ruth Kélia Castel-Branco

É doutoranda no Departamento de Sociologia da Universidade de Witwatersrand e filiada ao Centro Internacional de Desenvolvimento e Trabalho Decente, à Faculdade de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane e ao Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). É activista sindicalista, e os seus interesses incluem os direitos laborais, a organização colectiva, e os mecanismos de redistribuição como a protecção social e os programas de obras públicas. *ruthcastelbranco@gmail.com*

Sara Stevano

É Doutorada em Economia/Antropologia pela *School of Oriental and African Studies* (SOAS), Universidade de Londres, estudou Economia e Comércio na Universidade de Torino, Itália, e completou o seu Mestrado em Economia do Desenvolvimento no SOAS. Actualmente está a finalizar estudos de pós doutoramento no SOAS e é docente de Economia na UWE Bristol. As suas áreas de trabalho são mercado de trabalho, género, segurança alimentar e nutricional, mudança dos hábitos alimentares e economia política do desenvolvimento agrário e da pobreza, com foco no continente africano. *sara.stevano@gmail.com*

Yasfir Ibraimo

É licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Mestrando em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade de Lisboa, Assistente de investigação do IESE e Assistente na Faculdade de Economia da UEM. As suas áreas de pesquisa estão ligadas a mercados de trabalho, emprego, saúde laboral e pobreza. Tem, também, trabalhado em questões relacionadas a finanças rurais. *yasfir.ibraimo@iese.ac.mz*

Introdução

Carlos Nuno Castel-Branco

Emprego é uma palavra chave nas políticas públicas em Moçambique, frequentemente usada para justificar políticas e estratégias, e para defender projectos de investimento e quaisquer que sejam as decisões. O Plano Quinquenal do Governo, PQG 2015-19 (GdM, 2015) enfatiza a prioridade de criar emprego como caminho para a redução da pobreza. Paradoxalmente, ou não, os mecanismos de criação de emprego decente, mais produtivo e que efectivamente promova o desenvolvimento da sociedade e das pessoas, permanecem não discutidos. Por um lado, há um pressuposto, implícito, que ter uma ocupação ou um emprego automaticamente se reflecte em redução da pobreza, sejam quais forem as condições em que essa ocupação ou emprego sejam realizados. Por exemplo, o PQG 2015-19 afirma que a expansão da produção de mercadorias agrícolas semi-processadas para exportação será a forma principal de gerar emprego, sem consideração nem pela base de rentabilidade dessa indústria, assente na remuneração da força de trabalho abaixo dos seus custos sociais de reprodução (O’Laughlin, 1981), nem para o facto de a concentração na monocultura de plantações deixar a economia, os camponeses e os trabalhadores à mercê da instabilidade, imprevisibilidade e volatilidade dos mercados internacionais dessas mercadorias, efeitos esses que são bem conhecidos pela economia moçambicana (Castel-Branco, 2017). Além disso, há fortes indícios de as plantações estarem a mecanizar partes do seu trabalho e a casualizar e informalizar o emprego o mais possível, porque as estruturas de acumulação (produção, distribuição e luta de classes) assim o exigem e permitem. Por exemplo, a inflação desproporcional dos preços dos bens e serviços de primeira necessidade, reflectem-se na perda de poder de compra do salário, em lutas sociais pelo aumento dos salários nominais [em forma de greves, de absentismo, ou de migração, criando interrupções do circuito do capital na esfera da produção (Fine & Saad-Filho, 2016)] e na resposta do capital em forma de mecanização e de crescente casualização do trabalho, desorganizando os trabalhadores (Ali & Muianga, 2017; O’Laughlin, 2017a, 2017b). Portanto, não é claro nem evidente que a promoção da economia de plantações, em monocultura, promova emprego sustentável e decente, e contribua, desse modo, para a redução da pobreza e desenvolvimento das condições de vida das classes trabalhadoras.

O exemplo dado coloca outra questão – a geração de emprego decente está associada aos padrões de produção e acumulação. A economia moçambicana, de natureza

extractiva, tem sido incapaz de gerar e fornecer bens e serviços de primeira necessidade a baixo custo, apesar de o Produto Interno Bruto (PIB) ter expandido rapidamente desde o fim da guerra, em 1992, até ao início da crise da dívida, ou explosão da bolha económica, em 2015. No mesmo período em que o PIB quadruplicou e o PIB *per capita* aumentou 2,6 vezes, a produção alimentar *per capita* para o mercado doméstico diminuiu em 10%, a rentabilidade por hectare nessas culturas diminuiu por um terço e a força de trabalho permaneceu refém de um ciclo vicioso de baixa produtividade, em que trabalho casual, absentismo, produção de subsistência, má nutrição, doenças e pobreza se relacionam dialecticamente, ilustrando uma das características dominantes das formas de exploração e reprodução social da força de trabalho em Moçambique (O’Laughlin, 1981; Ali & Muianga, 2017). A inflação desproporcional dos preços dos bens e serviços primários é reflexo da dinâmica em que o crescimento económico é conseguido à custa de aumentar a pobreza (Wuyts, 2011, 2017).

Por outro lado, as abordagens sobre pobreza, emprego e desenvolvimento sistematicamente negligenciam a análise dos mercados de trabalho reais, a sua relevância, diversidade, dinâmicas de diferenciação e os desafios específicos que colocam para a transformação económica e social (Ali, 2017; Oya, Cramer & Sender, 2017). Os pressupostos de homogeneidade, residualidade e ausência de dinâmicas (des)informam parte substancial do debate e da política pública, e a ausência de informação sistemática, detalhada e abrangente afecta negativamente quaisquer discussões sobre emprego, salários, condições de emprego e transformação económica e social (Castel-Branco & Isaacs, 2017).

A evidência dos estudos de caso e da análise das dinâmicas do salário mínimo em Moçambique sugere a subordinação das estratégias de luta e negociação dos salários e das condições de trabalho às dinâmicas e ao circuito do capital e às estruturas materiais de produção, aumentando o poder do capital sobre o trabalho e limitando as opções de transformação económica, e deixando o nível de vida dos trabalhadores dependente de factores, como a produtividade sectorial, sobre os quais têm pouca influência e que são definidos como reflexo das lutas e tensões entre capitais (Castel-Branco, 2017)

É no contexto deste debate que este livro foi produzido, tentando reunir, num único volume, artigos conceptuais e relatórios de investigação, produzidos por investigadores permanentes e associados do IESE, ao longo dos últimos anos, sobre a problemática do emprego e transformação económica e social em Moçambique. Versões anteriores da maioria destes artigos haviam sido publicadas como capítulos em outros livros ou sob outras formas, tendo os seus autores actualizado, reescrito ou adaptado os artigos para esta colecção.

O livro é composto por duas partes e contém catorze artigos. A primeira parte, *Questões Conceptuais*, inclui três artigos que ajudam a estruturar, conceptualmente,

alguns dos principais debates sobre emprego e transformação económica em Moçambique, nomeadamente a problematização conceptual das questões do emprego e padrões macroeconómicos, da produtividade do trabalho, da relevância dos mercados de trabalho rurais na análise e formulação de política, e na análise detalhada da natureza, diversidade e diferenciação dos mercados de trabalho rurais. A segunda parte do livro, *Padrões, Dinâmicas e Lutas Sociais nos Mercados de Trabalho*, inclui onze artigos, que analisam mercados de trabalho rurais e domésticos urbanos e as lutas em torno das condições de trabalho, quer através de pesquisa por inquérito, quer por via de estudos de caso, ilustrando a variedade, ligações e complexidade dos mercados de trabalho e das questões do emprego, assim como revelando dinâmicas de luta e de diferenciação social que emergem, e identificando questões relevantes para política pública.

O primeiro artigo, *Inflação e pobreza*, faz uma discussão crítica do debate político contemporâneo sobre a macroeconomia do desenvolvimento. O autor começa por criticar a literatura dominante, que relaciona crescimento e pobreza sem discutir as condições de emprego da força de trabalho, os regimes de acumulação predominantes, as dinâmicas do desemprego e os mecanismos de redistribuição. Do ponto de vista prático, este tipo de enfoque alimenta os “vícios” da “indústria do desenvolvimento”, nomeadamente a sua insistência no argumento segundo o qual se o PIB *per capita* crescer de forma significativa e se a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini (geralmente calculada com base em sucessivos inquéritos aos orçamentos familiares) não piorar consideravelmente, a incidência da pobreza (absoluta) deve baixar. Quando isso não acontece — como parece ser o caso na Tanzânia e em Moçambique —, diz-se que existe um paradoxo. Uma consequência desta ideia é que se investe muito tempo, dinheiro e trabalho na monitoria da relação entre o crescimento económico (medido pelo crescimento do PIB) e a incidência da pobreza, ajustada para alterações na desigualdade, quando o que precisa de ser posto em causa é a própria premissa: a noção de que a adopção dos princípios básicos — o núcleo das políticas macro que subjazem às estratégias de redução da pobreza — em conjunto com os mecanismos abstractos de mercado produzirão crescimento em prol dos pobres. Em seguida, o autor argumenta que o crescimento económico pode acontecer à custa dos pobres e explora essa possibilidade e realidade, tanto conceptualmente como referindo-se aos casos da Tanzânia e de Moçambique, examinando o papel de um tipo de inflação, a dos preços dos bens e serviços de primeira necessidade, combinado com as estruturas do consumo diferenciadas por grupos de rendimento, na redução do poder de compra do rendimento nominal das classes trabalhadoras, na redistribuição real do rendimento a favor dos grupos de rendimento mais alto, na perda de competitividade do emprego e nas estruturas de produção que emergem. O artigo argumenta que para que o crescimento económico não seja realizado à custa das classes trabalhadoras é

necessário um equilíbrio entre as dinâmicas de industrialização e o fornecimento de bens e serviços de primeira necessidade em quantidade que possa evitar a inflação dos bens e serviços de primeira necessidade, deste modo permitindo elevar o salário real sem tornar o emprego não competitivo. Este equilíbrio requer a transformação mais geral da economia, e não apenas a emergência de enclaves económicos. Portanto, a promoção do emprego está associada aos regimes de acumulação e padrões de produção.

O segundo artigo, *Produtividade agrícola, planeamento e cultura de trabalho em Moçambique*, discute conceptualmente uma preocupação constante da planificação do desenvolvimento em Moçambique, incluindo o último Plano Quinquenal do Governo (PQG), que é o aumento da produtividade na agricultura. Como o Governo já não é produtor agrícola (embora tenha acções em diversas empresas agrícolas de grandes dimensões), não pode planificar directamente a produção. Pode, porém, planificar como usar os seus recursos e o seu poder de regulamentar para combater as causas da baixa produtividade agrícola em Moçambique. As políticas têm-se preocupado com a baixa produtividade do trabalho agrícola, tanto entre os pequenos produtores (camponeses, “sector familiar”) como entre os trabalhadores manuais em empresas agrícolas de grandes dimensões. Tem-se afirmado que há, em ambos os casos, uma falta de cultura do trabalho. Esta expressão tem sido repetida por doadores, e entre gestores de empresas agrícolas, sindicalistas e funcionários das autarquias. O objectivo deste artigo é mostrar por que razão a falta de uma cultura do trabalho é uma explicação muito enganadora das causas da baixa produtividade do trabalho na agricultura moçambicana. O artigo questiona o significado de cultura do trabalho, localizando o conceito na dinâmica da produtividade na História de Moçambique, além de questionar os pressupostos sobre a produtividade agrícola que subjazem à utilização do conceito de “falta de cultura do trabalho”, indo buscar exemplos à pesquisa rural em Moçambique. São discutidos os diversos significados de produtividade do trabalho na agricultura, com particular enfoque na agricultura capitalista, e é argumentado que a produtividade do trabalho é determinada por resultados colectivos e não pelo esforço individual. O conceito do “camponês preguiçoso” reflecte a organização da mão-de-obra e do investimento, tanto no período colonial como no período de planificação centralizada da economia estatizada. O artigo defende que o próprio conceito, e os pressupostos de lhe subjazem, confundem as discussões da produtividade laboral na agricultura e bloqueiam a identificação de formas de intervenção governamental que possam promover a produtividade do trabalho nas diversas formas de produção agrícola em Moçambique.

O terceiro artigo, *Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, pobreza e desenvolvimento em Moçambique?*, explora a contradição, existente na literatura, acerca da importância do trabalho assalariado nas zonas rurais

em Moçambique. Por um lado, o trabalho assalariado rural é considerado residual, reflectindo o preconceito de as zonas rurais serem dominadas por produção de pequenos camponeses orientada para a subsistência, separada das dinâmicas dos mercados de trabalho e de bens e dependente de trabalho familiar. Esta análise, geralmente assente em inquéritos de grande escala e agregados, é subjacente aos documentos de política, que propõe a criação e emprego por via da produção de mercadorias para exportação em conjunto com a produção de comida por cada família, sem fazerem nenhuma relação específica às dinâmicas reais dos mercados rurais de trabalho, de bens e de serviços. Por outro lado, outra literatura, suportada por estudos de campo que permitem captar padrões específicos prevalentes na economia rural, revela a relevância do trabalho assalariado rural desenvolvido em formas temporárias (eventual e sazonal) e em condições diferenciadas múltiplas e precárias, a sua intensidade, e o seu impacto nas condições de reprodução económica e da força de trabalho. O interesse numa análise da questão é reforçado, seguindo uma abordagem de economia política, ao se considerar que a força de trabalho não é um simples activo e os mercados de trabalho são centrais no sistema social de acumulação, *inter alia*, pelas ligações, relações sociais e condições de estabilidade e de redução de crise que estimulam entre diferentes agentes e actividades na economia. O estudo dos mercados de trabalho rurais tem implicações profundas para a formulação e efectividade de políticas públicas, que podem ser comprometidas pela negligência de padrões rurais reais importantes para o modo de vida da população em ligação com o modo de acumulação dominante em Moçambique. O artigo argumenta que o método de análise subjacente a distintas posições pode permitir (ou não) perceber padrões rurais reais onde formas específicas de trabalho acontecem e se desenvolvem, que são importantes para compreender as dinâmicas de pobreza e de acumulação em Moçambique.

O quarto artigo, *Discrição e heterogeneidade nos mercados de trabalho rurais em Moçambique*, apresenta alguns resultados da maior pesquisa sobre o mercado laboral rural realizada, em Moçambique, até à data da elaboração do artigo. A pesquisa mostra que os mercados de trabalho nas zonas rurais desempenham um papel significativo na vida de um grande número de pessoas pobres. Embora alguns dos moçambicanos mais pobres sejam abrangidos por esta pesquisa, nem todos os homens e mulheres com trabalho assalariado (temporário ou permanente) nas zonas rurais vivem em agregados familiares rurais com as mesmas carências – os seus níveis de educação, salários e experiências de pobreza são muito diversos. Os dados mostram uma série de oportunidades no mercado de trabalho, caracterizadas por grandes variações no que diz respeito às barreiras à entrada, níveis de remuneração, termos contratuais e condições de trabalho. Estas constatações são difíceis de explicar em termos de teoria económica convencional, incluindo variantes teóricas do dualismo do mercado de trabalho ou mercados de trabalho segmentados. Mais importante ainda, os resultados

levam à conclusão de que é necessário prestar muita atenção à heterogeneidade e ao dinamismo dos mercados de trabalho rurais, ao analisar as tendências da pobreza e o impacto das intervenções das políticas em África. O artigo também tenta contribuir para superar a escassez de conhecimento dos mercados de trabalho da África subsaariana, que é reconhecida, mas não enfrentada, tanto nas análises predominantes como nos documentos de política influentes. O reconhecimento da importância e da diversidade dos mercados de trabalho sugere a necessidade de concepção e implementação de políticas inovadoras.

O quinto artigo, *No rescaldo da liberalização: a (re)formalização do trabalho doméstico na cidade de Maputo*, argumenta que o trabalho doméstico é hoje a fonte principal de emprego para as mulheres, e, nas estatísticas oficiais, constitui a terceira maior ocupação, depois de camponês e pequeno comerciante. A sua proliferação foi alimentada pela transição para a economia do mercado, num contexto de reestruturação económica. Com a privatização de mais de 1.200 empresas estatais nos anos noventa – um processo designado pelo Banco Mundial como o programa de privatização mais bem sucedido em África – meio milhão de trabalhadores assalariados, muitos deles mulheres, foram despedidos ou reclassificados, tendo esta reserva de força de trabalho sido tornada informal, incluindo no trabalho doméstico. As privatizações também resultaram no encerramento das instituições sociais de cuidado, como as creches públicas, obrigando os agregados familiares, em particular as mulheres, a assumirem um maior encargo reprodutivo, ou seja, uma maior responsabilidade individual pela reprodução da força laboral. Os agregados familiares com os meios financeiros necessários recorreram ao sector informal como empregadores, contratando empregados domésticos de modo a equilibrar o duplo cargo de trabalho produtivo e reprodutivo. A formalização do trabalho doméstico reflecte, por um lado, uma tentativa da sua legitimação, pelo Estado, num contexto de elevados níveis de desemprego, pobreza e desigualdade; e por outro lado, um maior interesse, por parte do movimento sindical moçambicano, pelos direitos dos trabalhadores informais no geral, e dos trabalhadores domésticos em particular. Com base em entrevistas semiestruturadas com trabalhadores domésticos e representantes sindicais na cidade de Maputo, este artigo analisa até que ponto esta tentativa de formalização pode transformar as relações laborais neste sector e fortalecer um movimento sindical bastante fragilizado.

O sexto artigo, *“Restauração da dignidade do nosso povo”: de salários sectoriais a um salário mínimo nacional na África do Sul*, discute a problemática da transição de salários mínimos sectoriais para um salário mínimo nacional na África do Sul, e procura ligar o debate aí ocorrido com questões semelhantes em Moçambique. Com base na pesquisa realizada pela Iniciativa de Investigação sobre um Salário Mínimo Nacional (NMWRI) da Universidade de Witwatersrand – o grupo de investigação principal que apoiou a introdução de um salário mínimo nacional na África do Sul

– este capítulo apresenta algumas das questões chaves levantadas durante os debates, contextualizando os salários mínimos numa perspectiva do mercado de trabalho sul-africano e do actual sistema sectorial, fornecendo uma panorâmica das evidências relativas às potenciais consequências de um salário mínimo nacional para o emprego, a pobreza e a desigualdade, analisando os parâmetros de referência para definir e ajustar o nível do salário mínimo nacional, explorando o processo de transição de um sistema sectorial de fixação de salários para um salário mínimo nacional, dando atenção especial ao papel dos escalões, exclusões e isenções. Este é o único artigo deste livro que tem por foco uma realidade socioeconómica distinta da de Moçambique. No entanto, as questões levantadas neste artigo, tanto as metodológicas (relacionadas com a realização dos estudos e sustentação dos argumentos sobre a transição para um salário mínimo nacional), como as políticas (relacionadas com a luta política em torno desta questão e as implicações políticas do estabelecimento de um salário mínimo nacional) são de grande importância, actualidade e relevância para Moçambique. Estão em causa não apenas modelos de definição do salário mínimo, mas algumas lutas essenciais sobre os padrões de distribuição e de luta por condições de trabalho decentes.

O sétimo artigo, *Expansão da produção de produtos primários, emprego e pobreza*, é contextualizado pelo debate sobre como melhorar a eficácia da economia a reduzir pobreza por via da promoção do emprego. A política pública sugere que existe uma ligação directa, linear e automática entre a agricultura e a redução da pobreza por causa do facto de a maioria da população pobre estar, de alguma forma, ligada a actividades agrícolas. Neste sentido, para reduzir a pobreza por via da agricultura o governo prioriza a produção familiar de alimentos, com vista a melhorar a segurança alimentar, bem como a produção de mercadorias primárias agrícolas para exportação, organizada em grande escala e em monocultura, de modo a gerar emprego. Este artigo questiona até que ponto esta estratégia é consistente com as dinâmicas de acumulação em Moçambique e serve os propósitos de gerar emprego decente. É argumentado que a abordagem do governo em relação à ligação entre a agricultura e a redução de pobreza, através da geração de emprego e da produção de produtos alimentares, é feita de forma dualista, isto é, olhando para estes dois mecanismos separadamente enquanto, de facto, existe uma relação orgânica entre eles. Um outro argumento desenvolvido no artigo é que as intenções do governo e as dinâmicas económicas reais são distintas, isto é, não há uma convergência entre os documentos de política e as dinâmicas económicas em Moçambique. Além disso, ao tratar destes dois mecanismos de forma separada, a política pública pode criar ou exacerbar conflitos como, por exemplo, sobre as prioridades de alocação de terras férteis, acesso a infraestruturas e a crédito, entre outros. O artigo conclui sobre a necessidade de ligar a produção de alimentos para o mercado doméstico e a geração de emprego decente de maior produtividade, em vez de tratar destas questões separadamente.

O oitavo artigo, *Criação de emprego versus trabalho decente? Produção de cana e bem-estar dos trabalhadores no Sul de Moçambique*, tem por contexto a expansão da produção de açúcar no vale do Incomáti, que é parcialmente o resultado da crise do desemprego rural nas antigas reservas de mão-de-obra migratória do sul de Moçambique. Este artigo analisa o impacto dessa expansão no bem-estar dos trabalhadores rurais na zona de Xinavane/Magude – tendo em conta tanto os salários como a experiência de trabalho. Apesar dos empregos e rendimentos gerados, a expansão da produção de cana-de-açúcar não estabilizou a segurança nutricional dos trabalhadores sazonais, exacerbou algumas doenças crónicas e veio levantar algumas questões de saúde ambiental a longo prazo. O impasse político em torno das condições de trabalho nos campos de cana-de-açúcar é sustentado pela enganosa oposição entre criação de emprego e trabalho decente. Há uma forte polarização da estrutura salarial, entre os que têm salários relativamente elevados com emprego estável e uma grande maioria de trabalhadores que auferem salários baixos e são de facto trabalhadores precários, mesmo quando têm contratos permanentes. A exaustão criada pelas cadências aceleradas e as longas horas de trabalho não remunerado são causa de miseração entre os trabalhadores manuais. O artigo analisa as raízes históricas da crise do desemprego rural no sul de Moçambique, examina ainda as mudanças nas relações de classe das zonas rurais resultantes da expansão da produção de cana-de-açúcar em grande escala nas áreas de Xinavane e Magude, no vale do rio Incomáti, e discute ainda a estrutura extremamente diferenciada do recrutamento, dos salários e do estatuto contratual dos trabalhadores agrícolas, e a forma como as condições precárias e a organização de trabalho nos campos de cana-de-açúcar causa dinâmicas de empobrecimento e miseração. O artigo mostra, ainda, como a organização do trabalho determina padrões de doenças individuais e colectivas que põem em causa a promessa de trabalho decente, e reflecte, por fim, sobre as razões para a política da reforma laboral nos campos de cana-de-açúcar. O trabalho de campo foi feito em 2012, tendo envolvido entrevistas com trabalhadores de plantações e associações de pequenos produtores agrícolas, entrevistas abertas com gerentes de empresas, com as direcções de associações de pequenos produtores de açúcar e com representantes das autoridades locais e comunitárias, aproveitamento da informação sobre inquéritos aos agregados familiares e de informação disponibilizada pela direcção da empresa.

O nono artigo, *Dinâmicas e dilemas do emprego, trabalho e bem-estar nas agro-indústrias florestais em Niassa*, coloca duas questões fundamentais à agro-indústria florestal em Niassa: Como são organizados o emprego e o trabalho nas plantações florestais? Quais são as consequências desses padrões para o bem-estar dos trabalhadores e seus agregados familiares? Neste artigo o bem-estar é visto como uma condição que não se limita à criação de emprego e à obtenção de uma remuneração correspondente, ou ao consumo e posse de bens, que, ainda que sejam importantes, são apenas alguns

dos seus determinantes. As condições de emprego, a sua relação com diversificadas formas de trabalho e de vida, a organização e experiência do próprio trabalho, as condições e a situação da saúde, entre outros aspectos da organização social e do meio ambiente onde se insere o emprego, reflectem-se no bem-estar dos trabalhadores e dos seus agregados familiares. Aquando da concessão de extensões de terra a longo prazo às empresas florestais nesta província, o Governo alegou que estas poderiam desenvolver a economia da província através de, entre outros aspectos, a criação de emprego. Este artigo centra-se na análise do relacionamento entre os padrões de emprego, a organização produtiva do trabalho, a experiência laboral e a situação do trabalho mais geral, assim como as implicações destes aspectos em conjunto para o bem-estar dos trabalhadores e suas famílias. O artigo argumenta que o tipo de emprego reflecte a base de rentabilidade das empresas, que está assente no pagamento de salários baixos e em condições sociais de trabalho precárias, sendo os trabalhadores responsáveis pela sua própria reprodução social, a qual, dadas as condições produtivas e de acumulação prevaletentes, é garantida pela interdependência de diversificadas formas de trabalho, quer remuneradas quer não, quer de natureza agrícola quer não. O trabalho nas plantações florestais é maioritariamente casual, instável e inseguro, e desenvolve-se num contexto de tensões e contradições nas relações sociais produtivas. As precárias condições laborais têm implicações na disponibilidade e no tipo de força de trabalho que é gerada, nas condições da sua reprodução social e na sua produtividade, bem como na sustentabilidade da estrutura produtiva prevaletente.

O décimo artigo, *Organização e condições sociais de trabalho na agro-indústria do Chá na Zambézia*, analisa a problemática da organização e condições sociais de trabalho na agro-indústria do chá na Zambézia, em particular no distrito do Gurúê. O artigo mostra que as transformações que ocorreram no domínio da organização e das relações de trabalho nesta indústria não resolveram os problemas recorrentes de recrutamento e produtividade da mão-de-obra. Muito pelo contrário, exceptuando o período logo após a independência, assistiu-se a uma acentuada degradação das relações de trabalho e das condições sociais de trabalho. A casualização, precaridade, insegurança e as condições sociais de trabalho tornaram-se nalguns dos principais problemas de organização do trabalho nas empresas chazeiras, com implicações profundas nos modos de vida dos trabalhadores e suas famílias e na sua produtividade. A agro-indústria do chá foi uma das principais fontes de emprego na zona da alta Zambézia até princípios dos anos 1980, empregando, nos períodos de pico, pouco mais de 30.000 trabalhadores, a maioria dos quais sazonais. Após o seu estabelecimento na década de 1940, o sector do chá foi sofrendo várias transformações, sobretudo depois da independência, tendo havido, após a guerra de 16 anos, várias tentativas para o reabilitar. Entretanto, é no domínio da organização e das relações de trabalho nas plantações que mais transformações ocorreram ao longo

destes períodos. Estas transformações tiveram implicações na maneira como a força de trabalho na agro-indústria do chá se desenvolveu e impacto nas condições mais gerais de vida destes trabalhadores e dos seus familiares. A crise actual que vem afectando o sector desempenha um papel importante no entendimento destas dinâmicas de desenvolvimento da força de trabalho. O artigo centra-se, tanto quanto o possível, na explicação das dinâmicas mais gerais de organização do trabalho e das questões e problemas que emergem dessas dinâmicas de organização, apesar das dificuldades em obter acesso a informação quantitativa detalhada sobre força de trabalho, as jornas e os rendimentos auferidos pelos trabalhadores.

O décimo primeiro artigo, *Mulheres no processamento da castanha de caju: reflexões sobre as sociedades agrárias, trabalho e género na província de Cabo Delgado*, olha para o renascimento, mesmo limitado e disperso, da actividade de processamento de caju no extremo norte da província de Cabo Delgado. A agenda nacional de redução da pobreza continua inspirada na retórica da pequena escala, informada por uma visão dualista e enganadora das sociedades agrárias moçambicanas que vê o pequeno agricultor ou agricultor de subsistência em oposição às empresas comerciais. As estratégias para o desenvolvimento rural não têm uma abordagem adequada da complexidade das sociedades agrárias em Moçambique nem das ligações entre os novos actores influentes, tais como os agro-negócios, e a produção agrícola de pequena escala. Após o colapso, em finais da década de 1990s, o sector do caju está numa trajectória de recuperação, com uma nova geração de fábricas de processamento a surgirem, especialmente no Norte do país. O renascer da actividade de processamento de caju é interessante no contexto da industrialização e desenvolvimento rurais pois pode criar empregos nas áreas rurais e gerar ligações produtivas intersectoriais. Este artigo baseia-se em evidência de nível micro, recolhida através de entrevistas qualitativas com trabalhadores e outros intervenientes da indústria do caju, que está actualmente concentrada na fábrica de Korosho no distrito de Chiure (a Sul da província) e nas três associações de mulheres no distrito de Nangade (a Norte da província). A intenção deste trabalho é utilizar este estudo de caso como uma lente através da qual se podem analisar as questões de trabalho, género e diferenciação rural e esclarecer a complexidade das sociedades agrárias, que, por sua vez, se ligam com constrangimentos com que os intervenientes na actividade de processamento se deparam em Cabo Delgado.

O décimo segundo artigo, *Crescimento da cultura de tabaco em Moçambique: questões e desafios para um sector em transformação*, tenta preencher uma lacuna na literatura sobre as bases históricas e a estrutura do sector do tabaco em Moçambique. Apesar da sua importância, tem sido dada relativamente pouca atenção ao tabaco na literatura académica que analisa a produção agrícola em Moçambique. Além disso, na literatura existente, tem sido dado destaque a comparações trans-sectoriais que tentam avaliar o impacto socioeconómico geral do tabaco. Este artigo parte do

princípio de que, para se compreender melhor a dinâmica de expansão do tabaco, é preciso situar esses estudos transversais num contexto histórico. A partir de finais da década de 1990, a produção e o processamento da folha de tabaco para exportação expandiram rapidamente, o que tem tido efeitos importantes em alguns dos principais distritos agrícolas nas províncias do Niassa, da Zambézia, de Tete e de Nampula, onde é cultivada a maior parte do tabaco. Há 130.000 produtores de tabaco a produzir sob contrato e o sector inclui milhares de trabalhadores agrícolas sazonais e outros trabalhadores que participam na comercialização e processamento da folha de tabaco. A *Mozambique Leaf Tobacco*, filial local da *Universal Leaf Tobacco*, é a segunda maior empresa empregadora em Moçambique, com quase 6.000 trabalhadores. O tabaco é a principal exportação agrícola de Moçambique. A análise do sector é formulada em torno de três postulados, nomeadamente: que o modelo elaborado para organizar a produção de tabaco em Moçambique reflecte tensões surgidas da transformação da indústria global do tabaco e das limitações da política agrícola nacional durante o período de ajustamento estrutural; que o Estado deu generosos incentivos às concessionárias de tabaco, para desenvolver a capacidade produtiva em Moçambique, mas não conseguiu ajustar o sistema de incentivos à fase actual; e que a tónica do modelo para a gestão de concessões de tabaco foi posta na criação de condições para o desenvolvimento endógeno da cultura do tabaco em Moçambique, mas que não há nenhum plano director ou estratégia para ligar esse sector ao resto da economia ou para criar mecanismos para canalizar os rendimentos do tabaco que permitam apoiar a diversificação da capacidade produtiva de Moçambique.

O décimo terceiro artigo, *Mudam-se os tempos, mudam-se os modos de pensar? (Des)continuidades nas reflexões sobre o trabalho em Moçambique*, tem como principal objectivo a análise da evolução das representações sociais sobre o trabalho. Trata-se de compreender que imagens sociais foram construídas, ao longo da história recente de Moçambique, em torno das relações de trabalho, das iniciativas empresariais, dos processos de acumulação ou da produtividade laboral. O artigo examina estas questões ao longo de um espaço temporal, que define períodos político-económicos específicos que, por esse motivo, são produtores de dinâmicas de pensamento distintas – em função dos interesses dos (novos) grupos dominantes –, ainda que frequentemente em continuidade.

O último artigo do livro, *Reflexões sobre uma prática de gestão brodista numa economia de relações sociais*, examina as relações entre operadores económicos que, argumenta o artigo, em África têm sido fortemente marcadas pela influência das relações familiares e de vizinhança nos processos de gestão. Este texto pretende demonstrar a importância do capital social para o sucesso de unidades económicas, num contexto económico marcado pela descapitalização de grande parte dos empresários locais, pelo desemprego e pela importância da família alargada. A partir

do termo inglês *brother*, frequentemente utilizado nas relações interpessoais para exprimir proximidade, construiu-se o conceito “brodista” para designar sistemas organizacionais centrados na gestão de relações sociais. Propondo uma extensão dos modelos racionalistas weberianos de gestão, o artigo pretende demonstrar que a racionalidade de muitos empresários locais reside, precisamente, no investimento em laços sociais, nomeadamente nos círculos políticos, nas confissões religiosas ou nas redes de vizinhança, capitalizando-os para fins económicos, caracterizando as práticas sociais de gestão, analisando as (dis)funcionalidades que estas exercem nos contextos locais, quer para os trabalhadores, quer para os detentores do capital, e reflectindo sobre os pressupostos epistemológicos inerentes a diversas concepções de desenvolvimento organizacional.

Este livro é, também, uma contribuição para a celebração do décimo aniversário do IESE. Formalmente criado a 19 de Setembro de 2007, o IESE definiu-se como uma instituição comprometida com a investigação social e económica pluralista, heterodoxa e interdisciplinar, com enfoque no rigor e qualidade académica e na relevância e compromisso social do seu trabalho, aberta à colaboração e cooperação e dedicada a contribuir para o desenvolvimento de redes de investigadores e organizações de investigação que estudam Moçambique ou temas relevantes para Moçambique e para a sua integração na África Austral e no Mundo. Neste contexto, o IESE identificou alguns dos principais desafios para a investigação social e económica em Moçambique, entre eles a sua relevância social, o seu rigor teórico e a construção de uma prática de colaboração, partilha e abrangência que tornem a investigação e o debate mais potentes e criativos, e, por consequência, mais úteis para o desenvolvimento intelectual e socioeconómico de Moçambique. Esta colectânea de artigos reflecte a heterodoxia interdisciplinar e pluralista da nossa abordagem de investigação e é um meio de valorizar a pesquisa do IESE sobre emprego e condições de trabalho, respondendo aos desafios de investigação social e económica, nomeadamente a necessidade de garantir a sua relevância social e intelectual, o seu rigor teórico criativo, a sua inserção no contexto da África Austral e a colaboração entre instituições interessadas na investigação e entre investigadores.

Este livro não é um conjunto de receitas para resolver o problema do emprego. Antes, é um debate, baseado em investigação tão rigorosa quanto possível, que pode contribuir para identificar e entender as problemáticas do emprego, ajudar a interrogá-las mais sistematicamente, estimular mais pesquisa sobre os seus vários temas e ser tida em conta num debate que se pretende melhor sobre políticas públicas, emprego, produtividade e qualidade de vida dos trabalhadores.

Referências

- Ali, R. (2017). Mercados de Trabalho Rurais: Porquê são Negligenciados nas Políticas de Emprego, Pobreza e Desenvolvimento em Moçambique? In R. Ali, C. N. Castel-Branco & C. Muianga (orgs). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Ali, R. & Muianga, C. (2016). Emprego e condições sociais de trabalho nas agro-indústrias: contradições e desafios. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs). *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Ali, R., & Muianga, C. (2017). Integração da força de trabalho no sistema de acumulação de capital em Moçambique. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2017). Crises Económicas e Estruturas de Acumulação de Capital em Moçambique. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, R., & Isaacs, G. (2017). “Restauração da dignidade do nosso povo”: de salários sectoriais a um salário mínimo nacional na África do Sul. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Fine, B. & Saad-Filho, A. (2016). *Marx's Capital*. 6th Edition. London: Pluto Press.
- GdM (2015). Programa Quinquenal do Governo para 2015-2019. *Boletim da República*, I Série, Número 29, 2.º Suplemento.
- O’Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 3, pp. 9-32. Maputo: CEA/UEM.
- O’Laughlin, B. (2017a). Produtividade Agrícola, Planeamento e Cultura de Trabalho em Moçambique. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique*. Maputo: IESE.
- O’Laughlin, B. (2017b). Criação de emprego *versus* trabalho decente? Produção de cana e bem-estar dos trabalhadores no Sul de Moçambique. In R. Ali, C. N. Castel-Branco & C. Muianga (orgs). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Oya, C., Cramer, C., & Sender, J. (2017). Discrição e heterogeneidade nos mercados de trabalho rurais em Moçambique. In R. Ali, C. N. Castel-Branco & C. Muianga (orgs). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Wuyts, M. (2011). Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. *Boletim IDELAS*, 35. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?__target__=publications_ideias.
- Wuyts, M. (2017). Inflação e Pobreza: Uma Perspectiva Macroeconómica. In R. Ali, C. N. Castel-Branco & C. Muianga (orgs). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique*. Maputo: IESE.

Parte I:
Questões conceituais

Inflação e pobreza: uma perspectiva macroeconómica

Marc Wuyts

Na última década, tive oportunidade de ouvir os diálogos políticos sobre a macroeconomia do desenvolvimento em África, particularmente na Tanzânia e em Moçambique, e de neles participar. Quase invariavelmente, esses diálogos políticos tendem a centrar-se na relação entre pobreza e crescimento. O que me chamou a atenção, porém, é que, apesar desse enfoque na pobreza, a maior parte destes debates não menciona a questão da mão-de-obra e da sua condição de emprego no contexto de crescimento económico. Por outras palavras, discute-se a pobreza sem muita referência ao regime de acumulação predominante e à dinâmica do desemprego — visível ou encoberta.

Em vez disso, a abordagem dominante faz uma distinção clara entre os “pobres” e os “não-pobres” e formula então o problema do desenvolvimento puxando os pobres para o nível acima da linha de pobreza, sob o impulso do crescimento económico. O argumento corrente é que a adopção de um pacote de base de políticas macroeconómicas produzirá crescimento económico, que, por sua vez, levará à redução da pobreza. Este pacote, muitas vezes referido como “os princípios básicos”, diz respeito à promoção de baixa inflação, abertura do comércio, liberalização do mercado, boas políticas financeiras e boa governação. Num artigo influente sobre a política de desenvolvimento, Dollar & Kraay (2004: 57) defendem que “os nossos dados dão fortes indícios de que o crescimento económico e as políticas e instituições que o suportam, em média, beneficiam tanto os mais pobres da sociedade quanto quaisquer outros”. Por outras palavras, segundo estes autores, os dados sugerem que funciona sempre algum tipo de mecanismo de redistribuição de riqueza, que não se especifica qual seja. Outras contribuições tendem a apresentar mais *nuances*, referindo também mudanças na distribuição pessoal do rendimento — ou, como acontece frequentemente, das despesas dos agregados familiares. As “provas” destas abordagens consistem, principalmente, em análises com base em regressões econométricas de dados em painel de uma amostra de países. Estas regressões tornam-se então um substituto da teoria. Como dizem Lindauer & Pritchett (2002: 18), “poderia pensar-se que a comunidade do desenvolvimento não precisa de grandes ideias, posto que têm os resultados de regressões de crescimento”.

Ao nível prático da formulação de políticas, a premissa de que o crescimento reduz a pobreza tornou-se um verdadeiro mantra da indústria internacional de desenvolvimento, especialmente em África (mas não só), onde constitui um dos fundamentos das estratégias de redução da pobreza. Mais especificamente, defende-se que, se o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* crescer de forma significativa e se a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini (geralmente calculada com base em sucessivos inquéritos aos orçamentos familiares) não piorar consideravelmente, a incidência da pobreza (absoluta) deve, por conseguinte, baixar. Uma consequência desta ideia é que se investe muito tempo, dinheiro e trabalho na monitorização da relação entre o crescimento económico (medido pelo crescimento do PIB) e a incidência da pobreza, ajustada para alterações na desigualdade. Aproximadamente de cinco em cinco anos, consoante a frequência com que se realizam os inquéritos aos orçamentos dos consumidores, os decisores políticos e analistas do país e as agências doadoras aguardam ansiosamente para ver se, e em quanto, a incidência de pobreza baixou, como resultado do crescimento do PIB *per capita* no período anterior. Quando isso não acontece — como parece ser o caso na Tanzânia e em Moçambique —, diz-se que existe um paradoxo.

Para ser honesto, estou farto de ouvir estes debates. A sua finalidade muitas vezes parece ter mais que ver com o preenchimento de *checklists* de monitorização das estratégias de redução da pobreza para justificar os fluxos contínuos de ajuda externa do que lidar com o que está de facto a acontecer nessas economias e como a política económica pode conseguir influenciar os resultados.

A monitorização parece ter-se tornado mais importante do que a análise e, como o que está em jogo é muito importante, não surpreende que isto muitas vezes leve a discussões bastante acaloradas, especialmente quando se afirma existir um tal paradoxo. Isto, por sua vez, dá origem a mais uma infinidade de estudos encomendados e de discussões sobre políticas, que, invariavelmente, se centram nos dados ou nos métodos utilizados na monitorização da relação entre crescimento e redução da pobreza.

O que precisa de ser posto em causa é a própria premissa: a noção de que a adopção dos princípios básicos — o núcleo das políticas macro que subjazem às estratégias de redução da pobreza — em conjunto com os mecanismos abstractos de mercado produzirão crescimento em prol dos pobres. A este respeito, a economia dos EUA tem sido muitas vezes — explícita ou implicitamente — considerada como um exemplo de um modelo de desenvolvimento capitalista de “mercado livre” sem restrições, cujas proposições subjacentes são, geralmente, tidas como válidas. Na discussão sobre política de desenvolvimento, especialmente desde a década de 1980, este modelo e a experiência dos EUA como exemplo fundiram-se em formas que levaram à elaboração de políticas prescritivas em que essas propostas vieram a assumir o estatuto de axiomas de desenvolvimento geralmente aceites

(Wuyts, 2011: 439). Isto justifica, então, um salto audaz do crescimento do PIB *per capita* para a redução da incidência da pobreza, sem qualquer especificação dos mecanismos que pretensamente os interligam.

Um estudo recente do *boom* da economia dos EUA de 2000 a 2007, imediatamente antes da crise financeira, chegou, contudo, à surpreendente conclusão de que “a economia teve um bom desempenho, a não ser para as pessoas que dela fazem parte” (Mishel *et al.*, 2009: 47). Isto ajuda a lembrar-nos de que a relação entre crescimento e redução da pobreza não pode ser considerada um axioma, nem sequer para um país em si e muito menos para fins de comparação entre países. Pelo contrário, como este estudo demonstra, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores depende não só do crescimento da produtividade como também da medida em que esse crescimento se traduz em crescimento dos rendimentos do trabalho e se isso é ou não acompanhado por um crescimento do emprego. A forma como estes elementos se combinam, sob o impulso da política económica, pode diferir muito de país para país, mesmo que tenham taxas de crescimento semelhantes; e em conjunturas históricas diferentes, mesmo num único país.

Quando aceitamos que as economias de mercado não têm um piloto automático que nos conduz a melhores condições para todos, surgem de imediato as questões de como a política económica determinará “quem beneficia” e “que processos de produção serão promovidos” (Minsky, 1986: 8). Isto — defendo — são as verdadeiras questões que têm de ser abordadas. No entanto, isso exige que mudemos a tónica, pondo-a de novo na análise em vez de na monitorização. Na realidade, não se pode partir do princípio de que o crescimento se espalhará automaticamente por todos. Em vez disso, para se descobrir se o crescimento beneficia os pobres ou não, é necessário ter de novo em conta a produção, a acumulação e a condição do trabalho assalariado, tornando assim visíveis os mecanismos subjacentes.

Que o crescimento aconteça à custa dos pobres não é apenas uma possibilidade teórica, nem é uma ideia nova. Os pioneiros da economia do desenvolvimento estavam perfeitamente conscientes das implicações práticas desta possibilidade. Kalecki (1963), em particular, mostrou que o crescimento económico pode dar-se à custa dos pobres, se for acompanhado de inflação nos preços dos bens de primeira necessidade. Ao olhar para as experiências em Moçambique e na Tanzânia, em especial nos últimos dez a quinze anos, observo que isto continua a constituir um perigo real. Quando ouço os debates actuais sobre políticas em África, todavia, constato que as ideias de Kalecki foram em grande parte esquecidas ou descartadas. No entanto, a julgar pelas experiências recentes, a questão que o autor colocou no passado não desapareceu. Pelo contrário, ressurgiu até com maior vigor, especialmente nos últimos dez anos. Faz sentido, portanto, visitar as ideias de Kalecki, não para se ficar pelo passado, mas sim para olhar para o futuro.

A preocupação de Kalecki não era a inflação em geral, mas um tipo particular de inflação, a saber, o aumento persistente do preço dos bens de primeira necessidade como resultado do crescimento económico. Não é, pois, apenas a taxa de inflação que conta, mas também o *tipo* de inflação. A questão é que diferentes tipos de inflação se caracterizam por diferentes comportamentos dos movimentos de preços relativos de grandes categorias de produtos (ver também Warren, 1977: 2).¹ Consequentemente, agregar movimentos de preços relativos muitas vezes divergentes num único índice de inflação pode ser enganador e levar ao problema a que Myrdal chamou “agregação deslocada” (Warren, 1977: 2; Myrdal, 1968: vol. 3, anexo 3).

Esta questão é muitas vezes ignorada. Na verdade, na economia neoclássica, faz-se uma distinção clara entre a determinação dos preços relativos — o domínio da microeconomia — e a determinação do nível geral de preços — o domínio da macroeconomia. A inflação — um resultado macro — é, pois, considerada um fenómeno monetário, que não afecta a determinação dos preços relativos e os bens produzidos, consumidos ou investidos. Assim, na economia neoclássica, não faz sentido falar de diferentes tipos de inflação.

Em contrapartida, como Minsky (1986: 283) explicou, Kalecki via os preços numa economia de acumulação como “portadores de lucros e [como] veículos pelos quais se força um excedente”. Os preços dos bens de primeira necessidade, em particular, dependem da taxa de acumulação de uma economia, já que os rendimentos ganhos na produção de bens de investimento ou de exportações para financiar as importações de bens de investimento se combinam com os rendimentos ganhos na produção de bens de consumo para financiar a procura de bens de consumo, de produção nacional ou importados. Aumentar o índice de crescimento de uma economia — defendia Kalecki — como resultado de uma maior taxa de investimento vai aumentar a procura efectiva de bens de consumo, o que, se a produção de bens de consumo não puder dar resposta, provocará uma inflação do preço dos produtos de primeira necessidade. Mudanças do preço relativo provocadas pelo crescimento através da inflação do preço de bens de primeira necessidade — alimentos de base, em particular — pode, por conseguinte, levar ao desgaste dos rendimentos reais dos pobres.

Um corolário deste argumento é que o crescimento do PIB *per capita* nem sempre pode ser equiparado ao crescimento do nível de vida médio.² Na realidade, o PIB de um país mede o total do valor acrescentado da sua produção interna, que inclui a produção de bens de consumo, bens de investimento e exportações (depois de compensar as importações). Para medir o crescimento económico ao longo do tempo, calcula-se o PIB com preços constantes. Consequentemente, o deflacionador apropriado aqui é o implícito do PIB, que representa a taxa geral de inflação da produção interna agregada

1 Ver também Badhuri (2006) e Rakshit (2009).

2 Ver também Wuyts (2011: 441-444).

(= valor acrescentado bruto). Para medir mudanças reais nos padrões de vida, porém, importam os preços dos bens de consumo. Neste caso, o deflacionador adequado é, pois, o índice de preços ao consumidor (IPC). O fundamental do argumento de Kalecki é que estes dois índices de preços diferentes não andam forçosamente a par um do outro ao longo do tempo. Mais especificamente, é possível que os preços para o consumidor subam mais depressa (ou mais devagar) do que o aumento geral dos preços da produção interna. Se tal acontecer, o crescimento do nível de vida médio será menor (ou maior) que o crescimento do PIB *per capita*.

No caso de Moçambique, por exemplo, no período de 2002 a 2010, o PIB cresceu 7,4% ao ano, e o crescimento da população foi de $\pm 2,4\%$ ao ano, o que significa que o PIB *per capita* cresceu cerca de 5% ao ano. A taxa de inflação para o deflacionador implícito do PIB foi de 7,5% ao ano, contra 9,8% para o índice de preços ao consumidor, uma diferença de 2%. O crescimento potencial do nível de vida médio, portanto, deve ser corrigido em função deste diferencial entre as taxas de inflação; logo, o nível de vida médio cresceu no máximo cerca de 3% (= 5% - 2%) ao ano.

A principal preocupação de Kalecki, contudo, era o perigo da inflação dos preços dos alimentos. Kalecki apresentava várias razões para se centrar nos preços dos produtos alimentares em particular. Em primeiro lugar, é para o consumo de alimentos que vai a maior parte das despesas domésticas. Na Tanzânia, por exemplo, em 2007, a média de consumo de alimentos *per capita* como percentagem do consumo médio *per capita* era de 59%. Esta percentagem diferia entre zonas urbanas e rurais: em zonas urbanas, essa percentagem era de 46%; em zonas rurais, era de 64%. Como seria de esperar, a percentagem de alimentos não comprados no consumo total de alimentos era muito maior nas áreas rurais do que nas zonas urbanas, mas, ao contrário do que normalmente se pensa, a população rural não depende principalmente de alimentos produzidos para consumo próprio. Na verdade, a percentagem de alimentos não comprados no consumo total de alimentos em zonas rurais era de cerca de 44%.³

Em segundo lugar, os níveis médios de consumo *per capita* não assinalam tudo. Na realidade, os padrões de consumo diferem marcadamente de família para família, consoante sejam mais pobres ou mais ricas, porque, de acordo com a lei de Engel, a percentagem do rendimento gasta em produtos alimentares baixa conforme o rendimento aumenta. Isto implica que o aumento dos preços dos produtos alimentares afecta muito mais os pobres do que os ricos (Kalecki, 1963). Um corolário deste argumento é que, quando se analisa a desigualdade no rendimento e no consumo, o que importa são as mudanças na distribuição *real* dos rendimentos, e não apenas na sua distribuição *monetária*.

3 Há que ser cauteloso com este cálculo, já que, obviamente, se chega ao valor dos produtos alimentares não comprados usando um peço imputado para calcular o valor do seu consumo.

A terceira razão para o enfoque específico de Kalecki na inflação dos produtos alimentares é o seu postulado de que os mecanismos de ajustamento macroeconómico diferem marcadamente entre a agricultura e a não-agricultura. O seu argumento é o seguinte: o crescimento do rendimento impulsionado pelo investimento leva ao crescimento da procura de bens de consumo — em particular, bens de primeira necessidade. Se isso leva ou não a pressões inflacionárias sobre os preços desses bens, depende da capacidade da oferta de bens de primeira necessidade (ou seja, a produção nacional ou a importação) de responder ao aumento da procura. Se a oferta responder, os preços não serão grandemente afectados. Além disso, se a oferta responder através da expansão da produção interna, o crescimento será estimulado como resultado de efeitos multiplicadores na economia. Se a oferta for incapaz de responder, os preços aumentarão, com consequências negativas para os rendimentos reais.

Ora, Kalecki (1954, 1963) defendeu que, numa economia em desenvolvimento, é provável que se verifiquem ambos os processos. Mais especificamente na agricultura, o equilíbrio do mercado de curto prazo é alcançado, mormente, através de ajustamentos de preços que conciliam a procura com a oferta disponível (que depende principalmente da colheita anterior). Por outras palavras, uma colheita abundante fará baixar os preços; por outro lado, quando a colheita é pequena (por exemplo, devido a condições climáticas adversas), os preços subirão para ajustar a procura à diminuição da oferta. Em contrapartida, na indústria (e serviços), são os ajustamentos de quantidade que são o principal determinante do equilíbrio de mercado, com preços determinados com uma margem sobre os custos variáveis. A utilização da capacidade produtiva aumenta ou diminui, portanto, consoante o nível de procura efectiva. Finalmente, se o aumento do preço dos alimentos fizer subir os salários nos sectores não agrícolas, os preços dos bens não agrícolas subirão também como resultado do aumento de custos com salários.

Mas o argumento de Kalecki não dizia respeito apenas ao curto prazo, o autor mostrava-se também, de facto, profundamente pessimista em relação à capacidade da agricultura — e da produção de alimentos básicos em particular — de responder ao crescimento da procura numa perspectiva a longo prazo. O seu argumento não era de natureza malthusiana, mas sim assente na sua crença de que as disposições institucionais de produção e comércio agrícola nas economias em desenvolvimento limitavam o seu potencial crescimento em produtividade e produção. Estes factores institucionais eram a prevalência da propriedade fundiária feudal e a subjugação dos camponeses aos comerciantes e prestamistas. O problema do financiamento do desenvolvimento, defendia Kalecki (1963: 51), consistia em assegurar o crescimento adequado da agricultura através da eliminação desses obstáculos institucionais.

O argumento de Kalecki tem consequências importantes para a política económica. Em primeiro lugar, como assinalou o economista indiano Rakshit (2009: 39), implica

que “o comportamento do nível geral de preços não pode constituir um bom indicador para a formulação de políticas”. Mais especificamente, na análise dos mecanismos de ajustamento, são os diferenciais do produto entre a procura e a oferta nos dois sectores (agricultura e não-agricultura) *separadamente*, e não o diferencial do produto total, que importam para a concepção de políticas (*ibid.*). A razão é que, como explicado, os mecanismos de ajustamento económico funcionam de forma diferente nos dois sectores: na agricultura, os preços equilibram o mercado, enquanto na indústria e nos serviços são as quantidades (ou seja, mudanças na utilização da capacidade produtiva) que o fazem.

Em segundo lugar, a natureza diferencial destes mecanismos de ajustamento na agricultura e na não-agricultura implica “a possibilidade de actuação simultânea de restrições na procura e na oferta, as primeiras no sector não agrícola e as segundas no sector primário” (*ibid.*: 38). Além disso, essas restrições podem interagir. Por exemplo, a inflação dos preços na agricultura — nos produtos alimentares, em particular — pode levar à diminuição da utilização da capacidade produtiva e também à inflação pelos preços no sector não agrícola, porque a procura de alimentos é relativamente inelástica em relação a preços e rendimentos (*ibid.*).

Não há, por conseguinte, razão para acreditar que os preços de bens de consumo alimentares e não alimentares evoluam paralelamente, e é útil, portanto, examinar o seu comportamento separadamente ao longo do tempo. Em Moçambique, por exemplo, no período de 2002 a 2010, a taxa média da inflação dos preços dos alimentos foi de 11,3% ao ano, contra 7,6% para os bens de consumo não alimentares, uma diferença de 3,7%. A taxa de inflação no deflacionador do PIB foi semelhante à dos bens de consumo não alimentares. Além disso, no mesmo período, a produção nacional de alimentos em Moçambique foi muito variável, com baixos níveis de crescimento geral da produção, tornando o País mais dependente de importações. De 2002 a 2008, a produção de alimentos aumentou 2,2% ao ano (o que é menos do que o crescimento da população) e a produtividade (medida pelas colheitas) baixou -2,7% ao ano.⁴ Durante este período, os preços mundiais dos produtos alimentares subiram rapidamente, o que acarretou um aumento dos preços de importação de alimentos.

Ao mesmo tempo, assistiu-se em Moçambique a impressionantes taxas de crescimento. Todavia, o que importa para a redução da pobreza não é apenas a taxa de crescimento mas também o tipo de economia que o crescimento cria no processo e que — no caso de Moçambique — parece ser bastante desequilibrado a favor da produção de exportação impulsionada por megaprojectos. A lição parece ser que, embora a produção de exportação seja sem dúvida importante, o que vale é a expansão da produção de bens de primeira necessidade para o mercado interno, especialmente alimentos. Em 2008 e 2010, por exemplo, apesar de se terem registado elevadas taxas

⁴ Governo de Moçambique (2010).

de crescimento, assistiu-se em Moçambique a graves motins urbanos resultantes do aumento dos preços dos alimentos (e combustível).

O que Kalecki defende é muitíssimo pertinente ainda hoje: a inflação provocada pelo crescimento do preço relativo dos alimentos não pode ser ignorada como dimensão importante da ligação entre crescimento económico e redução da pobreza.

É necessário, contudo, fazer aqui uma ressalva. Pode efectivamente argumentar-se que as consequências negativas de um aumento do preço relativo de alimentos afectam principalmente as zonas urbanas, mas que os produtores rurais serão beneficiados com o aumento dos preços dos produtos alimentícios. Por conseguinte, como a incidência da pobreza é maior nas zonas rurais do que nas urbanas, o aumento do preço dos produtos alimentares reduzirá as desigualdades gerais e também a incidência geral da pobreza, dado que a maioria da população vive em zonas rurais.

É um ponto importante. O aumento dos preços dos alimentos beneficiará os produtores rurais. A questão, porém, é se o faz uniformemente para toda a população rural. De facto, como já referido, na Tanzânia, mais de metade dos alimentos consumidos em zonas rurais é comprada nos mercados e, portanto, não apenas produzida para consumo próprio. Um estudo realizado por Sachi (2008: 21-22), com base em dados do Malawi, mostrava que cerca de 9% dos agregados familiares rurais desse país eram produtores de milho, mas a maioria não era auto-suficiente nos seus alimentos de base: para 2004/5, a mediana da auto-suficiência era de sete meses, sugerindo que, cinco meses antes da colheita seguinte, metade dos agregados familiares inquiridos ficava sem a sua própria reserva de milho. É de notar, contudo, que a baixa produção de milho não significa forçosamente que os agregados familiares rurais tenham insegurança alimentar, já que o rendimento de fontes não agrícolas e de culturas de rendimento desempenha um papel significativo na determinação da segurança alimentar de um agregado familiar rural. Além disso, uma grande percentagem dos camponeses não são apenas produtores deficitários de alimentos, mas vendem também muitas vezes produtos alimentares a preços mais baixos logo após a época da colheita para pagar dívidas ou para cobrir as despesas necessárias e acabam mais tarde por comprar alimentos a preços mais elevados. Por outras palavras, como Kalecki assinalava, os benefícios dos aumentos de preços nem sempre vão para os produtores directos, podendo antes vir a tornar-se lucros dos comerciantes e prestamistas. Por fim, o que também importa é até que ponto a mão-de-obra rural depende do trabalho assalariado e, assim, de salários que garantam as suas condições de vida, incluindo o pagamento da alimentação. Se o aumento do preço dos alimentos levar a um aumento dos salários rurais reais, os assalariados rurais serão beneficiados; se apenas aumentar os rendimentos monetários dos produtores excedentários e dos comerciantes, não o serão. Em conclusão, se um aumento do preço dos produtos alimentares beneficiará ou não a maioria das pessoas das comunidades rurais depende

de desigualdades existentes nos rendimentos rurais e nos bens possuídos e da natureza predominante das relações de emprego na economia rural. Infelizmente, não se faz pesquisa suficiente sobre esta questão nem na Tanzânia, nem em Moçambique.

Em resumo, para evitar que o crescimento económico se dê à custa dos trabalhadores pobres, Kalecki “defendia um “crescimento equilibrado” entre a agricultura e a indústria — sendo o equilíbrio ditado pela necessidade de manter a inflação de bens salariais dentro de limites socialmente aceitáveis” (Storm, 2015: 682). Mais especificamente, “a ideia fundamental de Kalecki era que isso só se poderia conseguir através de uma gestão cuidadosa dos termos de troca entre agricultura e indústria, de modo a não os fazer baixar demasiado (para não matar a galinha agrícola que põe os ovos de ouro para o sector industrial), nem a deixá-los aumentar muito (porque isso iria prejudicar os salários reais e os lucros na indústria e travar prematuramente a expansão industrial)”, uma ideia a que se voltará mais adiante (*ibid.*). É importante salientar, a propósito, que não é o crescimento da agricultura que importa, mas sim o crescimento da produção nacional de alimentos — alimentos básicos, em particular — para a procura interna.

O argumento de Kalecki centrava-se, sobretudo, nos termos de troca *internos*, mas também é possível, obviamente, equilibrar a procura e a oferta agregadas de alimentos através do recurso a importações de alimentos. Neste aspecto, há, por exemplo, uma diferença significativa entre a Tanzânia e Moçambique. Ambos os países importam alimentos, mas na Tanzânia mantém-se, em grande medida, a auto-suficiência alimentar agregada, ao passo que em Moçambique a produção de alimentos *per capita* para o mercado interno tem vindo a diminuir de forma constante, acentuando assim a necessidade de importar produtos alimentares para equilibrar a procura interna (Brito *et al.*, 2015: 13).

Um maior recurso a alimentos importados significa que, além dos termos de troca internos, entram em jogo dois outros rácios de preços relativos para determinar se o crescimento económico se dá à custa dos trabalhadores pobres: os termos de troca *externos* e a taxa de câmbio *real*.

Os termos de troca *externos* definem-se como a razão entre os preços de exportação e os preços de importação, como segue:

$$\text{Termos de troca externos} = \frac{\text{índice de preços de exportações}}{\text{índice de preços de importações}}$$

Se os termos de troca externos vão contra o país e os preços de exportação baixam relativamente aos preços de importação, decorre daí que o mesmo volume de exportações pode comprar menos importações, restringindo, assim, a capacidade de importação do país em termos *reais*.

A taxa de câmbio *real* é a taxa de câmbio nominal ajustada à diferença entre a taxa de inflação nacional e a taxa de inflação no mercado mundial, como segue:

$$\text{Taxa de câmbio real} = \text{taxa de câmbio nominal} \times \frac{\text{índice de preços mundiais (em dólares)}}{\text{índice de preços de produtos nacionais (em moeda nacional)}}$$

A taxa de câmbio *nominal* é medida como o preço da moeda nacional por dólar. Os movimentos da taxa de câmbio real ao longo do tempo, não reflectem, assim, apenas as alterações do câmbio nominal, mas também as taxas de inflação *diferenciais* entre os preços dos bens comercializados internacionalmente (importações e exportações), por um lado, e os preços de bens e serviços produzidos e vendidos exclusivamente no mercado doméstico.

Dado que países como a Tanzânia e Moçambique se limitam, essencialmente, a seguir os preços dos mercados internacionais, o efeito imediato de uma depreciação da taxa de câmbio nominal — que é um aumento do preço do dólar, implica que a moeda nacional valha menos em relação ao dólar — é os preços dos bens comercializados internacionalmente (exportações e importações) subirem em termos de moeda nacional, o que acarretará uma depreciação da taxa de câmbio real, se a inflação dos preços dos produtos nacionais for controlada.

Os mecanismos económicos que determinam os respectivos movimentos de cada um destes dois rácios de preços relativos — os termos de troca externos e o câmbio real — são diferentes, e, por conseguinte, as suas alterações ao longo do tempo não coincidem forçosamente. Contudo, quando coincidem, especialmente quando a uma baixa significativa dos termos de troca internos se junta uma rápida depreciação da taxa de câmbio real, a dependência das importações de alimentos torna-se particularmente precária, como resultado da inflação dos preços dos alimentos básicos, que afecta desproporcionadamente os rendimentos reais dos pobres.

Esta combinação de baixa dos termos de troca com um declínio acentuado da taxa de câmbio real foi uma característica essencial do trajecto da economia moçambicana em 2015, um processo que acelerou particularmente no final do ano e que é provável que continue em 2016. Nessa altura, como observou o Instituto de Estatística, a inflação para o consumidor em Moçambique aumentou de uma taxa homóloga de 6,27% em Novembro para 10,55 % em Dezembro, seguindo o aumento do custo dos alimentos, electricidade e água. A queda dos preços das matérias-primas de exportação nos mercados internacionais (bem como os atrasos na exploração de gás natural) causou uma baixa das receitas de exportação, enquanto os preços de importação, incluindo o preço das importações de produtos alimentares, aumentou acentuadamente em função da rápida depreciação do metical, de 62% em relação ao dólar e de 29% em relação ao rand,

desde o início do ano até princípios de Dezembro. A pressão sobre o metical, porém, não resultou apenas da baixa das receitas de exportação relativamente às necessidades de importação, reflectiu também o efeito combinado de um declínio significativo da ajuda externa e, sobretudo, do pesado endividamento do país, sobretudo por causa do desastre da Ematum, um investimento caro e mal concebido que falhou, financiado através da emissão de obrigações no estrangeiro, o que, afirmou o Fundo Monetário Internacional (FMI), implica efectivamente uma duplicação do serviço da dívida pública.

É necessária aqui uma ressalva. Este exemplo da evolução recente em Moçambique não deve levar-nos a concluir que a dependência da importação de alimentos é, por si só, prejudicial para o desenvolvimento económico. Na realidade, historicamente, países com uma industrialização bem-sucedida, como a Coreia do Sul e Taiwan, dependiam de exportações de bens industriais, complementada pela ajuda externa dos EUA, para importar, em troca, produtos alimentares, podendo, dessa forma, manter os preços dos alimentos e salários reais baixos num contexto de rápida industrialização e urbanização, e permitindo, assim, que a indústria tivesse custos mais competitivos do que teria tido noutras condições (Storm, 2015: 685). Nestes países, contudo, este recurso às importações de alimentos para impulsionar o processo de criação de uma industrialização bem-sucedida não implicou a negligência de um processo de modernização agrícola. Pelo contrário, num processo que precedeu o início da industrialização, estes estados da Ásia Oriental recorreram a grandes intervenções directas conduzidas pelo Estado, incluindo reformas agrárias, políticas de tecnologia igualitária, investimentos públicos em infra-estrutura e irrigação, concessão de crédito rural em regime de monopólio estatal e reformas institucionais através da formação de organizações de agricultores e associações de regantes e de camponeses destinadas à difusão do conhecimento tecnológico, para efectuar uma transformação agrária e o consequente aumento da produtividade agrícola (*ibid.*).

Permitam-me aqui uma breve pausa. Até ao momento, reafirmei e desenvolvi a ideia de Kalecki de que o crescimento económico não deve dar-se à custa da inflação de preços dos bens de primeira necessidade — produtos alimentares, em particular —, uma vez que isso prejudicará os pobres de uma forma desproporcionada. O argumento de Kalecki tinha que ver com a maneira como o crescimento económico poderia ter um impacto negativo nos padrões de vida dos trabalhadores, particularmente os pobres. Agora, pretendo ir mais longe neste argumento. Defenderei que a inflação induzida pelo aumento do preço relativo dos bens de primeira necessidade — e de produtos alimentares, em especial — numa economia em desenvolvimento não afecta apenas os padrões de vida dos pobres mas também a sua condição de emprego e a sua taxa de expansão. Por outras palavras, o aumento do preço relativo dos bens de primeira necessidade não afecta apenas a forma como os pobres vivem mas também como trabalham.

Infelizmente, desde a década de 1980, em que se assistiu à aplicação de políticas de ajustamento estrutural em África, que o emprego deixou mais ou menos de ser um objectivo político expresso. Primeiro, a redução da mão-de-obra foi considerada prioritária para cortar gastos públicos e para reduzir o tamanho das empresas públicas. Mais tarde, quando as questões sociais voltaram a estar na ordem do dia, foi a pobreza, e não o emprego, que se tornou o foco das políticas. O emprego, se chegava a ser abordado, era em grande medida relegado para a questão da política social, mas não da política económica.

Mais recentemente, porém, o emprego regressou à agenda política em África. Dadas as minhas raízes keynesianas, congratulo-me com esta recente mudança de direcção. De facto, diria que, talvez paradoxalmente, uma mudança de ênfase das políticas da pobreza para o emprego pode contribuir muito para uma redução eficaz da pobreza em África. Mas isto não significa que o crescimento do emprego por si só resolva os problemas. O que importa é que o crescimento do emprego seja acompanhado não só de crescimento da produtividade como também de crescimento dos rendimentos salariais. Por outras palavras, o crescimento do emprego não deve dar-se à custa da diminuição dos salários reais, uma vez que isso apenas levará ao aumento do número de trabalhadores pobres. É esta questão que passo agora a abordar.

A este respeito, é importante distinguir o papel dos salários como fonte de rendimento (e, logo, também como fonte de procura de bens de consumo) do seu papel como custo de produção (que, na produção capitalista, é importante para a competitividade de uma indústria). Para o trabalhador, o que mais importa é o salário como modo de assegurar a subsistência. O salário real, que, na prática, é calculado deflacionando o salário nominal pelo índice de preços no consumidor, mede o padrão de vida que o trabalhador pode comprar com o seu salário nominal. Um aumento do salário real (que implica que o salário nominal suba mais depressa do que os preços dos bens de consumo) implica uma melhoria do padrão de vida para o qual um trabalhador dispõe de meios económicos; uma baixa do salário real (que implica que os preços aumentem mais que os salários nominais) faz baixar o nível de vida.

Do ponto de vista do empregador da mão-de-obra, contudo, o que mais importa são os custos unitários da mão-de-obra, o custo do trabalho por unidade de produção gerada (valor acrescentado). Os custos unitários do trabalho são a parte dos salários no valor acrescentado. Para um determinado nível nominal de produtividade do trabalho, o aumento dos salários faz contrair os lucros, e, inversamente, a baixa dos salários leva a um aumento dos lucros. O aumento dos salários terá um efeito adverso no emprego, posto que o trabalho se tornou mais caro, e a baixa dos salários, pelo contrário, estimulará o emprego, uma vez que se tornou mais barato empregar mão-de-obra.

Este último argumento é muitas vezes interpretado como implicando, ao promover um processo de industrialização impulsionado pelas exportações e assente numa

produção com uso intensivo de mão-de-obra, uma situação inevitável de conflito entre o nível dos salários reais e o nível de emprego. Por outras palavras, o aumento do emprego exige níveis mais baixos de salários reais. Contudo, este pressuposto é problemático, por duas razões, sendo a segunda de particular importância para o argumento de Kalecki.

Em primeiro lugar, como Amsden (1997: 125) apontou, uma solução alternativa para este dilema é aumentar a produtividade, em vez de fazer baixar os salários reais. Amsden discutia aqui os desafios que os países recentemente industrializados, como a Coreia do Sul e Taiwan, enfrentam ao desenvolverem uma indústria têxtil, quando confrontados com a concorrência da já bem estabelecida indústria têxtil japonesa (onde, apesar de os salários serem mais elevados, os custos unitários da mão-de-obra são menores, porque a produtividade do trabalho é consideravelmente maior). Para conseguir maior competitividade, defendia a autora, pode recorrer-se a duas estratégias alternativas viáveis: uma consiste em baixar os salários reais (a política levada a cabo no âmbito do ajustamento estrutural), a outra em aumentar a produtividade através do investimento em capital fixo, a que chamou “aprendizagem subsidiada”, que identificava como o modelo da Ásia Oriental.

Em segundo lugar, e isto é importante, aquele argumento também ignora que os custos unitários do trabalho dependem da relação entre o salário nominal pago por unidade de produção e o valor acrescentado (em termos nominais) por unidade de produção, e não do salário real. Um exemplo hipotético simples pode ajudar a esclarecer este segundo ponto.

Consideremos o caso de uma empresa fabril com mão-de-obra intensiva e orientada para a exportação e suponhamos que o preço dos alimentos básicos diminui significativamente (por exemplo, como resultado de uma colheita abundante), enquanto os salários nominais e os preços da indústria permanecem inalterados. Neste caso, o salário real subirá como resultado da baixa do custo de vida, devido à baixa dos preços dos alimentos, mas os custos unitários da mão-de-obra da empresa não se alteram, dado que os salários nominais e o valor agregado da empresa continuam a ser os mesmos. Por outras palavras, neste caso, o aumento do salário real não afecta a rentabilidade da empresa e não terá, por isso, efeitos adversos no emprego.

Por outro lado, o efeito imediato de um aumento do preço dos produtos alimentares, mantendo todo o resto constante, é uma redução do salário real, por causa do aumento do custo de vida, mas os custos unitários de mão-de-obra da empresa permanecem inalteradas. Neste caso, os trabalhadores provavelmente procurarão obter um aumento dos salários nominais, para compensar a perda de rendimento real, devido ao aumento do custo dos bens alimentares, e, se for satisfeita a sua reivindicação de salários nominais mais elevados, os custos unitários da mão-

de-obra subirão, a não ser que a empresa consiga transferir o aumento dos custos do trabalho, aumentando o preço dos produtos. Se a empresa conseguir aumentar o preço dos seus produtos e os salários nominais aumentarem, os lucros contrair-se-ão, o que pode levar o empregador a contratar menos trabalhadores.

Este exemplo hipotético simples mostra por que razão os termos de troca internos entre a agricultura (ou, mais precisamente, a produção de alimentos para o mercado interno), por um lado, e a indústria e serviços, por outro, são muito importantes para o desenvolvimento de produção assente em mão-de-obra intensiva fora da agricultura. A razão é que, como Storm (2015) defendia, a viabilidade da produção com mão-de-obra intensiva fora da agricultura depende essencialmente da forma como o equilíbrio entre a agricultura e a não-agricultura evolui e é gerido através de acção estatal no processo de crescimento económico. Além disso, como já referido, se a oferta de alimentos no mercado interno for, ademais, muito dependente de importações, os movimentos combinados dos termos de troca externos e da taxa de câmbio real entrarão também em jogo paralelamente aos movimentos dos termos de troca internos.

Recapitulando, há duas possibilidades que tendem a verificar-se quando o preço dos produtos alimentares sobe muito mais depressa do que os preços da economia, como aconteceu várias vezes em Moçambique na última década. Em primeiro lugar, se os salários nominais fora da agricultura se ajustarem para cima, para manter constante o salário real, os custos unitários da mão-de-obra aumentarão também, o que gerará uma compressão dos lucros, especialmente na produção assente em mão-de-obra intensiva. Consequentemente, o emprego fora da agricultura pode baixar ou o seu aumento pode ser travado. Se, pelo contrário, o salário nominal não se ajustar ao aumento do custo de bens salariais, os custos unitários da mão-de-obra permanecem os mesmos e os efeitos no emprego serão atenuados, mas os salários reais baixarão, e, nesse caso, o ajustamento dar-se-á às custas da queda dos salários reais, o que pode levar a um aumento da incidência da pobreza.

Na prática, o que acontece muitas vezes é que se dá uma combinação destes dois processos, se, por um lado, os salários reais forem, pelo menos em parte, protegidos no sector formal, restringindo assim o seu potencial de expansão do emprego, mas baixarem no sector informal desprotegido, que se torna então uma “lixreira” para trabalhadores pobres.

A história recente de Moçambique dá-nos um exemplo interessante do dilema que representam estes dois processos em acção. Em 2011, o Governo de Moçambique aprovou um conjunto de medidas de austeridade num contexto em que os preços dos alimentos e dos combustíveis sofriam uma acentuada subida. Em resposta a um debate nacional sobre negociações salariais e protecção social, o Governo de Moçambique anunciou que iria introduzir um esquema de fornecimento de

um cabaz básico de produtos alimentares a preços mais baixos, para proteger o poder de compra das famílias com rendimentos abaixo dos 75 dólares americanos (2.500 meticais) mensais. O director nacional de Estudos e Análise de Políticas do Ministério da Planificação e Desenvolvimento explicou que a implementação deste cabaz subsidiado era melhor do que o aumento dos salários, porque estes desencadeiam inflação. Contudo, o que não ficou claro no início foi quais seriam os beneficiários destas medidas de protecção. No entanto, tornou-se depois evidente que o director nacional procurou proteger, parcialmente, os trabalhadores de baixo rendimento do sector formal da erosão dos salários reais. Isto provocou fortes críticas, com o argumento de que a incidência da pobreza era muito maior entre os trabalhadores do sector informal. As promessas posteriores de incluir no esquema todos os trabalhadores rapidamente levaram ao fim desse mesmo esquema: primeiro, a sua introdução foi adiada e, depois, foi formalmente abandonado, tudo em menos de quatro meses.

Em conclusão, o objectivo deste capítulo foi trazer de volta aos debates modernos algumas ideias antigas de economia do desenvolvimento, o que talvez apenas reflecta a minha idade — uma espécie de nostalgia pela economia política à antiga. Contudo, penso que algumas destas ideias — devidamente adaptadas aos contextos modernos — continuam a ser pertinentes, especialmente tendo em conta os problemas que o aumento dos preços dos produtos alimentares (e do combustível) causa actualmente em Moçambique. Na minha perspectiva, e apesar do seu crescimento económico significativo, Moçambique encontra-se, de facto, no fio da navalha, numa situação em que o crescimento económico se faz à custa dos trabalhadores pobres, um processo que ameaça não só intensificar as dificuldades económicas mas também propiciar maior instabilidade e polarização política e social.

Confiar apenas no mantra de que o crescimento económico reduzirá a pobreza monetária e limitar assim os debates económicos à monitorização de como o crescimento se relaciona com a redução da incidência da pobreza diz-nos pouco de como os mecanismos macro influenciam, de facto, a forma como os trabalhadores, incluindo os pobres, vivem e trabalham hoje em dia. Contrariamente, defendo que vale a pena voltarmo-nos para as inter-relações macro entre produtividade, rendimentos salariais e emprego, para lidar com a dinâmica da pobreza e da desigualdade nas economias em desenvolvimento, em geral, e em Moçambique, em particular. É de especial importância prestar atenção à advertência de Kalecki de que o crescimento económico não deve dar-se à custa dos pobres, alimentando a inflação dos preços dos bens de primeira necessidade. Não é apenas uma questão de garantir salários dignos para os trabalhadores, mas também de garantir a viabilidade da produção assente em mão-de-obra intensiva fora da agricultura sem que se torne um vazadouro para os trabalhadores pobres.

Referências

- Amsden, A. (1997). A strategic policy approach to government intervention in late industrialization. In Solimane (ed.). *Road Maps to Prosperity: Essays in Growth and Development*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Atkinson, A. B. & Lugo, M. A. (2010). Growth, poverty and distribution in Tanzania. *Working Paper 10/0831*. IGC (International Growth Centre). Disponível em: <http://www.theigc.org/node/1261>.
- Bhaduri, A. (2006). Structural change and economic development: on the relative roles of effective demand and the price mechanism in a “dual economy”. In Bhaduri. *Employment and Development. Essays from an Unorthodox Perspective*, 110-123. Nova Deli: Oxford University Press.
- Brito, L., Chaimite, E., Pereira, C., Posse, L., Sambo, M. & Shankland, A. (2015). *Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008-2012)*. *Cadernos IESE*, 14P/2015. Maputo: IESE.
- Dollar, D. & A. Kraay (2004). Growth is good for the poor. In A. Shorrocks & R. van der Hoeven (eds.) *Growth, Inequality and Poverty. Prospects for Pro-Poor Economic Development*, 29-61. Oxford: Oxford University Press (reprinted from the *Journal of Economic Growth* 7(3), 195-223).
- Ghose, A. K. (2011). Amit Bhaduri – interviewed by Ajit K. Ghose. *Development and Change. Forum 2010-2011*, 42(1), 284-296.
- Governo de Moçambique. (2010). *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional*. Maputo.
- Kalecki, M. (1954). The Problem of Financing Economic Development. In J. Osiatynsky (ed.) (1993). *The Collected Works of Michal Kalecki: Volume V Developing Economies*, 24-44. Oxford: Clarendon Press.
- Kalecki, M. (1963). Problems of financing economic development in a mixed economy. In J. Osiatynsky (ed.) (1993). *The Collected Works of Michal Kalecki: Volume V Developing Economies*, 98-115. Oxford: Clarendon Press.
- Lindauer, D. L. & L. Pritchett (2002). What’s the big idea? The third generation of policies for economic growth. *Economia*. 3(1), 1-39.
- Minsky, H. ([1986] 2008). *Stabilizing an Unstable Economy*. Nova Iorque: McGraw Hill.
- Mishel, L., Bernstein, J. & Shierholz, H. (2009). *The State of Working America 2008/2009*. Ithaca, Nova Iorque e Londres: Cornell University Press for the Economic Policy Institute.
- Myrdal, G. (1968). *Asian Drama*. Penguin.
- Osiatynsky, J. (ed.) (1993). *The Collected Works of Michal Kalecki: Volume V Developing Economies*. Oxford: Clarendon Press.
- Raines, J. P. & Leathers, C. G. (2008). *Debt, Innovations, and Deflation: The Theories of Veblen, Fisher, Shumpeter and Minsky*. Cheltenham, Reino Unido: Edward Elgar.
- Rakshit, M. (2009). *Macroeconomics of Post-Reform India*. Nova Deli: Oxford University Press.
- Storm, S. (2015). Structural Change. In *Development and Change*, 666-699.
- Warren, B. (1977). *Inflation and Wages in Underdeveloped Countries. India, Peru and Turkey*. Londres: Frank Cass.

- Wuyts, M. (2001). Informal economy, wage goods and accumulation under structural adjustment: theoretical reflections based on the Tanzanian experience. *Cambridge Journal of Economics*, 25(2), 417-438.
- Wuyts, M. (2011). Growth, employment and the productivity-wage gap: revisiting the growth-poverty nexus. *Development and Change. Forum 2010-2011*, 42(1), 437-447.
- Yamada, Sachi (2008). *The Myth of Malawi's Food Self-Sufficiency: Enough Food for Everyone?* MA dissertation. ISS, The Hague.

Produtividade agrícola, planeamento e a cultura do trabalho em Moçambique

Bridget O’Laughlin

Introdução: planificação, produtividade e cultura do trabalho

Uma preocupação do Plano Quinquenal do Governo (PQG) é o aumento da produtividade na agricultura, incluindo tanto a familiar como a comercial especializada. Embora tenha havido particular incidência nas dimensões sociais da pobreza nos anos que se seguiram à assinatura do Acordo de Paz em 1994, a tónica da política e planificação de desenvolvimento em Moçambique voltou a ser o combate à pobreza através do aumento da produção e da produtividade. O sinal desta mudança no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) e no PQG 2010-2014 foi a associação do combate à pobreza com a promoção de “uma cultura do trabalho”; este *slogan* deveria orientar tanto o desenvolvimento económico, como o humano e social. Ao longo dos anos, a expressão “promover uma cultura do trabalho”, especialmente nas zonas rurais, tornou-se um bordão do discurso da política de desenvolvimento em Moçambique, embora a sua importância tenha diminuído significativamente no PQG 2015.¹

Apesar disso, o presente trabalho volta à crítica do conceito, iniciada por Chichava (2009), por duas razões: em primeiro lugar, porque, em pesquisa rural recente para o IESE, ouvimos a expressão usada frequentemente na linguagem do dia-a-dia por gestores de empresas e líderes sindicais, e também por funcionários do Governo; em segundo lugar, porque incorpora pressupostos sobre a natureza dos obstáculos à produtividade na agricultura rural e sobre a sua relação com a pobreza rural que são ao mesmo tempo incorrectos e prejudiciais. No artigo discute-se, primeiro, a forma como o conceito de “cultura do trabalho” tem sido usado recentemente em Moçambique, com base em documentos de políticas e exemplos de pesquisa rural. Mostra-se como o conceito está relacionado com as afirmações, também frequentemente repetidas, de que, em Moçambique, os camponeses são “produtores de subsistência” que participam no mercado de forma

¹ Aparece agora como parte de uma acção prioritária (impulsionar e consolidar o diálogo social e a cultura do trabalho) incluída num objectivo estratégico (promover o emprego, a legalidade laboral e a segurança social) da Prioridade III (promover o emprego e melhorar a produtividade e a competitividade).

apenas periférica ou que lhes falta iniciativa. Discutem-se, em seguida, os diversos significados de produtividade do trabalho na agricultura, com particular enfoque na agricultura capitalista. Defende-se que a produtividade do trabalho é determinada por resultados colectivos e não pelo esforço individual. Em seguida, discute-se como o conceito do camponês preguiçoso reflecte a organização da mão-de-obra e do investimento, tanto no período colonial como no período socialista, e por que razão os pressupostos que lhe subjazem vêm confundir as discussões da produtividade laboral na agricultura actual.

A cultura do trabalho: o camponês preguiçoso, o produtor tradicional de subsistência e a mentalidade de dependência

Em sentido estrito, a proposição de que os trabalhadores agrícolas moçambicanos não têm uma cultura do trabalho não é teoricamente defensável em termos de ciências sociais. Todos têm uma cultura do trabalho; ou seja, a maneira como as pessoas trabalham reflecte as normas e as representações culturais relativamente ao trabalho. As pessoas, em geral, também têm concepções sobre a forma como os outros trabalham. Mesmo quando há representações culturais partilhadas no interior de uma sociedade, estas podem ser interpretadas de forma diferente por diferentes grupos sociais. Então, para desconstruir a proposição de que a produtividade agrícola é posta em causa pela ausência de uma cultura do trabalho, temos primeiro de perguntar quem está a falar, o que quer dizer com uma cultura do trabalho e que provas apresenta para ilustrar a sua ausência. Isto é de particular importância neste caso, porque só ouvimos o termo usado por pessoas em posições de autoridade, não por aqueles que são assim descritos. Não romantizamos as formas “tradicionalistas” de fazer agricultura, nem partimos do princípio de que outras formas de trabalho não possam ser mais produtivas. Nem supomos, por outro lado, que a defesa do lazer deva estar subordinada ao aumento da produtividade do trabalho. Apenas insistimos num princípio metodológico — é preciso localizar sociologicamente o que as pessoas dizem sobre como elas próprias e os outros trabalham.

Quando se afirma que os camponeses moçambicanos não têm uma cultura do trabalho, usa-se geralmente a expressão de modo pejorativo e muitas vezes relacionadas com formas de pensar “tradicionalistas”, mas a proposição cobre um leque ambíguo de significados. Há quem afirme que muitos moçambicanos, particularmente os das zonas rurais, não gostam de trabalho árduo, que são preguiçosos ou indisciplinados no modo como trabalham e que não estão habituados às condições do trabalho assalariado. Se têm emprego, chegam tarde, quando chegam, e saem cedo. Como tem sido observado por críticos, a proposição

de que “os africanos não têm uma cultura do trabalho”² é uma reminiscência de velhos estereótipos amplamente utilizados no mundo colonial, e não apenas em Moçambique, para explicar conflitos de trabalho nas plantações (Alatas, 1977).

A ausência de uma cultura do trabalho continua, de facto, a ser usada para explicar conflitos laborais actuais. Ao reflectir sobre queixas dos trabalhadores no Niassa, um relatório de consultoria feito por doadores (PEM Consult, 2011: 29) afirmava o que também ouvimos muitas vezes no Niassa:

A queixa da carga de trabalho tem muito a ver com o facto de a maior parte dos trabalhadores ter pela primeira vez um contrato de trabalho remunerado. Por isso, é um desafio ganhar o hábito de ter um horário fixo de trabalho, em vez de poder planificar o seu próprio trabalho como no caso do trabalho da machamba.

Ao fazermos pesquisa para o IESE no Niassa, ouvimos essas explicações dadas por administradores de plantações para explicar os conflitos que tinham com os trabalhadores. Queixavam-se de absentismo dos trabalhadores, que atribuíam à importância dada a longas cerimónias funerárias na cultura tradicional do Niassa. Os representantes sindicais concordavam, mas diziam que o problema estava a diminuir desde que tinham falado com os trabalhadores sobre como as práticas são diferentes num trabalho assalariado regular. Os gestores diziam que os trabalhadores se queixavam de mudanças de ferramentas e processos de trabalho que aumentavam a produtividade, porque não gostam de trabalhar muito e não estavam dispostos a trabalhar um dia inteiro. Os representantes sindicais concordavam que as novas metas pareciam razoáveis. Os trabalhadores diziam que, de facto, tiravam folgas tanto para funerais como para doenças de familiares, mas que os seus contratos não lhes garantiam um vencimento mensal regular — havia meses em que não tinham trabalho. Os problemas de absentismo estavam a diminuir porque as plantações já não estavam a contratar, dado que as florestas estavam já estabelecidas. Diziam também que as novas tarefas permitiam às empresas contratar menos trabalhadores alargando o dia de trabalho; alguns tinham de trabalhar no dia seguinte para receberem um só dia de trabalho. Outros afirmavam que poderiam cumprir a meta, mas que não tinham força física suficiente para o fazer todos os dias da semana. Os trabalhadores não são necessariamente uma fonte mais fiável do que os gestores, mas o que dizem não se baseia na “tradição”; descrevem a actual natureza do trabalho nas plantações florestais. A expressão “não têm uma cultura do trabalho” pertencia à administração e era usada nas explicações dos maus resultados económicos das

2 Esta proposição tem sido atribuída, talvez apocripamente, a Mo Ibrahim, o maior empresário africano de informática, que, supostamente, fez esta afirmação no decorrer de uma visita a Moçambique em 2008. Disponível em: <https://globalvoices.org/2010/08/15/mozambique-discussing-culture-of-work-in-africa/> (consultado a 7 de Dezembro de 2015).

plantações florestais, cujas empresas de exploração estavam, em grande número, a abandonar a província.

Um segundo significado de “não ter cultura do trabalho” é considerar os camponeses como sendo produtores de subsistência que só se mantêm num trabalho assalariado o tempo suficiente, ou só produzem excedentes agrícolas suficientes, para comprar alguns objectos de consumo cobiçados. Esta ideia de que os camponeses vivem eternamente fora do mercado, como sempre fizeram, é outro estereótipo colonial que ainda hoje permanece amplamente divulgado. A teoria da curva reversa da oferta de mão-de-obra era a sua expressão teórica. O campesinato é tratado como grupo homogéneo, sem nenhum reconhecimento de diferenciação, da importância nas comunidades rurais de trocas laborais assentes na jorna paga nem da dependência da participação no mercado para a reprodução de meios de subsistência rurais. O Ministério da Agricultura é realmente um dos principais reprodutores da noção de “produtor de subsistência” em Moçambique e também pode basear-se nas opiniões de investigadores muito competentes:

A participação de pequenos produtores nos mercados agrícolas em Moçambique tem sido historicamente muito baixa. A maioria dos pequenos produtores rurais está orientada para a subsistência, dedica a maior parte do seu trabalho e dos seus bens a actividades agrícolas e mais de dois terços do seu rendimento familiar total assenta na produção agrícola. Os resultados dos inquéritos aos agregados familiares indicam que os 40% mais pobres dos pequenos agricultores vendem muito pouco da sua produção agrícola (Benfica & Mather, 2013).

Não se pode avaliar se os 40% que não vendem a produção agrícola são sempre as mesmas famílias, mas, seja como for, pelo menos 60% vendem a produção agrícola. Os dados que mostram pouco trabalho assalariado rural também não são completamente fiáveis, já que não dão adequadamente conta do trabalho sazonal e eventual (Oya, 2013). Fundamentalmente, é discutível a primeira afirmação de Benfica & Mather, de que a participação dos pequenos agricultores em mercados agrícolas tem sido historicamente muito baixa, como o demonstra a história agrária discutida mais adiante. A pobreza rural pode não ser um reflexo da falta de uma orientação para o mercado, mas sim o que Bernstein (2014) chama o “aperto reprodutivo” (*reproductive squeeze*), dependência dos mercados, mas posições fracas no interior destes.

Aqueles que, no Niassa, continuavam a trabalhar nas plantações, apesar das duras condições de trabalho, esperavam de facto retirar-se desse tipo de trabalho, mas não do mercado: estavam a poupar para comprar bicicletas para comprar madeira e vendê-la em Lichinga. Os cortadores de cana migrantes entrevistados em Xinavane (O’Laughlin & Ibraimo, 2013) não encaravam esse trabalho como o trabalho da sua vida: um

esperava ganhar o suficiente para investir em produção agrícola comercial; outro, para comprar um barco de pesca melhor; outro, para tirar a carta de condução e tornar-se motorista. Algumas das capinadoras localmente contratadas que entrevistámos trabalhavam para comprar roupa para si e para os filhos ou para comprar comida. Colmatavam a insuficiência das suas múltiplas fontes de subsistência com o trabalho, e quando o abandonavam não era por aversão ao trabalho. A confiança de que se deve trazer as pessoas para o mercado para promover o crescimento da produtividade em Moçambique parece, pois, estar aqui deslocada, uma vez que elas já estão no mercado.

O terceiro significado implícito da associação da produtividade à promoção de uma cultura do trabalho é os produtores rurais não terem iniciativa, terem, sim, uma cultura de dependência que os faz contar com os outros, o Estado ou um doador, em vez de usarem a sua própria iniciativa para desenvolverem a sua produção. Talvez o melhor exemplo desta posição seja o do ex-Presidente Guebuza, que tanto fez para introduzir o conceito de incentivo a uma cultura do trabalho no discurso político em Moçambique. No seu discurso de investidura, defendeu que este conceito devia estar no cerne da acção governamental de combate à pobreza. Fez uma associação entre cultura do trabalho e ambição individual e considerou que o papel do Governo era ajudar as pessoas a ajudarem-se a si próprias:

Queremos que cada um de nós celebre as pequenas vitórias que vai conquistando, no quotidiano, que lhe permitem identificar como o seu dia de hoje é melhor que o de ontem: seja porque teve melhores notas; seja porque concluiu uma pesquisa académica; seja porque melhorou o aproveitamento dos seus alunos ou estudantes; seja porque atendeu mais cidadãos na sua repartição ou unidade sanitária; seja porque aumentou a sua produção agrícola; seja porque conseguiu melhorar as condições de higiene da sua banca; seja porque adoptou novas tecnologias; seja porque melhorou a sua própria habitação; seja, enfim, porque identificou e explorou novas oportunidades (Guebuza, 2009: 8).³

Mesmo tão acérrimos defensores dos pequenos produtores comerciais como Smart & Hanlon (2014) acham que a dependência de doações prejudica a “acumulação a partir da base” em Moçambique, mas localizam as causas na história recente, não na cultura tradicional:

Duas décadas de ajuda, um mercado livre sem restrições e uma política de mecenato criaram um sentido distorcido de agricultura comercial e de contrato. Sementes, equipamentos e até mesmo “empréstimos” são vistos como

³ Ver também os documentos do terceiro PARP (2011-2014) e o discurso de E. Macuácuca, «A cultura do trabalho», Maputo, 19 de Outubro de 2010, distribuído como documento da Frelimo. Disponível em: <http://macua.blogs.com/files/cultura-de-trabalho-2010.pdf> (consultado a 25 de Janeiro de 2016).

sendo gratuitos, como presentes da Frelimo, do Governo ou dos doadores. Pode falar-se de reembolso, mas o único pagamento que normalmente é necessário é cantar “Viva a Frelimo” ou cantar louvores ao doador e dizer quanto o doador está a fazer para reduzir a “pobreza absoluta” e elevar o estatuto da mulher. Vem agravar isto a história dos “sete milhões”, o dinheiro fornecido para pequenos projectos económicos nas zonas rurais, que era para ser um empréstimo reembolsável, mas que toda a gente sabia que, na realidade, não tem de ser reembolsado (Smart & Hanlon, 2014: 54).

Estas críticas são pertinentes, mas reforçam a ideia enganosa de que se podem forjar profundas alterações na produtividade rural através da promoção de iniciativas individuais. A GAPI tenta há anos seguir esta via, facilitando o investimento de capital criativo de pequena escala, com muitos pequenos sucessos, mas sem melhorias dignas de nota da produtividade agrícola, o que não significa que atrair capital para investimento na agricultura de grande escala seja a melhor resposta.

Numa economia capitalista, não é de surpreender que o capital apresente a acumulação como resultado das suas competências empresariais e discuta o seu fracasso como reflexo de falta de cultura do trabalho nas classes trabalhadoras. Se abandonarmos uma perspectiva neoclássica de acumulação de capital e voltarmos à perspectiva marxista do significado de produtividade no capitalismo e das suas limitações (incluindo os problemas específicos da acumulação de capital na agricultura), temos uma base mais sólida para compreender a desigualdade no desenvolvimento da produtividade do trabalho em Moçambique. Também deveríamos ser mais claros sobre o que se deve exigir do uso pelo Estado dos seus recursos e do seu poder no que diz respeito à promoção da produtividade do trabalho na agricultura.

Os determinadores da produtividade do trabalho

A produtividade do trabalho individual é determinada, principalmente, pelo seu contexto social e não pelo esforço individual. As diferenças de produtividade do trabalho de indivíduo para indivíduo resultam de diversos factores: esforço, quanto tempo trabalham, conhecimentos, força e ferramentas que usam. Cada um é afectado pela interacção de processos sociais com características individuais. O esforço pode depender da disciplina externa, por exemplo, ou da responsabilidade que se sente para com a família. Trabalhar mais tempo pode significar fazer mais coisas, mas o cansaço pode pôr em causa a produtividade. Os conhecimentos podem depender da educação ou da experiência de trabalho. A força pode depender da dieta ou das condições de saúde subjacentes. Pode limpar-se mais terra num dia com uma charrua do que com uma enxada, se se tiver tracção animal, mas isso implica que se tenha recursos para

investir num arado, em animais de tracção ou num motor. Para o capital, o que conta como produtividade é quanto lucro se obtém no mercado em relação ao lucro de outros produtores concorrentes que oferecem os mesmos produtos. A força da concorrência obriga o capital a procurar reduzir constantemente os seus custos de produção ou a encontrar formas políticas de estabelecer monopólios.

Outra diferença entre o capitalismo e outros modos de produção é que o circuito de produção de mais-valia, e, portanto, o lucro, não depende da cobertura de todas as condições para a reprodução do seu próprio processo de trabalho, incluindo os custos de reprodução dos seus trabalhadores. As empresas capitalistas estão preocupadas com a saúde e a alimentação dos trabalhadores na medida em que estas afectam a sua produtividade imediata, mas não com o pagamento de salários que lhes garantam a saúde de base, ou a das suas famílias. O trabalho que realmente produz cuidado, muitas vezes com implicações de género, não é mensurável, porque o cuidado não é considerado mercadoria. Da mesma forma, as empresas capitalistas estão normalmente preocupadas com as suas necessidades imediatas de energia e de recursos, mas não com a sua sustentabilidade ambiental a longo prazo, que não se pode medir. Na produção rural, fundem-se muitas vezes os dois: a divisão do trabalho por géneros é, em si, considerada parte da “natureza” das mulheres. Não é que essas coisas não afectem os custos de produção e a sustentabilidade da produção capitalista, mas sim que, em prol da rentabilidade, o capital tenta externalizar o maior número possível de custos (Kapp, 1969).

Assim, por baixo das lutas de concorrência entre capitais no mercado, encontram-se dois conflitos sociais fundamentais que afectam a produtividade do trabalho na produção capitalista. Em primeiro lugar, a luta salarial. O capital tenta reduzir o custo da força de trabalho através da redução dos salários, obrigando os trabalhadores a trabalhar mais (intensificando o seu trabalho) ou mais tempo pelo mesmo salário (alargando o seu dia de trabalho). Os trabalhadores protestam, abrandando o ritmo ou interrompendo o trabalho, mas as empresas capitalistas mais fortes podem investir uma parte do seu excedente na mecanização (incluindo agora a informatização) de partes do processo de produção, causando o despedimento de muitos trabalhadores, mas ao mesmo tempo aumentando a produtividade dos trabalhadores restantes, fazendo assim baixar o custo relativo da força de trabalho. Ironicamente, então, a intensificação do esforço individual tem mais probabilidade de ser uma estratégia de rentabilidade para as empresas tecnologicamente atrasadas do que para as que são inovadoras tecnológicas.

Em segundo lugar, a fronteira entre os custos de produção absorvidos pelo capital e os custos públicos explicitamente pagos pelo Estado (através da tributação), por organizações privadas sem fins lucrativos ou pelas famílias (onde a divisão do trabalho por sexo muitas vezes privilegia os homens) é uma área de constante contestação política. Nestas lutas, não se pode contar nem com o capital nem com o trabalho para

representar os interesses da sociedade no seu todo, nem sequer os seus interesses de classe a longo prazo. Embora alguns tenham que ver com custos sociais e ecológicos que afectam a produtividade do trabalho a longo prazo, são investimentos infra-estruturais com impacto imediato na produtividade. Ambas as áreas são afectadas pela forma como o Estado intervém para tributar, regulamentar e gastar os seus recursos.

A premissa de que as pessoas não têm cultura do trabalho tem sido, na maior parte dos casos, aplicada a pessoas que vivem em zonas rurais, a maioria em Moçambique, têm acesso à terra e têm no exercício da agricultura uma das práticas mais importantes no seu pacote de actividades de subsistência, que podem incluir trabalho agrícola, pesca, fabricação de cerveja, pecuária, curas, fabricação de cerâmica e de cestos, construção, apanha de verduras silvestres e ervas, etc. A baixa produtividade da maioria dos produtores agrícolas de pequena escala em Moçambique é uma das principais provas da também baixa produtividade do trabalho, inferindo-se daí que a causa é a ausência de uma cultura do trabalho. São ignorados os determinadores estruturais da produtividade do trabalho. A produtividade agrícola enfrenta, na verdade, alguns obstáculos particulares. Os mesmos se aplicam aos produtores agrícolas de praticamente qualquer escala, e não se explicam nem pela ausência de cultura do trabalho nem por nenhuma característica inerente ao produtor de pequena escala.

A produtividade do trabalho na agricultura: o equívoco debate sobre escala

As discussões sobre a produtividade agrícola são dominadas pelo debate interminável e, em grande parte infrutífero, sobre a superioridade de propriedades agrícolas de grande escala relativamente às machambas familiares de pequena escala. Há, com efeito, algumas particularidades da agricultura que podem limitar as economias de escala, mas que criam, fundamentalmente, problemas de produtividade para os produtores de qualquer escala.

Em primeiro lugar, a terra é um meio de produção particularmente irregular. Os proprietários e utentes de terra e água têm muitas vezes relutância em entregar ao mercado os seus direitos de uso. Além disso, há diferenças na fertilidade e na adequação de diferentes tipos de terra a diferentes culturas, que não podem ser ultrapassadas simplesmente com a aplicação de fertilizantes. A água nem sempre está disponível onde e quando poderia ser mais produtiva, e os cursos de água nem sempre podem mudar-se para responder às exigências da produção agrícola. Um produtor agrícola que trabalhe numa terra cansada será, sempre, menos produtivo do que um produtor que ponha muito menos esforço numa terra fértil bem regada.

Em segundo lugar, a sazonalidade e o dia natural afectam o calendário das tarefas e, por conseguinte, a produtividade do trabalho agrícola nos campos, seja ele de grandes

empresas capitalistas seja de agricultores de pequena escala. As variações climáticas e o ciclo de crescimento das plantas dão à agricultura um ritmo sazonal, ao passo que o ciclo diário de noite e luz limita o tempo que se pode passar a trabalhar no campo. Embora os pequenos produtores usem os períodos obrigatórios de inactividade para outras coisas — descanso, divertimento, outros tipos de trabalho —, para os agricultores capitalistas, a sazonalidade e os dias de trabalho curtos significam que as máquinas não estão a trabalhar no pleno da sua capacidade e que o capital não está a circular. Os capitalistas não querem pagar salários a empregados que não trabalham. O professor Sidney Mintz (1978), num texto sobre a agricultura de plantação nas Caraíbas, sublinhou que o problema central da agricultura capitalista é ter mão-de-obra quando precisa dela e deixar de a ter quando não precisa.

Outro aspecto da sazonalidade e irregularidade climática é que a programação das tarefas afecta o rendimento das colheitas. Se chover constantemente logo após a conclusão da sementeira, os agricultores não têm de voltar a semear. Se se capinar mesmo no momento ideal, a produção por hectare será maior se isso for feito mais tarde. Para resolver este problema, os agricultores capitalistas contratam mão-de-obra temporária, o que implica que haja uma reserva de mão-de-obra à qual possam ir buscar esses trabalhadores sazonais. Caso contrário, podem ser forçados a contratar empregados numa altura em que o trabalho não é tão produtivo como poderia ser. O problema do trabalho temporário foi uma grande questão para as explorações agrícolas estatais em Moçambique no período socialista.

Além disso, a agricultura confronta-se com a variabilidade climática, particularmente na altura de queda da chuva, que afecta os rendimentos, independentemente do esforço que os trabalhadores agrícolas tenham posto nas suas tarefas. Como apontou Sen (1981) na sua análise da fome na Índia, os trabalhadores manuais temporários também tendem a não ter a alimentação assegurada pelos salários em caso de más colheitas, porque os seus serviços para capinar e fazer a colheita serão dispensados.

Os pequenos produtores agrícolas também enfrentam estes obstáculos da sazonalidade e a insegurança da variabilidade climática. Quando o trabalho aperta, podem chamar os filhos para ajudar, mas isso significa que irão menos à escola. Era habitual chamar um grupo de trabalho colectivo para ajudar com tarefas como capinagem ou colheita, mas havia normas de reciprocidade que limitavam as vezes que isso se podia fazer. Os agricultores com mais posses, que têm rendimentos de actividades não agrícolas ou melhores rendimentos da sua produção comercial, podem contratar trabalhadores temporários locais num esquema de “ganho-ganho”, pagando em dinheiro ou em espécie. Outros produtores podem concordar em fazer esse trabalho porque houve um problema de saúde na família ou porque não conseguem ganhar dinheiro suficiente para bens de consumo básicos, nem produzir alimentos suficientes nos seus próprios terrenos. As mulheres que são chefes de família têm

particular tendência para trabalhos ocasionais em agricultura, o que pode resultar numa espiral negativa, porque, se estiverem a trabalhar nos campos de outra pessoa na altura ideal, sacrificam a produtividade das suas machambas.

Há outra questão de produtividade específica dos trabalhadores manuais da agricultura capitalista. Na produção industrial mecanizada, o ritmo e a velocidade do trabalhador podem estar subordinados ao ritmo de uma máquina. Todos os trabalhadores têm de seguir o ritmo, mas, se os capatazes tentarem forçá-lo demasiado, os trabalhadores começarão a cometer erros ou terão acidentes, e as máquinas pararão. Há diferenças físicas de resistência e de força entre muitos trabalhadores, o que significa que alguns simplesmente trabalham mais depressa do que outros. Para lidar com esta variação em tarefas não mecanizadas, quem recruta trabalhadores manuais temporários, tanto os produtores agrícolas mais prósperos como as grandes empresas pagam por unidade (por exemplo, pesam o saco de algodão ou de chá que o trabalhador apanhou) ou à empreitada (por exemplo, uma determinada área para limpar, ou uns tantos sulcos para capinar, tantas fileiras de cana-de-açúcar para cortar). Quando terminam a tarefa, os trabalhadores podem ir-se embora. Ou seja, quem trabalha mais lentamente, nalguns casos as crianças, os idosos ou as mulheres acompanhadas de crianças pequenas, pode trabalhar mais horas, mas os governos geralmente regulam o número de horas laborais. Se os trabalhadores não terminarem a sua tarefa, podem, por vezes, fazê-lo no dia seguinte. Não é uma questão de escala: agricultores sob contrato ou agricultores comerciais especializados que contratam trabalho de “ganho-ganho” também usam este sistema de cálculo do pagamento.

Muitas vezes, há conflitos entre trabalhadores e capatazes sobre as dimensões da tarefa. É difícil regular salários mínimos neste sistema. Algumas das grandes plantações introduziram a conversão de “à tarefa” para “à peça” quando a tarefa não era concluída (Schaedel, 1984), no fim do período colonial. Actualmente, a regulamentação em Moçambique é que nenhum trabalhador contratado deve ser penalizado por não ter terminado uma tarefa, mas o regulamento pode ser contornado pela subcontratação de uma área a alguém que organize recrutamento e formas de pagamento sem inspecção estatal. Isto é feito com frequência em silvicultura (pesquisa IESE no Niassa 2015 e Pons-Vignon, 2006). No Niassa, alguns trabalhadores florestais preferiam o sistema usado pelos empreiteiros, porque as tarefas podiam ser prolongadas por mais de um dia. Assim, tinham mais controlo do ritmo de trabalho e traziam membros da família, incluindo crianças, para os ajudar a terminar a tarefa.

Por fim, muitos produtos agrícolas estão integrados no processamento agro-industrial. A produtividade depende, pois, da coordenação das diferentes etapas do processo e da eficiência das componentes industriais. Para dar o exemplo do açúcar, a produtividade dos cortadores de cana depende em parte da sua destreza e rapidez, mas também da ferramenta de corte que utilizam, da densidade de plantação, da qualidade do solo e

da altura em que se fez a irrigação, a velocidade com que a cana chega ao moinho, a coordenação da fila de espera na moagem e a qualidade das moageiras.

Assim, é digno de nota, na produção agrícola, a maneira como a produtividade do trabalho varia em função de diferentes escalas, técnicas e formas e relações de produção, consoante a cultura e o contexto.⁴ A produtividade do trabalho é o resultado de técnicas de gestão organizacional e padrões de investimento (também infra-estruturais) não mensuráveis pelo esforço individual dos trabalhadores.

Produtividade e dualismo no Moçambique colonial

A noção de que há um sector dominado por valores tradicionais e a que falta cultura do trabalho e um sector agrícola moderno, mais produtivo e norteado por normas de eficiência capitalista desenvolveu-se no período colonial, juntamente com as instituições políticas do dualismo que separavam a sociedade em súbditos e cidadãos (Mamdani, 1996). O mercado do trabalho e dos bens de consumo juntou cidadão-colonos e súbditos colonizados num sistema económico unificado que resolveu as questões específicas da produtividade agrícola de uma forma original: o uso sistemático do poder político para organizar o trabalho forçado e as culturas obrigatórias.

Para entender o apelo da proposição de que os moçambicanos das zonas rurais não têm cultura do trabalho, deve voltar-se aos estereótipos da história do trabalho forçado. Na história colonial, a ideia de que os moçambicanos eram avessos ao trabalho foi utilizada como justificação para a legislação que permitia o recurso ao trabalho forçado, tanto para garantir que os camponeses produziam certas culturas de rendimento, como o algodão, independentemente do preço por elas pago, como para recrutar trabalhadores com salários baixos para plantações, machambas de colonos, construção de estradas, serviços de saneamento urbano e estiva. Na sua visão do trabalho rural, as mentes coloniais moçambicanas consideravam que o trabalho manual pesado executado em condições extremas de sol e calor era adequado para os africanos, embora o considerassem perigoso para a sua saúde. Também construíram uma imagem do campesinato colonizado como produtores intemporalmente orientados para a subsistência que só faziam trabalho assalariado até verem satisfeitas as suas necessidades de subsistência; por conseguinte, pagar fosse o que fosse acima de um salário de subsistência era contraprodutivo e era necessária força para garantir o acesso à mão-de-obra necessária no momento certo.⁵ O salário de subsistência podia ser muito baixo (na verdade, o suficiente para pagar impostos e comprar alguns bens ambicionados), porque as famílias de camponeses podiam manter-se com a sua própria

⁴ Ver Smalley (2013) para uma boa análise das vantagens de plantações, esquemas de contratos e explorações agrícolas em África.

⁵ Não se tratava de uma inovação teórica exclusivamente portuguesa. O conceito de curva reversa da oferta de mão-de-obra estava muito difundido na economia do desenvolvimento. Para uma discussão crítica, ver Arrighi (1973).

produção nas reservas. As mulheres faziam a maior parte do trabalho de cultivo, e a legislação controlava o movimento de entrada e de saída no emprego urbano e na agricultura comercial dos habitantes das zonas rurais.

Certamente que, em meados do século XIX, os meios de subsistência das populações rurais estavam muito menos integrados nos mercados do que hoje, mas a evidência histórica mostra que o trabalho forçado veio afectar a dinâmica dos mercados de trabalho e de bens comerciais. Há agora uma literatura histórica rica que mostra que o trabalho forçado foi usado para manter os salários e os preços dos produtos agrícolas baixos. Já não era uma maneira de trazer pessoas para o mercado, mas sim de diminuir os salários e os preços no produtor. Estas provas foram resumidas em O'Laughlin (2002), mas vale a pena apresentar aqui alguns exemplos. Harries demonstrou que os trabalhadores estavam a emigrar para trabalhar em minas e plantações da África do Sul quando da ocupação colonial efectiva do Sul de Moçambique. Foram estabelecidos oligopólios de recrutamento regulados pelo Estado para reduzir os salários nas plantações. Uma das tarefas do Grémio do Chá na Alta Zambézia, por exemplo, era disciplinar as plantações mais pequenas que tinham contratado os trabalhadores que fugiam das machambas maiores. A obra de Isaacman & Chilundo (1995) sobre a resistência à produção forçada de algodão em Nampula mostra como os camponeses encontravam formas de subverter os baixos preços pagos pelo seu algodão, recusando-se a separar diferentes qualidades de fibra ou misturando cascalho ou pedras nas balanças. Interessava-lhes que a sua zona fosse reclassificada como inadequada para a produção de algodão, o que lhes permitiria cultivar outros produtos. Houve repetidos exemplos de pequenos produtores comerciais moçambicanos que aproveitavam os mercados para desenvolver novas culturas, aplicar novas técnicas e explorar novos mercados. Allina-Pisano (2003) descreve camponeses de Manica que investiram em bois e ferramentas para produzir para os mercados regionais de géneros alimentícios nos primeiros anos do século XX, quando ainda estavam sob administração da Companhia de Moçambique. Essas experiências encaixam mal na imagem do camponês preguiçoso ou do produtor orientado para a subsistência.

Como se podem explicar, então, os hiatos de produção e de produtividade registados nas estatísticas coloniais entre o sector A, plantações e propriedades comerciais pertencentes a colonos, e o sector B, que até aos anos 1960 designava os regimes de trabalho e culturas forçados do *indigenato*? A primeira resposta é que o hiato não era tão grande como por vezes se postula. Quando Marc Wuyts sistematizou os dados do Inquérito Agrícola de 1970, descobriu que as contribuições de plantações, propriedades de colonos e camponeses para a produção comercializada eram aproximadamente iguais, cada um destes grupos produzindo cerca de um terço da produção comercializada, embora com especializações diferenciadas por região (ver

Wuyts, 1989: 27, Tabela 1.2). Os camponeses produziam importantes culturas de exportação, especialmente algodão e caju, e alimentos para o mercado local.

Ambos os sectores eram também diferenciados. Ao discutir experiências de agricultura de plantação e de larga escala em África, Gibbon (2011) põe em causa o “mito da estagnação retrógrada e da baixa produtividade na produção em larga escala”. Usando como exemplo a produção de açúcar em Moçambique e baseando-se no trabalho de Vail & White (1980) sobre as plantações da Zambézia, observa que houve grandes alterações nos anos 1950 e 1960 com a introdução de adubos sintéticos, escavação mecânica de valas, sistemas de irrigação e plantio mecânico de cana-de-açúcar em partes das propriedades. As inovações técnicas foram, porém, muito irregulares, sendo a mão-de-obra utilizada para muitas tarefas de cultivo e colheita.

Schaedel (1984: 253 e seguintes) sublinha que a agricultura capitalista em Moçambique era muito heterogénea em 1961; esta irregularidade aumentou com a chegada de novos colonos durante a fase final do domínio colonial. Além das plantações que se iam lentamente modernizando, havia uma série de novas empresas técnica e organizacionalmente semelhantes às plantações tradicionais, um sector de complexos agro-industriais modernos e um grande número de propriedades de colonos relativamente modernas, com proprietários e gestão independentes, que produziam principalmente para o mercado interno. Este último grupo era também altamente diversificado, em termos de escala e de técnicas de produção, formas de gestão e organização da mão-de-obra. Esta nova heterogeneidade incluía tanto colonatos para camponeses portugueses pobres como plantações de algodão de empresas que usavam pulverização aérea. Houve um aumento considerável do cultivo de algodão pelos colonos de Nampula na década de 1970, mas é difícil avaliar a sua produtividade. Numa pesquisa para o Centro de Estudos Africanos (CEA) em Nampula, foi-nos dito que os novos colonos compravam semente de algodão aos pequenos produtores locais a um preço mais elevado do que pagava o comprador autorizado.

Como mostra a Tabela 1, relativa a 1970, esta diferenciação nas propriedades agrícolas capitalistas pode observar-se na distribuição de propriedades fundiárias registadas nas estatísticas coloniais.

Trinta e sete por cento de todas as empresas capitalistas tinham, portanto, entre 20 e 50 hectares, mas essas propriedades detinham apenas 3% das terras do sector capitalista. Sessenta e um por cento das terras estavam ocupadas por unidades de 2.500 ou mais hectares, embora estes constituíssem apenas 5% de todas as unidades agrícolas. Muitos agricultores usavam tractores para trabalhar a terra, mas apenas 42% os possuía de facto, e a maioria dependia do trabalho manual em fases posteriores do processo de produção. No total, o sector capitalista tinha apenas 107 ceifeiras mecânicas, ou ceifeiras-debulhadoras, nove máquinas de cortar cana-de-açúcar, 213 distribuidores de adubo e 257 debulhadoras. A peça de equipamento agrícola mais

comum eram os 5.374 pulverizadores de insecticida, pertencentes a 51% do total de unidades agrícolas. A agricultura dos colonos estava desigualmente distribuída em termos regionais, concentrada em Maputo, Gaza, Manica e Sofala (Schaedel, 1984: 95), o que reflectia a existência de mercados urbanos e de exportação em Maputo e na Beira.

Tabela 1: Distribuição das propriedades fundiárias no Sector A, 1970

Tamanho da propriedade (ha)	Número de unidades	Percentagem de unidades	Superfície total	% da área possuída
0,5-5	141	3	432,2	0
5-20	291	6	3074,1	0
20-50	1733	37	61 321	2
50-100	290	6	18 961,9	1
100-200	609	13	71 727,3	3
200-500	788	17	25 890,1	9
500-1000	285	6	189 538	8
1 000-2 500	270	6	402 840	16
2 500+	219	5	113 769,2	61

Fonte: *Inquérito Agrícola, 1970*

Gibbon (2011) pode, pois, ter razão ao apontar as melhorias de produtividade do trabalho nas plantações de açúcar no final do período colonial, mas essas mudanças foram muito desiguais e não vieram alterar a base política da rentabilidade na agricultura capitalista no seu todo. Muitas machambas continuaram a depender do trabalho forçado, especialmente para tarefas sazonais. Todas as formas de pagamento utilizadas eram em função não do dia do trabalho propriamente dito, mas sim da quantidade total produzida ou da tarefa cumprida no campo. As empresas de algodão, com garantias estatais de rentabilidade e monopólio nas respectivas áreas de compra demoraram a modernizar-se. Uma vez bem estabelecida a sua indústria têxtil, Portugal começou a ir buscar o seu algodão fora das suas colónias a preços mais baixos e com melhor qualidade. A rentabilidade das novas plantações de algodão dos colonos vinha do esquema preferencial de comercialização, que lhes permitia vender o seu algodão a preço especial depois do descarçamento, não de maior produtividade do trabalho.

A diferenciação era menos pronunciada entre os produtores classificados como Sector B. Embora houvesse machambeiros espalhados por todas as províncias, os principais centros eram Maputo, Gaza e Manica/Sofala, Inhambane e Tete (principalmente Angónia). Em parte, esses pequenos produtores comerciais foram fomentados pelo interesse, no fim do período colonial, em promover cooperativas de comercialização (Adam, 1987), pela abertura de sistemas de irrigação para pequenos

produtores (Hermele, 1986) e por planos de crédito para produção comercial de cereais por pequenos produtores promovidos pelo Instituto de Cereais (Mackintosh, 1987). Também surgiram a partir do investimento e dos conhecimentos adquiridos por migrantes que regressavam de plantações e minas ao redor da região. O que entravou a sua produção comercial foram as vantagens concorrenciais das plantações e machambas de colonos, resultantes de políticas coloniais de distribuição de terras ao longo das principais estradas e cursos de água comerciais, a organização de extensão agrícola, a fixação de preços oligopolistas, esquemas dirigidos de crédito subsidiado e recrutamento administrativo de trabalhadores com salários baixos.

Os custos da produção agrícola internalizados pelas empresas também eram definidos de forma muito restritiva. A versão colonial da naturalização do trabalho das mulheres era restringir a maior parte do recrutamento de mão-de-obra migrante aos homens e definir áreas alvo inferiores para as mulheres nas culturas obrigatórias (tanto algodão como arroz). O trabalho de Head (1980) sobre a Sena Sugar Estates descreve os problemas de saúde — malária, parasitas, desidratação, exaustão — que caracterizavam o trabalho nas plantações. O tratamento médico e a experimentação de novos regimes de rações destinavam-se a assegurar que os trabalhadores se mantinham suficientemente saudáveis para trabalhar, mas não se alargavam à sua saúde ou à das suas famílias. Não havia contribuição para um sistema abrangente de segurança social nem saúde pública geral, nem educação além do ensino primário rudimentar nas zonas rurais, direitos que eram garantidos apenas a “cidadãos” na legislação colonial.

A cultura do trabalho que prevalecia na agricultura comercial colonial era, pois, uma cultura que não dava emprego regular fixo, horário de trabalho fixo, salário regular nem regalias sociais aos trabalhadores rurais. No entanto, dava todas as indicações de que os colonos agricultores comerciais deviam esperar benefícios fiscais, uma regulamentação laboral fraca e acesso à melhor terra comercial, garantias de crédito e acesso a tractores. Em suma: o que criou a cultura do trabalho não foi a iniciativa, a disciplina e o trabalho esforçado de cada um, se bem que muitos possam ter tido estas características, mas as condições estruturais, em particular as condições políticas, que levaram as empresas e os mercados a funcionar da maneira como funcionavam nas zonas rurais.

A produtividade da mão-de-obra na agricultura no período socialista

Na altura da independência, a Frelimo confrontou directamente um aspecto da economia colonial — a definição dualista e discriminatória dos custos sociais da produção. Tanto a educação como a saúde foram nacionalizadas e melhorou-se o acesso a estes serviços nas zonas rurais, pelo menos até à guerra prolongada da

década de 1980. Houve pouca preocupação em regulamentar os danos ambientais provocados pela produção em larga escala, embora tenha havido alguns esforços para seguir os regulamentos coloniais que limitavam as queimadas por parte de pequenos produtores e que regulamentavam a caça e a manutenção de áreas de reflorestamento — esforços esses que diminuíram durante a guerra.

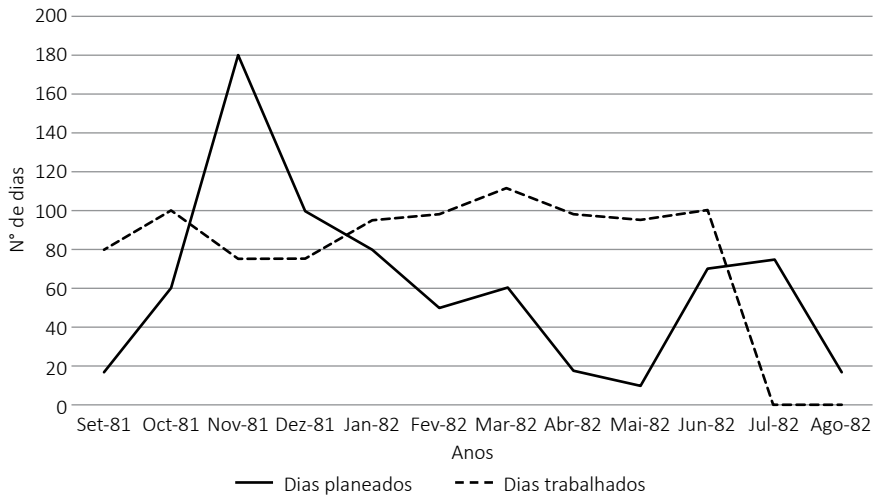
As limitações de uma análise dualista da economia colonial foram discutidas muitas vezes (O’Laughlin, 1981), mas há um aspecto que é de particular relevância para este ensaio. Como nas estatísticas do fim do período colonial, a produção agrícola em larga escala era considerada tecnologicamente moderna e mais produtiva que a produção familiar de pequena escala, que era considerada homogeneamente tradicional na tecnologia e orientada para a subsistência. A Frelimo nacionalizou as explorações agrícolas de grande escala, partindo do princípio de que, uma vez reorganizada em moldes socialistas, poderiam ser um modelo para a transformação da produção dos camponeses. Este ponto de vista foi apoiado politicamente pela prioridade dada à colectivização na União Soviética, em Cuba, na China, no Vietname e nos regimes pós-II Guerra Mundial nos países da Europa do Leste. As plantações e as grandes machambas dos colonos tornaram-se machambas estatais e as machambas mais pequenas foram convertidas em cooperativas, cujos membros conservavam as suas próprias machambas dispersas noutros lugares. O investimento e a produção de excedentes agrícolas deviam estar concentrados nas machambas estatais e, em segundo lugar, nas cooperativas.

A estratégia também incluía a externalização contínua dos custos sociais da produção nas áreas rurais. Como o campesinato tinha acesso à terra e se dava por adquirida a disponibilidade do trabalho, de cuidados e de produção de alimentos das mulheres, esperava-se que o campesinato pudesse assegurar a sua subsistência fora do mercado. Os institutos de produtos agrícolas coloniais foram integrados em ministérios. Pensava-se que o superior conhecimento técnico das machambas estatais lhes permitiria assumir um papel de extensão centrado em cooperativas e não em produtores individuais. A transformação essencial era considerada cultural, a construção do “homem novo”. Havia, portanto, uma grande dependência de experiências-piloto ou modelares subsidiadas para a organização de cooperativas e da primeira vaga de aldeias comunais. Esperava-se que estas convencessem os camponeses da superioridade da vida e da produção colectivas; os aumentos de produtividade financiarão os custos de mais transformação. Acontece que os desejados progressos e a superioridade da produção e de vida colectivas não vieram a verificar-se.

Sem uma verdadeira crítica dos pressupostos subjacentes à abordagem colonial da agricultura comercial nem uma estratégia para a transformação estrutural, a produção agrícola debateu-se com uma persistente e devastadora crise de produtividade. A resolução da questão da sazonalidade nas machambas estatais continuou, no

período socialista, a depender da contratação de mão-de-obra temporária, muitas vezes migrante. O Gráfico 1, adaptado do relatório do CEA (1983) sobre o Caia (Angónia), mostra quantos trabalhadores eram necessários e quantos realmente foram contratados nos diversos meses do ano agrícola. Em Novembro foram empregados muito menos trabalhadores do que o necessário e muito mais do que o previsto em Abril e Maio. Assim, as tarefas não foram concluídas no momento ideal, o que reduziu a produtividade do trabalho, apesar da mecanização de algumas partes do processo de produção. Também resultou numa maior despesa com salários do que o planeado. A crise da produtividade do trabalho reflectia as técnicas de gestão e as formas de resistência dos trabalhadores, típicas de sistemas de trabalho eventual.⁶

Gráfico 1: Dias planeados e trabalhados, CAIA, 1981-1982 (000 Dias)



Fonte: CEA (1983), pesquisa de campo, Julho de 1982

Tão desastrosas como as políticas laborais assentes na noção do camponês subempregado, eram as políticas de comercialização assentes na ideia de que os camponeses não estavam a comercializar a produção, porque eram produtores de subsistência. Como já referido, cerca de um terço dos produtos comercializados em 1970 era produzido por camponeses; no caso das culturas alimentares, algodão e caju, as percentagens eram maiores. A crise de produção nas machambas estatais e cooperativas produtoras de alimentos fez com que a comercialização dos camponeses se tornasse ainda mais importante em canais do mercado formal. Os números registados pela Agricom em 1987-88, quando os zimbabueanos patrulhavam o corredor da Beira, mostram a percentagem que comprava em Manica às diversas propriedades,

⁶ Para uma análise mais completa dos problemas laborais em machambas estatais, ver O'Laughlin (2015).

mesmo em plena guerra. É claro que nem toda a produção das machambas estatais passava pela Agricom; as machambas estatais e as plantações faziam trocas entre si, e o Exército fazia requisições directas.

Tabela 2: Milho comercializado registado pela Agricom em Manica, 1987-30/09/881930

Sector	Toneladas	%
Estatal	1.445	15%
Cooperativo	88	1%
Privado	2.126	23%
Familiar	5.683	61%

Fonte: CEA (1988). *A CUSO/SUCO em Manica, Anexo 2.*

O facto de os pequenos agricultores e os lendários pequenos produtores privados empresariais de Manica estarem ainda a produzir excedentes comercializados é particularmente digno de nota, já que, nessa altura, lhes era muito difícil comprar insumos. Os ferreiros locais usavam sucata para reparar pás de charrua, mas vimos muitas charruas penduradas em traves de tecto, que não se podiam utilizar, por falta de uma mola que os ferreiros não conseguiam fazer e que já não se encontrava nem nos mercados locais nem na Beira.

Em muitas outras áreas privilegiadas de comercialização dos pequenos proprietários, particularmente Nampula, o cultivo do algodão decaiu e os cajuais deixaram de ser podados, colhidos e replantados. Em 1986, quando a Renamo ampliou as suas operações em Nampula, o governo provincial fez uma tentativa desastrosa, corajosamente documentada por Salomão Moyana em *Tempo*, para reinstaurar as concentrações algodoeiras do período colonial ao longo das estradas. O governador apelou às pessoas para que acordassem aos primeiros alvares do dia para ir para a machamba e continuarem a trabalhar até à noite.⁷ Sugeriu a introdução do sistema de caderneta da época do trabalho forçado. Essas mudanças não chegaram a dar-se, mas essa regressão à visão colonial de um campesinato preguiçoso assinalou uma mudança mais generalizada no sentido do “Estado contra o campesinato” (Bowen, 2000) dentro de certas partes da Frelimo.

Como a escassez de produtos alimentares se agravou e se desenvolveram mercados paralelos na década de 1980, o Estado introduziu o sistema de “vinculação”. Os bens de consumo só podiam ser vendidos em troca de quantidades equivalentes de produtos agrícolas, ambos avaliados a preços oficiais. Como boa parte deste comércio se fazia por intermédio de retalhistas privados, a ligação dava amplo espaço para especulação com os preços e acumulação privada. Os anos da guerra exacerbaram a crise do “aperto

⁷ Para uma boa análise descritiva de Nampula neste período, ver Dinerman (2001).

reprodutivo” (Bernstein, 2011) com que se defrontava a reprodução comercial dos pequenos produtores: dependentes da participação no mercado, através das vendas de produtos agrícolas ou do trabalho assalariado, ou de ambos, para a reprodução dos seus modos de vida, mas cada vez mais impedidos de aceder a esse mercado.

No que diz respeito ao terceiro elemento do mito do camponês preguiçoso, a cultura de dependência em relação à assistência do Estado, é certamente verdade que a cultura política da época pôs o Estado a dirigir as operações, regulou os mercados e deu incentivos às pessoas para as atrair para formas colectivas de produção e de vida. Nesse contexto, era razoável exigir que o Estado fornecesse o que prometia. O socialismo não conseguiu, porém, dar esses incentivos em grande escala nas zonas rurais nem defender o seu progresso na saúde e na educação rural durante o período de guerra. O mais importante é que a incapacidade da produção agrícola em larga escala de produzir os aumentos previstos na produtividade do trabalho foi atribuída, em parte, a faltas de assiduidade dos trabalhadores e à orientação tradicional dos camponeses.

Planificação para promover a produtividade do trabalho

Como é que esta análise do passado e as críticas habituais do dualismo se relacionam com o presente e, sobretudo, com o ponto fulcral deste volume, os desafios enfrentados pelo processo do PQG de 2015? Como Moguees *et al.* (2015) apontam, o PQG é uma espécie de planificação estratégica: estabelece prioridades e define os objectivos estratégicos centrais para os cinco anos seguintes, define áreas estratégicas e programas governamentais relevantes, muitas vezes exigindo acção complementar entre os diversos ministérios. A maior componente do orçamento agrícola é para o PQG: “combater a pobreza e promover a cultura do trabalho — crescimento económico” (*ibid.*: 21). Este tipo de planificação estratégica é ao mesmo tempo indicativo e normativo. Não pode planear-se directamente o que pode a produção privada fazer, seja ela de empresas de grande ou de pequena escala. Por isso se usam tanto palavras como “promover”. No máximo, o plano aconselha como podem ser usados os recursos do Governo — serviços de investimento e de apoio — e os seus poderes regulamentares para promover objectivos particulares.

Menos ainda pode o PQG planear directamente o esforço individual ou como os indivíduos gerem o trabalho alheio; nem sequer pode definir planos de produção como o Ministério da Agricultura tentou no período socialista. O PQG pode, contudo, planificar como o Governo utiliza os seus recursos e o seu poder regulamentar para afectar os determinadores estruturais da produtividade do trabalho: tais como a atribuição e os preços de concessões de terras estatais, regulamentação das condições do uso da água e de condições de emprego,

localização de investimentos em infra-estrutura, garantias de empréstimos, organização de extensão agrícola, tipos de investimento e localização das instituições de saúde e de ensino nas zonas rurais. A importância do PQG para promover o aumento da produtividade do trabalho na agricultura não é, pois, definir simplesmente as actividades do Ministério da Agricultura — isso é um problema de todos os ministérios.

Outro ponto que distingue a planificação indicativa para aumentar a produtividade do trabalho numa economia de mercado é que se confronta com diferenças, muitas vezes controversas e conflituosas, de interesses e de poder: entre as diferentes fracções do capital, entre trabalhadores e empresas, entre diferentes camadas do campesinato. Trata-se de conflitos sobre condições de trabalho e sobre a forma como os custos sociais de produção são definidos e pagos. Se os planificadores partirem do pressuposto que a produção agrícola se divide entre dois sectores, um de alta produtividade e um que não tem cultura do trabalho, isso encobrirá estes conflitos e privilegiará as reivindicações da agricultura em grande escala, o que, como vimos, tanto na época colonial como no período socialista, foi uma estratégia económica e politicamente fracassada em Moçambique.

Assim, o processo do PQG deve ser algo mais do que o documento final negociado, no que diz respeito à promoção da produtividade do trabalho. Esse processo deve abordar debates essenciais em torno da produtividade agrícola no Moçambique actual. As posições assumidas por organizações de empregadores como a CTA, as organizações sindicais — a OTM e os sindicatos agrícolas SINTIA e SINTAF — e a União Nacional de Camponeses (UNAC) não serão forçosamente as mesmas. Os exemplos que se seguem, extraídos de uma pesquisa recente, não são exaustivos; antes ilustram como subjazem abordagens diferentes da produtividade do trabalho agrícola às actuais controvérsias sobre como devem ser atribuídos os recursos estatais e como devem funcionar os processos de regulação.

Concessões de terra para esquema de desenvolvimento rural de grande escala

A política agrícola em Moçambique tem um longo historial de lançamento de projectos de grande escala, muitas vezes com investimento estrangeiro, com base na avaliação da arabilidade da terra sem ter em conta as pessoas que lá vivem nem a viabilidade comercial. Estes projectos têm normalmente incluída a reserva de grandes áreas com infra-estrutura estabelecida para produção em larga escala para exportação, relegando os pequenos produtores para áreas periféricas, um pouco segundo o modelo da “reserva indígena” colonial, ou para zonas de agricultura sob contrato. As plantações agro-florestais do Niassa são um exemplo recente, publicitado como “verde”, porque prometeram replantar florestas em áreas de solo exausto, o que foi, porém, posto

em causa quando passaram a ocupar precisamente as melhores áreas ao longo dos corredores de transporte, onde já estavam estabelecidos pequenos proprietários.

O exemplo mais amplamente discutido, porém, é o projecto tripartido Moçambique/Japão/Brasil, o ProSavana, que se pretende que integre grandes áreas das províncias de Nampula, Niassa e Zambézia, no Norte do País. A sua promessa não foi revitalizar solos esgotados, mas sim tornar mais produtivas terras não utilizadas ou subutilizadas. O plano é a produção mecanizada de soja em larga escala em grandes propriedades agrícolas, semelhante ao programa Proceder no Cerrado brasileiro, combinada com um sistema inovador de extensão baseado no modelo brasileiro da Embrapa de agricultura familiar para pequenos produtores. O cultivo de soja no Cerrado é conhecido por ter deslocado muitos produtores do sector familiar, oferecendo em troca apenas alguns empregos sazonais, eventuais e mal pagos (Wolford, 2015; Søndergaard, 2013). A área em que se centra o ProSavana é o corredor de Nacala, aproveitando assim a infra-estrutura de transporte existente, incluindo condições para exportação e a promessa de melhoramentos. É uma área onde já estão estabelecidos muitos pequenos proprietários e pequenos produtores comerciais, um facto certamente bem conhecido dos planificadores moçambicanos do projecto.

Zanella & Milhorange (2016) sugeriram que o que atrai o Governo de Moçambique na política agrária brasileira é a solução política dualista entre o grande capital agrário dominante e um sector de agricultura familiar politicamente importante, mas economicamente subordinado. Essa solução em Moçambique não se basearia, contudo, no que já existe: o grande capital agrário é, em grande parte, estrangeiro, e a presença política do movimento camponês é fragmentada. Trata-se antes de um retorno ao conhecido sonho dualista de criação de um sector agrícola comercial moderno, altamente produtivo, com mão-de-obra barata fornecida por um sector de subsistência que vai gradualmente desaparecendo. O que a história agrária recente de Nampula mostra, pelo contrário, é uma grande camada de pequenos produtores vítimas de uma crise reprodutiva, com muito pouca esperança de obter de qualquer produção de soja em larga escala ou dos modelos de extensão da Embrapa os postos de trabalho ou os rendimentos de vendas de que precisam para recuperação e expansão da produção comercial. Zanella & Milhorange (2016) observam que, até agora, a Embrapa tem-se preocupado, em grande medida, com a importação de maquinaria agrícola brasileira, concebida para a maior escala da agricultura familiar no Brasil e não para os pequenos produtores comerciais de Nampula. O crescimento do Porto de Nacala e o da indústria de mineração têm estimulado a procura local de produtos alimentares, mas o ProSavana projecta, por enquanto, o deslocamento dos pequenos produtores comerciais de produtos alimentares e o predomínio da produção agrícola para exportação.

Regulamentação laboral em empresas agrícolas

Uma segunda área política controversa é a regulamentação do trabalho em empresas agrícolas: concretamente, a definição dos salários mínimos na agricultura; a regulamentação de formas de pagamento; e a exigência legal de dar contratos de trabalho para desprecarizar o trabalho agrícola e a fiscalização da saúde e segurança no trabalho [ver O’Laughlin & Ibraimo, (2013) para uma discussão deste último aspecto].

Em mercados que funcionem perfeitamente, o salário deve ser igual à produtividade marginal do trabalho. Porém, isto raramente se verifica na produção agrícola, já que a produtividade do trabalho varia em função de muitos factores exteriores ao processo imediato de cultivo. A produção de chá em Moçambique faz-se, maioritariamente, em grandes propriedades com mão-de-obra contratada. Na pesquisa do IESE na Zambézia, os empregadores das explorações de chá referiram que a produtividade do trabalho nas plantações de chá do Malawi é maior do que em Moçambique, ao passo que os seus salários reais são mais baixos. Afirmaram que não podiam produzir chá de forma competitiva se fossem obrigados a pagar o salário mínimo nacional e a contribuir para a segurança social. Ao apresentar este argumento, ignoravam as outras diferenças entre as explorações de chá do Malawi e de Moçambique. A produção de chá no País foi interrompida na Alta Zambézia durante os anos de guerra. As plantas abandonadas cresceram até se tornarem árvores, os solos não foram adubados, as fábricas não foram modernizadas e Moçambique perdeu os seus canais regulares de comercialização. Embora a mão-de-obra constitua uma parte significativa dos custos de produção do chá, salários mais baixos não contrabalançarão estes outros entraves à produtividade do trabalho. O chá para o mercado internacional é classificado e avaliado em Nairobi, de modo que os custos de transporte são elevados. Além disso, disseram-nos, Guruè não tem altitude suficiente para a produção de chá de alta qualidade. Foram dadas concessões favoráveis de terras aos novos investidores, a quem também foram concedidos benefícios fiscais, precisamente porque a renovação da produção de chá exigiria grandes investimentos. Embora alguns novos proprietários estejam a plantar novas variedades e a investir nas suas fábricas, afirmam agora que precisam de regulamentação de salários mais baixos para financiar a inovação competitiva. É um retorno à lógica das plantações coloniais, em que o lucro dependia de salários baixos, em vez de investimentos que promovessem a produtividade do trabalho.

De modo geral, deve examinar-se os pressupostos subjacentes às diferenças de salário mínimo entre a indústria e a agricultura. É verdade que o acesso à terra significa que a produção familiar pode complementar o salário, mas requer intensificação do trabalho por outros membros da família — a terra não trabalha sozinha. As diferenças entre salários agrícolas e industriais são uma expressão do contrato social de género que externaliza parte dos custos de produção para as famílias rurais.

Apesar das suas potenciais vantagens, a legislação do salário mínimo é de difícil aplicação em trabalhos agrícolas porque a maioria dos trabalhadores manuais agrícolas é paga à tarefa ou à peça e não ao dia de salário. O sistema elimina as diferenças de produtividade entre os trabalhadores, diferenças essas que não derivam forçosamente de preguiça ou incompetência, mas, por vezes, apenas da capacidade física. Nalguns casos, em silvicultura, por exemplo, os trabalhadores levam dia e meio a completar uma tarefa. Este sistema lança os trabalhadores contra a sua própria saúde. Tentam trabalhar o mais depressa possível, sem parar para comer nem para beber, recusando-se a usar o equipamento de protecção que os retarda, começando a trabalhar cedo, antes de o sol aquecer, tentando terminar a meio do dia. Existe uma vasta literatura sobre desidratação, exaustão, dores nas costas, ferimentos acidentais e posteriores consequências para a saúde quando mais velhos (O’Laughlin, 2013). Este sistema de pagamento também tende a comprometer a qualidade e tem, por conseguinte, consequências para medidas de produtividade baseadas na rentabilidade. Os apanhadores de chá que trabalham o mais depressa que conseguem apanham folhas de qualidade inferior, além das “duas folhas e o botão”. Os plantadores de árvores podem não parar para substituir uma muda com um sistema radicular danificado. Os cortadores de cana-de-açúcar podem cortar tão rente ao chão que impedem a planta de voltar a crescer ou manejar a catana tão descontroladamente que se cortem ou cortem os colegas de trabalho. Os sistemas de cultivo assentes na intensificação do trabalho, levando os empregados a trabalhar mais e mais depressa, são conhecidos pelo seu desequilíbrio tecnológico, não pela alta produtividade do trabalho.

A eliminação ou redução do trabalho eventual na agricultura é outra área controversa da regulamentação laboral. Na nossa pesquisa para o IESE, os sindicatos agrícolas com os quais trabalhámos estavam preocupados com a precariedade, bem como com a perda de postos de trabalho em empresas agro-industriais. A legislação estipula agora que, após três contratos temporários consecutivos, os trabalhadores têm direito a contratos permanentes. O problema para a agricultura capitalista é conciliar isto com a variação sazonal da sua necessidade de trabalhadores. As empresas têm resolvido essa questão de diversas maneiras: desafiando a lei e recusando-se a dar contratos permanentes aos trabalhadores do campo; deixando períodos breves entre os contratos, de modo a que o trabalhador não tenha três contratos seguidos; subcontratando o recrutamento de mão-de-obra a pequenos empreiteiros, que evitam aplicar qualquer legislação laboral proteccionista; e dando aos trabalhadores contratos permanentes sem garantia de emprego fixo, uma espécie de contrato de zero horas, ou reserva interna.

Esta última solução, que formalmente respeita a lei, embora não o seu espírito, dá aos trabalhadores apenas a garantia de serem preferidos a outros trabalhadores quando houver algo para fazer, ao passo que a empresa usufrui da vantagem fundamental de

manter disponível um conjunto de trabalhadores com competências básicas e bom conhecimento de formas de gestão da empresa. As empresas agro-florestais que utilizam este sistema costumam contratar trabalhadores ao mês, dispensando-os durante um período fixo por ano, quando não é possível plantar. As plantações de açúcar faziam a mesma coisa com os cortadores de cana migrantes. Outros trabalhadores manuais eventuais, contratados localmente nas plantações de açúcar (muitos deles mulheres), tinham de se apresentar ao trabalho de manhã cedo e depois esperar para ver se eram contratados. Era usado um sistema semelhante por produtores comerciais de arroz no Chókwè, que iam de camião buscar mulheres a locais de recrutamento e as levavam para machambas onde se decidia depois quantas podiam ser necessárias. Esta prática de “contrato de zero horas” transfere dos empregadores para os trabalhadores todas as consequências em termos de custo da gestão irregular do trabalho: levantam-se antes do nascer do dia, vão até ao local de recrutamento e voltam ao fim do dia, às vezes sem terem recebido qualquer remuneração. A legislação laboral não pode apagar a sazonalidade da procura de mão-de-obra, mas a inspecção do trabalho deve conseguir garantir que um dia passado à espera seja um custo para o empregador e não para o trabalhador, e deve encontrar formas de combater a violação da regulamentação laboral através da subcontratação. No actual estado de coisas, a ficção do contrato permanente permite que as empresas mantenham os padrões sazonais de emprego e minimizem os custos da segurança social para trabalhadores formalmente contratados. Também permite que a segurança social cobre contribuições de trabalhadores que só esporadicamente trabalham por mês o número de dias suficiente para ter direito a regalias.

A concepção e a gestão da extensão rural agrícola

Os institutos dos produtos agrícolas do período colonial centravam-se nas necessidades do capital português: os produtores de grande escala e os processadores agro-industriais que usufruíam de direitos monopsonistas de compra.⁸ Outras abordagens da extensão agrícola desde a independência têm sido irregulares e intermitentes. Embora haja desde o fim da guerra um amplo consenso sobre a necessidade de sistemas de extensão, a ausência continuada de um sistema nacional reflecte as reais prioridades da política agrícola. Os esforços de extensão dependiam muitas vezes de financiamento de projectos e reflectiam, portanto, os volúveis pressupostos e prioridades dos doadores; a extensão baseada em projectos foi transitória na sua presença e impacto. Será importante ver como a Embrapa recebe a World Vision na organização da extensão na Alta Zambézia. Investigadores associados ao IESE têm feito trabalho sobre agricultura sob contrato, mas não sobre a extensão propriamente dita. Há, contudo, um ponto

⁸ Houve um sistema de informação agrícola centrado na FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) que incluía pequenos produtores.

importante sobre a relação entre a produtividade do trabalho e a extensão rural que surge em muita pesquisa sobre as relações de género nas áreas rurais (Waterhouse & Vijfhuizen, 2001). Ao promover o aumento da produtividade do trabalho, é importante não se centrar em produtos agrícolas comerciais sem ver como estes se relacionam com o limite instável entre produção comercializada e não comercializada. Nunca estão separadas na vida de quem faz trabalho agrícola: mulheres, homens e crianças.

Podem ser úteis, como sugerem Benfica *et al.* (2014), sistemas de informação nacional sobre preços dos produtos agrícolas, mas é ainda mais importante ter pessoal permanente para sistemas locais realistas de informação e resposta sobre doenças das culturas e tratamentos disponíveis, sobre os êxitos e dificuldades de novas variedades, técnicas de conservação, etc., para as culturas alimentares locais, bem como os principais produtos alimentares. Actualmente, é difícil distinguir inovações de culturas relativamente pouco importantes, caras ou fracassadas, como a introdução da batata-doce de polpa alaranjada (De Brauw *et al.*, 2015),⁹ das que promovem a produtividade do trabalho a longo prazo através de substancial diversidade nutricional.

Regulamentação da disponibilidade de água e da produtividade do trabalho a longo prazo na agricultura

Uma última área de conflito que se observa claramente na pesquisa do IESE tem sido a regulamentação da relação entre os progressos a curto prazo da produtividade do trabalho através da irrigação na agricultura em larga escala e os custos de produção externalizados que comprometem a produtividade da mão-de-obra a longo prazo. O exemplo mais óbvio é talvez o da expansão da produção de cana-de-açúcar em planícies aluviais ao longo do rio Incomati. Olhando para a bacia do Incomati como um todo, ou seja, incluindo a Suazilândia e a África do Sul, bem como Moçambique, Carmo Vaz & Van der Zaag (2003) observaram que, mesmo antes da expansão em Magude e Moamba, cerca de 67% de toda a água usada para irrigação na bacia era para a produção de cana-de-açúcar. Tanto estes autores como Lorentzen (2009) observaram que a expansão contínua de açúcar e de outras culturas irrigadas em todo o vale do Incomati pode comprometer a existência de água a longo prazo para consumo agrícola, industrial e privado nos três países. Ogtrop *et al.* (2005) também observaram que o cultivo das planícies aluviais de Magude destrói os anteriores sistemas naturais de controlo de inundações, comprometendo os meios de subsistência e a produtividade desses pequenos produtores, sem a protecção de diques.

⁹ Um sistema de extensão estabelecido teria identificado quais as limitações da batata-doce de polpa alaranjada como contribuição para a saúde nutricional em Moçambique muito antes de ter sido gasto tanto tempo e tanto dinheiro em ensaios. A diversidade nutricional nos alimentos básicos faz da batata-doce uma importante cultura secundária na maior parte das zonas rurais de Moçambique.

Conclusão

Este artigo procurou mostrar que a promoção de uma cultura do trabalho não é um bom guia estratégico para o que o Estado pode fazer para promover a produtividade da mão-de-obra rural. Há duas razões para tal. Em primeiro lugar, toda a gente tem uma cultura do trabalho, mas esta é um reflexo da experiência que é construída socialmente, também por posições de classe. A ideia de que a produtividade dos trabalhadores rurais e dos camponeses está a ser travada pela falta de esforço disciplinado, a orientação para a subsistência e a dependência dos outros é uma perspectiva de gestor de empresa. Os trabalhadores com quem falámos nunca usavam a expressão “cultura do trabalho” e tinham antes outras mais complexas, explicações para exemplos dados pelos gestores para mostrar a ausência de uma cultura do trabalho.

A segunda razão é que, seja qual for a qualidade do esforço, empreendedorismo e desejo de bens de consumos de cada um, os grandes progressos na produtividade resultam de mudanças estruturais complexas, em que as acções de pequenos produtores, trabalhadores, gestores e funcionários públicos, profissionais de saúde, professores e investigadores académicos podem ter, todas elas, um papel a desempenhar. O PQG não pode planificar o que os indivíduos pensam sobre o trabalho, mas pode coordenar a maneira como são utilizados os recursos estatais e como é direccionada a regulamentação estatal. Para tal, deve lidar directamente com os determinadores estruturais da produtividade, reconhecendo que interesses diferentes podem defini-los de formas diferentes e fazer *lobbying* a favor dos seus próprios projectos no conflito. A zona pouco clara da promoção da cultura do trabalho tem sido um desses casos. Outro é o pressuposto de que a produtividade da mão-de-obra é inerentemente maior em empresas agrícolas de grande escala do que noutras formas de produção.

Para o processo do PQG 2015, o desafio de promover a produtividade do trabalho na agricultura exige, pois, a clarificação das implicações para a acção do Estado de uma ampla gama de políticas, incluindo aquelas aqui discutidas: a regulamentação da concessão do direito de uso da terra, a regulamentação de salários e condições de trabalho nas empresas agrícolas, a concepção e gestão da extensão rural e a regulamentação da disponibilidade de água a longo prazo na agricultura. As formulações destas políticas devem ser suficientemente rigorosas para justificar as decisões, com base em processos de discussão e debate.

Referências

- Adam, Y. (1986). *Cooperativização Agrícola e Modificação das Relações de Produção no Período Colonial em Moçambique*. Tese de licenciatura. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Alatas, H. (1977). *The Myth of the Lazy Native: A Study of the Image of the Malays, Filipinos and Javanese from the 16th to the 20th Century and Its Function in the Ideology of Colonial Capitalism*. Psychology Press.

- Allina-Pisano, E. (2003). Borderlands, boundaries, and the contours of colonial rule: african labor in manica district, Mozambique, c. 1904-1908. *The International Journal of African Historical Studies*, 36(1), 59-82.
- Arrighi, G. (1973). Labour supplies in historical perspective: a study of the proletarianisation of the African peasantry in Rhodesia. In G. Arrighi & J. Saul (eds.). *Essays on the Political Economy of Africa*, 180-234. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Benfica, R. & Mather, D. (2013). Agricultural marketing and development in Mozambique: research findings and policy implications. *Flash*. Maputo: Ministério da Agricultura.
- Benfica, R., Boughton, D., Mouzinho, B. & Uaiene, R. (2014). Food crop marketing and agricultural productivity in a high price environment: evidence and implications for Mozambique. *Research Paper E*, 76.
- Bernstein, H. (2011). "Farewells to the peasantry?" and its relevance to recent South African debates. *Transformation: Critical Perspectives on Southern Africa*, 75(1), 44-52.
- Bernstein, H. (2014). Food sovereignty via the "peasant way": a sceptical view. *Journal of Peasant Studies*, 41(6), 1031-1063.
- Bowen, M. L. (2000). *The State against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*. Charlottesville e Londres: University of Virginia Press.
- Carmo Vaz, A. & Van der Zaag, P. (2003). Sharing the Incomati waters: cooperation and competition in the balance. UNESCO-IHP Technical Document/PCCP. Paris: UNESCO.
- Chichava, S. (2009). "Por que Moçambique é pobre?" Uma análise do discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza. Artigo apresentado na II Conferência IESE, *Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique*. Maputo.
- De Brauw, A., Eozenou, P., Gilligan, D., Kumar, N. & Meenakshi, J. (2015). Biofortification, crop adoption and health information: impact pathways in Mozambique and Uganda. HarvestPlus Working Paper.
- Gibbon, P. (2011). Experiences of plantation and large-scale farming in 20th century Africa. DIIS Working Paper.
- Head, J. (1980). *State, Capital and Migrant Labour in Zambesia, Mozambique: A Study of the Labour Force of Sena Sugar Estates Limited*. Doctor of Philosophy. University of Durham.
- Hermele, K. (1986). Contemporary land struggles on the Limpopo: a case study of Chokwe, Mozambique, 1950-1985. University of Uppsala, Working Group for the Study of Development Strategies, Department of Development Studies, AKUT Series.
- Isaacman, A. & Chilundo, A. (1995). Peasants at work: forced cotton cultivation in Northern Mozambique 1938-1961. In A. Isaacman & R. Roberts, R. (eds.). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub Saharan Africa*, 147-179. Portsmouth: N. H., Heinemann
- Kapp, K. W. (1969). On the nature and significance of social costs. *Kyklos*, 22(2), 334-347.
- Lorentzen, J. (2009). Global sugar, regional water, and local people: EU sugar regime liberalisation, rural livelihoods, and the environment in the Incomati River Basin. *South African Journal of Science*, 105(1-2), 49-53.
- Mackintosh, M. (1987). Agricultural marketing and socialist accumulation: a case study of maize marketing in Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 14(2), 243-267.
- Mamdani, M. (1996). *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Oxford: James Currey Publishers.
- Mintz, S. W. (1978). Was the plantation slave a proletarian? *Review (Fernand Braudel Center)*, 81-98.

- Mogues, T., Caceres, L., Fernandez, F. A. & Umarji, M. B. (2015). Reconstructing public expenditure data, use of classification systems to better measure public spending in agriculture – a Mozambique case study. *IFPRI Discussion Papers*. IFPRI.
- O’Laughlin, B. (2002). Proletarianisation, agency and changing rural livelihoods: forced labour and resistance in colonial Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 28(3), 511-530.
- Ogtrop, F. F., Hoekstra, A. Y. & Meulen, F. (2005). Flood management in the lower incomati river basin, Mozambique: two alternatives. *JAWRA Journal of the American Water Resources Association*, 41(3), 607-619.
- O’Laughlin, B. & Ibraimo, Y. (2013). The expansion of sugar production and the well-being of agricultural workers and rural communities in Xinavane and Magude. *Cadernos*. Maputo: IESE (Instituto de Estudos Sociais e Económicos).
- O’Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 3, 9-32.
- O’Laughlin, B. (2000). Class and the customary: the ambiguous legacy of the Indigenato in Mozambique. *African Affairs*, 99(394), 5-42.
- O’Laughlin, B. (2013). Land, labour and the production of affliction in rural Southern Africa. *Journal of Agrarian Change*, 13(1), 175-196.
- O’Laughlin, B. (2015). The Politics of Production, Frelimo and Socialist Agrarian Strategy in Mozambique. In A. Shah & S. Feuchtwang (eds.). *Emancipatory Politics: A Critique*, 224-253. Disponível em: <http://openanthcoop.net/press/emancipatory-politics-a-critique/chapter-8/>, Open Anthropology Cooperative Press.
- Oya, C. (2013). Rural wage employment in Africa: methodological issues and emerging evidence. *Review of African Political Economy*, 40(136), 251-273.
- PEM Consult (2011). *Estudo sobre a Gestão dos Conflitos de Terra entre as Comunidades e Investidores nas Plantações Florestais da Província de Niassa*.
- Pons-Vignon, N. (2006). Forestry workers buckle under outsourcing pipedream. *South African Labour Bulletin*, 30(2), 27-30.
- Schaedel, M. (1984). *Eingenborenen-Arbeit: Formen der Ausbeutung unter der portugiesischen Kolonialherrschaft in Mozambique*. Colónia: Pahl-Rugenstein Verlag.
- Sen, A. (1981). *Poverty and Famines: an Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford: Oxford University Press.
- Søndergaard, N. (2013). The Brazilian soy boom, An analysis of the broader societal impacts of the Brazilian soy expansion from 2000-2012, MA (?), Lund University.
- Vail, L. & White, L. (1980). *Capitalism and Colonialism in Mozambique: A Study of Quelimane District*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Waterhouse, R. & Vijfhuizen, C. (eds.) (2001). *Strategic Women Gainful Men, Gender, Land and Natural Resources in Different Rural Contexts in Mozambique*. Maputo: Land Studies Unit, Faculty of Agronomy and Forestry Engineering.
- Wolford, W. (2015). From pangaea to partnership. *Sociology of Development*, 1(2), 210-232.
- Wuyts, M. E. (1989). *Money and Planning for socialist Transition: The Mozambican Experience*. Aldershot, Reino Unido: Gower.
- Zanella, M. A. & Milhorance, C. (2016). Cerrado meets savannah, family farmers meet peasants: The political economy of Brazil’s agricultural cooperation with Mozambique. *Food Policy*, 58, 70-81.

Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, pobreza e desenvolvimento em Moçambique?

Rosimina Ali

Introdução

Há um interesse em discussões sobre trabalho assalariado rural depois de longos períodos de se considerar a sua ausência em dinâmicas de pobreza e desenvolvimento rural em África. Entretanto, a forma como esta questão tem sido, convencionalmente, analisada em Moçambique tem se revelado ainda limitada para a abordar coerentemente.

De uma análise do debate actual e da literatura sobre formas de trabalho prevalentes nas áreas rurais de Moçambique verifica-se uma contradição em relação à importância do trabalho assalariado. Por um lado, a incidência do trabalho assalariado rural é indicada como marginal reflectindo o facto de o meio rural ser assumido como dominado por produção de pequenos camponeses orientada para a subsistência e dependente de trabalho familiar assumido fora do mercado de trabalho (GdM, 2011; World Bank, 2012). Assim, o trabalho assalariado rural é dado pouca importância. Os documentos de política pública, por exemplo, o PARP¹ e o recente Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2015-2019² estão subjacentes a esta literatura que tem, em grande medida, as suas análises baseadas em informação de inquéritos oficiais de grande escala. Por outro lado, o trabalho assalariado rural desenvolvido em formas temporárias (eventual e sazonal) e em condições diferenciadas múltiplas e precárias é considerado predominante e relevante nas zonas rurais de Moçambique (Sender, Oya & Cramer, 2007; O’Laughlin & Wuyts, 2012; Castel-Branco, 1995; Massingarella, Nhate & Oya, 2005). Maior parte desta evidência é suportada por estudos de campo que permitem captar padrões específicos prevalentes na economia rural.

Perante este cenário, parece crucial investigar esta contradição para perceber o que de facto está a acontecer. O interesse em uma análise mais aprofundada da questão é

1 Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014.

2 Nos últimos anos, o Governo optou por não produzir outro PARPA, tendo decidido manter os objectivos ligados à redução da pobreza e o desenvolvimento inclusivo do País, directamente, no PQG (GdM, 2016).

reforçado, seguindo uma abordagem de economia política, ao considerar que a força de trabalho não é um simples activo e que os mercados de trabalho são centrais no sistema social de acumulação, *inter alia*, pelas ligações, relações sociais, oportunidades, condições de reprodução social e de capital, de estabilidade e de redução de crise que estimulam entre diferentes agentes e actividades na economia. Analisar as variadas formas e condições sociais de trabalho, e as suas relações, em contextos históricos específicos de acumulação, é fundamental para entender a integração dos mercados de trabalho no sistema de acumulação de capital, seu papel, importância e implicações. Daqui questiona-se porque os Mercados de Trabalho Rurais (MTR) são ignorados nas intenções de política pública em Moçambique. Este conhecimento tem implicações para a formulação, orientação e efectividade de políticas públicas que podem ser comprometidas pela negligência de padrões rurais reais importantes para o modo de vida da população em ligação com o modo de acumulação dominante em Moçambique. O artigo argumenta que o método de análise (abordagem analítica e metodologia de tratamento da informação) subjacente a distintas posições pode permitir (ou não) perceber padrões rurais reais onde específicas formas de trabalho acontecem e se desenvolvem, importantes para compreender as dinâmicas de pobreza e de acumulação em Moçambique. Daqui, este artigo, ao considerar os distintos métodos de análise, discute como é que o ponto de partida e/ou a forma como olhamos para a economia pode inibir a percepção da realidade, neste caso, dos MTR, e implicar a sua negligência.

O presente artigo está organizado em cinco secções. Para além da primeira, que contempla esta nota introdutória, a segunda secção enquadra as diferentes visões sobre as áreas rurais nos debates da actualidade, que possibilitam um panorama dos distintos quadros de análise a que a natureza do emprego rural está subjacente. A terceira secção analisa as evidências à luz de informação que permite inferir sobre a importância (ou não) dos MTR em Moçambique. A quarta secção reflecte sobre as lacunas nas evidências sobre os MTR fornecidas pelas estatísticas oficiais e avança alternativas de como as enfrentar. A última secção discute as implicações da negligência dos MTR para o entendimento da pobreza e possibilidades de acumulação nas áreas rurais de Moçambique e equaciona as conclusões.

Visões diferentes sobre as áreas rurais nos debates actuais

A análise da relevância ou da negligência do trabalho assalariado rural levanta interesse para a consideração sobre como o meio rural é visto de modo a perceber o que, de facto, está a acontecer na realidade. As áreas rurais de Moçambique continuam a albergar a maioria (cerca de 70%) da população total³ do país e registam altos níveis de

3 Segundo o Censo da População de 2007, a população moçambicana é de 20.632.434 de habitantes (INE, 2009).

pobreza⁴ monetária, com enfoque sobre o consumo, no país, sendo de 50,1% segundo as estimativas oficiais mais recentes baseadas no Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) 2014/2015 (INE, 2016; GdM, 2011). Duas maneiras distintas de tratar o meio rural são consideradas, nomeadamente: (i) economia rural de subsistência e dependente de trabalho familiar e (ii) economia rural estruturalmente ligada aos mercados de trabalho nacionais e regionais.

Economia rural de subsistência e dependente de trabalho familiar

Uma visão dualista sobre economias em desenvolvimento parece dominar esta posição da literatura sob perspectiva de que a economia rural moçambicana está dividida entre dois sectores: tradicional (pré-capitalista) e moderno (capitalista) (O’Laughlin, 1996; O’Laughlin & Wuyts, 2012). Assume-se que a força de trabalho rural está ligada a um sector tradicional assente em uma agricultura de subsistência dependente de mão-de-obra familiar que não participa sistematicamente no mercado onde a maioria é considerada pobre. As firmas e plantações comerciais de grande escala, incluindo associações e concessões de produtores integrados, englobam-se no sector considerado moderno. Praticamente nenhuma referência é feita ao trabalho assalariado rural, em especial agrícola, e sua relação com outras formas de trabalho indirectamente ou informalmente subordinadas ao capital, como é o caso da agricultura familiar, ao pressupor que a força laboral rural está fora do mercado de trabalho. O trabalho remunerado ‘formal’ é considerado integrado nos mercados de trabalho enquanto o trabalho familiar e não remunerado é visto como não incluído (World Bank, 2012; GdM, 2011; GdM 2015). Sob esta visão estão assentes vários documentos de política⁵ nacional e abordagens convencionais implícitas nas intenções nacionais de desenvolvimento e de redução de pobreza. Este é o caso do PARP 2011-2014, do relatório publicado pelo Banco Mundial sobre emprego (WDR 2013)⁶ e do PQG 2015-2019, todos eles baseados na informação proveniente do convencional Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF).

Em países como Moçambique em que a maior parte da população vive nas zonas rurais, o trabalho assalariado não é considerado a forma predominante de trabalho. Estima-se que mais de 80% do emprego rural em Moçambique seja desenvolvido na agricultura ainda que a contribuição deste sector no PIB seja de apenas 30% (World Bank, 2012). Grande parte da força laboral rural é considerada ‘camponês, ainda que o reconhecimento de actividades não-agrícolas tenha intensificado. A maior parte das actividades não-agrícolas são consideradas como sendo desempenhadas em auto-emprego e aqueles ligados ao trabalho assalariado não-agrícola são, geralmente,

4 A linha de pobreza média a nível nacional é 26,7 Meticais por pessoa por dia (INE, 2016).

5 Que são ‘quadros institucionais formais de negociação ou que emergem da negociação entre grupos de interesse e pressões económicas’ (Castel-Branco, 2012).

6 World Development Report 2013.

considerados 'não pobre'. Moçambique tem sido considerado uma economia agrária onde a maioria dos trabalhadores agrícolas são indicados como pequenos camponeses com limitado acesso a tecnologia e serviços de extensão. Os rendimentos da agricultura são mais baixos que de outros sectores considerados mais produtivos como serviços e indústria (World Bank, 2012).

Perante este panorama, os agregados familiares (adiante referido AF) rurais são equacionados como se fossem um grupo homogéneo, isolado e estático com pouca estratificação entre eles. Entretanto, algumas contradições e questões emergem. Será realístico considerar que toda a população rural é meramente 'camponês', será que há uma homogeneidade nas actividades desempenhadas e nas características das famílias rurais em contexto de focos de acumulação regionais distintos, se esta população tem oportunidades limitadas de onde vem os recursos para financiar a referida pequena produção de subsistência, será possível desenvolver esta actividade contando apenas com mão-de-obra familiar, será que o mero envolvimento em agricultura para subsistência permite satisfazer despesas de serviços básicos não alimentares como saúde e educação, será que esta camada da população produz tudo o que consome.

Economia rural estruturalmente ligada aos mercados de trabalho

O método de análise assente nesta visão sugere que a economia rural se encontra orgânica e estruturalmente ligada aos mercados de trabalho nacionais e regionais. Os mercados de trabalho são estruturalmente formados, reproduzidos e transformados de forma diferenciada e complexa dependendo do contexto específico em que interagem distintas relações socioeconómicas (Fine, 1998). As zonas rurais da economia de Moçambique são indicadas como um forte alicerce da base de acumulação de capital no país. Historicamente, a racionalidade do processo de produção em África esteve ligada aos processos estruturais de acumulação de capital que afiguram-se associados aos processos de proletarização (Sender & Smith, 1986; O'Laughlin, 2001). No período colonial, o modo de acumulação dominante esteve assente na expropriação do campesinato (principalmente o pobre e médio) de quem dependia grande parte das exportações do país em excedentes agrícolas de culturas de rendimento (como tabaco, algodão, açúcar, chá, sisal, caju entre outras). Este campesinato fornecia força de trabalho barata e permitia a reprodução da mesma força de trabalho conseguida abaixo do custo social de reprodução num contexto de padrões regionais diferenciados (no Sul, como reserva de mão-de-obra para as minas na África de Sul; no Centro, dedicando-se à economia de plantação; e, no Norte, como produtor de mercadorias (O'Laughlin, 1981; Castel-Branco, 1994, 1995; Wuyts, 1978). A agricultura familiar e o trabalho assalariado financiam-se mutuamente pelo que, dada a dependência em rendimentos monetários para a consolidação do campesinato, este suportava os custos da sua reprodução. Esta forte dependência em Moçambique do padrão de acumulação

no campesinato, adquirido do período colonial, com fracas ligações internas (como exemplo, a economia moçambicana especializada na produção de produtos primários não processados para exportação) e o modo de organização social da produção e do trabalho, de um grupo fragmentado de camponeses, parece ter-se mantido após a independência.

Desde finais da década de 1990 até aos dias de hoje, como indicado por Castel-Branco (2010), a natureza extractiva do padrão de acumulação da economia de Moçambique tem-se vindo a fortificar num contexto de exportação de produtos primários com pouco processamento, com o aparecimento de mega-projectos com investimentos direccionados para a exploração de actividades de extracção e infra-estruturas ligadas a esta exploração, com poucas ligações na economia (não descurando a falta de ligações fiscais) e desarticulação com a base produtiva. Como evidenciado em Castel-Branco (2010) a economia moçambicana é uma economia extractiva onde o investimento é concentrado em actividades produtivas, serviços e infra-estruturas com natureza extractiva. Há uma expansão da concentração da produção industrial à volta da exportação de produtos primários com pouco processamento (como carvão, madeiras, algodão descaroçado, sisal, gás natural, chá folha, açúcar não refinado, tabaco, sisal, castanha de caju não processada, camarão, energia hidroeléctrica, alumínio), e uma alta dependência no consumo de produtos processados importados. Daqui, como Castel-Branco (2010) avança, a economia moçambicana apresenta uma natureza extractiva e porosa, na medida em que a absorção da riqueza gerada é limitada. Este facto parece ser inconsistente com a ideia de uma economia rural dependente de agricultura familiar de subsistência mas consistente com o padrão de acumulação dominante em Moçambique na medida em que as famílias mostram-se incapazes de produzir grande parte do que necessitam para subsistência (como óleo alimentar, sal, petróleo, cimento, vestuário, bicicletas). A questão que surge é como é que estas famílias rurais vêm canalizando os seus recursos financeiros. Dentro deste aparato, como indicado por alguns estudos, a organização social da produção familiar foi, historicamente, influenciada pelos interesses do capital e suas relações capitalistas. Devido a uma série de bloqueios como as condições de reprodução social da força de trabalho, o campesinato, diferenciado e com uma frágil estrutura de organização, vê-se estruturalmente integrado a trabalho assalariado (Castel-Branco, 1984, 1995; CEA, 1982a, 1982b; Bowen, 2000). Levantam-se ainda outras questões. Como é que dinâmicas de acumulação, industrialização e proletarianização se relacionam (e que implicações colocam à organização social de produção), como é que as relações de produção, distribuição e reprodução se interligam no contexto do modo de acumulação dominante, como se relacionam a produtividade das firmas com a da força laboral, em que condições é desenvolvido o trabalho assalariado, como são aplicados os fundos financeiros obtidos dos salários pelas famílias.

A literatura aponta para uma maioria de agregados familiares rurais com padrões de sobrevivência diversificados, envolvidos em uma multiplicidade de actividades que incluem trabalho assalariado para fazer face ao seu consumo corrente, permitir um fundo de investimento e responder a choques (Cramer, Oya & Sender, 2008; Castel-Branco, Massingue & Ali, 2009). O’Laughlin (2001) sugere que desde meados dos anos 80 que não se verifica uma separação entre produção de subsistência e trabalho assalariado (local ou migratório) mas membros de AF rurais que combinam produção de comida com diversas fontes de rendimento como exemplo trabalho assalariado casual, receptor de remessas e pensões, venda de gado, entre outras. Alguns estudiosos apontam que, historicamente, os rendimentos salariais monetários para além de fazerem face as necessidades de subsistência, despesas de serviços sociais básicos (como saúde e educação) e financiamento da construção de habitação, por exemplo, são uma base importante para o investimento na produção familiar através da aquisição de meios de produção (bombas e cisternas de água, implementos agrícolas, etc.) e podem permitir libertar recursos ou produção alimentar para cobrir possíveis períodos de escassez e/ou vender nesses períodos ao invés de depender do seu consumo corrente (O’Laughlin, 1981; Castel-Branco, 1983a, 1983b). Similarmente, os rendimentos salariais em espécie podem permitir ‘libertar’ a produção do campesinato para o mercado. É de salientar, a presença de diferenciação do campesinato (pobre, médio e rico), com maior intensidade no sul, quer no período colonial como actualmente, com oportunidades de acumulação distintas. Neste contexto, os pequenos comerciantes rurais desde a época colonial desempenharam um factor central no processo de organização e reprodução da agricultura familiar, em especial para os grupos mais carenciados por via, por exemplo, das ligações da cidade ao campo, da ligação do camponês a plantação.

Ademais, os fundos salariais podem permitir base de acumulação para prevenção de choques como: quebras no sustento dos AF (funerais, doenças, propinas e outras despesas de consumo inesperadas), quebras de mercado, aumento dos preços de insumos ou transporte, fonte de investimento em actividades alternativas, ajuste a crises locais ou conflitos sobre recursos, entre outros choques (Castel-Branco, 1983a; O’Laughlin & Ibraimo, 2013). A explicação subjacente a este método analítico parece ser consistente com a realidade de algumas camadas moçambicanas pobres que se deslocam para terras menos produtivas em resultado da competição pela água e terra com projectos de agro-negócios, mineração, turismo, etc. e precisam de fundos para aquisição comercial de alimentos enquanto a possibilidade de fontes de rendimento alternativas não se consolidam (Castel-Branco & Mandlate, 2012).

Do panorama discutido, parece haver um *gap* de consistência entre o método de análise convencional em que os documentos de política têm se baseado e o que se verifica na realidade num quadro amplo do sistema social de acumulação em Moçambique.

Importância (ou não) dos MTR: o que a evidência revela?

A maneira como a informação é recolhida e tratada pode influenciar o entendimento sobre dinâmicas reais como a incidência e relevância (ou não) do trabalho assalariado rural. Duas fontes de informação são consideradas: (i) inquéritos oficiais de grande escala e (ii) estudos de campo. A primeira fonte de informação indica que a incidência do trabalho assalariado é marginal e este não é relevante nas zonas rurais de Moçambique enquanto a última fonte de informação aponta para uma predominância e importância de formas de trabalho assalariado rural (principalmente desenvolvidas em condições temporárias) no país.

A imagem mostrada pelas estatísticas oficiais

De acordo com uma série de estatísticas oficiais que recolhem informação sobre padrões e dinâmicas rurais incluindo características sobre emprego é indicado que a maioria da População Economicamente Activa, de 15 e mais anos (PEA)⁷ rural tem como actividade económica principal a agricultura, conforme ilustrado na Tabela 1. O remanescente da PEA rural (uma minoria) é indicada como ligada a uma outra 'actividade principal' como serviços, indústrias, transportes, construção, comércio ou outra.

Tabela 1: Percentagem da PEA que tem a agricultura como principal ocupação nas zonas rurais de Moçambique

IAF⁸ 2002/2003	93%
IFTRAB⁹ 2004/2005	93%
IOF¹⁰ 2008/2009	94%
Censo¹¹ 2007	89%
1º Trimestre INCAF¹² 2012/2013	88%

Fonte: INE, vários inquéritos e recenseamento geral da população e habitação de 2007

A informação sobre emprego em Moçambique tem, geralmente, sido captada de alguns módulos incluídos nos inquéritos oficiais com especial destaque para o IAF, IOF e INCAF, dada a falta de um inquérito contínuo oficial com foco sobre características de emprego que permita analisar os padrões e tendências associados ao mercado de trabalho. Isto permanece, ainda que recentemente tenha sido lançado o primeiro Boletim Informativo do Mercado do Trabalho 2015/2016, mas que é baseado no IOF,

7 População Economicamente Activa (de 15 e mais anos); 87% em Moçambique e 94% nas zonas rurais (INE, 2011).

8 Inquérito aos Agregados Familiares.

9 Inquérito Integrado à Força de Trabalho.

10 Inquérito aos Orçamentos Familiares.

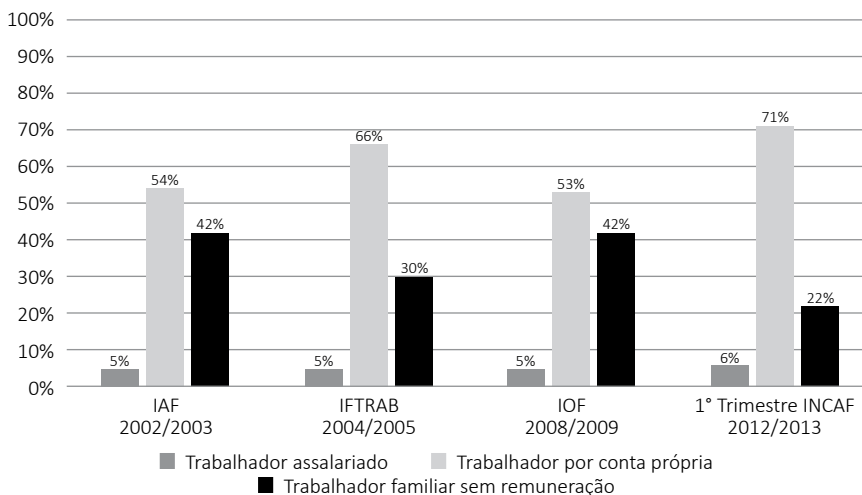
11 Recenseamento Geral da População e Habitação (adiante referenciado por Censo ou Recenseamento ou RGP).

12 Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares.

com o mesmo perfil conceptual e metodológico. O inquérito sobre força de trabalho IFTRAB 2004/2005 foi o ‘único’ que existiu até então. Entretanto, a metodologia seguida para recolha de informação sobre mercados de trabalho é similar à do IOF. A nível nacional, as estimativas do IFTRAB 2004/2005 revelam que a maioria da PEA desenvolve trabalho por conta própria e trabalho familiar sem remuneração (62% e 25%, respectivamente) e apenas cerca de 13% é assalariada. Em termos regionais, o Sul do país evidencia uma maior PEA em trabalho assalariado (27%) do que o Centro (10%) e o Norte (8%). Esta imagem do Sul do país pode reflectir o facto de, já há mais de um século, esta região ter como fonte de emprego dominante o trabalho migratório para a África do Sul.

No concernente às zonas rurais do país, os inquéritos oficiais IAF, IFTRAB, IOF e INCAF que são, convencionalmente, usados para analisar dinâmicas de emprego rural, reflectem uma imagem similar com respeito à situação ocupacional, onde a incidência do trabalho assalariado é mínima (apenas cerca de 5%) (INE, 2003, 2006, 2011, 2013). Este é indicado como pouco importante para a maior parte da população rural que, segundo estas estimativas, tem como formas de trabalho predominantes o trabalho por conta própria (maioritariamente desempenhado na agricultura) e trabalho familiar sem remuneração (Gráfico 1).

Gráfico 1: Distribuição percentual da PEA por situação ocupacional de trabalho nas zonas rurais, Moçambique



Fonte: INE, vários inquéritos oficiais aos orçamentos familiares (referenciados no gráfico)

Adicionalmente, o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007 (adiante referenciado por censo ou recenseamento) sugere que o trabalho assalariado é raro no

seio da maioria da população rural que se revela ligada ao trabalho por conta-própria sem empregados e trabalho familiar sem remuneração. A pequena proporção da PEA ligada ao trabalho assalariado é maioritariamente masculina. As mulheres dominam formas de trabalho familiar sem remuneração e por conta-própria, sem empregados (Tabela 2) (INE, 2009).

Tabela 2: Distribuição percentual da situação ocupacional da PEA, por género, nas zonas rurais de Moçambique, Censo 2007

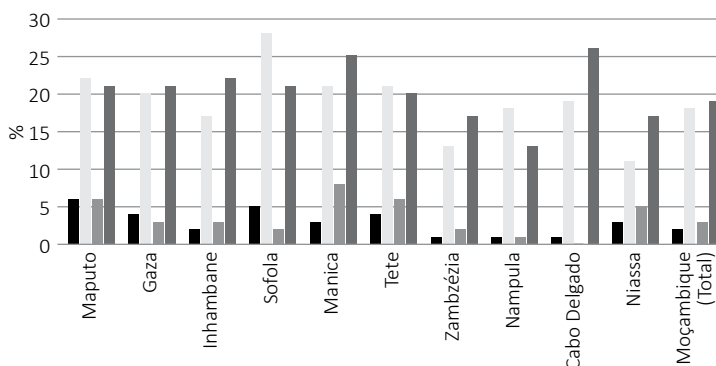
	Homem-Rural	Mulher-Rural	Rural-Total
Trabalhador assalariado	9%	2%	6%
Trabalhador por conta própria com empregados	2%	1%	1%
Trabalhador por conta própria sem empregados	77%	81%	79%
Trabalhador familiar sem remuneração	11%	15%	12%
Trabalhador em categoria desconhecida	1%	1%	1%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Estimativas da autora sobre os dados do Censo da População 2007 (INE 2009)

Comparativamente aos inquéritos oficiais referenciados, o inquérito oficial agrícola – Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA)¹³ – espelha uma incidência mais ampla do recrutamento de força de trabalho embora a percentagem de explorações agro-pecuárias (pequenas, médias e grandes) que contratam força de trabalho revela-se marginal. As pequenas e médias explorações são reveladas como a maioria no país. Os dados do TIA 2002, revelam que cerca de 40% dos empregadores das grandes explorações recrutaram força de trabalho assalariada temporária (para além da contratada a tempo inteiro). As pequenas e médias explorações utilizaram trabalhadores assalariados temporários (18% nas pequenas e 42% nas médias) e permanentes (3% no caso das pequenas e 31% nas médias) (Massingarella, Nhate & Oya, 2005). Os dados do TIA 2005 e TIA 2008 revelam, quer a nível nacional ou desagregados por províncias, que há uma utilização de mão-de-obra remunerada (tempo inteiro/permanente e temporária) que é recrutada fora do AF para actividades agro-pecuárias (INE, 2005, 2008). Entretanto, verifica-se uma diferenciação por províncias e nas formas de recrutamento onde as formas de trabalho temporárias são mais recrutadas (Gráfico 2).

13 O Trabalho de Inquérito Agrícola é um inquérito agro-pecuário que inclui módulos sobre o emprego. Tem a particularidade de recolher informação sobre o empregador (grandes, médias e pequenas explorações).

Gráfico 2: Recrutamento de força de trabalho assalariada pelas Pequenas e Médias Explorações (PME), Moçambique, TIA 2005 e TIA 2008



■ % PME que recrutaram trabalhadores permanentes TIA 2005	6	4	2	5	3	4	1	1	1	3	2
■ % PME que recrutaram trabalhadores temporários TIA 2005	22	20	17	28	21	21	13	18	19	11	18
■ % PME que recrutaram trabalhadores permanentes TIA 2008	6	3	3	2	8	6	2	1	0	5	3
■ % PME que recrutaram trabalhadores temporários TIA 2008	21	21	22	21	25	20	17	13	26	17	19

Fonte: Estimativas da autora sobre a base de dados do TIA 2005 e TIA 2008

Daqui, a imagem desta evidência reflecte uma economia rural de subsistência com a maioria da população com pouco recurso ao trabalho assalariado e predominância de auto-emprego (normalmente na agricultura) e de trabalho familiar não remunerado que é reflectida em alguns estudos sobre MTR que tem como base estas estimativas oficiais (Tschirley & Benfica, 2000; Jones & Tarp, 2012). Estas estimativas podem reflectir que padrões de emprego estão ocultos: ou por não serem predominantes (por influência do método de análise), ou pela limitada desagregação regional, ou, ainda, por possíveis erros de medição que inibem a qualidade dos dados (dada a sensibilidade de formas de trabalho temporárias) e resultam na sua subestimação.

Um olhar sobre os estudos de campo

A evidência resultante de uma série de estudos de campo contrasta as estatísticas oficiais apresentadas, ao revelar que os MTR são complexos e cruciais no contexto do padrão de acumulação dominante e modo de vida de uma grande parte das famílias rurais (tanto homens como mulheres e até mesmo crianças) em Moçambique. Esta evidência revela a predominância de uma interdependência de actividades onde o

trabalho assalariado, desenvolvido em formas casual e sazonal, destaca-se fundamental para a vida da maioria dos AF nas zonas rurais.

A pesquisa conduzida por Cramer, Oya & Sender (2008) baseada em um amplo Inquérito sobre Mercados Rurais de Trabalho (MRLS 2002/2003¹⁴) nas províncias do centro e norte do país (Manica, Nampula e Zambézia) evidencia uma heterogeneidade nos padrões de vida e diversidade de ocupações ligadas ao trabalho assalariado (sobretudo em formas irregulares) de muitas famílias rurais (principalmente as de camadas mais pobres). Este estudo revela que os indivíduos rurais entrevistados se encontravam a trabalhar em uma variedade de ocupações de trabalho assalariado incluindo pequenas plantações, lojas de mercado, bares, barracas de mercado, grandes plantações de culturas para exportação (que empregam milhares de trabalhadores temporários). Esta evidência desafia a ideia apontada por Tschirley & Benfica (2000), suportada pelas estatísticas oficiais, de que o trabalho assalariado no Centro e Norte do país é mínimo e que é mais concentrado nas camadas de rendas mais altas.

Parecem existir poucos grupos de pessoas nas áreas rurais de Moçambique que dependam apenas da agricultura e auto-emprego para seus meios de vida. Estes afiguram-se envolvidos em um vasto e importante leque de formas de trabalho assalariado (sobretudo eventual e sazonal), em actividades quer agrícolas quer não-agrícolas e, muitas vezes, desenvolvidas em condições de trabalho precárias (Reardon, 1997). Este facto é também evidenciado no Sul de Moçambique, tendo como exemplo o caso dos trabalhadores assalariados agrícolas sazonais da Açucareira de Xinavane que são remunerados a níveis salariais baixos e recorrem a fontes de rendimento alternativas complementares em formas de trabalho assalariado (quer agrícola quer não-agrícola) (O’Laughlin & Ibraimo, 2013). Uma questão que surge é porquê mesmo auferindo salários a um nível abaixo da sua subsistência, estes trabalhadores continuam a procura (destas) e envolvidos nestas formas de trabalho instáveis. Outra questão poderia ser porque é que os empregadores são resistentes em formas de trabalho eventuais e sazonais. De acordo com este estudo do lado do empregador parece estar a referência ao absentismo e limitações na finalização das tarefas por parte dos trabalhadores entre outros aspectos de produtividade do trabalho. Todavia, a questão subjacente aos interesses e conflitos laborais permanece, ao considerar que este contexto é dominado por relações de trabalho específicas dentro de um processo de produção em que os salários mesmo heterogéneos são pagos abaixo do custo social da reprodução dos trabalhadores. Estes trabalhadores encontram-se, muitas vezes, em situações de privação, com baixos níveis de educação ou se com algum nível tem limitadas oportunidades de emprego (acentuada oferta de trabalho; em geral procuram múltiplas oportunidades de MTR para sobreviver). Ainda que a diferenciação de condições de trabalho possa variar de empregador para empregador,

14 Ou IMRT 2002/2003. Esta pesquisa foi baseada em uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos.

pode-se questionar se estes factores, *inter alia*, não conferem um fraco poder negocial aos trabalhadores que limita a negociação de melhores condições no local de trabalho.

Entretanto, como indica Amsden (2010) a necessidade de envolver-se em trabalho assalariado e a disponibilidade de oferta de trabalho em si não assegura a demanda de trabalho assalariado que precisa de ser estimulada. Na busca de oportunidades de emprego em mais dinâmicos MTR alguns grupos da população vê-se 'obrigados' a migrarem (interna - inter provincial e regional - ou internacionalmente) (Johnston, 2007; Standing, Sender & Weeks, 1996). Por exemplo, o MRLS 2002/2003 revela casos de necessidade da mobilidade de algum(ns) membros do AF para trabalho sazonal nas médias e grandes explorações onde esteja a ocorrer uma colheita ou sacha. Um outro exemplo, é o caso dos cortadores de cana-de-açúcar na Açucareira de Xinavane grande parte provenientes das províncias do centro do país (Manica, Zambézia, Sofala e Tete) que deslocam-se, alguns por desespero, do seu local de origem nos períodos de corte-de-cana regressando no fim da campanha (O'Laughlin & Ibraimo, 2013). A maioria destes migrantes são homens jovens e frequentemente com alguma educação secundária que não conseguem oportunidades de emprego localmente.

No contexto da multiplicidade de actividades no seio dos agregados rurais é evidenciada uma influência de uma base variada e diferenciada de diversos membros do AF. Por exemplo, a pesquisa de O'Laughlin & Ibraimo (2013) indica que as mulheres e crianças, que estavam em agregados sem rendimentos provenientes de trabalho na açucareira de Xinavane revelaram desempenhar trabalho para vizinhos e familiares localmente em troca de remuneração em forma de alimentos. Deste estudo pode-se verificar igualmente a dependência de alguns agregados rurais, onde estão incluídos idosos, nas remessas de migrantes a trabalhar na África do Sul. Ademais, algumas mulheres e filhos mais velhos em agregados rurais no posto administrativo de Machubo, no Sul do país, que tem o chefe de família em trabalho migratório na África do Sul, encontram-se a desempenhar trabalho sazonal contudo há uma heterogeneidade nas oportunidades entre estas e aquelas esposas de trabalhadores assalariados a trabalhar em Maputo (Castel-Branco, 1983b). Os idosos e alguns adolescentes que têm maiores dificuldades de deslocarem-se às plantações revelam-se, de acordo com uma pesquisa sobre 'plantações de chá e economia camponesa na Alta Zambézia', envolvidos em trabalho assalariado eventual (*ganho-ganho*) dentro da agricultura familiar entre camponeses da região em troca de remuneração em dinheiro ou espécie (cadernos escolares, comida, petróleo, etc.) (CEA, 1982c). Adicionalmente, Sender & Oya (2007) na pesquisa sobre MTR no centro e norte do país indicam um alto peso de mulheres divorciadas/separadas ou viúvas no trabalho assalariado agrícola facto este que é subestimado nas estatísticas oficiais. Das histórias de vida destas mulheres é indicado que o trabalho assalariado ainda que em formas temporárias é um recurso vital para estas mulheres que, muitas vezes, encontram-se em desespero e

tendo que sustentar os seus filhos para além de si próprias. Ademais, os trabalhadores assalariados agrícolas, revelaram que uma proporção muito assinalável dos membros dos seus AF participa no MTR mesmo que em formas irregulares.

A emergência do trabalho assalariado rural tem estado associada a processos socioeconómicos de diferenciação e de focos de acumulação distintos e consequentemente ao surgimento de grupos fragmentados e desigualdades de oportunidades entre regiões e ao longo do tempo (Oya, 2010b; Castel-Branco, 2010). Os AF são estruturalmente diferenciados e segundo Oya (2010b) os grupos menos pobres geralmente contém um maior número de membros com acesso à empregos com maior regularidade e fontes de renda mais estáveis do que as camadas mais pobres. Os AF rurais para além de serem diferenciados, variam com o tempo e de região para região. As fases diferentes do desenvolvimento do AF podem, por um lado, negligenciar a sua importância e por outro, permitir (ou não) um fundo de acumulação para outros membros do AF. Por exemplo, com o tempo os AF podem alterar devido a migração, que poderá influenciar diferentemente os investimentos (em produção ou outro) dos AF rurais durante a ausência do migrante e no seu retorno definitivo. Isto pode dificultar a visualização da dependência do campesinato ao trabalho assalariado (O'Laughlin, 1981).

Da análise das distintas fontes de informação apresentadas nesta secção, parece que formas de trabalho assalariado rural são predominantes e importantes no contexto do sistema social de acumulação dominante em Moçambique embora estas tem sido negligenciadas no quadro de análise convencional e estatísticas oficiais. É questionada a metodologia convencional recorrida ao constatar uma contradição sobre a realidade não explicada por esta.

Porquê as lacunas na evidência e como enfrentá-las?

Informação estatística (quantitativa e qualitativa) sobre MTR é central para o entendimento de dinâmicas socioeconómicas. No entanto, o método analítico e de recolha de dados pode afectar tanto as estatísticas como a pesquisa colocando em causa a análise de ligações entre MTR, pobreza e desenvolvimento (Fosu, Mwabu & Thorbecke, 2009). Esta secção discute algumas interrogações e suspeita de problemas metodológicos suscitados pela negligência de padrões de MTR no quadro de análise convencional e estatísticas oficiais (IOF, IAF, INCAF, IFTRAB, Censo, TIA e recentemente o Boletim Informativo do Mercado de Trabalho,¹⁵ que se baseia no IOF) pela reflexão de possíveis lacunas e alternativas. Isto é discutido em três vertentes, nomeadamente a interligação entre o método de análise e os questionários, a ausência de um inquérito focado em MTR e problemas conceptuais e metodológicos nos módulos sobre emprego nos convencionais inquéritos oficiais utilizados.

¹⁵ Espera-se que este boletim seja informativo sobre o Mercado de trabalho e publicado periodicamente.

Primeira vertente, o quadro analítico em que está assente o inquérito usado pode influenciar o tipo de questões que se pretende responder e pode limitar a resposta que esta informação pode fornecer a outras questões. Por exemplo, as evidências analisadas parecem indicar uma ligação entre a abordagem analítica e o método de recolha de informação. A questão que surge é como é que estes dois aspectos se interligam. Os dados oficiais parecem reflectir o método de análise convencional assente em uma visão dualista de economia rural de subsistência onde a incidência do trabalho assalariado rural (mesmo temporário) é marginal. Os estudos de campo ao investigar os padrões de MTR num quadro amplo do sistema social de acumulação dominante revelam uma predominância de heterogéneas formas de trabalho assalariado rural (sobretudo casual e sazonal), muitas vezes desenvolvido em condições precárias que são consistentes com a natureza extractiva do padrão de acumulação dominante. O método analítico convencional e de tratamento de estatísticas oficiais afigura-se isolar características de emprego do sistema social de acumulação em que os complexos MTR se estruturam e desenvolvem, importantes para o modo de vida dos AF rurais.

Um exemplo é a questão de pesquisa contida nos inquéritos oficiais (entre outras discutidas na terceira vertente desta secção) estruturada de uma forma que restringe, por exemplo, a ‘hipótese’ de as famílias rurais estarem ligadas a múltiplos e diversificados MTR. Ou seja, somente duas opções relativas ao tipo de actividade desempenhada - ‘actividade principal ou secundária’ – nos últimos sete dias são incluídas nos inquéritos oficiais (com centralidade na primeira), podendo implicar uma má interpretação da questão e que a maioria dos respondentes reporte apenas a actividade de longa duração que se lembre e a auto-classifique como exemplo ‘trabalho na machamba’ por ser a mais regular embora possa não ser a única ou possa estar a ser desenvolvida num contexto em combinação com fontes irregulares de trabalho assalariado rural. Este facto, revela-se inconsistente com a realidade moçambicana evidenciada de interdependência de actividades com trabalho assalariado e não é explicada por esta abordagem. Este conflito chama atenção para a necessidade de uma abordagem ‘*think outside the box*’ ampla que permita analisar dinâmicas de MTR com base na realidade histórica, socioeconómica, política e institucional no quadro do sistema social de acumulação para perceber os padrões, conflitos e interesses específicos.

Segunda vertente, a falta de um inquérito contínuo focado em padrões e dinâmicas amplas de MTR em Moçambique. A literatura tem indicado que a ausência de um inquérito sobre MTR pode condicionar o tipo de informação recolhida (Lachaud, 1994; Cramer, Oya & Sender, 2008). Sendo o IFTRAB 2004/2005 o único inquérito focado em características sobre emprego em Moçambique que existiu este não permite analisar processos de mudanças para além de ter algumas inconsistências nos módulos de emprego rural (discutidas na terceira vertente desta secção) que afiguram-se limitados para estudar a complexidade das dinâmicas laborais. Sendo assim, a

necessidade de um inquérito direccionado a captar informação sobre MTR representa um dos lados da preocupação sendo o outro a necessidade da sua consistência; não dissociada da estrutura da economia moçambicana em que os MTR se desenvolvem. Neste contexto, dado que pesquisas sobre MTR em Moçambique tem sido maioritariamente baseadas nos IOF, que por serem focados na colecta de informação sobre o AF para estimativas de pobreza como o consumo, possuem módulos restritos sobre emprego e limitam uma análise aprofundada sobre padrões e dinâmicas rurais locais. Daqui, emergem algumas questões. Porquê não unir a reconhecida cobertura e representatividade que as estatísticas oficiais têm com a consistência de questões amplas sobre MTR a semelhança de métodos mais rigorosos como os do IMRT (combinação de métodos quantitativos e qualitativos que incluem algumas histórias de vida). Porquê não ‘investir’ em um IFTRAB mais consolidado e consistente com dinâmicas reais de MTR?

Terceira vertente, informação sobre MTR não captada de forma ampla e consistente nos inquéritos e censos convencionais.¹⁶ A maneira como a informação é tratada desde a concepção dos inquéritos a sua interpretação afigura-se crucial para assegurar a qualidade dos dados e o entendimento da realidade (Ali, Ossemame & Massingue, 2009). Uma série de fragilidades metodológicas e conceptuais nos inquéritos oficiais que explicam porquê formas de trabalho assalariado rural são negligenciadas e reflexões alternativas são avançadas.

Um primeiro ponto a considerar é o *design* do inquérito em termos de detalhe dos questionários (curto *vs.* detalhado) e a escolha do respondente (relato próprio *vs.* relato de um representante ou *proxy* do respondente) dado que diferentes tipos de inquéritos podem levar a diferentes resultados (Bardasi, Beegle & Dillon, 2010). Por exemplo, os módulos curtos sobre emprego tanto no IAF, IOF, IFTRAB, INCAF como no Censo ao perguntar sobre a ‘actividade principal’ na semana de referência que refere-se aos últimos sete dias (invés de perguntar nos últimos doze meses também) podem levar a uma inadequada interpretação da questão. Por conseguinte, as estatísticas podem ser mal reportadas levando a uma subestimação e negligência de diversificadas formas de trabalho assalariado rural desenvolvidas em formas irregulares e precárias (difíceis de captar) que estão para além da convencional dicotomia formal-informal nos mercados de trabalho. Este é o caso de formas de trabalho assalariado rural temporárias como a casualidade (por exemplo os ‘biscatos’ e ‘ganho-ganho’) e a sazonalidade que tem uma alta variabilidade de grupo para grupo, zonas, época do ano, etc. Isto pode levar a que muitos trabalhadores assalariados (homens e particularmente mulheres) sejam prováveis de ser automaticamente classificados como ‘trabalhadores por conta-própria’ ou ‘trabalhadores familiares sem remuneração’. Os trabalhadores eventuais e sazonais que tem ‘machamba’ própria geralmente não aparecem nas estatísticas oficiais

16 Discussão baseada na análise dos questionários dos inquéritos e censo oficiais em questão (INE, vários).

porque, como indicam Massingarella, Nhate & Oya (2005), são classificados como camponeses dado que normalmente o trabalho na ‘machamba’ é o declarado como ‘actividade principal’ por terem estado a trabalhar nele com mais frequência incluindo na semana de referência pelo que as actividades remuneradas praticadas ‘fora da sua machamba’ dificilmente captada. Além disso, a existência de categorias exclusivas (invés de múltiplas opções) trata o trabalhador por conta própria e trabalhador assalariado como se fossem mutuamente exclusivos, não permitindo um *overlap* e complementaridade de actividades que se revelam dominantes em Moçambique. Ademais, informação baseada em um *proxy* do respondente pode omitir detalhes de características reais relevantes sobre as actividades que os membros do AF (como esposo, filho, pai, etc.) possam estar envolvidos e seu modo de vida ou sobre outro *focus group* que se pretende ter a informação (empregador, trabalhador, etc.). Verifica-se igualmente uma limitada estratificação por grupos etários. O trabalho assalariado infantil (com excepção do INCAF que desde 2012 incorpora este grupo etário) é também negligenciado não descurando a participação de alguns idosos nos MTR.

Um aspecto a ressaltar no concernente a problemas de interpretação é a ideia ou ‘preconceito’ que, geralmente, se tem sobre trabalho assalariado. Este é muitas vezes associado a formas regulares de trabalho, ‘economia formal’ e/ou zonas urbanas (consideradas estáveis), sendo que tendem a ser poucos os que se classificam com trabalhador assalariado/remunerado, em especial na agricultura. Ao se perguntar a um indivíduo que tem uma machamba sobre a ‘ocupação principal’ eventual ou sazonal parece inútil no sentido de que o carácter irregular dessa actividade raramente aparece como principal (Sender, Oya & Cramer, 2007). A abordagem comum de olhar para a economia como sendo dual e formada por dicotomias como, *inter alia*, formal vs informal, regulamentado vs não regulamentado, registado vs não registado também pode levar a negligência de MTR. Ademais, a possibilidade de recolha de dados não apenas aos trabalhadores mas aos empregadores num mesmo inquérito pode permitir para além de captar padrões de relações laborais, cruzar a informação. Dentro de contextos de MTR diversificados parece crucial considerar nos inquéritos que as modalidades de pagamento não são homogéneas mas variadas entre trabalhadores e empregadores. Por exemplo as formas de remuneração não são apenas mensais, podendo ser também pagas por dia, por semana, por hora e por tarefa. Isto depende do tipo de actividade, pressão para recrutamento extra de força de trabalho em períodos de pico, entre outros factores. Seria igualmente interessante ter informação sobre a associação dos trabalhadores a sindicatos, o tipo de sindicatos, participação dos trabalhadores em greves e respectivas causas, que podem ser interessantes fontes de informação sobre o poder de negociação colectivo.

Outra fragilidade é o nível de agregação das estimativas que limita a análise aprofundada dos dados a nível local assim como a comparação entre localidades

dentro da mesma província. O período de amostragem, não ignorando os esforços na recolha de dados, é outra deficiência que pode limitar a análise de tendência que ajude a observar dinâmicas de mudança ao longo do tempo, com excepção do caso do TIA (em interligação com o Censo Agro-Pecuário - CAP), que desde TIA 2002 tem sido colectado anualmente e o caso do recente INCAF que está a decorrer desde o segundo semestre de 2012 e pretende ter um ciclo trimestral. Entretanto, para além do IFTRAB que, por exemplo, foi apenas realizado em 2004/2005, os IOF em geral são recolhidos quinquenalmente e o Censo decenalmente. Isto é agravado ao considerar que em geral o acesso a esta informação é possível, geralmente, apenas depois de dois anos.

Adicionalmente, os inquéritos oficiais IFTRAB, IAF, IOF, Censo e TIA sofrem de algumas inconsistências conceptuais que comprometem a qualidade dos dados levando a negligência do trabalho assalariado rural. Por exemplo, o conceito de agregado familiar utilizado pode levar a *bias* nos dados de MTR colectados. Os inquéritos oficiais baseiam-se em um conceito residencial de AF (que considera como membros de AF todos aqueles que tem dormido ou comido com regularidade no tempo do inquérito) o que pode ignorar, por exemplo, potenciais membros activos contribuintes das despesas do agregado que não residem ou residem com intervalos irregulares no agregado residência. De igual modo, este conceito pode incluir membros do agregado como empregadas domésticas (que trabalham e residem nos agregados) e excluir trabalhadores assalariados em constante mobilidade. O conceito de AF é complexo todavia um conceito mais amplo que tem sido usado em substituição do conceito residencial convencional de AF em alguns inquéritos mais rigorosos em captar dinâmicas de MTR é um conceito económico de AF (que considera os indivíduos economicamente ligados como potenciais contribuintes e receptores de contribuições provenientes de trabalho assalariado que tem uma relação económica com o entrevistado (Oya, 2010a). Este conceito afigurar-se útil a tomar em conta na medida em que pode ajudar a captar informação sobre trabalhadores migrantes eventuais ou sazonais, assim como os ciclos de investimento do AF não captados pelo convencional conceito residencial. Por exemplo, o deslocamento de um estudante à uma província para formação que recebe rendimentos provenientes de trabalho assalariado. Outro exemplo, é a mobilidade de alguns membros do AF a procura de trabalho sazonal como sacha ou colheita nas explorações agrícolas que podem estar ausentes temporariamente e no regresso repartem os rendimentos com a família que, por vezes, são investidos em outras actividades (Massingarella, Nhate & Oya, 2005).

Um outro aspecto negligenciado em grande parte pelas inconsistências conceptuais discutidas é relativamente às remessas da migração (interna e externa) que muitas vezes são lançadas como transferências nas contas nacionais e estatísticas oficiais subestimando importantes rendimentos contributivos de trabalho assalariado. Por

exemplo, o TIA tende a reflectir uma imagem de que as principais fontes de renda dos AF rurais no país são as transferências seguidas de salários ainda que questões sobre fluxos de remessas sejam consideradas no inquérito. Esta imagem não é surpreendente à luz do conceito residencial de AF que pode levar a uma inadequada interpretação de fontes de rendimento provenientes de trabalho assalariado como remessas e registá-las como transferências. Ademais, o conceito de subemprego pode afectar os dados colectados. Por exemplo, a definição nacional ajustada da OIT¹⁷ considerada no IFTRAB 2004/2005 ao considerar o subemprego como englobando aqueles que trabalham geralmente menos de 40 horas (e em condições de aceitar trabalhar mais horas) na semana de referência (a semana anterior ao inquérito) é limitado e pode subestimar os dados. Isto é devido ao carácter irregular do trabalho assalariado rural eventual e sazonal desempenhado em formas diferenciadas ao longo do ano (CEA, 1979).

Finalmente, a análise de uma série de inquéritos oficiais (incluindo os mais recentes como o INCAF) convencionalmente usados como referência para análise de MTR em Moçambique revela problemas estruturais (conceptual e metodologicamente) nos questionários. A consideração de lacunas nas estatísticas oficiais e reestruturação dos seus moldes é crucial. Inquéritos mais completos, baseados em uma combinação de pesquisa quantitativa e qualitativa com questões consistentes com a realidade afiguram-se importantes para assegurar a qualidade dos dados. Ainda que os estudos de campo possam reforçar a investigação de MTR na análise de padrões reais, principalmente ao considerar as inconsistências que as estatísticas oficiais apresentam, o recurso as estatísticas oficiais é fundamental. Daqui, o desafio que emerge é como transformar a componente analítica e metodológica, de modo a assegurar uma consistência das estatísticas oficiais com a realidade da estrutura socioeconómica de Moçambique?

Quais as implicações da negligência sobre os MTR?

O método de análise implícito na explicação da realidade do sistema económico e das suas possíveis (ou aparentes) contradições é crucial para perceber o seu funcionamento de modo a analisá-lo coerentemente. A maneira como olhamos para a realidade das zonas rurais de Moçambique pode influenciar o entendimento sobre os MTR (incluindo a sua relevância ou negligência), a complexidade das suas dinâmicas, as opções e possíveis mudanças.

Os MTR são uma realidade prevalecente na Economia de Moçambique. Trata-se de uma realidade complexa e importante que tem sido ofuscada e que merece muito mais atenção na formulação de políticas públicas. À partida, como sugere o título deste artigo, pode parecer paradoxal que políticas públicas de redução da pobreza,

¹⁷ Organização Internacional do Trabalho.

desenvolvimento e, sobretudo, sobre emprego negligenciam os mercados de trabalho rurais. Mas, de facto, o método convencional de análise assente em uma abordagem dualista (que olha a economia rural como de subsistência e a força de trabalho, neste sistema considerado ‘tradicional’, como estando fora do mercado de trabalho) a que estão subjacentes os inquéritos das estatísticas oficiais sobre emprego, parece limitar a observação de padrões reais de emprego e de trabalho. Isto porque, ao considerar a literatura sobre o estudo da estrutura da economia e alguns estudos qualitativos sobre dinâmicas sócio-económicas nas zonas rurais, os MTR evidenciam-se relevantes pelas relações sociais, ligações estruturais, condições de reprodução social e de capital, de estabilidade e redução de crise que estimulam entre diferentes agentes e actividades no sistema económico, a que estão integrados. Assim, há uma inconsistência no método convencional de análise (dualista) em captar e explicar este aparente paradoxo. A negligência dos MTR pode implicar uma série de distorções na efectividade das políticas públicas formuladas e nas possíveis opções, dada a inconsistência que pode surgir entre algumas intenções de política e a realidade. Três dimensões com implicações para o entendimento e desafio da pobreza e possibilidades de acumulação e desenvolvimento nas áreas rurais e no sistema económico, como um todo, são colocados em reflexão.

Primeira dimensão, tratar a economia rural como se fosse o somatório de agentes separados (por exemplo, força de trabalho, emprego e sistema produtivo) e tratar padrões rurais isoladamente das dinâmicas mais gerais de produção, trabalho e acumulação, pode limitar o entendimento do sistema, dos seus problemas e bloqueios aos modos de vida dos agregados familiares (AF), limitando possíveis opções para resposta a estes problemas. A negligência do papel e importância que o trabalho assalariado desempenha na organização socio-económica dos modos de vida, de que é parte estrutural, manifestando-se de formas múltiplas e diferenciadas, parece ser uma limitação do método de análise convencional, em que se baseiam as políticas públicas. Assim, emerge uma questão: o que queremos atingir, porquê, onde e como, e quais as suas implicações num sistema integrado? Quão efectivas podem ser as políticas públicas em reduzir a pobreza e responder a problemas específicos de heterogéneos AF rurais ao subestimar estes padrões reais? Por exemplo, ao olhar para os AF rurais como um grupo homogéneo de camponeses, o objectivo de política pública explícito no PARP e no WDR 2013, focado no investimento da agricultura familiar (considerada tradicional e fora do mercado) para reduzir a pobreza, aumentando a produtividade do ‘pequeno’ camponês através do fornecimento de tecnologia, sem, contudo, ter qualquer ligação com dinâmicas reais produtivas e de acumulação, pode ser comprometido. A questão é aumentar a produtividade em que contexto produtivo, para que AF, como e para que fins considerando a inter-ligação e inter-dependência do campesinato, diferenciado, com o trabalho assalariado. O acesso a tecnologia é

uma parte integrante do processo produtivo então como tratá-lo isoladamente da estrutura produtiva rural e de acumulação prevalente na economia de Moçambique? Qual é a interligação entre os recursos tecnológicos com, por exemplo, a escala da produção, mercados, necessidade de força de trabalho (negligenciado nas políticas públicas), infra-estruturas, finanças, entre outras capacidades e agentes e ligações estruturantes? Esta questão, aplica-se, igualmente, as intenções de política pública de impulsionar actividades de auto-emprego (em especial, na agricultura), quer através de facilidades de micro-crédito (normalmente de curta duração) ou atribuição de meios de produção, separadamente do modo de organização do trabalho e de vida dos AF em ligação com a estrutura produtiva. Estes objectivos de política podem ser condicionados na sua efectividade em gerar mudanças estruturais que reduzam as privações dos AF rurais, em especial os camponeses mais pobres, se não estiver em ligação com a estrutura organizacional e produtiva em que os AF se inserem e se desenvolvem, revelando-se o trabalho assalariado (que tem sido negligenciados), nas suas formas variadas, vital na estruturação da agricultura familiar e dos modos de vida. Por conseguinte, método analítico subjacente as intenções de política pode restringir o enfoque e os esforços da política pública. Por exemplo, num contexto de fortes inter-relações entre o trabalho assalariado e a agricultura familiar, assim como com outras formas de trabalho, remuneradas e não remuneradas, agrícolas e não agrícolas, a ignorância dos MTR pode ser limitante para o estabelecimento de vários grupos de agregados familiares.

Segunda dimensão, as intenções de política de que a agricultura reduz a pobreza sem uma explicação do ‘mecanismo de transmissão’, como se fosse um processo automático, parece entrar em contradição com a negligência do trabalho assalariado, neste quadro de análise. Por exemplo, o objectivo da ligação entre agricultura e redução de pobreza é considerado em dois ângulos tratados separadamente, nomeadamente (i) geração de emprego e (ii) produção de produtos alimentares básicos; e do mesmo modo é tratada, separadamente, a agricultura ‘familiar’ e a geração de emprego - por via de uma agricultura em grande escala, virada para a produção de produtos primários para exportação. Este facto entra em contradição com a interligação orgânica que se afigura necessária entre emprego e produção de produtos alimentares básicos para reduzir a pobreza. Entretanto, a ausência de explicação dos mecanismos de transmissão, que não afectam automaticamente o bem-estar dos AF (que envolve uma complexidade de padrões diferenciados na organização do trabalho e modos de vida) pode comprometer as intenções de política. Ademais, discute-se a produção de produtos primários para exportação que sendo assentes em plantações de monocultura, são intensivos em força de trabalho (principalmente, eventual), todavia nenhuma análise é feita ao trabalho assalariado rural agrícola, no quadro da análise convencional. Como é possível falar de plantações de monocultura, *contract*

farming, negligenciando os MTR, num contexto em que o trabalho assalariado é central na estrutura produtiva e de rentabilidade das empresas de monocultura ao mesmo tempo que a disponibilidade da força de trabalho, nos moldes actuais, é garantida pela inter-ligação entre o trabalho familiar e a agricultura familiar, que subsidia os baixos salários e precárias condições de trabalho nas agro-indústrias focadas nas plantações de monocultura em Moçambique?

Terceira dimensão, a homogeneidade, convencionalmente, atribuída ao campesinato, ao trabalhador assalariado e aos agregados familiares em geral, pode comprometer as intenções de política pública ligadas às possibilidades de acumulação e redução da pobreza. Na abordagem dominante, os agregados rurais são tratados como um grupo homogéneo, isolado e estático com reduzidas desigualdades entre eles. Entretanto, o campesinato evidencia-se diferenciado (pobre, médio e rico) apresentando problemas específicos que requerem opções distintas. Assim, questiona-se quão efectivas serão políticas públicas homogéneas num contexto de agregados familiares rurais heterogéneos envolvidos numa multiplicidade de ocupações para sustento e seu estabelecimento? É questionável que, ao tratar os agregados rurais como homogéneos, se possa diminuir a estratificação e desigualdades socioeconómicas assim como a pobreza rural. Para cada estrato socioeconómico são necessárias opções consistentes com os problemas específicos de cada grupo.

Perante este panorama, a pobreza rural tem sido tratada de forma homogénea como resultado do atraso técnico da agricultura familiar considerada tradicional e menos produtiva (que se assume caracterizar a actividade ‘principal’ da maior parte da população rural, isoladamente de outras formas diversificadas de trabalho assalariado e não assalariado – que, conforme mostrou este artigo, são, de facto, indispensáveis ao sustento das famílias) e desarticulada do sistema social de acumulação. A forma como olhamos (para) e tratamos a realidade pode influenciar o seu entendimento e as possibilidades de analisá-la, coerentemente, e transformá-la. A transformação dos problemas socioeconómicos exige o entendimento da natureza estrutural da economia (que estrutura os mercados de trabalho e é estruturada por estes), seus padrões e expressões, suas causas, assim como a interligação de todos estes factores estruturantes do sistema integrado que caracteriza a economia de Moçambique. Não co-existem dois sectores distintos e separados entre si (tradicional e capitalista) como se pressupõe na análise dualista, mas sim um sistema orgânico integrado, com ligações, tensões, contradições e conflitos. Neste sistema, a base de rentabilidade do capital está assente na existência de várias formas de trabalho e sua subordinação (formal e informal) ao capital. Assim, como discutir pobreza, padrão de vida, distribuição, emprego decente e desenvolvimento em Moçambique sem olhar para a organização social das estruturas produtivas, dos mercados de trabalho, emprego e dos modos de vida, dentro das dinâmicas de acumulação prevalentes em Moçambique?

Referências

- Ali, R., Ossemane, R. & Massingue, N. (2009). *Informação Estatística na Investigação: Contribuição da investigação e organizações de investigação para a produção estatística*. IDEIAS No.9. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- Amsden, A. (2010). *Say's Law, Poverty Persistence, and Employment Neglect*, *Journal of Human Development and Capabilities*. 11 (1), 57–66.
- Bardasi, E., Beegle, K. & Dillon, A. (2010). *Do Labor Statistics Depend on How and to Whom the Questions Are Asked? Results from a Survey Experiment in Tanzania*. Washington DC: World Bank.
- Bowen, M. (2000). *The state against the peasantry: Rural struggles in colonial and postcolonial Mozambique*. Charlottesville and London: University of Virginia Press.
- Castel-Branco, C. (1983a). A integração dos assalariados com boa base na agricultura numa economia socialista planificada. Maputo: CEA. UEM
- Castel-Branco, C. (1983b). A integração dos camponeses médios numa economia socialista planificada. Maputo: CEA. UEM
- Castel-Branco, C. (1984). Trabalho assalariado e pequena produção mercantil na estratégia de socialização do campo. Maputo: CEA. UEM
- Castel-Branco, C. (1994). Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário. In C. N. Castel-Branco (org). *Moçambique Perspectivas Económicas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert.
- Castel-Branco, C. (1995). Opções Económicas de Moçambique 1975-95: Problemas, Lições e Ideias Alternativas. In: Brazão Mazula (org). *Moçambique Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo, Brazão Mazula. pp. 581-636.
- Castel-Branco, C. (2010). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Cadernos IESE No.1. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- Castel-Branco, C. (2012). A Questão e o Sistema de Políticas 'Múltiplas' (ou porquê é tão difícil decidir o que fazer com a agricultura?). In *III Conferência Internacional do IESE – Moçambique: Acumulação e Transformação em Contexto de Crise Internacional*. Conference Paper no. 43. 4 e 5 de Setembro de 2012. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. & Mandlate, O. (2012). Da Economia Extractiva à Diversificação da Base Produtiva: O Que Pode o PARP Utilizar da Análise do Modo de Acumulação em Moçambique? In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (orgs.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C., Massingue, N. & Ali, R. (2009). Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (orgs.). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE.
- CEA (1979). O desemprego e a sua ligação com o campo: um estudo sobre a capacidade de emprego em machambas estatais e cooperativas seleccionadas no distrito da Moamba. (II parte do relatório sobre desemprego no Maputo). Maputo: CEA. UEM
- CEA (1982a). Famílias Camponesas da Angónia no Processo de Socialização do Campo. Maputo: CEA. UEM
- CEA (1982b). Organizar os Trabalhadores das Machambas Estatais: O Caso do C.A.I.A. Maputo: CEA. UEM

- CEA (1982c). Plantações de Chá e Economia Camponesa. Informação básica para um plano director da Zona Gurùè-Socone, Alta Zambézia. Maputo: CEA. UEM
- Cramer, C., Oya, C. & Sender, J. (2008) *Rural Labour Markets in Sub-Saharan Africa: A New View of Poverty, Power and Policy*. Policy Brief No 1. London: CDPD.
- Fine, B. (1998). *Labour Market Theory. A Constructive Reassessment*. London and New York, Routledge Frontiers of Political Economy.
- Fosu, A., Mwabu, G. & Thorbecke, E. (2009). *Poverty in Africa: Analytical and Policy Perspectives*. Nairobi: University of Nairobi Press.
- GdM (2011). Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014. Maputo: Governo de Moçambique.
- GdM (2015). Programa Quinquenal do Governo 2015-2019. Maputo: Boletim da República. Imprensa Nacional de Moçambique, 14 de Abril de 2015.
- Ibraimo, Y. (2013). Expansão da produção de produtos primários, emprego e pobreza. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (orgs.). *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- INE (2003). Inquérito aos Agregados Familiares – IAF-2002/3. Relatório Final. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas (INE).
- INE (2005). Trabalho de Inquérito Agrícola 2005. Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE).
- INE (2006). Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB 2004/05). Relatório Final. Maputo: INE.
- INE (2008). Trabalho de Inquérito Agrícola 2008. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas (INE).
- INE (2009). *III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007*, Maputo: INE
- INE (2011). Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF-2008/9. Relatório Final. Maputo: INE
- INE (2013). Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares – INCAF-2012/3. Relatório do Primeiro Trimestre do Primeiro Ciclo Julho – Setembro de 2012. Maputo: INE.
- INE (2016). Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF-2014/15. Relatório Final. Maputo: INE.
- INE (vários). Diversos questionários de Inquéritos e Censos oficiais. Maputo: INE.
- Johnston, D. (2007). Who needs immigrant farm workers? A South African case study. *Journal of Agrarian Change*. 7 (4), 494–525.
- Jones, S. & Tarp, F. (2012). *Jobs and Welfare in Mozambique. Background paper for the World Development Report 2013*.
- Lachaud, J.-P. (1994). *The Labour Market in Africa. Research Series 102*. Geneva: ILO.
- Massingarella, C., Nhate, V. & Oya, C. (2005). Mercados Rurais de Emprego em Moçambique. Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambézia. Maputo: MPD.
- MITESS. (2016). Boletim Informativo do Mercado do Trabalho 2015/2016 – Nº 1. Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social. Direcção Nacional de Observação do Mercado de Trabalho. Moçambique.
- Mosca, J. & Selemane, T. (2012). Mega Projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: O caso de Tete. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (orgs.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.

- O'Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*. (3), 9-32.
- O'Laughlin, B. (1996) Through a divided glass: Dualism, class and the Agrarian question in Mozambique. *The Journal of Peasant Studies*. 23 (4).
- O'Laughlin, B. (2001). Proletarianisation, agency and changing rural livelihoods: forced labour and resistance in colonial Mozambique. *Journal of Southern African Studies*. 3 (28), 511-530.
- O'Laughlin, B. & Ibraimo, Y. (2013). *A Expansão da Produção de Açúcar e o Bem-Estar Dos Trabalhadores Agrícolas e Comunidades Rurais em Xinavane e Magude*. Maputo: IESE.
- O'Laughlin, B. & Wuyts, M. (2012). *The Agrarian question then and now*. In: *III Conferência Internacional do IESE – Moçambique: Acumulação e Transformação em Contexto de Crise Internacional*. 4 e 5 de Setembro de 2012 Maputo: IESE.
- Oya, C. (2010a). *Rural inequality, wage employment and labour market formation in Africa: Historical and micro-level evidence*. Geneva, ILO.
- Oya, C. (2010b). *Rural Labour Markets in Africa: The Unreported Source of Inequality and Poverty*. London: CDPD.
- Reardon, T. (1997). *Using evidence of household income diversification to inform study of the rural non-farm labour market in Africa*. 25 (5).
- Sender, J. & Oya, C. (2007) *Divorced, Separated, and Widowed Women Workers in Rural Mozambique*. Leiden: African Studies Centre (ASC).
- Sender, J., Oya, C. & Cramer, C. (2007). Lifting the blinkers: a new view of power, diversity and poverty in Mozambican rural labour markets. In: *Inaugural Conference “Desafios para a investigação social e económica em Moçambique*. Conference Paper no. 36. 2007. Maputo: IESE.
- Sender, J. & Smith, S. (1986). *The Development of Capitalism in Africa*. London and New York, Methuen.
- Standing, G., Sender, J. & Weeks, J. (1996). *Restructuring the Labour Market: The South African Challenge. An ILO Country Review*. Geneva: ILO.
- Tschirley, D. & Benfica, R. (2000). *Smallholder Agriculture, Wage Labour, and Rural Poverty Alleviation in Mozambique: What does the Evidence Tell Us?* Maputo, Ministry of Agriculture and Rural Development. Directorate of Economics.
- World Bank (2012). *World Development Report 2013: Jobs*. Washington DC: World Bank.
- Wuyts, M. (1978). *Camponeses e economia rural em Moçambique*. Maputo: CEA. UEM.

Parte II:
Padrões, dinâmicas
e lutas sociais nos
mercados de trabalho

Discrição e heterogeneidade nos mercados de trabalho rurais em Moçambique

Carlos Oya, Chris Cramer e John Sender

Introdução

Este artigo apresenta alguns resultados da maior pesquisa sobre o mercado de trabalho rural realizada até hoje em Moçambique. A pesquisa mostra que estes mercados de trabalho nas zonas rurais de Moçambique desempenham um papel significativo na vida de um grande número de pessoas pobres. Embora alguns dos moçambicanos mais pobres sejam abrangidos por esta pesquisa, nem todos os homens e mulheres com trabalho assalariado (temporário ou permanente) nas zonas rurais vivem em agregados familiares rurais com as mesmas carências – os seus níveis de educação, salários e experiências de pobreza são muito diversos. Os dados mostram uma série de oportunidades no mercado de trabalho, caracterizadas por grandes variações nas barreiras à entrada, níveis de remuneração, termos contratuais e condições de trabalho. Estas constatações são difíceis de explicar em termos de teoria económica convencional, incluindo variantes teóricas do dualismo do mercado de trabalho ou mercados de trabalho segmentados. Mais importante ainda, os resultados levam à conclusão de que é necessário prestar muita atenção à heterogeneidade e ao dinamismo dos mercados de trabalho rurais, ao analisar as tendências da pobreza e o impacto das intervenções das políticas em África.

O artigo também responde a uma escassez de conhecimento sobre mercados de trabalho na África subsaariana. No que toca a Moçambique, Tschirley & Benfica (2001) reconhecem a falta de informação sobre os mercados de trabalho nas zonas rurais de Moçambique. Do mesmo modo, a Comissão para África reconhece a necessidade urgente de produzir mais informação sobre o mercado de trabalho Commission for Africa (2005: 242); mas o seu relatório praticamente não inclui como tal alguma discussão sobre o trabalho assalariado rural.¹ Essa omissão é uma característica marcante da secção do relatório da Comissão para África sobre agricultura e desenvolvimento rural, bem como da sua secção sobre “participação

1 Sobre a insuficiência dos dados africanos sobre o trabalho agrícola assalariado, ver Mwamadzingo, (2003: 31) e FAO-ILO-IUF (2005: 21).

no crescimento”. A NEPAD também não menciona o emprego assalariado rural no seu Programa Integrado de Desenvolvimento da Agricultura em África (2003). Entretanto, a um nível ainda mais geral, o Banco Mundial reconheceu tardiamente as limitações de pesquisas e análises anteriores: “Fazer do mercado de trabalho rural um caminho mais eficaz para sair da pobreza é (...) um grande desafio político que continua a ser mal compreendido e profundamente negligenciado na formulação de políticas” (Banco Mundial, 2007: 287).

A discussão mais aprofundada dos fundamentos e da metodologia utilizada no Inquérito sobre Mercados Rurais de Trabalho de Moçambique (IMTR) é apresentada na primeira secção deste documento. As secções seguintes centram-se na apresentação dos dados da pesquisa cobrindo tipos e níveis de pagamento para trabalhadores agrícolas e não agrícolas.

São também discutidas as características heterogêneas dos trabalhadores que participam nos mercados de trabalho assalariados rurais e o impacto do emprego em algumas medidas simples de bem-estar familiar. Os dados recolhidos mostram claramente que muitos moçambicanos, que, segundo qualquer critério, seriam considerados dos mais pobres do país, se tornaram trabalhadores assalariados. No entanto, os dados mostram igualmente importantes gradações na gravidade da pobreza entre a mão-de-obra rural remunerada, sugerindo também o potencial de empregos mais decentes transformarem até mesmo o nível de vida das mulheres rurais mais pobres. Discute-se na conclusão a importância dos resultados do inquérito e sugere-se que os resultados da investigação implicam uma necessidade de concepção de políticas inovadoras.

Lógica e metodologia do inquérito

Desde o fim da guerra, novos processos de mudança económica e social começaram a ter efeitos substanciais sobre a desigualdade rural e sobre a procura de mão-de-obra assalariada.² Essas mudanças foram: a reabilitação das infra-estruturas de transporte; o afluxo de novos investimentos estrangeiros na agricultura, a imigração de agricultores tanto do Zimbabwe como da África do Sul (concentrados especialmente na província de Manica); a revitalização das plantações de chá na província da Zambézia; a privatização de outras plantações estatais; e a rápida integração dos pequenos e médios agricultores nos mercados internacionais de produtos de base (especialmente nos mercados do tabaco e do algodão).³

2 No entanto, a formação de uma classe rural dependente de emprego assalariado estava já profundamente arraigada na altura da independência (O’Laughlin, 2002: 517; Castel-Branco, 1983).

3 Influências dinâmicas semelhantes sobre mercados de trabalho rurais, nalguns casos ainda mais pronunciadas, são uma característica de muitas sociedades africanas. Ver, por exemplo: Peters (2004); Sender (2003); Wiggins (2000); Barrett et al. (2001); Gabre-Madhin & Haggblade, (2004); e Humphrey et al. (2004).

Infelizmente, os dados recolhidos em inquéritos recentes aos agregados familiares concebidos para fornecer indicadores de pobreza não servem para analisar o impacto destes desenvolvimentos desiguais no mercado de trabalho assalariado. A utilidade desses inquéritos aos agregados familiares é limitada, porque adoptam convenções internacionais de estatística para medir a participação no mercado de trabalho, que são inadequadas para a complexa realidade das relações laborais em zonas rurais pobres.⁴ Nos casos em que foram criados novos instrumentos para superar os problemas evidentes nos dados de inquéritos convencionais aos agregados familiares, estes instrumentos demonstram claramente a grande quantidade de actividade no mercado de trabalho que não é coberta nos tipos de inquéritos nacionais realizados em Moçambique (Lund, 2004; Adato *et al.*, 2004: 17).

Dois recentes inquéritos às famílias em Moçambique, o *Inquérito dos Agregados Familiares* (IAF, 2002-3) e o *Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar* (QUIBB, 2000-1), produzem medidas surpreendentemente diferentes da importância relativa do trabalho assalariado, consoante as perguntas específicas feitas em cada um desses inquéritos e sua interpretação. Em particular, as perguntas convencionais em ambos os inquéritos sobre o trabalho “principal” dos inquiridos rurais sugerem que o trabalho assalariado é raro – apenas cerca de 7,3% dos membros do agregado familiar no QUIBB ou 4,7% no IAF disseram ter recebido uma remuneração ou salário no seu trabalho principal.⁵ Em contrapartida, quase 21% dos agregados familiares rurais do IAF, mas apenas 17,4% do QUIBB afirmaram que um membro da família *fora contratado como trabalhador agrícola na estação agrícola mais recente*.

O Inquérito sobre Mercados Rurais de Trabalho de Moçambique (IMTR) foi concebido para ultrapassar algumas limitações dos inquéritos aos agregados familiares. No decorrer de 2002-2003, foi feito trabalho de campo em três províncias do centro e norte do país: Manica, Nampula e Zambézia, onde 2.638 trabalhadores assalariados (dos quais pouco menos de metade eram mulheres) responderam a um longo questionário e deram informação não só sobre si próprios, mas também sobre outros membros do agregado familiar. O resultado foi a recolha pelo inquérito de dados sobre cerca de 16.000 indivíduos nessas províncias. Os entrevistados eram empregados por um amplo leque de estabelecimentos de diversos tipos (cerca de 900 empregadores distintos), que iam de explorações agrícolas muito pequenas, bares e bancas de mercado a grandes plantações com milhares de trabalhadores temporários. A vasta gama de tipos de emprego/estabelecimento abrangidos pelo IMTR permite uma análise muito mais desagregada do que é habitual na literatura,

4 Estas limitações são discutidas com mais pormenor em Sender, Cramer & Oya (2005).

5 A maior parte dos questionários das pesquisas standard inclui perguntas sobre a «principal» actividade e centra-se apenas nas actividades levadas a cabo num período de referência muito curto, isto é, os últimos sete dias. Dada a complexidade das estratégias de gestão do tempo das pessoas das zonas rurais e dada a variabilidade das actividades económicas de uma estação agrícola para a outra, esta abordagem tende a gerar informação simplista e enganadora.

em que se discutem as principais fontes de rendimento dos agregados familiares rurais pobres e ricos.

A amostragem foi intencional e não aleatória, e baseou-se numa série de fontes para construir as suas próprias bases de amostragem, a partir de censos agrícolas existentes, listas recentes de inquéritos a agregados familiares e visitas a todas as províncias e distritos relevantes.⁶ Este preliminar criou alguma garantia de que o IMTR não deixaria de lado os empregadores rurais mais significativos nem aquelas áreas de enumeração onde o trabalho assalariado era de particular importância em cada uma das províncias. O princípio utilizado na amostragem intencional foi o de assegurar “variação máxima”, de modo que a dimensão final da amostra fosse uma função da medida em que tivessem sido atingidos “pontos de saturação” de vários estratos fundamentais de emprego (agrícola, não agrícola, de pequena escala *versus* de grande escala, investidores locais e estrangeiros, etc.). A combinação do cuidado que houve com a construção de bases de amostragem adequadas, o grande tamanho da amostra e o princípio da variação máxima permitem considerar que o IMTR constitui uma representação justa da grande variedade de trabalhadores assalariados rurais nas províncias seleccionadas e das várias categorias de empregadores.

Além disso, a amostra incluía um número relativamente grande de pequenos e médios agricultores. Os mais bem-sucedidos destes agricultores, que representam grande parte da procura de mão-de-obra agrícola, estão distribuídos de forma não aleatória nas zonas rurais de Moçambique e não há, portanto, garantia de que os seus trabalhadores assalariados fossem incluídos em inquéritos por amostragem convencionais e aleatorizados.

As comparações entre esta pesquisa e os resultados da pesquisa nacionalmente representativa do IAF estabelecem dois pontos importantes. Em primeiro lugar, a amostragem intencional de pessoas com trabalhos remunerados no IMTR conseguiu incluir muitos entrevistados que certamente seriam classificados pelo IAF como sendo dos moçambicanos *mais pobres*. O terço inferior da amostra do IMTR é, portanto, pelo menos tão pobre ou mais pobre que o quintil inferior dos agregados familiares observados pelo IAF nas mesmas províncias, tanto em termos de sua posse de bens essenciais como em termos do nível de educação alcançado pelos membros do agregado familiar.⁷ Por exemplo, sabe-se que o nível de habilitações escolares está intimamente ligado a outras medidas de pobreza em Moçambique (Simler *et al.*, 2004); e é digno de nota que 80% ou mais dos agregados familiares mais pobres, tanto no IMTR como

6 Não havia, claro está, uma base de amostragem fiável em que basear uma amostra aleatória de trabalhadores assalariados rurais. Foram seleccionadas as três províncias do centro e norte, porque a importância do trabalho assalariado rural no sul é bem reconhecida e está bem documentada na literatura sobre Moçambique (O’Laughlin, 2002). Estas províncias também representam a maior parte da produção de culturas de rendimento de mão-de-obra intensiva (algodão, tabaco, sisal e chá) e Nampula e a Zambézia contêm uma percentagem muito grande da população rural moçambicana.

7 Ver também Massingarella, Nhate & Oya (2005). Sender, Oya & Cramer (2006) discutem metodologia do índice de bens.

no IAF (com a surpreendente exceção dos entrevistados do IAF em Manica), não conseguiram completar a escola primária.⁸

Em segundo lugar, o IMTR mostra que a desigualdade rural é muito significativa. Também este resultado não pode ser usado para sugerir que a amostra do IMTR seja atípica. Pesquisas nacionalmente representativas também encontraram níveis de desigualdade igualmente elevados nas zonas rurais de Moçambique (Elbers *et al.*, 2003).

Este artigo apresenta ainda resultados de 120 entrevistas com um questionário diferente, administrado a uma amostra de empregadores agrícolas de pequena e média escala. Além disso, os pesquisadores fizeram entrevistas semiestruturadas a 33 empregadores de grande escala, que empregam mais de 50 trabalhadores na época alta e recolheram histórias de vida de 15 trabalhadoras assalariadas.⁹

Variações nos métodos de pagamento: pagamento mensal, diário e por tarefa

As modalidades de pagamento nos mercados de trabalho rurais são extremamente complexas. São difíceis de investigar e de resumir (Hatlebakk, 2004; Rogaly, 2005; Newman & Jarvis, 2000; Rubin & Perloff, 1993; Rogaly, 2005; Wells, 1996; Bardhan & Rudra, 1986; Ortiz, 1999). Em Moçambique, as formas e os níveis de pagamento variam no interior das províncias de uma zona rural para a outra; parecem ser influenciados pelos padrões de cultivo, bem como pelas estratégias adoptadas por cada um dos empregadores, tornando questionável qualquer afirmação genérica sobre os métodos predominantes nas explorações agrícolas moçambicanas.

Os principais métodos de pagamento nas zonas rurais de Moçambique são salários diários, salários mensais e pagamentos em dinheiro à peça ou à tarefa. O IMTR encontrou poucos indícios de sistemas de pagamento assentes em negociações com recrutadores de mão-de-obra, isto é, contratos para o fornecimento de grupos de trabalhadores por intermediários. A Tabela 1 mostra a distribuição dos principais métodos de pagamento, com base na classificação das respostas dos trabalhadores a perguntas codificadas e a perguntas abertas. No entanto, em muitas dessas respostas, não era clara a distinção entre contratos (não escritos) de compra de *tempo* de trabalho e contratos para a execução de uma *tarefa* específica, pelo que as classificações da Tabela 1 devem ser consideradas como “as melhores estimativas”, e não como classificações definitivas. A remuneração dos trabalhadores com alimentos, refeições preparadas e outros benefícios não monetários é tratada mais adiante (Tabelas 5 e 10).

8 Uma peculiaridade demográfica da amostragem do IMTR era a grande percentagem (40%), entre as entrevistadas do sexo feminino, de mulheres separadas, divorciadas ou viúvas, o que constitui por si uma descoberta importante.

9 Sender, Oya & Cramer (2006) discutem em pormenor as histórias de vida de seis destas mulheres.

Tabela 1: Métodos de pagamento salarial para trabalhadores agrícolas e não agrícolas, por tipo de empregador

(Dados em %)	Trabalho agrícola (2152)	Trabalho não agrícola (468)	Plantação de empresa nacional (268)	Empresas/privados estrangeiros (227)	Agricultor privado local (1657)	Total (2620)
Remuneração diária	20	4	36	9	18	17
Remuneração semanal	2	0	0	2	2	1
Remuneração mensal	30	86	44	81	21	40
Baseado em contrato/trabalho específico	2	5	2	1	2	2
Honorários à peça/tarefa	47	4	17	7	57	39
Outros	0	2	0	0	0	0
Total	100	100	100	100	100	100

Notas: (a) o número entre parênteses mostra o número total de observações para cada categoria. (b) Inclui trabalho não agrícola.

Fonte: IMTR, 2002/03

Em toda a amostra, cerca de 40% dos inquiridos recebiam um salário mensal, ao passo que mais de dois terços dos inquiridos contratados como trabalhadores agrícolas não eram pagos ao mês. Uma percentagem ainda maior (quase 80%) dos trabalhadores agrícolas empregados pelos agricultores locais (pequenos produtores agrícolas moçambicanos ou agricultores de dimensões médias conhecidos como “privados”) eram pagos à tarefa ou ao dia. Em contrapartida, mais de 80% dos trabalhadores agrícolas empregados em empresas estrangeiras recebiam salários mensais.¹⁰

Os métodos de pagamento nas explorações de maior dimensão, em particular nas empresas “estrangeiras” ou “nacionais”, estavam definidos de forma mais clara que noutros tipos de explorações onde a variação dos métodos de pagamento e das remunerações era particularmente grande. A Tabela 2 mostra que as maiores empresas agrícolas têm maior tendência a empregar trabalhadores remunerados ao mês que os produtores agrícolas mais pequenos. No entanto, muitos dos grandes empregadores registados como pagando um salário mensal aos trabalhadores temporários estavam, na realidade, a aplicar uma remuneração diária, embora a especificação do número de dias de trabalho exigido por mês fosse deixada ao critério de cada um dos empregadores.¹¹

10 Definem-se «empresas/privados estrangeiros» como estabelecimentos geridos por gestores estrangeiros e/ou maioritariamente propriedade de investidores estrangeiros. A designação «agricultores/privados locais» cobre uma mescla mais heterogênea de proprietários agrícolas individuais, nacionais e locais, de pequena e média escala que empregam trabalhadores assalariados.

11 A maior parte dos 33 empregadores de grande escala entrevistados pela equipa de pesquisa afirmou usar o salário mínimo nacional de 560.000 por mês como referência para os níveis de remuneração diária *pro rata* para trabalhadores não qualificados. No entanto, alguns usaram 565.000 ou 575.000 MT como nível de referência, enquanto um utilizou 500.000 MT por mês. A forma mais comum de variação nos níveis de pagamento diário comunicadas por esses empregadores era no número de dias em que dividiam a remuneração mensal de referência.

Tabela 2: Métodos de pagamento salarial por dimensão do estabelecimento (trabalhadores agrícolas)

	Categoria de empregador por número de trabalhadores na época alta			Total
	Pequeno empregador a (723)	Empregador médio b (754)	Grande empregador c (694)	Todos os empregadores (2171)
Remuneração diária (%)	14	18	28	20
Remuneração semanal (%)	1	2	2	2
Remuneração mensal (%)	15	33	42	30
Baseado em contrato/trabalho específico (%)	3	1	1	2
Remuneração à peça/tarefa (%)	67	46	26	47
Outros	100	100	100	100

Notas: a 1-10 trabalhadores; b 11-50 trabalhadores; c 50+ trabalhadores

Fonte: IMTR, 2002/03

As explorações agrícolas de maiores dimensões também precisam de empregar muitos trabalhadores temporários durante um a três meses, para cobrir as necessidades da época alta das campanhas. Estes trabalhadores deviam normalmente executar uma tarefa definida pelos seus empregadores antes de receberem um pagamento “diário”. Aquilo em que as tarefas consistiam variava, assim como variava o que se considerava que podia ser feito num dia. Em algumas explorações agrícolas, era paga uma remuneração diária estável por tarefas sazonais, mas essas tarefas variavam de intensidade. Noutras explorações agrícolas, porém, a remuneração diária variava em função da tarefa. A Tabela 3 abaixo dá uma ideia da amplitude existente numa província para estabelecer diferentes remunerações para capinagem. Entretanto, alguns dos produtores entrevistados na amostra de grandes agricultores referiram que, se um trabalhador individual não conseguisse terminar num dia a tarefa proposta, voltaria no dia seguinte para completar essa tarefa ou traria amigos ou família (incluindo crianças) para ajudar a concluir a tarefa.

Os agricultores locais/privados pagavam mensalmente alguns de seus trabalhadores “regulares”, mesmo que estes não trabalhassem todos os meses do ano, mas apenas 21% dos trabalhadores eram “regulares” neste sentido. Os pequenos empregadores recorrem muito mais a sistemas de pagamento por tarefa. As tarefas que os seus trabalhadores têm de executar são definidas de forma ainda menos clara que nas grandes explorações agrícolas e a sua realização exige quantidades muito variadas de tempo e de esforço, o que faz com que seja extremamente difícil calcular o salário recebido

por hora ou por dia.¹² Os sistemas de pagamento à tarefa permitem aos “privados” integrar o trabalho feminino e infantil sem ter de contratar (ou pagar) directamente esses trabalhadores. Por exemplo, se os maridos têm relutância em permitir que as esposas trabalhem em explorações agrícolas de outros homens como trabalhadoras assalariadas independentes, um empregador pode conseguir obter o trabalho das mulheres casadas, definindo para os seus trabalhadores do sexo masculino tarefas que não podem ser facilmente levadas a cabo sem a “ajuda” das esposas. Entretanto, os métodos de pagamento são determinados não apenas pelo tamanho e tipo de propriedade dos terrenos, mas parecem também depender do produto cultivado e da operação agrícola.

Tabela 3: Pagamento diário para capinagem em empregadores seleccionados de média e larga escala em Nampula (Meticais)

Empregador	Remuneração Diária para trabalhadores agrícolas eventuais	Trabalho de capinagem por dia
Produtor local de tabaco, médio – Manica	20,000	50 x 20 “passos”
Empresa de sisal – Nampula	21.577	3 “linhas”
Produtor médio local – Nampula	15 peixes ou 2 kg de açúcar ou 2 barras de sabão	15-100 x 2 metros
Produtor local de algodão, médio – Nampula	20,000	6/7 linhas
Grande produtor local – Nampula	10 peixes	15-20 x 2 metros
Grande produtor local – Nampula <i>a</i>	20.000	5 linhas
Grande produtor local – Nampula <i>b</i>	10.000	10 linhas

Notas: *a* - para capina difícil; *b* - para capina ligeira

Fonte: IMTR, 2002/03

Variações nos níveis de remuneração do trabalho agrícola

Uma outra variação encontrada diz respeito ao que as pessoas podem ganhar nos diferentes tipos de empresa agrícola. A remuneração mensal mediana vai desde um mínimo de 250.000 MT, para pessoas que trabalhem para produtores locais

¹² A Maninha, cuja história de vida é discutida em Sender *et al.* (2006), foram-lhe muitas vezes definidas, por pequenos agricultores, tarefas a 10.000 MT que eram tão extenuantes que não se podiam concluir num dia, sobretudo se ela fizesse uma pausa para uma refeição. Maninha era muitas vezes obrigada a voltar no dia seguinte para completar a tarefa definida e ganhar os 10.000 MT referidos como remuneração diária pelos pequenos agricultores que a empregavam. Em contrapartida, um produtor de maiores dimensões pagava 50.000 por uma tarefa que ela conseguiria concluir num dia.

ou vizinhos, passando por 381.000 MT ganhos nas explorações agrícolas de privados, até 460.000 MT em empresas e plantações moçambicanas e 525.000 MT em empresas estrangeiras. A amplitude da remuneração diária, relativamente à remuneração mensal, é mais comprimida, variando de uma mediana baixa de 10.000 MT por dia, paga por produtores locais ou vizinhos, a uma mediana alta de cerca de 15.000 MT, pagos por empresas agrícolas nacionais e estrangeiras. Na altura do estudo, a remuneração diária modal, bem como a mediana (10.000 MT), era equivalente a cerca de 0,42 USD/dia, à taxa de câmbio em curso durante o período principal do trabalho de campo.¹³

Distinguir os empregadores por dimensões (definidas em termos do número de trabalhadores empregados na época alta da campanha agrícola) revela um padrão semelhante de variação nos níveis remuneração, como se mostra na Tabela 4 abaixo¹⁴ A crença generalizada de que a concentração de recursos na produção agrícola de pequena escala e na produção de alimentos poderá conduzir a uma redução da pobreza africana ignora o facto de que muitas das pessoas mais pobres das zonas rurais dependem dos rendimentos do trabalho agrícola assalariado. Os pequenos agricultores do IMTR, especialmente os produtores de alimentos, não oferecem aos seus trabalhadores salários muito elevados nem regulares.

Tabela 4: Remunerações por dimensão do empregador agrícola

Dimensão do empregador por nº de trabalhadores na época alta		Remuneração diária	Remuneração mensal
Pequeno empregador (1-10)	N	99	115
	Média	13.885	28.5257
	Mediana	10.000	250.000
Empregador médio (11-50)	N	156	272
	Média	11.422	371.763
	Mediana	10.000	350.000
Grande empregador (50+)	N	210	358
	Média	15.691	463.913
	Mediana	15.000	460.000
Total	N	465	745

Fonte: IMTR, 2002/03

13 A taxa de câmbio média para o período de Maio de 2002 até inícios de Fevereiro de 2003 era de cerca de 1 USD=23,700 MT.
14 15% da amostra de pequenos e médios empregadores empregam trabalhadores permanentes (homens) pagos mensalmente; os salários que pagam são em média de 273.000 MT mensais (mediana = 250.000 MT), ou seja, menor que a mediana da remuneração mensal paga pelos empregadores maiores e menos de 50% do salário mínimo. Alguns desses empregadores relativamente pequenos pagam realmente salários acima da média, quando são mais prósperos e com maior nível de educação. Assim, os salários mais elevados na amostra de PME são pagos pelos entrevistados com um índice mais elevado de posse de bens e maior número de anos de escolaridade concluídos.

Os trabalhadores que trabalham na produção de certos produtos agrícolas são mais bem pagos que os trabalhadores de outras culturas. Assim, por exemplo, os produtores de tabaco por contrato pagavam remunerações mais elevadas do que os entrevistados de PME que faziam outras culturas. O trabalho em empresas de sisal e algodão é relativamente bem pago (a uma mediana diária de 14.000 e 25.000 MT, respectivamente), em comparação com o trabalho em culturas alimentares como arroz, milho, amendoim, gergelim, etc. (que normalmente são pagos a 10.000 MT por dia). Os homens geralmente cortam sisal, um trabalho árduo que acarreta o risco de lesões por corte e de picada ou mordedura de cobra. Assim, uma combinação de segregação laboral por género e da necessidade de incentivos para trabalhos perigosos e desagradáveis podem explicar as remunerações relativamente altas nas plantações de sisal. No entanto, as remunerações mais altas para o cultivo de sisal e de algodão, também se devem provavelmente ao facto de estes produtos serem comumente cultivados em grandes explorações ou plantações, que normalmente pertencem a “privados” ou empresas, que também as gerem.¹⁵

Em geral, os trabalhadores do algodão são relativamente bem pagos, mas as suas remunerações variam muitíssimo, mesmo quando todos os trabalhadores em causa são empregados numa província para executar uma tarefa muito normal, como seja a colheita. Por exemplo, um exame dos pagamentos efectuados a 122 apanhadores de algodão em Nampula, que eram normalmente pagos ao dia ou à peça, revela uma grande variedade de níveis de remuneração.¹⁶ Além disso, uma pequena sub-amostra de trabalhadores empregados na colheita da castanha de caju, todos pagos à peça e trabalhando na *mesma* exploração agrícola em Nampula, também mostrou um surpreendente grau de variação das remunerações. Os dados documentais apontam para a disseminação idiossincrática dos valores das remunerações e sugere as dificuldades que há na utilização de equações mincerianas standard para explicar as variações desses valores.¹⁷

Também é difícil explicar a variação nas remunerações mensais recebidas por outro subgrupo de trabalhadores, todos homens, semiqualificados e que trabalham em grandes propriedades agrícolas. Algumas entrevistas com grandes agricultores forneceram informações sobre o leque de salários que tinham decidido pagar aos seus condutores de tractores. A remuneração mensal mais baixa referida para um condutor de tractor era de 600.000 MT e a mais alta era de 1,5 milhões. Segundo os entrevistados, a maioria dos condutores ganhava cerca de 800.000 MT, embora alguns ganhassem menos e uns quantos recebessem mais de 1 milhão de MT mensais.

15 Em Moçambique, o algodão é o mais das vezes produzido por PME em esquemas de produção sob contrato, mas foram também incluídos no IMTR trabalhadores empregados por produtores de algodão de larga escala.

16 Estes dados não corroboram a existência de «normas» e «convenções» de pagamento, que se observaram noutras partes. A importância das normas e convenções nos mercados de trabalho agrários pobres foi discutida por Bardhan & Rudra (1986). Breman (1985) critica a ideia de normas de «justiça» nos mercados laborais indianos.

17 Sobre a incapacidade das funções salariais neoclássicas standard de explicarem os salários agrícolas em termos de atributos dos trabalhadores, ver Datt (1996: 66-7).

As remunerações para trabalhos relacionados — por exemplo, capatazes, chefes de equipa, fiscais — também variavam, nestes empregadores de grande escala, entre 700.000 MT e 2,5 milhões de MT por mês. Além disso, as entrevistas aos grandes agricultores revelaram um leque surpreendentemente amplo de pagamentos mensais aos seus trabalhadores mais experientes e mais qualificados. Os trabalhadores permanentes qualificados ganhavam entre 800.000 MT e 3.000.000 MT por mês. Nalgumas explorações agrícolas desta amostra, os empregadores comunicaram que pagavam abaixo do salário mínimo a trabalhadores qualificados permanentes, mas que esses trabalhadores recebiam algum pagamento em espécie e não tinham de trabalhar mais de quatro horas por dia. No outro extremo, numa das explorações agrícolas, a remuneração máxima para um trabalhador qualificado era de 8,5 milhões de MT, ao passo que, noutra exploração agrícola, dois agrónomos juniores malauianos ganhavam 650 USD por mês, para além de regalias (incluindo a utilização de uma mota da companhia).

Variação dos níveis de remuneração para trabalho não agrícola

A Tabela 5, abaixo, resume os resultados de pesquisas relativos a salários mensais comunicados por 391 inquiridos que trabalhavam para empresas rurais não agrícolas. Durante o período do inquérito, o salário mínimo não agrícola estava fixado em 812.163 MT (cerca de 34.26 USD) por mês.¹⁸ Assim, a remuneração mediana mensal de 150.000 MT (6,33 USD) para trabalho numa banca do mercado ou de 200.000 MT, que era o valor médio recebido pelas 159 empregadas domésticas que participaram da pesquisa, não só é extraordinariamente baixa como é também ilegal. Os pagamentos comunicados por empregadas domésticas eram notavelmente coincidentes, apresentando o menor erro-tipo da remuneração média entre as categorias analisadas. Em contrapartida, as pessoas (normalmente homens) que trabalhavam nos sectores de transporte e construção nas mesmas localidades rurais podiam ganhar substancialmente mais, embora houvesse uma variação relativamente grande do salário médio para motoristas e pedreiros. Os quatorze motoristas entrevistados tinham o salário mensal mediano mais elevado (875.000 MT).

18 O salário mínimo para a indústria e os serviços aumentou de 665.707 MT para 812.163 MT por mês em Maio de 2002. Ao mesmo tempo, o governo aumentou o salário mínimo para o trabalho agrícola de 459.222 MT para 560.251 MT por mês (AIM, 2002, 20 de Maio). Muito poucos trabalhadores entrevistados na pesquisa tinham conhecimento do salário mínimo para o trabalho agrícola e nenhum funcionário provincial a trabalhar para o sindicato ou para o Ministério do Trabalho sabia dizer com rigor o montante actual.

Tabela 5: Remunerações mensais de trabalhadores rurais não agrícolas (MT)

Categorias de trabalho não agrícola	N	Média	Mediana	Erro-tipo da média
Hotel/Pensão	30	488.900	475.000	41.371
Restaurante/barraca	74	379.649	300.000	31.583
Mercado/banca	42	231.071	150.000	43.514
Empregado doméstico	159	242.440	200.000	14.494
Motorista de transporte	14	975.000	875.000	175.078
Transporte, outros (cobrador/tchova)	24	517.167	500.000	45.946
Pedreiro da construção	5	780.000	750.000	135.536
Construção, outros (servente)	4	707.500	700.000	47.148
Outros	39	449.615	350.000	65.702
Total (pago em remunerações mensais)	391	361.486	280.000	16.184
Total da amostra não agrícola	458	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: *IMTR, 2002/03*

Uma classificação de trabalhos e métodos de pagamento

A análise feita atrás mostrou que os moçambicanos das zonas rurais defrontam-se com uma complexa gama de métodos de pagamento e de remunerações para o trabalho assalariado. Uma dicotomia simples entre aristocratas laborais privilegiados e todos os outros trabalhadores não consegue dar conta dessa realidade. Pode-se, todavia, elaborar uma taxonomia simples, mas mais matizada, do emprego assalariado. Assim, a Tabela 6 abaixo identifica cinco tipos principais de emprego obtidos por moçambicanos das zonas rurais, utilizando uma mistura de critérios quantitativos e qualitativos sugeridos pelas respostas ao questionário e por perguntas e entrevistas mais abertas. Isto permite uma exploração das características dos trabalhadores que têm relativamente (pouco) sucesso no mercado de trabalho. Em primeiro lugar, porém, são tabulados os resultados (média e mediana) e alguns aspectos das condições de trabalho (por exemplo, acesso aos sindicatos e remuneração por horas extraordinárias) para cada um dos cinco tipos de emprego.

A Tabela 6 mostra que alguns (770 trabalhadores) têm acesso a “bons” empregos que garantem um fluxo de rendimento relativamente decente e mais ou menos regular. Um número semelhante de trabalhadores (708) só conseguiu encontrar empregos eventuais ou muito mal pagos (“maus”). Os cinco tipos de emprego identificados na tabela não se excluem mutuamente. Por exemplo, o segundo é uma fracção do primeiro. As categorias *Mau 1* e *Mau 2* também se sobrepõem parcialmente e alguns trabalhadores com acesso a “bons” empregos também executam simultaneamente alguns dos “maus” trabalhos, reflectindo a multiplicidade de ocupação em diferentes segmentos do mercado de trabalho.

TABELA 6: Melhores e piores trabalhos – métodos de pagamento e remunerações

Tipos de trabalhos	Bom 1 Pago ao mês e rendimento regular (770)	Bom 2 Pago ao mês, rendimento regular na agricultura (472)	Mau 1 Fez trabalho ocasional, <i>ganho-ganho</i> , menos de 15 dias por mês (708)	Mau 2 O mesmo que Mau 1 e não teve contratos sazonais nem trabalho não agrícola (591)	Mau 3 Empregado doméstico + abaixo do salário mínimo agrícola (145)	Outros (Não classificados)	Total da amostra (2628)
Pago em remunerações mensais % no tipo de trabalho	100	100	10	1	100	57	40
Pago à peça ou à tarefa % no tipo de trabalho	0	0	68	80	0	33	39
Pagamento mediano (diário) (número de casos entre parênteses)	15.400 -16	15.000 -15	10.000 -142	10.000 -96	n.a.	12.500 -328	12.000 -484
Pagamento mediano (remuneração mensal) (número de casos entre parênteses)	400.000 -761	450.000 -466	-78	300.000 -9	150.000 -145	350.000 -318	360.000 -1145
Pagamento mediano (tarefa) (número de casos entre parênteses)	n.a.	n.a.	15.000 -336 DP/média = 1.6	15.000 -333 DP/média = 1.6		15.000 -488 DP/média = 4.5	15.000 -824 DP/média = 4.8
Recebeu pagamento em espécie % no tipo de trabalho	0	0	29	34	0	11	13

Notas : a DP = Desvio-padrão

Fonte: IMTR, 2002/03

Tabela 7: Duração do emprego e outras condições laborais, por tipos de trabalho

Tipos de trabalhos	Bom 1 Pago ao mês e rendimento regular (770)	Bom 2 Pago ao mês, rendimento regular na agricultura (472)	Mau 1 Fez trabalho ocasional, <i>ganho-ganho</i> , menos de 15 dias por mês (708)	Mau 2 O mesmo que Mau 1 e não teve contratos sazonais nem trabalho não agrícola (591)	Mau 3 Empregado doméstico + abaixo do salário mínimo agrícola (145)	Outros (Não classificados)	Total da amostra (2628)
Meses de permanência no mesmo trabalho/ empregador (mediana)	12	12	5	4	9	6	7
Número de dias que trabalhou como trabalhador sazonal contratado Mediana	208 -395	208 -118	207 -107	n.a.	n.a.	210 -291	208 -749
Número de dias que trabalhou como eventual (<i>ganho-ganho</i>) Mediana	58 -390	60 -108	20 -706	21 -591	n.a.	78 -735	45 -1508
Refeições fornecidas no trabalho % no tipo de trabalho	42	19	17	16	90	22	27
Casa fornecida pelo empregador % no tipo de trabalho	23	21	3	2	45	7	11
Empréstimos fornecidos (adiantamentos de salário) % no tipo de trabalho	35	29	17	17	42	28	28
Compensação por horas extraordinárias % no tipo de trabalho	46	53	17	4	6	35	39
Presença de sindicato no local de trabalho % no tipo de trabalho	13	21	2	0	0	11	9

Fonte: IMTR, 2002/03

Embora a remuneração mediana de todos os trabalhadores agrícolas com “bons” postos de trabalho ainda esteja abaixo do mínimo legal, os trabalhadores da categoria *Bom 2* recebem 13% mais que os trabalhadores da categoria *Bom 1* e acima de 25% mais do que outros trabalhadores não classificados pagos ao mês. Além disso, estes trabalhadores agrícolas têm maior probabilidade de ter acesso à representação sindical que os trabalhadores de qualquer outro tipo de emprego (Tabela 7). Não são claros, porém, os benefícios que retiram da representação sindical. Entrevistas com agricultores de grande escala sugerem que havia pouca ou nenhuma actividade sindical nas explorações – mesmo onde, pelo menos formalmente, alguns trabalhadores eram membros de um sindicato. Um ou dois dos maiores empregadores agrícolas declararam que antigamente os sindicatos eram combativos ou mesmo agressivos; ultimamente, têm sido apenas “prestáveis”. Outros empregadores (e sindicalistas provinciais) disseram que os dirigentes sindicais nunca visitavam as explorações agrícolas ou só as visitavam de vez em quando, mas só o faziam se apanhassem boleia do agricultor – por outras palavras, uma grande restrição à organização nas explorações agrícolas por parte dos dirigentes sindicais é a falta de meios de transporte. É claro que a desorganização dos sindicatos – principalmente do Sindicato Nacional de Trabalhadores Agro-Pecuários e Florestais (SINTAF) – e o fracasso do governo e dos doadores internacionais em investir no aumento da sua capacidade permite o alto grau de poder de decisão do empregador relativamente à fixação dos salários e da sua composição em termos de salários monetários, regalias e pagamentos em espécie.

Entre os trabalhadores pagos ao mês, as 145 empregadas domésticas que recebem menos que o salário mínimo são particularmente desfavorecidas, uma vez que metade delas ganhava menos de 150.000 MT por mês. As remunerações diárias medianas dos trabalhadores agrícolas eventuais (*ganbo-ganho*), independentemente de serem classificadas como tendo um emprego *Mau 1* ou *Mau 2*, são sistematicamente inferiores às remunerações diárias para qualquer outro tipo de trabalhador.

Além disso, os trabalhadores com maus empregos tinham mais probabilidades de ser pagos em espécie (geralmente com alimentos) que qualquer outro trabalhador (Tabela 6). Segundo as entrevistas com grandes agricultores, os substitutos mais comuns das remunerações monetárias eram peixe seco, açúcar, sabão, milho ou farinha de mandioca, e capulana. Os trabalhadores podiam receber o “valor” de 60.000 MT em milho por dois ou três dias de trabalho, ou uma trabalhadora podia trabalhar quatro dias para receber um capulana, que “valia” (segundo o agricultor) 35.000 MT. Obviamente, é difícil fazer estimativas precisas de uma remuneração monetária imputada (ou as despesas salariais do empregador) quando os pagamentos são feitos em espécie. A falta de precisão parece aumentar o controlo dos empregadores sobre as relações laborais.

Tabela 8: Trabalhadores por categorias de empregador e tipo de trabalho (% de trabalhadores em cada categoria de empregador)

Tipos de trabalhos	Bom 1 Pago ao mês e rendimento regular (%)	Bom 2 Pago ao mês, rendimento regular na agricultura (%)	Mau 1 Fez trabalho ocasional, <i>ganho-ganho</i> , menos de 15 dias por mês (%)	Mau 2 O mesmo que Mau 1 e não teve contratos sazonais nem trabalho não agrícola (%)
Empresa/plantação nacional	12	12	5	4
Empregador agrícola estrangeiro	-395	-118	-107	n.a.
Empregador agrícola local	-390	-108	-706	-591
Pequeno	42	19	17	16
Médio	23	21	3	2
Grande	35	29	17	17

Fonte: IMTR, 2002/03

Em todos os tipos de emprego rural, a conservação do emprego parece insegura. Mesmo entre os trabalhadores que têm um “bom” trabalho, uma elevada percentagem (50%) diz ter o seu trabalho actual há 12 meses ou menos. Os trabalhadores que combinam o acesso a “bons empregos” com algum trabalho eventual conseguem obter mais dias de trabalho eventual do que os que dependem apenas de trabalho eventual. Mais de metade dos trabalhadores com os piores empregos (maus empregos 1 e 2) só conseguem 20 dias ou menos de trabalho assalariado por ano. Um aumento do número de dias anuais em que conseguem arranjar emprego teria um impacto enorme nos seus níveis de vida.¹⁹

Mesmo os trabalhadores seleccionados para empregos relativamente “bons” durante mais de alguns meses têm condições de emprego inferiores aos níveis mínimos definidos por lei. Por exemplo, cerca de metade destes trabalhadores não recebe qualquer compensação por trabalhar horas extraordinárias (Tabela 7).²⁰ No entanto, têm maiores probabilidades do que os trabalhadores com *maus empregos 1 e 2* de receber alojamento, refeições e crédito dos seus empregadores. Também é claro que os pequenos empregadores e, especialmente, as pequenas empresas agrícolas moçambicanas têm pouca probabilidade de oferecer *bons* empregos aos seus trabalhadores, ao passo que

19 Este argumento é corroborado por dados da Índia, onde foi decisiva para a redução da pobreza uma passagem de emprego assalariado mais esporádico a emprego assalariado mais regular, implicando um aumento dos salários reais anuais (Ghose, 2004: 5112).

20 Entrevistas com grandes agricultores sugerem que estes têm considerável poder de decisão relativamente a pagamentos de compensação por longas horas de trabalho. Por exemplo, alguns pagam a dobrar por horas extraordinárias, algum pagam hora e meia por cada hora e outros não pagam horas extraordinárias.

quase dois terços dos trabalhadores empregados por investidores agrícolas estrangeiros desfrutaram de bons empregos na agricultura (Tabela 8).

A quantidade e a qualidade destes benefícios não salariais, segundo revelam entrevistas com grandes agricultores e pesquisas quantitativas, é variável e discricionária. Os benefícios podem ser e são retirados. Quase todas as mulheres incluídas no IMTR viram negado o acesso aos benefícios não salariais mais básicos. Menos de 4% de todas as trabalhadoras assalariadas tiveram férias pagas pelos empregadores e menos de 10% tiveram licença médica paga ou direito a assistência médica. Apenas cerca de 3% tinham licença de maternidade paga.

Algumas características dos trabalhadores mais pobres e das suas perspectivas em termos de mercado de trabalho

Não é de surpreender que a maioria dos piores trabalhos (*Mau 2*) sejam executados por trabalhadores que vivem nos agregados familiares mais pobres. Um terço dos agregados familiares cobertos pelo inquérito carecem até dos bens materiais mais básicos (um candeeiro a petróleo, um relógio, um rádio leitor de cassetes, uma cama, sapatos e acesso a algum tipo de casa de banho) usado para calcular o índice de bens domésticos. A Tabela 9 compara a experiência destes agregados familiares extremamente pobres e desfavorecidos com agregados familiares rurais “menos pobres”, que obtêm uma pontuação muito mais elevada no índice de posse de bens materiais. Os membros dos agregados familiares mais ricos têm uma percentagem muito maior de *bons* trabalhos e uma percentagem muito baixa de trabalhos da categoria *Mau 2* (apenas 10%). Da mesma forma, a maioria dos trabalhos *maus* era executada por trabalhadores que viviam em casas onde ninguém tinha concluído a escola primária. Em contrapartida, os entrevistados que tinham a maioria dos bons empregos (mais de 80%) eram pessoas que tinham frequentado a escola.²¹

A Tabela 9 sugere uma associação entre o estatuto socioeconómico do agregado familiar e a capacidade dos membros da família de evitarem o emprego nos piores tipos de trabalhos rurais. As pessoas “em melhor situação económica” nas zonas rurais têm vantagens muito significativas relativamente às pessoas muito pobres, na procura e negociação do melhor emprego disponível, devido à sua educação, à sua mobilidade, relações familiares e experiência de trabalho anterior.²² Na outra extremidade do espectro, a forte relação entre as pontuações do índice de posses da casa e a participação no pior tipo de trabalho agrícola eventual e instável é ilustrada no Gráfico 1.

21 O trabalho nos melhores empregos de construção, transporte e outros trabalhos não agrícolas, que correspondem à rubrica *Bom 1* estava em grande medida reservado a homens com habilitações escolares relativamente boas, vivendo em agregados familiares com uma classificação elevada no índice de bens materiais.

22 Os dados do IMTR mostram que o canal mais importante para conseguir emprego era, de longe, os «parentes e amigos».

Tabela 9: Percentagem dos diversos tipos de agregado familiar e trabalhador com “bons” e “maus” trabalhos

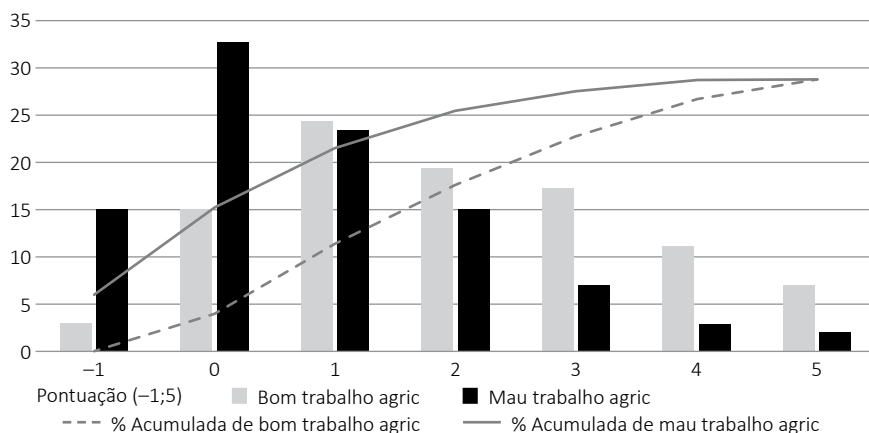
Tipos de trabalhos	Bom 1 Pago ao mês e rendimento regular (770)	Bom 2 Pago ao mês, rendimento regular na agricultura (472)	Mau 1 Fez trabalho ocasional, <i>ganho-ganho</i> , menos de 15 dias por mês (708)	Mau 2 O mesmo que Mau 1 e não teve contratos sazonais nem trabalho não agrícola (591)	Mau 3 Empregado doméstico + abaixo do salário mínimo agrícola (145)	Total da amostra (2628)
Grupo do índice de posses (mais pobre) % no tipo de trabalho	15	18	48	53	21	33
Grupo do índice de posses (mais rico) % no tipo de trabalho	47	40	14	10	41	27
Ninguém da família concluiu a primárias % no tipo de trabalho	37	42	56	56	39	48
Entrevistado nunca foi à escola % no tipo de trabalho	15	20	36	39	15	27
Sexo feminino % no tipo de trabalho	35	25	60	68	62	47
Entrevistada divorciada/ separada/viúva % no tipo de trabalho	17	15	20	22	13	18

Fonte: IMTR, 2002/03

A direcção da causalidade, porém, não é óbvia. Como mostra a Tabela 9, nem todos os bons empregos são monopolizados por uma “aristocracia laboral” composta pelos membros dos agregados familiares mais ricos e com mais instrução. A Tabela 9 também mostra que, embora os piores empregos tenham muito mais probabilidade de caberem a mulheres, uma percentagem significativa dos melhores postos de trabalho nas explorações agrícolas são preenchidos por trabalhadoras; e mesmo algumas das mulheres com a posição negocial mais fraca no mercado de trabalho, divorciadas/separadas e viúvas, conseguiram encontrar um trabalho decente. Assim, as barreiras aos *bons* empregos não são insuperáveis para as famílias mais pobres e, quando se consegue um trabalho desses, o impacto na melhoria dos seus padrões de vida pode ser muito grande, mesmo a curto prazo.²³

Além disso, o ambiente político pode influenciar as perspectivas para os participantes mais pobres no mercado de trabalho. As intervenções estatais para aumentar a procura e regular os mercados de trabalho rurais podem ter uma influência positiva nas perspectivas de futuro para os pobres. Na Índia, por exemplo, o rápido crescimento do emprego, financiado pelo sector público, teve o efeito directo de oferecer oportunidades de emprego decente fora da agricultura (em escolas rurais, em clínicas e na construção), embora esses novos empregos tenham sido monopolizados por trabalhadores com um nível de instrução relativamente alto de meios prósperos. Indirectamente, entretanto, os novos participantes no mercado de trabalho do sexo feminino, muito mais pobres, também beneficiaram ao ocupar os empregos agrícolas do sector privado, menos bem remunerados, que eram, antes, desempenhados por membros de famílias rurais mais ricas (Sen & Ghosh, 1993).²⁴

Gráfico 1: Distribuição de frequência e função cumulativa



²³ As histórias de vida de mulheres trabalhadoras assalariadas bem-sucedidas confirmam a mudança das perspectivas de futuro para as crianças e do bem-estar dos agregados familiares que se podem alcançar quando a mãe obtém um emprego decente (Sender *et al.*, 2006).

²⁴ No Brasil, novas oportunidades de produção para exportação e a combinação historicamente dependente de acções bem-sucedidas da parte de sindicatos e agências governamentais criaram condições para uma melhoria significativa das condições de trabalho e capacidade negocial de milhares de trabalhadores sazonais. Ver Damiani (2003).

Conclusão

Os mercados de trabalho rural mantêm-se na periferia das discussões sobre políticas para o crescimento e a redução da pobreza na África Subsaariana. No entanto, os dados do maior inquérito sobre o mercado de trabalho rural realizado em Moçambique vêm confirmar outras pesquisas, mostrando que estes mercados de trabalho se têm vindo a tornar cada vez mais importantes nas vidas e perspectivas de um grande número de africanos pobres das zonas rurais. O trabalho assalariado não está apenas ligado a grandes plantações, agro-empresas ou grandes latifundiários, mas está também generalizado entre os pequenos e médios produtores agrícolas, embora estes tendam a oferecer salários muito mais baixos e piores condições de trabalho que os maiores empregadores. Além disso, os mercados de trabalho rurais desempenham um papel importante na vida de muitas pessoas que diferem em termos de origem familiar, sexo, idade, educação, graus de pobreza, etc. O presente artigo mostrou como e por que razão metodologias de pesquisa complementares e inovadoras podem esclarecer a importância das relações de trabalho assalariado nas zonas rurais de Moçambique. A combinação de métodos quantitativos de pesquisa com técnicas qualitativas veio também facilitar a tarefa de dar sentido aos complexos esquemas do trabalho assalariado em zonas rurais pobres e de investigar questões relacionadas com a desigualdade da capacidade negocial de empregadores e trabalhadores.²⁵

O artigo oferece várias lições metodológicas. Os tipos de questionário tipicamente aplicados em pesquisas grandes e estatisticamente “representativas” têm poucas probabilidades de revelar os complexos e múltiplos padrões de pagamento, práticas de emprego e relações de trabalho que transparecem das constatações da pesquisa do IMTR. Muitas vezes, esses padrões, práticas e relações são específicas a determinado indivíduo ou a determinados tipos de empregador. Assim sendo, são necessárias outras técnicas de investigação, em primeiro lugar, para dar sentido às diferenças ou às aparentes incoerências observadas em conjuntos de dados quantitativos. Em segundo lugar, os próprios questionários dos inquéritos precisam de ser concebidos e os enumeradores devem ser formados para captar as nuances de diferenças em métodos de pagamento e nos níveis de remuneração. Estes inquéritos devem ser capazes de recolher uma grande quantidade de informação pormenorizada sobre remuneração à tarefa ou à peça e a sua variação. Além disso, os questionários precisam de ser reestruturados para não cair na visão artificial da sociedade rural imposta por questões formuladas exclusivamente em termos de “actividade principal” na última semana ou no último mês. Em terceiro lugar, a amostragem representativa deve ser complementada por amostragem intencional, para acrescentar informações sobre

25 Cramer, Oya & Sender (2008) discutem as complexas relações de poder que modelam as experiências do mercado de trabalho nas zonas rurais de Moçambique.

aquilo que, especialmente nos contextos dinâmicos da África rural, é provável que sejam tendências distribuídas de forma não aleatória, por exemplo, na procura de mão-de-obra. Em quarto lugar, os inquéritos (e as técnicas complementares) devem ser concebidos também para identificar a escala e as características do emprego rural não agrícola nas pequenas vilas rurais, incluindo o emprego de trabalhadores domésticos.

A investigação do mercado de trabalho em Moçambique rural tem também outras implicações. As ideias de “justiça” não são valores universalmente partilhados de uma economia moral, mas fazem antes parte do arsenal de empregadores que estão muitas vezes envolvidos em conflitos sociais e políticos a nível local e a outros níveis. Entretanto, as “normas” de pagamento e as condições de trabalho podem ter-se desenvolvido ao longo do tempo e são influenciadas pela legislação relativa ao salário mínimo. Na prática, porém, os empregadores têm uma grande margem de discricionariedade na implementação destas normas. O poder de negociação relativamente fraco dos trabalhadores assalariados, especialmente os trabalhadores agrícolas e os empregados domésticos, faz com que grande parte deles viva de salários miseráveis e irregulares, sem protecção nem regalias não salariais. Este trabalho mostrou, contudo, que alguns tipos de empregadores podem oferecer melhores condições de trabalho que outros, apesar de usufruírem de um poder de negociação semelhante. Alguns empregadores que oferecem empregos decentes – normalmente empregadores de maiores dimensões – são também mais visíveis e estão mais expostos ao controlo das suas práticas de emprego, apesar da aplicação geralmente fraca das leis laborais por sindicatos e inspectores de trabalho.

Estas características dos mercados de trabalho rurais têm implicações ao nível das formulações de políticas. Podem ser concebidos incentivos (fiscais, de crédito, infra-estruturais, etc.) para gerar procura de mão-de-obra entre os tipos de empregadores com mais probabilidade de oferecer condições de trabalho dignas, em vez de os distribuir às pequenas “machambas familiares” ou à elite partidária/burocrática.²⁶ Não apenas os jornalistas, os activistas dos direitos humanos e as ONG, mas também os doadores estrangeiros devem pressionar os governos e os sindicatos para implementarem a legislação existente de forma mais eficaz e devem apoiar muito mais a sua capacidade – analítica e administrativamente, e na afectação de recursos. Os dados sugerem que até mesmo a mal implementada legislação de salário mínimo tem alguma influência no nível em que os empregadores exercem poder arbitrário. Por último, há fortes argumentos a favor de gastos consideráveis em informação e educação públicas – por exemplo, através da rádio – sobre os direitos das mulheres rurais, ao abrigo da legislação sobre salários e condições de trabalho.

26 Por exemplo, a concessão de subsídios à melhoria das instalações do aeroporto e um armazém frigorífico em Chimoio, capital de Manica, poderia facilitar investimentos substanciais na produção de flores cortadas, que emprega centenas de trabalhadores que gozam das melhores condições de trabalho da região (para trabalhadores agrícolas). Sobre as políticas para estimular a procura de trabalho de forma mais genérica, ver Godfrey (2003).

Referências

- Adato, M., F. Lund & P. Mhlongo (2004, May 15-16). Methodological Innovations in Research on Rural Poverty: A Mixed Method Longitudinal Study in KwaZulu-Natal, South Africa. Q-Squared in Practice: A Conference on Experiences of Combining Qualitative and Quantitative Methods in Poverty Appraisal (Centre for International Studies, University of Toronto).
- Bardhan, P. & A. Rudra (1986). Labour Mobility and the Boundaries of the Village Moral Economy, in *Journal of Peasant Studies*, Vol. 13, No. 3, April, pp. 90-115.
- Barrett, C. B., M. Bezuneh, D. C. Clay & T. Reardon (2001). *Heterogeneous Constraints, Incentives and Income Diversification Strategies in Rural Africa*. Department of Applied Economics and Management Working Paper, WP 2001-25 (Ithaca, Cornell University).
- Boughton, D., D. Tschirley, B. Zulu, A. Osorio Ofico & H. Marrule. (2003). Cotton Sector Policies and Performance in Sub-Saharan Africa: Lessons behind the-Numbers in Mozambique and Zambia. Michigan State University, Department of Agricultural Economics, East Lansing, MI. Processed.
- Castel-Branco C.N. (1983). Trabalho Assalariado e Pequena Produção Mercantil na Estratégia de Socialização do Campo. Dissertação, Centro de Estudos Africanos, UEM: Maputo.
- Commission for Africa (2005). Our Common Interest: *Report of the Commission for Africa*, Commission for Africa: London.
- Cramer, C. (2006). *Civil War is Not a Stupid Thing: Accounting for Violence in Developing Countries*, London: Hurst.
- Cramer, C., C. Oya & J. Sender (2008). Lifting the Blinkers: A New View of Power and Poverty in Mozambican Rural Labour Markets, *Journal of Modern African Studies*, Vol. 46, No. 3.
- Damiani, O. (2003). Effects on Employment, Wages, and Labor Standards of Non-Traditional Export Crops in Northeast Brazil, *Latin American Research Review*, Vol. 38, (1): 83-112.
- Datt, Gaurav, (1996). *Bargaining Power, Wages and Employment: An Analysis of Agricultural Labour Markets in India*, Sage, New Delhi, 1996.
- Elbers, C., P. Lanjouw, J. Mistaien, B. Ozler & K. Simler (2003). 'Are Neighbours Equal? Estimating Local Inequality in Three Developing Countries', World Institute for Development Economics Research, Discussion Paper 2003/52 (Helsinki: United Nations University/WIDER).
- FAO-ILO-IUF, (2005). *Agricultural Workers and their Contribution to Sustainable Agriculture and Rural Development*, Rome: FAO-ILO-IUF.
- Gabre-Madhin E. Z. & S. Haggblade (2004). Successes in African Agriculture 'Successes in African Agriculture: Results of an Expert Survey, *World Development*, Vol. 32 (5): 745-766.
- Ghose, A. K. (2004, November 27). The Employment Challenge in India, *Economic and Political Weekly*, 5107-5116.
- Godfrey, M. (2003). Youth Employment Policy in Developing and Transition Countries – Prevention as well as Cure, Social Protection Discussion Paper No.0320, Washington: World Bank.
- Hatlebakk, M. (2004). Attached Labor in Nepal: A Field-Study of Landlord-Labor Relations that are Misrepresented in the Nepal-LSMS data, Paper presented at the 75-years of

- Development Research conference at Cornell University, May 2004, Processed <http://www.arts.cornell.edu/econ/75devconf/papers/hattlebak.doc>
- Humphrey, J., N. McCulloch & M. Ota (2004). The Impact of European Market Changes on Employment in the Kenyan Horticulture Sector. *Journal of International Development*, Vol. 16: 63-80.
- ILO (2003). Decent Work in Agriculture, *ILO-Bureau for Workers' Activities, Background*
- Lund, F. (2004, 22 July) Livelihoods (Un)employment and Social Safety Nets: Reflections from Recent Studies in KwaZulu-Natal, <http://www.sarpn.org.za/documents/d0000925/index.php> (Pretoria, Southern African Regional Poverty Network).
- Massingarella C., V. Nhate & C. Oya (2005). *Mercados rurais de emprego em Moçambique: Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambézia*, Discussion Paper n. 31P, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas, Ministério de Planificação e Desenvolvimento, República de Moçambique.
- Mwamadzimo, M. (2003). *Assessing the Decent Work Deficit in African Agriculture: Priority Issues*, International Labour Organisation, Sub-Regional Office for Southern Africa, Discussion Paper 21. Geneva: ILO.
- New Partnership for Africa's Development (NEPAD) (2003). *Comprehensive Africa Agriculture Development Programme*, Midrand, South Africa: NEPAD.
- Newman C. & L. Jarvis (2000). Worker and Firm Determinants of Piece Rate Variation in Agricultural Labor Market. *Economic Development and Cultural Change*
- O'Laughlin B. (2002). Proletarianisation, agency and changing rural livelihoods: forced labour and resistance in colonial Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, Sep 2002, Vol.28, No. 3, pp.511-530.
- Ortiz, S. (1999). *Harvesting Coffee, Bargaining Wages, Rural Labour Markets in Colombia, 1975-1990*, Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Paper International Workers' Symposium on Decent Work in Agriculture*. Geneva: ILO. Instituto Nacional de Estatística (INE), (2003). Inquérito aos Agregados Familiares sobre o Orçamento Familiar: Quadros Definitivos. Maputo: INE.
- Peters, P. E. (2004). *Rural income and poverty in a time of radical change in Malawi*. Paper presented at the BASIS CRSP Policy Conference "Combating Persistent Poverty in Africa. (2005). Agrarian Capital, Wage-Workers and Space. Washington, D.C.: Mimeo, Department of Geography, University of Sussex. November 15-16, 2004 Rogaly Ben
- Rubin, D. K. & J. M. Perloff (1993). Who Works for Piece Rates and Why. *American Journal of Agricultural Economics*, Vol. 75 (4): 1036-1043.
- Sender J., C. Cramer & C. Oya, (2005). Unequal Prospects: Disparities in the Quantity and Quality of Labour Supply in sub-Saharan Africa. *Social Protection Discussion Paper* n. 0525, World Bank.
- Sender, J., (2003). Rural Poverty and Gender: Analytical Frameworks and Policy Proposals, in H-J Chang ed, *Rethinking Development Economics*, 401-420, London: Anthem.
- Sender, J., C. Oya & C. Cramer (2006). Women Working for Wages: Putting Flesh on the Bones of a Rural Labour Market Survey in Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 32 (2).
- Simler K., S. Mukherjee, G. Dava & G. Datt (2004). *Rebuilding after War: Micro-level Determinants of Poverty Reduction in Mozambique*, Research Report 132. Washington DC: IFPRI

- Tschirley, D. & R. Benfica (2000). *Smallholder Agriculture, Wage Labour, and Rural Poverty Alleviation in Mozambique: What Does the Evidence Tell Us?* Ministry of Agriculture and Rural Development, Directorate of Economics Research Paper Series, 41. Maputo: Republic of Mozambique.
- Wells M., (1996). *Strawberry Fields: Politics, Class, and Work in California Agriculture*, Ithaca, NY: Cornell University Press.

No rescaldo da liberalização: a (re)formalização do trabalho doméstico na cidade de Maputo

Ruth Kélia Castel-Branco

Estamos a 16 de Junho de 2012 – o Dia Internacional dos Trabalhadores Domésticos. A Josina¹ é uma de dezenas de trabalhadoras congregadas na Praça dos Heróis em Maputo, para exigir que o Estado Moçambicano ratifique a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre o trabalho digno para os trabalhadores domésticos. Depois da deposição da coroa de flores, a Josina, um membro do Sindicato Nacional dos Empregados Domésticos (SNED), dirige o grupo na canção: *Meu pai é um jardineiro, minha mãe é uma cozinheira, por isso, sou sindicalista, sou sindicalista, sou sindicalista*. Com raízes sul-africanas, esta canção reflete a dimensão transnacional do movimento pelos direitos dos trabalhadores domésticos – um movimento que surge no contexto da liberalização dos mercados de trabalho, a privatização dos serviços sociais básicos e a individualização do trabalho de cuidado.

Em Moçambique, o trabalho doméstico é hoje a fonte principal de emprego para as mulheres, e constitui a terceira maior ocupação, depois de camponês e pequeno comerciante (INE, 2016). A sua proliferação foi alimentada pela transição à economia do mercado, num contexto de reestruturação económica. Com a privatização de mais de 1200 empresas estatais nos anos noventa – um processo designado pelo Banco Mundial como *o mais bem-sucedido programa de privatização em África* – meio milhão de trabalhadores assalariados, muitos deles mulheres, foram despedidos ou reclassificados (Pitcher, 2002). Sem alternativas de subsistência, os recém-desempregados recorreram ao sector informal, incluindo ao trabalho doméstico.

Entretanto, as privatizações resultaram no encerramento das instituições sociais de cuidado, como as creches públicas, obrigando os agregados familiares e em particular as mulheres, a assumirem um maior cargo reprodutivo, ou seja, uma maior responsabilidade individual pela reprodução da força laboral. Os agregados familiares com os meios financeiros necessários para contratar um trabalhador doméstico, também recorreram ao sector informal como empregadores, de modo a equilibrar o duplo cargo de trabalho produtivo e reprodutivo. Hoje tão importante é a contribuição deste sector à vida económica e social do país, que a Assembleia da República declarou em 2008 que:

1 A fim de proteger as suas identidades, os trabalhadores domésticos serão chamados por pseudónimos.

O trabalho doméstico constitui em Moçambique um sector de capital importância, quer no que diz respeito ao número de postos de trabalho que este sector possui, quer no que se refere às implicações sociais e económicas que dele decorrem. (Boletim da República, 2008: 1)

Enquanto após a independência, o trabalho doméstico era considerado uma relíquia do tempo colonial a ser erradicada em vez de promovida, hoje ele é identificado como uma força motriz do desenvolvimento. A formalização do trabalho doméstico, através do Regulamento do Trabalho Doméstico aprovado pelo Decreto 40/2008, reflete por um lado uma tentativa de legitimação pelo Estado, num contexto de elevados níveis de desemprego, pobreza e desigualdade e, por outro, um maior interesse por parte do movimento sindical moçambicano pelos direitos dos trabalhadores informais no geral, e dos trabalhadores domésticos em particular. Com base em entrevistas semiestruturadas com trabalhadores domésticos e representantes sindicais na cidade de Maputo, este capítulo analisa até que ponto esta tentativa de formalização pode transformar as relações laborais neste sector, fortalecendo um movimento sindical fragilizado no processo. A primeira secção apresenta uma visão geral dos debates académicos sobre o potencial transformador da formalização no sector do trabalho doméstico, enquanto a segunda secção examina a história da regulamentação deste sector em Moçambique. As três próximas secções analisam o *processo* de formalização, os *termos* de regulamentação, e os *mecanismos* de implementação em Moçambique.

A formalização: uma solução ao dilema do trabalho doméstico?

A proliferação do trabalho doméstico ao nível mundial apresenta um dilema para académicos feministas e ativistas. Por um lado, o trabalho doméstico facilita a integração das mulheres no mercado de trabalho, atenuando o duplo cargo de trabalho produtivo e reprodutivo para algumas, e criando uma fonte de rendimento na ausência de oportunidades de emprego para outras. Por outro, o trabalho doméstico é caracterizado por baixos salários, condições de trabalho pouco saudáveis e vulnerabilidade ao abuso físico e mental (Chipenembe, 2010). Dado que a maioria dos trabalhadores domésticos são mulheres, este sector reflete e reproduz as dinâmicas assimétricas de poder no âmbito da divisão sexual do trabalho. Assente numa relação laboral, o trabalho doméstico é uma profissão como qualquer outra. Mas visto frequentemente como uma extensão das funções reprodutivas (e não-remuneradas) da mulher, e realizado no espaço privado e isolado do lar, o trabalho doméstico é geralmente considerado como uma *não-profissão* e os trabalhadores largamente exemptos das proteções laborais e sociais atribuídas a outras profissões.

Em Moçambique por exemplo, a Lei do Trabalho aprovada pelo Decreto 23/2007, prevê um regime especial para o trabalho doméstico. Porém, o Regulamento do

Trabalho Doméstico é comparativamente mais fraco: não define um salário mínimo, prevê jornadas de trabalho mais longas e fins-de-semana mais curtos, estabelece processos disciplinares que favorecem o empregador, e considera os trabalhadores domésticos, por motivos de inscrição no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), como trabalhadores por conta própria, absolvendo os empregadores da responsabilidade de contribuir para o INSS. Como resultado desta diferenciação entre trabalhador e trabalhador doméstico, os trabalhadores domésticos usufruem de menos direitos e proteções laborais e sociais.

A campanha pela ratificação da Convenção 189, liderada por organizações de trabalhadores domésticos afiliadas à Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM-CS) e à Confederação Nacional de Sindicatos Livres e Independentes de Moçambique (CONSILMO), poderá levar a um reforço do Regulamento, melhorar os mecanismos de implementação e reforçar também as próprias estruturas sindicais. A Convenção 189 estabelece direitos básicos como a liberdade de associação, protecção contra todas as formas de abuso, assédio e violência, e condições justas de emprego; dá orientações práticas relativas à jornada de trabalho, remuneração, normas de saúde e segurança laboral, segurança social, trabalho infantil, residência no domicílio de trabalho, trabalhadores migrantes e regulamentação de agências privadas; e propõe mecanismos administrativos de queixa, inspeção e acesso à justiça.

Existe, porém, um debate intenso sobre o potencial transformador da formalização neste sector. Segundo os seus proponentes, a formalização do trabalho doméstico, através de proteções laborais e sociais, redefine-o como um trabalho qualificado, fortalecendo o poder negocial dos trabalhadores, e protegendo-os contra retaliação (Tomei, 2011; Varia, 2011; Albin & Mantouvalou, 2012). Outros são mais cautelosos. Dado que o trabalho doméstico é exercido por trás de portas fechadas, e que os mecanismos de fiscalização são inadequados ao espaço privado; que o trabalho doméstico consiste em tarefas íntimas, o que dá um carácter pessoal à relação de trabalho; e que as condições de trabalho são negociadas individualmente com os empregadores, muitas vezes em contextos onde as relações de poder são profundamente assimétricas, o impacto da formalização é extremamente limitado (Fish, 2006; King, 2007; Du Preez, 2010). Considerando estas limitações, a formalização pode até prejudicar o trabalhador, eliminando uma das suas únicas práticas de poder—a intimidade (Ally, 2010).

Por exemplo, em Moçambique muitos dos trabalhadores entrevistados, conscientes da sua posição precária no mercado de trabalho, recorrem a práticas de poder muitas vezes contraditórias, que incluem num momento a ação coletiva e noutras alturas níveis de acomodação ou *paciência*, de modo a tentar melhorar as suas condições de trabalho sem arriscar a sua segurança de emprego. *Paciência* não é um ato passivo. Pelo contrário, como explica a Josina, requer elevados níveis de autodisciplina:

Arranja um tempo, um dia, quando você vê que o patrão está mais calmo. Senta com ele. “Patrão naquele dia foi isto, isto, isto... mas eu não gostei do que aconteceu.” Se ele tentar-se desculpar, aceita. Se ele tentar subir por cima, já não é bom. Se ele sobe, você abaixa. Você também terá o seu tempo. Se já não consigo trabalhar, vou ter com ele: “Patrão estou a pedir ir para casa, porque não estou em condições para trabalhar. Não quero fazer besteira, porque neste momento posso partir muita loiça, por causa da confusão que tivemos aqui. Não estou em condições de trabalhar. (Entrevista com Josina. 16 de Junho de 2012)

É evidente que o cultivo de intimidade como prática de poder tem um impacto transformador limitado – não altera as relações de poder entre o trabalhador e o empregador, não institucionaliza as vitórias dos trabalhadores e é, frequentemente, manipulada pelos próprios empregadores que também cultivam relações íntimas com os trabalhadores como forma de impor a sua autoridade. Na última instância, são os empregadores e não os trabalhadores que têm o privilégio de recusar a diálogo e com isso, o cultivo de intimidade. No entanto, a compreensão destas práticas de poder na definição do processo, termos e mecanismos de formalização, é essencial. Como a próxima secção irá ilustrar, através de uma análise histórica da regulamentação do trabalho doméstico em Moçambique, a formalização em si não garante uma transformação da conjuntura de poder, nem melhores condições de trabalho.

O trabalho doméstico em Moçambique do período colonial à independência

O movimento transnacional pelos direitos dos trabalhadores domésticos procura fazer com que os trabalhadores *saiam da sombra para a luz*, e que sejam finalmente reconhecidos como trabalhadores com direitos. Porém, a própria história de Moçambique, repleta de regulamentação destinada a controlar e reprimir, mostra que a formalização em si não é suficiente para assegurar o melhoramento das condições de trabalho. Durante o tempo colonial, os trabalhadores domésticos foram rigidamente regulados, mas fracamente protegidos. As relações laborais eram governadas pelo sistema do Indigenato baseado numa construção racista da cidadania política, económica e social. Ao definir o indígena como uma raça inferior, o Estado Português procurou justificar a sua presença colonial como parte de uma missão civilizadora, tornando o trabalho num meio civilizacional, e o trabalho forçado num instrumento colonizador.

A Lei do Trabalho Indígena aprovada em 1899 constituiu um pilar chave do Indigenato. Segundo a Lei, *Todos os indígenas das províncias ultramarinas portuguesas são sujeitos a obrigação, moral e legal, de procurar adquirir pelo trabalho os meios que*

lhes faltem, de subsistir e de melhorar a própria condição social (Boletim da República 1899). Todos os chamados indígenas, entre os 14 e os 60 anos, eram obrigados a trabalhar nas obras públicas e empresas portuguesas sub-capitalizadas, por um valor simbólico. Somente os que possuíam capital, produziam bens para exportação, praticavam uma profissão reconhecida ou podiam provar que eram trabalhadores assalariados, estavam isentos do trabalho forçado ou como era conhecido, o *Chibalo*.

Em 1904, o Distrito de Lourenço Marques editou o Regulamento de Serviços e Trabalhadores Indígenas, que não só regulamentou a execução da Lei do Trabalho Indígena, como criminalizou o desemprego nas cidades. Entre outros aspetos, o Regulamento definia o horário para se recolher, a forma como o chamado indígena se devia vestir, o tempo que podia permanecer na cidade, e os documentos que deviam ser apresentados às autoridades coloniais. O Regulamento obrigava os serviços (trabalhadores domésticos) e trabalhadores indígenas a usarem uma placa à volta do pescoço indicando o emprego e o nome do empregador. Para mudarem de empregador, tinham que comprar uma nova placa. Dado os baixos salários e o custo da placa, esta servia como um constrangimento à mobilidade. Além de um mecanismo de controle da mão de obra em Lourenço Marques, o Regulamento tornou-se, através do pagamento de multas, a principal fonte de financiamento das instituições de repressão locais como a polícia.

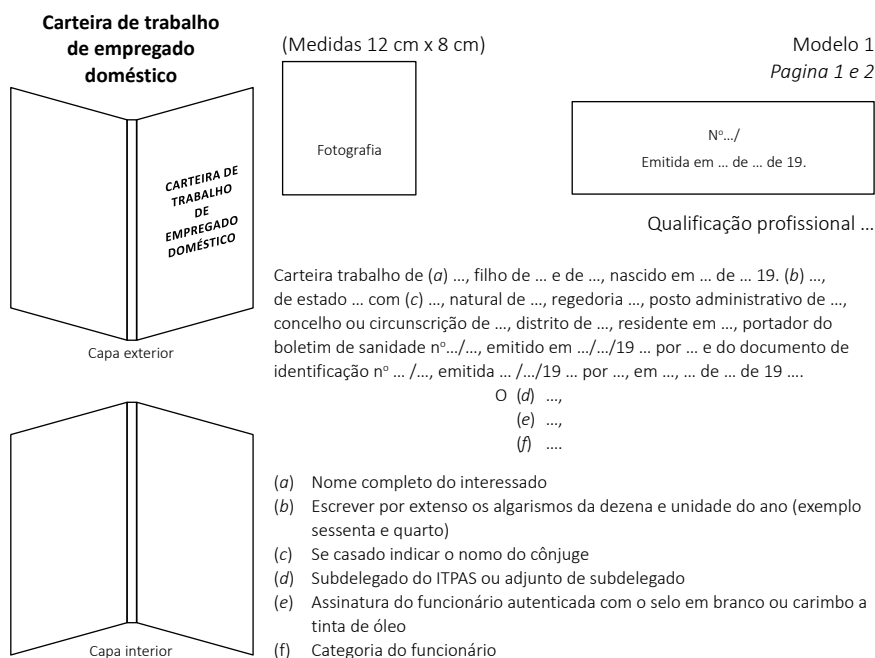
Em 1926, foi aprovado o *Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, que obrigou todos os cidadãos de raça negra a carregarem uma caderneta que especificava a sua história laboral e as suas obrigações fiscais. Em 1928 foi aprovado o *Código do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África*, que apesar de abolir o uso do *Chibalo* por particulares, criminalizou várias infrações laborais. Os trabalhadores domésticos eram particularmente vulneráveis aos castigos corporais, e a mais pequena infração, desde partir uma chávena ou queimar um lençol ao engomar, até acusações como desobediência, dava azo ao castigo com uma palmatória (Penvenne, 1993). Abandono podia resultar no *Chibalo* ou, em casos extremos, na deportação para São Tomé e Príncipe (África Today, 1958).

Com o início da luta armada, o *Chibalo* foi abolido e entrou em vigor o Regulamento dos Empregados Domésticos (1966). Embora Penvenne (1994) sugira que neste período o Estado fazia cumprir a protecção laboral, inspeccionava casas, e multava os empregadores que prevaricavam, os trabalhadores domésticos continuaram a trabalhar jornadas muito longas, e sob elevados níveis de controlo e de abuso. A Secretária-Geral da Associação das Mulheres Empregadas Domésticas (AMUEDO) recorda a dolorosa experiência que ela teve como criança:

Como completei a quarta classe e a minha mãe não tinha maneira de assimilar, fui trabalhar como empregadinha em casa de uns brancos. Eu tinha

um prato de alumínio, e comia a comida que restava nos pratos deles. Eu não tinha chávena, tomava chá numa latinha de jam, na varanda, sentada no tanque. Não tinha um lugar para pôr a minha roupa, as minhas roupas ficavam na varanda e, quando chovia, molhavam. A cozinha servia só para dormir. À noite tinha que estender jornais. Tinha um gada-mbongola, um cobertor que não tem nenhum valor, até muitas das vezes cortavam para limpar o chão. Me tratavam como um remote controle, carregavam um botão. Aquilo era anti-humanidade. (Entrevista com a Secretária-Geral da AMUEDO, 1 de Julho de 2011)

Figura 1: Exempral de uma caderneta de trabalho de empregado doméstico



Fonte: Boletim Oficial de Moçambique (1966)

Após a independência, houve uma informalização – e, durante o período da Operação Produção, a parcial criminalização – do trabalho doméstico, com a exclusão deste sector das estruturas trabalhistas, e do quadro de protecções laborais e sociais. Ao contrário da África do Sul, onde a extensão de protecções laborais aos trabalhadores domésticos foi considerada essencial para corrigir as injustiças do apartheid, em Moçambique o trabalho doméstico era visto como uma relíquia do período colonial, a ser erradicada, ao invés de promovida.

Os termos da (re)formalização do trabalho doméstico

Só em 2004 é que os sindicatos — fragilizados pela dupla transição ao neoliberalismo e multipartidarismo nos anos oitenta e noventa — começaram a explorar a possibilidade de sindicalizar os trabalhadores informais. Com a privatização das empresas estatais e os despedimentos de trabalhadores em massa, o número de membros da Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM) diminuiu de 300.000 em 1983 para 90.000 em 2003 (Webster, Wood et al., 2006). A reestruturação económica não foi a única razão para este declínio. As reformas constitucionais democratizaram o movimento sindical, desvinculando a OTM do Estado e assim enfraquecendo a confederação no preciso momento em que a mesma estava a enfrentar uma crescente pressão dos seus membros para responder às acções das empresas privatizadas. O descontentamento dos membros resultou na divisão do movimento laboral e na criação de uma nova confederação, a CONSILMO.

Apesar de uma reorientação para o sector informal, existia ainda uma reticência no seio do movimento laboral relativa à organização de trabalhadores domésticos, explica a Secretária Geral da AMUEDO:

Quando tivemos seminários regionais, a questão sempre surgiu. “Seria mais fácil se fossem três ou quatro empresas...Mas imagina organizar trabalhadores domésticos em todos esses edifícios em Maputo.” (Entrevista com a Secretária-Geral da AMUEDO. 1 de Julho de 2011)

As preocupações apresentadas não eram apenas pragmáticas. Para poder sindicalizar um sector disperso e íntimo, seria necessário que a OTM mudasse de abordagem, tornando as paragens de *chapas*, os prédios e os parques em pontos de sensibilização e mobilização; desenvolvendo novas tácticas de resistência; e desafiando os discursos históricos sobre a base de acção coletiva e de consciência de classe, que privilegiam espaços públicos onde os trabalhadores estão concentrados, e tendem a marginalizar espaços privados onde os trabalhadores trabalham de forma dispersa.

Eventualmente, a Secretária Geral da AMUEDO, naquela altura líder na OTM, frustrada com a falta de progresso, começou a organizar os trabalhadores domésticos clandestinamente. Em 2006, com o apoio de parceiros fora do movimento sindical moçambicano, ela registou a AMUEDO como associação. Quando a OTM descobriu, ela foi suspensa da confederação e resolveu filiar a AMUEDO à CONSILMO. Como resposta, a OTM criou a Associação de Empregados Domésticos de Moçambique (AEDOMO) e, impulsionada pela AMUEDO, começou a trabalhar na elaboração do Regulamento do Trabalho Doméstico. Apesar de (ou talvez porque), as confederações sindicais fazem parte da Comissão Consultiva do Trabalho — uma instituição tripartida

sob a tutela do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social – a discussão sobre os termos de formalização foi largamente limitada a representantes tripartidos. As organizações dos trabalhadores domésticos foram apenas simbolicamente consultadas na elaboração do Regulamento, recorda a Secretária Geral da AEDOMO:

Após a elaboração do regulamento recebemos um documento do Ministério pedindo o nosso parecer. Reunimos o comité executivo da Associação. O Ministério deu-nos muito pouco tempo para dar o nosso parecer, então não fomos capazes de consultar os nossos membros. Tivemos ajuda de um estudante de direito. Depois disso, fui convidada pela OTM central sindical para participar numa das suas reuniões onde também estavam a analisar a lei. Eu me lembro que tivemos muita discussão. Houve uma série de pontos em que os nossos colegas tiveram de ser recordados de que estavam a lutar no interesse dos trabalhadores domésticos. Eu tinha que lhes dizer “não se esqueçam de que há um trabalhador doméstico aqui entre vocês.” (Entrevista com o Secretário-Geral da AEDOMO, 09 de julho de 2011)

Apesar destas limitações, houve alguns avanços. Hoje, os trabalhadores domésticos têm direito a uma jornada de trabalho de nove horas, uma pausa de 30 minutos para o almoço, um dia de folga por semana, entre 12 e 30 dias de férias por ano, três dias de enfermidade, 60 dias de licença de maternidade, cinco dias em ocasião de casamento ou morte de familiares próximos, registo voluntário no INSS, contrato escrito ou verbal, e compensação por acidentes de trabalho.

Porém, como já aqui foi referido, o Regulamento é comparativamente mais fraco em relação à Lei do Trabalho. Em primeiro lugar, os trabalhadores domésticos não têm o direito a um salário mínimo. Segundo o Conselho de Ministros, um salário mínimo poria em causa a capacidade dos empregadores de garantirem cuidados para os crianças e idosos, ameaçando a sua participação no mercado laboral, e causando despedimentos em grande escala. Num contexto onde o Estado requer a participação de mulheres no mercado laboral, mas onde já não assume parte do cargo do trabalho reprodutivo, o trabalho doméstico mal remunerado surge como solução à crise de trabalho de cuidado.

Para o Sindicato Nacional dos Empregados Domésticos (SINED), a definição de um salário mínimo é a única maneira de melhorar os rendimentos extremamente baixos no sector. Dada a relação desigual entre empregado e empregador e o mercado de trabalho precário, o nível de remuneração está geralmente ao capricho do empregador. Desesperados por um emprego, os trabalhadores domésticos preferem esperar até estabelecerem uma certa confiança, antes de pedirem um aumento. No estudo sobre o trabalho doméstico em Maputo por Chipenembe (2010) mais de um quarto dos

trabalhadores domésticos ganhavam entre Mtn 500 e 800. A maioria destes, residiam em casa do empregador e aceitavam um salário baixo porque precisavam de habitação, tinham poucas alternativas, ou esperavam que, a longo prazo, os salários viessem a melhorar. Metade dos trabalhadores, principalmente os não-residentes, recebiam entre Mtn 1200 e 2000, e um quarto entre Mtn 2500 e 4500. Filomena, uma trabalhadora doméstica residente em casa de um empregador no Alto Maé, explica o raciocínio por trás da não-negociação de salários:

Eu como preciso [de emprego] naquele momento, mesmo se ela for a dizer vamos pagar 2[000] Mts, eu tenho que aceitar. Enquanto estiver ali naquele emprego, se aparecer alguém que quer alguém para trabalhar, e oferecer mais do que aquilo que eu ganho, eu aceito, independentemente das condições. (Entrevista com Filomena, 13 de Junho de 2012)

Neste contexto, o acto de deixar o emprego é uma das poucas práticas de poder disponíveis aos trabalhadores domésticos.

Em segundo lugar, o Regulamento do Trabalho Doméstico estipula uma jornada de trabalho mais longa, menos pausas para refeições, e fins-de-semana mais curtos do que a Lei do Trabalho e do que as leis dos países vizinhos. Segundo o Regulamento, os horários diários dos trabalhadores domésticos não devem exceder 54 horas por semana. Os trabalhadores domésticos têm direito a um descanso de 30 minutos, e um dia de fim de semana (Boletim da República 2008). Na África do Sul, os trabalhadores domésticos não podem trabalhar mais de 45 horas por semana, e têm direito a 36 horas de folga ininterrupta. No Zimbabwe, os trabalhadores têm direito a um intervalo de 30 minutos, um de 15 minutos, e uma pausa para o almoço de uma hora (OIT, 2012). As longas jornadas de trabalho prejudicam a vida pessoal dos trabalhadores, explica Fernanda, uma mãe solteira com três filhos:

Tens que chegar antes de ela acordar, e fazer o matabicho. Mas quando chega a hora de despegar, às 17:00, hora combinada, ela não queria deixar-te ir para casa. De manhã, usa o relógio, se você atrasa; quando toca a sair do trabalho, usa o sol. A que hora vais chegar em casa? Ainda fazer os teus trabalhos de casa. E assim as crianças começam a viver de qualquer maneira, parece que não têm educador, porque a mamã não mora em casa, vive na rua, só dorme em casa. (Entrevista com Fernanda, 8 de Novembro de 2011)

Muitos trabalhadores que não vivem em casa do empregador, além de terem um horário pesado, gastam muito tempo em transporte. A expansão urbana, o aumento

dos congestionamentos e um sistema de transporte público inadequado transformam a viagem ao serviço numa batalha quotidiana. Como a maioria dos trabalhadores domésticos, Josina deve chegar antes de o seu empregador sair para o serviço. Com medo de chegar tarde, apanha um chapa na direção oposta, e depois volta em sentido contrário, em direção à cidade. Acaba por pagar o dobro, mas, se esperasse por um chapa direto, nunca conseguiria arranjar um lugar. Os empregadores, pondera ela, preferem ignorar a crise de transporte:

Antigamente, quando o trânsito ainda era razoável, eu era pontual. Ultimamente, com os problemas que enfrentamos com os transportes, já é muito difícil e há muito barulho. Não é porque a gente não quer, a gente não consegue. A verdade é que eles sabem muito bem que temos problemas de transporte. São coisas que dão na nossa televisão dia após dia. Ou talvez não sabem porque eles gostam de assistir a televisão deles de lá de fora. (Entrevista com Josina, 16 de Junho de 2012)

Em terceiro lugar, o Regulamento do Trabalho Doméstico não estabelece normas de saúde e segurança no trabalho, o que torna uma inspeção das condições de trabalho impossível:

Quando faz uma inspeção de uma fábrica, vai a um lugar onde há um grande número de trabalhadores. Você quer garantir que as normas de segurança ocupacional estão a ser seguidas. Mas com o trabalho doméstico, normalmente só há um ou dois trabalhadores num local de trabalho. Cada empregador é diferente do outro. Os trabalhadores trabalham num espaço privado e não existem normas. (Entrevista com o Inspector do Trabalho da Secção de Maputo, 1 de Fevereiro de 2012)

Além de equipamento de segurança, como máscaras e luvas, a Josina acha que os trabalhadores domésticos devem receber as ferramentas adequadas para executar as tarefas necessárias. Por exemplo, o seu empregador gosta que ela lave a roupa à mão. O apartamento tem um tanque de lavar roupa, mas o tanque tem uma fuga de água. Apesar de inúmeras solicitações, o seu empregador não o reparou, e então Josina é obrigada a lavar a roupa em bacias de plástico. Horas agachada, com a água fria a molhar-lhe os pés, vieram agravar um problema do útero que ela já tinha antes. O regulamento estipula que os empregadores compensem os trabalhadores domésticos em caso de doenças ocupacionais. No entanto, isto depende, em última análise, da disposição do empregador.

Em quarto lugar, os contratos escritos são opcionais e, ao contrário da Lei do Trabalho (2007), o ónus da prova cabe ao trabalhador e não ao empregador. Sem um

contrato escrito, é difícil para os trabalhadores domésticos defenderem a sua posição. Depois de quase 16 anos a trabalhar para a mesma família, Maria foi despedida sem justa causa. Quando o caso chegou à Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral (COMAL), sem contrato escrito, a Maria teve que aceitar um compromisso. No entanto ela diz que, no futuro, não irá exigir um contrato por escrito, pois sente-se intimidada pela linguagem legalista e não acha que um contrato escrito irá protegê-la (Entrevista com Maria, 18 de Novembro de 2011).

Além disso, os trabalhadores domésticos não têm direito a indemnização se forem demitidos sem justa causa, apenas se se demitirem com justa causa. Segundo o regulamento, os trabalhadores domésticos só podem rescindir o contrato se o empregador os obrigar a realizar actos ilegais; se forem violados os seus direitos, tal como definidos pela regulamentação; se forem vítimas de abusos; ou se o seu empregador mudar de casa. Se um trabalhador doméstico rescindir o contrato sem a devida notificação ou justa causa, está sujeito a pagar uma multa ao empregador. Num contexto em que o processo disciplinar favorece quase sempre o empregador; em que a legislação é, no mínimo, considerada irrelevante ou não é aplicada; e em que a possibilidade de abandonar um emprego é uma importante prática de poder, a recusa em assinar um contrato é um meio de manter algum nível de autonomia relativamente ao seu próprio trabalho.

Existe, também, uma discrepância entre o regulamento e as realidades do trabalho doméstico remunerado. Por exemplo, o regulamento estipula uma pausa de 30 minutos para uma refeição. Na prática, as expectativas dos empregadores e a natureza do trabalho impedem-nos de usufruir de um período de descanso:

O meu patrão já me disse que eu tinha direito de 30 minutos para descansar, mas não é possível, porque o trabalho é intenso, o trabalho é muito. Não chego a ter aquele tempo para descansar. Quando dá, eu fico uns minutinhos numa esquina, porque às vezes me sinto um pouco tonta quando estou muito tempo em pé. Mas se o patrão diz que está a te precisar para fazer alguma coisa, tens que deixar. (Entrevista com Josina, 16 de Junho de 2012)

Tirar férias anuais também é difícil. O principal obstáculo é que muitos empregadores esperam que os trabalhadores domésticos arranjam um substituto. Isto significa que os trabalhadores não só perdem os salários como se arriscam também a perder definitivamente o emprego. Os trabalhadores domésticos preferem, por conseguinte, não tirar férias. Filomena explica:

Se eu quero sair de férias tenho que arranjar outra pessoa, pôr no meu lugar, eu vou, quando volto a pessoa tem que sair, eu vou ceder o meu

espaço. Agora se for eu a sair, meus patrões arranjarão alguém, é difícil tirar aquela pessoa e eu fico a perder o meu emprego. (Entrevista com Filomena, 13 de Junho de 2012)

Finalmente, o Regulamento paradoxalmente, considera os trabalhadores domésticos por motivos de registo no INSS, como trabalhadores por conta própria. Em Moçambique, a taxa global de contribuição para os contribuintes do INSS é equivalente a 3% do salário para os trabalhadores e 4% para os empregadores (Decreto 4/90 e 5/90). Em contrapartida, os contribuintes têm direito ao subsídio por internamento hospitalar, o subsídio por morte, o subsídio de maternidade, o subsídio de funeral, o subsídio por doença, a pensão de velhice, a pensão por invalidez, e a pensão de sobrevivência. A definição dos trabalhadores domésticos como trabalhadores por conta própria é um paradoxo dado que o trabalho doméstico claramente se insere na definição de *trabalhador* estabelecida pela Lei do Trabalho, e claramente não se insere na definição de *trabalhador por conta própria*. Ao definir o trabalhador doméstico como trabalhador por conta própria, o Regulamento absolve os empregadores da responsabilidade de contribuir para o INSS, obrigando os trabalhadores a contribuírem os 7%.

Até 2015, um trabalhador por conta própria não podia inscrever-se no INSS. Só em 2015, é que o sistema de segurança social obrigatória foi alargado aos trabalhadores domésticos. Apesar de divulgação através dos meios de comunicação e organizações laborais, o número de trabalhadores domésticos inscritos no INSS continua muito aquém do horizonte total de trabalhadores. Os obstáculos incluem a falta de conhecimento sobre os benefícios de inscrição e uma falta de confiança no INSS, processos onerosos de inscrição e pagamento das contribuições, e o facto de muitos trabalhadores domésticos não terem capacidade contributiva. O INSS estabelece uma contribuição mínima de 230,86 MT por mês, que corresponde a 7% do salário mínimo mais baixo para o sector de agricultura, pecuária, caça e silvicultura. Excluídos do salário mínimo muitos trabalhadores domésticos não conseguem pagar a contribuição mínima.

Como realça esta secção, a formalização em si não garante uma transformação da conjuntura de poder, nem melhores condições de trabalho no sector. Os termos de formalização e os mecanismos de implementação são chave. Inspirado pela Regulamento colonial, os direitos e os deveres do empregador, assim como os deveres dos trabalhadores domésticos, mudaram pouco desde 1966 quando ele foi aprovado (Tabela 1). A falta de participação direta de trabalhadores domésticos na elaboração do Regulamento, pode ser um dos motivos pelo qual ele é comparativamente mais fraco em relação a Lei do Trabalho. Apesar da participação das centrais sindicais, a contribuição dos trabalhadores domésticos limitou-se a três sessões de aprovação, depois de ter sido redigido um anteprojeto da legislação. A próxima secção olha para os mecanismos de implementação do Regulamento.

Tabela 1: Comparação entre o Regulamento dos Empregados Domésticos de 1966 e o Regulamento de Trabalho Doméstico de 2008

Regulamento dos Empregados Domésticos (1966)	Regulamento de Trabalho Doméstico (2008)
<p>Art.º 24. São direitos dos patrões</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Exigir do empregado a prestação do trabalho que tiver sido ajustado; b) Dirigir e fiscalizar o modo como o serviço é prestado; c) Determinar as medidas de higiene e de prevenção de acidentes de trabalho e de doenças profissionais; d) Manter a disciplina. 	<p>Art.º 12. São direitos do empregador:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Exigir do empregado doméstico a prestação do trabalho que tiver sido acordado; b) Dirigir e fiscalizar o modo como o serviço é prestado; c) Determinar as medidas de higiene e segurança no trabalho e de prevenção de acidentes de trabalho e de doenças profissionais; d) Manter a disciplina.
<p>Art.º 25. São deveres dos patrões:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Pagar pontualmente os salários convencionados, b) Tratar os seus empregados com correção e fornecer-lhes os meios necessários à execução do seu trabalho; c) Facilitar aos empregados assistência médica por acidentes de trabalho ou doenças profissionais e satisfazer as respetivas indemnizações; d) Zelar pela elevação do nível cultural e profissional do empregado. 	<p>Art.º 13. São deveres do empregador:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Pagar pontualmente a remuneração convencionada; b) Tratar o empregado doméstico com correção e fornecer-lhe os meios necessários à execução do seu trabalho; c) Prestar ao empregado doméstico assistência médica por acidentes de trabalho ou doenças profissionais e satisfazer as respetivas indemnizações.
<p>Art.º 27 São deveres dos empregados.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Cumprir com diligência e honestidade o trabalho ajustado; b) Prestar obediência e respeito ao patrão, às pessoas de sua família e às que vivam ou estejam transitoriamente no seu lar; c) Observar as medidas de higiene estabelecidas pelas entidades competentes; d) Proceder lealmente com o patrão e manter boas relações com os outros empregados, se os houver, de modo a não prejudicar o serviço de cada um e a tranquilidade da vida doméstica; e) Zelar pelos interesses do patrão. 	<p>Art.º 11. Deveres dos empregados:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Comparecer ao serviço com pontualidade e assiduidade; b) Cumprir com diligência e honestidade o trabalho acordado; c) Prestar obediência e respeito ao empregador, às pessoas de sua família e às que vivam ou estejam transitoriamente no seu lar; d) Observar as medidas de higiene e segurança estabelecidas pelo empregador e pelas entidades competentes; e) Proceder lealmente com o empregador e manter boas relações com os outros empregados domésticos, se os houver, de modo a não prejudicar o serviço de cada um e a tranquilidade da vida doméstica; e) Zelar pelos interesses do empregador.

Fonte: Boletim Oficial de Moçambique (1966); Boletim da República (2008)

Os mecanismos de implementação da formalização

Existe um quadro incipiente de regulamentação, protecção e organização, constituído pela Inspeção do Trabalho, a Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral (COMAL), e o Tribunal de Trabalho. Segundo o Regulamento do Trabalho Doméstico a fiscalização do regulamento é da responsabilidade da Inspeção Geral do Trabalho e, nos locais onde esta não esteja representada, das autoridades administrativas locais. A intervenção da Inspeção Geral do Trabalho e das autoridades administrativas locais depende da apresentação de queixa, verbal ou escrita, por parte do trabalhador doméstico. O direito de apresentar uma queixa caduca no prazo de 6 meses, contados a partir da data de rescisão do contrato de trabalho doméstico.

Na prática, a Inspeção Geral do Trabalho já não trata de muitos casos de trabalhadores domésticos. A Inspeção não tem o mandato, competências ou capacidade para inspecionar as dezenas de milhares de casas particulares que empregam trabalhadores domésticos (Entrevista com o Inspector do Trabalho, Secção de Maputo, 1 de Fevereiro de 2012). A ausência de normas em relação ao salário, tarefas, e ambiente de trabalho torna o trabalho de inspeção ainda mais difícil. Como resultado, a Inspeção Geral só convocava mediações se o trabalhador apresentar uma queixa. (Entrevista com o Inspector do Trabalho, Secção de Maputo, 1 de Fevereiro de 2012). Representantes dos trabalhadores domésticos apoiam esta mudança:

Antigamente costumávamos ir à Inspeção, mas quando o inspector visitava a casa, o empregador dizia que não havia nenhum problema. O inspector ia embora e depois o empregador encontrava algum motivo para mandar o trabalhador embora. Às vezes, os trabalhadores domésticos eram agredidos, outras vezes o empregador chamava a polícia e mandava prender o trabalhador. Assim, o sindicato chegou à conclusão que a mediação e conciliação eram um melhor caminho para garantir que os trabalhadores não perdem os seus empregos. (Entrevista com o Secretário do SINED para as Relações Internacionais, 30 de Julho de 2011)

Do ponto de vista das organizações de trabalhadores domésticos, a mediação é mais desejável porque preserva a relação de emprego.

Embora relativamente jovem, a COMAL, concebida segundo o modelo da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da África do Sul (CCMA), tem proporcionado um mecanismo rápido e acessível para resolver conflitos entre trabalhadores e empregadores. Os trabalhadores não têm de pagar nenhuma taxa nem têm de ter representação legal para abrir um processo contra um empregador, e obtém-se frequentemente uma resolução num prazo de 30 dias. O papel da mediação é tentar

chegar a um acordo consensual vinculativo entre as duas partes. A ênfase na mediação, pelo menos em teoria, ajuda a preservar a relação de emprego. Apesar destes avanços na resolução de conflitos laborais, a falta de pessoal na COMAL significa que compete aos trabalhadores domésticos a tarefa de entregar a intimação ao empregador. Dada a desigualdade das relações de poder, é difícil convencer o empregador a levar a sério a intimação. Segundo a Lei, pode requisitar-se a polícia para escoltar os empregadores à COMAL mas a polícia raramente assume este papel (Entrevista com o Mediador da COMAL, Secção de Maputo, 8 de Abril de 2012).

Outro problema é que os mediadores não recebem nenhuma formação sobre o Regulamento do Trabalho Doméstico. Além disso, são eles próprios que têm de comprar exemplares do regulamento, estudá-lo e interpretá-lo o melhor possível (Entrevista com o Mediador da COMAL, Secção de Maputo, 8 de Abril de 2012). A interpretação do Decreto 40/2008 é difícil, dado o carácter por vezes contraditório das cláusulas. Por exemplo, os trabalhadores não têm direito a indemnização se forem demitidos sem justa causa, só se se despedirem com justa causa. A contradição entre o que se encontra no regulamento e o que, com base no conhecimento da Lei do Trabalho (2007), os trabalhadores domésticos sentem como sendo os seus direitos, alimenta o cepticismo entre os trabalhadores relativamente às instituições reguladoras. Se, teoricamente, a mediação pode ajudar a preservar a relação de emprego, na realidade só em casos raros é que os trabalhadores domésticos voltam ao trabalho. Em geral, a mediação serve como maneira de conseguir alguns meses de indemnização.

Se não se chegar a acordo, o mediador da COMAL declara um impasse e os casos são encaminhados para a Secção do Trabalho do Tribunal da Cidade de Maputo. Para um trabalhador doméstico em busca de uma resolução rápida, este não é o desfecho ideal (Entrevista com o Mediador da COMAL, Secção de Maputo, 8 de Abril de 2012). Na verdade, poucos casos chegam a este nível, devido aos elevados custos para apresentar uma reclamação, a grande acumulação de casos em atraso, a falta de confiança no processo judicial, e a mediação eficaz por parte da COMAL, dos sindicatos de trabalhadores domésticos e dos prestadores de serviços jurídicos. Para marcar uma audiência, o queixoso – geralmente o trabalhador – tem de pagar uma taxa. Os juízes podem dar dispensa do pagamento desta taxa, mas poucos queixosos o sabem. Apesar de não ser necessário ter representação legal, até mesmo os mediadores sindicais sentem que precisam de uma orientação, dado a complexidade do processo judicial (Entrevista com o Secretário para as Relações Internacionais do SINED, 30 de Julho de 2011). As baixas margens de lucro e o processo moroso, porém, levam a que muitos advogados não se mostrem disponíveis para este trabalho. Teoricamente, o Instituto de Patrocínio e Advocacia Jurídica (IPAJ) deveria prestar assistência jurídica, mas os advogados não comparecem muitas vezes às audiências e encontros, explica Ismael, um trabalhador doméstico com pouco mais de 20 anos, que pediu ajuda ao

IPAJ mas no dia da audiência o seu advogado não estava presente. Além dos custos, o próprio processo é oneroso. Com 15.000 casos acumulados em atraso, é improvável que o processo de uma pessoa chegue a ser examinado (Entrevista com o Secretário para os Assuntos Laborais e Jurídicos da CONSILMO, 1 de Fevereiro de 2012).

Desafios para as Organizações de Trabalhadores Domésticos

Existem três organizações de trabalhadores domésticos em Maputo: a Associação Moçambicana de Empregados Domésticos (AMUEDO) filiada à CONSILMO, sediada em Maputo e com 7.990 membros; o Sindicato Nacional de Empregados Domésticos (SNED) filiado à OTM-CS, sediado em Maputo e com 2.038 membros; e o Sindicato de Empregados Domésticos de Moçambique (SEDOM) também filiado à OTM-CS com 800 membros. As organizações de trabalhadores têm desempenhado um papel fundamental na aplicação do Regulamento do Trabalho Doméstico. Através de formação, sensibilização e mobilização, têm dado mais visibilidade a este sector, têm-se organizado politicamente a volta de reivindicações importantes e têm tentado mudar a perceção que os empregadores têm dos trabalhadores domésticos. Sem as organizações de trabalhadores domésticos, pouco se conheceria sobre o Regulamento do Trabalho Domésticos:

O MITRAB não fez nenhuma disseminação do regulamento. Receberam dinheiro da OIT, mas não fizeram nada para nos ajudar. Nem nos deram as 100 cópias do regulamento que nos prometeram. (Entrevista com a Secretária-Geral da AMUEDO, 1 de Julho de 2011)

As organizações de trabalhadores têm divulgado informação sobre o regulamento nas paragens de chapa, parques e esquinas. Esta estratégia, porém, coloca nos próprios trabalhadores o ónus de difundir a informação entre os empregadores. A desigualdade da relação empregador-empregado leva, contudo, a que os empregadores muitas vezes ignorem esta informação, explica a Secretária-Geral da SEDOMO:

Uma trabalhadora entregou o decreto ao patrão. Em contrapartida, o que é que o patrão disse? Disse: “Olha, você, vai dizer a essa pessoa que te entregou isto aqui, que isto aqui está ultrapassado. Existe uma nova lei que regula o trabalho doméstico, mas não é isto.” E aí já é acompanhado de palavrões: “Não é esta merda que esta pessoa te entregou. Vai dizer a essa pessoa para te entregar a lei que está em vigor.” Quando cheguei à esquina, as senhoras estavam furiosas. Achavam que eu fui dar a elas um documento que estava fora do prazo e que eu só estava lá para mafiar a elas. (Entrevista com a Secretária-Geral da SEDOMO, 9 de Julho de 2011)

As organizações de trabalhadores também prestam serviços de mediação. Os membros em pleno gozo dos seus direitos podem obter gratuitamente os serviços de mediação do sindicato; os não membros pagam uma taxa equivalente a 15% da compensação estipulada pelo tribunal. A mediação constitui um ponto de entrada para recrutamento de membros. Num contexto em que os trabalhadores domésticos se mostram cépticos relativamente ao Regulamento de Trabalho Doméstico e às organizações que dizem representá-los, os resultados imediatos das mediações servem como maneira de mostrar que as organizações de trabalhadores são instituições legítimas e eficazes, e que vale a pena tornar-se membro delas. O enfoque das três organizações de Maputo é na conciliação e não no confronto:

Ninguém ganha se uma trabalhadora é demitida. Então tentamos ajudar os trabalhadores a desenvolverem formas de acalmar a situação através de comunicar diretamente com empregadores. Se o caso chega a mediação, falamos com uma voz calma, baixinha, tentamos entender o ponto de vista dos empregadores, fazemos lembrar ambas as partes da longa história que tiveram juntos. (Entrevista com o Secretário de Relações Internacionais do SINED, 30 de Julho de 2011)

No entanto, as organizações de trabalhadores enfrentam muitos obstáculos. O medo de represálias por parte dos empregadores, horários de trabalho pesados, e concorrência entre organizações de trabalhadores, têm feito com que os trabalhadores domésticos se mostrem reticentes em aderir a organizações de trabalhadores. À medida que o trabalho doméstico se foi tornando uma área estratégica de crescimento para as organizações sindicais, também se transformou num campo de batalha por autonomia, poder e recursos. Até recentemente, a SEDOMO, a AMUEDO e o SINED não só não comunicavam entre si como também não colaboravam umas com as outras.

Relacionado à este problema é a falta de recursos. Salários baixos, incapacidade de desconto automático de quotas e pouca capacidade de cobrança regular de quotas fazem com que as organizações de trabalhadores tenham dificuldade em obter os recursos para servir adequadamente os seus associados, recrutar novos membros e levar a bom termo os programas das suas campanhas. O desenvolvimento de membros com cargos dentro da estrutura sindical, e uma forte dependência destes para implementar as atividades do sindicato, tem fortalecido o SINED.

Conclusão

Na Praça dos Heróis, a Josina e os outros membros do SNED apresentam uma peça de teatro, que ilustra as suas experiências como trabalhadores domésticos. Rodeados

por câmaras de televisão e repórteres usam o humor para inverter os padrões de dominação. Na primeira história, um trabalhador doméstico pede folga para assistir ao funeral da avó:

- Empregador:* *Toda a hora morreu tua avó, morreu tua mãe, morreu teu tio, e porquê?*
- Trabalhador:* *Tinha falecimento.*
- Empregador:* *Todos os dias você tem falecimento?*
- Trabalhador:* *Eu mandou mensagem ontem.*
- Empregador:* *Vou-te cortar salário, vou-te cortar salário. Toda a hora morreu tua avó, amanhã vai ser sobrinho, outro dia vai ser você mesmo.*

Entre risadas catárticas, desenvolve-se uma segunda peça, desta vez sobre uma trabalhadora que pede à empregadora para trazer a filha doente para o trabalho:

- Trabalhador:* *Senhora, 'tou a pedir.*
- Empregador:* *Você quer falar de questões de bebé? Vai para casa.*
- Trabalhador:* *Sim, mas quando bebé está doente precisa de acompanhar. Senhora, não tenho ninguém para ajudar sustentar a minha filha.*
- Empregador:* *Olha lá, eu já me cansei de ouvir as suas histórias, até onde é que vamos chegar com isto? Vai lá, vai lá, você é que sabe, vai lá. Isto aqui não é creche.*

Olhando para a multidão, Josina sente-se encorajada. Dois empregadores vieram apoiar a acção. Por muito que a protecção laboral seja útil, diz ela, são os trabalhadores domésticos que, em última análise, hão-de transformar este sector historicamente marginalizado e desvalorizado:

Eles não têm problema. Nós é que temos que nos abrir, lutar, fazer entender, ter um diálogo mesmo profundo com eles. Nós é que temos que fazer. (Entrevista com Josina. 16 de Junho de 2012)

O estudo sugere que o Regulamento de Trabalho Doméstico teve até agora pouco impacto nas condições de trabalho. A linguagem ambígua, a falta de divulgação por parte do Estado e a fraca estrutura regulatória, junto com a precariedade do mercado

de trabalho de Maputo e as relações de poder enraizadas entre trabalhadores e empregadores, faz com que os trabalhadores domésticos apresentem níveis elevados de acomodação ou paciência, preferindo esperar que as condições melhorem ou surjam melhores opções, em vez de fazer directamente exigências aos empregadores.

Num contexto em que os trabalhadores domésticos são responsáveis por negociar as condições de trabalho individualmente com os empregadores, as intervenções devem destinar-se a reforçar o poder negocial dos trabalhadores domésticos. Actualmente, o Regulamento de Trabalho Doméstico não estipula um salário mínimo; estabelece jornadas de trabalho mais longas, menos pausas para refeições e fins-de-semana mais curtos que a protecção laboral dos países vizinhos; não inclui normas de saúde ocupacional e segurança; os contratos escritos são opcionais; os processos disciplinares são quase sempre a favor do empregador; e não há protocolo para alargar a protecção social a este sector historicamente marginalizado. A ratificação da Convenção 189 pode fornecer uma base para alterar o Regulamento de Trabalho Doméstico, especificamente no que diz respeito a um salário mínimo, procedimentos disciplinares, papel dos inspectores do trabalho e protocolos de segurança social.

Em segundo lugar, deve reforçar-se a divulgação do Regulamento de Trabalho Doméstico. Dada a assimetria de poder enraizada na relação empregador-empregado, é necessária uma campanha de educação pública com bons meios, destinada tanto a empregadores como a trabalhadores. Além disso, os empregadores têm um papel a desempenhar. Na África do Sul, por exemplo, a lei exige que os empregadores forneçam aos trabalhadores domésticos um resumo oficial da legislação.

Em terceiro lugar, a fiscalização do Regulamento de Trabalho Doméstico deve ser reforçada. Se teoricamente a mediação pode ajudar a preservar a relação de emprego, só em casos raros é que os trabalhadores domésticos regressam ao trabalho. O actual quadro institucional permite antes que os trabalhadores domésticos, na melhor das hipóteses, recebam alguns meses de indemnização. Na África do Sul, os inspectores do trabalho têm o direito de entrar em residências e, embora isso raramente aconteça, têm feito campanhas periódicas visando agregados familiares numa determinada área geográfica.

Em quarto lugar, é necessário que haja incentivos ao cumprimento. No Brasil, por exemplo, os trabalhadores domésticos registados recebem um passe ou *carteira assinada*, que lhes dá direito a todas as regalias sociais. Os empregadores podem deduzir dos seus impostos sobre os rendimentos as contribuições feitas para a segurança social dos trabalhadores. Isto faz parte de um esquema estatal mais amplo para alargar a protecção social aos trabalhadores vulneráveis em geral e melhorar as condições dos trabalhadores domésticos em particular (Tomei, 2011).

Apesar das suas limitações, o Regulamento de Trabalho Doméstico tem galvanizado a organização dos trabalhadores domésticos, criando um foco de

mobilização e advocacia com o potencial de afectar profundamente as condições de trabalho neste sector. As organizações de trabalhadores têm desempenhado um papel decisivo na garantia dos direitos reais dos trabalhadores domésticos, informando-os dos seus direitos, ajudando-os a resolver conflitos laborais, prestando valiosos serviços de mediação e aumentando a visibilidade deste sector historicamente marginalizado. Salários baixos e pouca capacidade de cobrança regular de quotas aos membros, porém, fazem com que as organizações de trabalhadores tenham dificuldade em obter os recursos para servir adequadamente os seus associados, recrutar novos membros e levar a bom termo os programas das suas campanhas.

A actual campanha para a ratificação da Convenção 189 tem o potencial de fortalecer ainda mais a organização, proporcionando um espaço de colaboração entre organizações rivais, uma oportunidade para cultivar aliados não-tradicionais, uma abertura para sensibilizar os doadores, e um espaço para propor intervenções políticas. No entanto, é importante reconhecer as limitações da protecção laboral. O Regulamento do Trabalho Doméstico não resolve as forças estruturais que levam milhares de mulheres e homens ao trabalho doméstico. Para a maioria dos entrevistados, tornar-se trabalhador doméstico não foi uma escolha. Pelo contrário, foi uma resposta à escassez de oportunidades em momentos de crise. Mudanças estruturais na forma como o trabalho doméstico é organizado estão fora do âmbito da protecção laboral. A formalização é um processo lento e contínuo visando diferentes graus de formalidade e os incentivos precisam de ser cuidadosamente negociados e renegociados com empregadores e empregados.

Referências

- Africa Today (1958). Portugal's African "Wards": a First Hand Report on Labor and Education in Mozambique. Londres: Africa Today.
- Albin, E. e V. Mantouvalou (2012). The ILO Convention on Domestic Workers: From the Shadows to the Light. UCL Labour Rights Institute On-Line Working Papers – LRI WP 1/2011: 16.
- Ally, S. (2010). From Servants to Workers: South African Domestic Workers and the Democratic state. Scottsville, University of KwaZulu-Natal Press.
- Boletim da Republica (1899). Lei Do Trabalhador Indígena.
- Boletim da República (2008). Decreto N° 40/2008: Regulamento do Trabalho Doméstico. I Série, Número 48. Maputo: República de Moçambique.
- Boletim Oficial de Moçambique (1904). Regulamento dos Serviçais e Trabalhadores Indígenas.
- Boletim Oficial de Moçambique (1966). "Diploma Legislativo no 2702." **1ª Série**(22): 1179-1187.
- Chipenembe, M. J. M. (2010). Dinâmicas de Género no Mercado de Trabalho Doméstico na Cidade de Maputo. Género e Direitos Humanos em Moçambique. N. Teles and E. J. Brás. Maputo, Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane.

- Du Preez, J., C. Beswick, et al. (2010). "The Employment Relationship in the Domestic Workspace in South Africa: Beyond the Apartheid Legacy." *Social Dynamics*36(2): 395-409.
- Fish, J. N. (2006). "Engendering Democracy: Domestic Labor and Coalition Building in South Africa." *Journal of Southern African Studies*32(1): 107-127.
- Hobden, C. (2010). *Winning Fair Labour Standards for Domestic Workers: Lessons Learned from the Campaign for a Domestic Worker Bill of Rights in New York State. Winning Fair Labour Standards for Domestic Workers*. GURN. Geneva: International Labour Organisation.
- INE (2015). "Relatório Final Do Inquérito ao Orçamento Familiar- IOF 2014/15." Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- King, A. J. (2007). *Domestic Service in post-Apartheid South Africa: Deference and Disdain*. Aldershot, Ashgate.
- OIT (2012). "Guide to Design a Law for Domestic Workers." *Conditions of Work and Employment Programme*. Geneva, Industrial and Employment Relations Department, International Labour Organization.
- Penvenne, J. (1993). *Trabalhadores de Lourenço Marques: Antologia de Artigos*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Penvenne, J. (1994). *African Workers and Colonial Racism: Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- Pitcher, A. (2002). *Transforming Mozambique: the Politics of Privatization, 1975-2000*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tomei, M. (2011). "Decent Work for Domestic Workers: Reflections on Recent Approaches to Tackle Informality." *Canadian Journal of Women & the Law*23: 185-211.
- Varia, N. (2011). "'Sweeping Changes?' A Review of Recent Reforms on Protections for Migrant Domestic Workers in Asia and the Middle East." *Canadian Journal of Women & the Law*23(1): 265-287.

Entrevistas

- Entrevista com a Secretária-Geral da AMUEDO (1 de Julho de 2011). R. Castel-Branco. Maputo, Moçambique.
- Entrevista com a Secretária-Geral da SEDOM (9 de Julho de 2011). R. Castel-Branco. Maputo, Moçambique.
- Entrevista com a Secretária-Geral do SINED (30 de Junho de 2012). R. Castel-Branco. Maputo, Moçambique.
- Entrevista com Fernanda (8 de Novembro de 2011). R. Castel-Branco. Maputo, Moçambique.
- Entrevista com Filomena (13 de Junho de 2012). R. Castel-Branco. Maputo, Moçambique.
- Entrevista com Ismael (14 de Junho de 2012). R. Castel-Branco. Maputo, Moçambique.
- Entrevista com Josina (16 de Junho de 2012). R. Castel-Branco. Maputo, Moçambique.
- Entrevista com Maria (18 de Novembro de 2011). R. Castel-Branco. Maputo, Moçambique.
- Entrevista com o Inspector do Trabalho, Secção de Maputo (1 de Fevereiro de 2012). R. Castel-Branco. Maputo, Moçambique.
- Entrevista com o Mediador da COMAL, Secção de Maputo (8 de Abril de 2012). R. Castel-Branco. Maputo, Moçambique.

Entrevista com o Responsável das Relações Jurídico-Laborais e Sociais da OTM (5 de Julho de 2011). R. Castel-Branco. Maputo, Moçambique.

Entrevista com o Secretário de Relações Internacionais do SINED (30 de Julho de 2011). R. Castel-Branco. Maputo, Moçambique.

Entrevista com o Secretário para os Assuntos Laborais e Jurídicos da CONSILMO (1 de Fevereiro de 2012). R. Castel-Branco. Maputo, Moçambique.

“Restauração da dignidade do nosso povo”: de salários sectoriais a um salário mínimo nacional na África do Sul¹

Ruth Kélia Castel-Branco e Gilad Isaacs

O salário mínimo tem-se tornado um foco de atenção por parte do público em Moçambique, com a queda acentuada do valor real dos salários no contexto de um rápido aumento da inflação.² Ao definir um nível salarial abaixo do qual nenhum trabalhador pode ser pago, o salário mínimo é um instrumento do mercado de trabalho e de protecção social que pode contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade, e estimular a produtividade da mão-de-obra. Como salienta a Organização Internacional do Trabalho (OIT), para ser significativo, um salário mínimo deve “ser fixado a um nível que cubra as necessidades dos trabalhadores e das suas famílias, tendo em conta factores económicos” (ILO, 2015).

No entanto, em Moçambique, um emprego a tempo inteiro dá poucas garantias de que um trabalhador e a sua família sejam capazes de satisfazer mesmo as suas necessidades nutricionais mais básicas. A confederação sindical, a Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM), calcula que o custo do cabaz de bens essenciais para um agregado familiar médio tenha duplicado desde 2014 e corresponda agora a 16 894 MZN por mês (OTM, 2016).³ Como se pode observar na Tabela 1, os salários mínimos sectoriais ficam muito aquém deste nível. No sector da agricultura, pecuária e silvicultura, por exemplo — que representa quase três quartos das actividades económicas das famílias moçambicanas (INE, 2016) —, o salário mínimo equivale a menos de um quarto do valor do cabaz de bens essenciais da OTM. A erosão dos salários mínimos é uma tendência preocupante, com implicações a longo prazo para a saúde pública e para o desenvolvimento social e económico.

1 Este capítulo é uma versão editada e traduzida de dois relatórios de Isaacs (2016) e Castel-Branco (2016a), publicados com a autorização da Iniciativa de Investigação sobre um Salário Mínimo Nacional, do programa de investigação de Estratégia Empresarial e Desenvolvimento Industrial da Escola de Economia e Ciências Empresariais da Universidade de Witwatersrand.

2 Desde 2014, tem havido um aumento fulgurante do custo de produtos de primeira necessidade. Entre 2014 e 2015, os preços aumentaram 43%; entre 2015 e 2016, subiram 46% (INE 2016).

3 O cabaz da OTM inclui arroz, farinha de milho, feijão-manteiga, amendoim, carapau, vegetais e legumes, pão, óleo vegetal, açúcar amarelo, petróleo, detergente, carvão e custos de transporte para o chefe de família. Não inclui custos relacionados com a saúde nem com a educação, água e electricidade, habitação, transporte para outros membros da família, vestuário, lazer, poupança e apoio monetário a outros membros da família. Embora as estatísticas oficiais sejam mais baixas, mesmo o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (Setsan) calcula que um agregado familiar médio precisa de pelo menos 10 500 MZN para satisfazer as suas necessidades nutricionais mais básicas (Setsan, 2016).

Tabela 1: Salários mínimos sectoriais em Moçambique (2017)

Sector	Salário mínimo em 2016 (MZN)	Salário mínimo em 2017 (MZN)	Aumento de 2016 para 2017 (%)	Salário mínimo em 2017 (USD) ⁴	% do cabaz da OTM 2015-16	% do cabaz da OTM 2016-17
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	3.298	3.642	10,4	54,24	29	21
Pesca industrial	3.815	4.615	21,0	68,73	34	27
Kapenta	3.375	3.780	12,0	56,29	30	22
Indústria de extracção de minerais	6.214	6.963	12,1	103,69	55	41
Pedreiras, micro, pequenas e médias empresas	4.907	5.200	6,0	77,44	43	31
Indústria de minerais, salinas	4.476	4.734	5,8	70,50	39	28
Sector industrial	5.200	5.965	14,7	88,83	46	35
Sector de panificação	3.985	4.335	8,8	64,56	35	26
Produção e distribuição de electricidade, gás, água — grandes empresas	6.037	7.386	22,3	109,99	53	44
Pequenas empresas	5.422	6.002	10,7	89,38	48	36
Construção	4.887	5.436	11,2	80,95	43	32
Serviços não financeiros	5.050	5.525	9,4	82,28	44	33
Hotelaria	5.050	5.328	5,5	79,34	44	31
Serviços financeiros	8.750	10.400	18,9	154,88	77	61
Microfinanças	8.400	9.240	10,0	137,60	74	55
Administração pública, segurança	3.278	3.996	21,9	59,51	29	24

Fonte: Cálculo dos autores com base em OTM (2016) e Hanlon (2017)

⁴ Com base na taxa de câmbio de 1 de Abril de 2017, quando os salários mínimos entraram em vigor: 1 USD = 67,15 MZN.

A abordagem sectorial da fixação dos salários mínimos é ainda bastante nova em Moçambique. Entre 1975 e 1987, o Estado fixava os níveis salariais por meio de um processo de planificação centralizada. Com o ajustamento estrutural e a transição para uma economia de mercado, foram introduzidos salários mínimos e os sindicatos passaram a ser considerados parceiros sociais no processo de fixação dos salários.⁵ Este processo continuou, porém, dependente da aprovação pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que, em 1995, por exemplo, se opôs a um aumento do salário mínimo. Em 2000, foi introduzida uma distinção entre trabalhadores agrícolas e não agrícolas, e os salários mínimos para os primeiros diminuíram em termos nominais e reais (Hanlon, 2017). Como no período colonial, a justificação para fixar salários mínimos abaixo do custo da reprodução social era que os trabalhadores agrícolas podiam complementar o seu rendimento com a sua própria produção agrícola. Em 2008, os salários mínimos foram ainda mais desagregados por sector, o que acabou por resultar nas 16 categorias salariais que Moçambique hoje tem.

Os proponentes de uma abordagem sectorial de fixação de salários argumentam que esta pode responder eficazmente às variações entre ocupações, recompensando com salários mais altos os trabalhadores de sectores com alta produtividade e mantendo salários baixos em sectores com baixa produtividade. Esta lógica não tem em conta, porém, as limitações conceptuais e práticas da abordagem sectorial. Em primeiro lugar, a produtividade está em grande medida fora do controlo individual dos trabalhadores e reflecte antes a forma como a produção está organizada. Um trabalhador não qualificado no sector dos serviços financeiros, por exemplo, pode ser mais produtivo, devido à inovação tecnológica, do que um trabalhador equivalente no sector agrícola. Penalizar trabalhadores empregados em sectores com baixa produtividade não somente é injusto como pouco faz para incentivar níveis de produtividade mais elevados. Em segundo lugar, os salários sectoriais normalmente têm em conta um conjunto limitado de factores, ignorando a estrutura da acumulação e o efeito agregado dos salários na produtividade, no crescimento e no emprego. Em terceiro lugar, num sistema sectorial, muitos trabalhadores assalariados acabam por não ser abrangidos pela protecção do salário mínimo, sobretudo num contexto de casualização do trabalho assalariado formal e enfraquecimento do poder negocial dos sindicatos. Em quarto lugar, os salários sectoriais tendem a perpetuar a desigualdade salarial, o que pode aumentar a desigualdade ao nível nacional, mesmo em países com altos níveis de desemprego, subemprego e emprego informal. Em Moçambique, como em grande parte dos países do continente africano, existe uma diferença salarial cada vez maior entre as ocupações ligadas aos sectores financeiros e extractivos e os sectores agrícolas e

5 Em Moçambique, os salários mínimos são negociados através de um processo tripartido que envolve: representantes dos trabalhadores, nomeadamente a OTM e a Confederação de Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique (Consilmo); representantes dos empregadores, como a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA); e representantes do Estado, sob a direcção do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (Mitecs).

industriais. Por último, a complexidade de um sistema sectorial de fixação dos salários pode constituir um desafio para fazer cumprir a lei, em particular quando os recursos para a administração dos serviços de inspecção são escassos.

Reconhecendo as limitações do sistema sectorial de fixação de salários, o Governo sul-africano iniciou em 2014 um processo de introdução de um salário mínimo nacional.⁶ Este estabelece um mínimo salarial único para todos os trabalhadores, que complementa, e não substitui, as negociações colectivas. Sendo um salário mínimo nacional em vez de sectorial, pode servir objectivos políticos mais amplos, como a redução da pobreza e da desigualdade, tendo ao mesmo tempo em conta factores macroeconómicos. A introdução de um salário mínimo nacional na África do Sul faz parte de um processo mais amplo de diálogo nacional entre os representantes do empresariado, da comunidade, do Governo e dos trabalhadores, com vista a combater salários baixos e desigualdades salariais, e a promover instituições laborais mais eficientes, num contexto de greves prolongadas e violentas. No início de Fevereiro de 2017, o vice-presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, anunciou um acordo para introduzir um salário mínimo nacional de 20 ZAR por hora ou 3500 ZAR por mês, para semanas de 40 horas (ou 3900 ZAR para semanas de 45 horas). Como Ramaphosa (2017) observou, embora este salário não assegure a sobrevivência, tem o potencial de reduzir a pobreza e a desigualdade:

[Os acordos] dão um maior impulso ao nosso esforço nacional de combate à pobreza, ao desemprego e também à desigualdade. Os acordos respondem à injunção constitucional que temos de restauração da dignidade do nosso povo. E creio que, através destes acordos, estabelecemos uma base firme para a concretização de um salário condigno, um princípio agora adoptado no NEDLAC... É um começo.

A introdução de um salário mínimo nacional na África do Sul foi intensamente contestada durante mais de dois anos, e as pesquisas realizadas por diferentes conjunturas académicas foram utilizadas para justificar ou para se opor a esta iniciativa. O nível do salário mínimo nacional e os mecanismos da sua implementação foram questões cruciais no processo de negociação. Infelizmente, houve pouca mobilização de trabalhadores, e os termos da negociação dependeram largamente de pesquisa

6 A África do Sul, tal como Moçambique, tinha um sistema de fixação de salários sectorial e não nacional, com salários mínimos fixados quer através de acordos colectivos negociados ao nível da empresa ou do conselho de concertação social, quer através de determinações sectoriais publicadas pelo Ministro do Trabalho mediante recomendação da Comissão para as Condições de Emprego (ECC). Com 124 determinações sectoriais, a África do Sul é o país com maior número de salários mínimos de África, o que constitui um desafio para o cumprimento e a aplicação da lei, sobretudo quando são escassos os recursos para a administração laboral. Muitos trabalhadores não são cobertos pelas protecções laborais, calculando-se que haja 2,35 milhões de trabalhadores com salários baixos que não estejam cobertos pelo salário mínimo (DPRU 2016).

7 Conselho Nacional de Desenvolvimento Económico e do Trabalho, composto por representantes de trabalhadores, empregadores, a sociedade civil e o Estado, e responsável pela negociação de legislação trabalhista na África do Sul.

especializada — que foi apresentada ao público, imprensa, líderes trabalhistas e comunitários, e fazedores de políticas — para justificar as propostas. A falta de mobilização dos trabalhadores não é um modelo a reproduzir, mas o processo destaca o papel que a pesquisa orientada para as políticas pode desempenhar na elaboração de políticas progressistas. O caso sul-africano é particular na forma em que tal pesquisa influenciou o resultado final.

Com base na pesquisa realizada pela Iniciativa de Investigação sobre Um Salário Mínimo Nacional (NMWRI) da Universidade de Witwatersrand — o grupo de investigação principal que apoiou a introdução de um salário mínimo nacional na África do Sul —, este artigo apresenta algumas das questões-chave levantadas durante os debates. A primeira secção contextualiza os salários mínimos numa perspectiva do mercado de trabalho sul-africano e do actual sistema sectorial. A segunda secção dá uma panorâmica das evidências relativas às potenciais consequências de um salário mínimo nacional para o emprego, a pobreza e a desigualdade. A terceira secção analisa os parâmetros de referência para definir e ajustar o nível do salário mínimo nacional, incluindo: o custo dos produtos de primeira necessidade, como o limiar de pobreza para os trabalhadores pobres; os indicadores do mercado de trabalho, como o salário médio; e os indicadores da negociação colectiva. A quarta secção explora o processo de transição de um sistema sectorial de fixação de salários para um salário mínimo nacional, dando atenção especial ao papel dos escalões, exclusões e isenções. A secção final conclui com os aspectos relacionados com a aplicação de um salário mínimo nacional.

Apesar das reivindicações de entidades empresariais e decisores políticos conservadores de que os salários mínimos levam a perdas de empregos e a deterioração económica — reivindicações feitas a nível mundial sempre que o salário mínimo aumenta ou são propostas mudanças progressistas ao salário mínimo —, a evidência apoia a introdução de um salário mínimo nacional. No contexto sul-africano, um salário mínimo nacional poderá reduzir a pobreza e a desigualdade se for fixado a um nível suficiente para satisfazer as necessidades básicas dos trabalhadores e dos seus familiares, e concebido para que o crescimento salarial na base ultrapasse o crescimento salarial no topo. Os salários mínimos não aumentam necessariamente o emprego, nem é isso que se pretende — para isso, são necessárias outras políticas —, mas um salário mínimo nacional pode ser instituído sem que isso tenha efeitos de desemprego significativos, e com eventuais resultados positivos ao nível macroeconómico. Embora os mercados de trabalho moçambicanos e sul-africanos e as instituições que os sustentam sejam de natureza diferente, espera-se que as questões levantadas através deste estudo de caso possam contribuir para um debate mais amplo sobre o salário mínimo entre investigadores, sindicalistas e decisores políticos em Moçambique.

O contexto do mercado de trabalho para um salário mínimo nacional na África do Sul

A África do Sul tem o mais alto nível de desigualdade no mundo. A desigualdade salarial, que tem raízes na estrutura salarial do *apartheid*, é a principal causa da desigualdade dos agregados familiares (Leibbrandt *et al.*, 2012). Isto acontece porque os salários são, em conjunto, a mais importante fonte de rendimento do agregado familiar na África do Sul (embora os agregados familiares mais pobres dependam também muito de apoios sociais do Governo). Se bem que os salários médios reais tenham aumentado desde o fim do *apartheid*, os salários do topo da distribuição aumentaram mais depressa do que os da base, ampliando a diferença entre os trabalhadores mais pobres e os mais ricos. Hoje, os 20% dos assalariados com salários mais elevados levam para casa 60% do total do valor das remunerações, enquanto os 60% de assalariados com os salários mais baixos levam para casa apenas 20% (Finn, 2015).

A pobreza laboral também é terrível. Cinquenta e quatro por cento dos trabalhadores a tempo inteiro — o equivalente a 5,5 milhões de trabalhadores — ganham abaixo da linha da pobreza laboral, que é 4317 ZAR por mês (em Fevereiro de 2016). Isto significa que, mesmo quando complementado por outras formas de rendimento, como apoios sociais, o seu salário é insuficiente para os fazer sair da pobreza, e aos seus dependentes. Dada a herança do *apartheid*, a raça continua a ser um factor importante na distribuição dos salários, sendo os salários médios de trabalhadores brancos quase três vezes maiores do que os dos trabalhadores africanos (Finn, 2015). É também importante analisar as exigências colocadas aos assalariados à medida que o desemprego aumenta. O tamanho médio do agregado familiar na África do Sul é de 3,3, mas isto não dá conta do número médio de pessoas dependentes de cada assalariado, incluindo co-residentes não assalariados e os que não são residentes mas recebem remessas de dinheiro. Os trabalhadores pobres têm maior tendência a apoiar um maior número de dependentes do que os trabalhadores com rendimentos mais elevados. Ao transferir rendimento dos lucros para os salários, um salário mínimo nacional tem o potencial de aumentar as receitas dos trabalhadores mais vulneráveis e, assim, reduzir a desigualdade.

Evidências do impacto dos salários mínimos sobre o emprego, a pobreza e a desigualdade

A experiência internacional levou a um amplo consenso de que os salários mínimos reduzem a desigualdade salarial e podem melhorar o bem-estar dos trabalhadores com baixos salários (Garnero *et al.*, 2014), inclusive nos países em desenvolvimento. Num estudo de 19 países da América Latina e do Caribe, Kristensen & Cunningham (2006)

demonstram que, entre 1997 e 2001, os salários mínimos reduziram a desigualdade no sector formal em dez países e no sector informal em 14. Mais recentemente, Maurizio & Vázquez (2015) mostram que o aumento de 130% no salário mínimo nacional real no Brasil, entre 2003 e 2012, desempenhou o papel mais importante na redução da desigualdade salarial-rendimento. Da mesma forma, na Argentina e no Uruguai, os salários mínimos foram fundamentais para a redução da desigualdade. Os maiores beneficiários são geralmente os trabalhadores mais vulneráveis. Além disso, os salários mínimos ajudam a fechar lacunas salariais regionais e de género [ver Mudronova (2016) para uma revisão].

Existem ainda mais evidências sobre a relação entre salário mínimo e emprego. A teoria neoclássica do “mercado competitivo” defende que um aumento do preço do trabalho levará a uma diminuição da sua procura e, portanto, a um aumento do desemprego. Os paradigmas neoclássicos concebem os mercados de trabalho como semelhantes aos de qualquer outra mercadoria e sujeitos aos mesmos princípios universais: quando os preços sobem, diminui a procura. Segundo este paradigma, o salário mínimo não tem nenhuma função benéfica. Se for fixado abaixo do “ponto de equilíbrio” salarial — o preço a que a oferta de trabalho é igual à procura —, será ineficaz, já que o salário do mercado será mais elevado; se for fixado acima, baixará a procura de mão-de-obra e fará subir o desemprego. Esta teoria prevê também que as empresas transfiram os custos dos salários mínimos para o consumidor, sob a forma de preços mais elevados.

Todavia, ao longo das duas últimas décadas, um grande número de estudos veio pôr em causa as conclusões da teoria do “mercado competitivo” e mostrar que o impacto dos salários mínimos no emprego é pequeno, muitas vezes estatisticamente insignificante e às vezes até positivo. De facto, seis meta-análises recentes — que analisam dezenas de outros estudos — mostram que, em média, um aumento de 10% do salário mínimo leva a uma redução do emprego de entre 0% e 0,7% — um impacto muito pequeno. Considera-se muitas vezes que os países em desenvolvimento têm maior risco de desemprego, uma vez que têm uma maior percentagem de trabalhadores pouco qualificados e presença de grandes sectores informais, mas tem-se demonstrado que geralmente não é isso que se verifica [analisado em Isaacs (2016)].

Os limitados efeitos dos salários mínimos no emprego não devem surpreender-nos, já que sabemos que: as empresas têm custos múltiplos, não apenas custos salariais; as empresas adaptam-se aos aumentos salariais de várias formas, incluindo aumentos de produtividade (“salários de eficiência”), ligeiras subidas de preços, reduções dos salários dos assalariados mais bem pagos (“compressão salarial”) e redução das margens de lucro; a redução do número de trabalhadores não é muitas vezes a forma mais eficiente de reduzir os custos mantendo simultaneamente níveis de produção e de serviço; e salários mais elevados podem estimular maiores gastos e maior procura de

bens e serviços na economia, assim neutralizando as pressões negativas sobre os níveis de emprego e fomentando a economia em geral. Embora o aumento dos salários possa exercer pressão sobre determinadas empresas, para as empresas em geral pode ser benéfico. O nível a que é fixado o salário mínimo nacional influenciará fortemente a forma como as firmas e a economia se ajustam.

Também têm sido usados “modelos dualistas do mercado de trabalho” para defender que a introdução de salários mínimos no sector formal reduz os salários no sector informal (Khamis, 2008). Isso é refutado tanto pela evidência inconclusiva sobre os efeitos no emprego como pela pesquisa de países em desenvolvimento, que encontra efeitos positivos dos salários mínimos nos salários médios da economia informal. A razão para este efeito de repercussão é a estreita interligação entre os dois sectores. Além da oferta de mão-de-obra, os sectores formal e informal também estão ligados pela procura de bens e serviços do sector informal (Maloney & Mendez, 2003). Assim, o aumento dos salários no sector formal pode aumentar a procura no sector informal e aumentar dessa forma o emprego e os salários da economia informal. Além disso, os salários mínimos do sector formal podem fazer subir o salário de reserva — o salário mais baixo que os trabalhadores estão dispostos a aceitar. Há fortes indícios da existência do chamado “efeito de farol”, através do qual um salário mínimo nacional pode servir de indicador de um salário justo no sector informal e ser, portanto, um instrumento para aumentar a capacidade negocial dos trabalhadores (Saget, 2001; Boeri *et al.*, 2010; Belser & Rani, 2015).

Em suma, a teoria económica neoclássica — a teoria em que confiam os oponentes dos salários mínimos — argumenta que um aumento nos salários levará, sempre e inevitavelmente, a uma diminuição no emprego. No entanto, isso não é apoiado pela evidência internacional nem por uma compreensão teórica mais sofisticada da economia, que reconhece que uma série de factores determina o emprego e que existem várias maneiras pelas quais as economias se ajustam a salários mais altos.

Os modelos estatísticos são uma forma útil de avaliar os possíveis efeitos de uma política, embora devam também ser encarados com cautela, dado que a compreensão teórica da economia influencia a forma como o modelo é construído (Storm & Isaacs, 2016). Na pesquisa sul-africana, foram usados dois modelos macroeconómicos. Nesses modelos, uma série de equações que descrevem a relação entre diversas variáveis na economia (como a relação entre salários e emprego) e coeficientes, calculados com base em dados históricos, regula a medida em que uma variável afecta a outra (como, por exemplo, se um aumento nos salários tem um pequeno ou grande impacto no emprego). O Modelo de Política Global (MPG) das Nações Unidas permite que a fracção de mão-de-obra ou salário — a parte do rendimento nacional que vai para salários e não para lucros — seja ajustada em diferentes “cenários”, de modo a responder, essencialmente, à seguinte pergunta:

o que acontece quando os trabalhadores recebem uma maior fatia do bolo [Strauss & Isaacs (2016), resumido em Isaacs (2016)]? O efeito positivo mais digno de nota é o aumento do consumo privado e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Embora o aumento das taxas de crescimento se dissipe a longo prazo, o nível do PIB fica permanentemente mais elevado. Apesar de o aumento da fracção relativa à mão-de-obra ter um efeito negativo na conta-corrente da África do Sul e um efeito marginalmente negativo no investimento privado como percentagem do PIB, o investimento privado aumenta, ainda assim, em termos absolutos. O resultado demonstra que a economia sul-africana é “salarial” e que um aumento na fracção relativa à mão-de-obra é benéfico para a economia sem nenhum efeito negativo considerável.

Adelzadeh & Alvillar (2016) utilizam o Modelo Dinâmico Integrado de Simulação Macro e Microeconómica da Applied Development Research Solutions para quantificar o impacto na economia do aumento directo dos salários dos assalariados de baixo rendimento, com base em diversos cenários de salários mínimos nacionais. Neste exercício, demonstra-se que salários mínimos entre 3500 ZAR e 5500 ZAR fazem aumentar os salários médios em dez anos, em termos reais, entre 15% e 28%. Sem um salário mínimo nacional, a projecção para salários médios, em rands de 2010 durante o nosso período de previsão (2016-2025), é de aproximadamente 7800 ZAR. Com níveis de salários mínimos nacionais começando em aproximadamente 3500 ZAR e 4600 ZAR, os salários médios aumentariam para cerca de 9450 ZAR e 10 800 ZAR, respectivamente. Os salários para os trabalhadores com salários baixos sobem desproporcionalmente. Isto resulta num aumento do rendimento familiar, particularmente para os trabalhadores com salários baixos, com uma potencial duplicação da taxa de crescimento do rendimento familiar, estimulando, portanto, maiores gastos dos consumidores e, assim, um aumento da produção e do aumento dos níveis de crescimento, juntamente com aumento da produtividade. Na África do Sul, o nível de produção na economia seria 2,1% mais alto com um salário mínimo nacional (começando em níveis entre os 3500 ZAR e os 4600 ZAR), e a taxa média de crescimento do PIB projectada é de 2,8-2,9% em vez de 2,4%, sem salário mínimo nacional. Prevê-se que o emprego seja até 0,3% inferior com a instituição de um salário mínimo nacional, enquanto o número de pessoas em situação de pobreza deverá diminuir cerca de 2% — esta diminuição é maior para os sul-africanos negros — e a desigualdade deverá baixar. Estes resultados — que um salário mínimo nacional aumenta os rendimentos e as despesas para as famílias com baixos salários, aumentando a produção e a procura na economia, tal como a produtividade, e reduzindo a pobreza e a desigualdade — estão em harmonia com os dados internacionais sobre o impacto geral dos salários mínimos.

A capacidade do salário mínimo de afectar a incidência da pobreza depende da composição do mercado de trabalho e da percentagem de assalariados que ganham o salário mínimo e que vivam em agregados familiares pobres. Como os salários mínimos e as linhas de pobreza estão próximos entre si nos países em desenvolvimento e há um grande segmento de trabalhadores pobres, o impacto na redução da pobreza pode ser significativo. De facto, estudos internacionais mostram que os salários mínimos contribuem para a redução da pobreza (Lustig & Macleod, 1996). Embora as linhas de pobreza sejam medições importantes, os salários mínimos são úteis se fizerem subir os salários baixos, mesmo que os trabalhadores permaneçam abaixo da linha de pobreza ou já estejam acima desta linha. Se forem correctamente fixados, de modo que o salário mínimo aumente os salários dos assalariados com vencimentos mais baixos, os salários mínimos fazem precisamente isso. Se forem fixados demasiadamente baixos, os salários mínimos não alteram a probabilidade de se sair da pobreza (Cunningham & Siga, 2006, *apud* Gindling, 2014). Os parâmetros de referência na fixação e no ajustamento do nível do salário mínimo nacional é, portanto, uma questão crucial em qualquer processo político, e foi fundamental no debate sul-africano.

Parâmetros de referência para definir e ajustar o nível do salário mínimo nacional

Embora o processo de fixação e ajustamento do salário mínimo seja, em última instância, político e resulte muitas vezes do diálogo social entre parceiros sociais, deve ser apoiado por dados que o justifiquem. A maioria dos países utiliza um indicador de custo de vida para fixar ou ajustar o salário mínimo. Uma abordagem consiste em definir um cabaz básico de bens e serviços e, com base nessa definição, calcular o nível do salário mínimo nacional. No Brasil, por exemplo, o salário mínimo nacional deve cobrir habitação, alimentação, educação, saneamento, lazer, vestuário, saúde, transportes e segurança social (ILO, 2014b). Outra abordagem é usar como parâmetro de referência um limiar de pobreza nacional que reflecta as necessidades mais básicas dos trabalhadores e das suas famílias. A OIT recomenda que, para os países em desenvolvimento, o limiar da pobreza seja definido em função do agregado familiar e não do indivíduo (Herr et al, 2009).

Como mostra a Tabela 2, a linha de pobreza individual utilizada na África do Sul é de 1.386 ZAR (em rands de Fevereiro de 2016), em que uma família de quatro pessoas necessita de 5.544 ZAR para satisfazer as suas necessidades básicas [usando a linha de pobreza de custo de necessidades básicas de Budlender *et al.* (2015)]. A linha da pobreza laboral, que mede o rendimento salarial necessário para que um trabalhador médio e os seus dependentes possam sair da pobreza, era de 4.317 ZAR em Fevereiro de 2016.

Tabela 2: Medições da pobreza (2016), em Rands sul-Africanos

Medição	Nível
Linha da pobreza individual	1.386
Linha da pobreza do agregado familiar (quatro pessoas)	5.544
Linha da pobreza laboral	4.317

Fonte: Isaacs (2016), baseado em Finn (2015)

Alguns países também têm em conta os indicadores do mercado de trabalho, nomeadamente o salário médio e o mediano (o mediano é o ponto que separa a metade maior e a metade menor da distribuição salarial). Qual destes indicadores é mais apropriado depende do contexto do país e dos objectivos do salário mínimo nacional. Em países com baixos níveis de desigualdade, a diferença entre o salário médio e o salário mediano é geralmente entre 10% e 15% (OCDE, 2010). Em países com altos níveis de desigualdade e uma percentagem significativa de trabalhadores com baixos salários, como a África do Sul, há uma discrepância muito maior entre o salário médio e o salário mediano. Na África do Sul, em Abril de 2015, o salário médio dos trabalhadores a tempo inteiro era de 8168 ZAR, ao passo que o salário mediano era de 3640 ZAR (Finn, 2015). Ter o salário médio como referência para o salário mínimo nacional de uma forma contínua asseguraria que os salários na base crescessem pelo menos tão rapidamente como os salários médios, o que não acontece actualmente; isto é essencial para que o mínimo nacional funcione como instrumento de redistribuição.

Como mostra a Tabela 3, nos países de rendimento médio, os salários mínimos nacionais são fixados em 48% do salário médio ou 80% do salário mediano [Isaacs (2016), usando dados da Base de Dados Global de Salários da OIT]. A África do Sul está bem abaixo deste valor, com um rácio mínimo-médio de 36% e um rácio mínimo-mediano de 74% (Rani *et al.*, 2013), utilizando valores ponderados das determinações sectoriais.⁸ Quarenta e oito por cento do salário médio na África do Sul equivale, em Fevereiro de 2016, a entre 4345 ZAR e 5161 ZAR por mês, consoante a definição do salário médio e mediano, ao passo que 80% do salário mediano é equivalente a entre 3428 ZAR e 3918 ZAR por mês (Tabela 4).

⁸ Nos países em desenvolvimento, a percentagem é apenas ligeiramente inferior. Os salários mínimos nacionais são, em média, fixados em 47% do salário médio ou 78% do salário mediano [Isaacs (2016), usando dados da Base de Dados Global de Salários da OIT].

Tabela 3: Rácios salariais médios mínimo-médio e mínimo-mediano, por grupos de países

	Mínimo-médio	Mínimo-mediano
Todos os países disponíveis	0,46	0,66
Países em desenvolvimento	0,47	0,78
Países de rendimento médio	0,48	0,80

Fonte: Isaacs (2016), usando dados da Base de Dados Global de Salários da OIT

Tabela 4: Percentagem dos salários médios e medianos para a África do Sul (2016), em Rands sul-Africanos

	48% da média	80% da mediana
Todos os empregados a tempo inteiro	4.355	3.428
Formal, excepto agricultura e trabalho doméstico	5.161	3.918

Fonte: Isaacs (2016)

Tabela 5: Níveis dos acordos colectivos dos Conselhos de Concertação Social (2015), em Rands sul-Africanos

Média não ponderada	3.750
Mediana não ponderada	2.866
Média ponderada — sector privado	4.355
Mediana ponderada — sectores público e privado	5.747

Fonte: Isaacs (2016)

Os indicadores das negociações colectivas também podem ser úteis como parâmetros de referência do nível do salário mínimo nacional. A Tabela 5 mostra os salários médios ponderados e não ponderados dos acordos do Conselho de Concertação Social na África do Sul em 2015. No sector privado, o salário médio ponderado dos acordos do Conselho de Concertação Social, que considera o número de trabalhadores cobertos por cada contrato colectivo, é de 4345 ZAR por mês. Se se incluir o sector público, o salário médio ponderado aumenta para 5747 ZAR por mês (Isaacs, 2016). Ao considerar estes três parâmetros — custo das necessidades básicas, níveis salariais actuais e negociação colectiva — torna-se claro que os valores de referência relevantes na África do Sul se concentram entre os 3500 ZAR e os 5500 ZAR.

Dado o desejo de fixar um salário mínimo nacional que tenha um impacto significativo nos níveis extremamente elevados de desigualdade salarial e de pobreza laboral na África do Sul, poderá ser necessária uma abordagem gradual para permitir que as empresas e a economia se adaptem. Esta abordagem a médio prazo fixa o salário mínimo nacional abaixo do nível que se pretende alcançar, mas vai aumentando

o salário ao longo de um determinado período, a uma taxa superior à inflação. O objectivo final e os aumentos devem ser negociados antecipadamente. Outra possibilidade é usar uma abordagem de “indexação”. Por exemplo, o valor do salário mínimo nacional poderia ser inicialmente fixado em 40% do salário médio, ou seja, 3467 ZAR por mês (em Abril de 2015) — o que está abaixo da linha de pobreza laboral na África do Sul e segundo padrões internacionais —, e ser gradualmente aumentado para 45% do salário mediano ajustado à inflação de 2015, 3901 ZAR, até 2020 (Adelzadeh, 2015).

Quer haja ou não objectivos definidos, o salário mínimo precisa de ser regularmente ajustado. Os ajustamentos do salário mínimo podem ser efectuados quer automaticamente, segundo um índice prescrito ou uma fórmula, quer por decisão da autoridade competente. Os indicadores mais comuns para o ajustamento do salário mínimo são: o custo das necessidades básicas; o Índice de Preços no Consumidor (IPC); os indicadores do mercado de trabalho, como o salário médio ou mediano; e factores de ordem económica, como sejam a taxa de crescimento do PIB, as taxas de emprego e alterações na produtividade. Embora o IPC seja um indicador comumente utilizado, a OIT chama a atenção para o perigo da indexação do salário mínimo unicamente à inflação média, uma vez que essa indexação pode levar à erosão dos salários ao longo do tempo, uma vez que a inflação para os trabalhadores com baixos salários tende a ser superior ao IPC geral (Luebker, 2012). Em vez disso, a OIT sugere a combinação de vários indicadores. Em última análise, os indicadores utilizados dependem da finalidade do salário mínimo nacional. Estabelecer parâmetros relevantes para a fixação e ajustamento do salário mínimo é um passo importante na concepção de um quadro nacional de políticas de salário mínimo.

Transição para um salário mínimo nacional: a função de escalões, exclusões e isenções

Ao introduzir um salário mínimo nacional, cada país deve decidir a melhor forma de incorporar sectores com salários muito baixos, como sejam o trabalho doméstico remunerado e o trabalho agrícola, trabalhadores jovens, com deficiência ou inscritos em programas de estágio. Embora a maioria dos regimes de salário mínimo não permita exclusões e isenções,⁹ alguns países optaram por excluir da cobertura do salário mínimo nacional certas categorias de trabalhadores ou por estabelecer níveis de salários mínimos mais baixos, que possam ser gradualmente eliminados para facilitar a transição para um salário mínimo nacional. Em contraste com as exclusões, que

9 As exclusões referem-se à eliminação de sectores inteiros ou de categorias de trabalhadores da cobertura de salário mínimo nacional. As isenções são a exclusão de determinados empregadores da obrigação de pagar o salário mínimo nacional completo durante um determinado período de tempo (Konopelko, 2016a).

descartam categorias inteiras de trabalhadores da cobertura do salário mínimo, um sistema de escalões estabelece níveis diferenciados para sectores seleccionados, a uma percentagem do salário mínimo nacional. É diferente de um sistema sectorial, na medida em que os níveis estão ligados ao salário mínimo nacional com o objectivo de virem a ser gradualmente eliminados.

Na África do Sul, a existência de sectores com salários muito baixos — como a agricultura e o trabalho doméstico — foi usada por alguns grupos para defender a criação de um salário mínimo nacional muito baixo. Estes sectores estão entre os mais vulneráveis, em que 50% dos trabalhadores domésticos a tempo inteiro auferem um salário mensal abaixo dos 1517 ZAR e 50% dos trabalhadores agrícolas a tempo inteiro um salário abaixo dos 2253 ZAR (Finn, 2015). Além de serem os mais vulneráveis, também são os mais numerosos, com aproximadamente 2,1 milhões de trabalhadores (Statistics South Africa, 2015). A exclusão generalizada dos salários muito baixos do salário mínimo nacional tornaria a desigualdade salarial ainda mais acentuada, prejudicando assim um dos objectivos fundamentais do salário mínimo nacional. Um sistema de escalões — em que os trabalhadores recebem uma percentagem do salário mínimo nacional — garante que os sectores com salários baixos não sejam deixados para trás e que os salários muito baixos não reduzam o nível geral do salário mínimo nacional. Estes escalões podem depois ser gradualmente eliminados ao longo do tempo. Por exemplo, na África do Sul, foi proposto um período de transição de dois anos, durante o qual os trabalhadores domésticos e os agrícolas receberão, respectivamente, 75% e 90% do salário mínimo nacional, dando assim mais tempo ao sector para se ajustar aos novos níveis salariais. Em Julho de 2019, esses sectores serão incluídos ao nível nacional.

Outros grupos de trabalhadores cuja exclusão do salário mínimo nacional por vezes se pondera são os jovens trabalhadores, os trabalhadores com deficiência e os inscritos em programas de estágio. Na África do Sul, porém, não há grande justificação para excluir essas categorias de trabalhadores. A lógica para a exclusão dos trabalhadores jovens assenta no pressuposto de que são menos produtivos, têm menos competências e exigem mais formação no local de trabalho do que os adultos. Além disso, prevalece a crença de que salários mais baixos para os jovens os tornarão mais competitivos no mercado de trabalho, o que, por sua vez, contribuirá para uma redução do desemprego juvenil. Trata-se aqui de uma questão fundamental na África do Sul, onde o desemprego jovem ultrapassa os 50%. Não há, todavia, dados nacionais nem internacionais que comprovem a pertinência destas suposições (Eyraud & Saget, 2005; Konopelko, 2016a). Da mesma forma, a exclusão dos trabalhadores com deficiência baseia-se no pressuposto, em grande medida não fundamentado, de que são menos produtivos. Muitos países, incluindo a África do Sul, opõem-se fortemente a exclusões de salários mínimos para as pessoas com deficiência, por

considerarem que se trata de uma exclusão discriminatória (Konopelko, 2016a). Por último, a exclusão dos trabalhadores inscritos nos programas de estágio justifica-se com base no facto de não serem trabalhadores, mas sim aprendizes. Porém, os estudantes executam muitas vezes trabalhos semelhantes aos dos empregados a tempo inteiro, pondo assim em causa o princípio do “trabalho igual, salário igual”, bem como prejudicando potencialmente as posições de trabalhadores experientes. Dado que os empregadores na África do Sul já recebem uma série de incentivos para cobrir os custos de formação, incluindo subvenções e isenções fiscais, há pouca justificação para a exclusão dos estagiários (Castel-Branco, 2016b).

As isenções são outro mecanismo que se considera que facilitam a transição de um salário mínimo sectorial para um salário mínimo nacional. No entanto, a concessão de isenções gerais a um salário mínimo nacional é problemática (Konopelko, 2016a). Nos casos em que as isenções se baseiam nas dimensões das empresas, estas podem optar por empregar trabalhadores não registados ou passar a designar os trabalhadores como voluntários, para permanecerem abaixo do limite. Nos casos em que as isenções se baseiam no volume de negócios, as empresas podem tentar disfarçar o seu volume real. Às vezes, usam-se excepções gerais limitadas no tempo. Na Malásia, que introduziu recentemente um salário mínimo nacional, permitiu-se que as pequenas e médias empresas com menos de cinco empregados atrasassem o pagamento do salário mínimo nacional por um período até seis meses, com possibilidade de prorrogação do mesmo, se o salário mínimo nacional fosse considerado inacessível para determinadas empresas (NWCC, 2012). A isenção caso a caso de certos trabalhadores, juntamente com a inclusão temporária de alguns sectores de níveis mais baixos, foi importante para assegurar um compromisso no âmbito das negociações. No entanto, o objectivo deveria ser alcançar uma cobertura universal.

Garantir o cumprimento do salário mínimo nacional

Embora o debate público sobre a introdução de um salário mínimo nacional na África do Sul se tenha centrado nos parâmetros de referência para determinar o nível salarial e no processo de transição de um sistema sectorial para um sistema nacional, foi dada menos atenção à questão do cumprimento. Naturalmente, se os empregadores não respeitarem o salário mínimo nacional, este terá pouco impacto na pobreza ou na desigualdade salarial, independentemente do nível a que é fixado ou do processo de aplicação gradual. Esta secção analisa um leque de questões-chave a considerar na introdução de um salário mínimo nacional.

Um elemento essencial para garantir o cumprimento é estabelecer directrizes claras de que componentes da remuneração contam para um salário mínimo

nacional. Não há definição internacional juridicamente vinculativa de um salário mínimo nacional, mas a Figura 1 dá uma panorâmica das diversas abordagens. As componentes da remuneração na base são as mais comumente usadas para medir o cumprimento, as do meio são contestadas, e as do topo são fortemente desaconselhadas. O salário líquido refere-se ao salário que os trabalhadores levam para casa após retenção de impostos e outras deduções obrigatórias, enquanto o salário básico inclui o imposto sobre o rendimento e as contribuições para a previdência social, mas exclui os suplementos salariais, como sejam prémios de produtividade e benefícios em espécie. A vantagem de calcular o cumprimento a partir do salário-base é que é fácil de implementar, sobretudo se o valor dos suplementos salariais for difícil de avaliar.

Prémios de produtividade e remuneração por desempenho são formas suplementares de remuneração. Incluem trabalho à comissão e trabalho com gratificações. Muitos países excluem as comissões do cálculo do salário mínimo nacional para minimizar abusos e confusão (ILO, 2014a). No entanto, em certos sectores, como o hoteleiro ou o comércio a retalho, as comissões são uma componente importante da estrutura salarial. Por isso, alguns países permitem comissões, mas estabelecem salvaguardas para garantir que todos os trabalhadores recebam pelo menos o salário mínimo nacional e sejam, portanto, capazes de satisfazer as suas necessidades básicas (Castel-Branco, 2015). As gorjetas são uma gratificação deixada ao critério do cliente e, por conseguinte, a maioria dos países, incluindo a África do Sul, exclui-as do cálculo do salário mínimo.

Trabalho à peça refere-se a um acordo de trabalho em que os trabalhadores são pagos à peça ou à tarefa, e não pelo tempo trabalhado.¹⁰ Para os empregadores, a vantagem do trabalho à peça é que está directamente ligado à produção e às metas de produção. Para os trabalhadores, no entanto, acarreta longas horas de trabalho e baixos salários à hora. Por esta razão, o trabalho à peça está a ser eliminado internacionalmente, e alguns países introduziram garantias de que os salários dos trabalhadores a trabalhar à peça não possam ser inferiores ao salário mínimo aplicável (ILO, 2014a).

Os benefícios em espécie, como o alojamento, são formas de remuneração não salariais. Embora nalguns sectores possam ser benéficos tanto para os empregadores como para os empregados, também dão azo a abusos e sobrevalorização. Por esse motivo, a OIT desaconselha o pagamento de salários mínimos através de benefícios em espécie, mas se as partes acordarem que esse pagamento é desejável, devem ser tomadas medidas para a avaliação independente dos benefícios e estes devem ser estritamente regulamentados (ILO, 2014a).

10 Na África do Sul, os salários são calculados com base nas horas normais de trabalho, o que garante que os trabalhadores recebam pagamentos por horas extraordinárias (DoL, 1997). Os salários mínimos específicos de cada sector são fixados à hora e depois convertidos para um valor diário, semanal ou mensal, conforme o sector.

Figura 1: Metodologias para calcular o cumprimento do salário mínimo nacional

Subsídios
Prémios por trabalho não <i>standard</i>
Gorjetas
Benefícios em espécie
Prémios de produtividade e desempenho (excluindo gorjetas)
Imposto sobre o rendimento
Contribuições dos trabalhadores
Salário líquido

Além de definir as componentes de um salário mínimo nacional, é importante determinar o período durante o qual são calculados os salários. Nos casos em que o salário mínimo nacional é definido apenas à hora, os trabalhadores podem não trabalhar horas suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas mensais. Para tentar combater este risco a nível sectorial, na África do Sul algumas determinações sectoriais e acordos colectivos introduziram medidas que garantem aos trabalhadores um rendimento mínimo (Castel-Branco, 2016a). A primeira é reduzir a vulnerabilidade à precariedade limitando as categorias de trabalho que podem ser pagas à hora. Por exemplo, nos sectores doméstico, florestal e agrícola, os trabalhadores a tempo inteiro podem recusar o pagamento à hora. Uma segunda medida é estabelecer taxas salariais mais altas para os trabalhadores a tempo parcial. No sector do comércio a retalho e por grosso, por exemplo, os funcionários que trabalham menos de 27 horas por semana são pagos 25% acima do salário à hora para um trabalhador a tempo integral, mas perdem o direito a pagamentos extras por trabalho ao domingo, a baixas por doença pagas e a subsídios de trabalho nocturno. Uma última medida para garantir que os trabalhadores trabalhem um número mínimo de horas é estipular directamente esse mínimo. No sector da limpeza a contrato, um funcionário deve ser pago por um mínimo de seis horas num determinado dia, mesmo que trabalhe menos.

Os incentivos desempenham um papel importante no reforço do cumprimento voluntário da legislação. Os incentivos mais utilizados internacionalmente são campanhas de sensibilização pública, programas de certificação de conformidade, incentivos para as aquisições e contratações do sector público, incentivos fiscais e acesso a empréstimos ou créditos estatais (Konopelko, 2016b). Gerar um discurso

público positivo relativamente ao salário mínimo nacional pode ter um impacto positivo, especialmente quando as campanhas de sensibilização pública reconhecem os melhores desempenhos e envergonham publicamente as empresas que não cumprem. Além disso, as campanhas de sensibilização pública informam os trabalhadores dos seus direitos, o que, por sua vez, os capacita para exigirem o pagamento do salário mínimo nacional. Os sindicatos também desempenham um papel fundamental, não apenas na divulgação de informação, mas também na protecção dos trabalhadores contra eventuais represálias, mediante a apresentação de queixas colectivas contra os empregadores, a prestação de assistência jurídica aos seus membros e a mobilização do poder colectivo em torno das reivindicações dos trabalhadores. Como afirma Benassi (2011), uma força laboral forte e bem organizada tem maiores probabilidades de fiscalizar o cumprimento das legislações e denunciar as violações.

Certificados de conformidade são um mecanismo eficaz e acessível para motivar as empresas a cumprir os níveis de salário mínimo. Em geral, uma empresa solicita a um organismo competente um certificado de conformidade, emitido após a inspecção completa da empresa, que é válido por um período determinado. Um certificado de conformidade é particularmente eficaz se dele depender o acesso a contratos públicos, incentivos fiscais e finanças públicas (OCDE, 2010). Na África do Sul, o Conselho Nacional de Negociação para a Indústria Fabril e o Conselho Nacional de Negociação dos Têxteis emitem certificados de conformidade, válidos por um ano, para empresas que cumprem as normas laborais. Com um certificado de conformidade, uma empresa pode pedir um empréstimo à Corporação de Desenvolvimento Industrial, pode receber uma subvenção discricionária da Autoridade de Educação e Formação Sectorial (SETA) e beneficiar de descontos sobre direitos de importação. Além disso, um certificado de conformidade é um requisito prévio para se candidatar ao Incentivo à Produção do Departamento de Comércio e Indústria e ao Programa de Melhoria da Competitividade. Alguns estudos indicam que é improvável que os certificados de conformidade cheguem a pequenas e médias empresas (Newitt, 2012), mas o caso da África do Sul sugere o contrário. No sector do vestuário e têxteis, cerca de 65% das empresas que participaram no regime de certificado de conformidade eram pequenas e médias empresas (Vlok, 2015).

Embora os incentivos sejam um importante instrumento de política, devem ser acompanhados por uma forte monitorização e medidas coercivas. As inspecções no local de trabalho são uma componente fundamental da aplicação (Berg, 2011). Contudo, para que seja um mecanismo eficaz, a inspecção deve dispor de pessoal e recursos suficientes para cumprir as suas atribuições. A norma da OIT para os países em desenvolvimento é de sete inspectores por cada cem mil trabalhadores. Embora o número total de inspectores na África do Sul ultrapasse os padrões da OIT, a sua distribuição é geográfica e sectorialmente desigual (Murahwa, 2016), e são constantes

as violações dos mínimos salariais. Além disso, em sectores como o doméstico e o agrícola, os inspectores enfrentam muitos obstáculos no acesso aos locais de trabalho. As casas particulares têm geralmente regras mais restritivas para a realização de inspecções laborais do que outros locais de trabalho, e exigem o consentimento do proprietário. Se o proprietário de uma casa se recusar a uma inspecção voluntária, pode fazer-se uma inspecção obrigatória com autorização do Tribunal do Trabalho, mas apenas se houver justificação para tal. Isto compromete a capacidade dos inspectores de identificar violações. Segundo Stanwix (2013), a probabilidade de um agricultor da província do Cabo Ocidental ser visitado por um inspector de trabalho é pequena. A assimetria nas relações de poder, sobretudo nos espaços “privados” do lar ou da quinta, combinada com o facto de os trabalhadores dependerem dos empregadores para habitação e para outros serviços, assim como a ausência de representação sindical forte nesses sectores, leva a que os trabalhadores se disponham menos a confrontar os empregadores ou a comunicar violações de salários.

Penalidades ou sanções são também uma importante ferramenta de aplicação. Internacionalmente, as sanções incluem: nomeação e humilhação, recusa de acesso ao crédito ou contratos públicos, revogação de licenças de operação, multas rígidas e prisão. Na África do Sul, as penalidades são relativamente baixas. Os empregadores sem historial de violações laborais pagam uma multa de 25% do pagamento insuficiente, incluindo juros. A multa aumenta com o número de violações. Os empregadores com quatro ou mais violações devem pagar 200% do valor devido mais juros (DoL, 1997). O montante aumenta para os reincidentes, mas atinge um valor máximo com quatro violações. Dada a pequena probabilidade de inspecção, os empregadores podem optar por pagar aos trabalhadores salários abaixo do mínimo, e se forem apanhados, pagar uma multa. Penas mais elevadas garantem que os custos de incumprimento sejam maiores do que os lucros desse mesmo incumprimento.

Todas estas questões de política — como definir o salário mínimo nacional, o período ao longo do qual é calculado, os incentivos ao cumprimento voluntário e as sanções por incumprimento — fizeram parte do debate sobre o salário mínimo nacional na África do Sul. Ao basear-se em políticas locais e internacionais existentes, e numa análise do contexto sul-africano, a NMWRI conseguiu apresentar recomendações de políticas relevantes que garantissem que o salário mínimo nacional alcançasse os objectivos de redução da pobreza e da desigualdade.

Conclusão

Neste artigo, apresentámos dados que suportam uma política nacional cuidadosamente concebida de salários mínimos fixados a um nível que possa melhorar significativamente os meios de subsistência dos trabalhadores. Embora sejam sempre incertas as

consequências de qualquer política, dados internacionais e sul-africanos demonstram que esta intervenção tem o potencial de aumentar os salários dos trabalhadores pobres e reduzir a desigualdade, com efeitos sustentáveis, e até positivos, na economia em geral. Também demos destaque a algumas questões políticas fundamentais que devem ser tidas em conta, incluindo a melhor maneira de estabelecer e fazer cumprir o salário mínimo nacional, defendendo ao mesmo tempo que os objectivos dos salários mínimos podem ser alcançados através de um salário mínimo nacional único, em vez de múltiplos mínimos sectoriais, e complementado pela negociação colectiva.

Os benefícios de um salário mínimo nacional não são, porém, um dado adquirido. Para que o salário mínimo nacional atinja os objectivos pretendidos, deve ser fixado a um nível suficiente para satisfazer as necessidades básicas dos trabalhadores e sustentável para a economia; deve ser concebido de modo que o crescimento dos salários na base ultrapasse o crescimento dos salários no topo; deve ser aplicado a todos os trabalhadores, independentemente da ocupação, idade, deficiência, condições de emprego e nível de conhecimentos; deve ser calculado com base numa definição e num período de referência que assegurem que, na prática, os trabalhadores recebam um salário mínimo nacional no final do mês; e deve ser adequadamente aplicado, através de uma combinação de incentivos e medidas de coacção. A viabilidade de tudo isto e a maneira de o levar a cabo têm sido objecto de intenso debate na África do Sul.

O nível do salário mínimo nacional acordado pelos parceiros sociais sul-africanos — 20 ZAR por hora, o que equivale a aproximadamente 3500 ZAR para uma semana de trabalho de 40 horas e 3900 ZAR para uma semana de 45 horas de trabalho — situa-se no nível inferior do intervalo entre os 3500 ZAR e os 5500 ZAR proposto pelos parâmetros internacionais analisados anteriormente. O nível refere-se ao salário básico. As questões de como proteger os trabalhadores que trabalham a tempo parcial, tal como o plano de execução, estão por resolver. O acordo também adopta uma abordagem temporariamente diferenciada para o sector agrícola e doméstico, como sugerido neste artigo, embora realce a importância de uma cobertura universal. Apesar de o nível proposto estar abaixo da linha de pobreza laboral para um agregado familiar, e assim insuficiente para cobrir as necessidades básicas dos trabalhadores e dos seus familiares, quando implementado, cobrirá aproximadamente um terço da mão-de-obra do sector formal, incluindo muitos dos trabalhadores mais vulneráveis. Por conseguinte, se for aumentado regularmente e a uma taxa superior à inflação, constitui um ponto de partida viável.

Para alcançar este passo histórico na política laboral sul-africana, foi necessário afirmar os benefícios de um salário mínimo nacional e cuidadosamente definir uma política de salário mínimo que, por um lado, eleva os salários dos trabalhadores e, pelo outro, é sustentável para a economia da África do Sul. A pesquisa apresentada neste

artigo desempenhou um papel fulcral neste processo. Apesar de os mercados de trabalho moçambicanos e sul-africanos, e as instituições que os sustentam, serem diferentes, as questões aqui levantadas são também relevantes para o caso moçambicano, e espera-se que este artigo contribua para um debate mais amplo sobre o salário mínimo entre investigadores, sindicalistas e decisores políticos em Moçambique.

Referências

- Adelzadeh, Asghar (2015). *National Minimum Wage in South Africa: Quantification of Impact*. The National Minimum Wage Research Initiative. South Africa, Johannesburg: CSID, University of Witwatersrand.
- Adelzadeh, A. & Alwillar, C. (2016). The impact of a national minimum wage on the South Africa economy. *Working Paper, 2*. University of the Witwatersrand.
- Alaniz, E., Gindling, T. H. & Terrell, K. (2011). The impact of minimum wages on wages, work and poverty in Nicaragua. *Labour Economics*, 18(1), S45-S59.
- Arango, C. A. & Pachón, A. (2004). Minimum wages in Colombia: holding the middle with a bite on the poor. *Borradores de Economía*, 280. Banco de la Republica de Colombia.
- Belser, P. & Rani, U. (2015). Minimum wages and inequality. In *Labour Markets, Institutions and Inequality: Building Just Societies in the 21st Century*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Pub.
- Benassi, Chiara (2011). The implementation of a minimum wage: challenges and creative solutions. *Working Paper*. Global Labour University.
- Berg, Janine (2011). Laws or luck? Understanding rising formality in Brazil in the 2000s. In *Regulating for Decent Work: New Directions in Labour Market Regulation*.
- Boeri, T., Garibaldi, P., & Ribeiro, M. (2010). Behind the lighthouse effect. *Discussion Paper*, 4890. Institute for the Study of Labor (IZA).
- Broecke, S., Vandeweyer, M. & Forti, A. (2015). The effect of minimum wage on employment in emerging economies: a literature review. *Social, Employment and Migration Working Papers*. OECD Publishing.
- Budlender, J., Leibbrandt, M. & Woolard, I. (2015). South African poverty lines: a review and two new money-metric thresholds. *Working Paper Series*, 151. Southern Africa Labour and Development Research Unit, University of Cape Town.
- Castel-Branco, Ruth (2015). The building blocks of a national minimum wage for South Africa. *Policy Brief*, 1. Johannesburg: University of Witwatersrand, National Minimum Wage Research Initiative.
- Castel-Branco, Ruth (2016a). Policy considerations for the design and implementation of a national minimum wage for South Africa. *Summary Report*, 2. Johannesburg: National Minimum Wage Research Initiative, University of the Witwatersrand.
- Castel-Branco, Ruth (2016b). National minimum wage coverage for workers in learning programmes. *Policy Brief*, 4. Johannesburg: University of Witwatersrand, National Minimum Wage Research Initiative.
- Chletsos, M. & Giotis, G. P. (2015). The employment effect of minimum wage using 77 international studies since 1992: a meta-analysis. *MPRA Paper*, 61321. University Library of Munich, Germany.

- Cunningham, W. (2007). *Minimum Wages and Social Policy: Lessons from Developing Countries*. World Bank Publications
- Dickens, R., Manning, A. & Butcher, T. (2012). Minimum wages and wage inequality: some theory and an application to the UK. *Working Paper Series*, 4512. Department of Economics, University of Sussex.
- DoL (Department of Labour) (1997). *Basic Conditions of Employment Act and Amendments*. Department of Labour.
- DPRU (Development Policy Research Unit) (2016). *Investigating the Feasibility of a National Minimum Wage for South Africa*. Development Policy Research Unit.
- Eyraud, François & Saget, Catherine (2005). *The Fundamentals of Minimum Wage Fixing*. International Labour Organization.
- Fine, B. (1998). *Labour Market Theory: A Constructive Reassessment*. Routledge.
- Finn, Arden (2015). *A National Minimum Wage in the Context of the South African Labour Market*. Johannesburg: University of Witwatersrand, National Minimum Wage Research Initiative.
- Garnero, A., Kampelmann, S. & Rycx, F. (2014). Minimum wage systems and earnings inequalities: Does institutional diversity matter? *European Journal of Industrial Relations*.
- Gindling, T. H. & Terrell, K. (2010). Minimum wages, globalization, and poverty in Honduras. *World Development*, 38 (6), 908-918.
- Gindling, T. (2014). Does increasing the minimum wage reduce poverty in developing countries? *IZA World of Labor*, 1-10.
- Hanlon, Joseph (2017). Minimum wage & exchange rate supplement. *Mozambique News Reports & Clippings*.
- Herr, H., Kazandziska, M. & Mahnkopf-Praprotnik, S. (2009). The theoretical debate about minimum wages. *Working Papers*, 6. Global Labour University.
- ILO (2014a). *Minimum Wage Systems*. ILC.103/III/1B International Labour Conference, 103rd Session. Geneva: International Labour Office.
- ILO (2014b). *World of Work Report 2014*. International Labour Organization.
- ILO (2015). *Resolution Concerning the Recurrent Discussion on Social Protection (Labor Protection)*.
- FMI (Fundo Monetário Internacional) (2013). South Africa: 2013 Article IV Consultation. *IMF Country Report*, 13/303. Fundo Monetário Internacional.
- INE (2015). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2014/15*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2016). *Índice de Preços no Consumidor (IPC)*. Nota de Imprensa. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/news/2016/indice-de-precos-no-consumidor-ipc-nota-de-imprensa>.
- Isaacs, Gilad (2016). A national minimum wage for South Africa. *Summary Report*, 1. Johannesburg: National Minimum Wage Research Initiative, University of the Witwatersrand.
- Khamis, M. (2008). Does the minimum wage have a higher impact on the informal than on the formal labor market? Evidence from quasi-experiments. *Discussion Paper*, 3911. Institute for the Study of Labor (IZA).
- Kristensen, N. & Cunningham, W. L. (2006). *Do Minimum Wages in Latin America and the Caribbean Matter?: Evidence from 19 Countries*. World Bank Publications.

- Konopelko, Elena (2016a). Exclusions and exemptions from a national minimum wage system. *Policy Brief*, 3. Johannesburg: University of Witwatersrand, National Minimum Wage Research Initiative.
- Konopelko, Elena (2016b). Incentives to enhance compliance with a NMW in South Africa. *Policy Brief*, 5. Johannesburg: University of Witwatersrand, National Minimum Wage Research Initiative.
- Leibbrandt, M., Finn, A. & Woolard, I. (2012). Describing and decomposing post-apartheid income inequality in South Africa. *Development Southern Africa*, 29 (1), 19-34.
- Luebker, Malte (2012). Determining the level of minimum wage: criteria. Presented at the ITC Course A3-55196: Trade Union Training on Wage Policies and Collective Bargaining (SNTUC-ACTRAV-Turin Workshop), Singapore.
- Lustig, N. and McLeod, D., 1996. *Minimum Wages and Poverty in Developing Countries: Some Empirical Evidence*. Brookings Institution – Working Papers, Paper No. 125
- Maloney, W. & Mendez, J. (2003). Measuring the impact of minimum wages. Evidence from Latin America. *Law and Employment: Lessons from Latin America*, 29.
- Maurizio, R. & Vazquez, G. (2015). *Los impactos distributivos del salario mínimo en América Latina. Los casos de Argentina, Brasil, Chile y Uruguay*.
- Mudronova, J. (2016). The international experience of the relationship between inequality, poverty and the minimum wage. *Working Paper Series*, 3. University of the Witwatersrand.
- Murahwa, Brian (2016). Effective monitoring and enforcement of minimum wages. *National Minimum Wage Research Initiative Working Paper Series*, 7. Johannesburg: University of the Witwatersrand.
- NEDLAC (2014). *Ekurhuleni Declaration*. National Economic Development and Labour Council.
- Newitt, Kirsten (2012). Private sector voluntary initiatives on labor standards. Background Paper for the World Development Report 2013. Washington DC: Banco Mundial.
- NWCC (National Wages Consultative Council) (2012). *Guideline on the Implementation of the Minimum Wages Order 2012*. Putrajaya: National Wages Consultative Council.
- OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) (2010). *Tackling Inequalities in Brazil, China, India and South Africa*. Paris: OCDE.
- OCDE (2012). *OECD Employment Outlook 2012*. Paris: OCDE.
- OTM (Organização dos Trabalhadores de Moçambique) & Langa, Domingos (2017). *Formação dos Sindicalistas*. Maputo.
- Ramaphosa, Cyril (2017). *Ramaphosa Hailed Introduction of the National Minimum Wage as Historic*.
- Rani, U., Belsler, P., Oelz, M. & Ranjbar, S. (2013). Minimum wage coverage and compliance in developing countries. *International Labour Review*, 152 (3-4), 381-410.
- Saget, C. (2001). Is the minimum wage an effective tool to promote decent work and reduce poverty? The experience of selected developing countries. *Employment Paper*. Geneva: ILO.
- Schmitt, J. (2013). *Why Does the Minimum Wage Have No Discernible Effect on Employment?*
- Storm, S. & Isaacs, G. (2016). Modelling the impact of a national minimum wage in South Africa: Are general equilibrium models fit for purpose? *Research Brief*, 1. University of the Witwatersrand, Johannesburg: CSID.

- Strauss, I. & Isaacs, G. (2016). Labour compensation growth in the South African economy: assessing its impact through the labor share using the Global Policy Model. *Working Paper Series*, 4. University of the Witwatersrand.
- Setsan (Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional) (2016). *Relatório da Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional*. Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, República de Moçambique.
- Stanwix, Benjamin (2013). *Minimum Wages and Compliance in South African Agriculture*. Econ3x3.
- Statistics South Africa (2015). Methodological report on rebasing of national poverty lines and development of pilot provincial poverty lines. *Technical Report*, 3. Statistics South Africa.
- Vlok, Etienne (2015). South African clothing and textile workers Union. Personal communication.

Expansão da produção de produtos primários, emprego e pobreza

Yasfir Ibraimo

Introdução

A economia de Moçambique tem sido constantemente referenciada, pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, como um exemplo de sucesso na implementação e gestão das suas políticas macroeconómicas, com destaque para a promoção de rápido crescimento económico (na última década e meia o Produto Interno Bruto de Moçambique cresceu, em média, 7.5% ao ano) e estabilização da taxa de inflação (desde 2002 a taxa de inflação tem estado a um dígito, isto é, cerca de 7.5% ao ano). No entanto, este quadro macroeconómico, tão felicitado internacionalmente, não se tem reflectido na redução dos níveis de incidência de pobreza e na melhoria do bem-estar da população. De acordo com a Terceira Avaliação Nacional de Pobreza, o país ainda continua com altos níveis de pobreza, estando actualmente em 54.7% (MPD, 2010: 28). Estudos de Castel-Branco (2010, 2012b) e Wuyts (2011a) mostra que, nos últimos 10 anos, o número de pessoas pobres aumentou em cerca de 2 milhões, com uma tendência para aumentar a severidade da pobreza, a produção alimentar *per capita* deteriorou-se, em média, 0.7% ao ano, o investimento em produção alimentar para o mercado interno foi aproximadamente 1% do investimento privado total, a criação líquida de novos empregos foi de aproximadamente zero por cento. Wuyts (2011a) mostrou que, de 2002 a 2009, em média, a inflação de bens alimentares foi aproximadamente de 11.3% ao ano e superior a inflação dos bens não alimentares, que para igual período foi, em média, 7.6% ao ano.

Para reverter este quadro pouco animador, o Governo de Moçambique (GdM) colocou como principal desafio gerar um crescimento económico inclusivo e reduzir os níveis de incidência de pobreza e vulnerabilidade no país. Para responder a este desafio, várias áreas de intervenção, com base em política pública, têm sido identificadas, com principal destaque para agricultura. Por exemplo, como Oya (2012: 405) constatou no seu estudo, no Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011–2014, o único sector produtivo que é destacado é o da agricultura

e pescas, onde, segundo este plano, é o que tem maior potencial para reduzir a pobreza, pelo simples facto de que um grande número de “pobres” vive directa e indirectamente da agricultura. Nesta perspectiva, existe uma intenção de política pública de reduzir a pobreza com base na agricultura. Isto é, na óptica do governo existe uma ligação directa, linear e automática entre agricultura e redução da pobreza, que na expectativa do governo poderá ser materializada pela (i) produção de produtos alimentares básicos para a população e (ii) geração de emprego através do desenvolvimento de uma agricultura comercial de grande escala voltada para a produção de produtos primários para exportação. Esta visão do governo está reflectida nos vários documentos de política, com destaque para os Parpas, Plano Estratégico para Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA) e o PACTO para o Desenvolvimento do Sector Agrário em Moçambique no contexto do Programa Compreensivo de Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP).

Este artigo levanta e faz a discussão em torno de duas questões, nomeadamente (i) qual é a abordagem do governo em relação à ligação entre a agricultura e a redução de pobreza? (ii) até que ponto esta estratégia é consistente com as dinâmicas de acumulação em Moçambique? Neste artigo argumenta-se que a abordagem do governo em relação a ligação entre a agricultura e redução de pobreza, através da geração de emprego e da produção de produtos alimentares, é feita de forma dualista, isto é, olha-se para estes dois mecanismos de forma separada enquanto, de facto, existe uma relação orgânica entre eles. Um outro argumento desenvolvido no artigo é de que as intenções do governo e as dinâmicas económicas reais são distintas, isto é, não há uma convergência entre os documentos de política e as dinâmicas económicas em Moçambique.

Para responder às questões aqui levantadas e sustentar o argumento desenvolvido neste texto, o artigo estrutura-se, para além desta introdução, em quatro secções. A primeira secção faz uma discussão sobre as políticas públicas para redução da pobreza e as dinâmicas de acumulação em Moçambique. A segunda secção faz uma discussão sobre a relação entre a geração de emprego e a produção de comida. A terceira secção fala das condições de emprego que estão a emergir. A quarta e última secção apresentam as conclusões do artigo.

Políticas públicas para redução da pobreza e às dinâmicas de acumulação em Moçambique: consistente ou inconsistente?

De acordo com a Constituição da República de Moçambique, a agricultura é considerada a base do desenvolvimento. Portanto, na perspectiva GdM a agricultura é visto como um sector estratégico para reduzir a pobreza. Esta

secção levanta e faz a sua discussão à volta de duas questões, nomeadamente (i) como é que o governo, na sua estratégia, estabelece a ligação entre agricultura e redução de pobreza e (ii) até que ponto esta estratégia é consistente em si e com as dinâmicas de acumulação em Moçambique. O argumento desenvolvido nesta secção é que existe uma inconsistência na estratégia do governo para reduzir a pobreza. Por um lado, porque os mecanismos de ligação entre agricultura e redução da pobreza, por meio de produção de produtos alimentares básicos para a população e geração de emprego através da expansão de produtos primários para exportação, são vistos de forma separada, enquanto de facto existe uma relação orgânica entre eles. Por outro lado, as intenções de política pública de reduzir a pobreza com base na agricultura são inconsistentes com as dinâmicas de acumulação em Moçambique.

O GdM definiu como seu principal objectivo gerar um crescimento económico inclusivo e reduzir os níveis de incidência da pobreza e vulnerabilidade no país. Esta intenção está referenciada nos vários documentos de política, como por exemplo, ao longo dos três Parpas.¹ Para alcançar tal objectivo, são identificadas várias áreas de actuação por onde serão direccionados os esforços da acção governativa, com principal destaque para a área da agricultura, através do qual o governo pretende gerar dinâmicas de redução da pobreza. Por exemplo, no PARP 2011 – 2014 o governo concede uma especial atenção para a agricultura familiar de pequena escala. Em outras palavras, na óptica do governo existe uma ligação directa, linear e automática entre agricultura e redução da pobreza (GdM, 2001, 2006, 2011).

De acordo com a lógica de argumentação do governo o objectivo de reduzir a pobreza com base no investimento na agricultura é fundamentado por razões já bem conhecidas, tais como (i) a maior parte da população de Moçambique vive nas zonas rurais, (ii) cerca de 88% dos agregados familiares praticam a actividade agro-pecuária e esta actividade emprega mais de 81% da população total, (iii) é zonas rurais onde há maior incidência da pobreza e (iv) o facto da pobreza em Moçambique ser caracterizada como sendo alimentar. Neste contexto, na abordagem do governo a ligação entre agricultura e redução da pobreza é feito através de dois mecanismos. Primeiro mecanismo, produção de produtos alimentares básicos para a população de forma a reduzir a fome. Aqui, destaca-se o papel fundamental atribuído a produção do sector familiar de pequena escala. Segundo mecanismo, geração de emprego através do desenvolvimento de uma agricultura comercial de grande escala voltada para a produção de produtos primários para exportação, com base na atracção de investidores nacionais e estrangeiros. Espera-se que com este último mecanismo possam ser criadas dinâmicas de

1 O Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I) vigorou de 2001 – 2005, o PARPA II vigorou de 2006 – 2009 e posteriormente este plano passou a designar Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) que vai de 2011 – 2014.

geração de emprego assalariado e de rendimentos, a partir da criação de empresas agrícolas, e o surgimento de produtores locais, associações de produtores ou *contract farming*.

A Tabela 1 apresenta os objectivos e as áreas prioritárias dos três Parpas, destacando o que os Parpas prescrevem em relação a agricultura. Verifica-se, com esta tabela, a relevância que o Governo atribui a agricultura, particularmente do sector familiar, como mecanismo para reduzir a pobreza. Apesar do foco na agricultura familiar, em alguns momentos dos três Parpas destaca-se o papel da agricultura comercial na geração de rendimentos. Isto pressupõe a visão dualista do governo, no sentido de que por um lado, a agricultura poderá prover alimentos e por outro lado, emprego. A questão que se levanta é se de facto estes devem ser vistos de forma separada e se esta intenção é consistente com as dinâmicas de acumulação.

A forma como a estratégia do governo estabelece a ligação entre agricultura e redução da pobreza é problemática e inconsistente com o objectivo de produzir alimentos e gerar emprego com vista a reduzir a pobreza, pelo facto destes serem vistos de forma separada. De facto, existe uma relação orgânica entre estes dois mecanismos, pelo que não podem ser vistos de forma separada. Por um lado, porque para gerar e expandir o emprego é necessário que os salários nominais sejam competitivos. Por outro lado, para os níveis de salários serem competitivos e, ao mesmo tempo, proporcionarem condições de vida condignas para as pessoas que trabalham, de modo que a pobreza possa ser reduzida, é necessário que haja produção e disponibilidade de alimentos básicos, variados e a baixo custo, de forma que as pessoas a eles possam ter acesso. Portanto, dada a relação orgânica entre estes mecanismos, a expansão de um em nenhum momento deve colocar em causa a expansão do outro, caso contrário haverá um desequilíbrio e o custo de produtos alimentares básicos poderá subir e, como resultado, haverá uma pressão sobre os salários reais com tendência a reduzir, e os rendimentos proveniente do emprego não vão ser redutores de pobreza (Wuyts, 2001, 2011a, 2011b; Castel-Branco, 2012a; Ibraimo, 2012).

A Tabela 2 apresenta os objectivos gerais e específicos de algumas políticas públicas para a área da agricultura. Esta tabela reforça a visão do governo em relação aos dois mecanismos de transmissão aqui referenciados, onde, por um lado, o governo coloca o sector familiar como referencia para a produção de alimentos e, por outro lado, faz menção da agricultura comercial como fonte de rendimento.

Tabela 1: Objectivos e áreas prioritárias dos parpas

	PARPA I (2001-2005)	PARPA II (2006-2009)	PARP (2011-2014)
OBJECTIVOS	Redução substancial dos níveis de pobreza em Moçambique através de medidas para melhorar as capacidades e as oportunidades para todos os moçambicanos, e em particular os pobres	Reduzir os níveis de pobreza absoluta e promover o crescimento económico rápido, sustentável e abrangente	Combate a pobreza e promoção de cultura de trabalho com vista ao alcance do crescimento económico inclusivo e redução da pobreza e vulnerabilidade no País
	AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	DESENVOLVIMENTO RURAL	AUMENTO DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÁRIA E PESQUEIRA
ÁREAS PRIORITÁRIAS	O objectivo principal do desenvolvimento rural é o incremento de oportunidades geradoras de rendimentos, particularmente para o sector familiar. A geração de rendimentos depende de avanços agrários que estimulem o aumento da produtividade, mas também e, fundamentalmente, de acesso a mercados. A estratégia de desenvolvimento rural e da agricultura concentrar-se-á, também, na aplicação da política de segurança alimentar, fundamental para a redução da pobreza e de factores de risco dos pobres. Expansão do sector agrário numa base inclusiva, assente fundamentalmente nos produtores do sector familiar, mas também no sector comercial.	Assegurar o envolvimento activo e directo das famílias rurais pobres no crescimento rápido da economia e garantir que a economia agrária contribua directamente para a redução da pobreza. Os objectivos são: <i>(i)</i> promover políticas que contrariem o êxodo rural resultante da falta de oportunidades locais de desenvolvimento de actividades comerciais que permitem as famílias rurais melhorar as condições e padrão de vida dos seus membros, <i>(ii)</i> contribuir para a manutenção do crescimento económico rápido e abrangente, sendo que a médio prazo o crescimento tenha um maior contributo da economia rural, <i>(iii)</i> alterar o padrão de acumulação de capital na economia nacional e <i>(iv)</i> romper o ciclo vicioso da pobreza humana rural, através da melhoria da produtividade, competitividade, eficiência e qualidade do capital humano nas áreas rurais, através dos apoios directo, explícito e massivo a pequena e média empresa capaz de transformar o campo.	A produção agrícola e pesqueira, em particular a familiar, é crucial para a segurança alimentar e nutricional e o bem-estar da população.

	PARPA I (2001-2005)	PARPA II (2006-2009)	PARP (2011-2014)
ÁREAS PRIORITARIAS	PRIORIDADES PARA A AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		PRIORIDADES PARA A AGRICULTURA
	Extensão Rural		Melhorar e aumentar o acesso aos factores de produção
	Investigação		Facilitar o acesso aos mercados
	Apoio a produção agrícola		Melhorar a gestão sustentável de recursos naturais (terra, águas, pescas e floresta)
	Pecuária		
	Florestas e Fauna Bravia		
	Gestão de Terras agrárias		
	Micro-finanças		
	Comunicação Rural		
	Desenvolvimento Institucional		
	EDUCAÇÃO		PROMOÇÃO DE EMPREGO
	SAÚDE		DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA		GOVERNAÇÃO
	BOA GOVERNAÇÃO		MACROECONOMIA E GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS
GESTÃO MACROECONÓMICA E FINANCEIRA			

Fonte: GDM (2006, 2010, 2011)

Tabela 2: Objectivo geral e específico de políticas para a agricultura

	PEDSA (2010 - 2019)	PNISA (2013 - 2017)	CAADP
OBJECTIVO GERAL	Contribuir para a segurança alimentar e a renda dos produtores agrários de maneira competitiva e sustentável garantindo a equidade social e de género	Acelerar a produção de produtos alimentares básicos, Garantir renda para os produtores, Garantir acesso e posse segura dos recursos naturais necessários, Prover serviços especializados orientados ao desenvolvimento da cadeia de valor, Impulsionar o desenvolvimento das zonas de maior potencial agrário e comercial	Induzir a um crescimento económico baseado em evidências e centrado na agricultura como instrumento de desenvolvimento que visa impulsionar a geração de renda, eliminar a fome e a pobreza em África
OBJECTIVO ESPECIFICO	Aumentar a produção e a produtividade agrária e a sua competitividade	Aumentar a produção e produtividade agrária com vista ao aumento da competitividade	Expansão da área sob gestão sustentável da terra e irrigação
	Utilizar os recursos terra, água, florestas e fauna de forma sustentável	Acesso ao mercado e melhoria de infra-estruturas e serviços	Acesso ao mercado através de infra-estruturas melhoradas
	Fortalecer as instituições agrárias	Segurança alimentar e nutricional	Disponibilidade de alimentos e redução da fome, produtividade e resposta a emergências
	Quadro legal e políticas conducentes a investimento agrário	Gestão sustentável de recursos (água, terra, florestas, fauna bravia e recursos pesqueiros)	Investigação agrária, disseminação e adopção de tecnologias
	Melhorar as infra-estruturas e os serviços para o mercado e a comercialização	Reforma e fortalecimento institucional	

Fonte: GDM (2006, 2010, 2011)

Um outro problema que surge na abordagem do governo em relação a agricultura e redução de pobreza é a divergência entre as intenções da política pública neste sector e as dinâmicas de acumulação em Moçambique. Evidências de alguns estudos mostram que o objectivo do governo em reduzir a pobreza com base na agricultura é inconsistente com as dinâmicas de acumulação em Moçambique.

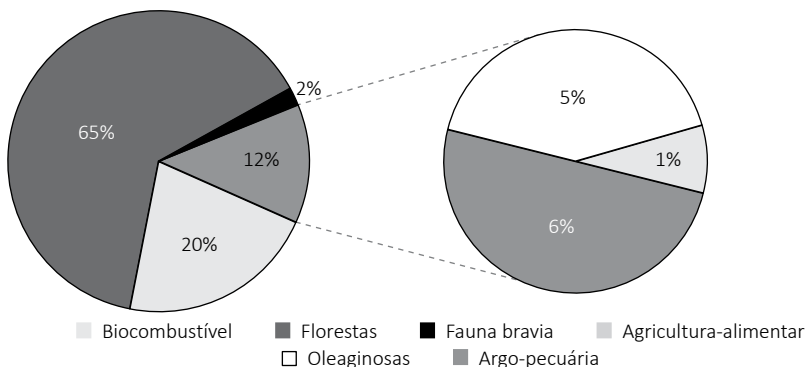
A pesquisa de Mosca & Selemene (2012: 241-242) mostra que, no que respeita a agricultura, sucedem-se os programas e estratégias, mas não existe a transformação estrutural nem a redução do défice alimentar; mantém-se a baixa produtividade e persiste a pouca competitividade da agricultura, resultante principalmente de políticas descontínuas, inconsistentes e incoerentes. Ainda de acordo com este estudo, o estado tem revelado uma clara decisão de não priorizar a agricultura, mas sim os sectores associado ao investimento directo estrangeiro (complexo mineral energético) e a configuração de

padrões externos e que aprofundam a natureza extractiva da economia. Na agricultura, por exemplo, são as culturas de exportação (algodão, caju, copra, madeiras e tabaco) as que têm merecido a atenção dos centros de decisão na captação de investimento, na atribuição de Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra e licenças de exploração, no crédito, na organização institucional, entre outros aspectos.

Acrescentando a lista de estudos que mostram a divergência das intenções de política para reduzir a pobreza, o estudo de Castel-Branco & Mandlate (2012: 119), com base nos dados do Centro de Promoção de Investimento (CPI), em relação ao investimento aprovado no período 2000–2010, mostra que aproximadamente 50% do investimento privado foi aprovado para a exploração de recursos minerais e energéticos e cerca de dois terços do investimento em construção, transportes, energia e comunicações estão relacionados com actividades extractivas directas. Além disso, do investimento privado na agricultura, cerca de 95% foi para actividades extractivas directas, designadamente florestas, tabaco, algodão e biocombustíveis. Ainda de acordo com este estudo, o grosso do investimento na indústria (alumínio, gás e actividades e serviços de engenharia industrial para as grandes empresas do complexo mineral e energético) está também directamente associado ao complexo mineral energético, o que mostra que o investimento privado em Moçambique está sendo aplicado na reprodução e expansão da natureza extractiva da economia.

Uma outra peça de evidência, da inconsistência do objectivo de reduzir a pobreza com enfoque na agricultura, é a forma como em Moçambique é alocada a terra. Os dados do The Oakland Institute, ilustrados no Gráfico 1, mostra que 88% da terra cedida aos grandes investidores agrícolas, entre 2007 e 2009, foi destinada a actividades directamente extractivas como produção florestal, fauna bravia e os biocombustíveis (Castel-Branco & Mandlate, 2012: 120).

Gráfico 1: Percentagem da alocação da terra nos grandes projectos aprovados na agricultura, 2007–2009



Fonte: The Oaklands Institute (2011)

As peças de evidências aqui apresentadas mostram que as dinâmicas de acumulação na agricultura estruturaram-se a volta da produção de produtos primários para exportação, com características meramente extractivas. Isto não é consistente com o objectivo de usar a agricultura para produzir produtos alimentares básicos e acessível a população a baixo custo.

Relação entre geração de emprego e produção de produtos alimentares

Como foi referido na secção anterior, existe uma relação orgânica entre produção de produtos alimentares e a geração de emprego, pelo que não podem ser vistos de forma isolada. Com esta secção pretende-se (i) abordar a relação entre os dois mecanismos de ligação entre a agricultura e redução de pobreza, mostrando que estes devem ser vistos de forma articulada, diferentemente da visão do governo e (ii) apresentar os problemas que surgem ao olhar para o emprego e produção de produtos alimentares de forma separada.

A geração de emprego e a produção de produtos alimentares básicos estão mutuamente ligados. Porque, para gerar e expandir o emprego é necessário que os salários nominais sejam competitivos. Para que o salário nominal seja competitivo e ao mesmo tempo proporcionar condições de vida condignas para as pessoas que trabalham, de modo que a pobreza possa reduzir, é necessário que haja produção e disponibilidade de alimentos básicos, variados e a baixo custo de forma que as pessoas possam ter acesso.

Dada a relação orgânica entre estes dois mecanismos a expansão de um em nenhum momento deve colocar em causa a expansão do outro, caso contrário haverá um desequilíbrio e o custo de produtos alimentares básicos poderá subir e como resultado haverá uma pressão sobre os salários reais, com tendência a reduzir, e os rendimentos proveniente do emprego não vão ser redutor de pobreza. Isto poderá se reflectir ou em instabilidade e conflito social ou em aumentos dos salários nominais. Se o aumento dos salários nominais não for compensado pelo menos com o aumento equivalente da produtividade do trabalho, os salários perderão competitividade porque o rácio salário/produto aumentará, e as empresas não terão interesse em expandir o emprego. A produção e circulação de alimentos básicos, diversificados e baratos e acessíveis permitem simultaneamente manter salários reais decentes e crescentes ao mesmo tempo que o salário nominal se mantém competitivo (portanto, é gerado emprego). O emprego será redutor de pobreza se os salários reais forem decentes e haver aumento da produtividade. O aumento da produtividade permite reduzir os custos unitários da força de trabalho. Uma estratégia de geração de emprego em grande escala deve ser acompanhado por uma estratégia de produção intensiva e circulação de bens básicos

de consumo a baixo custo para a população (Wuyts, 2001, 2011a, 2011b; Castel-Branco, 2012a; Ibraimo, 2012).

Evidências mostram que, por causa da abordagem dualista do governo, surgem conflitos entre estes dois mecanismos (geração de emprego e produção de comida), o que afecta o objectivo de reduzir a pobreza.

A primeira evidência de conflito está associada à disponibilidade de terra fértil e de água e o *trade off* entre a produção de produtos primários para exportação e a produção de produtos alimentares. Tem sido argumentado que Moçambique tem muita terra e muitos recursos hídricos, pelo que desenvolver uma agricultura comercial voltada para a produção de produtos primários para exportação não coloca em causa a produção de produtos alimentares. Este argumento não é verdadeiro, pois, em Moçambique, a expansão da produção agrícola é condicionado pelo acesso a força de trabalho. Por outro lado, a expansão da produção de culturas de rendimento para exportação implica menos terra fértil disponível para a produção de produtos alimentares e maior uso da água. Portanto, há uma substituição no uso da terra e, como consequência, a tendência será uma redução *per capita* da produção de comida (apesar de haver um aumento da produção agrícola).

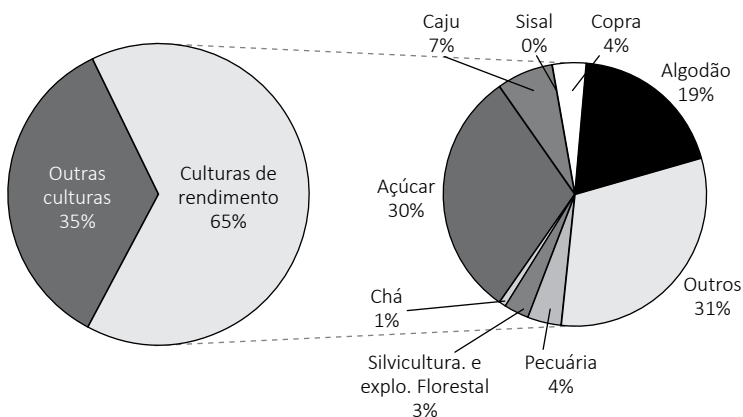
O estudo de O’laughlin & Ibraimo (2013) mostra que em Xinavane e Magude, e actualmente em Moamba, está a ocorrer uma rápida expansão da produção de cana-de-açúcar por parte da Açucareira de Xinavane (AdX). Esta açucareira expandiu até certo ponto e continua a expandir, não com a terra da empresa, mas sim com o surgimento de associações locais e uma empresa. Como consequência, está a ocorrer uma substituição da produção de comida nas terras férteis para a produção de cana-de-açúcar. A zona baixa ao longo do Vale de Incomati, que é uma zona fértil, encontra-se ocupada com as plantações de cana-de-açúcar. Portanto, a conversão do Vale do Incomati para a produção da monocultura da cana-de-açúcar aumentou a vulnerabilidade das famílias às alterações de preços nos mercados internacionais de produtos, não só para o açúcar mas também para os alimentos básicos. Também reduziu a variedade de actividades alternativas para obtenção de rendimento dos pequenos produtores, cuja subsistência depende actualmente de um leque de actividades incluindo pesca, criação de gado, exploração de produtos nos mangais e produção de alimentos em sistema de regadios. Pode estar-se a gerar emprego, mas este não será suficiente para reduzir a pobreza, pois o efeito deste rendimento será anulado pela subida dos preços da comida, e a dependência das pessoas em relação ao mercado dos produtos alimentares aumenta e torna as pessoas mais vulneráveis.

A segunda evidência deste conflito é o investimento que tem sido alocado para a produção de culturas para exportação. O investimento na agricultura expande, apesar de ser em pequenas proporções. Esta expansão não ocorre na produção de produtos alimentares básicos, mas sim nos sectores extractivos, ou seja, nos

produtos para exportação, como são os casos do tabaco, algodão, florestas, fauna bravia e açúcar.

A terceira evidência deste conflito está relacionada com o crédito alocado pelo sistema financeiro para a agricultura. O debate que surge é de que o sistema financeiro não aloca crédito para a actividade agrícola. Embora em pequenas proporções, o sistema financeiro tem alocado crédito para agricultura, mas tem sido, em grande medida, para a agricultura comercial voltada para a produção de produtos primários para exportação. O Gráfico 2 mostra a alocação de crédito para a agricultura, por actividade no período de 2003–2012. Com este gráfico constata-se que 69% do crédito alocado para a agricultura foi para financiar a produção de culturas de rendimento.

Gráfico 2: Alocação de credito para agricultura por actividades, 2003–2012



Fonte: Banco de Moçambique (2003-2013)

Portanto, enquanto a questão de análise for dualista, isto é, produção de alimentos e a geração de emprego vistos de forma separada, poderá comprometer o objectivo de reduzir a pobreza.

Condições de emprego

Como foi apontado ao longo deste artigo, na visão do governo, um dos mecanismos pelo qual a agricultura poderá contribuir para redução da pobreza é através da geração de emprego, com base no desenvolvimento de uma agricultura voltada para a produção de produtos primários para exportação. O facto de esta agricultura, desenvolvida em sistemas de monocultura, ser intensiva em trabalho é visto pelo governo como uma oportunidade para gerar emprego assalariado em grande escala e, também, para criar dinâmicas de redução de pobreza através dos rendimentos monetários que poderão

admir do emprego. Com esta abordagem, verifica-se que a ligação entre geração de emprego e redução da pobreza continua sendo vista como directa, linear e automática. Algumas questões que têm sido pouco levantadas, mas que são relevantes, e que esta secção pretende discutir são (i) as condições em que o emprego é gerado e (ii) porque as precárias condições de emprego constitui um problema para o objectivo de reduzir a pobreza. Esta secção argumenta que a geração de emprego não necessariamente reduz a pobreza, pelo que é importante olhar para as condições de emprego.

Apesar de o desenvolvimento da agricultura focada na produção de produtos primários para exportação ter um potencial de geração de emprego e, como consequência, criar rendimentos monetários para os trabalhadores, não pode ser visto como mecanismo directo para redução de pobreza. As condições em que estes empregos são criados desempenham, também, um papel muito importante na ligação entre emprego e redução de pobreza. Estas dão, ou tiram, ao trabalhador mais ou menos porções do seu rendimento (gerado pelo seu trabalho), o que influencia o salário real dos trabalhadores. Melhorias nas condições de trabalho, por exemplo, investimento na formação e qualificação da mão-de-obra, podem contribuir para o aumento da produtividade e expansão do emprego. Questões ligadas a organização da produção também são relevantes, pois a forma como a produção está organizada tem efeitos na saúde dos trabalhadores (O'Laughlin & Ibraimo, 2013).

Um dos grandes problemas associados à produção de monocultura é a geração de emprego sazonal que é caracterizado por precárias condições de trabalho e baixa remuneração, o que leva a instabilidade da força de trabalho. Portanto, dada as características do emprego sazonal, apesar de estes constituírem uma importante fonte de rendimento e de sobrevivência, do ponto de vista real e de longo prazo, até certa medida este tipo de emprego expõe os trabalhadores e seus dependentes à vulnerabilidade. Por exemplo, olhando para a questão da ausência de protecção social, vê-se duas fragilidades: (i) maior parte dos trabalhadores sazonais não se encontram inscritos no sistema nacional de segurança social e (ii) com a sazonalidade, estes não conseguem acumular rendimentos suficientes para investir em actividades económicas de forma a diversificar as suas fontes de rendimento e fazer poupança (Cramer & Pontara, 1997; Massingarella *et al.*, 2005).

O estudo de O'Laughlin & Ibraimo (2013) mostrou que o facto dos trabalhadores sazonais nas plantações de cana-de-açúcar em Xinavane e Magude terem emprego, não significa que o seu rendimento mensal será automaticamente o previsto no seu contrato de trabalho. Tomando como exemplo os cortadores de cana, que são trabalhadores sazonais com contratos de seis meses (válidos durante o período da campanha), em média, o seu salário mensal é calculado com base no salário diário, isto é, multiplica-se o número de dias efectivamente trabalhados pelo salário diário. Como estes trabalham por empreitadas, existem dias em que alguns trabalhadores não têm acesso a uma empreitada e, como consequência, ficam com menos um dia de salário.

Conclusões

O objectivo do governo de reduzir a pobreza com base na agricultura, através da produção de produtos alimentares básicos e da geração de emprego, está condicionado pela sua abordagem. Portanto, enquanto não se reconhecer a relação orgânica entre a produção de alimentos e a geração de emprego, continuando estes a serem vistos de forma isolada, dificilmente se poderá alcançar o objectivo de reduzir a pobreza com base na agricultura. O artigo também conclui que, ao tratar destes dois mecanismos de forma separada, surgem alguns conflitos que afectam a redução da pobreza. Dentre os conflitos destaca-se a alocação de terra fértil da produção de comida para a produção de culturas de rendimentos voltadas para exportação e o uso da água para produção de culturas de rendimento. Destaca-se também a alocação de crédito e investimento para produção de produtos primários para exportação. Como consequência, verifica-se a redução *per capita* da produção de produtos alimentares, gerando pressões para subida de preços dos bens básicos de consumo. Como a maior parte da população é pobre e gasta a maior parte do seu rendimento no consumo, o poder de compra destes reduz-se, tornando-os susceptíveis de cair na pobreza.

Um outro problema identificado neste artigo é a inconsistência entre os objectivos da política pública para redução da pobreza e as dinâmicas de acumulação em Moçambique. Os documentos de política e a realidade tendem a não convergir. Este facto influencia os canais de transmissão para redução de pobreza afectando o alcance deste objectivo.

Referências

- Ali, R. (2013). Mercados de Trabalho Rural: Porquê são negligenciados na formulação de políticas sobre emprego, pobreza e desenvolvimento rural em Moçambique? In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs). *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE. pp. 211–237
- Banco de Moçambique (2003-2013). Relatório Anual. Banco de Moçambique. Maputo.
- Castel-Branco, C. N. (2011). *Desafios de Mobilização de Recursos Domésticos: Revisão Crítica do Debate*. [Online]. Available from: http://www.iese.ac.mz/?__target__=investigator&investigatorid=1.
- Castel-Branco, C. N. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In: In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (orgs). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE. pp. 19-109.
- Castel-Branco, C. N. (2012a). PARP 2011-2014: Contradições, Tensões e Dilemas. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (orgs). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE. pp. 105-115.
- Castel-Branco, C. N. (2012b). *Pensando nos 'paradoxos' da economia de Moçambique de uma perspectiva de economia política: o sistema extractivo e poroso de acumulação*.

- Castel-Branco, C. N. & Mandlate, O. (2012). Da economia extractiva à diversificação da base produtiva: O que pode o PARP utilizar da análise do modo de acumulação em Moçambique? In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE. pp. 117-144.
- Cramer, C. & Pontara, N. (1997). Rural Poverty and Poverty Alleviation in Mozambique: What's Missing from the Debate. *SOAS*.
- GdM (2001). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005*. pp.1-127.
- GdM (2006). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta*. pp.1-164.
- GdM(2011). *PlanodeAcçãoparaReduçãodaPobreza(PARP)2011-2014*. [Online]. Available from: www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt.
- Ibraimo, Y. (2012). Reflexões Sobre Emprego e Redução da Pobreza no PARP: Desafios para uma Abordagem Alternativa. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (orgs). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE. pp. 373-383.
- Massingarella, C., Nhate, V. & Oya, C. (2005). Mercados Rurais de Emprego em Moçambique: Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambézia. *Ministério da Planificação e Desenvolvimento*.
- Mosca, J. & Selemane, T. (2012). Mega-Projectos no Meio Rural, Desenvolvimento do Território e Pobreza: O Caso de Tete. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (orgs). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE. pp. 231-255.
- MPD (2010). *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional*. pp.1-158.
- Oya, C. (2012). Crise Global, Crescimento e Desafios para Moçambique e sua Estratégia de Desenvolvimento. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE. pp. 387-409.
- The Oakland Institute (2011). Understanding Land Investment Deals in Africa: Mozambique. <http://www.oaklandinstitute.org/understanding-land-investment-deals-africa-mozambique> [Acessado a 13 de Janeiro de 2012]
- Wuyts, M. (2001). Informal economy, wage goods and accumulation under structural adjustment theoretical reflections based on the Tanzanian experience. *Cambridge Journal of Economics*. 25417-438.
- Wuyts, M. (2011a). Será que o Crescimento Económico é Sempre Redutor da Pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. *IDEIAS*. Boletim N°31, p1-2.
- Wuyts, M. (2011b). *The Working Poor: A Macro Perspective*. [Online]. Available from: http://www.iss.nl/fileadmin/ASSETS/iss/Documents/Academic_publications/MarcWwuyts_valedictory.pdf.

Criação de emprego versus trabalho decente? Produção de cana e bem-estar dos trabalhadores no sul de Moçambique

Bridget O’Laughlin

Introdução: criação de emprego versus trabalho decente?

No final da década de 90, o governo moçambicano assinou acordos de investimento em que se cediam importantes áreas irrigáveis do vale do Incomáti, na província de Maputo, a dois grandes produtores de açúcar da África do Sul, Illovo e Tongaat Hulett, para a recuperação e expansão da cana-de-açúcar. Esperava-se obter assim uma renovação económica, especialmente através da criação de empregos, para uma região mergulhada numa crise de desemprego rural. O duplo efeito destrutivo da guerra entre o governo da Frelimo e a Renamo, e a redução dos postos de trabalho regulares nas minas sul-africanas vieram romper as ligações forjadas ao longo de muitas gerações entre o trabalho assalariado e a organização da agricultura e pecuária de pequena escala. As consequências foram o empobrecimento de uma grande parte das famílias rurais, muitas delas chefiadas por mulheres, o banditismo social e a constituição de um terreno fértil para a rápida expansão do HIV/SIDA.

Até 2012, a modernização das unidades de processamento do açúcar e dos sistemas de irrigação estava concluída e as áreas de plantação tinham sido aumentadas; a produção, colheita e processamento de cana-de-açúcar estavam plenamente operacionais. No âmbito do seu projecto de emprego assalariado rural, o IESE fez um estudo de caso das consequências da expansão da produção de açúcar para o bem-estar dos trabalhadores agrícolas e suas famílias na zona de operação da Açucareira de Xinavane controlada pela Tongaat Hulett (mais tarde AdX). Durante o trabalho de campo, em Junho de 2012,¹ embora a empresa não nos autorizasse a entrevistar os trabalhadores nos campos de cana-de-açúcar ou nos acampamentos, conseguimos obter acesso a alguns dados das folhas de salários. Também entrevistámos trabalhadores de plantações num pequeno acampamento gerido por um grande produtor sob

1 Os investigadores de campo foram Yasfir Ibraimo, Bridget O’Laughlin, Sónia Bila, Aldino Jovo e Salvador Ngove. A pesquisa preparatória foi feita em 2011 -12 por Ibraimo e O’Laughlin, tendo-se baseado também em pesquisa anterior realizada por Ibraimo em Xinavane, no âmbito do seu Mestrado (cf. Ibraimo, 2010).

contrato, em associações de pequenos produtores agrícolas, em barracas de bebidas, em paragens de chapas e machimbombos, ao longo de estradas e canais públicos e no âmbito de inquéritos aos agregados familiares nas localidades vizinhas. Trabalhámos com grupos focais ou fizemos entrevistas abertas com gerentes de empresas, com as direcções de associações de pequenos produtores de açúcar e com representantes do governo local, das células locais do partido Frelimo, do sindicato, ONGs e organizações comunitárias.

O desemprego é uma questão politicamente delicada em toda a África Austral, o que tem levado os governos a colocar a criação de emprego no topo das suas listas de prioridades. Pesquisas recentes, particularmente na África do Sul, têm levantado questões sobre a qualidade dos empregos disponibilizados, tanto em áreas urbanas como rurais (cf. Barchiesi 2016; Cousins, 2012; Kenny & Bezuidenhout, 1999; Pons-Vignon, 2014). Estes trabalhos chamam a atenção não apenas para os baixos salários que muitas vezes são pagos, mas também para a insegurança e irregularidade do emprego e para as condições de trabalho pesado e perigoso. Embora o conceito de “trabalho decente” da OIT tenha sido criticado pela sua ambiguidade conceptual (Burchell *et al.*, 2014), o mesmo toma em consideração a importância não apenas dos salários, mas das múltiplas dimensões do impacto do trabalho no bem-estar.

Este artigo começa por analisar as raízes históricas da crise do desemprego rural no sul de Moçambique. Em seguida, examina as mudanças nas relações de classe das zonas rurais resultantes da expansão da produção de cana-de-açúcar em grande escala nas áreas de Xinavane e Magude, no vale do rio Incomáti. Analisa também a estrutura extremamente diferenciada do recrutamento, dos salários e do estatuto contratual dos empregos agrícolas e como a depauperadora organização de trabalho nos campos de cana-de-açúcar causa imiseriação. O artigo mostra ainda como a organização do trabalho determina padrões de doenças individuais e colectivas que põem em causa a promessa de trabalho decente. E reflecte-se, por fim, sobre as razões para a política quiescente da reforma laboral nos campos de cana-de-açúcar.

Crise de pós-guerra e desemprego rural

Em Moçambique, a partir de finais do século XIX, os homens de zonas rurais ao sul do rio Save alternavam períodos de seis a dezoito meses de trabalho duro em minas e plantações da África do Sul com um regresso regular obrigatório a casa. A restrição de movimento mantinha as mulheres e crianças em Moçambique, onde produziam culturas alimentares e criavam gado. A província de Maputo, onde está localizada a plantação da AdX, tinha uma rede de escritórios de recrutamento para a Câmara de Minas da África do Sul. O pagamento de cerca de metade do salário dos mineiros era diferido, sendo o trabalhador apenas reembolsado no seu regresso a Moçambique.

Embora os salários fossem baixos e se tivessem mantido estagnados até à década de 1970, algumas famílias conseguiram investir em gado, charruas, cisternas e habitação durável (First, 1983).

A produção comercial de açúcar assente no recrutamento de trabalhadores agrícolas eventuais, do distrito e de outras áreas de Moçambique, tem uma longa história na bacia do Incomati, no distrito de Manhiça, na província de Maputo. O Incomati Estate, o precursor da AdX, foi criado com capital britânico em 1914 e adquirido por uma companhia portuguesa nos anos 50. Uma propriedade vizinha de produção de açúcar, a Maragra, também portuguesa, foi criada em 1969. A montante, em Moamba, os colonos estabeleceram plantações de citrinos e machambas. Tendo de competir directamente pela mão-de-obra com as minas sul-africanas, as machambas comerciais e as grandes propriedades agrícolas voltaram-se para o estado colonial para as auxiliar no recrutamento de trabalhadores migrantes contratados das províncias vizinhas. As mulheres locais eram contratadas para capinagem e, na década de 1970, algumas trabalhavam também como cortadoras de cana-de-açúcar (Bowen, 2000: 77).

O dualismo político, cultural e racializado do período colonial esvaneceu-se um pouco com a independência, mas a política socialista de aglomerar explorações coloniais transformando-as em machambas estatais manteve em grande medida intacto o dualismo económico do capitalismo colonial (promoção da agricultura comercial de larga escala *versus* agricultura camponesa integrada em mercados de trabalho). A redução abrupta das quotas de recrutamento moçambicanas para as minas, nos anos 70, veio reforçar a diferenciação dos agregados familiares rurais entre os que tinham rendimento regular proveniente de trabalho migratório bem remunerado e aqueles, muitos deles chefiados por mulheres, que não recebiam rendimentos de remessas regulares. As depredações da guerra civil interromperam as ligações entre a agricultura de pequena escala, a pecuária e o trabalho assalariado, exacerbando a crise do desemprego rural. Depois de a Renamo ter entrado nas zonas rurais da província de Maputo, em meados dos anos 80, o recrutamento e os rendimentos dos empregos nas plantações diminuíram, já que as propriedades deixaram de poder exportar a sua produção e de poder pagar regularmente aos seus trabalhadores. Foram dizimadas manadas de gado, pelo roubo e por terem sido usadas por ambos os exércitos para fazer rebentar minas terrestres.

Muitas pessoas fugiram para vilas rurais protegidas ou mudaram-se para a cidade de Maputo. Alguns aventuraram-se a regressar às machambas durante o dia, para as cultivar. Em zonas mais distantes, tanto homens jovens sozinhos como famílias inteiras atravessaram a fronteira para se estabelecerem na África do Sul (Gengenbach, 1998). Refugiados de outras áreas às vezes apoderavam-se de terrenos abandonados, tanto machambas familiares como zonas abandonadas pelas explorações açucareiras

e machambas estatais. A Renamo acabou por ocupar os dois postos administrativos ocidentais de Magude, só renunciando à sua administração separada em 1995 (Gengenbach, 2000).

O processo de reassentamento do pós-guerra foi prolongado e complicado nestes distritos. Magude era conhecido pela relutância de alguns de seus habitantes em abandonar os campos de refugiados na África do Sul para voltar à sua zona de origem (Gengenbach, 2000). Múltiplas reivindicações do mesmo terreno fomentaram intensos conflitos entre retornados e os que tinham permanecido na zona, relativamente ao controlo da terra ao longo do Rio Incomáti.

A cláusula da Lei de Terras moçambicana, de 1997, que reconhecia a reivindicação de terras com base em dez anos de ocupação contínua, facilitou a resolução desses conflitos e deu direitos àqueles que ocuparam antigas terras agrícolas estatais. A destruição das manadas, a precarização do trabalho e a dominação da produção sul-africana no mercado hortícola na cidade de Maputo dificultaram, no entanto, o fomento da produção local de bens de consumo e a recuperação do declínio económico destes distritos. Abateu-se sobre as áreas rurais uma profunda e prolongada crise económica. Como deixou de haver emprego regular, também deixou de haver produção doméstica rural assente na interligação do rendimento salarial com a produção alimentar e pecuária. Segundo o Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2014, a província de Maputo (que inclui alguns subúrbios da cidade de Maputo, bem como as zonas rurais aqui tratadas) ainda tinha a taxa de desemprego mais elevada do país: 31,5% (INE, 2016: 9). Os assaltos nas estradas e o roubo de gado continuaram no período pós-guerra.

A redução das oportunidades regulares de trabalho migratório não significava que os homens ficassem em casa em grande número. Como o mostram os dados do recenseamento da Tabela 1, nas localidades dentro da área de recrutamento da AdX, a percentagem de famílias chefiadas por mulheres continuava a ser elevada em 2007.² Como indica a Tabela 2, referente aos distritos de Manhica e Magude, a percentagem de homens na população aumentou após a guerra, mas o rácio permanece desequilibrado.

Tabela 1: Percentagem de agregados familiares chefiados por mulheres

Posto Administrativo	1997	2007
Xinavane	40	38
3 de Fevereiro	49	58
Ilha Josina Machel	50	55
Magude	52	45

Fonte: Recenseamento Geral da População 1997 e 2007 (INE, 1999, 2009)

² Está previsto um novo censo para 2017.

O número de homens para cada 100 mulheres (rácio M/F) aumentou, mas continua a ser desequilibrado na população activa de ambos os distritos onde a plantação opera (ver Tabela 2).

Tabela 2: Número de homens para 100 mulheres, população residente, actualmente

Ano	Magude	Manhiça
1980	79	89
1997	72	77
2007	82	85

Fonte: Recenseamento Geral da População 1980, 1997 e 2007 (INE, 1983, 1999, 2009)

Os inquéritos às famílias dão alguma indicação sobre os padrões subjacentes de crise e mudança nestes dados do censo. Tornou-se difusa a antiga distinção conceptual entre os agregados familiares chefiados por mulheres *de jure* e *de facto*, à medida que foram diminuindo as remessas regulares, o casamento formal e a migração cíclica.

Alterações na estrutura de classe da indústria açucareira em Xinavane

Neste contexto de crise rural, a proposta de duas empresas açucareiras sul-africanas, a Tongaat Hulett em Xinavane e a Illovu em Maragra, de assumir a gestão das propriedades açucareiras do vale do Incomati, na província de Maputo, criou uma espécie de euforia no governo, tanto a nível nacional como local.³ O açúcar deveria ser, como sugere o sugestivo título de *Buur et al.* (2012), o novo “ouro branco”. A recuperação e a expansão da indústria açucareira constituiriam uma alternativa ao regime desaparecido de trabalho migratório; criaria empregos, revitalizaria a economia local e geraria receitas de exportação.

Em 1998, a Tongaat Hulett Sugar adquiriu uma participação de 49% na propriedade da Incomati⁴ agora designada Açucareira de Xinavane (AdX) e assumiu a sua gestão. A Tongaat Hulett é uma empresa sul-africana que produz uma vasta gama de produtos derivados da cana-de-açúcar. Actua em seis países da África Austral: África do Sul, Botswana, Namíbia, Suazilândia, Zimbabwe e Moçambique. Em Moçambique, a

³ Como o apontam Buur *et al.* (2012), o entusiasmo político a nível nacional reflectiu-se nas dificuldades eleitorais que a Frelimo tinha em antigas áreas de produção de açúcar e a esperança de liquidar os empréstimos do governo às empresas açucareiras altamente endividadas.

⁴ Também em 1998, a Illovu assumiu mais de 50% de propriedade da vizinha Maragra Sugar Estate e também começou a reabilitação da infra-estrutura de irrigação e expansão da fábrica.

Tongaat Hulett está actualmente a explorar açucareiras em Xinavane e Mafambisse.⁵ A Tongaat Hulett contratou o muito respeitado ex-director do Conselho de Açúcar estatal para director-geral da empresa em Moçambique,. Em 2008, o investimento na modernização da fábrica, a reabilitação da propriedade e a expansão da infra-estrutura aumentaram a participação da Tongaat Hulett na AdX para 88%, ou seja, o Estado moçambicano tornou-se accionista minoritário. O aumento da capacidade da fábrica para cerca de 208.000 toneladas de açúcar bruto em 2009-2010 levou à abertura de novos mercados para o açúcar. A empresa aproveitou os preços preferenciais do açúcar oferecidos pela União Europeia aos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), mas estes expiram em 2017 (Buur *et al.*, 2012). A rentabilidade futura dependerá da criação de novos mercados ou da conversão das unidades processadoras de açúcar para processamento de biocombustíveis.

O aumento da capacidade da fábrica exigia que se produzisse mais cana para a alimentar. A Tongaat Hulett melhorou e ampliou a infra-estrutura de irrigação. A maior parte dos canais, valas de drenagem e bombas originais projectados para rega por escoamento foi reparada e redesenhada. Para racionalizar a rede de irrigação, a AdX assumiu o controle das áreas irrigáveis ocupadas por pequenos produtores durante e depois da guerra. Também deslocou pequenos produtores de terras nunca antes incluídas, cultivadas por grandes explorações agrícolas, e recebeu concessões governamentais de antigas plantações de citrinos a montante, no distrito de Magude. O governo local coordenou a deslocação de pequenos proprietários e regulamentou o pagamento de indemnizações aos que aceitaram mudar-se. Nalgumas áreas, particularmente nas planícies aluviais ao longo do rio, projectos apoiados pelo governo, mas financiados por doadores, criaram associações de pequenos agricultores que voluntariamente cediam as suas terras sob contrato à AdX. Cada uma dessas associações tem uma história um pouco diferente das outras e um resultado distinto.⁶ Muitos dos que receberam indemnização por terra consideravam que era muito dinheiro na altura, embora alguns vejam agora isso de outra maneira. Havia também comunidades, como as da Ilha Josina Machel, que se recusaram a ceder as suas terras à AdX. Alguns agora lamentam a sua recusa, porque algumas associações distribuíram rendimentos substanciais aos seus membros.

A produção de cana para alimentar a fábrica da AdX insere-se em três regimes de propriedade. O primeiro é a produção directa nas propriedades da própria AdX, que tem cerca de 12.000 ha de terra cultivados com cana-de-açúcar, consolidados ao longo do vale do Incomáti, de Xinavane a Magude (Jelsma *et al.*, 2010). Dentro desta área, a AdX controla e mantém o sistema de irrigação e

5 A Açucareira de Mafambisse está localizada na Província de Sofala. A Tongaat Hulett detém 85% das acções e os restantes 15% pertencem ao Estado moçambicano.

6 Ver Jelsma *et al.* (2010) para uma discussão detalhada das associações.

de drenagem, decide que variedades de cana usa, planeia o plantio, a capinagem, adubação, colheita e moagem, e contrata e paga os trabalhadores.

A AdX também gere o processo de produção de cana-de-açúcar numa área de cerca de 500 ha pertencente a associações de pequenos agricultores e a um grupo de pequenos produtores sob contrato, que na prática arrendam a sua terra à AdX. A maioria não conserva nenhum controlo efectivo do processo de produção da cana-de-açúcar, embora cada associação também tenha uma pequena área irrigada para produção individual de culturas alimentares. Depois de a cana ser cortada e moída e de ser testado o seu teor de açúcar, a empresa deduz as suas despesas e o rendimento restante é dividido entre os membros da associação, em função do tamanho das suas parcelas. Em suma, no que diz respeito à cana-de-açúcar, os membros da associação são rendeiros, não produtores. Os funcionários da associação são, porém, contratados pela AdX como trabalhadores permanentes – supervisores, operadores de bombas e guardas – da parcela pertencente à associação. Os funcionários escolhem também pessoas das suas comunidades para serem contratadas pela empresa como trabalhadores sazonais. Todos têm de passar pelo processo de introdução e contratação da AdX, são pagos pela empresa e recebem dela equipamentos e uniformes. A maioria das associações é proprietária de pequenas áreas e tem, portanto, apenas uma colheita por ano. Quando não há mais nada para fazer numa associação, pode fazer-se uma rotação dos trabalhadores sazonais para tarefas em zonas vizinhas. Nas entrevistas, os trabalhadores recrutados pelas associações (das quais normalmente não são membros) identificaram-se como trabalhadores da empresa.

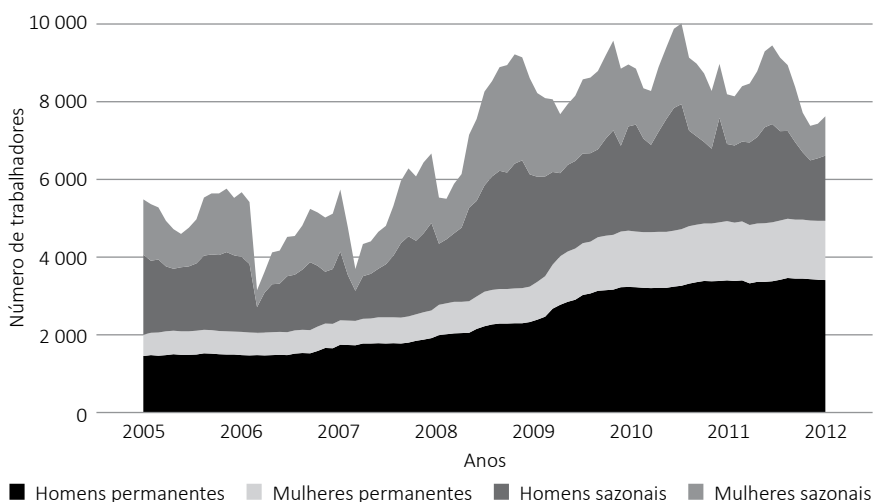
A formação das associações foi marcada por divisões de classe, que deram origem a conflitos recorrentes sobre acesso a rendimentos, terra e emprego. A proposta da empresa era manter um número muito pequeno de membros em cada associação, cerca de 15, e ter uma parcela de 15 ha para cada um. Havia, porém, poucas machambas com essas dimensões ou adjacentes. As áreas que a empresa queria incluir eram reivindicadas por muitas famílias, às vezes por comunidades inteiras. O governo local e os funcionários da Frelimo ajudaram a empresa a identificar um pequeno grupo de pessoas importantes, principalmente homens, para se tornarem membros da associação e serem, assim, colocados nas grandes parcelas recentemente irrigadas. A maior parte destas pessoas combina a agricultura com o comércio, os transportes, o emprego assalariado regular ou cargos políticos. Parte da sua influência vem da sua capacidade de recrutarem trabalhadores locais para trabalhos eventuais e de dar a alguns deles acesso às parcelas irrigadas para a produção de alimentos. Para N., o presidente/supervisor de uma das associações, o seu salário regular serve-lhe de fundo de mancio para usar nos seus outros empreendimentos. Tem um forno para queimar tijolo, onde emprega o seu próprio filho e outros parentes, uma machamba de legumes

onde trabalham as suas esposas e outras mulheres locais, e um pequeno camião para transportar os seus produtos e para transporte pessoal. Em contrapartida, nalgumas zonas de Magude, as comunidades locais contestaram a apropriação da filiação na associação por uns poucos membros. Na altura da nossa pesquisa, a associação Maria da Luz Guebuza tinha, por exemplo, mais de 400 sócios reivindicando uma parte dos rendimentos da associação.

Finalmente há um grande produtor sob contrato, a sociedade agrícola sul-africana de Vamagogo que subalugou 1.400 hectares à AdX para produzir cana-de-açúcar e 200 hectares para produzir gado bovino. A Vamagogo tem acesso independente à água do Incomáti, tem o seu próprio sistema de irrigação que foi devidamente reabilitado, organiza o seu processo agrícola de forma independente e recruta os seus próprios trabalhadores. Tem, contudo, de negociar o seu calendário de corte de cana-de-açúcar e de acesso à moagem com a AdX. O director-geral da empresa alegou que, para reter os seus trabalhadores, a Vamagogo tenta pagar-lhes um pouco mais do que a AdX, excepto no caso dos cortadores de cana. Estes recebem salários idênticos das três explorações agrícolas – a AdX, a Vamagogo e a vizinha Maragra –, para minimizar interrupções de trabalho com base em divergências salariais.

A renovação da indústria açucareira pela AdX ressuscitou o emprego assalariado rural. O Gráfico 1, elaborado com base nos relatórios mensais das folhas de salários da AdX de Janeiro de 2005 a Março de 2012, mostra como a mão-de-obra cresceu à medida que se foram começando a cultivar novas áreas. A AdX emprega

Gráfico 1: A expansão do emprego na AdX 2005-2012, por género e estatuto contratual

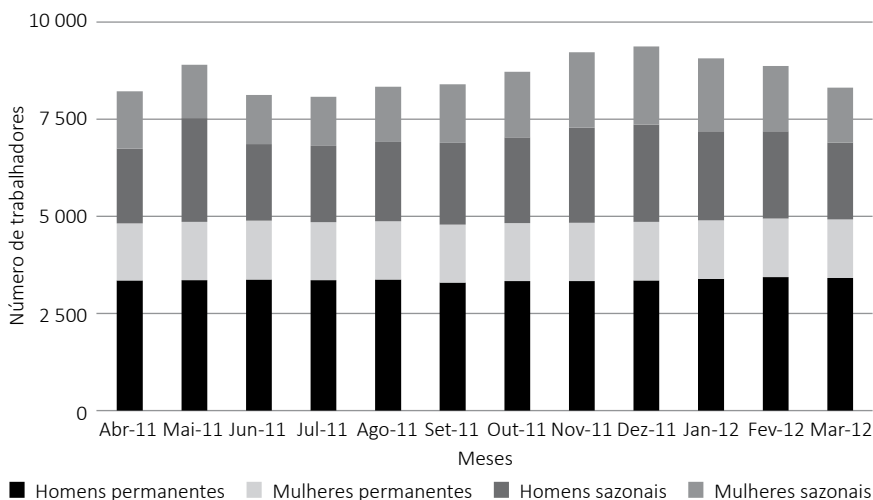


Fonte: AdX, 2012

tanto homens como mulheres e mais da metade dos trabalhadores têm empregos permanentes (contudo, o que isto significa ao certo será discutido mais adiante). Como agora se procede à colheita nas novas áreas, a mão-de-obra total varia entre 8.000 e mais de 10.000 trabalhadores. Trata-se aqui de uma estimativa mínima do número de trabalhadores da indústria de açúcar em Xinavane e Magude, já que a AdX contratou empreitadas para alguns trabalhos, incluindo o carregamento e transporte da cana-de-açúcar. Também não temos números dos empregados da empresa Vamagogo.

O Gráfico 1 também mostra a sazonalidade irregular do emprego dentro do padrão geral de crescimento do emprego. O Gráfico 2 permite uma análise mais detalhada dos padrões de recrutamento sazonal; mostra o emprego durante a campanha agrícola de Abril de 2011 a Março de 2012. Todos os meses, cerca de 5.000 pessoas empregadas nas plantações e na fábrica tinham contratos permanentes. O número de empregos sazonais variava entre 3.052 em Abril e 5.367 em Novembro.

Gráfico 2: Número de trabalhadores, por género e por estatuto contratual, AdX, Campanha agrícola de 2011-2012



Fonte: AdX

Os efeitos multiplicadores do rendimento salarial obtido na indústria do açúcar criaram alguns empregos adicionais noutros sectores, como o comércio e a construção. Quando os trabalhadores são pagos, vêm comprar as suas provisões alimentares mensais e alguns outros produtos de consumo. Os gerentes de loja entrevistados em Xinavane e Magude queixaram-se das “lojas de fim do mês”: as lojas permanentes competem com os comerciantes de rua que afluem à vila com alimentos de base,

bebidas, roupas e sapatos usados, frutas e verduras e alguns produtos caros, como telefones celulares, mas desaparecem das ruas na segunda semana do mês.

Especialmente nas áreas próximas dos acampamentos onde estão alojados os trabalhadores migrantes, sobretudo os cortadores de cana, os moradores locais montam barracas onde vendem cerveja industrial, cigarros e álcool localmente destilado aos migrantes retornados e aos trabalhadores das plantações. Algumas mulheres fazem e vendem cervejas locais e há um pequeno comércio de canábis. O arroz vendido é sobretudo arroz tailandês importado; parte da farinha de milho vem do centro e do norte de Moçambique, mas muita é importada da África do Sul.

As lojas maiores também têm grandes secções de ferragens e materiais de construção. Os seus principais clientes são os trabalhadores qualificados e os técnicos, especialmente os que trabalham na fábrica, que, paralelamente, também fazem construção. Manhiça tem há muito tempo uma indústria de cerâmica artesanal. Dispersos na paisagem, há fornos para queimar tijolo que os operadores vendem a clientes locais e aos construtores da cidade. As casas de tijolo estão a substituir as antigas casas circulares com paredes de caniço. Os proprietários dos fornos são muitas vezes trabalhadores qualificados ou mais bem pagos nas explorações agrícolas que empregam mão-de-obra familiar, mas também contratam mão-de-obra local. Alguns também têm terrenos irrigados e usam os seus salários regulares como capital de exploração para agricultura comercial, contratando jornaleiros para a produção hortícola e exportando os seus produtos para a cidade de Maputo.

As nossas entrevistas com funcionários bancários das vilas de Manhiça, Xinavane e Magude confirmaram o limitado impacto do investimento resultante do aumento dos rendimentos do emprego assalariado. Alguns trabalhadores do campo abriram contas bancárias pessoais e mostram-se entusiasmados com o facto de receberem pagamento por cheque, como os trabalhadores da fábrica. Indicam que isso os protege contra descontos injustificados aos seus salários, mas normalmente levantam o seu dinheiro logo que este é depositado. Uma das associações de produtores de açúcar sob contrato, de Magude, obteve um empréstimo de um banco de microcrédito, usando-o para fazer empréstimos sem garantias a alguns dos seus membros. Os pedidos de empréstimo vêm, porém, principalmente dos funcionários qualificados mais bem pagos da AdX, geralmente para a construção ou reparação das suas moradias.

A recuperação e expansão da indústria açucareira em Xinavane, portanto, criou emprego, reforçou o poder do capital agro-industrial e configurou uma estrutura mais diferenciada de classes rurais. Como se discute na próxima secção, porém, a diferenciação dentro do trabalho assalariado na produção de cana-de-açúcar recria, de novas formas, as antigas divisões de género – entre trabalhadores eventuais e permanentes, qualificados e não qualificados, com salários altos e com salários baixos, locais e migrantes.

A complexidade de género do emprego assalariado na produção de cana-de-açúcar

O processo de recrutamento de trabalhadores agrícolas para as plantações de cana-de-açúcar mudou radicalmente com a chegada da AdX. O governo continuou a intervir no recrutamento de trabalhadores manuais durante os períodos de escassez de trabalho após a Independência. Inicialmente, a AdX entregou o recrutamento e o alojamento dos cortadores de cana-de-açúcar a uma empresa que os transportava de outras províncias. Agora que há muito mais pessoas à procura de emprego do que postos de trabalho disponíveis, as explorações agrícolas geralmente conseguem contratar um número suficiente de trabalhadores sem qualquer intervenção governamental. Os chefes de secção definem quantos trabalhadores são necessários para uma determinada actividade e recrutam-nos ao nível da secção. Depois de seleccionados, os trabalhadores apresentam-se no escritório principal da AdX, onde são examinados os seus documentos, para se certificar de que não foram anteriormente despedidos pela empresa por insubordinação ou absentismo. Passam então por uma “introdução” na sede da empresa, um rastreio de saúde e uma breve formação sobre procedimentos de segurança e operações de campo antes de assinarem os contratos.

Há quatro tipos de trabalhadores agrícolas nas plantações: gerentes de nível superior e gerentes assalariados; supervisores de campo experientes e operadores de máquinas que são empregados permanentes da empresa; trabalhadores agrícolas gerais e cortadores de cana-de-açúcar, temporariamente recrutados. Os trabalhadores destes três últimos grupos, como os trabalhadores da fábrica, são todos membros do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Açucareira (SINTIA).

O director da AdX é moçambicano, ao passo que o director-geral da Vamagogo é sul-africano. O inglês é a língua preferida entre profissionais e gerentes de nível superior das empresas. Muitos dos agrónomos formados e outros técnicos da AdX são estrangeiros que foram transferidos de outras delegações da Tongaat Hulett no Zimbabwe ou na Suazilândia. Alguns funcionários moçambicanos queixam-se das divergências salariais entre funcionários nacionais e estrangeiros. Nem todos os funcionários superiores de administração e técnicos trouxeram as famílias para viverem nas áreas das empresas, mas, na AdX, é-lhes fornecida habitação confortável, nas instalações ajardinadas e muradas da sede da companhia, e eles convivem no clube da empresa.

Os técnicos e supervisores de nível inferior, como os capatazes e operadores de máquinas, recebem um salário mensal regular sem contrato de duração determinada e são membros do sindicato. Muitos são empregados da plantação

há muito tempo e residentes de Manhiça, embora possam ser oriundos de outras províncias. Ocasionalmente, há vagas para cargos qualificados permanentes, mas são poucos e muito procurados. Algumas pessoas que vivem nestas zonas, mas que estão excluídas dos empregos de AdX, queixam-se de que a contratação se faz com base em laços de parentesco, amizades e até suborno entre capatazes e candidatos aos empregos, mas admitem também que os superintendentes e os supervisores confiam também nas ligações e nos conhecimentos locais para identificar bons trabalhadores. Estes trabalhadores competentes são geralmente alfabetizados e falam português, bem como diversas outras línguas moçambicanas. Alguns têm residência dentro das explorações agrícolas, mas a maioria vive com a família nas vilas de Xinavane e Magude ou em localidades próximas. Muitos vão de bicicleta para o trabalho. As suas famílias dedicam-se muitas vezes à agricultura ou têm pequenos negócios paralelos, como sejam o comércio, o transporte ou o fabrico de tijolos. Além disso, usam parte do seu rendimento mensal para empregar trabalhadores assalariados para as suas próprias machambas ou empresas.

Os trabalhadores do campo não especializados, muitos deles mulheres com experiência agrícola, são contratados localmente para o trabalho numa determinada parcela da propriedade. Podem morar em localidades próximas da parcela onde normalmente trabalham, mas muitos também se deslocam da área da Ilha Josina. A maioria tem acesso a uma machamba, mas é muitas vezes pequena e sem irrigação. Assim, a agricultura por conta própria não é uma fonte de alimentação suficiente para cobrir o consumo das famílias, especialmente em épocas de seca prolongada. São falantes de changana e muitas vezes têm apenas alguns anos de escola primária, pelo que não se sentem muito à vontade a falar português. Podem ser chefes das suas próprias famílias, às vezes com um parceiro migrante ausente, que faz visitas irregulares e pode ter outra família na África do Sul.

Embora tenham sido contratadas algumas mulheres locais como cortadoras de cana na década de 1980, vêm hoje grandes contingentes de cortadores de cana do sexo masculino, migrantes do centro de Moçambique (Zambézia, Tete e Sofala – ou mesmo do Malawi), bem como das províncias vizinhas. A maior parte deles são jovens na casa dos vinte. A Vamagogo contratou algumas mulheres cortadoras de cana, mas a vida nos acampamentos é difícil para elas. A prioridade no recrutamento é dada àqueles que já sabem cortar cana. Quando o recrutamento foi entregue a terceiros, foram colocados anúncios nos jornais da Beira, mas isso já não é necessário. O número de cortadores de cana que aparecem à porta da AdX a pedir trabalho é muito superior às vagas. Inicialmente, a companhia Vamagogo ia buscar trabalhadores a Inhambane, mas agora pode recorrer aos excedentes de mão-de-obra da AdX.

Tabela 3: Emprego agrícola de mulheres e homens na AdX⁷

Emprego	Mulheres	Homens
Trabalhador geral no campo, incluindo plantador, capinador, desmatador, extractor de rebentos da cana-de-açúcar	x	x
Cortador de cana		x
Carregador		x
Irrigador	x	x
Operador de pulverizador	x	x
Jardineiro	x	x
Trabalhador do armazém	x	x
Guarda do gado	x	x
Guarda		x
Segurança do acampamento		x
Bombeiro		x
Estafeta	x	x
Controlador de fluxo das bombas		x
Tractorista		x
Operador de máquinas		x
Mecânico		x
Escriturário		x
Contabilista		x
Capataz	x	x
Chefe de associação de produtores sob contrato		x
Topógrafo		x
Supervisor	x	x
Chefe de secção		x

Fonte: AdX

Os empregos agrícolas têm uma dimensão de género, determinada pelo tipo e estatuto de emprego. Embora os homens e as mulheres que trabalham na AdX e na Vamagogo se identifiquem como executando um leque variado de trabalhos (ver Tabela 3), a variedade de empregos e tipos de competências é maior para os homens do que para as mulheres.⁸ A maioria das mulheres são trabalhadoras do campo e executam trabalhos manuais não especializados, para além de desempenharem num sistema rotativo diferentes tarefas, como plantar cana, capinar, limpar o lixo dos campos ou

7 Nas nossas entrevistas qualitativas em 2012, só interessava aos investigadores do IESE identificar diferentes tipos de empregos no trabalho da plantação. Ver a análise de 2016 de Lazzarini dos dados da ficha de pagamento da AdX de 2014 para um cálculo quantitativo das diferenças de género no emprego na AdX.

8 Dados de Lazzarini (2016) bem como de entrevistas qualitativas do IESE com trabalhadores.

tirar os rebentos da cana-de-açúcar. As mulheres com cargos de dirigentes são raras. A única mulher capataz que entrevistámos chefiava uma equipa de capinadoras. A análise de Lazzarini (2016) dos dados das fichas de pagamento de Agosto de 2014 da AdX mostram maior equilíbrio de género: havia quatorze mulheres e setenta e cinco homens empregados como supervisores gerais, mas as mulheres têm mais probabilidades que os homens de ter empregos pouco qualificados. Os dados da AdX de Lazzarini⁹ mostram que 72% das mulheres empregadas no trabalho agrícola em Agosto, mas apenas 18% dos homens, eram trabalhadores do campo não especializados ou irrigadores manuais. Essas diferenças de género tendem a reproduzir-se, uma vez que os trabalhadores qualificados e de supervisão são os que mais probabilidades têm de receber formação em serviço ou de fazer cursos de curta duração (Lazzarini, 2016).

Na AdX, os diversos tipos de trabalhadores são visualmente diferenciados pelos uniformes de cores distintas que usam e pelo equipamento que lhes é entregue. Os trabalhadores da fábrica e mecânicos ou operadores de bombas nos campos usam um fato-macaco azul e às vezes um capacete. Aos cortadores de cana é entregue uma catana, um fato-macaco branco, botas, luvas e óculos. Os trabalhadores do campo qualificados e de supervisão usam casaco e calças impermeáveis amarelos. Os trabalhadores do campo usam uma bata verde. Todos os uniformes dos trabalhadores têm tiras fluorescentes para os proteger enquanto peões e ciclistas nas estradas estreitas ao anoitecer e ao amanhecer. Os agrónomos e outros técnicos qualificados usam calças de caqui de bom corte e camisas com logótipos da empresa nas mangas.

O fosso de salários e rendimentos nos empregos agrícolas na AdX

As diferenças nos uniformes dos trabalhadores reflectem as diferenças de estatuto contratual, os salários, e ainda as diferenças profissionais entre eles. Salários de base diferentes e a variação na quantidade de tempo de trabalho que se recebe resultam numa acentuada diferença dos rendimentos. A Tongaat Hulett fixa os níveis salariais usando uma variante do sistema Paterson de classificação de cargos por faixa salarial, aplicada nas grandes empresas da África Austral. Em relação à mineração, Phakathi (2013) postula que o sistema de Paterson fragmenta a mão-de-obra e desvaloriza as competências dos trabalhadores produtivos. A mesma observação se pode fazer relativamente a companhias de açúcar como a AdX. A Tabela 4 apresenta os salários de base mensais por grupo de trabalhadores abrangidos pelo acordo entre a AdX e o Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar (SINTIA) durante o ano agrícola de 2011-2012. A faixa mais baixa, A, subdivide-se ainda em quatro categorias, sendo A1

⁹ A. Lazzarini, planilha fornecida em comunicação pessoal, 21 de Fevereiro de 2017.

(A), o pagamento mais baixo. Os trabalhadores do campo não especializados, por exemplo, são A1 (A), enquanto que os irrigadores são A2. A faixa B é composta por trabalhadores qualificados e de supervisão. A categoria mais bem paga, a faixa C, é composta por técnicos, entre 2% e 3% da mão-de-obra. Os cortadores de cana-de-açúcar têm uma classe salarial especial (1) com um salário base de 6.150 MT. Gerentes de nível superior e técnicos são pagos num grupo de escalas separadas.

Tabela 4: Tabela de salários mensais na AdX in 2012 (trabalho agrícola)

Faixa Salarial	Salário mensal de base (MT)
A1A	2.554
A1	3.246
A2	3.317
A3	3.416
B1	3.722
B2	4.747
B3	5.586
B4	6.411
B5	7.601
C1	8.382
C2	9.626
C3	10.556

Fonte: Documento facultado pelo SINTIA 2012

Apesar da grande mecanização das operações de campo nas plantações AdX e Vamagogo, a produção de cana-de-açúcar em Xinavane continua a depender de mão-de-obra mal remunerada. Como mostra a Tabela 5, a grande maioria (entre dois terços e quatro quintos) dos trabalhadores agrícolas está classificada na faixa A, a dos salários mais baixos. A percentagem da variação de trabalhadores da faixa A ao longo do ano agrícola reflecte a sazonalidade da procura de mão-de-obra para o campo.

Tabela 5: Percentagem da faixa salarial no total da mão-de-obra agrícola, campanha agrícola de 2011-2012

	% faixa A	% faixa B	% faixa C
Meses altos	79%	20%	3%
Meses baixos	64%	16%	2%

Fonte: AdX

Quando as mulheres e os homens têm os mesmos trabalhos, recebem a mesma remuneração de base, mas as desigualdades salariais de género surgem porque as mulheres não são empregadas como cortadoras de cana e os homens têm muito mais probabilidade que as mulheres de ocupar cargos qualificados ou de supervisão. Independentemente do género, todavia, a maioria dos trabalhadores agrícolas, homens e mulheres, está concentrada nas faixas salariais inferiores.

As diferenças de rendimento entre trabalhadores manuais e pessoal técnico/administrativo ou gerentes também reflectem a forma como o seu trabalho é medido e pago. Todos os funcionários da AdX são pagos no fim do mês, mas apenas o pessoal altamente qualificado e administrativo trabalha um número fixo de dias por mês e recebe um salário mensal fixo. Estes funcionários recebem horas extras e descontam-lhes as faltas. A maior parte dos trabalhadores agrícolas não tem salário mensal fixo. O seu pagamento mensal depende do número de dias de trabalho que lhes são contados. Para a maioria destes trabalhadores, a jorna não é medida em horas trabalhadas, mas pela conclusão de uma empreitada. As tarefas variam e são definidas pelos gerentes de campo, em função das normas da empresa e das condições dos cultivos. Em certos trabalhos também é possível receber apenas meio dia de trabalho, ou seja, completar menos do que a tarefa por inteiro.

O rendimento proveniente do trabalho manual na AdX é baixo, não apenas porque a maioria dos trabalhadores está na faixa salarial inferior, mas também porque o trabalho manual é irregular. Na altura da nossa pesquisa, a plantação da Vamagogo não estava a contratar trabalhadores sazonais com contratos permanentes, mas permitia que uma reserva de cortadores de cana vivesse no seu acampamento, disponível em períodos altos, competindo por empregos em períodos de pouco trabalho. A AdX, em contrapartida, cumpria a lei laboral moçambicana, que proíbe o uso de mão-de-obra eventual na agricultura comercial de larga escala, tendo até banido a expressão “trabalho eventual” do seu vocabulário administrativo.¹⁰ Todos os trabalhadores devem ter um contrato por um período fixo; o contrato mínimo é de três meses. Após três contratos consecutivos de três meses, deve dar-se ao trabalhador um contrato permanente. A AdX resolve o conflito entre a necessidade de oferecer contratos fixos e a da procura variável de mão-de-obra sazonal de duas maneiras: em primeiro lugar, muitos trabalhadores com contratos de três meses são obrigados a “descansar” entre contratos, de modo a nunca ganharem direito a um contrato permanente; em segundo lugar, um contrato, seja ele sazonal ou permanente, dá aos trabalhadores agrícolas a possibilidade de ser contratado, mas não garante que o sejam. O recrutamento diário flexível de trabalhadores pouco qualificados sob contrato, uma espécie de contrato de zero dias, implica que os trabalhadores só sejam pagos pelos dias em que realmente trabalham.

¹⁰ Fomos corrigidos pelo chefe do departamento de pessoal, quando perguntámos qual o número de trabalhadores eventuais empregados pela AdX.

A AdX transformou, assim, o contrato permanente de trabalhadores pouco qualificados num instrumento que cria uma reserva de trabalho interna não remunerada, um sistema mais suave, mas que não deixa de recordar, ainda assim, os sistemas de *chibalo* (trabalho forçado) do período colonial. Os cortadores de cana-de-açúcar com contratos sazonais de seis meses, alojados principalmente em acampamentos perto dos campos, são chamados quando a cana está pronta para cortar. Para os capinadores, limpadores, extractores de rebentos e plantadores, contratados localmente com contratos sazonais de três meses, o procedimento de recrutamento é menos seguro. Todos os dias se apresentam a um determinado chefe de seção particular, que os informa se eles são ou não necessários. A não-comparência diária é motivo para recusar a renovação de um contrato, o que é crucial, dado que, nos termos da lei laboral, três contratos sazonais sucessivos dão direito a um contrato permanente. Estabelecer e manter relações de clientelismo com os supervisores é, portanto, fundamental para a segurança do trabalho dos trabalhadores sazonais, sejam eles mulheres ou homens. Assim também para o pessoal de supervisão é importante assegurar que terão trabalhadores suficientes para concluir as tarefas que lhes foram atribuídas pelos seus supervisores.

A continuidade do plantio, corte e processamento da cana-de-açúcar em boa parte do ano agrícola faz com que a procura de mão-de-obra seja mais estável que em muitas formas de produção agrícola. No entanto, voltando ao nosso Gráfico 2, temos de observar que esses dados provavelmente exageram a estabilidade do emprego e do rendimento dos trabalhadores manuais, a maior componente da mão-de-obra na AdX, ao longo do ano agrícola. Os dados de ficha de pagamento fornecidos pela AdX mostram-nos quantos trabalhadores estavam empregados cada mês, mas não nos dizem quantos dias cada um trabalhou e, portanto, quanto ganharam. As folhas de salário individuais que vimos ao entrevistar trabalhadores mostraram que havia variação, entre trabalhadores e ao longo do ano agrícola, no número de dias trabalhados por mês – mas não podemos dizer quanta. Às vezes, os trabalhadores recebem meia tarefa a cumprir e recebem, por isso, um salário de meio dia. Além disso, embora as contribuições para a segurança social sejam deduzidas dos salários de todos os trabalhadores, nem todos eles trabalharam o número suficiente de dias mensais para serem registadas as suas contribuições.

No que diz respeito ao primeiro aspecto dos empregos decentes – o nível e a regularidade dos salários –, há, portanto, uma profunda divisão: de um lado estão os trabalhadores manuais que, independentemente do seu estatuto contratual, são, na prática, trabalhadores ocasionais com rendimentos irregulares e direito incerto às regalias de segurança social; do outro lado, estão os trabalhadores qualificados, técnicos e administrativos, pagos mensalmente, com empregos permanentes e com direito a baixas por doença e a aposentação. Este fosso é reforçado por padrões de

desigualdade de género, uma vez que as mulheres se concentram nos níveis salariais mais baixos (particularmente A1A) e no emprego sazonal. As faixas salariais dividem os trabalhadores e estabelecem hierarquias de respeito, que são reforçadas pelas formas de recrutamento e de pagamento, e até pelas distinções de estilos e cores dos uniformes que usam.

Imiseração no trabalho

Não é apenas o rendimento monetário que determina se os empregos são decentes. A vivência do trabalho pode por si mesma ser empobrecedora, pouco saudável e nada dignificadora. Nos campos de cana, a imiseração é causada tanto pela disciplina da rapidez, que intensifica o ritmo do trabalho manual, como pela extenuante extensão não remunerada da jornada de trabalho. Ambas se devem à forma como a indústria açucareira tem de gerir um risco inerente à sua rentabilidade: a combinação do ritmo industrial de um processo de moagem altamente mecanizado que deve funcionar no máximo da sua capacidade para ser rentável, com os ritmos agrícolas sazonais do ciclo de cultivo e do clima. As entregas de cana devem ser regulares para utilizar a capacidade da fábrica de forma lucrativa e garantir a moagem da cana-de-açúcar quando atinge o seu conteúdo ideal de açúcar.

A AdX conseguiu alavancar a sua posse de grandes plantações de forma a suprimir a pressão ascendente sobre o preço pago aos produtores sob contrato pela cana-de-açúcar por processar e controlar a o calendário de entregas. A empresa utiliza melhoramento de variedades, plantio escalonado e selectivo, grandes sistemas de bombagem, sistemas computadorizados de irrigação e drenagem, pulverização aérea de pesticidas, herbicidas e endurecedores para fazer corresponder a produção de cana-de-açúcar de alta produção com a capacidade da fábrica. Mesmo com máquinas sofisticadas, porém, é difícil ultrapassar as incertezas da variação climática. A irregularidade da precipitação afecta os padrões de crescimento e de amadurecimento da cana, enquanto o açúcar atinge o seu teor máximo em função da luz solar. O uso flexível de mão-de-obra agrícola com salários baixos ajuda as empresas de açúcar a lidarem com variações de sazonalidade.

Embora a mecanização de muitos processos de trabalho nas plantações da AdX e da Vamagogo tenha reduzido a procura geral de trabalhadores manuais qualificados, como os irrigadores manuais e pulverizadores, as empresas ainda dependem do recrutamento de trabalhadores manuais sazonais para tarefas que estes podem executar de forma mais rentável que as máquinas. Embora a cana-de-açúcar seja cortada ao longo de um período de nove meses, a produção atinge um auge durante um período de dois meses, no Verão, quando há mais cana a amadurecer. Mecanizar a colheita significaria deixar alguma maquinaria parada durante a maior parte do ano agrícola.

As máquinas também são menos flexíveis do que os trabalhadores manuais ao lidar com as irregularidades da produção agrícola e podem ser menos ágeis nos campos. O agrônomo que nos explicou as normas técnicas que regem a produção de cana passou a maior parte do tempo a explicar exceções. Nesta zona semiárida, a irrigação é suplementada pelas chuvas; apesar da informatização da irrigação, quando as chuvas não caem como previsto, nalguns terrenos utiliza-se rega manual suplementar. Os bons e mais habilidosos cortadores de cana cortam a parte de cima da cana e cortam-na em baixo, rente ao chão, para maximizar a parte da cana com açúcar que vai para a fábrica, sem danificar a toija que dará novos rebentos. Além disso, ao contrário dos seres humanos, as máquinas de colheita e as que se usam para varrer e empilhar o bagaço de cana que alimenta a fábrica e a rede eléctrica não funcionam bem quando o terreno está enlameado e estragam os rebentos. A pulverização aérea de pesticidas e herbicidas é mais cara e prejudicial que a pulverização manual para pequenas infestações de pragas isoladas ou ervas daninhas. Acresce ainda que a plantação mecânica de nova cana-de-açúcar verde tem mais probabilidades de estragar os rebentos que a plantação manual.

Há, porém, um grande dilema associado com o recurso ao trabalho manual nos campos: como manter a velocidade de entrega e coordenação da oferta entre campo e fábrica necessárias a uma produção lucrativa de açúcar? Na ausência de máquinas para disciplinar as cadências de trabalho, é difícil superar as diferenças de produtividade entre os trabalhadores. A resolução diária deste dilema é o salário por metas, que é tanto uma maneira de organizar o trabalho como uma forma salarial. Os supervisores decidem as dimensões de uma tarefa, tendo em conta as condições do terreno e do cultivo: um determinado número de linhas de cana para cortar, um determinado número de linhas para tirar, uma determinada área para limpar. Como os trabalhadores são pagos para executar esta tarefa e não por um dia de trabalho, não lhes é paga nenhuma parte do dia do trabalho em que não cumpram directamente a tarefa. Na prática, na produção de cana, o salário à tarefa, bem como o salário por empreitada,¹¹ serve para intensificar o trabalho, motivando o trabalhador a trabalhar o mais possível, e o mais contínua e rapidamente possível. Em teoria, um salário à tarefa permite que o pagamento seja feito em função das competências e ritmos diversos de cada trabalhador agrícola, bem como do impacto das condições de terreno ou do produto cultivado na quantidade de trabalho que um trabalhador consegue executar. Na prática, a maioria das lutas laborais no dia-a-dia são disputas sobre a definição do que constitui uma tarefa ou uma meta e a forma como isso é registrado pelos supervisores de campo.

No sistema de salários por metas, o tempo gasto em trânsito entre locais de recolha de trabalhadores e os campos, ou à espera de receber uma tarefa, não é pago

11 Isto não quer dizer que os salários à peça sejam melhores. Alves (2006) postula que as constantes e crescentes normas sobre a quantidade de cana cortada resultantes da passagem de salário por metas para salário à peça estão a levar à exaustão os cortadores de cana no Brasil.

pela empresa. Nem os trabalhadores são pagos por nenhuma pausa que façam para descansar, comer, ir buscar água potável ou satisfazer as suas necessidades sanitárias. O AdX paga “salários limpos”, isto é, não faz deduções pelo fornecimento de comida ou bebida aos trabalhadores do campo e também não fornece nenhuma comida nem bebida. Cada trabalhador recebe um garrafão de plástico para trazer água potável de casa. Na época quente, são colocados mais tanques de água nos campos, para os trabalhadores poderem encher os garrafões. Há um intervalo obrigatório para merendar, como prescrito pela lei laboral, mas os trabalhadores devem trazer a comida feita de casa ou do acampamento. Os próprios trabalhadores mostram-se relutantes em interromper o trabalho para fazer qualquer pausa.

A disciplina do salário por metas e o *stress* a que estão sujeitos os trabalhadores funcionam de forma diferente para os dois grupos mais importantes de trabalhadores agrícolas manuais: os homens cortadores de cana alojados em acampamentos localizados entre os campos de cana, por um lado, e os trabalhadores do campo não especializados, mulheres e homens, que vivem nas comunidades vizinhas, por outro. Para os primeiros, a exaustão resulta principalmente do ritmo intenso a que trabalham; para os últimos, o esgotamento provém da extensão da jornada de trabalho. Para compreender o impacto da exaustão na sua qualidade de vida, é preciso olhar para a forma como o seu tempo nos campos se enquadra na maneira como organizam as suas vidas.

Os cortadores de cana

Durante os seis meses do seu contrato padrão, a casa dos cortadores de cana é um acampamento. Foi construído um novo acampamento aquando da expansão da AdX em Magude, mas grande parte das habitações da AdX e da Vamagogo datam do período colonial, com algumas janelas novas inseridas para ventilação. Os acampamentos são murados; há pessoal de segurança a controlar entradas e saídas. Os acampamentos estão divididos em compartimentos onde os trabalhadores dormem em beliches de cimento com esteiras e, às vezes, com redes de cama. Não há alojamento familiar nos acampamentos. Os cortadores de cana tentam partilhar um compartimento com amigos ou pessoas provenientes da mesma região e que partilhem a mesma língua materna. No período alto da colheita, os acampamentos estão cheios de gente; no acampamento da Vamagogo, os trabalhadores às vezes partilham beliches ou dormem em esteiras no chão. No exterior, há chuveiros colectivos separados e casas de banho com água corrente. Os trabalhadores devem limpar os compartimentos, as casas de banho e o complexo habitacional. Usam electricidade gerada pelo moinho para iluminação e para cozinhar, vão à cidade juntos para comprar provisões para um mês – farinha de milho, arroz, óleo, feijão, amendoim, cebola e peixe seco – e às refeições os amigos juntam-se em grupos. Às vezes, compram carne ou peixe localmente ou apanham verduras em campos vizinhos.

Quando os supervisores do campo decidem que um determinado campo está pronto para a colheita, a cana-de-açúcar é queimada durante a noite para parar a maturação, para tirar a folhagem extra que corta as mãos e entope as máquinas e para afugentar cobras e insectos. Avisam os capatazes ligados a um determinado acampamento e a equipa de transporte que vai buscar os trabalhadores por volta das 3:00 da manhã. Às vezes, há mais cortadores disponíveis do que os necessários; puxam e empurram para meter os amigos no camião. Os cortadores levam as suas próprias catanas afiadas para os campos e botas de cano para andar dentro de valas e canais e para proteger os pés do chão ainda muito quente. Às vezes usam parte dos uniformes, o fato-macaco de ganga branca na AdX e uma bata e calças pretas leves na Vamagogo. Durante o dia, os funcionários da AdX normalmente despem camisas e fatos-macacos; são quentes, sujam-se e não os deixam manejar a catana com a devida precisão e rapidez.

Os trabalhadores são agrupados em equipas, muitas vezes com base na etnicidade, língua ou região, e é-lhes dada uma área específica para cortar. Cantam, trocam insultos e competem com outros grupos para manter o ritmo de trabalho. Cortam a parte de cima da cana e cortam-na rente à base, para maximizar o teor de açúcar do que vai para a fábrica. Embora cada indivíduo receba um determinado número de linhas para cortar, a meta é colectiva e o ritmo do trabalho é partilhado; motiva-os a disciplina do grupo. Recebem bónus consoante a velocidade a que cortaram a cana. Alguns fumam canábis para os ajudar a manter o ritmo. São comuns pequenos ferimentos e às vezes os ânimos exaltam-se e chega a haver confrontos físicos. Muitas vezes, os trabalhadores trabalham com dores de cabeça, com sede e com dores nas costas e nos braços. A poeira e a cinza da cana recentemente queimada vão aumentando à medida que se movem, o que lhes provoca comichão nos olhos e lhes afecta a visão. Às vezes lavam-se com água do canal ou bebem um pouco, rapidamente.

Os cortadores de cana trabalham durante as horas mais quentes do dia, mas geralmente terminam a tarefa por volta das 13 horas e apanham o camião de volta ao acampamento onde varrem o complexo, lavam-se, mudam de roupa e se revezam para fazer a comida. À noite, por vezes vão beber ou conversar com mulheres, numa barraca local que vende cerveja ou ficam no acampamento a fumar, beber, ouvir música ou a conversar ao telefone celular com amigos e familiares na sua terra natal. Os pastores evangélicos locais, muitas vezes eles próprios trabalhadores permanentes da AdX, vêm aos acampamentos para pregar, aconselhar e rezar. No fim do mês, quando recebem o salário, os cortadores de cana saem dos acampamentos para conviver, o que eventualmente inclui sexo ocasional, e ir à cidade comprar as provisões de comida para o mês. Também compram sabão, esteiras limpas para dormir e crédito para telefones celulares. As primeiras grandes compras são roupas melhores para vestir fora do campo e um telefone celular. Também vivem com o medo que lhes roubem

as economias no compartimento do acampamento. A maioria tenta enviar algum dinheiro para casa, economizar para a viagem de regresso ou investir nalgum sonho que tenha. Os cortadores de cana da Vamagogo indicaram objectivos como comprar um pequeno barco de pesca, construir uma cisterna, tirar a carta de condução ou um passaporte para ir para a África do Sul.

Trabalhadores do campo não especializados

Os trabalhadores do campo não especializados contratados localmente (os da classe salarial 1A1), muitos deles mulheres, acordam ainda de madrugada, quando os filhos ainda estão a dormir. As mulheres recorrem às filhas mais velhas ou a vizinhas para tomar conta dos filhos e garantir que eles vão à escola. Se um dos filhos estiver doente, as mães podem decidir não ir trabalhar, mas correm o risco de os seus contratos serem rescindidos ou não serem renovados, se faltarem muitas vezes. Os bebés de mama não podem ser levados às costas para os canaviais, porque as folhas de cana lhes cortam a cara, há muitos insectos, como, por exemplo, carraças, há poeira muito suja e porque atrasam o trabalho das mães.

Alguns trabalhadores do campo não especializados vivem suficientemente perto para ir a pé directamente para os campos ou para um local de recolha de trabalhadores onde passa o transporte da AdX. Os que vivem mais longe podem caminhar até a estrada principal e ir de chapa parte do caminho. Levam um garrafão de plástico que encheram de água em casa e talvez alguns restos de comida do dia anterior. Embora tenham um contrato de trabalho (sazonal ou permanente), não têm a certeza de ter trabalho naquele dia nem onde estarão ao certo. Às vezes são transportados de camião para campos distantes, o que pode significar uma longa caminhada de regresso a casa ou terem de esperar todo o dia por transporte colectivo de volta.

O capataz informa-os da tarefa que lhes foi atribuída. Começam a trabalhar geralmente às 5:30 da manhã na estação quente ou às 6 na estação fria. Geralmente, cada qual trabalha de forma independente, mas o capataz controla a qualidade e a cadência do trabalho. O capataz também decide quando a tarefa está devidamente concluída, às vezes contando-a apenas como meia tarefa. Os trabalhadores mais rápidos são autorizados a ajudar os que ficaram para trás a concluir a tarefa. Embora não trabalhem com o extremo *stress* dos cortadores de cana, também mostram relutância em fazer o intervalo para merenda, ou em meter-se pelos canaviais para satisfazer as necessidades sanitárias. Em relação às instalações sanitárias, muitas vezes nos disseram que não há uma casa de banho mais privada que um canavial. Isso pode ser adequado para um homem urinar, mas a falta de privacidade pode ser perigosa para uma mulher. E também não há água limpa para os trabalhadores se lavarem no canavial.

Quando acabam, o mais tardar às 15 h, os trabalhadores esperam o transporte de volta para o local de recolha de trabalhadores ou até os amigos e vizinhos mais

lentos estarem prontos para os acompanharem até casa. As mulheres estão mais seguras caminhando em grupos nos canaviais. Quando chegam a casa, costumam tomar banho, ir buscar água, fazer uma refeição para a família, lavar roupa ou, se ainda não tiver anoitecido, podem trabalhar na sua própria machamba. Com o pouco tempo que têm, utilizam parte dos seus salários para comprar alimentos fáceis de cozinhar, como arroz ou farinha de milho já moída. Quem só tem contratos sazonais geralmente tem alguma outra actividade de geração de rendimentos, como seja o trabalho à jorna (ganho-ganho) para outros pequenos produtores e tenta manter as suas próprias parcelas. As jornadas de trabalho são longas, combinando trabalho assalariado na plantação com longos períodos de caminhada e de espera e com outros tipos de trabalho.

Segundo os padrões locais, mesmo os salários pagos pela AdX na faixa salarial inferior de trabalhadores agrícolas são melhores que os oferecidos noutros locais para trabalhos agrícolas comparáveis, no sul de Moçambique. O tempo efectivamente passado a trabalhar nos campos não costuma ser mais de seis horas, mas é trabalho físico ao sol no calor do dia. O processo de trabalho é exaustivo. A fadiga resulta tanto da intensidade extrema do árduo trabalho físico executado pelos cortadores de cana como das longas horas de trabalho não remunerado que fazem parte do trabalho para os trabalhadores do campo não especializados. Adicionalmente, a organização do trabalho agrícola quotidiano nos campos de cana-de-açúcar pode levar ainda a outras questões mais graves e mais duradouras de bem-estar, tanto para a saúde dos trabalhadores individuais como para a saúde pública em geral.

Consequências da organização do trabalho para a saúde individual e pública

Os trabalhadores muitas vezes desenvolvem problemas de saúde relacionados com as condições de trabalho e, para os cortadores de cana, com a vida nos acampamentos: queimaduras, cortes, contusões, tosse persistente, infecções de pele, dores de cabeça, diarreia, dores lombares crónicas e conjuntivite. Com base em pesquisa epidemiológica relativa a trabalhadores agrícolas noutros lugares, e, particularmente, trabalhadores de cana-de-açúcar no Brasil e na América Central, sabemos que alguns destes problemas levarão a problemas mais graves ou mais persistentes: problemas respiratórios como asma e tuberculose, doenças reprodutivas resultantes de pesticidas ou insecticidas, alcoolismo e toxicodependência, doença renal crónica relacionada com retenção e desidratação urinária, fracturas, cólera, malária crónica, cancro, e doenças sexualmente transmissíveis, incluindo HIV/SIDA.¹² Além disso, a maneira como a

¹² Ver, entre outros, Hansen & Donohoe (2003), Alves (2006), Cançado *et al.* (2006), Arbex (2007), Raines *et al.* (2014).

produção de cana é organizada em Xinavane e Magude afecta não só a actual e futura saúde dos seus trabalhadores, como também tem consequências a longo prazo para a saúde pública, particularmente no que diz respeito a doenças crónicas e a doenças endémicas, poluição ambiental e instabilidade nutricional.

Trabalhar na cana não conduz necessariamente a um aumento nos problemas de saúde, nem para os trabalhadores, nem para as comunidades circundantes. A forma como se organiza a drenagem, por exemplo, pode realmente levar à melhoria das condições de saúde. Como nos apontou o director da AdX, muitos dos críticos da plantação pressupõem erradamente que a água estagnada do sistema de irrigação era uma das principais razões para a alta incidência de malária na zona de Xinavane. Segundo ele, o sistema de bombeamento eficiente da AdX mantinha, de facto, as águas dos canais em movimento, o que deveria limitar a criação de vectores de bilhárzia e malária. A empresa realiza a pulverização regular de acampamentos, campos e canais, e participa nos programas comunitários de pulverização da Direcção Distrital de Saúde.

Mas a prevenção da malária requer não apenas a pulverização para eliminar o parasita e o mosquito, seu vector, mas também a redução da infecção na população de portadores (Packard, 2007). As pesquisas sobre a incidência de malária realizadas numa parte do distrito de Manhiça, que inclui parte das zonas de recrutamento da AdX e da Vamagogo, concluíram que, na estação seca, quase metade dos adultos eram infectados por *P. falciparum* (Mayor *et al.*, 2007: 5). Com base noutros estudos, os autores concluíram que a prevalência cumulativa de portadores de parasitas adultos ao longo do ano é provavelmente próxima de 100%, devido à natureza crónica das infecções de malária ou reinfeções frequentes. Reduzir a reinfeção entre os cortadores sazonalmente recrutados que vêm todos os anos de áreas fora dos programas de controlo da AdX é, portanto, uma parte necessária da prevenção da malária.

A forma como são organizados o recrutamento e a residência dos cortadores de cana também tem consequências para a incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DST), particularmente o HIV/SIDA. Embora alguns trabalhadores migrantes vivam em comunidades, em vez de acampamentos, e tenham estabelecido famílias localmente, a maioria tem casas e companheiros noutras províncias. As esposas podem vir de visita, e combinam às vezes uma visita matrimonial com comércio, mas a maioria dos trabalhadores migrantes também tem relações sexuais ocasionais com as mulheres locais que conhecem no trabalho ou em barracas onde há álcool e música. Às vezes, as mulheres tomam a iniciativa, no fim do mês, quando os trabalhadores acabam de receber o salário e vão encontrar-se com homens perto do acampamento. Há um elevado risco de contrair DST, incluindo o HIV/SIDA, nestas relações sexuais ocasionais. Estes encontros sexuais consensuais ocasionais estão implícitos na organização do recrutamento sazonal de migrantes e na solidão da vida

no acampamento. O próprio *stress* do processo de corte de cana incentiva o uso de drogas e de álcool, que pode levar à violência em encontros sexuais.¹³

A transmissão dá-se nos dois sentidos. Manhiça e Magude têm longas histórias de emigração e ambos os distritos têm uma elevada incidência de transmissão de DST, incluindo HIV/SIDA entre cônjuges. O Centro de Investigação em Saúde de Manhiça (CISM) realizou um estudo sobre a prevalência do HIV na sua área de vigilância demográfica no distrito de Manhiça (González *et al.*, 2012). Os pesquisadores encontraram uma taxa de prevalência geral de 39,9% para a população de 18 anos e mais. Para as mulheres, a prevalência geral era maior, 43,1%. O HIV/SIDA é, assim, uma questão geral de saúde pública, não circunscrita por género nem idade. Como já referido, as mulheres descrevem os canaviais como lugares perigosos para mulheres sozinhas.

Outro perigo para a saúde pública é a grande velocidade dos veículos que levam a cana cortada dos campos para a fábrica, o que provoca acidentes na estrada principal e nas estradas secundárias. A densidade do trânsito é particularmente elevada de manhãzinha, quando os camiões da AdX e da Vamagogo se deslocam a grande velocidade, transportando cargas de cana para ser processada na fábrica, e quando as crianças vão para a escola, os comerciantes para o mercado, os doentes para o hospital em Xinavane e os trabalhadores para o trabalho a pé, de bicicleta, ou de chapa ou carrinha de caixa aberta. Nos meses de Inverno, ainda é escuro e a visibilidade é difícil nas estradas estreitas. Devido à alta incidência de acidentes, a AdX começou a colocar faixas de fita fluorescente nos uniformes dos seus funcionários. São eficazes, e os uniformes descartados ou partilhados chegam às mãos de amigos e familiares que não trabalham na AdX. Trata-se, porém, de uma questão a resolver apenas com cautela individual; a velocidade dos veículos que zigzagueiam na estrada, as vias estreitas e a ausência de passeios para peões ou de carreiros para bicicletas constituem um perigo para os ciclistas, para os peões e para os próprios condutores.

A forma como a produção de cana é organizada nas empresas agrícolas também levanta questões de saúde pública ambiental a longo prazo: em especial, de poluição do ar, do solo e dos recursos hídricos. Os habitantes de Xinavane estão acostumados a viver com a produção de cana e não se queixam do cheiro desagradável do fumo da fábrica. Como os canaviais são imediatamente adjacentes a zonas de habitação em Xinavane, os ventos da época seca espalham no seio das comunidades poeiras carregadas de produtos químicos que provocam problemas respiratórios, de olhos e de pele. A pulverização aérea de cana madura para interromper o crescimento imediatamente antes do corte às vezes falha o alvo, e faz mal a outras plantas e a animais. Quando a cana é queimada antes de ser cortada, o vento levanta nuvens de

13 <http://noticiasmocambique.blogs.sapo.mz/2012/11/?page=2>, Segunda-feira, 19 de Novembro de 2012. <http://www.canalmoz.co.mz/1o-pagina/494-edicao-de-19-de-novembro-de-2012/23998-distrito-de-manhica-regista-mais-de-mil-casos-de-violacao-de-mulheres-e-criancas.html>.

cinza que despejam detritos em grandes extensões. Há investigação substancial no Brasil sobre as relações entre a queima da cana-de-açúcar e problemas respiratórios, particularmente ataques de asma, em zonas próximas (Arbex *et al.*, 2007; Nicoletta & Belluzzo, 2011).

Embora se associe a queima de cana sacarina a maiores rendimentos a curto prazo, quando integrada na monocultura de cana-de-açúcar a longo prazo, esta queima leva ao esgotamento do solo (Davies, 1998; Mahadevan, 2009). Também há limites para a quantidade de fertilizante e insecticidas que os solos podem absorver sem sofrerem danos. A exaustão do solo devido à cultura contínua em grande parte do século XX em Xinavane é uma das razões para a expansão da AdX para novas áreas até ao rio. Há culturas agrícolas experimentais que filtram produtos químicos nocivos do solo, mas há limites para o que conseguem filtrar; a Vamagogo transformou em pastagem para gado um terreno esgotado de cultivo de cana-de-açúcar. O escoamento de fertilizantes, insecticidas, herbicidas e agentes inibidores do crescimento também constitui uma ameaça para a qualidade da água potável para consumo privado e a sobrevivência da pesca na bacia de drenagem do Incomáti.

A simples existência de água do Incomáti a longo prazo é também um dilema de saúde pública. A província de Maputo é uma área de chuvas irregulares e incertas, inadequada para cana sacarina exclusivamente de sequeiro. O que possibilita a indústria açucareira em Xinavane e Magude é a água do Incomáti. A grande exigência de água da cultura da cana-de-açúcar e a contínua expansão do açúcar e outras culturas irrigadas por todo o vale do Incomáti representam, a longo prazo, uma ameaça para a existência de água disponível para consumo agrícola, industrial e privado, para Moçambique, África do Sul e Suazilândia (cf. Carmo Vaz & van der Zaag, 2003; Lorentzen, 2009). Na época seca, já há faltas de água periódicas. Alguns dos furos feitos para consumo das comunidades na área de Magude já estiveram secos ou a dar água salubre, não potável. Ironicamente, nesta região de escassez de água, o controlo de cheias é também um grande problema de água. As empresas açucareiras construíram diques para proteger os seus canaviais de inundações, mas os diques agravaram as inundações de águas subterrâneas e fizeram-se novas plantações de cana onde havia planícies de inundação (Ogtrop *et al.*, 2005).

Finalmente, a monocultura da cana-de-açúcar não pode garantir emprego nem rendimento suficiente para resolver definitivamente os problemas de insegurança nutricional em Xinavane e Magude. O rendimento salarial é um meio importante de fornecer subsistência alimentar básica em Xinavane/Magude. Os agregados familiares das zonas rurais da província de Maputo no seu todo dependem mais do mercado para a obtenção dos alimentos que consomem que os de qualquer outra província: apenas 20% dos alimentos provêm de produção própria (UNWFP, 2010: 66). O restante vem de compras (62%), doações e outras transferências (14%) e trabalho eventual

(4%) (*Ibid.*). O rendimento do trabalho nas plantações é, portanto, importante para a nutrição dos agregados familiares rurais. O director distrital da Saúde de Manhiça disse-nos que a nutrição infantil tinha melhorado tanto recentemente que se estava a ponderar parar os programas de alimentação escolar. Dada a importância central da nutrição para a saúde, não é de estranhar que tantas pessoas em Xinavane e Magude associem o renascimento da indústria açucareira local com a melhoria do bem-estar.

O emprego, porém, já não está em expansão (ver Gráfico 1) e muitos desses empregos são sazonais. Os preços locais dos alimentos são elevados em relação aos baixos salários dos trabalhadores do campo sazonais. Num rápido levantamento dos preços dos produtos alimentares nas lojas da vila de Xinavane, verificámos que os preços dos produtos de base, principalmente o arroz tailandês importado e o milho sul-africano, eram comparáveis aos da cidade de Maputo. Para a maior parte das famílias de trabalhadores do campo, a sobrevivência depende, portanto, de actividades de subsistência mistas, algumas das quais baseadas na terra. Apesar das limitações da agricultura de pequena escala nessa região, no último censo (2007), muitas mulheres das zonas rurais em volta da propriedade da empresa apresentam a agricultura como sua primeira actividade, como se pode ver na Tabela 6.

Tabela 6: Percentagem da população com 15 anos ou mais que trabalha na agricultura como produtor independente sem trabalhadores por sua conta

Posto Administrativo	% do total	% de homens	% de mulheres
Xinavane	29,81	9,39	50,79
3 de Fevereiro	67,59	36,93	86,07
Ilha Josina Machel	66,29	37,48	83,33
Magude	48,34	27,77	66,73
Total	52,89	26,41	73,22

Fonte: Recenseamento Geral da População 2007 (INE, 2009)

A apropriação da terra e do acesso à água para a monocultura da cana-de-açúcar ao longo das áreas irrigáveis do vale do Incomáti restringiu o acesso aos recursos necessários para um leque de actividades de subsistência dos agregados familiares rurais: pesca artesanal, corte de caniço, pastoreio e horticultura de pequena escala. O pequeno comércio e a produção artesanal também estão ligados a estas actividades. Os padrões actuais de emprego na produção de cana não proporcionam segurança nutricional a longo prazo.

A AdX tem consciência destas questões de saúde individual e colectiva e tem abordado muitas delas (o produtor sob contrato Vamagogo não o tem feito com a mesma diligência). A empresa tem um programa de educação activa sobre segurança

no trabalho em que se abordam acidentes na fábrica, nos campos e nas estradas. Há um trabalhador formado em socorrismo com um estojo de primeiros socorros em cada talhão de plantação e há uma pequena clínica perto da fábrica para tratar ferimentos de trabalho mais graves. Há informação sobre questões de segurança afixada em todas as instalações da AdX. As áreas de perigo estão indicadas segundo as “regras de Huley”, sendo pintadas para todos verem na entrada do principal complexo da Vila de Xinavane. Os trabalhadores recebem roupas e botas protectoras. Os acampamentos mais antigos foram remodelados após a epidemia de cólera. Na sequência de mortes ocorridas na estrada, foi colocada uma faixa reflectora nos uniformes dos trabalhadores. A empresa tem um programa de prevenção da transmissão do HIV/SIDA para os trabalhadores, pondo a tónica no uso do preservativo. Este programa é implementado em coordenação com o governo local e as suas campanhas de controlo da malária. Incentiva as associações a dedicar uma parte (pequena) da sua terra à produção de alimentos.

O que é digno de nota na abordagem da empresa em relação às questões de saúde dos trabalhadores e da comunidade, no entanto, é o destaque que dá ao voluntarismo – responsabilidade individual dos trabalhadores pela sua própria saúde e iniciativas opcionais de responsabilidade social da empresa. A empresa fornece o vestuário de protecção; cabe aos trabalhadores usá-lo, sendo que os cortadores de cana recusam-se a fazê-lo. O que os cortadores de cana nos disseram foi que não usavam os uniformes porque eram brancos e difíceis de lavar, e porque não os deixavam manejar a catana à vontade, diminuindo o ritmo e provocando acidentes. Os trabalhadores que moram no acampamento em Magude, um tanto exasperados, disseram ao educador de HIV/SIDA que queriam preservativos, mas não havia comerciante perto do acampamento que os abastecesse regularmente. A AdX construiu alguns postos de saúde e escolas rurais, mas não contrata funcionários para eles. A empresa emprestou equipamentos para recolha do lixo na cidade de Xinavane e emprestou duas ambulâncias ao hospital de Xinavane, mas insiste que não se trata de compromissos permanentes. Aquilo em que a empresa não toca são as práticas quotidianas que tornam o trabalho da cana-de-açúcar prejudicial para a saúde dos trabalhadores e das comunidades: salários por metas, contratos sazonais de curta duração, alojamento em acampamentos separados por sexo, a prioridade dada ao processamento acelerado da cana na fábrica em detrimento do ar limpo e da segurança individual, e o monopólio que se vai alargando da cultura irrigada de cana sacarina pelo vale do Incomáti acima.

Os salários são um foco de luta dos trabalhadores agrícolas. Há conflitos frequentes nos campos por causa do tamanho de uma tarefa e da justiça do controlo do capataz. Há alguns anos, uma greve selvagem de cortadores de cana incluía uma reivindicação de pagamento de um décimo-terceiro mês no fim da temporada de corte da cana, como recebem os trabalhadores permanentes. Como resultado, os cortadores de cana

receberam um aumento salarial em vez do décimo-terceiro mês. No entanto, no que diz respeito às condições de trabalho e de vida, os próprios trabalhadores parecem aceitar que o trabalho árduo e o perigo fazem naturalmente parte dos campos de cana-de-açúcar.

Profundamente dividido pelo estatuto contratual e pela faixa salarial, cada grupo de trabalhadores preocupa-se apenas com as questões que lhes dizem respeito. Os trabalhadores permanentes preocupam-se com a promoção e defesa do seu próprio estatuto contratual, e não com a eliminação dos abusos do trabalho por metas ou com a injustiça do contrato de zero dias dos trabalhadores sazonais. Estão também divididos pelas vidas socialmente separadas que vivem em função do género. Os cortadores de cana saem dos seus acampamentos como um exército sai das casernas para a batalha diária no canavial, armados com as suas catanas, cheios de adrenalina, às vezes drogados, sonhando com o dinheiro que lhes permitirá fazer algo melhor noutra lugar. Os trabalhadores do campo não qualificados têm pouca confiança no futuro que possam vir a ter na AdX. Com contratos sazonais de renovação incerta, raramente trabalhando o número suficiente de dias por mês para ter direito à segurança social, sabem que têm de contar com a execução de outras actividades de subsistência para assegurar o sustento diário. Os problemas de saúde e de bem-estar com que os trabalhadores se defrontam também têm consequências para a vida das pessoas nas comunidades vizinhas. Deveria haver espaço para alianças políticas entre trabalhadores e grupos comunitários que lhes permitisse fazer pressão para que fosse introduzida regulamentação governamental referente às condições de trabalho nas plantações. Estará isto a acontecer em Xinavane?

O impasse político à volta do trabalho e bem-estar nos campos de cana-de-açúcar

Historicamente, o trabalho decente e as condições de vida foram conquistados pelos trabalhadores e pelas comunidades, e não simplesmente oferecidos pelo capital. Em Xinavane, teme-se que a exigência de trabalho decente e condições de vida dignas nas propriedades açucareiras possa comprometer a criação de emprego. Ao recusar-nos o acesso aos acampamentos dos trabalhadores, o director de pessoal da AdX disse-nos que, ao entrevistar cortadores de cana-de-açúcar, poderíamos sem querer tocar em questões fortemente polémicas que poderiam levar a outra greve. Nesse caso, disse ele, a AdX teria de considerar a possibilidade de mecanizar a colheita e isso significaria despedir os trabalhadores. A maioria das pessoas que entrevistámos acreditava na sua ameaça.¹⁴ Uma das razões para aceitar que existe uma contradição entre a criação

¹⁴ Não era o caso do director-executivo da Vamagogo, que pensava que a colheita mecanizada não seria rentável na África Austral.

de emprego e o trabalho decente é simplesmente o poder económico e a influência política das grandes empresas de açúcar; a Tongaat Hulett, a multinacional da qual a AdX faz parte, tem uma importância económica e influência política consideráveis em Moçambique e na região em geral.

Neste contexto, é aplicada muito pouca pressão regulatória pelo governo local à AdX (ou à Vamagogo) no que toca a questões de saúde individual, pública e ambiental. Embora o governo actualmente detenha apenas 12% da AdX, os funcionários distritais e as estruturas partidárias ainda desempenham um papel importante na representação dos interesses da AdX. A preocupação com questões a longo prazo de acesso à terra e à água, e à qualidade dos solos, da água e do ar são teoricamente da responsabilidade da Direcção de Actividades Económicas. Actualmente, os funcionários não têm nem a informação disponível, nem as rotinas administrativas, nem a influência política necessária para colocar estas questões a uma grande empresa como a AdX. A legislação moçambicana exige avaliações e monitoria do impacto ambiental. Um relatório preliminar de 2008 do WWF (Fundo Mundial para a Natureza) refere que foram realizadas avaliações de pré-viabilidade para a expansão das duas empresas açucareiras na província de Maputo, Xinavane e Maragra, em 2006 e 2007. Muitas das questões ambientais discutidas nesse relatório foram colocadas nessa altura: contaminação das águas subterrâneas devido ao uso de agro-químicos no processo de produção de cana-de-açúcar; conflito entre os vários utentes de água ao longo da bacia do Incomáti; degradação dos habitats, poluição do ar e contaminação dos solos devido a má gestão dos resíduos sólidos, óleos, lubrificantes e combustíveis utilizados durante o processo de produção. A fraqueza reside, contudo, na importância dada a estes problemas ao nível local e na capacidade de os monitorar a esse mesmo nível.

Os funcionários da Saúde do governo local inspecionam os acampamentos residenciais. Os funcionários distritais da inspecção do trabalho de Manhiça entrevistaram em algumas reclamações dos trabalhadores contra a AdX e conseguiram colocar na AdX alguns trabalhadores qualificados que estavam desempregados. O escritório distrital do INSS, o Instituto Nacional de Segurança Social, está a negociar com Vamagogo para que os trabalhadores desta empresa sejam abrangidos; os funcionários reconhecem, porém, que os seus procedimentos para baixa por doença excluem trabalhadores sazonais e os que trabalham à tarefa, mas não existe uma estratégia para lidar com estes problemas. Os representantes distritais do Ministério do Trabalho também fazem visitas ocasionais à AdX para organizar o recrutamento de desempregados registados e no âmbito dos procedimentos de mediação de queixas, embora lhes impenda fazer inspecção regular das condições de trabalho. Os trabalhadores que apresentam queixas são geralmente trabalhadores permanentes da fábrica.

O SINTIA, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar, é mais um mediador entre a gerência e os trabalhadores do que um representante dos trabalhadores.

O escritório do sindicato está dentro da sede da AdX em Xinavane; os funcionários e a gerência têm relações de trabalho próximas. Na AdX, todos os trabalhadores se tornam automaticamente membros do sindicato quando são contratados; as mensalidades (1% do salário bruto) são automaticamente deduzidas do salário. Porém, o sindicato concentra-se particularmente nas questões dos trabalhadores com empregos permanentes na fábrica ou postos de trabalho qualificado ou de supervisão. O mesmo sindicato desempenha também um papel na arbitragem de questões disciplinares e queixas dos trabalhadores contra a gestão, sobretudo queixas relacionadas com questões salariais. Os trabalhadores do campo não especializados que entrevistámos não tinham grande contacto com o sindicato; alguns punham no mesmo saco as quotas sindicais e as deduções da segurança social como tendo algo a ver com uma pensão de aposentação. Embora o sindicato assinasse o acordo salarial negociado durante a última greve, os relatos da comunicação social indicavam que os cortadores de cana tinham sua própria organização informal, independente do sindicato. O sindicato não tem estratégia para alargar a sua influência aos trabalhadores sazonais, nem está muito preocupado com questões de saúde e de meio ambiente. O seu enfoque principal é a segurança no emprego, classificação de cargos e salários.

A inacção política do SINTIA espelha a persistência do modelo do “sindicato da empresa” estabelecido pelas grandes empresas açucareiras em toda a África Austral e o papel consultivo desempenhado pelos conselhos de produção e sindicatos relativamente à gerência no período das machambas estatais.¹⁵ O enfoque organizacional do SINTIA na fábrica e trabalhadores agrícolas qualificados com empregos permanentes reproduz antigas divisões entre trabalhadores permanentes e eventuais. Como também organiza trabalhadores na vizinha propriedade da Maragra, o sindicato tem o potencial de ser um actor poderoso para definir a forma como se desenvolve a produção de açúcar na região. O escritório nacional tem ligações com sindicatos e organizações de trabalhadores do sector do açúcar em toda a região e está familiarizado com um vasto leque de questões de emprego.

Os grupos comunitários locais têm tido uma posição crítica mais veemente que o governo ou o sindicato na sua relação com as empresas de açúcar. Gwevahne, um grupo de uma rádio comunitária, levantou questões de ocupação de terras e trata agora principalmente das queixas de associações de pequenos produtores sob contrato relativamente ao nível de rendimento que recebem após os descontos da AdX. Esta é uma questão levantada pela UNAC (União Nacional de Camponeses), mas esta associação está activa apenas na zona de operação da Maragra, onde os pequenos produtores sob contrato têm maiores explorações agrícolas, e não em Xinavane. Outro grupo, a Rádio Comunitária, ocupa-se mais com os salários e as

15 Ver Hickel (2012) sobre a história dos sindicatos na indústria açucareira sul-africana e Cardoso (1991) sobre as relações trabalhador-direcção no período socialista em Maragra.

condições de vida dos trabalhadores agrícolas, em especial os cortadores de cana, do que com a ocupação da terra ou com o rendimento dos produtores sob contrato. No passado, este grupo fez campanhas de prevenção do HIV/SIDA, mas isso é menos preocupante agora que o tratamento anti-retroviral (TARV) está amplamente disponível. Entre os representantes dos diferentes grupos formais da igreja com que falámos em Xinavane, a existência de empregos disponíveis e os níveis salariais foram as principais questões levantadas relativamente à AdX. Queixaram-se da divergência de salários entre trabalhadores moçambicanos e estrangeiros e da escassez de empregos qualificados com contratos ilimitados. As suas reivindicações reflectiam as preocupações dos trabalhadores permanentes residente nos arredores da vila de Xinavane que pertenciam às suas igrejas. Não encontramos grupos comunitários locais nem grupos nacionais ou provinciais actualmente a trabalhar na área de Xinavane envolvidos em protestos contra questões de saúde individuais, públicas ou ambientais.¹⁶

Há, portanto, grande relutância em Xinavane em deixar que a procura de melhores condições de trabalho ponha em causa os postos de trabalho e os salários que as açucareiras introduziram em Xinavane e Magude. Estas reticências estendem-se às instituições nacionais a que estão ligados o governo local, os sindicatos e os grupos comunitários locais. A disciplina do desemprego rural veio substituir a do trabalho forçado no fornecimento de mão-de-obra para explorações agrícolas comerciais e plantações em Moçambique. Apesar das avançadas tecnologias utilizadas nos campos de cana-de-açúcar, a produção de cana continua a ser caracterizada pelos antigos padrões de diferenciação no recrutamento, na residência e na organização, em função do género e da raça, do trabalho.

Conclusão: Uma falsa oposição entre criação de emprego e trabalho decente

A gerência da AdX orgulha-se da sua presença dinâmica na área de Xinavane. A empresa melhorou estradas rurais e construiu escolas e postos de saúde na zona onde opera. Mais importante ainda, a recuperação e a expansão da produção de açúcar vieram aumentar os empregos nos campos, na fábrica, na construção e nos transportes (embora menos empregos qualificados permanentes do que se esperava). Coloca-se, contudo, a pergunta: Será que os empregos criados trouxeram trabalho decente? É certo que muitos trabalhadores agrícolas da AdX que entrevistámos, incluindo trabalhadores despedidos pela AdX, apreciavam ter emprego e esperavam um dia mudar-se para empregos qualificados mais bem pagos, em especial na fábrica.

¹⁶ Sem dúvida, faltou-nos contactar alguns grupos relevantes. Por exemplo, só soubemos da existência da Associação das Mulheres Desfavorecidas na Indústria Açucareira após a conclusão da nossa pesquisa.

Os salários são, todavia, apenas um aspecto do trabalho decente e o rendimento é apenas um dos determinantes do bem-estar. O bem-estar também depende da vivência do próprio trabalho, seja ele pago ou não. O bem-estar reflecte também a qualidade do ar que se respira e da água que se bebe, e a dignidade com que se vive. Defendemos aqui que, historicamente, a rentabilidade da produção de açúcar em Xinavane assentava em sistemas de produção que não eram saudáveis nem para os trabalhadores nem para as comunidades vizinhas. Tornar decente o trabalho exige mais do que apenas criar postos de trabalho; significa mudar as formas de trabalho, a forma de recrutar mão-de-obra e a forma de utilizar os recursos ambientais.

O desemprego rural que faz com que os empregos nas plantações de açúcar sejam tão procurados também sustenta a tendência histórica do capital agrário em Moçambique de tratar os trabalhadores manuais como uma reserva residual para utilizar quando necessário, que se paga mal e trabalha muito. Os trabalhadores do campo contratados localmente recebem salários muito baixos por um longo dia de trabalho, em contratos sazonais de curta duração, sem garantia de trabalho. Os cortadores de cana recebem salários mais altos, mas a intensidade do seu trabalho e as condições de vida nos acampamentos constituem ameaças para a sua saúde a longo prazo. O salário à tarefa prende os dois grupos a formas de trabalho que são literalmente autodestrutivas. Além disso, considerando o impacto que a expansão da produção de cana sacarina no vale do Incomáti terá sobre a nutrição, sobre o alastramento de doenças crónicas e sobre a saúde ambiental, há boas razões para questionar se a expansão e consolidação desta produção monocultural no Vale do Incomáti pode levar a melhorias sustentáveis do bem-estar dos trabalhadores, dos agregados familiares e das comunidades rurais.

A criação de emprego não é, em si mesma, uma finalidade para o capital, cuja preocupação central é, sobretudo, a obtenção de lucros, nem o deve ser para quem trabalha apenas para vir a ter uma vida boa. Se os empregos criados são empobrecedores e até fonte de miséria, como o podem ser nas plantações de cana-de-açúcar, a resposta não é eliminar o trabalho (como o capital ameaçou fazer), mas mudar a organização e a vivência da jornada de trabalho.

Referências

- Alves, F. (2006). Por que morrem os cortadores de cana. *Saúde e Sociedade*, 15 (3): 90-8.
- Arbex, M. A., Martins, L. C., De Oliveira, R. C., Pereira, L. A. A., Arbex, F. F., Cançado, J. E. D., Saldiva, P. H. N. & Braga, A. L. F. (2007). Air pollution from biomass burning and asthma hospital admissions in a sugar cane plantation area in Brazil. *Journal of epidemiology and community health*, 61 (5): 395-400.
- Barchiesi, F. (2016). The Violence of Work: Revisiting South Africa's 'Labour Question' Through Precarity and Anti-Blackness, *Journal of Southern African Studies*, 42 (5): 875-91.

- Bowen, M. L. (2000). *The State against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*. Charlottesville and London: University of Virginia Press.
- Burchell, B., Sehnbruch, K., Piasna, A. & Agloni, N. (2014). The quality of employment and decent work: definitions, methodologies, and ongoing debates. *Cambridge journal of economics*, 38 (2): 459-77.
- Buur, L., Mondlane Tembe, C. & Baloi, O. (2012) The White Gold: The Role of Government and State in Rehabilitating the Sugar Industry in Mozambique. *Journal of Development Studies*, 48(3): 349-362.
- Cançado, J. E. D., Saldiva, P. H. N., Pereira, L. A. A., Lara, L. B. L. S., Artaxo, P., Martinelli, L. A., Arbex, M. A., Zanobetti, A. & Braga, A. L. F. (2006). The impact of sugar cane-burning emissions on the respiratory system of children and the elderly. *Environmental health perspectives*, 114 (5): 725.
- Cardoso, F. J. (1991). *Estratégias, economias locais e empresas agrárias: o desenvolvimento rural em Moçambique*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Carmo Vaz, A. & van der Zaag, P. (2003). *Sharing the Incomati waters: cooperation and competition in the balance*. In UNESCO—IHP Technical Document/PCCP Paris: UNESCO.
- Cousins, T. (2012). *Labor, Life, and Love in the Timber Plantations of KwaZulu-Natal*. South Africa, PhD thesis. Baltimore: Johns Hopkins University.
- Davies, J. (1998). The Causes and Consequences of Cane Burning in Fiji's Sugar Belt. *The Journal of Pacific Studies*, 22: 1-25.
- First, R. (1983). *Black Gold, the Mozambican Miner, Proletarian and Peasant*. Sussex: The Harvester Press.
- Gengenbach, H. (2000). Naming the past in a "Scattered" Land: Memory and the Powers of Women's Naming Practices in Southern Mozambique. *The International Journal of African Historical Studies*, 33(3): 523-542.
- Gibbon, P. (2011). *Experiences of Plantation and Large-Scale Farming in 20th Century Africa*. In DIIS Working Paper Copenhagen: DIIS.
- Hickel, J. (2012). Subaltern Consciousness in South Africa's Labour Movement: 'Workerism' in the KwaZulu-Natal Sugar Industry. *South African historical journal*, 64 (3): 664-84.
- González, R., Mungambe, K., Aponte, J., Bavo, C., Nhalungo, D., Macete, E., Alonso, P., Menéndez, C. & Naniche, D. (2012). High HIV prevalence in a southern semi-rural area of Mozambique: a community-based survey. *HIV medicine*.
- Hansen, E. & Donohoe, M. (2003). Health issues of migrant and seasonal farmworkers. *Journal of Health care for the Poor and Underserved*, 14 (2): 153-64.
- Ibraimo, Y. D. (2010). Emprego e Condições de Emprego nas Zonas Rurais e suas Implicações para Pobreza: O Caso da Açucareira de Xinavane, in *Seminário IESE e OIT "Acção Social Produtiva em Moçambique: Que Possibilidades e Opções?"*, Maputo: IESE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (1983). *Os Distritos em Números, Recenseamento Geral da População de 1980*, Maputo, Conselho Coordenador do Recenseamento.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (1999). *II Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997*, Maputo, Instituto Nacional de Estatística and Macro International, 1999, Maputo: cd-rom.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2007). *III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007*, Maputo, cd-rom.
- Jelsma, I., Bolding, A. & Slingerland, M. (2010). Smallholder Sugarcane Production Systems

- in Xinavane, Mozambique: Report from the Field. *Wageningen: Plant Production Systems, Plant Sciences Group*, Wageningen University.
- Kapp, K. W. (1969). On the Nature and Significance of Social Costs. *Kyklos*, 22(2): 334-347.
- Kenny, B. & Bezuidenhout, A. (1999). Contracting, complexity and control: An overview of the changing nature of subcontracting in the South African mining industry', *Journal-South African Institute of Mining And Metallurgy*, 99 (4): 185-92.
- Lazzarini, A. H. (2016). Gendered Labour, Migratory Labour: Reforming Sugar Regimes in Xinavane, Mozambique. *Journal of Southern African Studies*: 1-19, <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2016.1197695>.
- Lorentzen, J. (2009). Global sugar, regional water, and local people: EU sugar regime liberalisation, rural livelihoods, and the environment in the Incomati River Basin. *South African Journal of Science*, 105 (1-2): 49-53.
- Mahadevan, R. (2009). The viability of Fiji's sugar industry. *Journal of Economic Studies*, 36 (4): 309-25.
- Nicolella, A. C. & Belluzzo, W. (2011). Impact of reducing the pre harvest burning of sugarcane area on respiratory health in Brazil: ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics].
- Ogtrop, F. F., Hoekstra, A. Y. & Meulen, F. (2005). Flood Management in the Lower Incomati River Basin, Mozambique: Two Alternatives, *JAWRA: Journal of the American Water Resources Association*, 41 (3): 607-19.
- Packard, R. M. (2007). *The Making of a Tropical Disease: A Short History of Malaria*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Phakathi, S. T. (2013) Getting on' and 'getting by' underground: Gold miners: informal working practice of making a plan. *Journal of Organizational Ethnography*, 2(2): 126-149.
- Pons-Vignon, N. (2014). *Se Tuer à la Tâche, Economie politique de la sous-traitance dans le secteur forestier sud-africain*. PhD thesis: Paris: École des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- Raines, N., González, M., Wyatt, C., Kurzrok, M., Pool, C., Lemma, T., Marín, C., Prado, V., Marcas, E. & Mayorga, K. (2014). 'Risk factors for reduced glomerular filtration rate in a Nicaraguan community affected by Mesoamerican nephropathy. *MEDICC Review*, 16 (2): 16-22.

Dinâmicas e dilemas do emprego, trabalho e bem-estar nas agro-indústrias florestais em Niassa¹

Rosimina Ali

Introdução

Tem havido questionamentos sobre o emprego criado nas indústrias florestais em Niassa tanto por parte dos trabalhadores agrícolas, dos sindicatos como das empresas.

Aquando da concessão de extensões de terra a longo prazo às empresas florestais nesta província, o Governo alegou que estas poderiam desenvolver a economia da província através da: produção de madeira e seus produtos derivados (para consumo interno e exportação), reparação dos solos ecologicamente danificados, e criação de emprego. Este artigo centra-se na análise da última dessas promessas e enquadra-se numa investigação mais ampla do IESE sobre dinâmicas de emprego nas agro-indústrias em Moçambique, com interesse particular no estudo do relacionamento entre os padrões de emprego, a organização produtiva do trabalho, a experiência laboral e a situação do trabalho mais geral, assim como as implicações destes aspectos em conjunto para o bem-estar dos trabalhadores e suas famílias. A pesquisa é desenvolvida dentro de um quadro de análise focado no estudo do sistema social de acumulação em Moçambique, e nas ligações, tensões e contradições que emergem, em condições específicas.

Esta investigação² coloca duas questões fundamentais à agro-indústria florestal em Niassa. Como são organizados o emprego e o trabalho nas plantações florestais?³ Quais são as consequências desses padrões para o bem-estar dos trabalhadores e seus agregados familiares? Neste artigo o bem-estar é visto como uma condição que não

1 A autora agradece as sugestões e contributos de Bridget O'Laughlin, Carlos Nuno Castel-Branco e Marc Wuyts na discussão de questões da investigação sobre dinâmicas de emprego que serviu de base para este artigo. Agradecimentos são extensivos a todos que directa ou indirectamente colaboraram com partilha de informação e entrevistas que tornou possível esta pesquisa.

2 A pesquisa teve colaboração do SINTAF (Sindicato Nacional dos Trabalhadores Agro-Pecuários e Florestais) que expressava preocupação com a casualização do emprego rural agrícola e sua transformação e contou com o financiamento do FOS.

3 A pesquisa focou no desenvolvimento de plantações florestais que tem planos de extracção de madeira numa base de longo prazo e implicam o emprego de trabalhadores nas actividades dos viveiros, no plantio, na limpeza dos campos, aceiros, bem como possivelmente, nas actividades de corte, processamento e de transporte.

se limita a criação de emprego e obtenção de uma remuneração correspondente, ou ao consumo e posse de bens, que ainda que sejam importantes, são apenas alguns dos seus determinantes. A integração do emprego nas, e sua relação com diversificadas formas de trabalho e de vida, a organização e experiência do próprio trabalho, as condições e situação de saúde, entre outros aspectos da organização social e do meio ambiente onde se inserem, reflectem-se no bem-estar dos trabalhadores e seus agregados familiares (adiante designado, AF).

O artigo argumenta que o tipo de emprego que é gerado nas agro-indústrias florestais em Niassa reflecte o modo de organização produtivo prevalecente, no qual a base de rentabilidade das empresas está assente no pagamento de salários baixos e em condições sociais de trabalho precárias, sendo os trabalhadores responsáveis pela sua própria reprodução social. A reprodução social da força de trabalho, dadas as estruturas produtivas e de acumulação prevalecentes, é garantida pela interdependência de diversificadas formas de trabalho, remuneradas e/ou não remuneradas, quer agrícolas ou não. Nos moldes actuais de organização da produção e do trabalho, o emprego nas plantações florestais é maioritariamente casual, instável e inseguro, e desenvolve-se num contexto de tensões e contradições nas relações sociais produtivas. As precárias condições laborais têm implicações na disponibilidade e no tipo de força de trabalho que é gerada, nas condições da sua reprodução e produtividade bem como na sustentabilidade da estrutura produtiva prevalecente, na medida em que o trabalho é estruturado (e estrutura as) pelas estruturas produtivas.

A metodologia de pesquisa baseou-se em uma triangulação entre a informação qualitativa⁴ e quantitativa proveniente do estudo de caso⁵ nas empresas florestais actualmente operacionais em Niassa, nomeadamente: a empresa Florestas de Niassa e a Niassa Green Resources, em combinação com informação de estatísticas oficiais.

Este artigo está organizado em seis secções. A segunda secção olha para as dinâmicas do trabalho na província do Niassa e nos distritos em análise, com enfoque na ligação entre o trabalho assalariado, a agricultura familiar e a crise económica em Niassa. Segue-se, a terceira secção, que apresenta um breve panorama do desenvolvimento das indústrias florestais em Niassa e sua ligação

4 Nas histórias de trabalho e de vida apresentadas no presente texto, a identidade dos trabalhadores entrevistados, ao partilhar parte das suas histórias de trabalho e de vida, serão identificadas por letras; por exemplo: trabalhador(a) A ou B ou Z.

5 A investigação de campo foi realizada em dois momentos: (i) fase preliminar e de carácter exploratório, em Agosto de 2014 e (ii) fase de investigação propriamente dita, em Novembro-Dezembro de 2014. A fase preliminar da investigação decorreu em algumas áreas exploradas pelas empresas florestais existentes, nomeadamente os distritos de Mueembe, Lago, Sanga, Chimbonila e em Lichinga. Na fase de investigação propriamente dita, a pesquisa centrou-se nas localidades dos três últimos distritos. Entretanto, ainda que este projecto de pesquisa tenha decorrido entre 2014 e 2016, a sua fase conceptual foi 'alimentada' pela experiência do IESE nesta área de investigação e as questões que tem emergido da mesma tem sido aprofundadas em uma dimensão ampla sobre dinâmicas de emprego no contexto das estruturas produtivas em Moçambique.

com a situação do trabalho na província. A quarta secção analisa a organização produtiva do trabalho, os padrões e condições de emprego nas agro-indústrias florestais. Posteriormente, na quinta secção, descreve-se a experiência laboral e explica-se qual tem sido o impacto deste trabalho para o bem-estar dos trabalhadores e suas famílias. Essa experiência explica, em parte, tanto o descontentamento dos trabalhadores com o emprego criado, como as reclamações feitas pelas empresas sobre o trabalho. A sexta secção conclui, reflectindo sobre a necessidade de transformação dos moldes actuais de organização produtiva e do trabalho e avança algumas questões a enfrentar.

O trabalho assalariado, a agricultura familiar e a crise económica em Niassa

Esta secção analisa as dinâmicas gerais do trabalho na província de Niassa, com enfoque especial em dois distritos onde operam as empresas florestais nomeadamente, Sanga e Lichinga rural. De acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação (adiante designado: recenseamento ou censo ou RGP), Niassa é uma das províncias de Moçambique com a menor incidência de trabalhadores por conta de outrem. Entretanto, explica-se porque é que há uma demanda para trabalho assalariado em uma província onde a maioria dos habitantes (adiante, hab.) são produtores agrícolas de pequena escala.

A premência da produção familiar e a interdependência com o trabalho assalariado

Os recenseamentos de 1997 e 2007 mostram que em Niassa o trabalho principal é na agricultura, com predomínio da produção familiar. A Tabela 1 mostra a percentagem da população ocupada (adiante designada, Pop. Oc.) de 15 anos de idade e mais, cujo trabalho principal é, maioritariamente, na agricultura, silvicultura e pescas. A Tabela 2 ilustra a percentagem da população de 15 anos e mais que indicou a sua ocupação principal como sendo “camponês”, na província de Niassa, em geral, e em Lichinga rural e Sanga,⁶ as duas áreas estudadas, em particular.

Entretanto, uma questão que emerge é como é que as promessas de emprego basearam-se tanto nas auscultações das ‘comunidades’ a volta da apropriação da terra pelas empresas florestais?⁷ E como surgem acusações do favoritismo no recrutamento contra uns régulos que fizeram o recrutamento dos trabalhadores? Isto dá a entender que o trabalho assalariado é importante para a reprodução familiar.

⁶ Distrito de Sanga, Posto Administrativo de Unango.

⁷ Embora a questão da aquisição de terras não seja o foco de análise, dado que o processo de consultas comunitárias envolveu compromissos feitos em torno da criação de emprego, que são relevantes para este estudo, procurou-se perceber o processo e questões a ele associadas.

Tabela 1: Percentagem da Pop. Oc.⁸ na agricultura, silvicultura e pescas (ASP), 1997 e 2007, Sanga, Lichinga rural, Província de Niassa

Ano		Sanga	Lichinga rural	Niassa total
1997	Total Pop. Oc. (em hab.)	4.310	22.551	260.481
	ASP (em hab.)	4.146	21.202	229.030
	% da Pop. Oc. na ASP	96%	94%	88%
2007	Total Pop. Oc. (em hab.)	5.490	35.446	405.603
	ASP (em hab.)	5.054	32.589	337.235
	% da Pop. Oc. na ASP	92%	92%	83%

Fonte: Estimativas da autora com base no RGP 1997 e 2007 (INE, 1999, 2009)

Tabela 2: Proporção da Pop. Oc.⁹ que disse que ‘camponês’ é a sua ocupação principal, 1997 e 2007, Sanga, Lichinga rural, Província de Niassa

Ano		Sanga	Lichinga rural	Niassa total
1997	Total Pop. Oc. (em hab.)	4.310	22.551	260.481
	Camponeses (em hab.)	4.143	21.033	226.923
	% Pop. Oc. como camponês	96%	94%	87%
2007	Total Pop. Oc. (em hab.)	5.490	35.446	405.603
	Camponeses (em hab.)	4.977	31.516	326.975
	% Pop. Oc. como camponês	91%	89%	81%

Fonte: Estimativas da autora com base no RGP 1997 e 2007 (INE, 1999, 2009)

Uma parte do problema é metodológica. O recenseamento regista apenas a actividade principal do trabalhador, na semana de referência, o que torna invisível o trabalho assalariado, particularmente nas áreas rurais (Ali, 2017; Oya *et al.*, 2009).

Outros inquéritos oficiais seguem esta prática, como é o caso dos Inquéritos aos Orçamentos Familiares (IOF) e o, recentemente divulgado, Boletim Informativo do Mercado do Trabalho que se baseia no IOF, entre outros.¹⁰ Por exemplo, os módulos curtos sobre emprego e trabalho ao perguntar sobre a ‘actividade principal’ do trabalhador na semana de referência, que se refere aos últimos sete dias, ao invés de questionar mais amplamente (como nos últimos doze meses) podem implicar uma inadequada interpretação da questão e que o respondente reporte apenas a actividade de longa duração que se lembre que realizou, na semana de referência, como por exemplo o ‘trabalho na machamba’, por ser a mais regular embora possa não ser a única ou não ter sido realizada isoladamente (Ali, 2017). Isto pode levar a que muitos

⁸ População ocupada de 15 anos de idade e mais.

⁹ População ocupada de 15 anos de idade e mais.

¹⁰ Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) e Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares (INCAF).

trabalhadores assalariados sejam negligenciados e prováveis de ser classificados como ‘trabalhadores familiares sem remuneração’ ou ‘trabalhadores por conta-própria’. Os trabalhadores casuais que têm ‘machamba’ própria geralmente não aparecem nas estatísticas oficiais porque estes tendem a ser classificados como camponeses dado que normalmente o trabalho na ‘machamba’ é o declarado como ‘actividade principal’ por terem estado a trabalhar nele com mais frequência na semana de referência pelo que as actividades remuneradas praticadas ‘fora da sua machamba’ são dificilmente captadas. Além disso, a existência de categorias exclusivas (ao invés de múltiplas opções) trata o trabalhador por conta própria, o camponês e trabalhador assalariado, por exemplo, como se fossem mutuamente exclusivos, ofuscando a interdependência entre essas actividades, que predominam no quadro das estruturas produtivas prevaletentes em Moçambique. Assim, as estatísticas não captam informação sobre a diversidade dos mercados de trabalho e as condições do emprego e podem ser mal reportadas levando a uma subestimação e negligência de heterogéneas formas de trabalho assalariado rural desenvolvidas em formas irregulares como as eventuais, designadas, em certos casos, como ‘ganho-ganho’ e ‘biscatos’. Ademais, a centralidade na questão da ‘actividade principal’ e ausência de uma pergunta acerca do trabalho secundário significa que não há reconhecimento da importância do *ganho-ganho*, um termo que surgiu constantemente durante as entrevistas realizadas nesta investigação, com mulheres e homens, de Sanga e Lichinga, quer para explicar as diversas fontes de rendimento do agregado familiar quer para explicar como o recrutamento de trabalho eventual permitia combinar o cultivo da machamba com o trabalho numa empresa florestal.

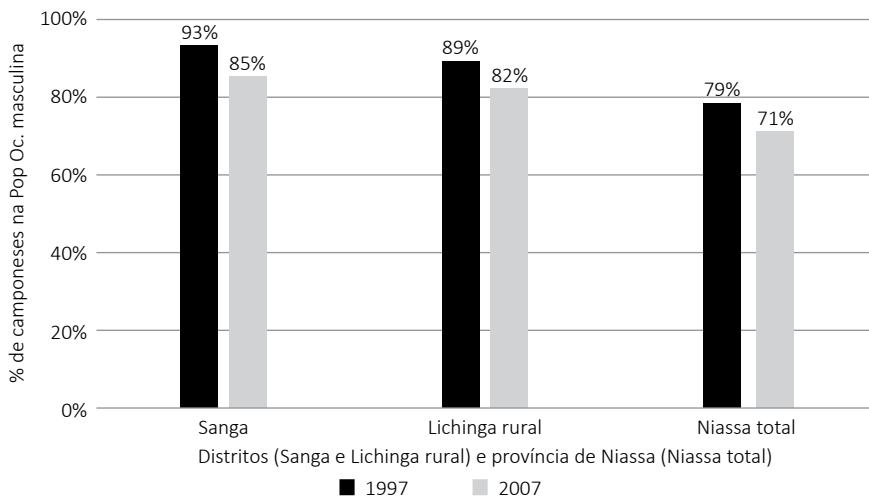
A outra parte do problema provém dos preconceitos teóricos,¹¹ onde há uma insistência que os camponeses de Niassa não são integrados no mercado, mas sobrevivem somente da machamba. Na realidade há gerações que a população de Niassa recorre ao trabalho assalariado, o comércio ambulante e às vezes mesmo a migração com a produção familiar para estabelecer o agregado familiar e a produção separada dos pais, para abrir e manter a produção de hortícolas nas áreas húmidas, para custear a educação e saúde dos filhos e familiares e sobreviver a crises quer de saúde quer climáticas. Assim, há uma interdependência entre diversas formas de trabalho fundamentais para a sobrevivência e reprodução social da força de trabalho. O trabalho assalariado e a agricultura familiar financiam-se mutuamente. A força de trabalho é migrante, intercalando entre o trabalho assalariado e outras

11 Estes preconceitos teóricos na análise do emprego e mercados de trabalho em Moçambique têm sido dominantes e são baseados num método de análise dualista. Este método de análise separa as várias formas de trabalho (remunerado e não remunerado, quer agrícola ou não agrícola) dentro da economia, onde o trabalho remunerado é visto como sendo integrado nos mercados de trabalho enquanto o trabalho familiar e não remunerado como não incluído. Sob esta abordagem, a economia é vista como sendo caracterizada por dois sectores diferentes, um moderno (capitalista) e outro tradicional (pré-capitalista), considerados separados, um do outro, e assume-se que existe apenas uma subordinação ‘formal’ da força de trabalho ao capital, que só acontece no sector capitalista, não havendo ligação com outras formas de trabalho, em particular com a produção agrícola familiar não remunerada, que se assumem caracterizadas por processos produtivos sem acumulação e pertencentes ao sector tradicional.

formas de trabalho, em particular, a produção familiar. O rendimento proveniente do trabalho assalariado, para além de suprir necessidades de consumo e outras obrigações, destina-se ao financiamento da produção familiar, por exemplo, para aquisição de meios de produção necessários à reprodução da agricultura familiar. Neste caso, o carácter migrante da força de trabalho assegura um trabalho na terra que permite o sustento das famílias e a sua reprodução principalmente num contexto de instabilidade e irregularidade do emprego e das condições de trabalho na província.

Pode-se ver traços do trabalho assalariado na mesma estatística que mostra a centralidade da produção familiar. Na Tabela 1 nota-se que a dependência da agricultura era mais alta em 1997 do que em 2007 e que a proporção da população ocupada que se chamava ‘camponês’ era também mais alta. Este último aspecto é mais visível na população masculina como mostra o Gráfico 1. Isto não significa que essa população masculina não camponesa nunca o venha a ser, nem significa também que não estejam ligados a outras formas de trabalho. Para jovens, não é fácil estabelecer a sua própria machamba e casa. Um jovem pode trabalhar com os pais e também fazer *ganho-ganho* e/ou pequeno comércio para acumular o fundo necessário para estabelecer a sua própria machamba. Além disso, muitos jovens fazem trabalho assalariado esperando poupar o suficiente para se tornarem comerciantes à bicicleta ou à motorizada, carregando carvão ou lenha para a cidade e voltando com bens de consumo.

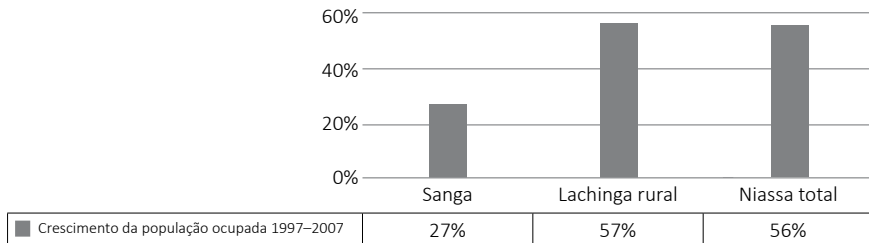
Gráfico 1: Percentagem de camponeses na população masculina ocupada, 1997 e 2007, Sanga, Lichinga, Niassa total



Fonte: Estimativas da autora com base nos censos da população de 1997 e de 2007 (INE 1999, 2009)

Em Niassa, abrir uma nova machamba torna-se cada vez mais difícil com o crescimento da população. O Gráfico 2 mostra o crescimento da população ocupada entre 1997 e 2007. Contudo, em áreas como Lichinga rural (hoje, o distrito de Chimbonila) a pressão sobre a terra, actualmente, aumentou não só por causa do crescimento da população mas também pela densidade da ocupação das novas empresas florestais (ver Mapa na Figura 1).

Gráfico 2: Crescimento da população ocupada de 15 anos e mais, 1997–2007



Fonte: Estimativas da autora com base nos censos da população de 1997 e de 2007 (INE 1999, 2009)

Trabalho assalariado e a diferenciação do campesinato

Três grupos de autores analisaram a diferenciação entre os camponeses que vivem ao redor das empresas florestais como parte de estudos sobre o impacto social das indústrias florestais em Niassa: Landry & Chirwa (2011), Nube (2013), Bleyer *et al.* (2016). Todos eles distinguem três estratos diferentes, mas também concordam que a diferenciação não era muito significativa antes da entrada das empresas. Utilizando dados baseados num método de recordação dos factos, pelos entrevistados, sobre a situação socioeconómica,¹³ Nube (2013) concluiu que antes da entrada das empresas florestais, em Lichinga rural, havia um pequeno campesinato médio (2%), um grande campesinato pobre (58%) e 41% vivendo em extrema pobreza. Em Sanga, este estudo indica igualmente um pequeno campesinato médio (3%), um notável campesinato pobre (45%) e pouco mais de 50% do campesinato com um extrato social paupérrimo. Focando em um inquérito familiar em Sanga, Landry & Chirwa (2011)¹⁴ concluíram que a maioria (82%) dos agregados familiares estavam em condição socio-económica categorizada como média, 10% como alta e como 9% baixa.

Entretanto, nos seus inquéritos, os três estudos centraram-se apenas na posse dos activos e não na renda e excluíram o controlo da terra. Alguns dos bens incluídos nas várias listas de activos como bicicletas eram comuns antes da entrada das empresas

¹³ A situação socioeconómica das pessoas foi analisada por uma definição de três classes sociais, nomeadamente: média, pobre e paupérrima, em função da posse de bens gerados (Nube, 2013).

¹⁴ A metodologia de análise de dados baseou-se em três categorias sociais: baixa, média e alta (Landry & Chirwa, 2011).

florestais, enquanto outros como uma motorizada e celular eram quase inexistentes. O problema de excluir a renda, da análise de diferenciação socioeconómica, é que ela não nos diz nada sobre a forma como as famílias adquiriram esses activos. Quanto se adquiriu das vendas da colheita, quanto do comércio e quanto por fazer trabalho assalariado para outros? O que fez algumas famílias pobres e outros mais abastados, se não ricos? A análise da diferenciação do campesinato e da formação de classes dentro deste, requer uma análise da estrutura da economia camponesa e da sua formação. De acordo com a informação de entrevistas qualitativas com diferentes tipos de trabalhadores e membros dos seus agregados familiares, a investigação conduzida pelo IESE revela que ter emprego com rendimentos regulares era uma forma importante de se tornar camponês com melhor condição socioeconómica, e que ser dependente de trabalho assalariado casual ou *ganho-ganho* para garantir a subsistência do agregado familiar reforçou a espiral descendente dos agregados pobres, nos moldes de organização produtiva e de vida prevaletentes, onde o trabalho assalariado, a agricultura familiar e outras formas de trabalho se encontram estruturalmente interligadas e se financiam mutuamente. Para ambos os grupos de trabalhadores, a promessa de emprego pelas empresas florestais foi recebida com entusiasmo porque se esperava que os empregos mantivessem ou melhorassem os seus modos e condições de vida incluindo a sua produção agrícola (as culturas produzidas incluem, por exemplo, feijão, milho, batata, amendoim, mandioca, tomate, cebola, alho, árvores de fruta, entre outras).

A pequena produção familiar é a base fundamental de vida para a grande maioria das famílias de Niassa, mas isso não significa que não integre também o trabalho assalariado. O trabalho assalariado, tal como a pequena actividade comercial, são vias para acumular os fundos necessários para iniciar a pequena produção mercantil, sendo o trabalho assalariado um mecanismo de segurança que permite enfrentar os períodos de crise (doença, seca, pragas) que fazem parte da produção agrícola. Assim, um trabalho regular numa empresa florestal é algo desejável para muitos grupos de trabalhadores sem implicar que seja visto como carreira. Por exemplo, conforme indicado por um trabalhador da localidade de Mapaco, no distrito de Lichinga, o trabalho na empresa pode servir para acumular o dinheiro necessário para comprar uma bicicleta, que pode ser usada para ir comprar lenha nas zonas afastadas e a levar para o mercado em Lichinga.¹⁵ Os rendimentos desta actividade permitem que os filhos frequentem a escola e permite custear outras despesas de consumo (alimentação e saúde). A crise prolongada de desemprego rural regional, não só em Moçambique mas no Malawi, Tanzânia e Zimbábue, cria mais competição nos mercados de trabalho e dá poucas oportunidades de emprego e trabalho quer localmente quer através da mobilidade da força de trabalho.

¹⁵ Esta actividade contribuiu para o desflorestamento se não for ligada a esquemas de replantio.

Desenvolvimento da agro-indústria florestal em Niassa: oportunidades (ou crise) de trabalho?

A partir de meados dos anos 1990, com o crescimento do investimento directo estrangeiro em Moçambique assistiu-se a uma penetração de capital com interesse em aceder, explorar e controlar os recursos naturais (terra, florestas, recursos minerais e energéticos), em grande escala (Castel-Branco, 2010). As plantações florestais¹⁶ surgem no contexto da estratégia do Governo de promover o investimento privado na agricultura, em grande escala, na década de 2000 e desde meados desta década tem existido um interesse crescente no estabelecimento de plantações florestais de espécies de rápido crescimento, com destaque para o pinheiro e o eucalipto,¹⁷ com fins comerciais e industriais viradas para o mercado interno e para a exportação (MINAG, 2009). Dadas as favoráveis condições agro-ecológicas,¹⁸ as províncias de Niassa e da Zambézia são as que tiveram maior procura de áreas para o estabelecimento destas plantações (MINAG, 2015).

O Governo incentivou o investimento de plantações florestais em grande escala em Niassa, a província mais extensa do país em área e com menor densidade populacional,¹⁹ alegando a preocupação com a pobreza (taxa de pobreza,²⁰ segundo IOF,²¹ de cerca de 48% e de 33%, em 2002-03 e 2008-09, respectivamente) e o desflorestamento e a degradação dos solos frágeis do miombo pela cultura agrícola intensiva em algumas zonas. Entretanto, é de notar que, de acordo com as estimativas oficiais recentes do IOF 2014-2015, Niassa registou um aumento da pobreza quando comparado com os níveis registados na última década (período em que se estabeleceram as empresas florestais na província) sendo actualmente a província mais pobre (com uma taxa de pobreza de cerca de 61%). Os investimentos estrangeiros prometiam recuperação ambiental, produção de madeira e seus derivados para o mercado interno e para exportação, bem como a criação de emprego.

16 Indica-se que do período colonial até à independência (1975), já haviam sido estabelecidos cerca de 20.000 hectares (ha) de plantações florestais com espécies de rápido crescimento como o eucalipto e o pinho e até ao fim da guerra civil (1992), Moçambique já contava com o dobro (cerca de 42.000 ha) de plantações florestais (MINAG 2009). Em meados da década de 2000, Moçambique dispunha de cerca de sete milhões de hectares com potencial para o reflorestamento nas regiões Centro e Norte. A província do Niassa dispunha de 2,5 milhões ha, seguida pelas províncias da Zambézia (2,1 milhões ha), Nampula (1,5 milhões ha), Manica (860.000 ha) e Sofala (120.000 ha) (MINAG, 2005, 2009). Contudo, o MINAG (2009) indica que o país tinha apenas cerca de 24.000 ha de florestas que satisfazem uma pequena parte das necessidades locais. A maioria dos produtos florestais processados consumidos no mercado interno (postes, madeira, contraplacados, painéis, mobiliário e papel) é importada, criando pressões na balança de pagamentos e sobre a floresta nativa. Há uma crescente procura de produtos madeiros no mundo e no caso do papel estima-se uma acrescida demanda, em especial por parte dos países asiáticos.

17 Estas espécies estão entre as mais importantes para a produção de celulose e papel.

18 Boas condições de precipitação e capacidade de água, de altitude e profundidade do solo (MINAG, 2009).

19 Niassa tem uma área de cerca de 129 mil km² e segundo o último recenseamento populacional (de 2007) a estimativa da população em 2007 é de 1.213.398 habitantes (INE, 2007).

20 Estimativa oficial da pobreza monetária, baseada numa abordagem com enfoque sobre o consumo.

21 Inquérito ao Orçamento Familiar.

O Planalto de Lichinga (concretamente, os distritos de Lichinga, Sanga, Ngaúma e Muembe) é a região com maior potencial para o desenvolvimento de plantações florestais, segundo o Plano Estratégico Provincial (PEP), Niassa 2017 (GdM, 2007) (Ver Mapa na Figura 2).²²

É de notar, contudo, que esta área do Planalto de Lichinga é a área mais densamente ocupada por pequenos produtores agrícolas e onde se estabeleceram as plantações florestais, facilitadas pela Fundação Malonda (adiante referida, Malonda).²³ Esta fundação facilitou o estabelecimento das seis empresas florestais que se instalaram em Moçambique em meados da década passada, nomeadamente: Chikweti Forests of Niassa, Companhia Florestal de Massangulo, Niassa Green Resources, Florestas de Niassa, New Forests, e Florestas do Planalto (UPM). Além de promotor e facilitador da instalação das empresas florestais, a Malonda foi também investidor, com um DUAT²⁴ de cerca de 90.000 hectares para investimento florestal, que foi depois transferido para as empresas florestais, na fase de instalação, fazendo a Malonda parte da estrutura accionista das empresas florestais (FIAN, 2012).

Actualmente, das seis empresas estabelecidas,²⁵ apenas duas empresas estão operacionais, designadamente, a Niassa Green Resources (NGR) e a Florestas do Niassa (FdN). A empresa Florestas do Planalto (UPM), de capital Finlandês, encerrou as suas actividades e tinha planos de investir numa fábrica de polpa de papel que rentabilizaria a produção de pinheiros e eucaliptos. A empresa britânica New Forest (NF) também encerrou as suas actividades com plantações estabelecidas no distrito de Muembe. A Chikweti Forests of Niassa (CFN), com plantações nos distritos de Chimbonila, Sanga e Lago, e a Companhia Florestal de Massangulo (CFM), com plantações no distrito de Ngaúma, pertencem ao *Global Solidarity Forest Fund* (GSFF),²⁶ um fundo de investimento sueco, norueguês e também com capital holandês, sendo que a Chikweti era a empresa florestal mais estabelecida em Niassa, antes da fusão (que ocorreu em 2014) da GSFF com a empresa norueguesa Green Resources, empresa actualmente operacional em Niassa.

22 Em Sanga a área abrangida incluía o que tinha sido a Empresa Estatal de Unango e em Lichinga integrava as terras da antiga Empresa Estatal de Matama (que foi formada na base dum colonato colonial).

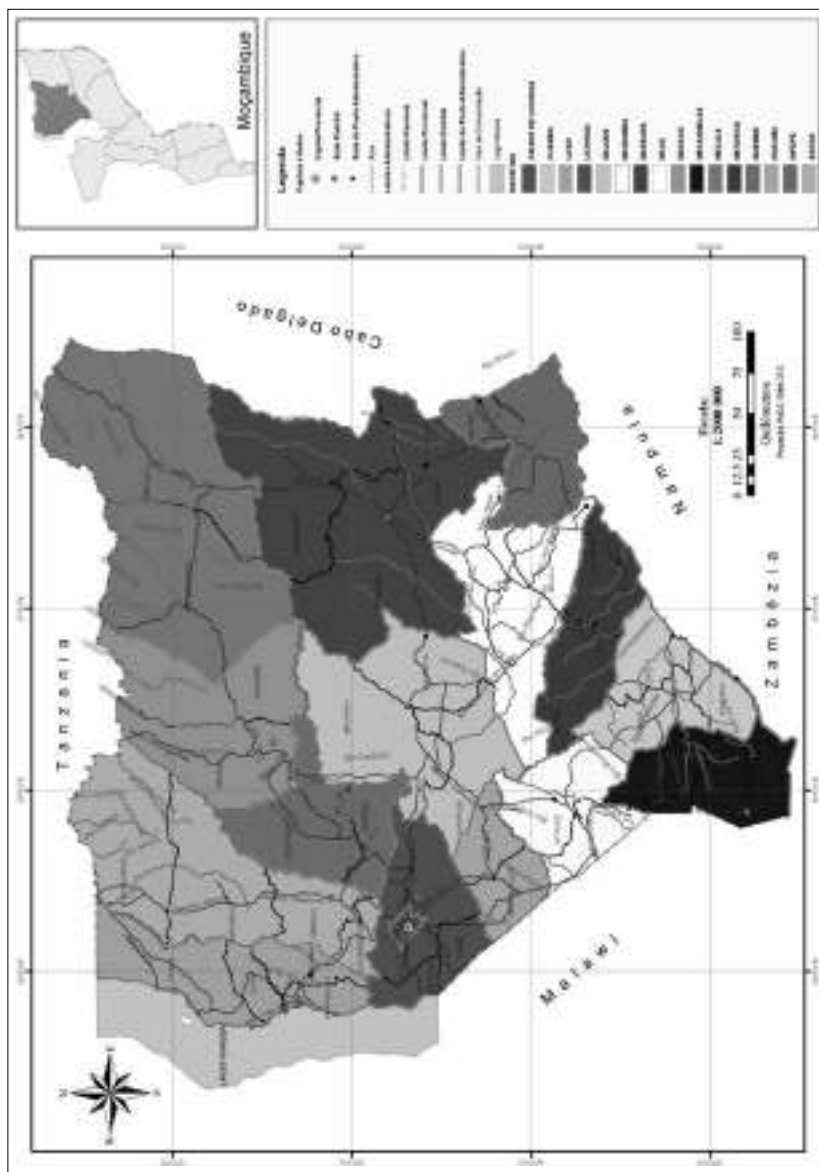
23 A Fundação Malonda é uma instituição privada de utilidade pública que foi criada no contexto de uma cooperação entre os Governos de Moçambique e da Suécia para promover investimento privado em várias áreas na província do Niassa. O Governo aprovou à Malonda a realização de consultas comunitárias e de demarcações com DUATs provisórios, com o intuito de facilitar a atracção e decisões de investimento por parte dos especialistas e investidores, ao ter algumas áreas já plantadas em um campo experimental, não sendo o plantio o foco da Malonda.

24 Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

25 Não há uma uniformidade nos dados fornecidos pelas empresas, pelo Governo, entre outros, sobre as áreas autorizadas e exploradas.

26 Ao GSFF pertencem também: Tectona Forests of Zambézia e Ntacuà Florestas da Zambézia, localizadas na Zambézia.

Figura 2: Província de Niassa



A Green Resources é uma das maiores empresas florestais a operar em África, e está presente no Uganda, Tanzânia e Moçambique.²⁷ Na província de Niassa possui plantações nos distritos de Chimbonila, Sanga, Lago, Ngaúma e Muembe, com uma área autorizada e explorada, como se pode verificar, na Tabela 3, segundo estimativas do MINAG até 2015. A Green Resources tem planos de expansão das plantações florestais, dependendo da existência de escala suficiente que justifique o interesse de fornecer madeira e seus derivados para o mercado internacional, incluindo a produção de celulose para abastecer as indústrias a escala mundial. As operações da NGR são certificadas pelo *Forest Stewardship Council* (FSC),²⁸ sendo a Green Resources uma empresa focada na plantação, produtos florestais, compensação de carbono e energia renovável. Os seus projectos de crédito de carbono ligados às plantações de florestas, fazem com que esta empresa seja reconhecida internacionalmente como líder nas reduções de emissão de gases de efeito estufa derivadas da silvicultura (Green Resources, 2011). Contudo, apesar desta certificação, há vários questionamentos por parte da população local e outras organizações sobre o impacto das plantações florestais nos modos de vida da população, sugerindo uma maior monitoria do seu impacto no bem-estar.

A empresa Florestas de Niassa (FdN) está operacional no país, com um capital da Áustria e pertencente ao grupo Zimbabweano Rift Valley que concentra as suas operações na área florestal em Moçambique, na província de Niassa. A FdN possui plantações de pinheiros e de eucaliptos nos distritos de Chimbonila, Majune e Muembe e tem objectivos de produzir postes, madeira serrada e madeira para celulose ou polpa de papel para vender nos mercados local, regional e internacional, contando com a localização geográfica do país, em especial o porto de Nacala, o qual foi projectado para escoar os produtos para os mercados indiano, chinês, do médio oriente e do sul da África. Do total da área autorizada, segundo as estimativas do MINAG em 2015, esta empresa plantou cerca de 14%, conforme ilustrado na Tabela 3.

Tabela 3: Áreas ocupadas pelas empresas florestais, Província de Niassa

Empresa	Área com DUAT (ha)	Área Plantada (ha)
Green Resources (antes da fusão c/GSFF-Chikweti)	7.880	2.250
Green Resources (depois da fusão c/GSFF-Chikweti)*	76.252	20.878
Chikweti	63.040	14.250
Companhia Florestal de Massangulo	5.332	4.378
Florestas de Niassa*	42.102	5.770
New Forests	33.040	3.400

*Empresas actualmente operacionais na província de Niassa

Fonte: MINAG (2015)

27 Para além de estar operacional em Niassa (NGR), a Green Resources opera em Nampula - Lurio Green Resources.

28 FSC em português - Conselho de Manejo Florestal. A NGR é a primeira e, até ao momento, a única empresa florestal que adquiriu certificação do FSC em Moçambique, tendo sido avaliada como tendo cumprido com os requisitos de possuir plantações florestais bem geridas em termos ecológicos, sociais e económicos.

As empresas iniciaram as suas actividades em áreas que tiveram acesso a infra-estrutura e ligações comerciais, as mesmas áreas onde os pequenos agricultores também estão mais densamente instalados. Como discutido anteriormente, os pequenos agricultores nessas áreas estão interessados em usar os salários para investir no estabelecimento da sua produção familiar (para auto-consumo e comercialização) e do agregado familiar, não sendo estes ‘meros’ agricultores de subsistência. Eles também precisam de terras que tenham potencial comercial, muitas vezes almejando manter o acesso à terra dentro das áreas de plantação. Estas preocupações foram acompanhadas por algumas ONG, particularmente as ONG ambientais, que similarmente apontaram que as empresas estavam a plantar árvores de baixo valor as quais não permitem a recuperação da floresta.

Também houve decepções por parte da população local com a escala e o tipo de emprego oferecido pelas empresas florestais (discutido e evidenciado, com mais detalhe, na secção seguinte). Na plantação inicial de mudas, há uma quantidade substancial de mão-de-obra necessária durante a época chuvosa. Contudo, esses trabalhos terminam, logo que uma floresta é plantada e é deixada a crescer. Além disso, plantar é uma actividade sazonal e que compete com o trabalho na agricultura familiar. O corte mecanizado das árvores é planificado para a fase que iniciar o abate da floresta, então possivelmente não haja necessidade de força de trabalho. Ademais, no caso de empregos qualificados, como operários de máquinas, estes tem sido, em geral, contratados de outros lugares.

Diante desses descontentamentos e queixas sobre terra e empregos, o Governo tornou-se cauteloso na sua aprovação de pedidos de concessão de novos DUATs por parte das empresas. Isto criou mais incertezas e limitou as perspectivas de emprego na indústria florestal, dado que muitas das empresas inicialmente estabelecidas que se retiraram, alegaram que a produção não pode ser lucrativa se novas áreas não puderem ser plantadas. As perspectivas de rentabilidade futura das grandes empresas agro-florestais foram baseadas no compromisso da UPM de construir uma fábrica de pasta de papel, o que teria exigido que mais terras devessem ser apropriadas para o plantio florestal. Em face de protestos significativos por parte da população e de ONG, em conjugação com a hesitação do Governo em emitir novos DUAT para expansão, a UPM retirou-se e foi seguida por outras empresas. Actualmente, há questões sobre os planos de expansão das duas empresas (GR e FdN) ainda operacionais em Niassa.

Aquando da investigação de campo conduzida pela autora e a equipa do IESE, os grandes operadores de máquinas pesadas contratados pelas empresas deslocavam-se para a Zambézia, que é actualmente a província com maior tendência de investimento florestal, e os pequenos empreiteiros ou agentes individuais de prestação de serviços às empresas florestais estabelecidos localmente estavam a entrar em falência. Em entrevista com a New Forest, no dia anterior ao encerramento da empresa, houve informação

por parte da gerência de que se iam instalar na Tanzânia, onde a empresa pretende usar um modelo que diferente do que usou em Niassa, mediante o qual combina as suas próprias plantações florestais com um sistema de *outgrowers*, cultivadores subcontratados, ou produtores integrados, ao mesmo tempo que articula as suas actividades com as empresas de serração locais. Dada a crise de rentabilidade que as empresas enfrentam, e associado ao facto da UPM ter-se retirado e abandonado os planos de construção de uma fábrica de celulose, há um esforço para reduzir os custos com os trabalhadores (explicado na secção seguinte, deste artigo, sobre a organização produtiva e condições sociais do trabalho).

Quando o Sindicato Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e Florestais (SINTAF) inicialmente levantou as possibilidades de um estudo dos problemas laborais nas plantações agrícolas, estava preocupado com a casualização do emprego rural agrícola, especificamente com o problema das condições de trabalho do emprego casual, sugerindo uma transformação do trabalho casual em formas mais permanentes e com regularidade de rendimentos. Mas, face às tendências actuais do sector, os sindicatos estão a enfrentar um problema de crise de desemprego, a perda de empregos permanentes por trabalhadores qualificados e de campo, e um declínio no recrutamento de trabalhadores casuais. As limitações desta estratégia sindical são claras quando consideramos a forma como os trabalhadores são recrutados e organizados nas plantações florestais, conforme será discutido e explicado na secção que se segue.

Padrões actuais de emprego e condições sociais de trabalho na agro-indústria florestal

Esta secção analisa a organização do emprego e do trabalho nos moldes produtivos prevalentes nas agro-indústrias florestais. Explica-se como é que as estruturas produtivas estruturam (e são estruturadas pelo) o emprego e as condições laborais e ilustra-se também o perfil do emprego na indústria florestal em Niassa, incluindo os padrões de recrutamento e de pagamento.

Os padrões de trabalho e emprego nas agro-indústrias reflectem as estruturas produtivas extractivas²⁹ dominantes. A organização produtiva das plantações florestais exemplifica o padrão extractivo das agro-indústrias em Moçambique, focado na produção de produtos primários para exportação através da obtenção de vastas extensões de terra e outros recursos como água a baixo custo, assim como do acesso e controlo de uma reserva de força de trabalho, recrutada de forma instável sobretudo sazonalmente, mal remunerada e com condições sociais de trabalho precárias. A

²⁹ Para a análise profunda da natureza extractiva das estruturas produtivas em Moçambique ver Castel-Branco (2010).

base de rentabilidade das empresas florestais está assente nessas condições, sendo os trabalhadores responsáveis pela sua própria reprodução social. O foco das empresas florestais, conforme referido, é o plantio de eucaliptos e pinheiros para produção de madeira e seus derivados (maioritariamente para abastecer o mercado internacional) e sobretudo para a produção de polpa de papel para exportação. As ligações a jusante na economia são limitadas, com exceção dos salários, e as ligações a montante existentes (por exemplo, sub-contratação de empresas para prestação de alguns serviços: preparação da terra, derrube de árvores, plantio, etc.) também são restritas e não estão bem estabelecidas.

A produção florestal em Niassa enfrenta uma crise de rentabilidade, reflectida nas dificuldades financeiras e perspectivas de expansão das áreas de plantio e de implantação de uma fábrica de produção de polpa de papel que não está garantida, no esforço de redução dos custos com os trabalhadores, por via da redução massiva do recrutamento de força de trabalho e das condições de trabalho, da sub-contratação de serviços (que impliquem redução dos custos com a força de trabalho), da intensificação do trabalho, e no desaparecimento de mais de metade das empresas florestais existentes em Niassa. As duas empresas em funcionamento, a NGR e a FdN, apesar de terem requerido mais terra para expansão da produção, não estão a ocupar todas as áreas já alocadas, conforme se pode verificar na Tabela 3. Ademais, há uma sub-contratação ou *outsourcing* de empresas ou agentes individuais de prestação de serviços às empresas florestais operacionais (também chamados de sub-contratadores de força de trabalho), para serviços de, por exemplo, abate de árvores, preparação dos solos, plantio, limpeza dos campos, etc. Algumas destas empresas de prestação de serviços são: Nomix, SMOPS, Niassa Petróleo, KuKamushissa, entre outros agentes individuais. Estas empresas ou agentes individuais são responsáveis pelos instrumentos e organização dos processos de trabalho, dado que os trabalhadores contratados por esta via não fazem parte do quadro pessoal das empresas florestais. Isto implica que, por esta via, as empresas florestais passam a responsabilidade das condições de trabalho incluindo de remuneração (que tendem a ser mais vulneráveis) aos agentes contratadores. Nas entrevistas a alguns destes sub-contratadores, estes revelaram estar a enfrentar uma crise, afirmando que havia empresas florestais que tinham contas por liquidar com eles, pelos serviços prestados. Quando a rentabilidade das empresas está em questão, estas normalmente reestruturam os custos de produção, incluindo mudanças nos processos de organização da mesma, que assumem diferentes contornos nas relações produtivas e de trabalho.

Organização do sistema de trabalho na produção florestal em Niassa

A maneira como a produção está organizada determina o modo de organização do trabalho assim como a integração da força de trabalho nos processos de

produção de valor para o capital. A produção agro-industrial envolve duas actividades principais nomeadamente a agrícola e o processamento. Entretanto, no caso da produção florestal em Niassa, só está a ser desenvolvida a primeira. Isto deriva do facto de, por um lado, as plantações terem sido estabelecidas recentemente, necessitando de um período de crescimento entre 10 a 25 anos, para o corte, consoante a espécie e desenvolvimento das árvores, assim como consoante a finalidade de utilização da madeira bruta. Por outro lado, as empresas florestais operacionais não possuem fábricas de processamento e as perspectivas de implantação destas fábricas ainda não estão claras, dadas as incertezas relativamente à sua rentabilidade, que depende da escala de produção que viabilize a sua implantação. Também a forma de processamento terá um impacto sobre a rentabilidade. Não se previa a construção de serrações porque o pinho e o eucalipto terão mais valor em polpa do que em pranchas. De momento, o foco das empresas florestais parece estar na expansão das áreas de plantio, o que requer uma ocupação de terra em grande escala, com implicações no desenvolvimento de outras formas de trabalho, sobretudo as directamente ligadas à terra. Entretanto, o processo de produção não acaba com a silvicultura e o corte prematuro reduz muito o valor final da produção.³⁰

O sistema de trabalho na produção florestal é complexo e envolve diferentes etapas, processos de trabalho e tipos de trabalhadores. A Tabela 4 ilustra os processos de trabalho ao longo das principais etapas da produção florestal nas agro-indústrias de florestas em Niassa. As actividades no sector florestal são geralmente condicionadas pelas estações: chuvosa e seca. Os processos de trabalho são na sua maioria baseados no trabalho manual ainda que haja alguns processos produtivos cada vez mais semi-mecanizados e mecanizados, em algumas actividades. Aquando da investigação de campo, verificou-se o investimento em uma maior mecanização de algumas actividades da produção florestal como no caso da preparação da terra, conforme se pode verificar na Tabela 4.

A demanda por força de trabalho ao longo do ciclo florestal depende da forma como os processos de produção e de trabalho são organizados nas plantações, podendo diferir de empresa para empresa. A necessidade de mão-de-obra, para além de depender do ciclo e das diferentes fases da produção florestal (tais como: a abertura e preparação da terra, a produção das mudas, o plantio, a manutenção e limpeza dos campos, a adubação, a protecção contra incêndios, bem como, possivelmente, as actividades de desbaste, transporte, e talvez processamento), é condicionada pelo tipo de investimento feito pelas empresas, que pode ser virado para a mecanização ou não.

30 Serão necessários pelo menos cinco anos de crescimento antes de iniciar o corte.

Ao longo do processo de produção, há diferentes tipos de trabalhadores que interagem entre si. Praticamente em todas as etapas do processo produtivo, há um supervisor de campo, que, geralmente, é um técnico ou engenheiro florestal qualificado e é responsável pela gestão do trabalho no campo e a quem os chefes de grupo 'prestam contas' sobre a actividade desempenhada pelos trabalhadores de campo (designados, localmente, por serventes florestais) em diversas actividades tais como abertura e preparação dos campos, aplicação de herbicidas e de adubos, plantio nos viveiros e nos campos definitivos, limpeza e manutenção dos campos, aceiros, entre outras. No caso dos aceiros, que é uma das etapas mais exigentes no ciclo das operações florestais em termos de monitoria e controlo, existe uma equipa de trabalhadores que para uma melhor protecção da floresta, tem de enfrentar o desafio da coordenação entre eles, nomeadamente: os guardas, a equipa de vigilância ou os comunicadores que ficam nas torres de vigia e as equipas de combate a queimadas. Ademais, com a mecanização de alguns processos (através dos quais as empresas alegam melhor desenvolvimento e qualidade da produção florestal), a procura por força de trabalho diminuiu para tais actividades, como é o caso da preparação de terra. No caso da aplicação de herbicidas através de processos mecanizados, há apenas necessidade de algum pessoal reduzido para realizar misturas, bem como de um operador de tractor.

O sistema de trabalho nas plantações florestais é baseado em empreitada, ou seja, é determinado de acordo com uma meta estipulada, numa base diária, sobre a qual está assente o sistema de pagamento. O cumprimento desta meta equivale a um dia efectivo de trabalho, mas o não cumprimento desta pode traduzir-se numa falta ou em meio-dia de trabalho (e conseqüente pagamento parcial), de acordo com a empresa. As metas são determinadas e variam consoante o tipo de actividade ou o processo de trabalho envolvido, variando também entre empresas e dentro da mesma empresa, consoante a gestão operacional e as condições de lucratividade da mesma. Na abertura dos campos, as necessidades da força de trabalho, para remoção da vegetação nativa (evitando-se competição por água e nutrientes com as plantas de interesse), variam consoante o tamanho da área. Na limpeza e manutenção dos campos, a meta pode variar, dependendo da dimensão do capim, de uma área de 40 m x 40 m ou 60 m x 60 m por dia. O desraste, tem como meta cerca de 445 plantas, por pessoa, diariamente. Verifica-se a ocorrência de processos de intensificação do trabalho, que visam reduzir custos com a força de trabalho, o que se revela no aumento das metas diárias por trabalhador. Por exemplo, aquando da investigação de campo, a meta no plantio para uma das empresas florestais era de 300 bacias (ou demarcações), 300 covas (dimensão de 50 cm x 30 cm) e 300 mudas a plantar, por pessoa, por dia. Esta empreitada diária era exercida por três trabalhadores mas com a intensificação do trabalho, passaram a ser realizadas, numa base diária, por apenas um trabalhador.

Tabela 4: Processo de trabalho na produção florestal em Niassa

Etapas da Produção Florestal	Processos de Trabalho	Tempo
Abertura/limpeza dos campos	A limpeza da área é feita por processos semi-mecanizados (com recurso a motosserras, catanas e <i>slasher</i> ou podões). Esta é, geralmente, a primeira etapa, dependendo da área a explorar. No caso de se tratar de um campo limpo, a produção florestal inicia-se com a preparação do solo.	Ocorre na estação seca; geralmente entre os meses de Junho a Outubro.
Preparação da terra	A preparação do terreno em Niassa tende a ser cada vez mais mecanizada, com uso de maquinarias e tractores. Mas, há ainda casos de preparação manual da terra que envolve uso de força de trabalho, em função da área que se pretende plantar.	A preparação do solo realiza-se no período seco, entre Agosto a Outubro (ou início de Novembro, de preferência, antes das chuvas). Esta actividade é feita depois da abertura e limpeza dos campos.
Aplicação de herbicidas	A aplicação de herbicida é manual (com bombas costais ou pulverizadores), ou mecanizada, consoante a empresa. Depois da preparação do terreno, algumas empresas têm optado pela aplicação de herbicidas e harboricidas antes do início do plantio, visando o controlo de plantas indesejadas e competidoras como algumas gramíneas (capim) e arbustos.	Ocorre depois da preparação do terreno, mas algumas semanas antes do plantio definitivo. Geralmente, ocorre entre Novembro e Dezembro.
Plantio 'inicial' - Viveiros	Grande parte das actividades do viveiro é manual, com excepção do sistema de rega, que é feito com aspersores (e às vezes complementado com trabalho manual). É uma rega por gravidade, onde a água é puxada do rio com moto-bombas, para os aspersores que a distribuem para as caixas das mudas plantadas. O trabalho manual requer atenção, para garantir a qualidade.	O lançamento da semente nos viveiros para produção de mudas, começa entre Maio e Junho. O pinho fica 5 meses no viveiro. O eucalipto pode ficar entre 2 a 3 meses no viveiro, mas logo que as chuvas começam, as mudas devem ser transplantadas para o campo definitivo.
Plantio 'definitivo'	Esta actividade é realizada de forma manual, em que se transplanta as plantas para plantio nos campos definitivos. Esta etapa constitui o período de pico na produção florestal e de maior demanda por força de trabalho. A plantação termina em finais de Março ou de Abril.	Ocorre na estação chuvosa (Novembro a Março). Mas, dependendo do início das chuvas, o período de plantio pode ter início em Dezembro e prolongar-se até Abril).

Etapas da Produção Florestal	Processos de Trabalho	Tempo
Adubação	Trabalho realizado manualmente. No plantio inicial, nos viveiros, há utilização de adubos hidrosolúveis, aproveitando-se o acto da rega para fazer a adubação, maximizando os adubos.	O processo de adubação segue-se após o plantio.
Manutenção dos campos	É um processo manual para a remoção de plantas indesejadas como o capim e de material combustível (diminuindo o risco de incêndios florestais). Devido às chuvas, há maior proporção de capim que deve ser retirado até 3 meses após o seu nascimento, pois concorre em nutrientes com as espécies/árvores plantadas e tende a reproduzir-se, se não for eliminado nesse tempo.	Geralmente, entre Março e Junho, depois do plantio.
Controlo de pragas	Feito manualmente. Neste período, é feita a aplicação de insecticidas para o controlo de pragas, usando-se pulverizadores ou bombas costais.	Entre Março e Junho
Desrame	O desrame, ou corte dos ramos destruídos ou vivos que estão ao longo do tronco, é um trabalho feito manualmente; visando alcançar a melhor qualidade da madeira e proteger contra incêndios, dado que com o crescimento das plantações, o risco de incêndio no topo da árvore, aumenta.	O processo de desrame é feito antes do período chuvoso, para evitar o surgimento de fungos que possam afectar o crescimento da planta e a qualidade da madeira.
Protecção e combate de incêndios	Processo manual que requer procura por força de trabalho para preparação de aceiros ou protecção a incêndios e o controlo das queimadas, em especial, na altura de caça e de preparação da terra para machambas. Há um grupo de trabalhadores nas actividades de limpeza e aceiros e outro nas 'torres de vigia' no controlo e comunicação de incêndios/queimadas.	Junho (preparação de aceiros). A partir de Setembro (controlo de queimadas). A preparação dos aceiros é feita depois da retirada do capim. Após a manutenção dos aceiros, prepara-se a terra para a nova campanha.

Fonte: Autora com base na informação da investigação de campo

Em geral, o trabalho começa por volta das 6 ou 7 horas da manhã e o horário de saída, para a marcação de um dia efectivo de trabalho, depende do cumprimento da meta; ao terminar a meta o trabalhador pode ir para casa ou para o acampamento. Nos viveiros, não há um sistema de metas como tal: o horário de trabalho é das 7 às 17 horas, com um intervalo de 1 hora para refeições. Contudo, dada a intensidade do trabalho, a experiência de alguns trabalhadores revela que muitos têm dificuldade em fazer pausa para as refeições. Face a este cenário, os trabalhadores intensificam o seu trabalho em uma tentativa de garantir o cumprimento das metas diárias e obter a remuneração correspondente.

O trabalho desenvolve-se num contexto de tensões e contradições nas relações sociais de produção, sendo crucial analisar o tipo de emprego e as condições sociais de trabalho no quadro do modo actual de organização social da produção e do trabalho.

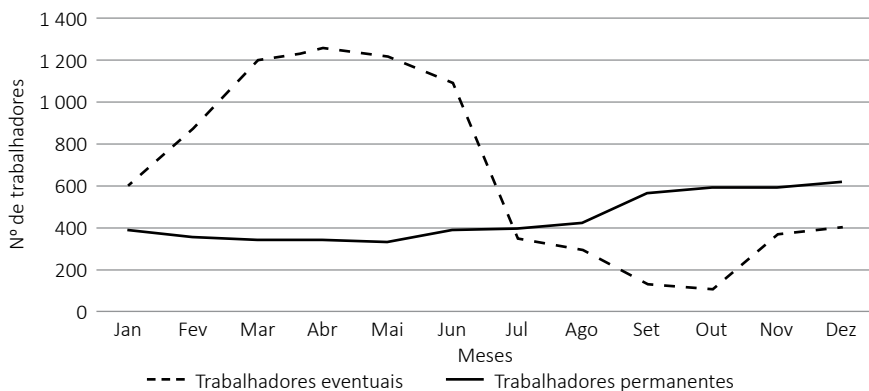
Que tipo de emprego é criado?

O emprego é maioritariamente casual, mal remunerado e desenvolvido em condições sociais de trabalho precárias. Isto é demonstrado ao olhar para a estrutura de emprego, para o sistema de recrutamento e de pagamento e para as condições de trabalho que incluem a organização social do trabalho, da alimentação, do alojamento, do transporte, as condições de segurança laboral e social, entre outros aspectos da organização social em que o trabalho se desenvolve, mais amplamente.

Estrutura do emprego e padrões de recrutamento

O recrutamento da força de trabalho é instável, ao longo da época agrícola, como mostra a informação referente aos registos totais de recrutamento de trabalhadores no ano de 2012, por uma das empresas florestais (Empresa A) em Niassa, no Gráfico 3.

Gráfico 3: Recrutamento da força de trabalho nas plantações florestais, Niassa, Empresa A



Fonte: Estimativas da autora baseada na informação estatística da empresa Florestal A, 2012

A força de trabalho nas plantações é constituída por trabalhadores eventuais e permanentes. O trabalho é maioritariamente sazonal. A maioria dos trabalhadores é recrutada no período de pico, na fase de plantio, de Novembro a Abril. O recrutamento da força de trabalho permanente é estável ao longo do ano mas neste caso registou um acréscimo no início da época de plantio. Após a época de plantio, há uma redução no recrutamento da força de trabalho casual. O perfil do emprego varia durante o ano agrícola, e com o crescimento da floresta. Os trabalhadores do campo têm emprego sobretudo nos meses de Novembro até Abril (quando há o novo plantio). Estes constituem o grosso da força de trabalho. Os guardas e o pessoal de limpeza das árvores trabalham todo o ano, com mais intensidade no período dos incêndios. A quantidade de mão-de-obra exigida para os viveiros é mais regular mas relativamente menor, e procura responder ao número de mudas necessárias para plantar nos novos campos de plantio.

O trabalho não é contínuo ao longo da época agrícola, não apenas para os trabalhadores casuais como também para os permanentes. Isto porque um trabalhador permanente nas plantações, não tem, necessariamente, trabalho durante os doze meses. No sistema de contratação nas plantações, a maior parte dos trabalhadores tem um contrato de trabalho sazonal (geralmente de três meses) ainda que existam trabalhadores de campo com contratados por período indeterminado. Entretanto, ainda que indubitavelmente seja importante ter um contrato de trabalho, este não garante dias efectivos de trabalho, nos moldes actuais de organização da produção e do trabalho, nas empresas florestais. Por um lado, o contrato de trabalho permite ter apenas a oportunidade de trabalhar quando houver demanda e, por outro lado, o contrato não garante dias efectivos de trabalho registados durante o período contratado, no actual sistema de produção e de trabalho baseado em meta, onde um dia efectivo de trabalho implica o cumprimento da empreitada diária.

O perfil da força de trabalho é constituído por homens e mulheres, sendo a grande parte da força de trabalho nas empresas florestais masculina,³¹ o que se manifesta na Tabela 5, calculada na base de uma sub-amostra tirada³² dos registos totais de uma das empresas florestais. A força de trabalho feminina e masculina desempenha praticamente o mesmo tipo de trabalho, com excepção de algumas actividades como a abertura e a limpeza dos campos ou o abate de árvores, tarefas que tem sido feitas pelos homens. A Tabela 5 mostra também que cerca de um quarto dos trabalhadores tem trabalho permanente, que 23% trabalham apenas um ou dois meses e que cerca de 64% trabalham 6 meses ou menos.

31 Embora a Empresa Chikweti, enquanto operacional, empregasse mais mulheres comparativamente a outras empresas.

32 A amostra considerada nesta sub-amostra é de 600 trabalhadores.

Tabela 5: Estrutura da força de trabalho, Empresa Florestal A, Niassa, 2012³³

Sexo		N° Meses												Total
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Mulheres (M)	N° M	5	6	6	13	10	10	1	1	1	1	2	26	82
	% M	6%	7%	7%	16%	12%	12%	1%	1%	1%	1%	2%	32%	100%
Homens (H)	N° H	55	71	45	75	49	32	18	11	10	9	15	128	518
	% H	11%	14%	9%	14%	9%	6%	3%	2%	2%	2%	3%	25%	100%
Total	N°	60	77	51	88	59	42	19	12	11	10	17	154	600
Total	%	10%	13%	9%	15%	10%	7%	3%	2%	2%	2%	3%	26%	100%

Fonte: Autora de acordo com a base de dados da Empresa Florestal A

A estrutura do emprego é polarizada, com um pequeno número de trabalhadores qualificados relativamente bem pagos e uma grande componente de trabalhadores sazonais não qualificados com baixos salários. Ou seja, o emprego é maioritariamente sazonal, havendo alguns trabalhadores permanentes não qualificados e mal pagos, e uma minoria de trabalhadores qualificados permanentes e bem pagos. O primeiro grupo inclui 'serventes florestais' (trabalhadores que realizam actividades nos viveiros, na limpeza e preparação dos campos, plantio, aceiros, desrame, entre outras), guardas, chefes de grupo e supervisores de campo. O último grupo inclui um número reduzido de técnicos e engenheiros florestais qualificados. A estrutura da força de trabalho modifica-se ao longo do ano. Em 2012 a sub-amostra tirada dos registos totais da empresa mostrou que em Abril, o mês de pico, 74% dos trabalhadores eram casuais, serventes e guardas. Em Outubro, o mês de menor emprego, os casuais constituíam apenas 16% da força de trabalho.

A estrutura da força de trabalho, para além de espelhar a natureza sazonal da produção, reflecte também o tipo de investimento feito pelas empresas florestais nos processos agrícolas e de organização da produção e do trabalho. Tem havido algum investimento na mecanização de alguns processos produtivos, com implicações para a demanda por força de trabalho, ainda que prevaleçam algumas actividades que requerem trabalho manual tais como: no plantio, na adubação, nos viveiros, na limpeza das áreas, nos aceiros, entre outras. O investimento na mecanização para a preparação da terra para o plantio, por exemplo, reduziu a procura por força de trabalho e as dificuldades de expansão das áreas de plantio não permitem aumentar o emprego. Por exemplo, em entrevista recente (no ano de 2017), uma das empresas operacionais referiu que não estão nem a abrir, nem a preparar o terreno em novos campos e que, de momento, estão a concentrar-se na utilização de áreas que já haviam

33 Onde: N° de Meses - Número de Meses trabalhados na Empresa Florestal A no ano em questão; N° (M) - Número de Mulheres; N° (H) - Número de Homens; % (M) - Percentagem de Mulheres; e % (H) - Percentagem de Homens.

sido preparadas. Adicionalmente, os padrões de emprego variam com a fase de desenvolvimento da plantação e não só ao longo do ano agrícola. O trabalho manual é mais intenso durante o estabelecimento da floresta e a limpeza dos primeiros anos. A seguir, a partir do 5º ano até o início do corte, o volume de trabalho é reduzido nas florestas.

Relativamente ao processo de recrutamento, inicialmente a força de trabalho era recrutada a nível local, nas zonas onde as empresas estavam a operar, sob coordenação dos líderes comunitários (ou régulos), que controlavam o processo de selecção do pessoal localmente, sobretudo para os trabalhos que não requeriam qualificações, tais como: serventes e guardas florestais. A população questionou esta via de recrutamento, alegando que as pessoas seleccionadas para os empregos, eram as que tinham relações de parentesco e de amizade com os régulos. Todavia, ainda que a política de recrutamento assinalasse o recrutamento local da população, nas zonas em exploração florestal, verificou-se a existência de grupos de trabalhadores provenientes de outras zonas (localidades, distritos ou mesmo províncias, que vivem em acampamentos próximos dos campos de produção). Além disso, o facto de alguém ter sido, inicialmente, inscrito como trabalhador numa empresa, não garante nem emprego, nem a sua continuidade.

Um outro aspecto a ressaltar é a redução no recrutamento directo de trabalhadores nas plantações florestais, onde as empresas têm recorrido à sub-contratação da força de trabalho através de empresas ou agentes individuais de prestação de serviços. A força de trabalho recrutada pelos 'sub-contratadores', em geral, possui um perfil bastante heterogéneo. Alguns dos sub-contratadores operam como *outgrowers* ou produtores integrados responsáveis tanto pela abertura como pela preparação de terras e pelas actividades de plantio, muitas vezes trabalhando em áreas periféricas menos povoadas. Estes sub-contratadores recrutam os seus trabalhadores de duas maneiras diferentes: (i) recrutando alguns trabalhadores de outras localidades e distritos de Niassa (por exemplo, de Cuamba e de distritos ao Leste de Niassa) e de outros países como o Malawi, alojando-os em campos durante toda a época de plantio; e (ii) contratando famílias locais num sistema de 'metas de trabalho', a saber, a plantação completa de uma área específica ao longo de várias semanas em vez de um único dia de trabalho. Nesse caso, os trabalhadores geralmente incluem vários membros da família, até mesmo crianças. Estas empresas e indivíduos são responsáveis por um número significativo de trabalhadores eventuais nas plantações florestais (que, em geral, não possuem contratos de trabalho), o que implica que o número desses trabalhadores casuais tenha sido subestimado nas estatísticas dos registos das empresas florestais.

A crise de oportunidades de emprego em Niassa é marcante e a não expansão para novas áreas por parte das empresas, coloca questões sobre as possibilidades actuais e futuras de emprego na produção florestal. Assim, actualmente, a preocupação vai para

além da precariedade do emprego, como será demonstrado na secção que se segue, ao olhar para as condições sociais de trabalho incluindo condições de remuneração.

Condições de remuneração e de trabalho

As metas, a remuneração e as condições de trabalho são as questões que mais preocupam os trabalhadores agrícolas florestais e é a volta destas questões que a luta dos trabalhadores se deve cingir em particular. O sistema de metas é um ponto fundamental nas plantações florestais. As metas de trabalho diárias definidas pelas empresas florestais para as diferentes actividades, mesmo sendo cumpridas por alguns trabalhadores, parecem ser excessivas, do ponto de vista de capacidade dos trabalhadores. Além disso, têm implicações nas condições de trabalho e na saúde dos trabalhadores. O esforço para o cumprimento das metas requer trabalho árduo, afectando a capacidade dos trabalhadores em cumprirem as metas ou até mesmo em estarem disponíveis para trabalhar nos dias seguintes. Além disso, o cumprimento ou não das metas tem consequências em termos dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores, podendo estes receber menos do que estaria previsto por dia de trabalho.

Sistema de pagamento

O padrão de salários é variável e o trabalho nas plantações mal remunerado. A irregularidade do trabalho florestal e o sistema de metas explicam os baixos salários auferidos pelos trabalhadores nas plantações. No sistema de metas, a meta é definida de acordo com “condições óptimas do melhor trabalhador”. Os salários são pagos por meta ou jorna diária mas recebidos mensalmente. A determinação do salário pago por jorna neste sistema, segundo as empresas florestais, é feita na base do salário mínimo estipulado para o sector agrícola (onde seria de esperar que a remuneração diária, para diferentes actividades, fosse equivalente ao salário mínimo mensal dividido por 30 dias). Entretanto, este sistema de pagamento não é tão linear como pode parecer. O valor mensal a receber depende do cumprimento da meta diária, que varia consoante a actividade e entre empresas. Se as metas forem cumpridas diariamente, o salário mensal é aproximado (ou equivalente) ao valor do salário mínimo para o sector. Mas nem todos trabalhadores conseguem cumprir as metas, por várias razões, muitas delas manifestadas como estando ligadas a excessividade da meta diária estipulada. Por causa da intensificação do trabalho, que está a ocorrer no trabalho nas empresas florestais, a experiência de vários trabalhadores, homens e mulheres, revela dificuldades ou quase impossibilidade, em alguns casos, no cumprimento das metas. Por exemplo, há um conjunto de actividades que antes era executado por mais de um trabalhador e passaram a ser executados por um único trabalhador. Nestes casos, e em outros ligados ao não cumprimento das metas, devido às condições de trabalho (por exemplo, a organização do transporte, alimentação, instrumentos e equipamento de trabalho, entre outras), os

trabalhadores só recebem o equivalente à empreitada feita (pagamento parcial) ou não recebem (caso a empreitada seja marcada como uma falta). Estes factores tornam o padrão dos salários variável e com valores que não chegam ao salário mínimo³⁴ estipulado por lei para o sector agrícola.

Conforme expressa um trabalhador das plantações florestais em Niassa, em entrevista:

“...Este trabalho aqui é muito duro, até parece que estamos no tempo colonial (...). O salário não chega para nada... Mamã, é difícil cumprir meta...custa usar picareta...É sofrimento, não é job este, até parece Xibalo! (...). Quando tentei reclamar de picareta [instrumento de trabalho], a resposta que tive do boss X foi “eu não falo com material” (...) Há outros que também não gostam das condições mas por causa de sofrimento da vida temos que aceitar...quando eu e outros colegas fomos dizer o sindicato [sobre os problemas] ele disse para falarmos sozinhos com o técnico [de produção]”. (Entrevista com um trabalhador casual, Senhor A, de 30 anos, Chimbonila, Mussa, 13/12/2014)

Os serventes florestais e os guardas recebem um salário determinado por jorna e os trabalhadores permanentes (à excepção dos serventes florestais) um salário na base mensal. A Tabela 6, com base nos registos totais dos salários pagos no ano 2012, na Empresa Florestal A, ilustra esta variabilidade nos salários dos trabalhadores eventuais, com particular destaque para os trabalhadores permanentes que incluem trabalhadores de campo não qualificados, serventes florestais, supervisores e técnicos de campo, onde os salários e as funções dos trabalhadores nesta categoria são muito mais variáveis. Isto pode ser verificado pelo desvio padrão e os valores dos salários mais baixos e mais altos registados em ambas as categorias/estatutos de trabalhadores. No caso dos trabalhadores permanentes, o valor do salário mais baixo reflecte o pagamento por jorna que caracteriza os serventes florestais com estatuto de permanente. O mesmo no caso do salário mais baixo dos casuais. De referir que, a partir da base de dados explorada, foi possível verificar que o salário básico bruto, em vários casos, e o líquido em todos casos, é colocado em termos mensais, ainda que o sistema de pagamento seja baseado em metas e esteja a ser aplicada uma remuneração na base diária. Ainda relativamente aos baixos salários dos trabalhadores, neste e noutros casos, reflectem os descontos nos salários, ou por pagamentos parciais, ou por registo do dia de trabalho realizado como uma falta (sendo que a falta, neste caso, não se refere necessariamente a ausência do trabalho mas pode resultar do incumprimento da meta definida, sobretudo no cenário actual de intensificação das metas ou jornas de trabalho). A mediana dos salários e

34 O salário mínimo considerado é o referente ao mesmo ano a que os dados da Empresa Florestal A dizem respeito, que é 2012.

o salário médio dos trabalhadores eventuais, no ano de 2012, está abaixo do salário mínimo estipulado para a actividade agrícola no mesmo ano (de 2.300 MT). No caso dos permanentes, a mediana do salário está ligeiramente acima do salário mínimo e o salário médio também acima. Contudo, dada a grande variabilidade entre os salários neste grupo de trabalhadores, o salário médio pode reflectir essa grande variabilidade, conforme demonstrado na Tabela 6.

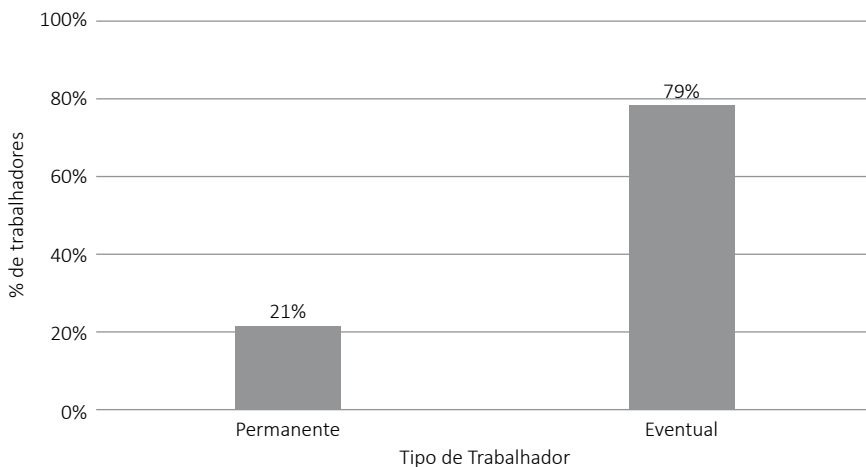
Tabela 6: Salário mensal³⁵ (em Meticais), Empresa Florestal A, Niassa, 2012

Tipo de Trabalhador	Média	Mediana	Desvio Padrão	Menor (salário)	Maior (salário)
Eventual/Casual	1.884	1.945	622	90	6.530
Permanente	3.225	2.595	2.438	120	30.603

Fonte: Autora de acordo com a base de dados salarial da Empresa Florestal A, Niassa, 2012

O Gráfico 4, de acordo com a mesma base de dados dos registos salariais da Empresa Florestal A, ilustra que a percentagem de trabalhadores, eventuais e permanentes, cujo salário auferido está abaixo do salário mínimo estipulado para a actividade agrícola; revelando que uma grande parte dos trabalhadores eventuais, que dominam a estrutura da força de trabalho nas plantações, auferem salários abaixo do mínimo estipulado.

Gráfico 4: Percentagem de trabalhadores com salário abaixo do mínimo estipulado



Fonte: Autora de acordo com a base de dados salarial da Empresa Florestal A

35 Estes dados referem-se ao salário líquido de desconto do INSS e do Sindicato assim como das faltas. A amostra usada é de 13.883 observações de trabalhadores, no ano de 2012. Note-se que não se refere a 13.883 trabalhadores mas à observações dos pagamentos efectuados a um mesmo trabalhador ou vários trabalhador(es), mensalmente, durante o período que foi recrutado, sendo este padrão de recrutamento variável ao longo do ano agrícola, conforme observado no Gráfico 3.

É necessária aqui uma ressalva. O salário mínimo nominal, estipulado por lei, em termos reais, sobretudo se considerarmos a inflação de bens básicos de consumo, assume valores mais baixos conforme revelam alguns estudos.³⁶ Perante o padrão de salários na agro-indústria florestal, uma questão que emerge é que se o salário 'mínimo' em termos reais é mais baixo do que o estipulado, então o salário de facto recebido pelos trabalhadores (que já se encontra abaixo do salário mínimo nominal) tende a ser mais baixo ainda, em termos reais, conferindo um menor poder de compra aos trabalhadores. Assim, o salário mínimo para a agricultura (de 2.300 MT, em 2012, e 3.642 MT, actualmente) mostra-se mais baixo em termos reais, enfraquecendo o poder de compra dos trabalhadores, que o auferem, colocando em causa o seu padrão de vida e com implicações na limitação da reprodução social da força de trabalho. No caso dos trabalhadores agrícolas, que recebem abaixo deste 'salário mínimo', em termos reais, que são a maioria dos trabalhadores (sobretudo casuais), a sua situação é mais grave ainda. Nestas condições, a satisfação de necessidades básicas em termos de alimentação, saúde, alojamento, transporte, entre outras, é limitada, constringendo o padrão de vida e a reprodução da força de trabalho. Se considerarmos as inter-ligações existentes entre os rendimentos salariais e outras formas de trabalho, sobretudo a produção agrícola, na organização do trabalho e de vida, concluímos que a baixa remuneração irá repercutir-se na limitação do desenvolvimento de outras formas de trabalho complementares ao trabalho assalariado. Tais formas de trabalho encontram-se mutuamente relacionadas aos rendimentos salariais, dependendo do seu financiamento para o estabelecimento da sua actividade (por exemplo, produção familiar) e subsidiando os baixos rendimentos salariais.

Adicionalmente, os salários dos trabalhadores casuais subcontratados, que não fazem parte do quadro do pessoal das empresas florestais, são da responsabilidade dos próprios sub-contratadores (por quem são pagos) e tendem a ser mais baixos e vulneráveis. A análise sobre os mesmos é bastante limitada dada a sua organização dispersa o que tem também implicações na possível organização destes trabalhadores na luta por melhores condições salariais e de trabalho.

Há vários questionamentos por parte dos trabalhadores sobre a determinação dos salários, no sistema de trabalho e de pagamento dominante, baseado em metas. Uma questão que surgiu em conversa com vários trabalhadores agrícolas casuais e mesmo com alguns permanentes (ambos os grupos, serventes florestais), foi a preocupação com o cálculo dos salários, manifestando que não compreendem como os seus salários são determinados e a incerteza (falta de informação e conhecimento) de qual seria o salário a auferir, no final de cada mês de trabalho. Alguns exemplos destes questionamentos por parte de alguns serventes florestais, seguem-se:

³⁶ Por exemplo, Castel-Branco (2017).

“...mesmo acordar e ir ao campo todos dias, nunca recebi salário de 2[dois mil Meticais]...mas estou ir todos dias no campo mesmo com dor de costas noutros dias, mas depois salário é pouco. (Entrevista com uma trabalhadora permanente, Senhora B, de 27 anos, Chimbonila, Naconda, 01/12/2014)

“...Eu entrei como um trabalhador casual e agora passei para permanente (...) No início eu trabalhava por metas mas com horário e marcavam presença, mas depois quando começaram as metas ‘pesadas’ e ‘apertadas’ eu não conseguia terminar o trabalho (...) para terminar tenho que ficar até escurecer na floresta (...) Várias vezes não consegui fazer 300 covas com a picareta e não sei se assim vou receber vencimento; marcam faltas e não sei como calcular o salário... um mês recebo 1.300 MT, outro 1.600 MT e outro posso receber menos mas estou a ir trabalhar e faço o mesmo trabalho... não sei porquê ... o máximo que recebi foi 2.200 MT (...) gostaria de saber quanto é que eu devo receber por cada cova que eu abro!? (...)” (Entrevista com um trabalhador permanente, Senhor C, 31 anos, Localidade de Litunde, 11/12/2014)

É, igualmente, digno de registo que o Sindicato parece ter uma preocupação similar e falta de informação sobre a forma como as empresas determinam os salários a receber pelos trabalhadores, o que tem implicações no possível campo de monitoria e negociação das condições salariais, relativamente ao actual sistema de trabalho. Entretanto, uma questão e, possivelmente, um espaço para negociação que emerge é, por exemplo, como é que o SINTAF pode garantir que um dia de trabalho realizado seja, de facto, registado como um dia efectivo de trabalho?

É de salientar que a base de rentabilidade do capital à custa do pagamento de baixos salários (entre outras condições de trabalho precárias, em geral) além de constituir uma grande preocupação para a classe trabalhadora, pode colocar em causa a sustentabilidade do próprio sistema produtivo. Os trabalhadores procuram por salários reais dignos, num contexto de inflação dos bens e dos serviços de primeira necessidade, onde o seu poder de compra se encontra enfraquecido, pelo que as suas lutas por rendimentos mais amplos, podem se manifestar por via do absentismo (por exemplo, a procura de outras opções de geração de rendimento e sustento quer localmente quer por migração), o que ocorre em algumas empresas florestais, ou por via de greves em prol de melhores salários nominais, actos de sabotagens (por exemplo, o plantio duplicado ou triplicado de mudas, para apressar o trabalho e cumprir a meta diária estabelecida, na tentativa de garantir uma remuneração correspondente), e limitando (e, em certos casos, podendo mesmo bloquear) o processo produtivo nas actividades dependentes de força de trabalho nas empresas florestais.

As lutas trabalhistas face às preocupações com as questões salariais, entre outras ligadas ao sistema de trabalho prevalecente, baseado em metas, são agravadas num contexto em que há uma fraca organização da classe trabalhadora e um fraco poder negocial entre os trabalhadores e os empregadores, e entre o sindicato e os empregadores e entre o sindicato e os trabalhadores.

Perante este cenário, há uma intensificação do trabalho por parte dos trabalhadores para o cumprimento da empreitada na tentativa de assegurar um dia de trabalho registado e um rendimento mensal equivalente. Em alguns casos, alguns trabalhadores apressam a organização da sua alimentação (fazem refeições rápidas, não variadas e, às vezes, trabalham sem comer) e abdicam do uso de alguns instrumentos e equipamentos de trabalho, colocando em risco a sua própria saúde e segurança, o que tem implicações para a produtividade, conforme se explica na secção seguinte.

Condições sociais de trabalho: padrões e questões à saúde e produtividade

O trabalho nas plantações florestais é desenvolvido em condições sociais de trabalho precárias, que sustentam a base de rentabilidade do capital, nas condições actuais de organização da produção e trabalho. O actual modo de organização produtiva do trabalho, baseado no sistema de empreitada e assente na intensificação do trabalho, pode colocar em causa a segurança no trabalho e a saúde dos trabalhadores, com implicações na limitação de um padrão de vida decente e na produtividade, em geral. Este facto é demonstrado pela organização da alimentação, do alojamento, do transporte, das condições de segurança laboral e social; pela experiência do trabalho, pelo dia-a-dia do trabalho sob condições de provisão (ou não) e uso (ou não) de equipamento e instrumentos de trabalho; para além de outros aspectos da organização social e de vida em que o trabalho se desenvolve, mais amplamente. A organização das condições de alimentação, alojamento, transporte, entre outras, são da responsabilidade dos trabalhadores e revelam precariedade.

Conforme discutido anteriormente, no sistema de trabalho baseado em metas, os trabalhadores estão sujeitos a metas de trabalho intensas que implicam longas jornadas de trabalho com um curto ou mesmo nenhum espaço de tempo para a preparação dos alimentos e para as refeições (tem refeições rápidas e não diversificadas), sem tempo para descanso, dado que tentam apressar o seu trabalho para cumprir a meta devido às consequências directas sobre a marcação/contagem de um dia efectivo de trabalho e sobre os salários. No estudo, constatou-se que as refeições dos trabalhadores não eram variadas e estes optavam por alimentos baratos e fáceis de preparar, como xima com peixe (seco e fresco) ou feijão. Casos há, em que os trabalhadores se organizam em grupos para poderem preparar mais rapidamente a alimentação, fazendo uma espécie de 'xitique de comida', ou rotatividade no preparo da comida, o que também lhes permite minimizar os custos da alimentação ao partilhá-la entre si.

Adicionalmente, num contexto de deficiências no sistema de transporte, quer em termos de acesso como de condições do mesmo, para assegurar a oportunidade de trabalho, vários trabalhadores, homens e mulheres (algumas destas tendo consigo crianças pequenas pois não têm com quem as deixar no local de residência própria), têm de se alojar em acampamentos próximos aos campos de produção florestal. Várias das pessoas entrevistadas (tanto homens como mulheres, quer permanentes quer casuais) reclamavam das condições de trabalho, entre outras, as condições de acomodação (dormiam no chão, num acampamento descrito com problemas de cobertura, situação que era agravada na época chuvosa, vulneráveis a mordidas de cobras e sem posto médico por perto ou pronta assistência médica, sem luz e nem água potável, sob condições de transporte vulneráveis e sem comodidade), e os meios de transporte, do tipo de caixa aberta vulgo 'my-love', com capacidade para 60 pessoas mas que, geralmente, transporta efectivamente 90-100 pessoas do acampamento para os campos e vice-versa. Este é o mesmo tipo de transporte que leva os trabalhadores dos acampamentos para suas casas aos fim de semana (os trabalhadores saem às sextas-feiras ao fim do dia e regressam ao domingo). De notar que os custos de transporte são todos da responsabilidade dos trabalhadores, incluindo o deslocamento dos acampamentos para as plantações. A precariedade das condições de alojamento, para além de outras condições deficitárias ou não existentes, a vida longe das suas áreas de residência, nalguns casos longe dos filhos (alguns ainda menores de idade e sem ninguém para cuidar deles), que obriga os trabalhadores a abandonar algumas actividades suplementares como a produção agrícola, que eram praticadas para alimentação familiar e, nos casos em que é comercializada, para rendimentos adicionais (na maioria dos casos, dependendo da escala, da composição do agregado familiar e das formas de trabalho mais gerais, em que estão envolvidos) são alguns dos problemas identificados. De acordo com relatos das entrevistas realizadas, os acampamentos assim como os campos de produção têm falta de facilidades ou instalações sanitárias, o que é mais problemático no caso das mulheres e pode colocar em risco a sua segurança, quer em termos de saúde, como de agressões ou abusos físicos. Este facto condiciona a higiene e segurança laboral.

Vários grupos de trabalhadores expressaram o seu descontentamento em relação às condições sociais de trabalho. Alguns grupos, principalmente os trabalhadores mais vulneráveis ou com uma condição socioeconómica menos favorável, eram os que mais tentavam suportar as condições laborais, alegando a necessidade vital que tinham por um posto de trabalho. Outros, mesmo enfrentando dificuldades socioeconómicas, já começavam a mostrar indícios de resistência às actuais formas de organização e condições de trabalho, que os ausentava das plantações para trabalhar na sua produção familiar ou de outrem, assalariando-se ou, por via de sabotagens, plantando, por exemplo, várias mudas na mesma cova, de modo a marcar uma meta diária concluída,

o que teria implicações para a produtividade e qualidade da produção florestal. Houve alguns trabalhadores que estiveram envolvidos numa manifestação não organizada, onde alguns trabalhadores se manifestaram bloqueando estradas para reivindicar melhores condições salariais e de trabalho e a redução das metas de trabalho diárias. Entretanto, ainda que os trabalhadores tenham as suas razões e direitos, uma vez que a greve não foi organizada, alguns foram detidos pela polícia e outros despedidos. Muitos destes trabalhadores entrevistados manifestaram que sentiam que não tinham nada a perder, porque achavam que as empresas florestais só os ‘desgraçaram’! Vários trabalhadores diziam que só estavam a trabalhar por ‘sofrimento’ e por não ter uma outra forma de obter dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas e estabelecimento do agregado e produção familiar, por exemplo. Ora vejamos algumas experiências de trabalhadores que começaram com a categoria de casual e após três renovações passaram a permanente, mas o tipo de trabalho, não mudou.

“... não consigo comprar nada mesmo [comida, cadernos os filhos] ... minha senhora [esposa] trabalha na machamba... eu levo milho e caril para o campo onde tenho um grupo de comida... que cada um leva pouco, pouco de farinha, e prepara caril para dividirmos, não há transporte... saio cedo e vou a pé daqui [casa] para lá... reclamamos e fizemos greve mas não há trabalho aqui na zona.” (Entrevista com trabalhador permanente, Senhor D, 48 anos, Chimbonila, Mussa, 04/12/2014)

“Nos chamam mas já não queremos ir para lá. Quase todos já deixamos o emprego por causa da pobreza lá, é duro, até outros já foram despedidos por causa de reclamar.” (Ex-trabalhador permanente, Senhor E, Mapaco, trabalhador permanente, 08/12/2014)

“...o nosso Governo disse que quer trazer empresa para aqui para termos emprego... mas estas empresas vem com os seus directores... Até pessoa com 10^a classe aqui é dado enxada; se é guarda é com sorte. Enquanto que 10^a classe de lá fora que vem é logo posto em cima...” (Ex-trabalhador permanente, Senhor F, Mussa, 08//12/2014)

As empresas florestais têm dificuldades em fornecer os equipamentos de trabalho (tais como: capas de chuva, luvas, botas, etc.) atempadamente. Por exemplo, a disponibilização das capas de chuva e botas na época chuvosa tem sido feita tardiamente, após o início do plantio. Entretanto, mesmo nos casos onde há uma provisão dos equipamentos de trabalho, a higiene e segurança no trabalho podem ser colocadas em causa devido a organização do sistema de empreitada baseado na intensificação

do trabalho. Adicionalmente, vários grupos de trabalhadores reclamavam do uso de instrumentos de trabalho, designados por “pesados” pois achavam que eram áduos para realizar o seu trabalho, colocando em causa a sua saúde (por exemplo dores nas costas) e disposição para o cumprimento de metas, dada a dificuldade de trabalhar com os mesmo, como é o caso, da mudança do uso de enxada para picareta, afectando a sua produtividade. A organização social do trabalho e as suas precárias condições, nas quais está assente o sistema produtivo, colocam em causa a saúde laboral e a reprodução, disponibilidade e produtividade da força de trabalho a médio e longo prazo.

Ademais, para assegurar a observância dos direitos dos trabalhadores, a legislação do trabalho em Moçambique (Lei n.º 23/2007, de 1 de Agosto), estabelece que, no sistema de trabalho baseado em empreitadas, o contrato de trabalho esteja sujeito a forma escrita. Entretanto, apesar de tal ser deveras importante, por exemplo, para questões de acesso a possíveis benefícios sociais, nos moldes actuais de organização do sistema de produtivo e de trabalho, as práticas laborais saem dos limites da lei do trabalho, e colocam em questão o direito à estabilidade de trabalho durante o período estabelecido no contrato de trabalho, preconizado na lei do trabalho. As condições de contratação da força de trabalho nas empresas florestais são instáveis e, em alguns casos, os contratos de trabalho não têm forma escrita. A evidência mostra que os trabalhadores sub-contratados, pelos agentes individuais de prestação de serviços as empresas florestais (muitos dos quais, não estão formalmente registados), não possuem contratos de trabalho sob forma escrita. Mesmo assim, há sempre força de trabalho disponível para as plantações florestais, dada a escassez de outras alternativas de emprego e dada a redução da procura da força de trabalho directamente pelas empresas florestais, por sinal os principais empregadores da força de trabalho em Niassa. Os casos dos trabalhadores das plantações recrutados directamente pelas empresas florestais no Niassa ilustram esta questão. Os contratos de trabalho dão o direito aos empregadores de recrutarem a força de trabalho quando necessitam, mas não garantem ao trabalhador que terá um dia de trabalho. Portanto, ter contrato de trabalho em forma escrita, ainda que importante, não garante e não significa ter trabalho todos os dias do período estipulado na duração do contrato.

Relativamente à segurança social, há várias inquietações manifestadas pelos trabalhadores, que descontam dos seus salários, todos os meses, para o INSS, mas que não usufruem de benefícios sociais, de onde emergiu uma questão: será a segurança social uma contribuição sem benefícios, neste sistema de organização? Dado o modo actual de organização do trabalho, os possíveis benefícios sociais ligados à segurança social são limitados. Formalmente, o sistema de segurança social é obrigatório para todos os trabalhadores assalariados por conta de outrem. As empresas (formais) têm a responsabilidade e obrigatoriedade de inscrever os seus trabalhadores no sistema de segurança social, que abarca prestações nas eventualidades de doença, invalidez, maternidade, velhice e morte.

Há um processo em curso, pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), que visa alargar a cobertura do sistema de segurança social para categorias de trabalhadores casuais e por conta própria. Este processo abrange os trabalhadores casuais das plantações florestais. Entretanto, há uma falta de cobertura da segurança social mesmo com contribuição dos trabalhadores inscritos (contribuição sem direito ou benefício).

Existe um mínimo de 20 dias de trabalho por mês que os trabalhadores precisam de atingir para que possam beneficiar do sistema de segurança social. Entretanto, os trabalhadores casuais têm geralmente contratos de curta duração não contínuos e não registados continuamente ao longo do período de duração do contrato de trabalho (por exemplo, não superior a 3 meses, semanais ou até mesmo de um dia). O registo não contínuo é explicado pelo sistema de empreitada onde o trabalhador, mesmo com um contrato de trabalho de duração superior a 20 dias, pode comparecer e realizar uma tarefa. Contudo, no caso de incumprimento da meta, isto pode significar uma meia jorna de trabalho ou uma falta, dependendo de empresa para empresa. Neste caso, os trabalhadores não têm informação e nem controlo sobre o número de dias de trabalho efectivamente contabilizados. Assim, nem todos os trabalhadores casuais inscritos e contribuintes registam efectivamente 20 dias de trabalho por mês dado que o sistema de trabalho actual não garante que um dia de trabalho seja um dia registado pela empresa e pelo INSS. Este facto coloca em causa o direito à segurança social, onde o trabalhador faz uma contribuição sem direito a benefícios sociais. Ainda que os trabalhadores eventuais estejam inscritos no INSS, se os actuais moldes de organização da produção e do trabalho nas empresas agro-industriais e se as condições necessárias de registo para contribuição com benefícios no sistema formal de segurança social prevalecerem, a possibilidade dos trabalhadores casuais (incluindo os sazonais) beneficiarem da segurança social é reduzida, mesmo contribuindo regularmente.

Ademais, constatou-se um limitado direito de protestar sobre as condições laborais dada a fraca organização dos trabalhadores e as fracas relações laborais entre os trabalhadores-sindicato, sindicato-empresa.

De ressaltar que a sustentabilidade da base de rentabilidade das empresas agro-industriais, assente no pagamento de baixos salários e precárias condições de trabalho, pode ser ameaçada nos actuais moldes de organização produtiva do trabalho. Enquanto os trabalhadores conseguirem fazer face à sua reprodução social, através de outras formas de trabalho, indirecta ou informalmente subordinadas ao capital, sobretudo a produção familiar, que assegura a alimentação dos trabalhadores e seus agregados familiares face à irregularidade do trabalho e às crises salariais, a ausência de emprego e perante o emprego precário, pode ser que a base de rentabilidade se mantenha mas depende de uma complexidade de factores associados à organização social do trabalho e de vida, mais geral, dos trabalhadores. Dada a inter-relação entre os rendimentos

do trabalho assalariado e as alternativas de trabalho, qualquer instabilidade ou irregularidade em qualquer uma das actividades irá influenciar a outra. Este balanço pode ser crítico, pois os trabalhadores fazem cálculos sobre as suas opções e respondem à maneira como o contexto em que se inserem ou trabalham está organizado. Por exemplo, aquando da investigação de campo, as empresas reclamavam do absentismo dos trabalhadores alegando que estes “têm falta de cultura de trabalho”³⁷ em Niassa, e isto era apontado como a justificação para as faltas registadas e para o não cumprimento das metas. Alguns membros do Governo e dos sindicatos, em certos casos, manifestavam uma abordagem similar. Será que os trabalhadores não cumpriam metas por se ausentarem em todos os casos? Será que os trabalhadores abandonam o trabalho por mera indisciplina ou ‘falta de cultura de trabalho’, num cenário de precárias condições salariais e de trabalho, e assim da interdependência dos seus meios de subsistência próprios com os rendimentos salariais?

Entretanto, ao olhar para a experiência de trabalho no contexto da organização social do trabalho e dos modos de vida (discutida com mais detalhe na secção seguinte), é questionável e ilusório o argumento de ‘falta de cultura de trabalho’. Por um lado, constatou-se que determinados grupos de trabalhadores registavam faltas por incumprimento das metas e não porque estavam ausentes do local de trabalho. Muito pelo contrário, permaneciam até tarde nos campos tentando terminar as metas para ter registado um dia de trabalho, conforme discutido. Por outro lado, os heterogéneos grupos de trabalhadores, nesta situação, avaliavam entre trabalhar nas plantações (e subcontratar *ganho-ganho* para trabalhar na sua machamba e/ou ter ajuda dos seu agregado familiar, consoante a estrutura de organização social do seu agregado familiar) ou de trabalhar directamente na sua machamba própria ou de outrem (em certos casos), num contexto de: (i) existência de *overlap* ou sobreposição entre o trabalho assalariado e a agricultura familiar, em especial na estação chuvosa, que é a época de pico e de plantio das mudas e também de ‘lançamento das sementes’ nas suas machambas e (ii) num contexto de precárias condições de trabalho. Porém, apesar das árduas condições de trabalho, muitos continuavam a trabalhar devido às limitadas oportunidades de emprego.

Amplamente, a interdependência entre produção familiar e trabalho assalariado continua dominante, no actual modo de organização da estrutura produtiva. Isto mostra a relação de dependência entre a reprodução da força de trabalho e do capital, sendo que as condições sociais de trabalho são importantes para a reprodução do sistema, pois determinam o que acontece com a produção familiar que assegura a possibilidade de manter a força de trabalho disponível e barata. Ademais, o que acontece na organização produtiva do trabalho e na determinação dos salários entre outras condições sociais do trabalho, tem implicações para a produtividade da força de trabalho e reprodução da base de rentabilidade das empresas. As condições sociais de trabalho não afectam apenas

37 Para uma discussão mais detalhada sobre a questão da cultura de trabalho, veja O’Laughlin (2016).

a forma como as pessoas vivem mas também como trabalham, o que tem implicações para a produtividade do trabalho. Assim, dada a forte inter-relação entre as condições sociais de trabalho incluindo de remuneração, a saúde e a produtividade, é crucial repensar amplamente os sistemas actuais de organização da produção e do trabalho nas plantações florestais. As condições de trabalho têm implicações quanto ao tipo de força de trabalho que se cria, na produtividade dessa força de trabalho e dos sistemas de reprodução socioeconómica e da estrutura produtiva e de acumulação prevaletentes nas empresas. Nesta perspectiva, parece importante que a criação de emprego e os aumentos da produtividade sejam acompanhados de crescimento dos rendimentos salariais e melhoria das condições de vida que permita um padrão de vida digna. Uma questão que emerge é: até que ponto é possível garantir a rentabilidade das empresas por um lado e condições de trabalho decentes por outro? Que espaço para organizar diferente, num contexto de crise económica e das empresas florestas em Niassa?

A nossa pesquisa decorreu num período de crise do sector, mas a informação apresentada sobre a estrutura da força de trabalho data do período anterior e mostra que a centralidade do trabalho casual e de salários precários antecede as dificuldades actuais do sector. Contudo, a extensão das metas, a eliminação de postos de trabalho e o retiro de algumas empresas levaram a condições de trabalho mais duras e aumentaram o ambiente de precariedade para trabalhadores, suas famílias e população à volta das plantações florestais. Este último aspecto é o foco da próxima secção.

Qual é o impacto dos actuais padrões de emprego e de trabalho no bem-estar dos trabalhadores e seus agregados familiares?

Nesta secção observa-se a experiência de trabalho e discute-se o impacto dos padrões de emprego nos modos de vida e bem-estar dos trabalhadores e suas famílias. Essa experiência explica, em parte, tanto o descontentamento dos trabalhadores com os postos de trabalho criados como as reclamações das empresas sobre a disponibilidade e qualidade do trabalho. Do mesmo modo, levantam-se questões sobre as inquietações dos trabalhadores no contexto actual de crise de emprego, incluindo do emprego temporário, e de crise económica em geral em Niassa.

Os padrões e condições sociais de trabalho actuais devem ser vistos de forma integrada e mais ampla, incluindo a situação do trabalho dentro e fora das plantações florestais, especificamente a organização do trabalho e dos modos de vida dos trabalhadores e seus familiares antes e depois de se integrarem no emprego florestal. O emprego criado nas plantações, nos moldes actuais de organização da produção e do trabalho, dominado por instabilidade e insegurança no trabalho, maioritariamente casual, mal remunerado e precário, tem implicações para os modos de vida e bem-estar dos trabalhadores e seus agregados familiares. Há um impacto diferenciado dos

padrões actuais de emprego, reflectindo distintas formas de organização do trabalho, das famílias e dos modos de vida. Como é, então, que os trabalhadores se organizam e organizavam as suas vidas, antes da integração no emprego florestal? Como é que dividem o seu tempo na alocação da sua força de trabalho às plantações florestais, ou em outro tipo de trabalho assalariado e/ou não assalariado (agrícola ou não agrícola)?

Estudos anteriores do impacto socioeconómico das plantações florestais em Niassa (Landry & Chirwa, 2011; Nube, 2013; Bleyer *et al.*, 2016) enfatizaram impactos positivos. Bleyer *et al.* (2016) incluíram percepções de impacto em sua pesquisa. Os entrevistados mencionaram vantagens como o aumento do emprego, o aumento das actividades comerciais e dos projectos sociais, tais como a construção de estradas, escolas e instalações de saúde. As desvantagens foram a diminuição da disponibilidade de terras e o acesso aos recursos florestais, particularmente a lenha, mas também a outros produtos florestais. Landry & Chirwa (2011) também mencionaram a diversidade do trabalho fora da própria machamba. Todos os estudos indicaram que os empregos florestais geralmente reduziram a pobreza, mas que a desigualdade aumentou. Aqueles que obtiveram empregos permanentes qualificados conseguiram alcançar uma melhor situação do que os que obtiveram empregos não qualificados. Bleyer & Nube apontaram a última diferença como um grande resultado das diferenças educacionais, embora Nube também mencionasse que um aspecto determinante tenha sido o conhecimento ou ignorância dos direitos do trabalhador.

Entretanto, a pesquisa realizada pela autora deste artigo e pela equipa de investigação do IESE, em finais de 2014, confirmou a importância dos empregos florestais para os modos de vida. Os ex-trabalhadores das plantações florestais, mesmo com as dificuldades inerentes às condições de trabalho prevalentes (incluindo salários), sentiam-se muito descontentes com a perda de empregos resultante da retirada por parte de algumas empresas e da redução da escala de plantio por parte de outras. Este facto, conforme demonstrado nas secções anteriores, deriva da importância que o salário - que provém do trabalho assalariado (quer localmente quer por via de mobilidade da força de trabalho) - desempenha no estabelecimento do agregado familiar. Esta situação explica-se pelo facto de os rendimentos salariais permitirem aos trabalhadores: (i) financiar o consumo alimentar e não alimentar (alimentação, educação, saúde, transporte, etc.); (ii) investir na produção familiar que, além de ajudar o desenvolvimento da própria produção agrícola familiar, por via do financiamento da produção através de compra de sementes e outros meios de produção, da obtenção de fundos para pagamento de força de trabalho sub-contratada nas suas machambas (*ganho-ganho*), ou através de permitir o alívio da produção alimentar para o mercado ou mantê-la e libertá-la para cobrir possíveis períodos de escassez e/ou vender nesses períodos, ao invés de depender do seu consumo corrente, ajuda a subsidiar os salários baixos e irregulares que recebem pelo trabalho florestal. Este último ponto exemplifica-se nos momentos de rupturas do emprego agrícola (não só pela

instabilidade e irregularidade do emprego ao longo do ano agrícola mas sobretudo pela organização do sistema de trabalho nas plantações agro-industriais, que agrava os padrões de emprego florestal) ou perante a crise de oportunidades de emprego e de trabalho (quer na província sob estudo quer noutras regiões dentro e fora do país, em geral). Ademais, os fundos salariais podem ser (iii) uma base de acumulação para prevenção de choques como: quebras no sustento dos agregados familiares (funerais, doenças, propinas e outras despesas de consumo inesperadas), quebras de mercado, aumento dos preços de insumos ou transporte, fontes de investimento em actividades alternativas, ajuste a crises locais ou conflitos sobre recursos como terra, entre outros choques. Um aspecto interessante é a dinâmica da ‘assaliação’, que tem uma estrutura semelhante a uma ‘cebola’, no sentido em que, dependendo do perfil de organização socioeconómica das famílias, uns podem se assalar, por exemplo, no emprego florestal (e/ou em *ganho-ganho*), ao mesmo tempo que, com os fundos salariais (e/ou via pagamento em espécie) que obtêm, podem assalar outros nas suas próprias ‘machambas’.

Mas, apesar de reconhecer a importância do emprego florestal para os modos de vida, a nossa investigação revelou uma imagem mais complexa da natureza da desigualdade entre os trabalhadores, das suas causas e implicações. Primeiro, a desigualdade entre os trabalhadores tem a ver com a organização do trabalho em si, tanto a forma de recrutamento como as condições de trabalho (incluindo os salários), conforme demonstrado ao longo deste artigo. Segundo, os resultados desiguais do trabalho assalariado são explicados pelas desigualdades pré-existentes na organização das famílias que afectaram a capacidade de recrutar força de trabalho em *ganho-ganho* para, por exemplo, a manutenção e expansão da produção agrícola.

A experiência divergente de duas mulheres em Sanga, ambas serventes agrícolas da ex-Chikweti, com contratos permanentes, ilustra o modo como formas pre-existentes de diferenciação, em particular o acesso a rendimentos fora da produção familiar, afectam o impacto do trabalho assalariado. A primeira mulher, de 50 anos, pertence a um grande agregado familiar. Um dos seus filhos é um comerciante de sucesso. Com diversas fontes de renda, eles podem facilmente comprar comida para cobrir as insuficiências da sua própria produção agrícola, mas esta senhora também usou os seus rendimentos salariais auferidos na ex-Chikweti para contratar trabalhadores em sistema de *ganho-ganho* para manter as suas próprias parcelas em boas condições e expandir a área cultivada. A outra mulher, de 30 anos, tem seis filhos pequenos. O seu marido também é servente agrícola, com um contrato na Green Resources. Quando ambos trabalhavam, tinham que gastar todo o salário em alimentos, roupas e propinas escolares. Não lhes sobrava dinheiro suficiente para contratar trabalhadores em *ganho-ganho* para os ajudar a plantar, na capina e na colheita nas suas machambas. Deixaram a machamba sem investimento e sem manutenção. Agora, os salários são insuficientes para responder às necessidades financeiras da família, pelo que a esposa teve que fazer

trabalho de *ganho-ganho* para cobrir as despesas diárias de alimentação e restando-lhe pouco tempo para trabalhar na sua própria machamba. Ambas as mulheres gostariam de ter contratos permanentes novamente, mas, no primeiro caso, seria uma forma de apoiar uma base de subsistência próspera e diversificada. No segundo, faria a diferença entre ser pobre e ser desesperadamente empobrecido.

Mudanças nos padrões socioeconómicos

A pesquisa de Nube mostrou que houve um crescimento na classe média (o mais rico) e um declínio no empobrecido com a entrada das empresas florestais (ver Tabela 7).

Tabela 7: Mudança dos extractos sociais, antes e depois da entrada das empresas florestais

Classes	Lichinga rural		Sanga	
	Antes (%)	Depois (%)	Antes (%)	Depois (%)
Paupérrima	40.6	12.3	51.7	24.2
Pobre	57.5	67.9	45	57.5
Média	1.9	19.8	3.3	18.3

Fonte: Nube (2013)

Este padrão reflecte-se no aumento do número de pessoas com telefone celular, conta bancária e uma casa melhorada. A Tabela 8, com base na pesquisa em Nube, mostra que as principais aquisições eram uma casa melhor, um telefone celular e uma conta bancária. Os bens que mais afectam a capacidade económica das famílias tais como a propriedade de bicicleta ou motocicleta (usadas como táxis e para comércio, bem como para transporte pessoal) e de gado, não aumentou muito.

Tabela 8: Mudança na posse de determinados bens antes e depois da entrada das empresas florestais

Bens das Famílias	Lichinga Rural (%)		Sanga (%)	
	Antes	Depois	Antes	Depois
Casa melhorada	7,5	33,0	12,5	45,0
Motorizada	0,0	1,9	3,3	4,2
Gado	16,0	18,9	5,0	6,7
Bicicleta	80,2	86,8	52,5	55,8
Rádio	28,3	32,1	79,2	90,0
Celular	1,9	39,6	1,7	26,7
Conta bancária	0,0	23,6	0,8	30,8
Aves	24,5	36,8	7,5	18,3

Fonte: Nube (2013)

Um dos indicadores provavelmente mais importantes da capacidade agrícola – aumento ou declínio na terra cultivada - não foi registado na pesquisa. Se analisarmos as pesquisas baseadas na renda, podemos esperar que a retirada das empresas tenha um efeito limitado, dado que sem renda salarial, as pessoas não poderão substituir ou manter bens de luxo, nem manter suas casas melhoradas. As nossas entrevistas em Chimbonila e Sanga sugerem, no entanto, que a interligação entre empregos e a organização da produção agrícola é mais duradoura do que o índice baseado na ‘posse de bens’ sugere, tanto por diferenças entre trabalhadores permanentes como casuais e pela diferenciação existente nos meios de subsistência das famílias. Algumas experiências da organização do trabalho são exemplo da manifestação desta relação:

(...venho de Mavago, tenho duas senhoras [esposas] e cinco filhos, cada uma [vive] na sua casa, aqui em Mussa mesmo (...). Antes das florestas, trabalhava na machamba [própria] que ajudava para comer e vender... e ter dinheiro ... e tinha negócio de carvão [comprava em Mussa e vendia em Lichinga]... Parei o negócio de carvão em 2005, quando comecei a trabalhar como servente florestal...precisava de emprego para a família.... às vezes ajudo a minha mãe com dinheiro para comprar sabão, comida recebo da machamba dela.... trabalho na floresta 3 meses e depois paro e vou trabalhar na machamba e depois volto a florestas e as senhoras é que cultivam e uma delas ajuda a vender na cidade. Com o dinheiro do salário pago ganho [trabalho assalariado casual] na machamba... assim consigo me arranjar e viver. (Entrevista com um trabalhador permanente, Mussa, 06/12/2014)

Diferentemente, a experiência de outro trabalhador, revela:

[Este ex-trabalhador, descreve que durante o emprego florestal, teve que vender alguns dos seus bens como por exemplo a sua bicicleta, que possuía antes do trabalho nas plantações, para conseguir comprar comida e roupa para si e família pois o salário auferido não chegava para cobrir as despesas. Também, não possuía fundos suficientes para pagar pessoas para trabalhar na sua machamba em sistema de *ganho-ganho*; a sua produção reduziu, não dava para vender sendo apenas para consumo e mesmo assim era insuficiente para o consumo durante todo o ano. Este ex-trabalhador está arrependido de ter interrompido as actividades que desempenhava antes do emprego florestal; sente-se receoso de envolver-se no trabalho florestal, preferindo dedicar-se a machamba pois diz: “*estou cansado de trabalhar para pagar dívidas*”] (Trabalhador Permanente, Naconda, 11/12/2014).

Todavia, a sobreposição de actividades e o possível conflito que tem emergido entre trabalhar nas plantações e trabalhar na produção agrícola familiar, particularmente

nos períodos de pico ou plantio, faz com que vários trabalhadores, nessa época, enfrentem uma pressão de tempo tendo que decidir entre as opções de: ou trabalhar nas plantações cujo trabalho não oferece regularidade e estabilidade de emprego e rendimentos (dependendo das condições socioeconómicas e organização do agregado, contratando ou não *ganho-ganho* para as suas machambas), ou na produção familiar em machamba (própria ou de outrem, na forma de *ganho-ganho*). As suas opções dependem da organização das suas famílias, dos seus meios de subsistência e da condição socio-económica dos trabalhadores e seus agregados familiares, que não são homogéneos. Assim, alguns optam por continuar a trabalhar nas plantações, contratando força de trabalho casual adicional para apoiar na produção familiar e/ou beneficiarem do apoio de alguns membros do seu agregado familiar para o trabalho na machamba, dada a forte inter-relação e dependência entre a produção familiar e o trabalho assalariado. Outros optam por se ausentar do trabalho para trabalhar na machamba, ainda que, neste último caso, a investigação revele que isto não significa que estes trabalhadores não dependem dos rendimentos do trabalho assalariado para o estabelecimento do seu agregado familiar mas que, conforme o caso, muitas das vezes isto acontece por não terem recursos monetários suficientes para sub-contratar outros trabalhadores em sistema de *ganho-ganho* para as suas machambas. Em certos casos, os trabalhadores ponderam entre o custo de trabalhar nas plantações no actual sistema de trabalho instável e inseguro e investir o seu tempo nas suas machambas, onde podem ter o controlo de um possível rendimento em espécie ou monetário. Entretanto, apesar desse conflito, há uma tendência dos trabalhadores de continuarem a trabalhar nesses meses nas plantações, dadas as limitadas oportunidades de emprego e pelo papel que o trabalho assalariado desempenha no estabelecimento da agricultura familiar e na organização dos modos de vida do seu agregado familiar. Nem todos os trabalhadores agrícolas em Niassa desejam ter um trabalho permanente a tempo inteiro, e alguns estão à procura de formas de trabalho que lhes permitam combinar trabalho assalariado casual com a produção familiar. Mas estes trabalhadores, assim como os permanentes, estão preocupados em ter emprego e melhores condições de trabalho, neste contexto de crise económica e de emprego, na província. O problema de absentismo para as empresas parecia reduzir em resultado da não expansão da actividade florestal e mecanização de alguns processos.

Finalmente, um outro aspecto prende-se às mudanças nos modos de vida da população, incluindo certos trabalhadores que vivem nas áreas circunvizinhas às áreas ocupadas pelas empresas (com impacto diferenciado, dependendo da estrutura da organização socioeconómica dos trabalhadores e seus agregados familiares). Uma implicação generalizada para várias pessoas abrangidas por esta situação foi a perda das áreas de produção agrícola ou machambas, assim como de pomares e de pastagem para o gado, e a necessidade de terem de se deslocar para áreas mais distantes e em certos

casos menos produtivas, num contexto de limitadas condições de acesso e qualidade de transporte; tendo que caminhar, em certos casos, para o re-estabelecimento das suas machambas (conforme o caso) e para obtenção de recursos e produtos de consumo indispensáveis aos seus modos de vida, como lenha, carvão, produtos alimentícios e medicinais obtidos das árvores nativas, conforme referido em entrevistas com alguns trabalhadores e agregados familiares.

Actualmente, a instabilidade da situação da produção florestal em Niassa manifestase na alta frequência de queimadas³⁸ da floresta, incluindo a nova área plantada. Mbanze *et al.* (2013) sugerem que 90% das queimadas são de origem humana - para desbravar a terra, fazer a caça, por descuido, e como forma de protesto. Neste momento, as causas dos protestos incluem a exclusão do gado dos pequenos comerciantes locais, da falta de acesso a lenha e ao carvão nas áreas das empresas, os despedimentos dos trabalhadores, a redução dos postos de trabalho e o endurecimento das metas e das rotinas de trabalho. O descontentamento une vários interesses diferentes mas não é solução para ninguém, pelo que é um desafio a enfrentar. Que opções existem?

Conclusões: que tipo de trabalho, que implicações e que opções?

O entendimento (e transformação) dos actuais padrões de emprego e de trabalho, incluindo a casualização do emprego, e a sua ligação com o bem-estar requer o entendimento do funcionamento do sistema produtivo e de acumulação prevaemente, como um todo e de forma integrada, e da complexidade dos mercados de trabalho, nos quais o emprego e o trabalho se relacionam, estruturam e são estruturados. A análise da maneira como o emprego e trabalho, nas suas variadas formas, estão organizados no modo actual de organização produtiva, ajuda a perceber (e pode ajudar a enfrentar) as dinâmicas e alguns dilemas do emprego, trabalho e bem-estar dos trabalhadores na economia de Moçambique e na agro-indústria florestal em Niassa, em particular.

Este artigo argumentou que as estruturas de emprego e de trabalho nas plantações florestais reflectem a organização mais geral das estruturas produtivas agro-industriais de natureza extractiva. Este tipo de estrutura produtiva, centrada na produção de produtos primários para exportação, através da obtenção de vastas áreas de terra e de acesso a água a baixo custo, e de uma força de trabalho mal paga, maioritariamente casual e sob condições precárias, gera estruturas de emprego e condições sociais de trabalho que colocam em causa o bem-estar dos trabalhadores e suas famílias assim como a reprodução actual e futura da força de trabalho e do modo produtivo dominante.

38 Havia um comité de gestão da comunidade que fazia a gestão de fundos dados pelas empresas como condição para não queimarem as plantações, que era designado de fundo de responsabilidade social, para construção de infra-estruturas sociais. Mas havia descontentamentos sobre estes fundos e benefícios.

Neste modo de organização da produção e do trabalho, cuja base de rentabilidade das empresas depende de salários mal pagos e condições laborais precárias, os trabalhadores são responsáveis pelos custos sociais da sua reprodução. A reprodução social da força de trabalho, dadas as estruturas produtivas e de acumulação prevalentes, é garantida pela interdependência e mútuo financiamento de diversificadas formas de trabalho, remuneradas e/ou não remuneradas, quer agrícolas ou não. Nem todos os trabalhadores agrícolas em Niassa desejam ter um trabalho permanente a tempo inteiro. Alguns estão à procura de formas de trabalho que combinem trabalho sazonal com produção familiar. Mas estes trabalhadores, assim como os permanentes, estão preocupados em ter emprego e melhores condições de trabalho, num contexto de crise económica e de emprego, na província. O artigo demonstrou que o bem-estar dos trabalhadores não se limita à necessidade de criação de emprego e obtenção de uma remuneração correspondente, ou ao consumo e posse de bens, que ainda que sejam importantes, são apenas alguns dos seus determinantes. A organização social e a experiência do trabalho mais amplamente (para além do trabalho florestal), bem como a inter-relação de diversificadas formas de trabalho e de vida, e as condições de saúde, afectam o bem-estar dos trabalhadores e dos agregados familiares. Dada a interligação e interdependência entre trabalho assalariado e agricultura familiar, que tem uma relação historicamente duradoura em Niassa, qualquer crise num dos lados afecta o outro, podendo colocar em causa o padrão de vida das pessoas, sendo importante olhar para o impacto do emprego florestal nos modos de vida de forma mais ampla. Isto pode ter implicações no absentismo ao emprego e na limitação à agricultura familiar (que nas condições laborais e socioeconómicas prevalentes subsidia a remuneração paga abaixo dos custos de vida).

Por sua vez, os padrões de emprego e de trabalho e as suas condições sociais, que emergem desta estrutura extractiva, têm implicações na reprodução e no tipo de força de trabalho que se cria, na produtividade e no tipo (e na sustentabilidade) de estrutura económica futura. Se o objectivo é melhoria das condições de vida dos moçambicanos onde a criação do emprego é destacada para tal, conforme manifestado no actual Plano Quinquenal do Governo (PQG 2015-2019), é necessário reflectir-se sobre o tipo de emprego que está a ser criado na estrutura produtiva dominante. Será que criar emprego em si garante melhorias das condições de vida, nos moldes actuais de organização produtiva? A presente investigação mostrou que não. Então, será que devemos apenas criar emprego que pode destruir os modos de vida existentes? Emprego que pode reproduzir a pobreza ao invés de a reduzir? Se os moldes actuais de organização produtiva e do trabalho se mantiverem continuará a gerar-se um emprego pouco produtivo, não especializado e não competitivo, e sem qualidade, e uma força de trabalho diferenciada com limitadas oportunidades de emprego e exíguas opções sociais,

reflectindo uma economia pouco produtiva. Assim, é fundamental pensar em alternativas para a transformação das estruturas produtivas existentes e das condições sociais de trabalho que destas emergem.

Uma questão que se coloca a todos os actores sociais, *inter alia*, sindicatos, governo, empresas, ONG, estudiosos e aos próprios trabalhadores é: Como organizar a estrutura produtiva e o trabalho de uma forma diferente? Que opções existem num contexto de complexos mercados de trabalho? Qual é o espaço para a mudança dos actuais padrões de organização produtiva? Qualquer opção passa por entender o funcionamento do sistema de forma integrada e organizar a classe trabalhadora, que não é homogénea mas notoriamente diferenciada, em função das especificidades reais da organização do seu trabalho e dos seus modos de vida, em ligação com a natureza do modo produtivo dominante, que deve ser desafiado e transformado. Qual é o possível espaço para uma organização produtiva e dos padrões de trabalho, emprego e de vida diferente? Como ligar os padrões de desenvolvimento da indústria florestal ao bem-estar dos trabalhadores e da população nas áreas circunvizinhas às explorações florestais? Como transformar o actual sistema e organizar os modos de trabalho de forma diferente sem colocar em causa a rentabilidade das empresas, ao mesmo tempo que se garantam condições de vida dignas aos trabalhadores e agregados familiares?

Como garantir que um dia de trabalho realizado seja efectivamente registado? Como assegurar que os trabalhadores estejam inscritos e que os inscritos realmente tenham direito e usufruam dos possíveis benefícios sociais? De que forma é que o Sindicato e o MITESS, por exemplo, podem ajudar nestas questões em coordenação com outros actores sociais incluindo os próprios trabalhadores? Como organizar todo o tipo de trabalhadores independentemente dos seus estatutos e categorias, sem privilegiar uns e negligenciar outros, pois ainda que sejam heterogéneos e com organização social diferenciada, são todos trabalhadores e com uma preocupação comum que os une: a melhoria de condições de trabalho, das condições salariais, e a criação de uma vida laboral e social mais digna. Que opções produtivas em Niassa permitem impulsionar as dinâmicas dos mercados de trabalho? Para cada estrato socioeconómico são necessárias opções consistentes com os seus problemas específicos. O desenvolvimento de uma estrutura produtiva, ampla, diversificada e articulada da economia de Moçambique e com fortes ligações produtivas, pode ser crucial para impulsionar as dinâmicas dos mercados de trabalho e as oportunidades de emprego, assim como activar um espaço para mudança dos padrões actuais de organização da produção e do trabalho, em prol de um emprego decente. A disponibilização de bens e de serviços básicos de consumo (alimentos, serviços de saúde de qualidade, transportes públicos, educação etc.), indispensáveis para o sustento e reprodução social da força de trabalho, podem permitir manter uma

força de trabalho disponível, barata e competitiva mas com melhorias na qualidade de vida e produtividade do trabalho.

Referências

- Ali, R. (2017). Mercados de Trabalho Rurais: Porquê são negligenciados nas políticas de emprego, redução da pobreza e desenvolvimento rural em Moçambique? In: R. Ali, C. N. Castel-Branco, & C. Muianga (orgs.). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Bleyer, M., Kniivilä, M., Horne, P., Siteo, A. & Falcão, M. P. (2016). Socio-economic impacts of private land use investment on rural communities: Industrial forest plantations in Niassa, Mozambique. *Land Use Policy*, 51: 281-9.
- Castel-Branco, C.N. (2010). Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (orgs.). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE.
- FIAN (2012). *The Human Rights Impacts of the Tree Plantations in Niassa Province, Mozambique*. Netherlands: FIAN.
- GdM (2015) Programa Quinquenal do Governo 2015-2019. Maputo, *Boletim da República*. Imprensa Nacional de Moçambique, 14 de Abril de 2015.
- Green Resources (2011). Niassa Green Resources achieves first FSC certification in Mozambique, 3 October 2011.
- INE (1999). II Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997, Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE).
- INE (2009). III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007. Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE).
- INE (2016). Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF-2014/15. Relatório Final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE).
- Landry, J. & Chirwa, P. W. (2011). Analysis of the potential socio-economic impact of establishing plantation forestry on rural communities in Sanga district, Niassa province, Mozambique. *Land Use Policy*, 28 (3): 542-51.
- Mbanze, A. A., Romero, A. M., Batista, A. C., Ramos-Rodriguez, M., Guacha, L., Martinho, C. & Nube, T. (2013). 'Assessment of causes that contribute to the occurrence of plantations forests fires in Niassa Province, North of Mozambique. *African Journal of Agriculture*, 8 (45): 5684-91.
- MINAG (2009). Estratégias de Reflorestamento. DNTE Maputo.
- MINAG (2015). Plantações florestais em Moçambique: Desafios. Maputo: Ministério da Agricultura.
- MITESS (2016) Boletim Informativo do Mercado do Trabalho 2015/2016 – N°1. Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social. Direcção Nacional de Observação do Mercado de Trabalho. Moçambique. Maputo: MITESS
- Nube, T. G. (2013). Impactos socioeconómicos das plantações florestais em Moçambique: um estudo de caso na Província do Niassa, Universidade Federal do Paraná.
- O’Laughlin, Bridget (2016). Produtividade Agrícola, Planeamento e Cultura do Trabalho em Moçambique”. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (orgs.).

Desafios para Moçambique 2016. Maputo: IESE.

Oya, C., Cramer, C. & Sender, J. (2009). Discretion and Heterogeneity in Mozambique Rural Labour Markets In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (orgs.). *Reflecting on Economic Questions*. Maputo: IESE.

República de Moçambique (2007). Lei no 23/007. I Série – Numero 31. Maputo, Boletim da República. Imprensa Nacional de Moçambique, 1 de Agosto de 2007.

Organização e condições sociais de trabalho na agro-indústria do Chá na Zambézia¹

Carlos Muianga

Introdução

A organização e as condições sociais de trabalho são alguns dos problemas centrais na agricultura em Moçambique, reflectindo, em grande medida, o padrão extractivo dominante na produção agro-industrial. Este padrão extractivo na agricultura é caracterizado pela predominância de uma economia de plantações com foco na produção primária para exportação e cuja a base de rentabilidade está assente no uso de mão-de-obra barata a qual é, ao mesmo tempo, responsável por parte substancial dos custos para a sua reprodução.

A agro-indústria do chá é um dos subsectores cuja produção continua altamente dependente da força de trabalho. Em Moçambique, a agro-indústria do chá foi uma das principais fontes de emprego na zona da alta Zambézia até princípios dos anos 1980, empregando, nos períodos de pico, pouco mais de 30.000 trabalhadores, a maioria dos quais sazonais. Após o seu estabelecimento nos anos 1940, o sector do chá foi sofrendo várias transformações, sobretudo depois da independência e no período depois do fim da guerra até aos dias de hoje. Entretanto, é no domínio da organização e das relações de trabalho nas plantações que mais transformações ocorreram ao longo destes períodos. Estas transformações tiveram implicações na maneira como a força de trabalho na agro-indústria do chá se desenvolveu e seu impacto nas condições mais gerais de vida dos trabalhadores e de seus familiares. A crise actual que vem afectando o sector tem um papel importante no entendimento destas dinâmicas de desenvolvimento da força de trabalho.

Este artigo discute a problemática da organização e condições sociais de trabalho na agro-indústria do chá na Zambézia, em particular no distrito do Guruè. O artigo mostra que as transformações que ocorreram no domínio da organização e das relações

1 Este artigo resulta de pesquisa realizada pelo IESE sobre a organização do emprego e trabalho nas agro-indústrias, no âmbito de um projecto sobre dinâmicas e padrões de emprego em Moçambique. O trabalho foi desenvolvido entre 2014 e 2016, em colaboração com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (SINTAF) e com o apoio do FOS. O trabalho teve como objectivo fundamental apoiar o SINTAF no que respeita a problemática do trabalho agrícola num contexto de transformação agrária e desenvolvimento da agricultura capitalista em Moçambique. O foco principal do trabalho foram as agro-indústrias do chá na Zambézia e nas plantações florestais na Niassa.

de trabalho na agro-indústria do chá na Zambézia ao longo destes períodos não resolveram os problemas da mão-de-obra na indústria do chá. Muito pelo contrário: exceptuando o período imediatamente após a independência, assistiu-se a uma acentuada degradação das relações de trabalho e das condições sociais de trabalho. A casualização, precaridade, insegurança e as condições sociais de trabalho tornaram-se alguns dos principais problemas de organização do trabalho nas empresas chazeiras, com implicações profundas nos modos de vida dos trabalhadores e suas famílias. Infelizmente, dada a dificuldade em aceder a informação quantitativa detalhada sobre a força de trabalho, as jornas e os rendimentos auferidos pelos trabalhadores da agro-indústria do chá no Guruè, o artigo concentra-se, sobretudo, e na medida do possível, na explicação das dinâmicas mais gerais de organização do trabalho e das questões e problemas que emergem dessas dinâmicas de organização.

O artigo encontra-se organizado em quatro secções. A segunda secção faz um breve panorama histórico do desenvolvimento da agro-indústria do chá na Zambézia, apresentando também a situação actual, olhando especificamente para a crise que tem caracterizado este sector nos últimos anos e reflectindo sobre as implicações que esta crise tem para a força de trabalho. A terceira secção discute, efectivamente, a organização do trabalho na agro-indústria do chá, olhando essencialmente para o recrutamento da força de trabalho, para as condições de remuneração e de trabalho, e especialmente para a problemática da casualização. Por último, a quarta secção apresenta as conclusões do artigo.

A agro-indústria do chá: o passado e a situação actual

A produção do chá em Moçambique teve o seu início em 1914 na província da Zambézia, mais concretamente no distrito de Milange, tendo se expandido nas duas décadas seguintes para outros distritos da alta Zambézia, nomeadamente: Guruè, Lugela e Ile. Entretanto, foi no distrito de Guruè onde a produção do chá mais se notabilizou e assim continua actualmente, apesar das dificuldades que o sector tem enfrentado nos últimos anos.

Desde a década de 1940 que a agro-indústria do chá no Guruè domina a economia da Alta Zambézia, dados os volumes de investimento, a escala e valor da produção, assim como o emprego de força de trabalho (CEA, 1982). Para além de principal empregador de força de trabalho, o chá era uma das cinco principais culturas de exportação (cerca de 4%), depois do caju (23%), algodão (21%), açúcar (11%) e copra (6%), e uma das principais fontes de divisas para o País (Wuyts, 1978). Em 1980, a produção do chá ocupava uma área de quase 16.000 hectares, produzindo cerca de 20.000 toneladas de chá processado. Nos meses de pico a agro-indústria do chá empregava pouco mais de 30.000 trabalhadores (a maioria dos quais nas plantações)

provenientes dos vários distritos da Alta Zambézia. Actualmente, os níveis de investimento foram drasticamente reduzidos, a qualidade do chá produzido também baixou e o número de postos de trabalho está aquém do que se registou no passado colonial e logo após a independência.

Com a independência de Moçambique em 1975, e o posterior abandono dos colonos, o Estado moçambicano interveio nas empresas abandonadas e, em 1978, criou a Empresa Moçambicana de Chá (EMOCHA). A EMOCHA era uma empresa estatal que reunia 20 pequenas e médias plantações numa área total de cerca de 14.000 hectares distribuídos em quatro filiais, nomeadamente Guruè, Socone, Tacuane e Milange. Logo após a independência, a produção do chá no Guruè estava organizada em 12 unidades de produção (UP), que surgiram das antigas empresas coloniais. Cada UP possuía a sua plantação e fábrica de processamento, incluindo diversas infra-estruturas e serviços. A média das áreas de plantação era de cerca de 750 hectares, variando, no entanto, entre 200 e 1.320 hectares (CEA, 1982).

Actualmente, apenas quatro empresas chazeiras estão em funcionamento na Zambézia, três no Guruè (Chazeiras de Moçambique, Sociedade de Desenvolvimento da Zambézia - SDZ e Chá Magoma) e uma no distrito de Ile (Chá Socone). As quatro empresas operam algumas das 12 UP da antiga empresa estatal EMOCHA, numa área de cerca de 10.000 hectares e cultivam actualmente pouco mais de metade desta área. Algumas das áreas tornaram-se altas florestas, outras foram queimadas e outras foram destruídas para dar lugar à produção de outras culturas (macadâmia, tomate, cebola, milho e batata). As UP 4 e 12, localizadas no Guruè, foram transformadas em fábrica de bebidas não alcólicas, nomeadamente, água mineral e refrigerantes, pelo grupo Gulamo, o mesmo grupo proprietário da empresa Chazeiras de Moçambique, que actualmente é uma das maiores empresas a operar no Guruè. Segundo a associação dos produtores de chá de Moçambique, em 2012, a produção total de chá em Moçambique era de cerca de 10 por cento do que era produzido nos momentos de pico, no período de pleno funcionamento das empresas chazeiras. Informação alternativa indica que, neste mesmo período, a produção do chá diminuiu para cerca de 2.500 toneladas (cerca de 13% da média no período antes da independência) com uma área de cerca de 5.700 ha (quase metade da área no passado). Neste período, a indústria empregava cerca de 3.000 trabalhadores nos períodos do pico, sendo que apenas 250 eram trabalhadores permanentes. Dados do Governo do distrito de Guruè mostram que, depois das privatização da EMOCHA, as quatro empresas chazeiras a operarem actualmente, investiram desde 1998 cerca de 12 milhões de dólares e empregam cerca de 4.640 trabalhadores, dos quais 293 são efectivos, 192 eventuais e 4.145 sazonais.

O distrito de Guruè é uma das principais regiões de grande produção agrícola e alimentar na província da Zambézia. Nos últimos anos recebeu investimento

estrangeiro de grande vulto para a agricultura. Actualmente estão a operar algumas das grandes empresas agrícolas, ocupando milhares de hectares de terra e empregando uma mão-de-obra considerável nos períodos de pico da campanha agrícola. Estas empresas têm-se dedicado ao desenvolvimento de culturas de rendimento como a soja, o feijão, o milho e o gergelim. Actualmente, Guruè é um dos grandes centros de produção da soja, quer em regime de pequenas e médias parcelas, assim como em grandes empresas agrícolas. O posto administrativo de Lioma, que dista cerca de 50 km da sede do distrito de Guruè, é a maior zona de produção agrícola. Em Lioma estão concentradas algumas das principais empresas agrícolas localizadas na Zambézia, com destaque para o antigo Complexo Agro-Industrial de Lioma, cujas áreas foram atribuídas a uma grande empresa agrícola, Hoyo Hoyo, para a produção de soja e milho em grande escala, tanto para fornecimento do mercado interno, como para exportação. Para além desta empresa, existem outras grandes empresas como a Rei do Agro, AC-Lioma, ALIF Química, Agro Moz, Murimo Macadamia, ATFC Mozambique Leaf Tobbaco (MLT), incluindo outras pequenas e médias empresas de fomento agro-pecuário. A soja, o milho e o feijão tornaram-se nas principais culturas de rendimento na província e a sua cadeia de produção envolve todo o tipo de agricultor, desde o pequeno agricultor familiar até as grandes corporações. Algumas destas grandes empresas agrícolas fazem o fomento destas culturas de rendimento em pequenas parcelas de agricultores familiares e agricultores médios, prestando a assistência técnica e fornecendo todos os insumos agrícolas. O conjunto das principais empresas agrícolas a operarem no Guruè, incluindo as empresas chazeiras, têm uma área potencial de cerca de 28.442 hectares e exploram cerca de metade desta área. Ao todo, empregam cerca de 6.800 trabalhadores dos quais cerca de 5.000 numa base sazonal, 930 efectivos e 728 eventuais, e têm uma carteira de investimento de cerca de 159,3 milhões de dólares (GdM, 2015).

A crise da agro-indústria do chá na Zambézia

A agro-indústria do chá na Zambézia foi, em tempos, uma das principais fontes de rendimento da economia rural da alta Zambézia. Embora a produção do chá esteja ainda a ser levada a cabo pelas quatro principais empresas que operam actualmente no Guruè, a indústria do chá na Zambézia está a enfrentar momentos de crise. Esta crise pode ser situada em duas perspectivas periódicas. A primeira está relacionada com a crise mais geral da economia rural colonial que se deu logo depois da independência de Moçambique. A segunda está ligada ao contexto actual do sector que vai do período da guerra civil aos nossos dias (questão que será discutida mais adiante).

Em Moçambique, os primeiros anos do pós-independência foram caracterizados por uma desintegração rápida da burguesia colonial, detentora de capital e dos meios de produção, sendo também ela que controlava os circuitos de comercialização e

transporte de bens e pessoas nas zonas rurais. Esta desintegração foi precipitada pelo abandono e emigração dos colonos, combinada com a fuga de capitais, sabotagem e destruição de equipamentos. Entretanto, a agro-indústria do chá na Zambézia, em particular no distrito de Guruè, não esteve alheia a esta crise generalizada da economia rural colonial. À semelhança de outras regiões e de outras indústrias no país, no caso do chá, a rápida desintegração da burguesia colonial manifestou-se no abandono pelos colonos proprietários das plantações e fábricas de processamento, acompanhado da destruição de equipamento e da rede de comercialização, que eram exclusivamente controladas pela burguesia colonial e pequena-burguesia. Neste contexto, o valor bruto da produção de chá (que era 100% produzido na Zambézia e correspondia a 3% da produção agrícola nacional bruta em 1970) reduziu-se de cerca de 183 milhões de escudos em 1973 para 125 milhões de escudos em 1975 (uma redução de cerca de 32%) (Wuyts, 1978).

Como em quase todos os sectores da economia, a indústria do chá foi intervencionada pelo novo Estado independente. A intervenção do Estado nas empresas chazeiras abandonadas, que culminou com a criação da EMOCHA, não resolveu de imediato a crise que assolou este sector. Portanto, como se pode perceber, a crise no sector do chá era parte orgânica de uma crise mais generalizada da economia rural colonial. Esta crise manifestava-se nas dificuldades no aprovisionamento de factores de produção, e materiais de embalagem, rede de estradas e transportes de carga e de pessoas, comercialização agrícola e abastecimento das zonas rurais em produtos de consumo, etc. As empresas herdadas pela EMOCHA encontravam-se numa situação de falência, com equipamentos fabris e meios de transporte obsoletos e uma rede de infra-estruturas sociais em elevado estado de degradação. Entretanto, apesar destas limitações mais gerais da crise da economia rural, depois de alguns anos, com a intervenção do Estado através da criação da EMOCHA, houve uma recuperação significativa da produção do chá. A agro-indústria do chá na Zambézia produziu cerca de 15.000 toneladas de chá processado em 1980, prevendo um aumento da produção para cerca de 24.000 toneladas até 1990 (CEA, 1982).

Embora tenha havido uma significativa recuperação da produção do chá, logo após a independência com a criação da EMOCHA pelo Estado moçambicano, o conflito armado, que durou cerca de 16 anos, afectou drasticamente a produção desta cultura. Parte considerável das plantações de chá e respectivas infra-estruturas foram destruídas. A EMOCHA perdeu parte significativa da sua capacidade produtiva, e muitos trabalhadores abandonaram Guruè para zonas relativamente mais seguras em busca de protecção. Esta situação provocou uma quebra acentuada da produção do chá, para além de problemas na oferta de força de trabalho para as empresas chazeiras. Grande parte das principais 12 UP no Guruè ficaram paralizadas, sendo que algumas destas áreas ficaram completamente queimadas e inutilizadas. Como foi referido

anteriormente, a agro-indústria do chá na Zambézia já foi o centro da economia rural do distrito de Guruè, desde o período colonial. Contudo, a sua capacidade de gerar postos de trabalhos significativos, e de ser uma das principais fontes de rendimento das famílias rurais no Guruè, ficou drasticamente afectada. Com a crise do sector do chá veio também a crise do emprego e do trabalho assalariado, principal fonte de rendimentos das famílias rurais no Guruè.

Na segunda metade da década de 1980, a economia de Moçambique, tal como a de outros países africanos, foi abrangida por um conjunto de medidas e reformas estruturais que culminaram na privatização de várias empresas estatais. No sector do chá, as reformas económicas introduzidas após 1987 culminaram na privatização da EMOCHA. As 12 UP da EMOCHA foram divididas em várias pequenas empresas, com capital estrangeiro. Com as privatizações, foram desenvolvidas novas áreas de cultivo mas este desenvolvimento não foi acompanhado de um processo de reestruturação mais dinâmico do sector. A produção foi deixada a cargo das pequenas empresas privadas, que adquiriram as antigas UP da EMOCHA (incluindo infra-estruturas: casas, fábricas, acampamentos, terra, etc.), a relativamente baixo custo. No período do auge das privatizações, na segunda metade da década de 1990, foram adjudicados apenas 22.388 hectares de plantações de chá, correspondentes a cerca de 57% do potencial existente aquando da paralização da EMOCHA. Entre 1996-97 foram constituídas cinco empresas, nomeadamente, Chazeiras de Moçambique Lda., SDZ – Sociedade de Desenvolvimento da Zambézia, SARL, Chá de Magoma, Chá Matate e Chá Namae actualmente Miranda Agrícola e Chá Socone SARL no Distrito do Ile.

Todas as áreas de produção de chá, incluindo as respectivas infra-estruturas, foram privatizadas a baixo custo e grande parte destas áreas estão actualmente “abandonadas”. As empresas que operam actualmente, nomeadamente, Chazeiras de Moçambique, SDZ, Chá de Magoma, e Chá Socone, não têm capacidade financeira e tecnológica para expandir a produção e dar conta das extensas áreas de plantações existentes, nem para recuperar as áreas degradadas (áreas que se transformaram em florestas, áreas que sofreram queimadas, etc.), nem para substituir as plantas antigas com mais de 50 anos de vida. Portanto, as reformas económicas que culminaram com a privatização da EMOCHA e a concessão das diversas UP a empresas privadas de capital estrangeiro não resolveram a crise acentuada do sector. Apesar da introdução de novas variedades de chá, os níveis de produção, produtividade e qualidade continuam aquém dos níveis do período colonial e do período pós-independência, havendo um fraco progresso em termos da exploração das áreas disponíveis. Com a crise e as privatizações, houve redução da força de trabalho incluindo dos benefícios em espécie que estes tinham no período da EMOCHA. O trabalho tornou-se cada vez mais precário e as condições laborais foram se deteriorando. Alguns trabalhadores entrevistados

que, por coincidência, trabalharam na antiga EMOCHA, afirmam claramente que as empresas e os trabalhadores tinham melhores condições de trabalho e uma certa segurança, incluindo alimentação e habitação para os trabalhadores provenientes de outros distritos durante esse período. Portanto, os níveis de exploração da força de trabalho aumentaram, os salários são baixos e não conseguem cobrir, na maioria dos casos, os custos de subsistência e de reprodução da força de trabalho. Isto é, o custo de reprodução da força de trabalho fica ao cargo das famílias camponesas, por meio da sua produção familiar.

Segundo a APCZ, criada em 2011, o sector de chá está a operar com custos altos para produzir variedades de chá de qualidade inferior que vendem a preços mais baixos, pelo que é necessário algumas mudanças estruturantes no sector, em particular no que respeita as condições de contratação e remuneração da força de trabalho. Tal situação de alto custo e baixo retorno ameaça, segundo a associação, a própria sobrevivência da indústria do chá em Moçambique, que logo após a independência possuía um potencial de produção de cerca de 39.000 hectares de plantações de chá.

Na campanha de 2014-15 houve um agravamento da crise na indústria chazeira, condicionada pelas cheias, que destruíram parte significativa das infra-estruturas para escoamento da produção. As chuvas, o corte de corrente elétrica, que duraram quase dois meses na província da Zambézia (Janeiro e Fevereiro de 2015), a destruição das vias de acesso usadas para escoamento do chá processado nas fábricas, exarcebou ainda mais a crise do sector. Esta situação teve um impacto significativo para a força de trabalho, que tinha o trabalho nas plantações como a principal fonte de rendimento, quer para subsistência, como também para o investimento na diversificação das fontes de rendimento (por exemplo, investimento na actividade agrícola para consumo e comercialização). O atraso no pagamento dos salários foi um dos principais problemas que afectaram os trabalhadores da indústria. Entretanto, a crise actual da indústria chazeira está mais relacionada com questões de natureza técnica e financeira (por exemplo, a qualidade do chá produzido, aliada ao envelhecimento e fraca produtividade das plantas existentes) e dificuldades de acesso ao mercado para a venda da produção. O chá produzido actualmente é vendido em leilão nas praças de Mombassa e só depois é exportado para os principais mercados da Europa e dos EUA, quando antigamente era directamente exportado para estes mercados.

Face à crise na indústria chazeira, a APCZ argumenta que, para que a indústria do chá sobreviva e por forma a garantir os mais de 6.000 postos de trabalho das plantações, é preciso que se adoptem certas medidas por parte do governo. Sendo assim, a APCZ solicitou ao Governo, em Fevereiro de 2015, a adopção de medidas que incluíam até a redução e/ou congelamento nos aumentos dos salários dos trabalhadores. Os Funcionários do Estado afectos à Direcção Provincial da Agricultura e Segurança Alimentar da Zambézia reconhecem que o governo tem conhecimento das dificuldades

que o subsector do chá enfrenta e que existe interesse em revitalizá-lo. Dentre várias propostas para a revitalização da indústria do chá na Zambézia, e como forma de reduzir os custos de produção, surgiu a ideia de integrar os produtores familiares na cadeia de produção do chá. Isto implica desenvolver pequenas unidades de produção de pequena escala, ao nível das famílias camponesas e dos agricultores individuais deixando a carga das empresas chazeiras o processamento e a venda para os mercados nacional e internacional. Numa primeira fase, propunha-se que se podia contar com o fundo dos 7 milhões. Entretanto, este processo de envolvimento das famílias na produção do chá nunca avançou, dada a necessidade de uma melhor coordenação ao nível das empresas, governo e agricultores sobre o modelo de produção a seguir. Foi também proposto que o sector do chá fosse incorporado no Instituto Nacional do Caju (INCAJU). Tal medida tem sido bastante contestada e ainda não avançou dada a falta de clareza sobre o assunto, incluindo a falta de capacidade técnica e financeira do INCAJU para lidar com um sector muito específico e em crise profunda.

A crise do sector do chá reflecte-se, também, nas condições de contratação e de emprego da força de trabalho, nas condições de trabalho e de remuneração, que actualmente são parte substancial das reivindicações do SINTAF e dos trabalhadores em geral. As dificuldades em garantir que parte significativa da força de trabalho tenha trabalho e remuneração contínuos ao longo da campanha agrícola é uma das questões mais preocupantes. Perante esta questão, o SINTAF levanta o problema de como lidar com os trabalhadores casuais, que têm sido uma dinâmica importante para as empresas chazeiras e que constituem o grosso da força do trabalho na indústria, em particular nas plantações de chá. Portanto, perceber como é que o emprego e trabalho estão organizados na agro-indústria do chá é bastante importante para repensar a forma como lidar com a questão da casualização do trabalho agrícola em geral e nas plantações de chá em particular.

A organização do emprego e trabalho na agro-indústria do chá na Zambézia

A secção anterior fez uma breve descrição da agro-indústria do chá, tomando em consideração a sua evolução e a dinâmica de crise que este sector vem enfrentando ao longo dos últimos anos. Ligado à crise mais geral de emprego, há preocupação por parte das organizações de defesa dos direitos dos trabalhadores. Uma das questões prende-se com a problemática do trabalho casual, que é visto como um retrocesso na luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, de remuneração e de vida. A casualização é entendida, pelo SINTAF, como factor estrangulador do processo de união e organização dos trabalhadores agrícolas, não só nas plantações de chá, como também em outras actividades agrícolas.

Portanto, perceber as dinâmicas da casualização num contexto de organização de estruturas produtivas agrícolas e sua transformação ao longo do tempo é bastante útil para repensar a melhor forma de lutar para melhorar as condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores agrícolas em geral, e dos trabalhadores das plantações de chá em particular. Entretanto, o trabalho casual é um aspecto fundamental na dinâmica da produção agrícola, em especial na produção do chá na Zambézia. Surgem assim várias questões que precisam de resposta, como seja, saber que tipo e padrões de emprego e trabalho são gerados pela agro-indústria do chá na Zambézia, como é que este emprego e trabalho estão organizados, e quais as implicações destes padrões de emprego nos modos de vida mais gerais dos trabalhadores agrícolas das empresas chazeiras e suas famílias? Como é que as dinâmicas actuais de casualização emergem e em que condições? Qual é o seu impacto na reestruturação das condições de contratação e organização da força de trabalho? Estas são algumas das questões que conduziram o projecto de pesquisa sobre a organização e as condições de emprego e de trabalho nas agro-indústria do chá na Zambézia.

Recrutamento da força de trabalho

No período colonial, parte do recrutamento da força de trabalho enquadrava-se no trabalho forçado e no sistema de trabalho de contratos de 6 meses nas plantações de chá. Entretanto, este regime de recrutamento foi abolido no período logo após a independência e foi introduzida uma nova organização do trabalho nas plantações de chá. Actualmente, o recrutamento da força de trabalho obedece, de alguma forma, os mesmos padrões de recrutamento do período colonial, com a diferença de que já não existe o recrutamento forçado. O fim do recrutamento forçado de mão-de-obra para as plantações de chá significava que os camponeses estavam livres para trabalhar na produção familiar ou procurar emprego assalariado nas plantações quando achassem necessário e nos períodos que lhes conviesse (CEA, 1982). Isto é, permitia que os trabalhadores pudessem ter o controle da venda e uso da sua própria força de trabalho.

Embora não necessariamente institucionalizado, o sistema de recrutamento da força de trabalho para as plantações de chá não difere substancialmente do passado. A necessidade de manter uma reserva de força de trabalho barata, subempregada e dependente do trabalho assalariado, que seja responsável pelos custos da sua própria reprodução, continua, como no período colonial, a ser uma das condições para uma rentabilidade mínima das empresas chazeiras. Um exemplo concreto é a pretensão das empresas chazeiras, por meio da associação dos produtores de chá, de reduzir os salários dos trabalhadores face à crise de rentabilidade que as empresas enfrentam no Guruê. Como no passado e reflectindo a natureza da actividade, as empresas chazeiras recrutam o grosso da força de trabalho no período de pico da colheita de

folha, entre os meses de Novembro e Março. Dado o tipo de cultura, o processamento da folha depois da colheita deve ser imediato, requerendo uma intensificação do trabalho também na fábrica de processamento. A intensificação do trabalho reflecte-se, sobretudo, de duas formas, nomeadamente, o aumento das horas de trabalho e a contratação de mais trabalhadores casuais para a fábrica. Do lado da plantação, onde é mais fácil recrutar força de trabalho casual para a colheita, a intensificação do trabalho tem como objectivo garantir a maior quantidade possível de folha por trabalhador, o que também tem impacto na sua remuneração final. Portanto, a necessidade de recrutamento de trabalho casual e a intensificação do trabalho na fábrica de processamento reflecte a disponibilidade em quantidade, de folha verde para processamento.

Quanto à proveniência da força de trabalho, diferentemente do passado, actualmente, o recrutamento da força de trabalho é feito localmente. Isto não significa que não haja trabalhadores recrutados fora de Guruè, mas o sistema de recrutamento destes trabalhadores não segue as mesmas dinâmicas do passado, onde o recrutamento era acompanhado pelo aprovisionamento de alguns bens básicos para os trabalhadores como mantas, pratos, roupa (alguns destes fornecidos nas lojas das plantações) e transporte dos lugares de origem, ou das suas residências para as plantações. Actualmente, este tipo de bens estão inteiramente à custa dos trabalhadores. De facto, quando as empresas chazeiras operavam em pleno período colonial e logo depois da independência, a necessidade de mão-de-obra era elevada, sobretudo nos períodos de pico, e o distrito de Guruè não fornecia força de trabalho suficiente para a indústria do chá, sobretudo para as plantações. Parte significativa dos acampamentos, que albergavam a maioria dos trabalhadores recrutados em outras regiões, estão degradados e não têm condições para alojar, de forma condigna, estes trabalhadores, mas também as empresas actualmente em operação não possuem capital suficiente para tal, como acontecia no passado. Entretanto, há algumas empresas que dizem que por vezes têm dificuldades em recrutar mão-de-obra localmente, optando, neste caso por recrutar fora de Guruè. Por exemplo, a SDZ, que diz empregar mais de 7.000 trabalhadores no período de pico, afirma ter dificuldades em contratar trabalhadores para a UP5 e várias vezes tem feito o recrutamento no distrito de Namaroi.

Organização e os processos de trabalho

Actualmente a organização das actividades e da força de trabalho não difere substancialmente do processo de produção de chá no período da EMOCHA. Entretanto, o período da EMOCHA foi um marco no que respeita as transformações no domínio da organização e das relações de trabalho nas plantações de chá desde o fim do poder colonial. Um dos aspectos foi a abolição da hierarquia dos capatazes que dirigiam os trabalhadores das plantações com base em ameaças à sua integridade

física (CEA, 1982). Os trabalhadores passaram a ser organizados em brigadas (correspondentes a 12 trabalhadores), pelotões (equivalente a 4 brigadas) e secções (correspondentes a 4 a 6 pelotões). As secções abrangiam um conjunto de campos com uma superfície de cerca de 120 a 200 hectares.

No que respeita a organização da força de trabalho na agro-indústria do chá, esta divide-se em dois grandes sectores, nomeadamente, na plantação e na fábrica de processamento. Na plantação, os trabalhadores são designados de trabalhadores do campo. Estes trabalham no processo de produção agrícola do chá até à entrada da folha na fábrica. Actualmente, este grupo de trabalhadores inclui, principalmente, os colhedores de chá, os trabalhadores da limpeza e os respectivos dirigentes da actividade no campo, que são constituídos pelos chefes de secção e seus adjuntos e capatazes (embora essa categoria tenha sido abolida formalmente). Os dirigentes, em especial os chefes de secção, organizam e supervisam todo o processo de produção no campo, registam e controlam a presença dos trabalhadores bem como a quantidade e a qualidade da produção nas plantações. Isto é, fazem o plano diário de trabalho que deve ser executado na plantação um dia antes e, todas as manhã, fazem o levantamento das actividades a serem realizadas e as pessoas disponíveis para trabalhar. Depois deste levantamento, o chefe de secção passa a informação ao capataz para este dar seguimento ao trabalho. No tempo da EMOCHA os trabalhadores de campo incluíam também outras actividades agro-pecuárias nas UP. Actualmente, este tipo de actividades inclui os motoristas e os cortadores de lenha (usada nos fornos da fábrica). Os trabalhadores da fábrica têm a tarefa de transformar a folha verde em chá feito, envolvendo diferentes fases (desde o murchamento e secagem da folha, passando pelo processamento, até à embalagem do chá). Estes são normalmente designados por operários.

Plantações

A principal actividade que ocorre nas plantações é a colheita do chá. A colheita é o processo relativamente mais delicado da cadeia de produção do chá, sendo o factor fundamental para garantir a qualidade do produto. Portanto, é difícil fazer a colheita de forma muito rápida sem danificar ou comprometer a qualidade das folhas colhidas. Para minimizar ou, mesmo, evitar os danos, e não comprometer a qualidade do chá, a colheita manual é preferida, requerendo, entretanto, uma quantidade significativa de mão-de-obra temporária durante os períodos de pico. Em alguns países produtores de chá a colheita manual tem sido substituída pela colheita mecanizada, por questões de produtividade, mas a colheita manual continua a ser a forma preferida. Na plantação ocorrem também dois processos importantes, nomeadamente, a poda das plantas e a limpeza dos campos de chá (corte de capim, arbustos, etc.). Normalmente, estas actividades são feitas em

diferentes fases das plantações e no período antes do início de uma nova campanha. Existem dois processos de poda, a “poda média”, que consiste em podar as plantas a uma altura média e o “chá poda”, que consiste essencialmente no corte das pontas ou extremidades superiores da planta para permitir o surgimento de novas folhas (mais tenras) para a colheita. A quantidade de plantas a serem podadas depende do tipo de poda, sendo que para a poda média são duas linhas (cerca de 300 plantas) e o “chá poda” 3 três linhas (cerca de 450 plantas). Este processo é feito essencialmente por homens, com uso de catanas e outros instrumentos cortantes, normalmente designados por faca de poda. Um aspecto interessante é que, segundo os trabalhadores entrevistados, os principais instrumentos de trabalho, como a catana usada na poda, são propriedade dos trabalhadores e este incorre os custos necessários para manter o seu instrumento em pleno funcionamento.

A limpeza manual consiste na remoção de arbustos com catanas e enxadas. Esta actividade ocorre ao longo de toda a campanha do chá, que vai de Julho de um ano a Junho do ano seguinte, ou seja, ao mesmo tempo que outras actividades vão ocorrendo, nomeadamente, a poda, a colheita e o processamento do chá. O período de pico ocorre geralmente entre os meses de Novembro e Março. A meta diária para a limpeza manual é de 4 linhas por cada trabalhador, sendo que cada linha é constituída por 160 a 200 plantas. Fora do período de pico, a meta para a limpeza manual é de 6 linhas, uma vez que não há muito capim nos campos. Ao cumprir a meta, o trabalhador recebe cerca de 65 MT. Esta actividade é executada normalmente por homens, sobretudo no período de pico.

O horário de trabalho no campo é das 6h às 15h. Os trabalhadores devem apresentar-se na empresa a partir das 5h30 para serem distribuídos pelas diferentes secções e lhes serem atribuídas as respectivas tarefas. Os trabalhos de poda, limpeza manual e adubação são organizados em tarefas. Na colheita, a meta diária é de 50 kg de folha verde (no período colonial a meta era de 35 kg, e no período da EMOCHA, 45 kg). Entretanto, mesmo depois de atingirem a meta, os trabalhadores podem continuar a trabalhar. A continuidade de trabalho mesmo depois de atingida a meta diária só é possível nos períodos de pico, entre Novembro e Março, quando a folha é abundante e as necessidades de processamento são mais elevadas. Ao contrário, fora do período de pico (quando a folha é escassa), os trabalhadores não conseguem atingir as metas. Entretanto, o esforço para conseguir uma quantidade de folha relativamente considerável é enorme, pois os poucos trabalhadores que ainda conseguem trabalhar neste período têm de percorrer longas distâncias num único campo de chá à procura de folha para colher. É neste período em que há pouca procura e pouca oferta de força de trabalho nas plantações de chá. Os poucos trabalhadores nos campos de chá são os camponeses mais vulneráveis e quase sem outro tipo de actividades de geração de rendimento, incluindo a produção familiar.

Estes camponeses são, na sua maioria, adultos e idosos, incluindo mulheres viúvas. Os camponeses têm tendência a dedicarem-se mais a outro tipo de actividades dado o custo de oportunidade de fornecer a sua força de trabalho para as plantações, sem conseguirem auferir um rendimento considerável que seja suficiente para a reprodução familiar. Alguns preferem deslocar-se para outros distritos e preparar as suas machambas para a campanha agrícola seguinte, outros dedicam-se à produção de materiais de construção, como tijolos, construção de casas e comércio. O facto de o trabalho assalariado estar sempre ligado à agricultura familiar é um aspecto importante a tomar em consideração. Isto permite-nos analisar melhor o comportamento dos trabalhadores agrícolas nas plantações de chá. Quase todos os trabalhadores têm no trabalho assalariado uma fonte de rendimento para investir na produção agrícola familiar, incluindo os mais vulneráveis.

Fábrica

A necessidade da força de trabalho nas fábricas de processamento é determinada pelo tipo de maquinaria e pelo nível de automação e de novas tecnologias usadas, bem como pela quantidade de folha verde disponível para o processamento. À semelhança de alguns outros países, como a Sri-Lanka, por exemplo, quase todas as fábricas de processamento de chá no Guruè ainda operam com maquinaria antiga, herdada das antigas unidades produtivas da EMOCHA. A empresa Chazeiras de Moçambique, por sinal a maior de todas as empresas a operarem no Guruè, afirma ter investido em algum tipo de modernização na sua fábrica. Contudo, este investimento não foi o suficiente para alterar a estrutura da força de trabalho na fábrica. De facto, quando a necessidade de processamento de chá é elevada, a prática corrente é a extensão das horas de trabalho ou a contratação de mais trabalhadores casuais.

Na fábrica, o trabalho envolve vários processos, desde a pesagem da folha trazida dos campos de chá, o murchamento e secagem da folha, o processamento (que inclui a fermentação e a separação das qualidades do chá, até o empacotamento final e carregamento do chá (semi)processado para distribuição (exportação e abastecimento para o mercado doméstico). A fábrica tem trabalhadores mais especializados, se comparados com os trabalhadores das plantações. Existem na fábrica mecânicos, electricistas, seralheiros, cujas funções incluem controlar o processo de funcionamento das máquinas, fabricar e substituir algumas peças sobressalentes. O horário de trabalho é das 6h às 16h, com duas interupções, uma das 8h às 8h30 para que os trabalhadores possam tomar o pequeno almoço (normalmente chá quente, fornecido pela empresa, e pão e açúcar por conta dos próprios trabalhadores) e outra das 12h30 às 14h. O almoço é por conta dos trabalhadores, sendo que alguns trazem a refeição de casa, outros a preparam na empresa e outros, que vivem próximo da empresa, almoçam em suas casas.

Salários, condições de remuneração e descontos²

Os salários e outros benefícios são aspectos fundamentais para a qualidade de vida dos trabalhadores. A questão dos salários é um dos maiores problemas que os trabalhadores da indústria do chá na Zambézia enfrentam actualmente. Durante o período colonial, a extração da força de trabalho barata e excedentes alimentares da economia camponesa era uma das principais formas de acumulação na agro-indústria do chá (CEA, 1982), que fazia parte do padrão geral de acumulação no centro de Moçambique, dominado pela economia de plantações virada para exportação (Wuyts 1978). A mão-de-obra do campesinato era essencialmente migrante (trabalhadores que oscilam entre o trabalho assalariado e a produção camponesa ou familiar) (CEA, 1982). Entretanto, era necessário que o campesinato local fosse transformado em mão-de-obra migrante interna para as plantações (Wuyts, 1978). Dado esse facto, as plantações podiam pagar salários muito baixos, necessários para cobrir apenas as necessidades individuais dos trabalhadores enquanto as famílias desses mesmos trabalhadores produziam na machamba familiar para a sua reprodução (CEA, 1982; O' Laughlin, 1981; Wuyts, 1978). Portanto, para as empresas chazeiras, usar força de trabalho migrante e mal remunerada era condição para uma rentabilidade mínima. Este sistema de exploração, para além de significar uma vida miserável para os trabalhadores e suas famílias, significava “também uma baixa produtividade do trabalho nas plantações e a dependência contínua dos trabalhadores da agricultura familiar”. A dependência de mão-de-obra migrante continua sendo actualmente um aspecto importante, ainda que numa dimensão menos acentuada se comparado com o passado. As formas e condições de remuneração permanecem as mesmas, mesmo depois da reestruturação do sector depois das privatizações. Os salários dos trabalhadores continuam baixos e, na maioria dos casos, são insuficientes para cobrir as necessidades individuais dos trabalhadores e suas famílias (alimentação, transporte e educação para as crianças, etc.).

A maioria da força de trabalho nas empresas chazeiras, composta pelos trabalhadores das plantações, é remunerada por metas. Este sistema de remuneração abrange o conjunto de várias actividades que decorrem nas plantações. Por exemplo, tal como no passado, para os colhedores de chá, é estabelecida uma meta em quilogramas para a quantidade de chá que pode ser colhida diariamente e um valor adicional é pago por cada quilograma acima da meta. Os níveis pelos quais as metas são estabelecidas não diferem entre as empresas actualmente a operar em Guruè. Contudo, a quantidade adicional que pode ser colhida acima da meta depende de vários factores, sobretudo das habilidades individuais dos trabalhadores e da época.

2 A pesquisa sobre remuneração e descontos abrange apenas os trabalhadores do campo e da fábrica de processamento, excluindo, portanto, os demais trabalhadores da área administrativa das empresas (os directores, gestores e assistentes administrativos).

Na época de pico, os colhedores de chá podem conseguir colher acima da meta diária e ter um ganho adicional. Contudo, fora dos períodos de pico não podem e, várias vezes, não conseguem atingir a meta diária, o que implica que não recebem o valor correspondente ao salário mínimo mensal para a agricultura.

Portanto, a remuneração baseada em metas para as diversas actividades que ocorrem na plantação é determinada com base no salário mínimo mensal de 3.183 MT, em vigor na agricultura em 2015. Como condição para auferir este salário mensal, os trabalhadores agrícolas têm que conseguir trabalhar durante seis dias por semana (Segunda-feira a Sábado) cumprindo a meta diária. Os que não conseguem cumprir a meta recebem o valor correspondente à quantidade de chá colhido, ao valor de 2 MT por quilograma. Portanto, nos períodos fora de pico, quase que nenhum colhedor de chá consegue auferir o valor correspondente ao salário mínimo de 3.183 MT. Na maioria dos casos, os colhedores de chá compartilham quantidades de folha verde colhida e mesmo assim não conseguem atingir a meta de 50 quilogramas diários.

Entretanto, nem todos os trabalhadores das plantações são remunerados com base no sistema de metas. Por exemplo, os trabalhadores permanentes, com a categoria de chefes de secção, adjuntos e capatazes recebem um salário que varia entre o salário mínimo, até pouco mais de 4.000 MT, incluindo subsídios de chefia. Normalmente, os trabalhadores que ocupam estes cargos são relativamente antigos nas empresas, tendo acumulado experiência dos tempos de trabalho na antiga EMOCHA. Alguns são reformados, tendo direito a uma pensão paga pelo INSS e o salário auferido nas empresas chazeiras (privadas). Na fábrica de processamento, todos os trabalhadores são considerados permanentes. Contudo, existe um período em que parte destes pode não ter trabalho e, por conta disso, não ter remuneração. Os trabalhadores da fábrica têm várias especialidades (mecânicos, operadores de máquinas, serralheiros, carpinteiros, seguranças, etc) e categorias e funções (chefes de secção, de turno, controle de qualidade, etc). Estes trabalhadores auferem o salário mínimo estipulado por lei para a agricultura, cerca de 3.183 MT (Tabela 1), com excepção daqueles com algum cargo de chefia, como acontece com os chefes de secção e com os capatazes nas plantações.

Esta questão do salário mínimo é contestada por quase todos os trabalhadores da fábrica, sobretudo os mecânicos e outro pessoal de apoio. A questão reside no facto de os trabalhadores não perceberem porque auferem um salário igual ao dos trabalhadores de campo (os colhedores de chá, os que trabalham na poda e na limpeza, entre outros). Estes alegam que deviam ter um salário mais elevado porque consideram que estão noutro ramo de actividade (indústria, que é diferente da plantação). Segundo estes trabalhadores, o seu trabalho exige qualificações que os trabalhadores de campo não possuem e nem necessitam para exercer as suas actividades. Estes mesmos trabalhadores chegaram a questionar os critérios gerais de fixação do salário mínimo para os diferentes ramos e sectores de actividade (agricultura, indústria, comércio, etc.) no país.

Tabela 1: Salário, forma de remuneração por categoria de trabalhador (com excepção dos dirigentes)

Categoria dos trabalhadores	Meta	Remuneração	Remuneração mensal (em MT)
Colhedores de chá	50 kg/dia	100 MT/dia (2MT/Kg)	3.183,00
Limpeza manual	3 linhas (350 plantas por linha)	65 MT/dia	3.183,00
Poda das plantas	6 linhas (300 plantas/linha)	65 MT/dia	3.183,00
Processamento do chá	–	–	3.183,00

Fonte: Autor com base em informação das entrevistas do trabalho de campo

A questão dos descontos para o sistema de segurança social e para os sindicatos é um outro aspecto interessante de se analisar, sobretudo para trabalhadores casuais. Esta é uma preocupação levantada quer pelos trabalhadores, quer pelo Sindicato e até mesmo pelas próprias empresas chazeiras. Do lado dos trabalhadores, aparentemente, há um conhecimento bastante superficial da utilidade dos descontos para a segurança social, assim como para o sindicato, apesar das campanhas de sensibilização levadas a cabo pelo INSS e pelo SINTAF, respectivamente. Do lado do SINTAF, que defende a necessidade de trabalho cada vez mais permanente, os trabalhadores casuais, dada a sua natureza, não contribuem o valor de 1% dos seus rendimentos para o sindicato, o que torna os rendimentos do sindicato instáveis ao longo do tempo. Do lado das empresas chazeiras, a questão é um pouco mais complicada. As empresas chazeiras defendem que descontar para segurança social para os trabalhadores casuais constitui um encargo financeiro para as empresas, para além de um custo administrativo, dada a instabilidade do trabalho casual. Aparentemente, há conhecimento bastante superficial por parte de vários trabalhadores no que diz respeito à utilidade destes descontos. Contudo, parte considerável questiona os critérios dos descontos e os potenciais benefícios. Alguns trabalhadores julgam enfrentar dificuldades no acesso a esses benefícios quando necessário. Outros, sobretudo os trabalhadores permanentes da fábrica de processamento, clamam por um papel mais activo dos membros dos comités sindicais ao nível das empresas chazeiras na resolução dos problemas que preocupam os trabalhadores. Os trabalhadores clamam, sobretudo, porque, uma vez que descontam do seu salário para financiar as actividades de um sindicato, se sentem desiludidos quando o sindicato não consegue resolver os seus problemas com a direcção da empresa, sobretudo a questão das condições de trabalho, remuneração e de segurança no trabalho.

No período durante o trabalho de campo, os trabalhadores das empresas chazeiras reclamavam por atrasos salariais. Os atrasos salariais eram, segundo as empresas, resultado das dificuldades financeiras que as empresas chazeiras enfrentavam, uma

vez que a campanha do chá que havia iniciado em meados de 2014 foi drasticamente afectada pelas cheias e pelo corte de energia eléctrica na cidade de Guruè, o que paralizou as actividades das fábricas e o escoamento do chá processado. As empresas defendem também que alguns contratos de fornecimento de chá que já haviam sido firmados com clientes foram cancelados devido à demora na entrega do produto final decorrentes das dificuldades financeiras que as empresas chazeiras enfrentavam. Entretanto, numa das empresas chazeiras visitadas no âmbito deste trabalho, os trabalhadores podiam obter crédito para produtos alimentares e este crédito era-lhes descontado logo que recebessem os seus salários. Estes benefícios só abrangiam os trabalhadores permanentes da empresa, em especial os trabalhadoras da fábrica de processamento, os trabalhadores permanentes das plantações (capatazes e chefes de secção) e os do sector administrativo.

Casualização e implicações para a força de trabalho

Dada a natureza sazonal da produção, o trabalho casual é uma característica particular da produção agrícola em geral, e do chá em particular. Isto é, a necessidade de força de trabalho para as diferentes actividades na produção agrícola varia periodicamente. Nos períodos de pico da produção, há uma maior necessidade de força de trabalho, sobretudo para a colheita. Mesmo nas empresas agrícolas onde a colheita é mecanizada, há sempre alguma necessidade de força de trabalho, dado que a colheita mecanizada não é perfeita. No caso particular da produção do chá, onde a colheita ainda é feita manualmente, a variabilidade na necessidade de força de trabalho entre os diferentes períodos é bastante acentuada. Entretanto, um aspecto que importa focar aqui é a questão da casualização, que não se define somente pelo facto de o trabalho casual ser parte orgânica da produção agrícola, mas sim como a tendência de se usar cada vez mais o trabalho temporário. Ou seja, a casualização da força de trabalho ocorre quando os trabalhadores são empregues numa base casual, temporária, parcial ou não permanente. Em alguns casos, os trabalhadores permanentes passam a ser empregues numa base temporária de trabalho e pagos pelas horas ou dias de trabalho, dependendo do tipo de remuneração que caracteriza a actividade em questão. Portanto, a casualização do trabalho pode reflectir questões de natureza económica e/ou tecnológica que podem também resultar de/ou afectar a estrutura de organização da produção e do trabalho em particular. No caso particular da produção do chá na Zambézia, a casualização do trabalho parece responder a questões de natureza económica e não tecnológica, como acontece em outros países produtores de chá, onde, por exemplo, a colheita do chá é feita mecanicamente, reduzindo assim a necessidade de força de trabalho em grande quantidade.

Em Moçambique, a casualização do trabalho agrícola tornou-se numa das questões mais preocupantes das organizações dos trabalhadores agrícolas em geral e da agro-

indústria do chá em particular. De facto, no contexto actual de acumulação capitalista a nível global, a tendência de casualização do trabalho em quase todos os sectores de actividade tem sido um aspecto bastante discutido. Na produção agrícola, a questão da casualização do trabalho parece, de longe, um problema menos importante na medida em que a necessidade de trabalho casual é um aspecto intrínseco à actividade agrícola, sobretudo pela natureza sazonal da produção. Ao nível das plantações de chá no Guruè o problema do trabalho casual não é uma questão nova. Mais importante ainda é que, de acordo com a informação fornecida pelas empresas chazeiras, não tem havido aumento do trabalho permanente, sobretudo nas plantações. Pelo contrário, embora não tenhamos informação quantitativa que ilustre o fenómeno, o trabalho casual vai aumentando. Mesmo com possibilidades de estabilização de parte da força de trabalho nas plantações de chá durante a campanha agrícola, as empresas não mostram qualquer pretensão nesse sentido, alegando mesmo questões financeiras e económicas. O que acontece é que, do ponto de vista de rentabilidade, a casualização permite uma maior possibilidade de extracção de mais valia do trabalho para o capital, pois os custos com a força de trabalho diminuem, na medida em que as empresas se tornam cada vez menos responsáveis por essa mesma força de trabalho e pela sua reprodução. Não exclusivamente, a casualização está intimamente ligada à precariedade como também às péssimas condições de trabalho. O trabalho casual fornece várias possibilidades das empresas reduzirem custos com a força de trabalho uma vez que no total dos custos de produção do chá, o custo com a força de trabalho representa parte fundamental do custo de produção. Por exemplo, das entrevistas com os trabalhadores das plantações, foi possível constatar que há vários trabalhadores que trabalham numa base permanente mas que são considerados trabalhadores casuais. Alguns destes têm trabalho durante toda a campanha agrícola do chá, trabalhando quer nos períodos de pico, quer nos períodos fora do pico.

Há uma questão muito interessante no que respeita a casualização do trabalho na agricultura e na agro-indústria do chá em particular. Enquanto as empresas chazeiras olham para o trabalho casual como forma de reduzir custos com a força de trabalho, o SINTAF, na qualidade de organismo que luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores, tem uma posição bastante clara. É certo que interessa ao SINTAF a estabilização de parte da força de trabalho nas plantações de chá, mas também é do interesse do SINTAF ampliar a abrangência da sua influência sobre todos os trabalhadores. A estabilização da força de trabalho é uma via para tal e permite ao sindicato ter uma base forte de suporte e uma fonte potencial de rendimento para financiar as várias actividades da organização. Portanto, para além de defender a necessidade de uma força de trabalho cada vez mais permanente na agricultura, o sindicato mostra-se incapaz de lidar com os trabalhadores casuais, uma vez que estes não são membros da organização.

Entretanto, um dos pontos que surge da investigação nas empresas chazeiras é que é importante lutar por uma maior estabilização da força de trabalho nas plantações de chá mas também é preciso considerar os trabalhadores casuais como uma potencial base de suporte na luta por melhores condições de trabalho para todos os trabalhadores. Por exemplo, os problemas com as condições de trabalho, em especial a falta de equipamento de trabalho e de protecção, a alimentação, o transporte, etc., abrangem todos os trabalhadores, independentemente do estatuto.

Condições de trabalho, alimentação e transporte

A problemática das condições de trabalho tem sido um aspecto comum em quase todas as empresas agrícolas que não tem sido enfrentada de forma sistemática e objectiva. Em alguns casos, as precárias condições de trabalho nas empresas agrícolas, em particular nas empresas chazeiras, são vistas como sendo um aspecto normal e que lutar para melhorá-las seria contraproducente. Até os órgãos do governo que lidam directamente com a questão do emprego e trabalho não olham com a preocupação necessária a problemática das condições de trabalho nas empresas chazeiras, argumentando que, desde o período colonial, que os trabalhadores das empresas chazeiras trabalham em condições precárias. Ou seja, argumentam que a precaridade do trabalho é uma questão “natural” nas empresas agrícolas, e que o mais importante é garantir que as pessoas tenham emprego. Por outras palavras, num contexto de falta de oportunidades de emprego, não faz muito sentido reevindicar emprego decente para os trabalhadores das plantações de chá no Guruè.

A falta de equipamento de trabalho como cestos, luvas, facas para a poda, botas e luvas para os trabalhadores que trabalham com produtos químicos e capas de chuva, nas plantações, é um dos problemas mais colocados pelos trabalhadores e, em certa medida, admitidos pelas empresas chazeiras no Guruè. À semelhança do tempo da EMOCHA, a falta de capas era o problema mais preocupante no que respeita às condições de trabalho nas plantações de chá. Desde o passado que este problema tem contribuído para alguma carência de trabalhadores sazonais, sobretudo nos períodos de chuva.

À semelhança de algumas outras actividades, os trabalhadores estão bastante vulneráveis a acidentes de trabalho, dada a quase ausência de equipamento de protecção, como luvas, capacetes e botas, o que torna o trabalho no campo vulnerável e perigoso, colocando em causa a saúde dos trabalhadores. A vulnerabilidade no campo é agravada pela quase ausência de primeiros socorros. Por exemplo, o *kit* de primeiros socorros apenas se encontra localizado na fábrica de processamento. Várias vezes acontecem acidentes no campo e os trabalhadores não podem receber os primeiros socorros, dada a não disponibilidade do *kit* e de serviços de primeiros socorros nas plantações. Mesmo no caso de solicitação junto da fábrica, há uma dificuldade de deslocação dada a exiguidade dos meios de transporte. Às vezes, os trabalhadores são

transportados de bicicleta para a fábrica com a finalidade de receberem o tratamento. Porém, há casos em que nenhuma das possibilidades está disponível, e nestas situações os trabalhadores ficam entregues à sua própria sorte. Esta situação torna-se mais difícil para os trabalhadores casuais que não têm direito a qualquer tipo de assistência médica por parte das empresas.

A alimentação é um outro problema que os trabalhadores da agro-indústria do chá enfrentam. No período da EMOCHA, os trabalhadores agrícolas e industriais nas unidades produtivas tinham direito à alimentação fornecida pela empresa, que incluía um matabicho antes do início do trabalho e uma refeição à hora do almoço, bem como uma ração para preparar em casa depois da jornada laboral (CEA, 1982). Actualmente, nenhuma das empresas chazeiras fornece alimentação aos seus trabalhadores. A empresa Chazeiras de Moçambique, por exemplo, oferece água quente e folha de chá para o matabicho (o açúcar é por conta dos trabalhadores), que acontece um pouco depois de 2 horas de trabalho. Nas plantações, a alimentação é inteiramente à custa dos trabalhadores, que a trazem de suas casas sempre que possível. Muitos dos trabalhadores não conseguem trazer a refeição de casa, pois têm que dividir parte desta com a família ou preparar os alimentos para as crianças antes de irem para o local de trabalho. A única coisa que a empresa fornece é água, que é retirada das poucas fontes (poços) de água ao redor das plantações. No passado, existiam as lojas das empresas que abasteciam os trabalhadores em bens básicos de consumo, como óleo, farinha, arroz, sabão, sal, açúcar, etc (CEA, 1982). Estes bens eram essencialmente fornecidos aos trabalhadores permanentes, sendo posteriormente descontados dos seus salários no final do mês. Entretanto, actualmente, o acesso a estes produtos é bastante limitado e depende das condições financeiras dos trabalhadores. Na empresa Chazeiras de Moçambique a loja continua a funcionar mas de forma irregular. Além disso, esta loja apenas beneficiava os trabalhadores permanentes, das plantações, da fábrica e alguns do sector administrativo da empresa. Os trabalhadores casuais não estão abrangidos. Um aspecto particular é que os trabalhadores que pagam os produtos alimentares a crédito, o montante é-lhes depois descontado nos seus salários. A regra é que cada trabalhador não pode levantar produtos equivalentes a mais de 750.000 MT. Os preços cobrados na loja da fábrica estão acima dos preços do mercado. Por causa dos atrasos salariais, mesmo a estes preços, os trabalhadores adquirem os produtos na loja. Vezes há em que, por falta de dinheiro para outras despesas, os trabalhadores adquirem os produtos na loja da empresa e vendem a preços mais baixos no mercado local.

Conclusões

Este artigo discutiu a problemática da organização e as condições sociais de trabalho na agro-indústria do chá no Guruè. O artigo mostrou que, no contexto da evolução da

agro-indústria do chá ao longo das últimas décadas, foi no domínio da organização e das relações de trabalho onde as transformações no subsector do chá mais se notabilizaram, para além de que a crise actual é uma causa fundamental dessas transformações. A degradação das relações de trabalho, em especial das condições sociais de trabalho, foi acompanhada por uma redução significativa da procura da força de trabalho, sobretudo fora dos períodos de pico. Portanto, enquanto até finais da década de 70 e princípios da década de 80 houve uma tendência para uma certa estabilização da força de trabalho nas diferentes unidades produtivas da EMOCHA, actualmente o trabalho casual tem sido uma dinâmica preocupante e problemática, quer do ponto de vista de instabilidade e insegurança do emprego, como também do ponto de vista das condições mais gerais de trabalho. A precariedade, a insegurança e as condições sociais de trabalho tornaram-se nalguns dos principais problemas de organização do trabalho nas empresas chazeiras, com implicações profundas nos modos de vida dos trabalhadores e suas famílias.

Neste contexto, há um conjunto de questões fundamentais que achamos que devem ser colocadas, sobretudo no que respeita a estabilização de parte da força de trabalho. Contudo, é preciso em primeiro lugar compreender como é que a produção e os processos de trabalho estão organizados e qual o seu impacto na vida dos trabalhadores dentro e fora das empresas. Quais são os impactos na saúde dos trabalhadores e nas condições de remuneração da própria força de trabalho? Até que ponto os actuais processos de organização da produção e dos processos laborais colocam em causa o desenvolvimento e a reprodução contínua da força de trabalho? Até que ponto os processos de organização do trabalho garantem uma segurança e remuneração contínua do trabalho? É preciso identificar diferentes formas de organização do trabalho e dos trabalhadores de modo a permitir uma maior e melhor capacidade de negociar processos e condições de trabalho nas empresas chazeiras tendo em conta o actual padrão de emprego. Como é que uma melhor organização da força de trabalho pode permitir dar um salto qualitativo na vida dos trabalhadores e de suas famílias? Como é que a actual crise da indústria chazeira é vista pelos trabalhadores e como é que esta crise se pode dever não só a aspectos técnicos e financeiros, mas também ao sistema de organização dos processos laborais? Qual é o papel que a organização dos trabalhadores pode ter para responder à dinâmica de crise na indústria e salvaguardar os interesses dos trabalhadores? Portanto, mais do que se preocupar em como lidar com trabalho casual e como organizá-lo de forma a que este traga algum benefício ao SINTAF como organização dos trabalhadores, é preciso pensar em quais as questões que preocupam os trabalhadores, independentemente da sua categoria. Quais são os ganhos para a força de trabalho e para as empresas chazeiras que podem advir de uma melhor organização da força de trabalho?

Referências

- CEA (1982). *Plantações de chá e Economia Camponesa: Informação básica para um Plano Director da Zona Guruè-Socone, Alta Zambézia*. Projeco EMOCHÁ: Relatório <A>. Universidade Eduardo Mondlane
- GdM (2015). *Informação sobre a mão-de-obra na Empresas Agrícolas*. Governo do Distrito do Guruè, Serviços Distritais de Actividades Económicas
- O'Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. Estudos Moçambicanos 9-32. CEA. UEM
- Wuyts, M. (1978). Camponeses e economia rural em Moçambique. CEA. UEM, Maputo.

Mulheres no processamento da castanha de caju: reflexões sobre as sociedades agrárias, trabalho e género na província de Cabo Delgado

Sara Stevano

Introdução

O rápido crescimento económico que Moçambique está a atravessar é impulsionado principalmente pelos recursos naturais. Para que estas altas taxas de crescimento tenham efeitos positivos no alívio da pobreza a longo prazo, Moçambique tem que diversificar a sua capacidade produtiva e comercial. Contudo, a agenda da redução da pobreza continua inspirada na retórica de pequena escala, informada por uma visão dualista e enganadora das sociedades agrárias moçambicanas que vê os pequenos agricultores ou agricultores de subsistência em oposição às empresas comerciais (O’Laughlin, 1996). As estratégias para o desenvolvimento rural falham de forma problemática na abordagem da complexidade das sociedades agrárias em Moçambique bem como nas ligações entre os novos actores influentes, tais como os agro-negócios, e a produção agrícola de pequena escala.

Após o colapso em finais dos anos 1990s, o sector do caju está numa trajectória de recuperação, com uma nova geração de fábricas de processamento a surgirem, especialmente no Norte do país. O renascer da actividade de processamento de caju é interessante no contexto da industrialização e desenvolvimento rurais pois pode criar empregos nas áreas rurais e gerar ligações produtivas intersectoriais.

Este artigo olha para o renascimento, mesmo limitado e espalhado, da actividade de processamento de caju no extremo norte da província de Cabo Delgado. O artigo baseia-se em evidência de nível micro, recolhida através de entrevistas qualitativas com trabalhadores da indústria do caju e outros intervenientes na actividade do processamento do caju, que está actualmente concentrada em dois locais: a fábrica Korosho no distrito de Chiure (a Sul da província) e três associações de mulheres no distrito de Nangade (a Norte da província).

A intenção deste trabalho é utilizar este estudo de caso como uma lente através da qual se olha para as questões de trabalho, género e diferenciação rural e se procura

esclarecer a complexidade das sociedades agrárias a qual, por sua vez, se liga com alguns constrangimentos a nível micro com os quais os intervenientes na actividade de processamento se deparam em Cabo Delgado.

A segunda secção define o contexto macroeconómico, focando-se nas estratégias actuais para o desenvolvimento rural e o papel da indústria de processamento do caju em processos de industrialização rural. No entanto, está para além do âmbito deste trabalho envolver-se em debates a nível macro sobre a viabilidade da indústria de processamento do caju em Moçambique no seu todo. A parte principal deste trabalho está desenvolvida na terceira secção, que apresenta algumas características da actividade de processamento nos dois locais estudados, concentrando-se depois em três questões: a produção com restrições sazonais, a divisão do trabalho por género, e o investimento privado e infra-estrutura. Na quarta e última secção apresenta-se a conclusão.

Definindo o contexto macro: estratégia para o desenvolvimento rural?

Com taxas de crescimento do PIB sustentadas nas últimas duas décadas – constantemente bem acima de 6% por ano entre 2003 e 2012 (World Bank National accounts data) – e as recentes descobertas de recursos naturais (especialmente carvão, gás e petróleo), Moçambique está a atrair o interesse de investidores privados de todo o mundo. Que as altas taxas de crescimento e a afluência de investimento não têm sido proporcionalmente traduzidas na redução da pobreza e melhorias noutros indicadores do desenvolvimento humano, tais como desnutrição crónica, acesso a água potável, e educação, encontra-se documentado em dados (INE, 2009) e estudos (Castel Branco, 2010; Hanlon & Cunguara 2010; Cunguara & Hanlon, 2012). No entanto, a clivagem entre o rápido crescimento económico, medido pelo PIB, e a redução da pobreza não é surpreendente se o efeito multiplicador não é dado como certo. Adicionalmente, já se sublinhou que as fontes de crescimento são estreitas: principalmente serviços e mega projectos em recursos naturais, indústria e agricultura, concentrados geograficamente ao redor de Maputo ou nos locais onde os recursos se encontram (Castel-Branco, 2004). Devido a esta base estreita, as dinâmicas de crescimento e investimento limitaram a economia moçambicana a padrões de crescimento instáveis e insustentáveis (Ibid). Seria então interessante avaliar o potencial de Moçambique para traduzir elevadas taxas de crescimento económico numa bem-sucedida diversificação da economia.

De acordo com Krause & Kaufmann (2011), os sectores que têm potencial para crescer são aqueles em torno dos recursos naturais e da produção de mercadorias primárias. Contudo, parece não existir uma estratégia coerente para o desenvolvimento

industrial, que permitiria reter maiores proporções de valor acrescentado e que, fundamentalmente, levaria à criação de emprego. O objectivo de longo prazo de redução da pobreza que o governo definiu parece assentar grandemente na *retórica da pequena escala*, com as suas contradições problemáticas. Apesar de promover a comercialização da produção dos pequenos agricultores (PARP 2011-2014), as ligações fundamentais entre a produção agrícola de pequena escala e os intervenientes da produção de grande escala, incluindo processadores e grandes multinacionais envolvidas no agro negócio, nem sequer são mencionados no último plano de redução da pobreza (Woodhouse, 2012).

Se considerarmos a estratégia para a redução da pobreza em Moçambique como uma aplicação da agenda a favor do pequeno agricultor e a favor do agro-negócio, pode argumentar-se que as ligações entre a pequena agricultura comercial e a estratégia de desenvolvimento mais alargado, que vê os investidores estrangeiros como actores chave, foram seriamente negligenciadas. Isto tem os seus fundamentos conceptuais numa visão duradoura mas enganadora das sociedades agrárias em Moçambique. Desde a independência, a política agrária da Frelimo assentou numa concepção dualista das sociedades agrárias moçambicanas: agricultores de subsistência (Wuyts, 2001) – que depois se tornaram pequenos agricultores – em oposição aos empreendimentos comerciais (O’Laughlin, 1996). A falha em reconhecer a heterogeneidade das sociedades agrárias, que inclui a compreensão dos processos não lineares de diversificação da subsistência rural e de estratificação de classe, bem como o funcionamento das interações da actividade agrícola e do trabalho não agrícola assalariado, impulsionados por um processo duradouro de mercantilização da economia agrária (Ibid.), moldou o discurso e a prática do desenvolvimento em Moçambique até hoje. Particularmente, a crença errada que a vasta maioria das populações rurais moçambicanas são constituídas por agricultores de subsistência deu lugar a caminhos *lineares* para a redução da pobreza, ao longo dos quais os agricultores de subsistência ou pequenos proprietários precisam de ser transformados em agricultores mais produtivos e semi-comerciais.

Em suma, a estratégia nacional para o desenvolvimento agrícola parece estar errada em dois aspectos principais: baseia-se numa visão simplista e enganadora das sociedades agrárias em Moçambique e, conseqüentemente, falha na abordagem das ligações entre a produção agrícola de pequena escala e o agro-negócio. Compreender a diferenciação, relações de trabalho e as relações entre trabalho e capital é a base sobre a qual se devia desenhar ou planear a política industrial, com a adequada atenção prestada ao potencial para a industrialização rural. A este respeito, tipos particulares de agro-indústria podem ser bem sucedidos na criação de emprego e na diversificação da base produtiva e comercial nas zonas rurais, através de ligações produtivas a montante e a jusante (Castel-Branco, 2002).

A recuperação parcial do sector do caju

Depois de ter gozado de fama inglória devido ao colapso na produção e processamento, o sector do caju em Moçambique volta a ganhar força. As vezes mais convincentes no debate sobre as determinantes da falência do sector da castanha de caju (especialmente a sua indústria de processamento) apontaram o efeito prejudicial das políticas de liberalização e privatização – especificamente a redução apressada da taxa de exportação – forçada pelo Banco Mundial, mas vai para além do âmbito deste estudo empenhar-se e envolver-se neste debate (Cramer, 1999; Pereira Leite, 1999; Hanlon, 2000; McMilan, Rodrik & Welch, 2002; Aksoy & Yagci, 2012). No entanto o sector parece estar a caminho de uma recuperação parcial. A produção mais do que duplicou entre 2001 e 2008 – de 16.000 a 49.000 toneladas – e uma nova geração de fábricas de processamento está a consolidar-se no Norte do país, com cerca de 25 fábricas de processamento a funcionar a nível nacional (ACI, 2010).

No seu estudo encomendado pelo Banco Mundial, Aksoy & Agci (2012) afirmam que a limpeza completa de processadores de capital intensivo era necessária para o surgimento de uma nova geração de fábricas: de trabalho intensivo e mais eficiente. Esta parece ser uma descrição parcial: se as novas fábricas são mais eficientes que as anteriores ainda está por se demonstrar. O que é mais claro é que o renascer gradual do sector foi possível devido à interacção e colaboração de diferentes actores: o governo, doadores, sector privado e bancos (Boys, 2012), em que a importância do apoio dos doadores e a melhoria do acesso ao crédito¹ foram sublinhados por muitos (Simoneti et al., 2007; Paul, 2008; ACI, 2010). Adicionalmente, os processadores locais estão protegidos por uma taxa de exportação – mantida a 18% desde 1999 (Aksoy & Yagci, 2012). O rendimento da taxa é gerido pela organização semi-governamental Incaju, cuja função é promover a produção e comercialização do caju através do fornecimento de serviços de extensão a nível distrital (ACI, 2010).

As novas fábricas localizam-se perto das áreas de produção de caju – de facto, a maioria dos novos processadores encontram-se na província de Nampula, que produz 40% do caju nacional. Estes processadores de pequena escala necessitam de ser integrados em redes de fornecedores-compradores que funcionem bem. Em termos de fornecimentos, a proximidade geográfica com os produtores assegura custos de transporte mais baixos e, possivelmente, esferas geográficas de interesse para o fornecimento de matéria-prima. No que respeita a compradores, tanto localmente – apesar do mercado limitado – como internacionalmente, os

¹ A ONG mais importante envolvida no renascimento da actividade de processamento de castanha de caju é a ONG americana Technoserve, que oferece apoio técnico e financeiro aos empreendedores privados desde 1998. A Technoserve pode oferecer apoio financeiro graças à sua parceria com o GAPI, uma instituição financeira não bancária especializada na concessão de crédito ao sector agrícola. No entanto, sendo a GAPI muito pequena para mobilizar os fundos necessários para financiar o capital de giro, essa questão foi superada através da participação da USAID em parceria com uma instituição bancária moçambicana.

processadores de pequena escala precisam de conseguir colocar com sucesso os seus produtos no mercado: manter baixos os custos de produção e transporte para serem competitivos e trabalhar a marca dos seus produtos adequadamente. Por exemplo, a maioria das fábricas em Nampula está organizada na associação *Agro Industriais Associados (AIA)*, através da qual exportam conjuntamente os seus produtos para um comprador na Europa.²

O renascer da actividade de processamento de caju é interessante no contexto da industrialização e desenvolvimento rurais. Em primeiro lugar, pode criar emprego nas áreas rurais tanto para mulheres como para homens. Em segundo lugar, pode funcionar como incentivo para aumentar a produção de castanha de caju. Em terceiro lugar, beneficia de um desenvolvimento mais alargado de áreas particulares, podendo ao mesmo tempo contribuir para tal desenvolvimento, como, por exemplo, através da infra-estrutura para manter baixos os custos de transporte e produção. No entanto, o sucesso da actividade de processamento para funcionar e oferecer benefícios precisa de ser examinada a nível micro. Que tipo de emprego geram as fábricas de processamento e para quem? Quais são que os trabalhadores e outros intervenientes enfrentam? De que forma a actividade de processamento do caju interage com os processos da diversificação da subsistência e da diferenciação rural? Estas são algumas das perguntas que tentamos abordar ao examinar alguns aspectos da renascida actividade de processamento na província mais a Norte de Cabo Delgado. Considerando que as mulheres constituem a maioria da força de trabalho no processamento do caju, as questões acima mencionadas serão analisadas através de uma perspectiva de género.

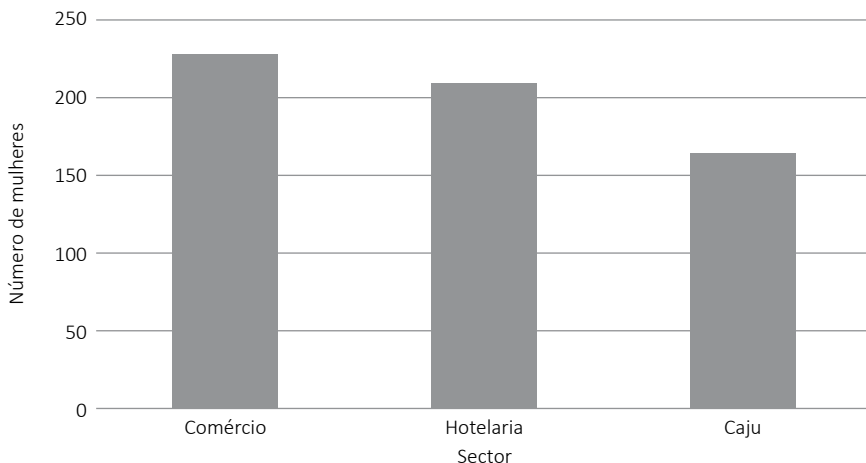
Processamento de caju em Cabo Delgado: A Fábrica Korosho e as Associações de Mulheres

Podem levantar-se três razões principais para olhar para a actividade de processamento de caju em Cabo Delgado. Primeiramente, a produção, comercialização e processamento de caju estão a ser promovidos na província (principalmente pelo Incaju, em parceria com actores privados, doadores e bancos) e envolve um número crescente de intervenientes a nível local, tais como produtores de diferentes escalas, comerciantes e processadores. O Incaju (relatórios provinciais 2011 e 2012) afirma que a actividade informal de processamento está a crescer, possivelmente indicando que o mercado local para o processamento de caju está a expandir-se marginalmente, se bem que essa expansão seja ainda muito limitada. Em segundo lugar, as novas fábricas de processamento estão, na sua maioria, concentradas na província de Nampula e,

2 O único comprador é o intermediário holandês Global Trading & Agency BV (ACI, 2010).

dada a capacidade de produção e a proximidade do corredor de Nacala,³ pode haver oportunidade para desenvolvimentos significativos na actividade de processamento na província de Cabo Delgado. Em terceiro lugar, a indústria de processamento de caju parece constituir uma das muito poucas oportunidades de emprego (rurais), emprego assalariado ou não, disponível para mulheres (ver Gráfico 1) – especialmente aquelas com baixo nível de educação.

Gráfico 1: Mulheres empregadas por sector



Fonte: Feito pela autora utilizando dados fornecidos pelo governo da província de Cabo Delgado, Balanço PES 2011

A nível nacional, a maior parte do caju é actualmente produzido e processado na província de Nampula (aproximadamente 40% da produção nacional do caju bruto), seguida por Inhambane (21%) e Cabo Delgado (12%). É importante referir que os únicos dados existentes sobre o volume da produção, exportação e processamento do caju são recolhidos pelo Incaju que reconhece existirem algumas questões de fiabilidade: a persistência do comércio informal tende a produzir subestimação das quantidades de caju comercializadas e exportadas, há falhas nos procedimentos de monitoria e inspecção, e o caju retido para consumo próprio continua excluído das estatísticas (ACI, 2010; Incaju, 2011).

De acordo com o Incaju, do caju que foi comercializado no ano passado em Cabo Delgado, 3.119 toneladas - a maior parte - foram exportados para a Tanzânia, seguido por 2.317 toneladas exportadas através do porto de Nacala, 1.123 toneladas foram compradas pela fábrica Korosho, 1.038 toneladas foram vendidas para as fábricas em

³ O corredor de Nacala liga o Malawi ao porto de Nacala, na província de Nampula, que é o principal canal de exportação no Norte de Moçambique. O corredor de Nacala é um dos três “corredores de desenvolvimento” - canais de comércio - que atravessam Moçambique.

Nampula, e 140,28 toneladas foram processadas informalmente na província (ver a Tabela 1).

Tabela 1: Toneladas de caju comercializadas na Província de Cabo Delgado

7.736 toneladas	Castanha de caju comercializada na província de Cabo Delgado 2011-12
3.119	Exportadas para a Tanzânia
2.317	Exportadas através do porto de Nacala
1.123	Compradas pela Fábrica de Korosho
1.038	Compradas pelas fábricas na Província de Nampula
140	Processadas informalmente em Cabo Delgado

Fonte: *Incaju (2012)*

Em Cabo Delgado, a actividade de processamento está actualmente concentrada em dois locais: a fábrica Korosho⁴ no distrito de Chiúre (na parte Sul da província) e três associações de mulheres no distrito de Nangade, onde a maioria do caju é produzido.

As novas fábricas nascidas na década de 2000, diferentemente das anteriores, são de trabalho intensivo: há uma dependência substancial nas técnicas manuais, enquanto o uso de máquinas é reduzido ao mínimo (Kanji et al., 2004; ACI, 2010; Krause & Kaufman 2011). Muitas das fábricas de processamento estão localizados no chamado triângulo do caju (Paul, 2008), na província de Nampula - o triângulo estende-se entre Monapo, Murrupula e Moma - devido à proximidade com as áreas de produção e expedição, para minimizar os elevados custos de transporte. A infra-estrutura pobre tem sido identificada como um dos entraves internos mais críticos que precisam de ser superados para que o sector do caju possa florescer (Cramer, 1999). À semelhança dos processadores de Nampula, a fábrica Korosho foi inaugurada em 2006 e, apesar de estar localizada fora do triângulo de caju, está relativamente perto do corredor de Nacala. Sendo a única fábrica de processamento em funcionamento em Cabo Delgado, é um dos mais importantes compradores da castanha de caju produzida na província. Curiosamente, a fábrica Korosho é propriedade de uma multinacional indiana ETG World⁵ que opera em 28 países (muitos dos quais países africanos) que se dedicam à produção, comercialização e processamento de vários produtos agrícolas incluindo o caju, que é processado na Tanzânia e em Moçambique. Em seguida, o produto é exportado para os EUA, Índia e Europa para um segundo processamento. Uma série de estudos (Harilal et al., 2006; ACI, 2010) mostrou que a maior parte do valor criado reverte para a segunda fase de processamento e comercialização - estima-

4 'Korosho' significa 'castanha de caju' em Kiswahili, Shimaconde e Macua

5 De acordo com as informações contidas em seu website (<http://www.etgworld.com/>), ETG comercializou 63.645.5 toneladas de castanha de caju em 2011. As fábricas de processamento na Tanzânia e Moçambique exportam os seus produtos sob uma única marca, Korosho.

se que apenas 18% do valor acrescentado é retido por Moçambique (ACI, 2010). A fábrica emprega actualmente entre 300 e 350 trabalhadores, aproximadamente um terço homens e dois terços mulheres.

No distrito de Nangade, existem actualmente três associações. Dois grupos, Umulikungu e Luísa Diogo, estão baseados em Litingina (aldeia muito perto da fronteira com a Tanzânia) e o terceiro, Unidade, está em 'Ntamba de Makonde. No geral, entre 50 e 60 mulheres são membros destas associações. Umulikungu foi a primeira a ser criada em 2001 como resultado de uma mulher que se mudou da Tanzânia para Litingina e ensinou as outras mulheres a processar a castanha de caju - nos distritos Norte de Cabo Delgado verificou-se o regresso parcial de migrantes após o fim da guerra civil em 1992 e, ainda mais, com a implantação do regime de pensões para aqueles que participaram na guerra pela independência. Diferentemente das outras duas associações, a Umulikungu recebeu apoio da Sociedade Comercial Messalo, Lda., empenhada em garantir um mercado para a castanha de caju processada, incluindo exportação do produto através do comércio (Sociedade Comercial Messalo Lda, 2003). O projecto original incluía três objectivos: a legalização da associação, a construção de uma pequena unidade de processamento manual (localmente referida como fabriqueta, literalmente “pequena fábrica”) e formação contínua. O projecto foi apenas parcialmente implementado: o produto acabou por ser comercializado apenas localmente e a associação nunca foi totalmente legalizada. No entanto, o apoio recebido por este grupo é visível nos rendimentos auferidos pelas mulheres em comparação com os rendimentos das mulheres nas outras duas associações - isto será discutido com profundidade mais adiante nesta secção. Todas as três associações estão actualmente a vender os seus produtos nos mercados locais, principalmente na cidade de Pemba.

Como se organiza e se divide o trabalho?

A fábrica e as associações utilizam procedimentos similares para processar o caju. Técnicas de trabalho intensivo prevalecem em ambos os casos: as associações não têm máquinas, limitando-se estas aos fornos. Na fábrica Korosho formam recentemente introduzidos quebra-nozes, embora a maioria da quebra da castanha continue a ser feita manualmente. Contudo, o trabalho está organizado de forma diferente. Nas associações, uma pessoa segue toda a actividade de processamento do início ao fim; de facto, muitas vezes as mulheres trabalham nas suas próprias casas. Na fábrica, a actividade de processamento é organizada em três fases distintas: na primeira, os homens e as mulheres, juntos, quebram as nozes e retiram o miolo; a segunda, é para descascar, e a última é para a classificação. Estas duas últimas fases de trabalho são inteiramente desempenhadas apenas por mulheres. Em ambos os casos, porém, parece haver um controlo masculino durante o processo de produção. Na fábrica, todos os

supervisores da superfície, salvo um, são homens. A primeira secção, onde homens e mulheres trabalham juntos, parece ser a única onde é possível receber um salário ligeiramente superior. Nas associações, as mulheres indicaram que dependem dos maridos para o aprovisionamento do produto (ou seja, a matéria-prima para processar).

Quem é o dono dos meios de produção?

Sem dúvida, todos os trabalhadores da fábrica são trabalhadores assalariados. Contudo, é interessante notar que as mulheres nas associações, que se esperava poderem trabalhar por conta própria, só parcialmente controlam os meios de produção: o fornecimento dos meios de produção é assegurado quer pela Sociedade Comercial Messalo, Lda., ou pelos membros masculinos das famílias das mulheres, indicando, assim, que as mulheres não são as *donas* da actividade de processamento. Parece que lhes falta dinheiro tanto *antes* como *depois* da actividade de processamento: o capital necessário para a compra de caju bruto e os rendimentos monetários obtidos através das vendas do caju processado parecem não ser suficientes.

Quanto trabalho para quanto dinheiro?

Nas associações as horas de trabalho são flexíveis e, adicionalmente, a actividade de processamento não segue um padrão regular devido à falta de matéria-prima. Quando o caju bruto está disponível, as mulheres entrevistadas disseram que uma pessoa pode processar até 6 kg de caju bruto por dia. As associações compram castanha de caju a 30 MT/kg e vendem a 200 MT/kg, mas é muito difícil calcular em dinheiro os rendimentos mensais auferidos porque as quantidades processadas variam grandemente dependendo da capacidade financeira para comprar o caju bruto. Na fábrica, os trabalhadores iniciam o trabalho às 6 da manhã e normalmente terminam ao início da tarde, mas não existe um número específico de horas de trabalho diário porque os trabalhadores são pagos de acordo com a quantidade produzida. Com base na informação fornecida pelos trabalhadores, os salários mensais podem variar entre 500 Mt e 2.000 MT (equivalente a 16-65 USD e menos de metade do actual salário mínimo) – ver Tabela 2 para informação mais detalhada.

Tabela 2: Estimativa dos salários dos trabalhadores na fábrica Korosho

Quebra	8.85 Mt/kg	10-12 kg por dia por pessoa	De 500 a 2.000 MT por mês	Homens e mulheres
Descasque	9.50 Mt/kg	3 kg por dia por pessoa	De 500 a 1.000 MT por mês	Só mulheres
Classificação	1.35 Mt/kg	65-70 kg por dia por pessoa	1.500 MT por mês em média	Só mulheres

Fonte: Autora com base em informações fornecidas pelos trabalhadores

Agora a discussão vai evoluir em torno de quatro temas: a produção com restrições de sazonalidade, divisão do trabalho por género e funções, diferenciação e utilização de rendas em dinheiro e investimentos e infra-estrutura, que serão discutidos em separado.

Sazonalidade e absentismo sazonal

Sazonalidade e absentismo sazonal são duas questões interessantes que surgiram durante a investigação de campo. São de diferente natureza mas acabam por limitar a produção a padrões sazonais.

Sazonalidade e acesso ao crédito: problema de oferta ou de procura?

No caso das associações, uma das principais dificuldades que as mulheres enfrentam é a falta de capacidade financeira para comprar grandes quantidades de matéria prima que lhes permita assegurar continuidade na actividade de processamento durante todo o ano. Isto significa que, sem apoio externo, elas normalmente só são capazes de adquirir quantidade de matéria prima suficiente para processar o caju durante alguns meses do ano, a maior parte na época da colheita. A obtenção de empréstimos constituíram uma tentativa para ultrapassar este problema. Todas as associações receberam um único empréstimo do governo local mas tiveram dificuldades em o reembolsar. Esta experiência sugere que o problema do acesso ao crédito, conhecido como um dos entraves à produção (Cramer, 1999; Simonetti et al., 2007; Krause & Kaufman, 2011), é exacerbado pela falta de capacidade organizacional, pela falta de redes comerciais consolidadas e por fracas infra-estruturas. Simonetti *et al.* (2007: 143) apontam correctamente que o fraco acesso ao crédito “não somente, nem talvez principalmente, diz respeito ao lado da oferta, mas também ao lado da procura: designadamente o que é preciso fazer para tornar produtiva a produção rural de pequena e média dimensão e, conseqüentemente, ‘bancável’”.

O fenómeno do *associativismo* tem uma longa história em Moçambique que data do tempo da produção colectiva da Frelimo nas áreas rurais. A continuidade do ‘modelo da associação’ até aos dias de hoje está possivelmente associada às expectativas (muitas vezes não cumpridas) de receber apoio financeiro do governo ou das ONGs, pelo menos na província do Cabo Delgado. No entanto, a capacidade efectiva das associações prestarem apoio social ou criar capacidade de produção já foi questionada (O’Laughlin, 2009). Para que o modelo da associação constitua uma forma realista de desenvolver capacidade produtiva e não apenas um canal parcialmente bem-sucedido para a acumulação individual, é necessário ultrapassar vários obstáculos. Por exemplo, a procura doméstica limitada de castanhas processadas lança algumas dúvidas sobre a sustentabilidade do modelo da associação, a menos que sejam estabelecidas ligações comerciais de sucesso com compradores externos, ainda que passe a haver estratégias

de marketing adequadas e actividade de processamento regular. A este respeito há uma lição a aprender da parceria entre a ONG americana Technoserve (rotagonista chave na prestação de apoio técnico aos processadores em Nampula) e a GAPI (a instituição financeira não bancária), que utilizou uma forma específica de *empréstimo* na *cadeia de valor* hoje considerado um dos determinantes do ressurgimento da indústria de processamento do caju de Nampula. Esta forma de empréstimo caracteriza-se pela *‘integração do fornecimento de crédito com a melhoria activa da capacidade de pagamento do devedor’* (por exemplo, prestação de serviços empresariais) e visa o desenvolvimento de redes de produtores e comerciantes ao longo de uma cadeia de valor (Simonetti et al. 2007: 144).

Absentismo sazonal: escolha no meio da abundância ou restringida pela escassez?

No caso da fábrica, regista-se uma situação de altos níveis de absentismo, especialmente durante a época chuvosa. Isto ficou imediatamente patente nas entrevistas tanto com trabalhadores como com gerentes. Paul (2008) apresenta problemas semelhantes relacionados com o absentismo elevado no seu estudo para a Techonserve sobre as fábricas em Nampula.

De acordo com o gerente da fábrica, entre Dezembro e Fevereiro (época chuvosa), o número de trabalhadores reduz-se de 300 para 100/150. Isto acontece porque durante a época chuvosa é necessário mais trabalho nas *machambas* (lotes de terra), pelo que os trabalhadores da fábrica vão trabalhar com menos regularidade ou abandonam o seu trabalho durante várias semanas de forma a desenvolverem trabalho agrícola nas suas *machambas*. O gerente da filial de Korosho explicou este fenómeno em termos culturais:

‘Aqui as pessoas têm uma cultura de trabalho diferente’ (Gerente da filial de Korosho, comunicação pessoal, Julho de 2012)

Os muito poucos trabalhos que fazem referência ao problema do absentismo (Krause & Kaufman, 2011) fundamentalmente falham por não o associar aos padrões sazonais de trabalho agrícola e o único trabalho que faz esta associação. Paul (2008) explica a questão do absentismo em termos de reacção socio-cultural à transição da sociedade agrária para a industrial, ‘do campo para a fábrica’:

‘Aqui as escolhas de trabalho são vistas como ocasionais, transitórias e um complemento, não um substituto, do trabalho agrícola.’
(Paul, 2008: 15)

Estas afirmações são fundamentalmente problemáticas e enganadoras ao explicarem o trabalho como uma escolha, em vez de o compreenderem como resultado da

diversificação dos meios de subsistência – a necessidade dos agregados familiares se envolverem em actividades múltiplas para se reproduzirem. Existem dois factos importantes que fundamentam este argumento.

Apesar de a importância dos mercados de trabalho em contextos rurais ter sido muitas vezes negligenciada, foi minuciosamente documentado que o emprego assalariado rural desempenha um papel fundamental na subsistência das pessoas das zonas rurais, tanto mulheres como homens (Cramer et al., 2008). Todos os trabalhadores entrevistados disseram que costumavam fazer *kibarua* (emprego assalariado baseado em tarefas, conhecido em Português como *ganho-ganho*) antes de trabalharem na fábrica, indicando assim que o estatuto de trabalhador assalariado não é para eles necessariamente uma novidade nem o é, muito provavelmente, para muitas pessoas que vivem no Moçambique rural. De facto, alguns deles argumentaram: '*Este é o nosso actual kibarua*', referindo-se ao seu trabalho na fábrica.

Adicionalmente, pesquisa de campo em diferentes áreas da província de Cabo Delgado revelou que uma das formas mais comuns de usar o rendimento monetário ou o salário, quando atingem um nível económico suficiente para isso, é a contratação de trabalhadores agrícolas sazonais. Todos os trabalhadores da fábrica entrevistados, bem como as mulheres nas associações (especialmente aquelas da Umulikungu), indicaram que utilizam parte dos seus rendimentos monetários para contratar trabalhadores agrícolas, durante todo o ano nalguns casos, e na época chuvosa em todos os outros. Esta situação sugere, fortemente, que o absentismo sazonal é mais uma consequência dos salários baixos (que não são suficientes para contratar trabalhadores agrícolas numa base regular ou em número suficiente), do que de uma verdadeira escolha que o indivíduo faz em ser agricultor em vez de trabalhador assalariado em determinadas épocas do ano.

Pode-se, seguramente, argumentar que a agricultura é considerada como tendo um valor muito elevado (tanto comercialmente como para o consumo de alimentos), percepção esta que coincide com a realidade, não sendo, porém, a razão pela qual muitos indivíduos optam por ser agricultores. Isto levanta uma questão mais geral sobre quem são as populações rurais. Há uma discrepância entre a linguagem comumente utilizada quando alguém diz 'Eu sou agricultor' e as actividades económicas efectivamente desempenhadas para ganhar a vida. Existe uma forte necessidade de se ser claro sobre a importância que a economia de dinheiro desempenha na vida das pessoas rurais: nesta altura, o processo de mercantilização está tão profundamente enraizado que atinge os bens mais básicos, como a água. As populações rurais têm que se envolver num conjunto diversificado de actividades económicas porque nenhuma delas, só por si, lhes oferece a cobertura total das suas necessidades monetárias. Neste contexto, o estabelecimento das fábricas de caju parece aprofundar e moldar processos de formação de classes, mas não os cria de raiz.

Divisão de trabalho por género e funções

Tendo sublinhado a importância dos mercados de trabalho rurais e da diversificação das actividades económicas, é de equivalente importância não negligenciar as tensões na alocação do trabalho entre trabalho remunerado e não remunerado, especialmente no caso da participação feminina no trabalho remunerado.

De acordo com Bryceson (1980), a participação das mulheres na força de trabalho ou o seu envolvimento em actividades remuneradas monetariamente ocorre pela fuga às relações capitalistas de reprodução humana. No caso da actividade de processamento do caju, tanto na fábrica como na associação, as mulheres envolvem-se com trabalho assalariado na forma de ‘subsunção real ao controle masculino familiar’, como lhe chamou Bryceson (Ibid.), significando que as mulheres obtêm permissão dos seus maridos ou de outros membros masculinos da família para trabalhar fora da sua casa, ou, eu acrescentaria, é dito às mulheres, ou são incentivadas pelos seus parceiros masculinos, para trabalharem fora do lar e assim contribuírem para as necessidades económicas da família. Por outras palavras, a alocação de mão de obra, entre trabalho produtivo e reprodutivo, muda devido à compulsão económica, havendo, porém, muitas vezes uma falta de simetria entre os ganhos económicos das mulheres na esfera produtiva e as suas perdas em responsabilidades reprodutivas ou, pela mesma razão, na capacidade de ganhar dinheiro e na capacidade de o controlar. Por exemplo, a maior parte das mulheres no Umulikingo reclamam que entregam os seus rendimentos em dinheiro aos maridos por forma a continuarem a ganhar o seu consentimento para trabalhar na associação. Nas associações, é evidente que, apesar de as mulheres serem os únicos membros e únicas trabalhadoras, existe um controlo masculino esmagador sobre o processo de produção.

Em Cabo Delgado e noutros locais, as oportunidades de emprego para as mulheres devem ser calorosamente recebidas e, juntamente com mais empregos, as políticas para resolver a carga acrescida das responsabilidades e funções múltiplas das mulheres. Por exemplo, a fábrica Korosho tem uma creche dirigida por uma trabalhadora paga pela fábrica onde as mulheres podem deixar as suas crianças durante as horas de trabalho. No entanto, a fábrica não oferece licença de maternidade paga: as mulheres grávidas podem deixar os seus empregos antes e depois de darem à luz durante meses, podendo mais tarde voltar ao trabalho. A falta de segurança do emprego é, porém notável: os laços contratuais são tão ténues que os trabalhadores sob contrato e os que não o têm recebem igual tratamento, lamentaram-se alguns trabalhadores. Com efeito, a rotatividade é tão alta que alguns trabalhadores são admitidos na fábrica numa base diária para substituir aqueles que estão ausentes. Por outras palavras, a flexibilidade nos padrões de trabalho – assegurada por contratos muito fracos ou não existentes – pode ser vista como funcional para as responsabilidades múltiplas de mulheres e homens.

Porém, ao mesmo tempo, é funcional para a incapacidade, ou falta de vontade, do empregador em oferecer salários adequados e segurança no emprego, e exacerbada pela carência de políticas sociais que protejam os direitos dos trabalhadores.

Em suma, as associações do caju e a fábrica Korosho em Cabo Delgado ilustram duas questões. Em primeiro lugar, a participação de mulheres no trabalho remunerado pode não se traduzir na sua capacidade de controlar os seus rendimentos e, em segundo lugar, as mulheres – e em menor grau os homens – têm responsabilidades múltiplas que estruturam o seu compromisso com o trabalho remunerado. Por conseguinte, um entendimento claro das contradições e tensões, incorporadas na contrária imagem cor-de-rosa das mulheres a entrarem no trabalho remunerado, deve definir as bases das oportunidades de emprego apoiadas por níveis dignos de protecção dos trabalhadores.

Investimentos e infra-estrutura

Com base no conjunto de dados CPI⁶ e na pesquisa de campo realizada em Junho de 2012, existem dois sectores principais onde o investimento privado parece estar concentrado na província de Cabo Delgado: agricultura/agro-indústria e turismo. Em comparação com outros sectores tais como a aquacultura e a pesca, indústria e *outros* (como classificado pelo CPI), o número e entidade dos projectos na área da agricultura e turismo destacam-se notavelmente, com 27 empreendimentos em funcionamento na primeira área e 21 na última. Se bem que a indústria da madeira seja, de longe, a predominante na agricultura e no sector agro-industrial, existem outros tipos de investimento privado a fluir para o sector, especialmente nos distritos do sul. A maioria dos projectos em funcionamento está concentrada na cidade de Pemba, seguida por Montepuez (segunda maior cidade em Cabo Delgado) e depois Chiure, sugerindo que os empreendimentos privados operam principalmente no sul da província.

Os distritos do sul de Cabo Delgado gozam de melhor infra-estrutura (especialmente estradas), relativamente aos distritos do Norte, além de que estão mais próximos e possuem melhores ligações à província de Nampula e ao corredor de Nacala. O corredor de Nacala é um dos três ‘corredores de desenvolvimento’ (canais de comércio) que atravessam Moçambique ligando o Malawi, o Zimbabwe e a África do Sul a três portos de Moçambique (Krause & Kaufman, 2011). Desnecessário será referir que a proximidade ou boa ligação aos maiores canais de comércio é crucial para uma indústria orientada para a exportação.

⁶ CPI - Centro de Promoção de Investimento, que é a única instituição que tem conjuntos de dados oficiais sobre os compromissos de investimento privado por província. É importante ressaltar que os dados do CPI estão incompletos e ultrapassados - na verdade, a pesquisa de campo realizada sobre o investimento privado teve como objetivo, em parte, verificar a confiabilidade dos dados disponíveis.

Chiure tem uma agricultura desenvolvida em comparação com outros distritos de Cabo Delgado. É atravessado pela estrada que liga Pemba a Nampula e, em Chiure Sede, existem dois postos de gasolina e um banco. Um dos mais antigos empreendimentos agro-industriais de Cabo Delgado está baseado em Chiure: a *Chiure Comercial e Agrícola* é uma empresa portuguesa com gestão familiar especializada na produção, comercialização e processamento de produtos agrícolas (principalmente milho, verduras e feijão) desde 1948. Outros investimentos no sector agro-industrial têm vindo a ocorrer no distrito mais recentemente e incluem plantações de banana e de cana-de-açúcar para exportação. Parece que a proximidade com o corredor de Nacala e a presença de infra-estrutura relativamente aceitável desempenham um papel chave na atracção do investimento em Chiure e, de forma mais genérica, nos distritos da região Sul de Cabo Delgado. Isto sugere que as estratégias para o desenvolvimento rural deverão abordar adequadamente as ligações entre os sectores agrícola e industrial bem como os canais através dos quais a população rural pode beneficiar com os desenvolvimentos agro-industriais.

No distrito de Nagade o cenário é completamente diferente. Nagade é um dos distritos mais *remotos* da província, especialmente devido à sua distância dos centros urbanos mais significativos (Pemba, Nampula) e às más condições das estradas. Para além das muito poucas redes dinâmicas de comércio ‘informal’ – devido à proximidade com a Tanzânia -, não existem projectos significativos. Sendo Nagade a principal área produtora de caju na província, o Incaju apoiou a construção de uma fábrica de processamento de pequena escala no distrito, que foi inaugurada em Abril de 2013. Contudo, a falta de infra-estrutura e a distância de um local de embarque (Nacala) aparecem como entraves para a actividade de processamento para exportação. Ao mesmo tempo, o modelo associativo não está isento de problemas, como foi discutido: escassa capacidade de organização, fracas redes comerciais, dificuldades financeiras para ultrapassar a sazonalidade, procura doméstica limitada para a castanha processada e, dependência de apoio externo, o que implica que se as associações não tiverem êxito em se tornarem autónomas, não serão um modo de produção adequado durante muito tempo.

Estas observações parecem sugerir que existe potencial para a expansão da actividade de processamento de caju na província de Cabo Delgado, mas isto irá depender fundamentalmente da continuação da colaboração entre os diferentes actores (governo, nacional e local, Incaju, investidores privados doadores e bancos) para fazer face às limitações (como a sazonalidade e o acesso ao crédito) e por conseguinte assegurar a sustentabilidade da actividade a longo prazo. Adicionalmente, a colaboração destes intervenientes deveria incentivar a formação de círculos virtuosos de investimento e infra-estrutura que se deveriam impulsionar mutuamente.

Conclusões

Observando com algum detalhe a actividade de processamento do caju na província de Cabo Delgado mostra alguns aspectos da complexidade das sociedades agrárias. Uma conclusão abrangente é a de que os agregados familiares rurais lutam para garantirem para si fontes múltiplas de rendimento para a reprodução, quando possível. Assim, as oportunidades de emprego (assalariado) criadas pelo sector de processamento de caju, como parecem não garantir salários ou rendimentos *suficientemente elevados*, fluem nas redes complexas de trabalho. Isto manifesta-se, por exemplo, no fenómeno do absentismo sazonal na fábrica Korosho e nos padrões de produção esporádica das associações.

Este estudo de caso mostra duas maneiras de olhar para a complexidade das dinâmicas de trabalho. Primeiramente, o auto emprego e o emprego assalariado, as economias formal e informal impulsionam-se uma à outra, levantando, pois, algumas preocupações sobre a utilização simplista e dicotómica dessas categorias. Em segundo lugar, os processos de diversificação dos modos de vida e de diferenciação rural interagem a diferentes níveis, criando, assim, trajectórias não lineares de desenvolvimento. Esta imagem está em claro conflito com o retrato das sociedades agrárias em Moçambique, constituídas por pequenos agricultores. Tomar conhecimento e compreender a interacção de formas múltiplas de trabalho dentro e fora da actividade agrícola é fundamental para desenhar estratégias seguras para o desenvolvimento rural.

Acresce que a maioria dos trabalhadores do caju é constituída por mulheres, cujo tempo tende a estar sujeito a mais exigências e responsabilidades, relativamente aos homens. Com efeito, as mulheres mantêm as suas responsabilidades e deveres na esfera reprodutiva mesmo quando participam no trabalho assalariado, o que as obriga a serem mais flexíveis e a movimentarem-se entre o trabalho remunerado e o não remunerado, conforme necessário. Isto reflecte-se claramente na natureza discriminatória do género nos mercados de trabalho: salários mais baixos e condições mais precárias oferecidas às mulheres.

Estas reflexões não pretendem de modo nenhum sugerir que estas oportunidades de emprego não são necessárias ou desejáveis: pelo contrário, elas são necessárias e muito bem vindas. Contudo, podem tomar-se algumas medidas para minimizar os efeitos negativos na produção – por exemplo, através da concessão de crédito conjuntamente com serviços para aumentar a capacidade de pagamento e superação das restrições sazonais dos mutuários – e para que homens e mulheres possam fazer face às suas múltiplas responsabilidades. Uma forma de alcançar este objectivo seria através da definição de políticas sociais de protecção aos direitos da mulher.

Parece haver potencial para a expansão da indústria de processamento do caju na província do Cabo Delgado, devido à proximidade do corredor de Nacala e à

promoção por parte do Incaju da produção da castanha de caju. Porém, a contínua e bem-sucedida colaboração dos principais intervenientes – governos nacional e local, Incaju, investidores privados, doadores e bancos – é necessária para assegurar a sustentabilidade da actividade a longo prazo. Neste sentido, a limitada procura doméstica da castanha processada e a excessiva dependência de apoios externos levanta algumas dúvidas sobre a viabilidade do *modelo* associativo, relativamente à indústria com orientação para a exportação. Acresce que o desenvolvimento de espirais virtuosas de investimento e infra-estrutura iria beneficiar a prosperidade do sector em diferentes áreas da província.

Em suma, para que o ressurgimento do sector de processamento de caju desempenhe o papel que lhe cabe nos processos de desenvolvimento e industrialização rurais, é necessário considerá-lo como parte de uma estrutura assente em visões rigorosas das sociedades rurais e com o objectivo de abordar as principais ligações entre a produção agrícola em pequena escala, emprego fora da agricultura e os novos intervenientes chave no sector agro-industrial.

Referências

- ACI (African Cashew Initiative) (2010). Analysis of the Cashew value Chain in Mozambique. GTZ, February 2010
- Amanor, K. S. (2009). Global food Chains, African smallholders and World Bank Governance. *Journal of Agrarian Change*, (9): 247-262.
- Askoy, M. A. & Yagci, F. (2012). Mozambique Cashew Reforms Revisited', Policy Research Working Paper 5939, World Bank: Washington DC.
- Boys, J. (2012). Jobs, votes and legitimacy: The political economy of the Mozambican cashew processing industry's revival. Unpublished MSc dissertation, SOAS, University of London
- Bryceson, D. (1980). 'The proletarianization of Women in Tanzania, *Review of African Political Economy*', 17, 4-27.
- Castel-Branco, C. N. (2002). An investigation into the political economy of industrial policy: The case of Mozambique. Unpublished PhD thesis, SOAS, University of London.
- Castel-Branco, C. N. (2004). Business and productive capacity development in economic growth and industrialization. Denmark new country programme for Mozambique 2005-2009, April 2004
- Castel-Branco, C. N. (2010). Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique, *Cadernos IESE*, No. 3, Maputo: Mozambique.
- Cramer, C. (1999). Can Africa Industrialize by Processing Primary Commodities? The Case of Mozambican Cashew Nuts. *World Development* 22 (7), pp.1247-66
- Cramer, C., Oya, C. & Sender, J. (2008). Lifting the blinkers: A new view of power, diversity and poverty in Mozambican labour markets. *Journal of Modern African Studies*, 46 (3)
- Cunguara, B. & Hanlon, J. (2012). Whose wealth is it away? Mozambique's outstanding economic growth with worsening rural poverty. *Development and Change*, 43 (3): 623-647

- Hanlon, J. & Cunguara, B. (2010). Poverty is not being reduced in Mozambique. LSE Crisis Research Centre.
- Harilal, K. N., Kkanji, N., Jeyaranjan, J. & Swaminathan, P. (2006). Power in Globalvalue chains: Implications for employment and livelihoods in the cashew nut industry. Summary Report, March 2006
- Incaju (2011). Plano Director do caju, 2011-2020. Maputo, Moçambique.
- Incaju (2012). Relatório Balanço Comercialização da castanha de caju. 22 de Fevereiro de 2012. Pemba, Moçambique.
- INE (Instituto Nacional de Estatísticas) (2009). Multiple indicator cluster survey (MICS) 2008. Instituto Nacional de Estatísticas: Moçambique.
- Kanji, N., Vijfhuizen, C., Artur, L. & Braga, C. (2004). Libaration, gender and livelihoods: The Mozambican cashew nut case. Summary report, March 2004.
- Krause, M. & Kaufmann, F. (2011). Industrial Policy in Mozambique. Discussion Paper 10/2011, DIE German Development Institute.
- McMilan, M., Rodrik, D. & Welch, K. H. (2002). When economic reforms goes wrong. Cashews in Mozambique. NBER Working Paper 9117. Cambridge. NBER
- O’Laughlin, B. (1996) ‘Through a Divided Glass: Dualism, Class and the Agrarian Question in Mozambique’. *Journal of Peasant Studies*, 23(4), 1-39.
- O’Laughlin, B. (2009). Rural Ssocial security and the limits of “Associativismo” in southern Mozambique. Conference paper no. 40. IESE’s II Interntional Conference. IESE: Maputo
- Paul, B. (2008) Factories in the field: rural transformation and the organization of work in Mozambique’s cashew triangle. Washington, DC: Technoserve Inc.
- Perreira Leite, J. (1999). A guerra do caju e as relações Moçambique-Índia na época pós-colonial. Documentos de trabalho no 57 CEsa, Lisboa, 1999.
- Simonetti, R., Wuyts, M & Wuyts-Fivawo, A. (2007). ‘Banking on Rural Innovation for Poverty Reduction: A Case Study of Value-chain Lending in Mozambique’. *The European Journal of Development Research*, 19(1), 136-155.
- Soiedade Comercial Messalo Lda (2003). Project proposal for cashew nut processing unit in Nangade distict, Cabo delgado. September 2003
- Woodhouse, P. (2012). Raising agriculture productivity. Conference papare no. 12 IESE’s III International Conference. IESE: Maputo
- Wuyts, M. (2001). The agrarian question in Mozambique’s transition and reconstruction. Discussion Paper no. 2011/14, WIDER, United Nations University.

Crescimento da cultura do tabaco em Moçambique: questões e desafios para um sector em transformação

Helena Perez Niño

Introdução

A partir de finais da década de 1990, a produção e o processamento de folha de tabaco para exportação expandiu-se rapidamente em Moçambique, passando de uma média de 3.000 toneladas produzidas por ano, antes de 1999, para um valor máximo de 70.000 toneladas em 2011. Nesse ano o valor das exportações de tabaco em Moçambique foi de 217 milhões de USD, representando 40,5% do valor total das exportações agrícolas. A expansão da cultura do tabaco tem tido efeitos importantes em alguns dos principais distritos agrícolas de Moçambique, como Niassa, Zambézia, Tete e Nampula, onde se concentra a maior parte da produção. Há 130.000 produtores de tabaco a produzir sob contrato e o sector inclui milhares de trabalhadores agrícolas sazonais e outros trabalhadores que participam na comercialização e processamento de folha de tabaco. A Mozambique Leaf Tobacco, filial local da Universal Leaf Tobacco, é a segunda maior empresa empregadora em Moçambique, com 5.937 trabalhadores.¹ Em termos de valor das exportações e de mobilização de mão-de-obra, o tabaco é o maior sector agrícola em Moçambique.

O presente artigo tenta preencher uma lacuna na literatura sobre as bases históricas e a estrutura do sector do tabaco em Moçambique. Apesar da sua importância, tem sido dada relativamente pouca atenção ao tabaco na literatura académica que analisa a produção agrícola em Moçambique. Além disso, na literatura existente, tem sido dado destaque a comparações trans-sectoriais que procuram avaliar o impacto socio-económico geral do tabaco. Este relatório parte do princípio de que, para se compreender melhor a dinâmica de expansão do tabaco, é preciso situar esses estudos transversais num contexto histórico.

¹ A maioria dos trabalhadores contratados directamente pela MLT trabalham sazonalmente no transporte, processamento e armazenamento pós-colheita. Cerca de 30% dos trabalhadores trabalham para a unidade de processamento na cidade de Tete e os restantes trabalham nas zonas de produção de tabaco (Benfica *et al.*, 2004; KPMG, 2011).

A análise do sector é formulada em torno de três postulados. Primeiro, de que o modelo elaborado para organizar a produção de tabaco em Moçambique reflecte tensões surgidas da transformação da indústria global do tabaco e as limitações da política agrícola nacional durante o período de ajustamento estrutural, mas que, em vez de uma estratégia para corrigir ou compensar essas tensões e limitações, o modelo as integra passivamente no carácter e no funcionamento do sector.

O segundo postulado é de que o Estado deu generosos incentivos às concessionárias de tabaco, para desenvolver a capacidade produtiva em Moçambique, mas não conseguiu ajustar o sistema de incentivos e condições à fase actual, em que o tabaco está consolidado.

O postulado final é o de que, na concepção de um modelo para a gestão de concessões de tabaco, a tónica foi posta na criação de condições para o desenvolvimento endógeno da cultura do tabaco em Moçambique, mas que não há nenhum plano director ou estratégia para ligar esse sector ao resto da economia ou para criar mecanismos para canalizar os rendimentos do tabaco para apoiar a diversificação da capacidade produtiva de Moçambique.

Para fundamentar estes postulados, este relatório descreve o desenvolvimento e estrutura de propriedade da cultura do tabaco em Moçambique, explora os contextos global, regional e local que levaram à adopção de cultivo de tabaco, e liga o quadro institucional e a organização da produção de tabaco às principais tensões arraigadas na estrutura agrária de Moçambique e reproduzidas na formulação da política agrícola.

Consolidação da indústria global do tabaco e possível impacto em Moçambique

À medida que o consumo de tabaco foi baixando na Europa e América do Norte no final da década de 1990, África foi-se tornando um dos epicentros para os fabricantes de cigarros pelo que os comerciantes de tabaco em folha viraram a sua atenção para o continente, como fonte de folha de tabaco barata e como o mercado de consumo de cigarros em mais rápido crescimento (Ash, 2010). A expansão da cultura do tabaco em Moçambique dá-se no quadro destas transformações globais da dinâmica de produção e consumo de tabaco.

Nas últimas duas décadas, assistiu-se, na indústria de fabricação de cigarros, a um grande alargamento a novos mercados e à consolidação do sector, e os dois principais operadores, a Phillip Morris International – PMI – e a British American Tobacco – BAT –, tornaram-se mega-empresas, cujas receitas anuais excedem em muito o PNB da maior parte dos países produtores de tabaco.

Durante a década de 90 e no início da década seguinte, a pressão por parte das instituições financeiras internacionais para retirar a intervenção do Estado nos

mercados de produtos de base e impulsionar a privatização de sectores liderados pelo Estado teve um impacto na indústria de cigarros nos países em desenvolvimento, em que as indústrias de cigarros e bebidas alcoólicas, até então dominadas por empresas estatais, eram uma importante fonte de receita fiscal.

O capital global, sob a forma de multinacionais de cigarros, fez investimentos substanciais em novas áreas geográficas, através da aquisição de empresas estatais numa época de privatização desenfreada. Estas empresas beneficiaram do seu alargamento para economias anteriormente controladas e, mais tarde, do crescimento da procura nesses mesmos mercados mais recentes, beneficiando, ao mesmo tempo, de generosos incentivos fiscais concedidos com a intenção de atrair o investimento estrangeiro. No ponto de viragem na década de 1990, os lucros da PMI e da BAT nos mercados externos ultrapassaram os lucros acumulados nos seus principais mercados tradicionais (Hammond, 1998).

Na década de 1990, a vaga de liberalização do mercado e privatização permitiu à PMI e à BAT (nessa altura já principais produtores mundiais de cigarros com 16% e 15%, respectivamente, do mercado global de cigarros) que alargassem a sua quota de mercado e as fábricas para a Europa Central e ex-países soviéticos, para a Europa de Leste e para a América Latina. As empresas mundiais de cigarros também beneficiaram do alargamento do mercado de tabaco à China, à Índia e à Ásia Oriental durante a última década. O consumo de cigarros em África aumentou na década de 2000, tornando-se um dos pólos mais dinâmicos de crescimento da indústria, a uma taxa calculada em 4,3% ao ano nos anos 2000, bem acima da média dos países em desenvolvimento (Ash, 2010; Hammond, 1998; Jaffee, 2003).

A expansão geográfica dos fabricantes de cigarros ajudou a contrabalançar a crescente pressão regulamentar e fiscal a que estavam a ser sujeitos na América do Norte e na Europa Ocidental, e a reduzir os custos laborais e de transporte fabricando os cigarros mais perto das regiões onde compravam a maior parte do tabaco em folha. A consolidação continuou nos anos 2000, com a absorção de empresas mais pequenas por empresas mundiais de dimensões médias, como a Imperial Tobacco Group, a Altria e a Japan Tobacco (Datamonitor, 2011).

Embora enfrentando taxas de crescimento igualmente impressionantes, a indústria de compra de folha passou por um processo diferente. Nas últimas duas décadas, um grupo de oito compradores globais viu-se reduzido, por meio de fusões e aquisições, a dois grandes operadores norte-americanos. Em 1997, a Dimon Incorporated, a segunda maior empresa do mundo na altura, comprou a Intabex Holdings, sediada no Reino Unido, que era a quarta maior. Em 2007, a Dimon e a Standard Commercial Corporation (até então a terceira maior) fundiram-se para formar a Alliance One, actualmente a segunda maior empresa do mundo, depois da Universal Corporation.

Reforçando a consolidação da indústria, surgiu um modelo de negócios que se aplica à maior parte do tabaco comercializado em todo o mundo: as fábricas de cigarros multinacionais encomendam às empresas que compram tabaco em folha volumes específicos de diversos tipos e classes de folha de tabaco e fazem adiantamentos dos pagamentos. As empresas que compram tabaco em folha alavancam então esses recursos para financiar a produção através de variadíssimos mecanismos, incluindo a produção sob contrato, o sistema em vigor em Moçambique. Os insumos adquiridos por meio de crédito são deduzidos do preço pago aos produtores (Hammond, 1998).

Como se discutirá mais adiante, tratou-se de uma adaptação às profundas transformações por que passou a agricultura mundial durante o período de ajustamento estrutural, ou seja, os Estados deixarem de intervir activamente na produção e comercialização agrícola (incluindo o tabaco), tendo sido feita também a privatização do fabrico de cigarros – com o efeito combinado de ambos os processos na dissociação entre produção de tabaco e receitas fiscais.

Tanto o modelo de negócio como o domínio da compra da folha e da produção de cigarros por quatro empresas transnacionais à escala mundial levaram a que a oferta e a procura (e os preços) da folha de tabaco fossem geridas de perto. Neste processo, as empresas que compram a folha estão a redefinir o seu papel, que é cada vez mais o de controlo da produção, administrando o financiamento, e não apenas comprar folha de tabaco, e muito menos cultivá-lo.

A empresa compradora de tabaco em folha que opera em Moçambique é uma filial da Universal Corp., a maior empresa do mundo no sector. A Universal tem sede em Virgínia, EUA, e tem filiais em mais de 30 países, na Ásia, em África, na América Latina e na Europa. A folha da Universal provém dessas várias operações regionais. Esta aquisição geograficamente diversificada é considerada um dos pontos fortes da empresa. A posição da empresa no mercado não depende, pois, de um único país produtor de folha, o que ajuda a aumentar a sua competitividade global e o controlo da volatilidade agrícola. Os rendimentos da Universal, porém (no valor de 2500 milhões de USD em 2010) provém de uma base de clientes muito limitada. Segundo os dados fornecidos pela Datamonitor (2011), mais de 60% da sua receita de 2010 veio de apenas três clientes: PMI (700 milhões de USD), Japan Tobacco (570 milhões de USD) e Imperial Tobacco (250 milhões de USD).

Inter-relações entre os sectores produtores de tabaco na África Austral

O cultivo do tabaco é de grande importância para um grupo de países da África Austral (Zimbabwe, Moçambique, Malawi, Zâmbia e Tanzânia). Embora o consumo de tabaco esteja a aumentar na maior parte da África, historicamente

estes países são esmagadoramente, ainda que em fases diferentes e a níveis diferentes, exportadores líquidos de tabaco. O Malawi e o Zimbabwe são os dois maiores produtores da região e estão entre os maiores exportadores do mundo. O crescimento da produção de tabaco na Tanzânia, em Moçambique e na Zâmbia pode relacionar-se com a queda da produção de tabaco que se deu no Zimbabwe entre 1998 e 2006. Da mesma forma, a liberalização do tabaco no Malawi traduziu-se num aumento acentuado da produção de tabaco Burley, dado que os pequenos produtores agrícolas foram autorizados a cultivar tabaco pela primeira vez, mas não tinham capacidade financeira para o investimento necessário para produzir tabaco Virgínia. O aumento do volume de produção coincidiu com uma longa descida dos preços, o que, para o Malawi, se traduziu numa perda líquida de receitas do tabaco, apesar do considerável aumento da produção a partir de meados da década de 1990. Nos últimos três anos, as exportações do Zimbabwe recuperaram e o Zimbabwe tem, de novo, o valor mais alto de exportações, totalizando as exportações para os EUA 664 milhões de USD em 2011 contra 570 milhões do Malawi e 217 milhões de Moçambique (ver Gráficos 1-2 e Tabela 1). Normalmente, o tabaco africano é vendido por uma fração do preço do tabaco produzido nos EUA, o que sublinha as diferenças consideráveis de qualidade dos produtos e o baixo nível de salários praticado para o trabalho agrícola (FAO, 2003).²

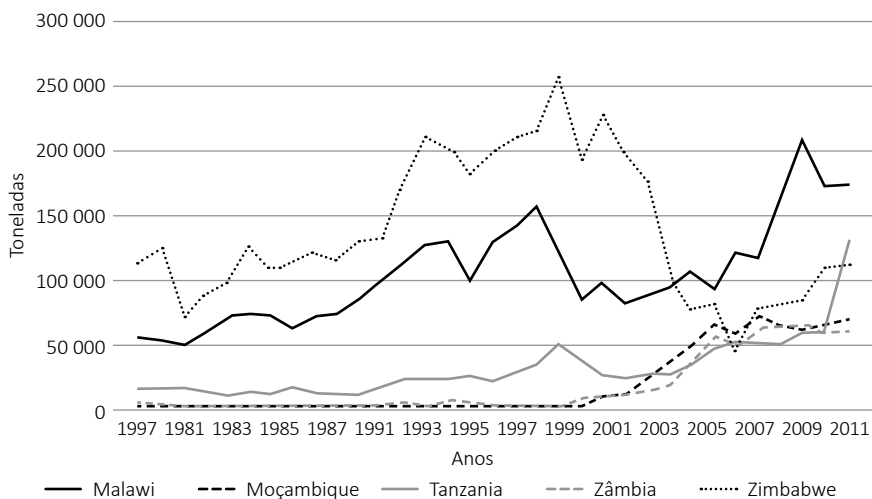
Algumas características geopolíticas poderiam ajudar a explicar esta especialização regional no tabaco. Como afirmado noutra lugar, a África Subsaariana concentra um grande número de países sem saída para o mar e tem algumas das mais longas distâncias para os portos do mundo. A massa territorial comparativamente extensa e o lento desenvolvimento da infra-estrutura de transporte impõem restrições quanto ao que pode ser exportado com lucro e levam a uma propensão para a especialização em matérias-primas não perecíveis de elevado rácio valor/volume (Perez Niño, 2014).³

Em comparação com outras exportações agrícolas não perecíveis, o tabaco distingue-se por ter maior rendimento por hectare, mas também por uma maior exigência de mão-de-obra (FAO, 2003). O rendimento comparativo por hectare poderia ajudar a explicar a continuação da produção de tabaco em economias predominantemente agrícolas e em economias com sectores agrícolas dinâmicos distantes dos portos (Malawi, Zimbabwe); o potencial de geração de emprego da cultura do tabaco pode também ser funcionalmente complementar em economias dominadas por sectores de mineração que exigem menos mão-de-obra (Zâmbia, Moçambique).

2 Em 2000, o preço/kg era de 1,15 USD para o Burley malauiano contra 4,31 USD para o Burley produzido nos EUA (FAO, 2003).

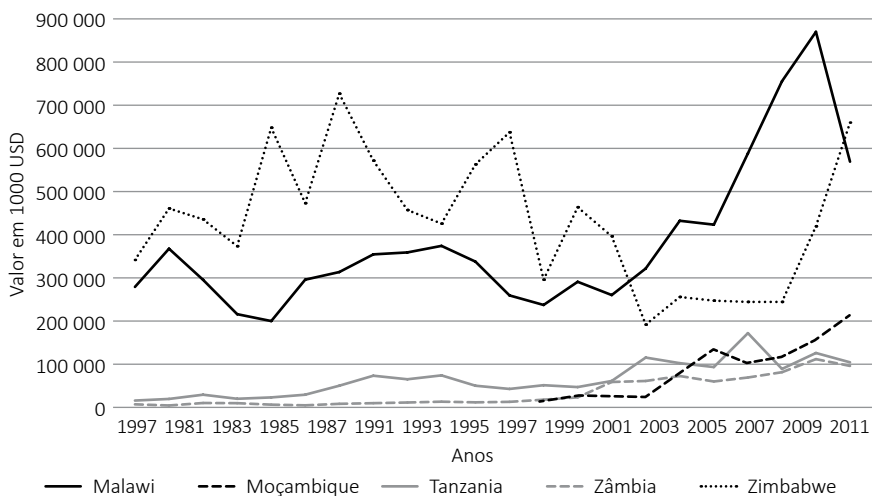
3 Estas considerações geopolíticas raramente são tratadas nos estudos de substituição de culturas no âmbito da literatura mais abrangente produzida pelo *lobby* anti-tabaco (ver, por exemplo, Drum Commodities 2012, FAO 2003).

Gráfico 1: Produção de tabaco por país 1979-2011 (toneladas)



Fonte: FAOStat 2013

Gráfico 2: Valor das exportações por país, 1990-2011 (1000 USD)



Fonte: FAOStat 2013

Tabela 1: Principais indicadores do tabaco

	Volume de produção 2011 (mt)^a	Valor de exportação em 2011 (1 000 USD)^a	Tabaco como % do PIB em 2011^b	Tabaco como % de exportações em 2011^b
Malawi	174.928	570.321	10,15	34,29
Moçambique	70.000	216.945	1,73	5,87
Tanzânia	130.000	106.585	0,45	1,44
Zâmbia	60.329	100.778	0,52	1,14
Zimbabwe	111.570	663.596	6,87	7,50

Fonte: Cálculos da autora baseada no WDI e FAOStat 2013

Além destas hipóteses ainda por testar empiricamente, o actual desenvolvimento dos sectores da cultura de tabaco em vários países da região tem-se caracterizado por dinâmicas com efeitos além das fronteiras nacionais. Embora haja uma coordenação muito limitada e os sectores de tabaco da África Austral não estejam integrados, os principais intervenientes e processos existem ao nível regional.

Tabela 2: Tabaco: arranjos institucionais

	Tipo de cultura de tabaco predominante	Regime comercial	Principais compradores⁴	Instituições do sector público
Malawi	Burley	Leilão (alguns através de agricultura sob contrato – <i>contract farming</i> em inglês)	Alliance One, Universal Corp. (90%)	Agricultural Development and Marketing Corporation –ADMARC; Malawi Leaf (trader); Malawi Rural Finance Company; Tobacco Commission of Malawi
Moçambique	Burley	Agricultura sob contrato	Universal Corp.	–
Tanzânia	Virginia	Agricultura sob contrato	Alliance One, Universal Corp., Premium Active	Tanzania Tobacco Council (multi stake-holder, determina os preços, contratos internacionais)
Zâmbia	Virginia 55%, Burley 45%	<i>Selling Floors</i>	Alliance One/ Universal Corp.	Tobacco Association of Zambia
Zimbabwe	Virginia	Leilão 50%/ Agricultura sob contrato 50%	23 diferentes comerciantes registados	Tobacco Industry marketing Board

Fonte: Drum (2011).

4 Os nomes das empresas-mãe são usados aqui, mas as subsidiárias locais têm nomes diferentes. Apenas os principais compradores são incluídos.

Talvez a característica regional mais saliente seja o domínio relativamente indiscutível na comercialização do tabaco em folha das duas maiores empresas de compra de tabaco à escala mundial: a Alliance One e a Universal Corp. (ver Tabela 2). Embora as disposições institucionais possam ajudar a regular o funcionamento deste tipo de capital noutras regiões exportadoras de tabaco, os dois grandes comerciantes não são apenas dominantes na maioria dos países da África Austral, como também encontram nesta região menos concorrência e regulamentação.

Um aspecto importante é que a estratégia regulatória formulada pelos Estados da região é diferente em cada país e há poucos indícios de coordenação interestatal. A produção de tabaco é feita em estruturas agrárias variadas e enfrenta políticas e estratégias de desenvolvimento agrícola marcadamente diferentes. A interação entre capital altamente concentrado numa posição dominante no mercado e estratégias nacionais de tabaco fragmentadas, sem mecanismos de coordenação, cria as condições em que as empresas de tabaco em folha podem fazer cobertura (*hedging*) com colheitas e preços e levar os países a competirem uns com os outros, enquanto as tentativas dos países produtores de atrair investimento ou competir nos preços podem desencadear uma corrida para o abismo.

A posição no mercado dos comerciantes mundiais de tabaco permite-lhes uma grande ascendência na região. No Malawi, onde a Alliance One e a Universal Leaf detêm 90% do tabaco leiloado, há persistentes acusações de fixação de preços e conluio (Drum Commodities, 2012; FAO, 2003). Fronteiras contíguas e rotas de exportação terrestres entre dois ou mais países produtores de tabaco pode também prestar-se a preços de transferência. Empresas multinacionais de produtos de base, com numerosas filiais e operações complexas, dificultam a monitoria estatal e as auditorias fiscais, o que cria maiores possibilidades de evasão fiscal das empresas.⁵

Na ausência de taxas de exportação, a contribuição do tabaco para a economia interna limita-se aos pagamentos directos aos produtores de tabaco e a impostos pagos pelas empresas comerciais pelas suas operações locais. Foi observado, por isso, que os reais benefícios das exportações de tabaco no âmbito dos acordos comerciais preferenciais com a União Europeia e os Estados Unidos visando aumentar as exportações africanas (o Acordo de Cotonou entre a UE e os países ACP, a iniciativa da UE *Everything But Arms* – “Tudo menos armas” –, e a Lei de Crescimento e Oportunidades para a África – AGOA – dos EUA) revertem para as empresas comerciais dos Estados Unidos e não são transferidos para os produtores (Drum Commodities, 2012).⁶

A permeabilidade e ligação entre os sectores também inclui a mobilidade da mão-

5 Ver, por exemplo, o caso do Grupo ABF e os efeitos da evasão ao pagamento de imposto sobre os rendimentos das empresas e dos benefícios fiscais no sector do açúcar na Zâmbia (ActionAid, 2013).

6 Este problema não é exclusivo do tabaco. Já se relacionou também o interesse dos investidores no sector do açúcar em Moçambique com a existência destas condições preferenciais (OECD, 2005; Macauhub, 2006).

de-obra de um para outro país e a herança do sistema de migração de mão-de-obra na África Austral (que mobilizou trabalhadores durante o período colonial e após a independência) de várias reservas de mão-de-obra na região para os epicentros de acumulação. A migração transfronteiriça, às vezes alimentada por conflitos armados, foi alternadamente fazendo aumentar e diminuir a oferta de mão-de-obra nos sectores do tabaco da região, como aconteceu no Malawi e no Zimbabwe durante a guerra civil em Moçambique ou com a actual afluência de trabalhadores agrícolas desses mesmos países para Moçambique. Além disso, houve transformações ocorridas num país produtor que tiveram efeitos consideráveis para os sectores do tabaco noutros países. Por exemplo, a diminuição da produção de tabaco no Zimbabwe, no início da década de 2000, foi compensada pelas multinacionais de comércio de Tabaco com investimentos adicionais para aumentar a produção de tabaco em Moçambique e na Zâmbia (Drum Commodities, 2012).

Antecedentes históricos da produção de tabaco em Moçambique

O tabaco foi introduzido em Moçambique por comerciantes portugueses e era tradicionalmente cultivado pelos camponeses africanos para consumo interno. No início do século XX, o tabaco começa a aparecer como mercadoria que pode ser trocada por roupa e outros bens de consumo no mercado e como fonte de rendimento para pagar o *mussoco*, o imposto colonial. Após o fim da Primeira Guerra Mundial, houve uma vaga de colonos portugueses que se instalaram no Sul e no Centro de Moçambique. Alguns deles começaram a cultivar tabaco Dark e Virgínia. Os distritos de Malema e Ribáuè, em Nampula, tornaram-se no centro da produção de tabaco em machambas de colonos, produção essa que foi crescendo até atingir uma média aproximada de 3.000 toneladas por ano. Sem assistência agrícola ou acesso a crédito, o relativo sucesso da produção de tabaco assentava em grande parte na mobilização de trabalho forçado para as farmas portuguesas. Navohola (2010) calculou que em 1948 a maior parte dos trabalhadores recrutados através do *chibalo* em Ribáuè e Malema trabalhavam em plantações de tabaco.

Os volumes produzidos, porém, eram limitados e Moçambique era importador líquido de tabaco de Angola e dos Estados Unidos. Entre 1941 e 1960, a produção de tabaco passou de 147 toneladas para 1.158. Isto foi acompanhado pela expansão das terras utilizadas para a cultura do tabaco. A estratégia agrícola colonial começou a interessar-se em garantir que a produção local crescesse para substituir as importações e para abastecer a metrópole portuguesa. Para este fim, Nampula foi declarada zona preferencial para a cultura do tabaco (Navohola, 2010; Isaacman, 1992). No pós-guerra e no período que antecedeu a independência, floresceram plantações de tabaco no centro

de Moçambique à custa de trabalho forçado e em terras expropriadas. Como no Malawi, os camponeses africanos foram excluídos das redes de comercialização, de modo a fazer baixar a sua produção e garantir a sua disponibilidade como força de trabalho no sector.

Mas, apesar de o tabaco em folha ser uma das principais exportações agrícolas de Moçambique, a sua contribuição para as exportações nunca ultrapassou os 2% entre 1955 e 1964 (Isaacman, 1978). Após a independência, a cultura do tabaco continuou, principalmente nas machambas estatais nacionalizadas de Manica e Nampula. Em 1978, produziu-se nessas duas províncias um total de 612 toneladas (Isaacman, 1978). Na década seguinte, porém, as machambas estatais de tabaco estavam a funcionar mal, devido ao impacto da guerra, agravado por problemas de coordenação e de mobilização. Aspectos fulcrais como os preços, o financiamento e as condições de recrutamento da mão-de-obra eram geridos pelas autoridades centrais que não conseguiam reagir a tempo para resolver os problemas que surgiam. Em 1985, o Estado iniciou a venda de propriedades e outros investimentos produtivos e, em 1993, foram entregues cerca de 400.000 hectares a interesses privados (Pitcher, 1996). No caso do algodão e do tabaco, que assentavam também em culturas de rendimento de pequena escala por agricultores moçambicanos, a alienação das machambas estatais foi acompanhada pela criação de direitos de concessão monopsonicos de áreas de produção, dando origem ao modelo que existe actualmente.

A atribuição de concessões de terras é descrita, em parte da literatura, como um fenómeno recente, ligado ao açambarcamento de terra e à adopção de biocombustíveis.⁷ Muito pelo contrário, poucos regimes agrários têm uma história mais antiga, em Moçambique, do que o de concessão de territórios, começando com os Prazos da Coroa do Vale do Zambeze, no século XVII, e abrangendo as reservas de mão-de-obra administradas por empresas concessionárias, os colonatos e as concessões de algodão durante o Estado Novo (Henderson, 1976; Pitcher, 1991). As concessões de terras com um comprador autorizado de produtos foram introduzidas em 1926 para a cultura do algodão em Cabo Delgado, e continuaram a funcionar como forma de organizar a extracção de mão-de-obra e de mais-valia ao longo do período colonial (Navohola, 2010).

A génese e o funcionamento das concessões de tabaco

Nas secções anteriores, descrevemos a história de concessões de terras no Moçambique colonial e explorámos as dinâmicas globais e regionais que levaram as empresas de comércio de tabaco a pensar em expandir as suas actividades para Moçambique, na década de 1990. Esta secção relaciona o ajustamento estrutural e a retirada do Estado dos serviços de financiamento, insumos e comercialização com a adopção e

⁷ Ver por exemplo McDougal & Caruso (2013) e Borrás *et al.* (2011).

expansão de um cultivo com as características do tabaco. Defendemos que o regime jurídico e institucional que organiza a produção de tabaco foi moldado em função das transformações que o ajustamento estrutural veio trazer à agricultura moçambicana.

No período que se seguiu ao fim da guerra civil, a cultura do tabaco expandiu-se em Moçambique em termos de volume de produção, mas foi também introduzida em províncias e distritos onde não tinha sido cultivado tabaco anteriormente. Em contraste com o período colonial, em que a produção comercial de tabaco se tinha restringido aos terrenos de portugueses, no período de privatização do pós-guerra, o tabaco foi adoptado principalmente por agricultores moçambicanos, utilizando mão-de-obra familiar e contratada, e as suas próprias terras.

Na sequência do processo de alienação das machambas estatais, privatização e reforma de organismos de comercialização e do fornecimento de sementes, os produtores que precisavam de crédito e de assistência para a produção de culturas de rendimento com uso intensivo de insumos tiveram de parar, porque, na sequência da guerra, as redes privadas locais de crédito e comercialização estavam subdesenvolvidas e tinham falta de capital (Myers *et al.*, 1993; Pitcher, 2002).

Para enfrentar o estrangulamento criado pela falta de financiamento e de acesso aos mercados, foi adoptada uma variação do velho sistema de concessões, desta vez na forma de mercados interligados de insumos e produção, em que os comerciantes de culturas de rendimento fornecem crédito aos produtores. Em algumas regiões de Moçambique, e para culturas como o tabaco e o algodão, o único canal de acesso ao crédito e assistência eram – e continuam a ser – os comerciantes privados de produtos agrícolas. A Tabela 3 mostra uma grande desigualdade na distribuição do uso de crédito e insumos em Moçambique a favor principalmente das províncias de Tete e Niassa, que produzem principalmente tabaco.

Das culturas comerciais de Moçambique, o tabaco é a cultura que requer mais insumos e mão-de-obra mais intensiva. Como o algodão produzido como cultura de rendimento, o tabaco só é viável através de um pacote de insumos (semente, adubo, pesticidas) que o Estado não foi capaz de fornecer e para os quais não havia mercado local durante o período da reforma. Uma limitação importante da produção de produtos de base em geral é que a maioria dos produtores não tem um nível de liquidez que lhes permita comprar esses insumos com as suas poupanças. A falta de crédito tem sido descrita como o obstáculo essencial à coordenação e logística da utilização de insumos para aumentar a produção e a comercialização. Além disso, são necessários insumos em todas as campanhas agrícolas, independentemente dos resultados obtidos na comercialização na campanha anterior (ver Boughton *et al.*, 2003; Poulton *et al.*, 1998). Por estas razões, o crédito agrícola torna-se uma condição para os agricultores se tornarem produtores de culturas de rendimento.

Para desbloquear o fornecimento de insumos para a produção de culturas de

Tabela 3: Acesso ao crédito e insumos em Moçambique por província

Província	Fertilizantes		Pesticidas		Crédito Agrícola	
	Produtores com acesso	%	Produtores com acesso	%	Produtores com acesso	%
Niassa	17.100	12%	10.655	11%	1.639	2%
Cabo Delgado	1.461	1%	15.862	17%	4.018	5%
Nampula	8.971	6%	8.651	9%	9.807	11%
Zambézia	1.328	1%	1.086	1%	3.514	4%
Tete	90.211	63%	35.366	37%	51.804	59%
Manica	5.607	4%	4.594	5%	1.832	2%
Sofala	1.629	1%	1.718	2%	5.927	7%
Inhambane	4.023	3%	561	6%	2.847	3%
Gaza	4.765	3%	4.590	5%	5.295	6%
Maputo Província	3.097	2%	2.705	3%	780	1%
Maputo (Cidade)	5.335	4%	5.321	6%	507	1%
Total	143.527	100%	95.909	100%	87.970	100%

Fonte: INE (2010).

rendimento, o Estado moçambicano recorreu, durante o início da década de 1990, à readopção de esquemas de concessão regionais de algodão. O modelo de concessões foi então alargado ao tabaco, a pedido das empresas de comercialização de tabaco que se ofereciam para iniciar operações em Moçambique em meados dos anos 1990 (Wuyts, 2001; Pitcher, 1996).

Algumas características do algodão e do tabaco prestam-se a este tipo de esquema na África subsaariana. Como observou Benfica (2006), ambas as culturas dependem em grande medida de insumos adquiridos, que exigem uma complexa coordenação logística em alturas específicas da campanha agrícola. Além disso, existem em ambas as culturas consideráveis economias de escala no processamento. Estas características favorecem a operação de uma produção verticalmente integrada e de agricultura sob contrato relativamente aos mercados à vista. Como o principal escoamento destes dois produtos são os mercados de exportação, há menos compradores potenciais que possam aumentar os incentivos a vendas fora dos contratos de produção. Além disso, no caso do tabaco, a grande quantidade de mão-de-obra e de controlo dos trabalhadores desincentiva uma plena integração vertical.

Em alguns distritos, acontece que os produtos não perecíveis são a única possibilidade para os produtores fazerem culturas de exportação de elevado valor, que normalmente dão maiores taxas de rendimento e rentabilidade do que os bens não transaccionáveis. Os bens não perecíveis são menos sensíveis às variações de tempo

de transporte para os portos, ao funcionamento do sistema integrado de logística de transporte e, de forma mais geral, menos sensíveis também ao investimento público no sistema de transporte. Um estudo realizado no Zimbabwe concluiu que o tabaco dava aos produtores receitas regulares mais elevadas do que a maioria das outras culturas disponíveis, enquanto um estudo de 2003 sobre tabaco na província de Nampula concluiu que os produtores que cultivavam tabaco tinham lucros líquidos mais elevados por hectare do que os outros produtores (FAO, 2003; Ruotsi, 2003). Benfica (2006) também constatou que, em Tete, apesar de terem custos de produção mais elevados, os produtores obtiveram maior rendimento total com o tabaco do que com outras culturas. Na ausência de outras culturas comerciais com pontos de comercialização fiáveis, e no caso de distritos agrícolas distantes dos principais mercados urbanos, o tabaco, mesmo quando mal pago, pode ser a única opção dos produtores. Na perspectiva oposta, pode dizer-se que os comerciantes podem comprar tabaco a preços mais baixos nos distritos do interior pois as grandes distâncias relativamente a portos e mercados e a falta de fontes de rendimento alternativas pressionam os produtores a aceitarem preços mais baixos. É provável que esta pressão se transmita à mão-de-obra através dos salários, uma vez que os custos da mão-de-obra são o principal componente dos custos de produção (Benfica *et al.*, 2005).

A conjugação de todos estes factores, a começar pelos que se relacionam com o cenário de políticas na altura do ajustamento estrutural e os que estão ligados a características da produção desta cultura no contexto moçambicano, levaram ao surgimento daquilo a que chamamos o modelo do tabaco moçambicano.

As disposições institucionais para a produção de tabaco

A produção de tabaco em Moçambique é regulada pelo Regulamento sobre o Fomento, Produção e Comercialização de Tabaco (Diploma Ministerial 176/2001) e pelos contratos estabelecidos entre o Estado moçambicano e as empresas concessionárias de tabaco. O Regulamento sobre o Tabaco enuncia os princípios que regem as concessões e o papel dos vários intervenientes. O modelo moçambicano é composto por três elementos inter-relacionados: os mercados interligados de insumos e produção; um esquema de produção sob contrato como forma predominante de produção; e a adopção de concessões territoriais monopsónicas. Conforme descrito na Tabela 4, os países vizinhos produtores de tabaco têm disposições institucionais muito diferentes.⁸

O primeiro destes elementos, a interligação entre os mercados de insumos e

⁸ No caso do Malawi, por exemplo, a maior parte da produção é vendida em leilões em que competem diferentes empresas de compra de tabaco em folha na compra de cada fardo de tabaco. A empresa contratante oferece um determinado preço pelo tabaco produzido sob contrato, mas, se o produtor não ficar satisfeito com a oferta, existe a opção de encontrar outros compradores.

de produção, foi uma solução para a falta de fontes de crédito para os produtores agrícolas no período pós-liberalização na África subsaariana (Oya, 2012; Poulton *et al.*, 1998). Este estado de coisas tem como antecedentes o facto de as instituições financeiras tradicionais não poderem oferecer crédito comercial aos produtores, porque a pequena escala dos créditos que os agricultores pediam fazia aumentar os custos de transacção; a inexistência de mercados impedia o uso da terra como garantia e, de forma mais geral, as dívidas eram difíceis de cobrar.⁹ Uma maneira de contornar este problema foi os comerciantes agrícolas oferecerem directamente aos produtores créditos para a produção e deduzirem os pagamentos quando da compra da colheita. Ao contrário dos bancos, os comerciantes agrícolas têm uma ligação directa com os produtores e beneficiariam assim da melhoria da qualidade e da produção gerada pelo acesso ao crédito agrícola. Os mercados interligados permitem, assim, o uso da futura colheita como garantia do reembolso do crédito de produção (Poulton *et al.*, 1998).

Para este fim, os comerciantes assinam contratos de produção com cada um dos produtores, nos quais adiantam crédito sob a forma de insumos para a produção (semente, adubo, pesticidas e outros materiais de produção) e se comprometem a comprar o produto final. Na altura da compra, o comerciante desconta o valor do crédito inicial do pagamento que o agricultor recebe pelo tabaco. Num mercado aberto, contudo, seria estratégico para os agricultores vender o seu produto ao comerciante que oferecesse melhores preços e não reembolsar o crédito original. Além disso, a concorrência entre as empresas cria um incentivo para os comerciantes oferecerem preços atractivos aos produtores a quem não forneceram créditos, aproveitando-se assim, sem custos, do investimento dos emprestadores. Havendo compradores alternativos, os mercados interligados apresentam taxas mais elevadas de incumprimento estratégico, como foi documentado no caso dos sectores de algodão no Gana e em Moçambique (Poulton *et al.*, 1998; Poulton *et al.*, 2004). A longo prazo, os comerciantes mostram-se menos dispostos a conceder crédito e a produtividade e a qualidade do produto são negativamente afectadas.

Para evitar os efeitos negativos do incumprimento estratégico, alguns Estados optaram pela criação de concessões territoriais, em que os comerciantes recebem concessões em regiões distintas, suprimindo a concorrência entre operadores. Nesta lógica, as concessões monopsonicas regionais desincentivam os agricultores a vender fora do contrato e permite que os credores imponham o reembolso do crédito pelo encerramento de canais alternativos de comercialização.¹⁰

Três grandes empresas multinacionais de comércio de tabaco, a Dimon Inc., a

9 Por exemplo, calculou-se que os pacotes sazonais de crédito para o tabaco em Nampula custam entre 25 e 50 USD por ano por produtor, numa concessão de Nampula em 2003 (Ruotsi, 2003). A taxa de não reembolso dos créditos para o tabaco registada em 2003 foi de 50% entre os produtores que trabalham com a Stancom e de 39% entre os agricultores que trabalham com a JFS (World Bank, 2005).

10 Por exemplo, o eventual ganho no preço para o produtor ao vender o produto fora da concessão seria contrabalançado pelos custos adicionais de transporte do produto para fora da região.

Stancom e a Mozambique Leaf Tobacco (a filial local da Universal Corp.), começaram a operar em Moçambique em meados da década de 1990, juntando-se a outras empresas como a SONIL e a JFS, que trabalhavam em Moçambique desde o período colonial, mas eram novas no comércio de tabaco. Com a expansão do modelo de concessão, a produção cresceu rapidamente de uma média de 3.000 toneladas por ano no final de 1990 para 9.400 toneladas em 2000, 65.042 toneladas em 2005 e 73.000 toneladas em 2007. Quando as exportações de tabaco de Moçambique começaram de novo, no início da década de 2000, havia cerca de 120.000 famílias a trabalhar na cultura de tabaco em oito das 11 províncias de Moçambique, como se mostra na Tabela 4.

Tabela 4: Tabaco: concessões em 2005

Província	Distritos	Companhias	Número de produtores
Niassa	Lichinga, Sanga, Mavago, Muembe, Majune, Mandimba, Cuamba, Mehanhelas, Maua, Metarica, Marrupa, Nipepe, Lago, N'gauma	JFS Group Stancom (JVC com Mosagrius)	27.303 7.510
		JFS Group	2.050
Nampula	Malema (part of Iapala)	Stancom (JVC com SONIL)	8.000
	Ribáue and Laláua	JFS Group	12.000
Tete	Macanga, Angónia, Tsangano, Moatize, Chiúta, Marávia	MLT	39.000
	Chifunde, Cahora Bassa, Changara, and Zumbo	DIMON	4.464
Manica	Manica, Bárue, Chimoio, Espungabera and Guro	MLT STANCOM DIMON JFS Group	9.000
Sofala	Gorongosa, Búzi, Nhamatanda, Maringue	DIMON	791
Gaza	Chókwe	JFS Group	22
Total			128.796

Fonte: World Bank (2005), Benfica (2006)

Em 2005 havia cerca de 129.000 produtores agrícolas com contratos de produção de tabaco. Destes, havia 34.813 produtores no Niassa e 43.464 em Tete. A MLT era o principal comprador e tinha concessões em Tete e Manica. A Stancom estava presente em Manica e como sub-empregadora da SONIL e da Mosagrius no Niassa e em Cabo Delgado. A Dimon trabalhava em Tete, Manica e Sofala. O outro interveniente importante era a JFS, um grupo empresarial luso-moçambicano com contratos de tabaco e algodão em Nampula, no Niassa e em Cabo Delgado (World Bank, 2005).

Segundo o Regulamento do Tabaco de 2001, os produtores que se dedicam à agricultura sob contrato são classificados na “Classe I”, se não recorrerem a mão-de-obra assalariada, e na “Classe II”, se o fizerem. Os agricultores independentes, que não estão vinculados a contratos de produção e são livres para negociar o preço e o comprador para os seus produtos, fazem parte da “Classe III” e os fomentadores e comerciantes de tabaco em folha, que fornecem crédito e operam as concessões regionais, constituem a “Classe IV”.

As empresas de comércio de tabaco da “Classe IV” solicitam anualmente a renovação das suas concessões às Direcções Provinciais de Agricultura. Os operadores devem apresentar uma proposta de produção e especificar insumos, investimento e planos de reflorestamento, bem como um relatório final de execução após a colheita e a época de comercialização. Os operadores da “Classe IV” pagam uma taxa de inscrição que é transferida para o Fundo de Fomento Agrário e uma taxa de produção final equivalente a 0,2% do preço de compra, que é pago às DPA e transferido para o mesmo fundo. O Regulamento do Tabaco não inclui qualquer referência a outras contribuições ou impostos de produção, compra ou exportação.

Os concessionários de registo na “Classe IV” são os únicos compradores autorizados de tabaco em folha aos produtores da “Classe I” e da “Classe II” em Moçambique e devem tornar públicos os seus preços de compra no início da campanha de comercialização e o mais tardar até 15 de Abril de cada ano.¹¹ É estritamente proibido para os signatários dos contratos vender o seu tabaco a terceiros não incluídos no contrato. O tabaco vendido fora do contrato pode ser confiscado e entregue ao seu legítimo concessionário (MINAG, 2001).

As concessionárias e os produtores agrícolas assinam contratos individuais de produção onde se encontram enumerados os direitos e deveres das partes envolvidas e registados os adiantamentos ao produtor, bem como os preços cobrados e dedutíveis no momento da comercialização.

Em todos os distritos produtores de tabaco deve ser formado um Comité de Arbitragem, com representantes de todos os produtores, compradores, governo distrital e comunidade, para resolução de divergências entre agricultores e empresas relativamente à triagem, classificação e comercialização do tabaco. O Ministério da Agricultura tem um órgão de inspecção para garantir o cumprimento do Regulamento do Tabaco por todas as partes interessadas.

Apesar de o modelo moçambicano ter começado com vários operadores em meados da década de 1990, como descrito atrás, em 2006 estava reduzido a uma

¹¹ É de notar que países produtores de tabaco na África Austral têm sistemas de regulamentação diferentes para a classificação do tabaco e diferentes mecanismos de preços. Temos a informação de que os preços são fixados na Zâmbia antes da colheita, enquanto no Malawi o preço dos fardos dos leilões é fixado de forma diferente. Sem dúvida que, no momento em que os preços são publicados em Moçambique, os comerciantes têm uma boa ideia da qualidade da colheita e do volume de tabaco que há-de chegar aos centros de comércio, o que, possivelmente, lhes permite ajustar os seus planos de compra aos seus orçamentos.

oligopsonia nacional *de facto*, em que uma única empresa domina a compra e o processamento da folha de tabaco, embora ainda subsista um comerciante marginal. A secção seguinte descreve este processo de concentração do mercado e as suas implicações para Moçambique.

A formação de oligopsónios nacionais

O meio da década de 2000 marcou um ponto de inflexão na trajectória da cultura do tabaco em Moçambique. Postulamos aqui que houve três processos que determinaram, daí em diante, a evolução do sector: o desenvolvimento de uma fábrica de processamento em Tete, que pôs fim à necessidade de enviar tabaco em rama para o Malawi para processamento; a retirada da concessão de Chifunde, que levou a Dimon Inc. a sair de Moçambique; e o fracasso da produção de tabaco na província de Manica.

No início da década de 2000, o tabaco de Moçambique tinha uma presença consolidada no mercado internacional, mas tinha de ser exportado para o Malawi ou para o Zimbabwe, para aí ser processado, e reexportado através do porto da Beira, dado que não havia instalações de processamento em Moçambique. Isto resultava em custos adicionais de transporte e, possivelmente, perda de receitas. Foi estudada, no Ministério da Agricultura, uma proposta interna para introduzir um imposto de exportação de 20% sobre o valor do tabaco em rama, para forçar as empresas comerciais a investir em infra-estruturas para corte da folha em Moçambique (Benfica *et al.*, 2004).¹²

Um documento interno de 2004, elaborado pela Direcção Nacional dos Serviços Agrários do Ministério da Agricultura e citado por Benfica *et al.* (2004), defendia que esse imposto levaria as empresas compradoras de folha a investir em instalações de processamento e a criar, assim, oportunidades de emprego e novas fontes de receita fiscal do imposto sobre o rendimento pago pela mão-de-obra adicional do processamento.

A proposta de imposto de exportação tinha, porém, um contexto mais complexo. Em Fevereiro de 2003, a MLT, a maior concessionária de compra de folha, tinha começado a construção de uma unidade de processamento de 50 milhões de USD, em Tete, com capacidade para processar 50 mil toneladas por ano (Abeno, s.d.; Benfica *et al.*, 2004). Considerando que a MLT era, nessa altura, o maior comprador e que a produção total em 2003 foi de 37.051 toneladas, é provável que a MLT quisesse assegurar que a capacidade instalada não viesse a ser subutilizada. Outras empresas tabaqueiras não compravam tabaco numa escala que justificasse a instalação de infra-estruturas de processamento.

12 O processamento das folhas de tabaco consiste na separação da lâmina dos talos e da estabilização dos níveis de humidade para armazenamento. A folha processada é embalada para enviar para as fábricas.

A introdução de uma taxa de exportação neste contexto teria forçado os produtores a processar o tabaco na unidade de corte construída pela MLT.

A unidade de processamento da MLT foi inaugurada em 2006 e cessou a polémica do imposto de exportação, mas em 2005, o Governo anunciou que a concessão de tabaco de Chifunde, na província de Tete, seria transferida da Dimon, nessa altura já fundida com a Alliance One, para a MLT. Chifunde era a maior concessão controlada pela Alliance One e a sua perda vinha pôr em causa a viabilidade do seu trabalho em Moçambique. Em Maio de 2006, a Alliance One anunciou que iria abandonar todas as suas concessões a partir da campanha agrícola de 2007 e começou a encerrar as actividades invocando interferência política. Na altura, isto resultou na perda de empregos para 500 trabalhadores directos, embora muitos deles acabassem por ser reabsorvidos pela MLT, sendo a decisão de transferir a concessão para a MLT vista como uma recompensa pela vontade de investir no processamento (AIM, 2006; Hanlon & Smart, 2008).

Só em 2010 saiu a público que a MLT estava por detrás da proposta do imposto de exportação e da transferência da concessão de Chifunde. Segundo uma queixa apresentada contra a Universal Corp., proprietária da MLT, pela *Securities and Exchange Commission* (“Comissão de Valores Mobiliários”)¹³ dos EUA, de 2004 a 2007, a MLT tinha pago subornos no valor de 165.000 USD a diversos funcionários e seus familiares, no Ministério da Agricultura e no Governo Provincial de Tete. Um pagamento feito em 2004 destinava-se supostamente a promover a taxa de exportação do tabaco em rama, ao passo que uma série de pagamentos em 2005 e 2006 ajudaram a garantir a transferência da concessão de Chifunde para a MLT (SEC, 2010; SEC vs Universal Corporation, 2010; Savana, 2010). A Universal Corp. não confirmou nem desmentiu as acusações, mas concordou em pagar a reposição de lucros ilícitos e uma multa no valor de 9,9 milhões de USD. Pensa-se que este caso esteve na origem da demissão, em 2007, de Tomás Mandlate, então ministro da agricultura e anterior governador de Tete (Hanlon, 2010).

Mas a falta de separação clara entre o Estado e os interesses empresariais podia existir há mais tempo, como mostra um telegrama diplomático não classificado de Outubro de 2004. Na comunicação, o Ministério do Comércio e Indústria propõe negociações bilaterais com os Estados Unidos para atribuir a Moçambique um contingente pautal para exportações de tabaco que seriam processados em Moçambique em novas instalações de processamento e exportados de 2005 em diante. Conforme já referido, essas instalações de processamento eram as da MLT (Maputo Embassy, 2004).

Estes acontecimentos e debates sobre políticas tiveram impacto na estrutura do sector. Nos anos seguintes, Moçambique deixou de ser um exportador de tabaco em

13 A SEC aplica a Lei das Práticas Corruptas no Estrangeiro (*Foreign Corrupt Practices Act*) fora dos EUA, mediante a qual supervisiona, entre outras coisas, investigações de comportamentos corruptos por parte de empresas americanas.

rama que recorria aos países vizinhos para todo o processamento, para passar a ser um país que exportava tabaco processado pronto a enviar para as empresas de fabricação de cigarros. Contudo, também deixou de ter registadas oito empresas e *joint-ventures* de comércio de tabaco a operar no país para passar a ter apenas duas: a MLT e a SONIL, com esmagador domínio da primeira (World Bank, 2005).

A experiência de tabaco de Manica

Importa sublinhar que, durante esta década, a produção de tabaco se foi concentrando cada vez mais nas províncias de Tete e de Niassa, mas não prosperou em Manica. Uma inspeção mais cuidadosa da trajetória da cultura de tabaco em Manica levanta questões sobre as condições subjacentes à expansão do tabaco em Moçambique.

Entre 2001 e 2004, Moçambique atraiu um grupo de 80 agricultores brancos do Zimbabwe para a criação de empresas agrícolas na província de Manica. Alguns desses agricultores tinham sido expulsos das suas terras durante a implementação do Programa de Reforma Agrária Acelerada no Zimbabwe e foi-lhes cedida terra pelo Estado moçambicano e apoio financeiro por ONG internacionais e agências de desenvolvimento, com a ideia de que poderiam aplicar a sua experiência de agricultura comercial de grande escala para encabeçarem a produtividade e as ligações económicas na província. Os agricultores viam Manica como uma alternativa para se instalarem, devido à sua proximidade com o Zimbabwe e às semelhanças culturais e agro-ecológicas (Hammar, 2010). Hanlon & Smart (2008) calcularam que, até 2003, esses agricultores criaram 4.385 postos de trabalho e quatro fábricas de agro-processamento e assinaram contratos de produção de horticultura e flores. Cerca de metade dos novos agricultores produziam tabaco, tendo contratos com a MLT e a Dimon. As dimensões das machambas de tabaco eram atípicas para Moçambique: Hammar (2010) entrevistou pelo menos um agricultor com 40 ha de tabaco, mas esses agricultores vieram juntar-se a cerca de 9.000 outros pequenos produtores moçambicanos com contratos de tabaco em Manica em 2005.

Em conjunto, os pequenos produtores moçambicanos e os agricultores zimbabueanos brancos de grande escala deram origem a uma breve expansão da cultura do tabaco em Manica, que passou de 202 ha em 2001 para 1.650 ha em 2004.

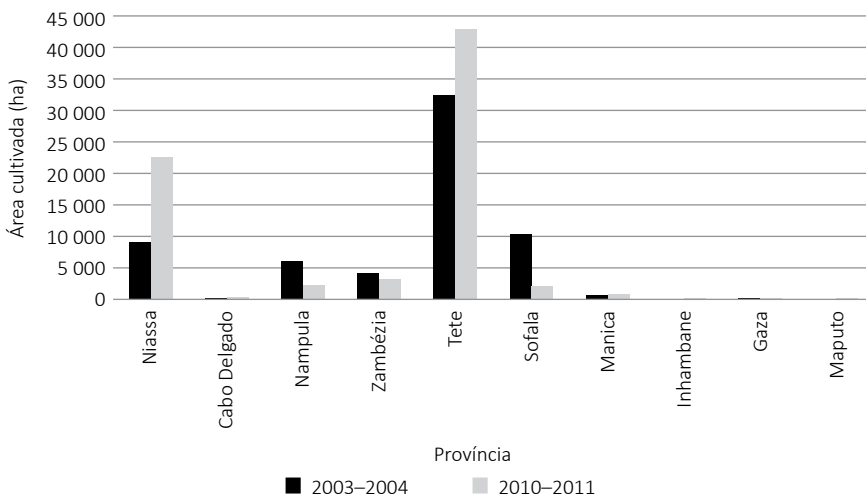
Em 2006, porém, muitos dos agricultores zimbabueanos tinham acumulado pesadas dívidas e, em poucos anos, a maioria das empresas faliu. Para alguns observadores, a explicação do seu fracasso residia no facto de que os agricultores esperavam o nível de apoio que sempre tinham recebido no Zimbabwe (Hanlon & Smart, 2008). Uma análise mais matizada concluiu que os grandes agricultores não podiam operar de forma lucrativa no modelo moçambicano de tabaco, em que há

uma considerável incerteza relativamente aos preços, que são fixados unilateralmente após a colheita pelas empresas comerciais de tabaco, e a maioria destes agricultores tinha queixas sobre a triagem e classificação das folhas de tabaco, que considerava arbitrária e injusta (Hammar, 2010).

Esta pode ser uma explicação para as dificuldades que enfrentaram os experientes agricultores zimbabueanos de larga escala, mas não ajuda a explicar por que razão também os pequenos produtores moçambicanos de Manica optaram por abandonar a cultura do tabaco no mesmo período em que os produtores de Tete e do Niassa se lançaram nessa cultura.

Como o Gráfico 3 mostra, Tete e Niassa, em conjunto, tinham 66% da área plantada de tabaco em 2003, e em 2011 esta área atingiu os 89%, enquanto as outras três províncias grandes produtoras (Zambézia, Nampula e Manica) passaram de 33% da área total de cultivo em 2003 para 10% em 2011. Só Manica passou de 10.359 ha de tabaco em 2004 para 12 em 2011. Segundo a Direcção Provincial de Agricultura, existem actualmente menos de 400 produtores de tabaco em Manica.

Gráfico 3: Tabaco: Áreas cultivadas por província (ha)



Fonte: Benfica et al (2005) (para 2003-2004), INE (2010) (para 2010-2011)

Os produtores dos distritos centrais de Manica estão integrados numa série de redes de mercado e podem encontrar escoamento para várias culturas de rendimento, tanto dentro como fora de relações contratuais. Em Manica há mais concorrência pela mão-de-obra agrícola entre os vários sectores, o que tende a fazer subir os custos da mão-de-obra em comparação com Tete e com o Niassa. A principal diferença com os produtores agrícolas em Tete e no Niassa é que esta província sofre as limitações

de produzir numa zona interior com pouca infra-estrutura de transporte e serviços intermediários menos desenvolvidos. Como têm menos opções, os produtores do interior podem estar dispostos a cultivar tabaco, apesar de os preços serem baixos. Na ausência de outros sectores que concorram pela mão-de-obra agrícola, é provável que os salários possam ser empurrados para níveis inferiores de uma forma que seria inviável em Manica.¹⁴

Para resumir, na primeira década de exportações de tabaco, o sector passou por uma adaptação dos operadores e por uma adaptação da produção à estrutura agrária de diversas regiões de Moçambique. São perceptíveis duas tendências, como resultado desses processos: primeiro, a comercialização de tabaco centralizou-se numa empresa comercial, que cresceu e se tornou a maior empresa agrícola a operar em Moçambique;¹⁵ em segundo lugar, a cultura do tabaco concentrou-se nas províncias interiores de Tete e de Niassa.

O impacto da expansão do tabaco em Moçambique

Esta secção discute os efeitos da expansão da cultura do tabaco em Moçambique. Estes impactos são, por vezes, paradoxais e contraditórios e, portanto, para ter uma avaliação mais estruturada, postulamos três níveis de análise: primeiro, o impacto ao nível local, em termos de bem-estar e meios de vida dos agregados familiares que, directa ou indirectamente, participam na produção de tabaco; um segundo nível em que se analisa a adopção do tabaco em termos de eficácia das disposições institucionais para ultrapassar obstáculos à produção, aumentar a produtividade e garantir aos produtores uma parte competitiva do preço final; e, em terceiro lugar, a nível macro-económico, uma avaliação do impacto da expansão do tabaco em termos da contribuição do sector para a transformação das relações de produção e para o processo de modernização estrutural da economia.

Efeitos da adopção do tabaco para as famílias de produtores agrícolas

Há poucos estudos que façam uma análise comparativa do estatuto socioeconómico dos agregados familiares que cultivam tabaco relativamente à população rural em geral e existe uma única tentativa de comparação longitudinal. Isto coloca algumas limitações à compreensão do impacto da cultura do tabaco, fazendo com que seja difícil verificar se os níveis mais elevados de rendimento e de posse de terras referidos entre produtores de tabaco são a consequência ou a causa de terem optado pelo tabaco

¹⁴ O facto de ser comparativamente mais difícil recrutar mão-de-obra em Manica foi uma questão também levantada por Tornimbeni (2000) para explicar a consolidação de uma reserva de mão-de-obra em Tete durante o período colonial; Watts (1994) documenta outros casos de esquemas de agricultura sob contrato que se mudaram para regiões do interior com menos redes comerciais e menos opções disponíveis para os produtores.

¹⁵ Segundo a KPMG (2011), em 2010, a MLT foi a 9ª maior empresa em Moçambique, em termos de receitas, e a maior do sector agrícola. Nesse ano, a empresa registou um lucro líquido de 919.379.000 MT.

e, ao mesmo tempo, compromete a análise dos dados disponíveis, os quais sugerem que a adopção do tabaco pode ter desempenhado um papel importante no rápido crescimento do rendimento líquido dos agregados familiares em Tete e no Niassa, no período que vai de 1996 a 2002.

Benfica (2006) realizou um estudo dos níveis de rendimento dos produtores de culturas de rendimento (tabaco e algodão) para os comparar com os dos produtores que não fazem culturas de rendimento. Esta pesquisa foi realizada em 11 distritos de Tete e Sofala e a amostra incluiu 130 produtores de tabaco, 90 produtores de algodão e 80 produtores agrícolas que não cultivavam nem tabaco nem algodão. Embora a pesquisa tenha constatado diferenças consideráveis entre os produtores de tabaco, tendo 30% dos produtores que se dedicam ao tabaco perdas durante a colheita observada no período do estudo, também verificou que o rendimento das famílias produtoras de tabaco na amostra era, em média, duas vezes maior do que o dos vizinhos que não cultivavam tabaco (1.815 USD para os produtores de tabaco contra 844 USD para os não produtores). Além disso, o número de produtores de tabaco que contratavam trabalhadores era duas vezes maior e estes produtores superavam também os não-produtores de tabaco em termos de bens possuídos e do tamanho das propriedades fundiárias.

Numa comparação entre os resultados do Trabalho de Inquérito Agricultura (TIA) de 1996 e 2002, Boughton *et al.* (2006) descobriram que Tete e Niassa ocupavam o 2º e o 4º lugar, respectivamente, em termos da média do rendimento familiar líquido, e que em ambas as províncias se tinha verificado o mais rápido crescimento do rendimento familiar entre todas as províncias de Moçambique, no período entre os dois TIA. Os autores relacionaram esses resultados com a expansão do tabaco. Uma análise da pesquisa de 2002 por Walker *et al.* (2004), que se debruça sobre determinantes do rendimento rural, também encontrou uma forte relação entre famílias produtoras de tabaco, rendimentos familiares com crescimento mais rápido e níveis de redução de pobreza das famílias.

Pesquisas e censos agrícolas realizados em Moçambique mostram sistematicamente que tanto o uso de adubos como o acesso ao crédito estão fortemente concentrados na cultura do tabaco. Segundo dados do Inquérito Agrícola de 2002, apenas 2,6% de não produtores de tabaco usavam adubo contra 32% dos produtores que cultivavam tabaco. Em 2011, a utilização de adubos era ainda mais desigual: o Censo Agro-Pecuário (CAP) desse ano constatou que Tete e Niassa possuíam 80% das unidades agrícolas que utilizavam adubos e 60% das unidades que tinham acesso a crédito agrícola (Tabela 3). Isto vem reforçar a ideia de que a adopção do tabaco, em vez de ser uma escolha dos agricultores, pode ser a sua única possibilidade de ter acesso aos serviços e insumos necessários para se lançarem na produção de culturas de rendimento (Oya, 2012).

Avaliação da eficácia das disposições institucionais

O modelo de concessão tem sido objecto de debate em Moçambique e é geralmente acusado de ser responsável pelo mau desempenho que teve o sector do algodão. As empresas concessionárias queixaram-se, no passado, de vendas fora dos contratos, elevados índices de incumprimento dos reembolsos e da incapacidade do Estado de fazer cumprir os termos das concessões, ao passo que os produtores agrícolas protestaram contra a fixação arbitrária de preços e as práticas de compra (World Bank, 2005).

É difícil comparar a eficiência social das diferentes disposições institucionais internacionais no caso do tabaco, tendo em conta a informação disponível relativamente a Moçambique. Os indicadores mais óbvios – os preços recebidos pelos produtores e que percentagem constituem do preço final – são especialmente difíceis de determinar, no caso do tabaco.¹⁶ Só para o algodão foi feita pesquisa comparando o sistema de monopólio regional fechado de Moçambique com os sistemas liberalizados ou parcialmente controlados da região. Estes estudos revelaram que o modelo moçambicano de concessões levou a que coubessem aos produtores as menores percentagens médias dos preços no período 1995-2002, numa amostra de sete países africanos produtores de algodão, e um dos mais baixos valores médios de exportação por hectare (Boughton *et al.* 2003). Poulton *et al.* (2004) analisaram um subconjunto diferente de países produtores de algodão e também concluíram que as disposições institucionais moçambicanas punham em causa a eficiência do sector: embora as concessões monopólicas resolvam muitos problemas de coordenação que a produção de culturas de rendimento enfrentava após o ajustamento estrutural, a falta de concorrência entre empresas de descaroçamento traduziu-se em maus preços para os produtores de algodão. Os autores assinalavam também que a concessão de grandes áreas geográficas sem estarem criados pelo Estado mecanismos sérios de monitoria, ou sem abrir a opção para a renegociação das concessões, contribuiu para asfixiar o sector.¹⁷

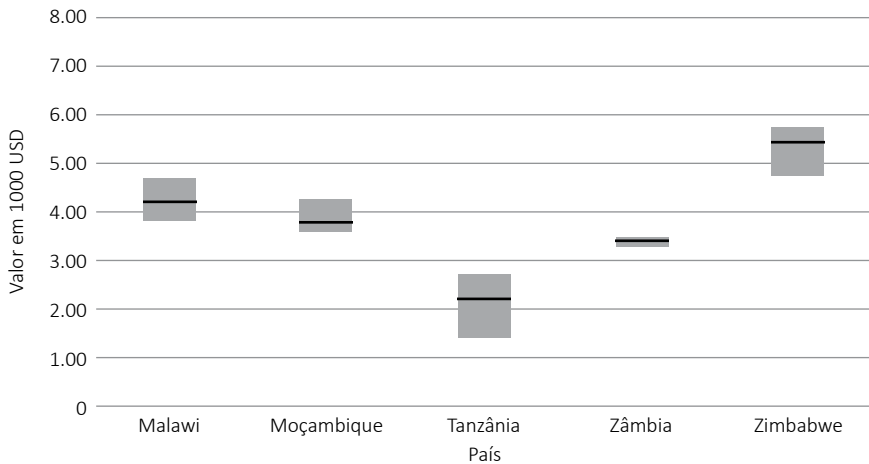
Seria desaconselhável extrapolar das observações do sector do algodão. O tabaco moçambicano ganhou uma reputação de qualidade e as comparações entre países indicam que obtém preços de exportação mais elevados (ver Gráfico 4). No entanto, algumas das observações feitas para o algodão têm paralelo no caso do tabaco. O

16 Folhas de tabaco de variedades diferentes não são vendidos por atacado, sendo antes classificadas e triadas segundo um sistema complexo que agrupa cada folha, com base em cerca de 45 categorias diferentes em relação ao tamanho, posição na planta, cor e qualidade. As folhas, agrupadas por categoria, são embaladas em fardos separados. Não só diferentes categorias têm preços diferentes, como os vários países têm sistemas de triagem diferentes, o que torna difícil as comparações entre países.

17 A FAO publicou recentemente um relatório que tenta determinar qual a percentagem do preço de exportação de tabaco em Moçambique que cabe aos produtores (Dias, 2013). O relatório constata uma diferença substancial entre o preço à porta da machamba e o preço de referência e conclui que o resultado do sistema de concessão é que o Estado privilegia os interesses das empresas comerciais relativamente aos dos produtores de tabaco. Os resultados deste relatório não serão discutidos aqui, uma vez que o próprio relatório reconhece ter muitas limitações metodológicas e empíricas na sua análise.

monopólio regional veio garantir aos produtores de tabaco o acesso a créditos, insumos e mercados, mas não foi criado nenhum mecanismo que permita aos agricultores fazer pressão para obter preços mais elevados e a intervenção do Estado levou à consolidação da vantagem não mercantil concedida à concessionária, em vez de a disciplinar. As empresas concessionárias têm a prerrogativa de fixar unilateralmente os preços e os produtores não têm voz activa no processo (World Bank, 2005). Suprimir o efeito sobre os preços da dinâmica da oferta e da procura significa que os produtores moçambicanos não beneficiam de *booms* de preços.

Gráfico 4: Valor médio de exportação do tabaco por hectare, 2007-2011 (1000 USD)



Fonte: Calculado pela autora com base em FAOStat 2013

Os comités de arbitragem e as instituições provinciais intervenientes para mediação têm sido eficazes no tratamento de crises de comercialização que afectam toda a concessão, mas são menos eficazes caso a caso, quando surgem conflitos de classificação entre um produtor individual e a empresa.

Além disso, a concentração de tabaco em áreas do interior, apesar de proporcionar crescimento dos rendimentos dos agregados familiares de uma parte dos produtores, está a aproveitar-se da existência de mão-de-obra disponível com baixa remuneração salarial e da falta de alternativas viáveis para culturas de rendimento.

Os artigos da imprensa e o meu próprio trabalho de campo revelam um persistente desacordo por parte dos produtores com os mecanismos em vigor para arbitragem de conflitos com as empresas concessionárias no que diz respeito à classificação e triagem do tabaco. Tem-se observado, noutros sistemas de concessões, que os compradores usam critérios subjectivos para classificação e rejeição do tabaco em folha, como forma de ajustar o seu total de compras ao seu orçamento. Havendo apenas um comprador

legal, os produtores de tabaco não têm escoamento para a folha que não é comprada pelas empresas comerciais.

Na ausência de uma regulamentação adequada, de intervenção activa e de monitoria regular do Estado, corre-se o risco de que as empresas concessionárias abusem da sua posição de monopólio através dos preços ou através do controlo de qualidade. No primeiro caso, as firmas concessionárias fixam preços que não transferem para os produtores os rendimentos obtidos, operando sem concorrência. No segundo caso, as empresas criam padrões e práticas arbitrárias de classificação que, baixando a qualificação do tabaco produzido pelos agricultores, reduzem em muito os seus lucros e fazem recair sobre o produtor, de forma desproporcional, os riscos e as incertezas da produção agrícola (World Bank, 2005).

Limitada contribuição para as receitas fiscais

Estão em vigor em Moçambique vários incentivos fiscais no sector agrícola, com o objectivo de atrair investimentos e aumentar a produção. As empresas agrícolas com receitas abaixo dos 750 000 MT estão isentas do pagamento de IVA, como todos os produtores agrícolas também estão isentos de IVA sobre as suas vendas a comerciantes (Mertens, 2012). Isto faz com que as empresas comerciais de tabaco fiquem isentas do pagamento de IVA sobre as suas compras de tabaco aos produtores.

Todas as empresas que operam na agricultura beneficiam de uma isenção de IVA e de um desconto de 50% nos impostos sobre a gasolina (Hamela, 2012). Para as empresas do sector agrícola, está em vigor desde 2002 um desconto de 80% do Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRPC), que foi prorrogado por lei até 2015 (o desconto vai passar a ser de 50% no período 2016-2025). Por fim, a construção da unidade de processamento de tabaco foi registada no Centro de Promoção de Investimentos (CPI), registo ao abrigo do qual um investimento desta natureza permite beneficiar de 5 anos de deduções adicionais de IRPC passíveis de ascender até 10% do valor total do investimento no caso de empresas que operam na província de Tete (Ossemane, 2011).¹⁸ Como já foi atrás referido, não há imposto de exportação de tabaco nem nenhuma contribuição substancial para um fundo de tabaco em nenhuma fase da comercialização, como existe para outras culturas de rendimento transaccionadas em Moçambique.¹⁹

A combinação destes incentivos e isenções, mais o facto de todo o tabaco produzido em Moçambique ser exportado livre de impostos, tem como resultado uma contribuição fiscal extremamente limitada por parte das empresas de comércio e processamento de produtos agrícolas. Segundo dados recolhidos pela KPMG, as

¹⁸ Se pensarmos que o investimento apresentado para a construção da unidade de processamento de tabaco foi de 50-55 milhões de USD, isto equivaleria a um desconto de 5 milhões de USD.

¹⁹ Com base em inquéritos informais a funcionários do Fundo de Fomento Agrícola, a autora concluiu que os pagamentos relativos ao tabaco transferidos pelas Direcções Provinciais de Agricultura são irregulares e reduzidos.

receitas da Moçambique Leaf Tobacco antes de impostos têm sido equivalentes ao seu lucro líquido, pelo menos desde 2008, o que faz com que seja uma das poucas empresas no ranking das maiores empresas em Moçambique que se diz não pagar IRPC (KPMG, 2010, 2011).

Não existe nenhum mecanismo fiscal em vigor para redistribuir os lucros do crescimento da cultura do tabaco, ou para assegurar receitas para o Estado. Isso transforma, em certa medida, o tabaco num sector de enclave: apesar de criar milhares de empregos sazonais e gerar acumulação por parte das empresas de comércio e por parte de um grupo de produtores agrícolas, o regime fiscal e a política setorial dão poucas oportunidades de socialização e de redistribuição, impossibilitando ao mesmo tempo a existência de mecanismos para transferências intersectoriais e melhoria da produção.

A prestação de serviços públicos em regiões produtoras de tabaco não desenvolveu ligações fiscais com o sector do tabaco. As melhorias referidas no bem-estar das famílias são, portanto, apenas o resultado de financiamento privado. Os serviços públicos, a saúde e a educação estão, em comparação, a ficar para trás, de modo que não é raro que, em zonas de cultivo de tabaco com concentração de machambass altamente lucrativas, não haja acesso à saúde, à escola ou a serviços de água e saneamento. Algumas funções do Estado são assumidas pelas empresas comerciais sob a forma de intervenções de responsabilidade social das empresas (furos de água, edifícios escolares e reflorestamento).

O papel do Estado

As ténues ligações entre o sector do tabaco e a economia em geral são o resultado das reservas por parte do Estado moçambicano em intervir de forma determinada e estratégica na monitoria e readaptação do modelo de concessão. Só assim o Estado poderia garantir que o modelo beneficiasse os produtores e contribuísse para o processo geral de modernização das relações de produção. As deficiências na concepção de políticas revelam, no caso do tabaco, as dificuldades em equilibrar estratégias destinadas a diferentes tipos de produtores em diferentes tipos de relações mercantis e macro-estratégias para o desenvolvimento agrícola.

O Estado moçambicano tem limitado o seu papel à arbitragem da procura entre produtores e empresas, mas não como gestor de uma receita criada pelo Estado. Apesar do volume de recursos financeiros, humanos e naturais investidos na produção de tabaco, os efeitos positivos de maiores rendimentos estão social e geograficamente concentrados, dependem de práticas de exploração, têm uma capacidade de multiplicação limitada e são provavelmente insustentáveis a longo prazo. Seria pouco honesto esperar que, sem mecanismos vinculativos, os rendimentos do tabaco contribuíssem espontaneamente para aprofundar e alargar a capacidade agrícola de Moçambique.

Enquanto enquadramento regulamentar vinculativo que rege o funcionamento do sector, o Regulamento do Tabaco estabelece uma base legal para a criação de concessões monopsonicas geográficas, que são fundamentais para os rendimentos criados pelo Estado. O Regulamento institui uma série de disposições técnicas para a produção e comercialização de tabaco, mas nunca estipula as condições em que são concedidos os rendimentos criados pelo Estado, nem dá, em última análise, a justificação para oferecer ao maior comprador mundial de tabaco em folha um cenário de operações livre de concorrência, e também não obriga os operadores a contribuir, em troca da liberdade de imporem livremente os preços a que querem comprar o tabaco (uma prerrogativa de que não gozam nos países vizinhos).²⁰ Actualmente, as concessões para o tabaco permitem ao capital internacional aproveitar um monopólio de uso de terras agrícolas e mão-de-obra barata, de forma produtiva, sem dúvida, mas sem qualquer compromisso estratégico a longo prazo para desenvolver a capacidade produtiva de Moçambique.

O Regulamento do Tabaco foi formulado para atrair operadores a Moçambique, o que conseguiu, mas foi menos eficaz na defesa dos interesses dos produtores locais. Por exemplo, enquanto são concebidas medidas rigorosas para impedir os produtores de vender fora do contrato, não há nenhuma obrigação semelhante para as empresas concessionárias de comprar efectivamente a folha produzida. A empresa tem um incentivo para comprar as quantidades que assegurem a recuperação de crédito fornecido e pode comprar à sua discrição além desse limite. O Regulamento do Tabaco proíbe vendas a terceiros e não dá aos produtores mecanismos para escoarem o tabaco não comprado pela empresa concessionária.

O sistema de concessões foi criado, no caso do tabaco, antes de a produção arrancar, e, se bem que se lhe possa dar crédito pelo desenvolvimento dessa produção, também precisa de ser ajustado às actuais características do sector. Da mesma forma, o Regulamento do Tabaco foi redigido numa altura em que havia várias empresas de compra de folha a operar no país e não foi actualizado para responder à situação actual, em que já só há um grande operador. Numa avaliação do Banco Mundial de produção de tabaco sob contrato, indicava-se que o Governo de Moçambique “não dispõe actualmente de um forte centro de conhecimento especializado para regular a indústria do tabaco (...) e está actualmente mal colocado para desafiar as empresas multinacionais em questões de preço e tributação” (2005: 44).

Em função das mudanças no funcionamento do sector do tabaco em Moçambique, e tendo em consideração o seu crescimento acelerado na última década, é necessário repensar em formas de articular o sector com a economia nacional e com o fornecimento de bens públicos em zonas de produção de tabaco. A revisão dos

20 Sistemas competitivos não impedem, porém, conluios entre empresas. As acusações de cartelização entre compradores de tabaco são frequentes no Malawi (Prowse, 2013).

mecanismos de regulamentação poderia investigar que espaço existe para mediar um acordo melhor para os produtores e para a economia no seu todo, incluindo a garantia de que sejam mobilizados recursos para financiar planos de produção de investimento produtivo, de reconversão e de contingência.

Uma política articulada para o tabaco teria de responder aos objectivos estratégicos de desenvolvimento para melhorar as actuais disposições institucionais, que são vagas no que diz respeito a metas a atingir e esperam, ainda assim, produzir espontaneamente dividendos de desenvolvimento. Além disso, a avaliação do desempenho de concessões deve basear-se em informação sólida recolhida, processada e utilizada pelas instituições do Estado. Actualmente, as instituições do Estado são consumidoras passivas de informação divulgada pelas firmas concessionárias.

Os produtores de tabaco devem ser apoiados no desenvolvimento de organizações representativas capazes de defender os seus interesses de forma independente. Não existe actualmente nenhuma organização desse tipo, o que reforça a desproporcional posição de fraqueza de cada produtor agrícola individualmente perante o comerciante de tabaco.

Conclusões

Este relatório apresentou as provas existentes do impacto positivo do regime de concessão na cultura do tabaco ao nível micro na produtividade agrícola, no grau de uso de insumos adquiridos e nos níveis de rendimentos de uma parte dos agregados familiares produtores de tabaco. Porém, também levantou questões pertinentes sobre os fundamentos deste desenvolvimento agrícola que assenta em competitividade obtida com base numa mão-de-obra explorada e auto-explorada. Não espanta que o tabaco tenha prosperado nos distritos interiores de Tete e Niassa, com uma longa história de serem reservas de mão-de-obra coloniais e com acesso a mão-de-obra migrante sazonal, ao passo que foi abandonado em regiões de Manica onde a proximidade com mercados maiores, a existência de redes de comércio e facilidades de crédito para outras culturas melhora a capacidade negocial dos produtores agrícolas.

A contribuição do sector do tabaco para a transformação sustentada geral da agricultura moçambicana está limitada por um regime fiscal que beneficia os comerciantes de tabaco com uma série de isenções e lhes dá o poder de definir unilateralmente as condições de produção e os preços pagos aos produtores. Desde a criação das concessões e a promulgação do Regulamento do Tabaco de 2001, a tendência tem sido, em Moçambique, para a concentração de actividades comerciais num único operador. Têm-se perdido oportunidades para promover as ligações deste sector dinâmico com o resto da economia, para aproveitar o seu potencial para contribuir para a ampliação e diversificação da estrutura produtiva e para identificar

fontes de receita que por um lado permitam financiar o fornecimento de bens públicos, e por outro, que o Estado exerça a sua função redistributiva.

Uma implicação do sistema de concessões em Moçambique é que a legislação protege o maior comerciante mundial de tabaco da concorrência no mercado sem qualquer mecanismo de compensação, como seja a intervenção activa do Estado na regulação dos preços. Em conjunto, estes dois elementos impedem o funcionamento de mecanismos que, doutra forma, poderiam ajudar os agricultores a fazer pressão para exigir preços mais elevados pela sua produção. Além disso, a expansão da agricultura sob contrato permite que os comerciantes comprem o tabaco, sobretudo a um grupo de pequenos produtores agrícolas mal coordenados, ao contrário do que se passa nos países vizinhos, onde o sector estatal tem influência política e alguma capacidade de resistir às pressões das empresas comerciais, e onde há um conjunto maior de empresas comerciais.

Na ausência de mecanismos alternativos, públicos ou privados, para crédito agrícola e fornecimento de insumos, tornaram-se necessários os esquemas de agricultura sob contrato para a produção de culturas de rendimento em Moçambique. No entanto, o modelo criou sectores agrícolas que apenas são competitivos nos preços com base em níveis de salários agrícolas que são significativamente mais baixos do que o salário mínimo do sector formal. O resultado da terceirização da produção é que as empresas multinacionais beneficiam indirectamente com os mercados laborais informais não regulados.

A comparativa falta de poder dos produtores de tabaco moçambicanos, juntamente com a limitada contribuição do sector do tabaco para as receitas do Estado fez com que o tabaco se tenha tornado mais um estaleiro da economia extractiva em que recursos valiosos, como a terra, a água e a mão-de-obra, são incorporados na produção, a pedido do capital, para a produção de bens de exportação, mas com graves limitações no que diz respeito a contribuir para a transformação estrutural da estrutura produtiva.

Referências

- Abeno, E. (n.d.). Evaporative Cooling Chosen for energy efficiency. Case Study: Tobacco Facility. Modern Products. <http://www.modernproducts.co.za>.
- ASH (Action on Smoking and Health) (2010). BAT's African Footprint. Report 2010.
- ActionAid (2013). Sweet Nothings, The Human Cost of British Sugar Giant Avoiding Taxes in Southern Africa. Disponível em: <http://www.actionaid.org.uk>.
- AIM (Agência de Informação de Moçambique) (2006). "Mozambique: Tobacco Giant Withdraws". *AllAfrica*. May 19, 2006.
- Benfica, R. M. (2006). "An analysis of income poverty effects in cash cropping economies in rural Mozambique: Blending econometric and economy-wide models". Doctoral dissertation. Michigan, Michigan State University.

- Benfica, R., Miguel, A., Zamela, J., Sousa, N. D., Boughton, D., Tschirley, D., & Marrule, H. D. (2004). *How to Avoid Killing the Chicken That Lays the Golden Eggs: An Analysis of the Potential Impacts of An Export Tax on Raw Tobacco in Mozambique*. International Development Collaborative Policy Briefs.
- Benfica, R., Zamela, J., Miguel, A., & de Sousa, N. (2005). *The Economics of Smallholder and Households in Tobacco and Cotton Growing Areas of the Zambezi Valley of Mozambique*. Research Paper Series. Maputo, Ministry of Agriculture of Mozambique, Directorate of Economics.
- Borras, S. M., Fig, D. & Suárez, S.M. (2011). “The politics of agrofuels and mega-land and water deals: insights from the ProCana case, Mozambique”. *Review of African Political Economy*, 38 (128), 215-234.
- Boughton, D., Tschirley, D., Zulu, B., Ofiço, A. O., & Marrule, H. (2003). “Cotton sector policies and performance in sub-Saharan Africa: Lessons behind the numbers in Mozambique and Zambia”. Apresentação feita na 25th International Conference of Agricultural Economists. 16-22 de Agosto, Durban.
- Boughton, D., Mather, D., Tschirley, D. L., Walker, T. S., Cunguara, B., & Payongayong, E. M. (2006). *Changes in Rural Household Income Patterns in Mozambique, 1996-2002, and Implications for Agriculture's Contribution to Poverty Reduction*. Research Report No. 61E, December 2006. Maputo, Ministério de Agricultura.
- Datamonitor (2011). Universal Corporation. Company Profile.
- Dias, P. (2013). *Analysis of incentives and disincentives for tobacco in Mozambique. Technical notes series*. Rome, MAFAP, FAO.
- Drum Commodities (2012). An African Tobacco Production Perspective. Disponível em: http://www.drumcommodities.com/sites/default/files/April%202012_Tobacco%20Project%20Executive%20Summary_0.pdf.
- FAO (2003). *Issues in the Global Tobacco Economy—Selected Case Studies. Food and Agriculture Organization. Raw Materials, Tropical and Horticultural Products Service Commodities and Trade Division*. Rome, Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- Hamela, H. (2012). *O IVA no sector da agricultura em Moçambique*. Maputo, USAID-SPEED.
- Hammar, A. (2010). “Ambivalent mobilities: Zimbabwean commercial farmers in Mozambique”. *Journal of Southern African Studies*, 36(2), 395-416.
- Hanlon, J. (2010.) Mozambique 168. News reports and clippings, 8 September 2010.
- Hanlon, J. & Smart, T. (2008). *Do Bicycles Equal Development in Mozambique?* NY, Boydell and Brewer Ltd.
- Hammond, R. (1998) “Consolidation in the tobacco industry”. *Tobacco Control*, 7(4), 426-428.
- Henderson, D. A. (1976). “Two aspects of land settlement policy in Mozambique, 1900-1961”. *Collected Seminar Papers.*, 20, pp. 142-150. Institute of Commonwealth Studies.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (2010). *Agriculture Census (CAP)*.
- Isaacman, A. (1992). “Peasants, work and the labor process: Forced cotton cultivation in colonial Mozambique 1938-1961”. *Journal of Social History*, 815-855.
- Isaacman, A. (1978). “Transforming Mozambique’s rural economy”. *Issue: A Journal of Opinion*, 8(1), 17-24.
- Jaffee, S. M. (2003). Malawi’s tobacco sector: standing on one strong leg is better than on none. *Africa Region Working Paper Series* No. 55. The World Bank.

- KPMG (2010). *As 100 Maiores Empresas de Moçambique*. Maputo, KPMG.
- KPMG (2011). *As 100 Maiores Empresas de Moçambique*. Maputo, KPMG.
- Macauhub (2006) “Sugar giants eye companies operating in Mozambique”. *Macauhub*. March 27th.
- Maputo Embassy (2004). Mozambique – Request For Tariff Rate Quota For Tobacco. Wikileaks. Wikileaks cable 04MAPUTO1502_a. [Acedido a: Dezembro de 2013].
- McDougal, T. & Caruso, R. (2013). *Wartime Violence and Post-Conflict Development Policy: The Case of Agricultural Concessions in Mozambique* nº.1/2013. Network of European Peace Scientists.
- Mertens, J.B. (2012). *Tributação no sector agrícola em Moçambique: uma análise das isenções de IVA e outras questões tributárias*. Maputo, CTA, USAID-SPEED.
- Diploma Ministerial 176/2001. Regulamento sobre o Fomento, Produção e Comercialização de Tabaco. 28 de Novembro. Ministério de Agricultura.
- Myers, G. W., West, H. G., & Eliseu, J. (1993). *Land tenure security and state farm divestiture in Mozambique: case studies in Nhamata, Manica, and Montepuez districts*. Land Tenure Center, University of Wisconsin-Madison
- Navohola, E. A. (2010). “Forced labour and rural resistance in the tobacco farms in Nampula Province: a history of rural change in Mozambique, 1961-1975”. M.A. dissertation. Faculty of Humanities, University of the Witwatersrand.
- OECD (2005). *Mozambique: African Economic Outlook 2004/2005*. Paris, OECD.
- Ossemame, R. (2011). “Desafios de expansão das receitas fiscais em Moçambique”. In: L. Brito *et al.* (orgs) *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo, IESE, pp.133-160.
- Oya, C. (2012). “Contract Farming in Sub-Saharan Africa: A Survey of Approaches, Debates and Issues”. *Journal of Agrarian Change*, 12(1), 1-33.
- Perez-Nino, H. (2014). “O caminho pela frente: desenvolvimento actual e perspectivas futuras do sector do transporte rodoviário de mercadorias em Moçambique. Um estudo de caso no corredor da Beira”. In: L. Brito *et al.* (orgs) *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE.
- Pitcher, A. (1991). “Sowing the seeds of failure: early Portuguese cotton cultivation in Angola and Mozambique, 1820-1926”. *Journal of Southern African Studies*, 17 (1), 43-70.
- Pitcher, M. A. (1996). Recreating colonialism or reconstructing the state? Privatisation and politics in Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 22(1), 49-74.
- Pitcher, M. A. (2002). *Transforming Mozambique*. Cambridge University Press.
- Poulton, C., Dorward, A., & Kydd, J. (1998) “The revival of smallholder cash crops in Africa: public and private roles in the provision of finance”. *Journal of International Development*, 10 (1), 85-103.
- Poulton, C., Gibbon, P., Hanyani-Mlambo, B., Kydd, J., Maro, W., Larsen, M. N., & Zulu, B. (2004). “Competition and coordination in liberalized African cotton market systems”. *World Development*, 32 (3), 519-536.
- Prowse, M. (2013). “A history of tobacco production and marketing in Malawi, 1890-2010”. *Journal of Eastern African Studies*. 7 (4), 691-712.
- Ruotsi, J. (2003). *Agricultural marketing companies as sources of smallholder credit in East and Southern Africa: Experiences, insights and potential donor role. Africa Division II*. Rome, IFAD.

- Savana (2010) “Corrupção no tabaco chega a Washington”. *Jornal Savana*, 13 de Agosto de 2010.
- SEC vs Universal Corporation (2010). 1:10-cv-01318. U.S. District Court – Columbia, 6 August, 2010.
- SEC (2010). SEC Charges Two Global Tobacco Companies With Bribery. Press Release 2010-144. Washington, D.C., U.S. Securities and Exchange Commission.
- Tornimbeni, C. (2000). Lavoro migratorio in Africa centro-meridionale e il distretto di Tete, Mozambico, 1890-1945. *Africa*, 309-337.
- Walker, T. S., Tschirley, D. L., Low, J. W., Tanque, M. P., Boughton, D., Payongayong, E. M., & Weber, M. T. (2004) Determinants of rural income, poverty, and perceived well-being in Mozambique in 2001-2002. *Flash Report 57E*. Maputo, The Directorate of Economics of the Ministry of Agriculture and Rural Development.
- Watts, M. J. (1994). “Life under contract: contract farming, agrarian restructuring, and flexible accumulation”. In: P. D. Little, & M.J. Watts (eds). *Living under contract: contract farming and agrarian transformation in sub-Saharan Africa*. Wiscconsin, University of Wiscconsin Press.
- World Bank (2005). *Mozambique – Contract Farming and Supply Chain Financing: Issues and Challenges*. World Bank: Agriculture, Environment, Social Development Unit – Africa Region.
- Wuyts, M. (2001). “The Agrarian Question in Mozambique’s Transition and Reconstruction”. *UNU-WIDER Discussion Paper No.2001/14*. Helsinki, UNU-WIDER.

Mudam-se os tempos, mudam-se os modos de pensar? (Des)continuidades nas reflexões sobre o trabalho em Moçambique

João Feijó

Introdução

Nos finais do séc. XIX, Karl Marx ficou conhecido pela sua perspectiva de análise que compreendia o Homem a partir das suas condições materiais de existência. Para Marx, o pensamento e o mundo das ideias constituíam o resultado da realidade empírica envolvente ao sujeito, nomeadamente dos modos de produção predominantes. Na sua perspectiva, as mudanças dos modos de produção e as consequentes alternâncias dos grupos dominantes conduziam a alterações nos modos de vida e nas formas de representação social. Para o autor, a classe que dispõe dos meios para produção material dispõe, por inerência, dos meios para a produção espiritual, pelo que “*as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes*” (Marx & Engels, 2001: xxxii).

Este texto tem como principal objectivo a análise da evolução das representações sociais sobre o trabalho. Trata-se de compreender que imagens sociais foram construídas, ao longo da história recente de Moçambique, em torno das relações de trabalho, das iniciativas empresariais, dos processos de acumulação ou da produtividade laboral. Na prossecução deste objectivo e não deixando de se admitir a existência de vários subperíodos, foram definidos três espaços temporais distintos: o período colonial, compreendido neste texto entre a conferência de Berlim e a independência de Moçambique; o período pós-independência, até à introdução dos Planos de Reajustamento Estrutural (PRE); e o período neoliberal, nomeadamente do PRE até à actualidade. Trata-se de períodos político-económicos específicos que, por esse motivo, não deixaram de ser produtores de dinâmicas de pensamento distintas – em função dos interesses dos (novos) grupos dominantes –, ainda que frequentemente em continuidade.

O período colonial

A partir de finais do século XIX, a intensificação da penetração colonial pela África Austral traduziu-se na implementação de um conjunto de grandes projectos

extractivos, ferro-portuários, rodoviários, de plantação, assim como de construção de residências e instalações administrativas. Se nos contextos europeus, os fenómenos de rápido crescimento demográfico geraram intensas migrações de populações rurais excedentárias para grandes centros urbano-industriais, onde espontaneamente se assalariavam, nos espaços africanos as dinâmicas foram distintas. Por um lado, a densidade populacional era comparativamente menor à das áreas europeias e a mão-de-obra insuficiente para a implementação de grandes projectos, num contexto de reduzida mecanização. A escassez de trabalhadores disponíveis constituiu, para as autoridades coloniais, uma forte preocupação.¹ Neste cenário, o processo de integração das populações no mercado capitalista foi realizado de forma coerciva – nomeadamente através do trabalho forçado ou de culturas obrigatórias e da introdução do imposto da palhota – complementada com a dinamização do pequeno comércio rural.

Instituído nos finais do séc. XIX, pago primeiro em espécie e posteriormente em valor monetário, os objectivos do imposto da palhota iam para além do financiamento do orçamento provincial (Head, 1980: 57). Despertando nas populações a necessidade de valores monetários para pagamento de imposto, forçava-se o assalariamento e desviava-se parcialmente os pequenos produtores de formas pré-capitalistas de organização económica, aprofundando-se a integração do campesinato nos mercados. Na falta de dinheiro para pagamento do imposto, a Lei previa o recrutamento para obras públicas e plantações, até o valor do respectivo salário repor o valor em dívida e respectiva multa, garantindo-se desta forma a produção da mão-de-obra necessária para os projectos coloniais. O gradual aumento do *mussoco* teve como impacto o sucessivo aumento do tempo despendido no trabalho assalariado ou na produção de mercadorias (Serra, 1980: 38).

A integração das populações numa economia de mercado processou-se, também, através da introdução de culturas obrigatórias, particularmente do algodão, essencialmente com o objectivo de expandir as áreas de cultivo (em função de interesses metropolitanos), de efectivar a respectiva produção e de alargar o número de horas dedicadas pelos camponeses à agricultura (Isaacman, 1991: 204). Em finais da década de 1930, a Junta de Exportação de Algodão Colonial recebeu poderes para intervir no momento da produção, passando a definir zonas de produção compulsiva, datas obrigatórias em que a população tinha que semear, ressemeiar e colher a sua cultura algodoeira, assim como o número de vezes que os campos tinham de ser sachados (Isaacman, 1991: 201). A produção tinha de ser racionalizada e o processo de trabalho camponês controlado com maior eficácia, o que significava definir com precisão a

1 No seu relatório de 1907-9, o Governador colonial de Quelimane (cf Serra, 1980: 46) escrevia que existiam duas necessidades vitais na agricultura da Zambézia: salários baixos e braços abundantes, dado que “*em muitas cousas não há, por enquanto, maneira de os substituir por machinismos*”. Num contexto de reduzida mecanização e de reduzida utilização de gado (em virtude da respectiva infecção pela mosca Tsé Tsé), recorria-se à força manual para a lavoura, debulhação e moagem. O algodão era descaroçado e o transporte dentro da exploração agrícola era feito com o emprego de energia humana (Serra, 1980: 49).

composição e a organização da força de trabalho, reestruturar o dia e o espaço de trabalho do camponês,² assim como impor as suas obrigações laborais (Isaacman, 1991: 206).

Após a Segunda Guerra Mundial, assiste-se a um aumento do investimento, particularmente através da introdução de plantações de chá, de arroz e de sisal, assim como de infra-estruturas económicas, num cenário de reduzida mecanização e de ausência de capitais para o desenvolvimento. Diversas zonas geográficas de Moçambique foram apanhadas numa encruzilhada de forte procura de mão-de-obra para projectos coloniais. Incapazes de competir com os grandes capitalistas das colónias vizinhas – particularmente do capital mineiro sul-africano ou de plantação zimbabwiano – as companhias coloniais em Moçambique viam-se obrigadas a pagar salários comparativamente inferiores. Atraídos por melhores condições contratuais e oportunidades de consumo, e pretendendo escapar ao pagamento do imposto da palhota, uma importante fatia da população emigrou para as colónias vizinhas, agravando o problema de falta de mão-de-obra, entretanto cada vez mais envolvida em culturas obrigatórias.³ Neste contexto, a materialização dos planos económicos coloniais sem aumento dos custos salariais exigia um maior rigor no sistema laboral, pelo que as autoridades coloniais se viram obrigadas à utilização de métodos compulsivos de recrutamento, através da instituição do regime jurídico do indígena e da implementação de um regime de trabalho obrigatório, vulgarmente designado de *chibalo*.⁴

A partir da década de 1960, a contestação interna e externa e as dinâmicas do próprio capital provocaram transformações reais ao nível das relações sociais e de produção. Em 1961, foi revogado o Regime Jurídico do Indigenato e acabaram as culturas obrigatórias. Paralelamente, o processo de industrialização – que respondia a um pequeno mercado provocado pela imigração de colonos⁵ –, o crescimento económico e a consequente exigência de trabalhadores mais qualificados impulsionaram o desmantelamento de um

2 Se o Sul do país era visto como uma reserva de trabalho para as minas da África do Sul, o Norte era então representado como uma grande reserva da força de trabalho improdutivo. Neste cenário, o número de camponeses do Norte de Moçambique incorporados neste sistema de produção de algodão aumentou de 80.000, em 1937, para 345.000 em 1940, e para 645.000 em 1941 (Isaacman, 1991: 205).

3 Como explica Hedges (1999: 95), a produção forçada de algodão e do arroz levou a que muitos indivíduos deixassem de ter interesse em serem trabalhadores sazonais nas plantações, apercebendo-se que o cultivo do algodão em áreas de solos apropriados poderia constituir uma opção comparativamente mais lucrativa.

4 De facto, foi neste contexto de crise de mão-de-obra que o Governador-Geral Bettencourt emitiu a circular 818/D7 de 7 de Outubro de 1942, através da qual todos os homens que não pudessem provar o seu trabalho por conta de outrem poderiam ser capturados pelo chefe de posto, concentrados nas sedes e recrutados pelas plantações ou em obras públicas, por período não superior a seis meses. Os funcionários administrativos portugueses eram auxiliados por uma hierarquia de chefes de povoação, que estavam isentos de imposto e de realização de trabalho forçado, recebendo uma ajuda no recenseamento e colecta de impostos e mobilização de mão-de-obra. Através destes processos, a Administração colonial adquiriu controlo sobre a principal mercadoria de Moçambique: a sua mão-de-obra (Head, 1980: 57; Vail & White, 1980: 293).

5 Como explica Wuyts (1980: 19), o lento desenvolvimento da indústria metropolitana era incapaz de absorver uma mão-de-obra excedentária rural, que tendia a migrar para alguns países da Europa Ocidental e da América Latina. Neste cenário, o regime colonial empenhou-se activamente a canalizar o fluxo de emigrantes para as colónias, de forma a mantê-los dentro da jurisdição de Portugal e disponíveis para o serviço militar. Por outro lado, permitia a criação de uma pequena burguesia colonial, portanto com características mais conservadoras, materializando desta forma, perante a comunidade internacional, o conceito político de províncias ultramarinas.

sistema socioeconómico assente no trabalho obrigatório, não qualificado e barato (que já não servia os interesses capitalistas coloniais). Promove-se a formação das populações locais, com ênfase no ensino técnico e comercial. Por pressões do próprio mercado, “*o capital foi obrigado a modernizar-se*” (Wuyts, 1980: 11).

Por sua vez, a instituição de pequenas lojas e cantinas no meio rural tinha como objectivo estimular o comércio e extrair excedentes da economia “tradicional”, incentivando a procura de bens manufacturados (tecidos, vinho, bens alimentares processados, instrumentos de trabalho, bicicletas, rádios, entre outros), frequentemente através de troca directa e contribuindo para a integração das populações nos mercados.

Este contexto socioeconómico foi produtor de específicas formas de representar o trabalho, podendo-se destacar um conjunto de três características dominantes: a vulgarização da ideia de preguiça africana; a associação do trabalho à civilização; e o carácter racionalizador do processo produtivo.

Como se referiu, a penetração de grandes projectos coloniais foi acompanhada por reduzidos investimentos em mecanização, aumentando por isso a dependência em relação a grandes quantidades de mão-de-obra barata. Se nas zonas mais industrializadas europeias enormes contingentes de origem rural voluntariamente se assalariavam em rígidas condições laborais, no continente africano assistiu-se a um fenómeno distinto. Na verdade, as condições oferecidas aos trabalhadores competiam com os *modus vivendi* rurais. Na generalidade, o pequeno produtor rural tinha à sua disposição terras de sobra para prover o sustento da sua família e ainda um excedente, beneficiando da providência do seu grupo doméstico, pelo que não dispunha de fortes motivos para, espontaneamente, vender a sua força de trabalho (Serra, 1980: 50). Inclusivamente, os riscos inerentes ao trabalho nas grandes unidades produtivas (Darch, 1981: 89) ou o receio de doença e de morte nas zonas urbanas (Abudu, 1986: 34) não incentivavam ao assalariamento, sobretudo quando as condições contratuais oferecidas não conseguiam competir com as oferecidas nas colónias vizinhas.

É neste cenário socioeconómico que emergiu a representação social do africano preguiçoso, tão ou mais incidente quando se frustravam as expectativas coloniais de recrutamento de uma mão-de-obra barata para a execução dos projectos coloniais. Como mostra Henriques (2003: 130), a grande maioria dos textos europeus redigidos a partir de finais do séc. XIX e consagrados à análise das práticas sociais de populações africanas, sublinhavam a existência de maneiras locais de gerir o tempo que se chocavam com os interesses coloniais. Na descrição das atitudes das populações locais predominavam as ideias de preguiça, de falta de motivação e de aversão ao trabalho. Dos africanos dizia-se serem dados à música e à dança (Serra, 1997: 139), terem comportamentos lascivos (Noa, 2002: 316-326), com propensão para o alcoolismo e sem preocupações de poupança (Castelo, 2007: 269). Frequentemente, os discursos

dos administradores coloniais revelavam dificuldade em compreender a racionalidade económica local. A título de exemplo, face aos baixos rendimentos auferidos na cultura do algodão, muitos camponeses optaram por transferir a sua força de trabalho para a produção de culturas alimentares, tácticas interpretadas por administradores locais (cf Isaacman, 1991: 206) como um sinal da “*indolência dos pretos*”, “*da sua preguiça e má vontade*” ou da “*natureza anti-económica do camponês moçambicano*”. Outras vezes referia-se que o nativo prefere “*ficar em casa a dormir e a comer (...) forçando a sua mulher a cultivar os produtos de que precisa*” (cf Vail & White, 1980: 303).

Ainda que em traços gerais o sistema de representações sociais se tivesse mantido, com o início da luta de libertação e a necessidade de conquistar as populações locais tornou-se necessário reciclar os velhos estereótipos sobre as populações africanas. Nos discursos das autoridades políticas, na imprensa ou na rádio, os antigos defeitos foram minimizados e a preguiça passou a ser atribuída ao clima.⁶

Com vista à concretização de projectos capitalistas e de forma a combater a indolência africana impunha-se a racionalização dos processos laborais. De facto, a partir da década de 1940, a efectivação da administração colonial é acompanhada por uma maior capacidade de controlo burocrático. Auxiliados por uma hierarquia de chefes de povoação, sipaios e capatazes, os funcionários administrativos portugueses desencadeiam um conjunto de censos populacionais, procurando inventariar a força de trabalho, os níveis de produção e hábitos alimentares e, com menor frequência, realizam-se análises antropométricas das populações locais.⁷ Criam-se cadernetas de trabalho e a obrigatoriedade de uso do passe⁸ e inventariam-se as populações aptas, empregues e disponíveis para contratação, em função das necessidades das companhias (Vail & White, 1980: 305). Entra-se no campo da gestão da tarefa e dos corpos para trabalho braçal (Serra, 1995). A partir da década de 1960, face ao grande descontentamento local, ao aumento das críticas internacionais e ao surgimento de movimentos nacionalistas, assiste-se a uma reciclagem dos discursos. Começam a surgir vozes governamentais que apelavam para a mecanização dos processos de produção, para o abandono da prática de emprego de mão-de-obra excedentária (para cobrir o absentismo e assegurar a permanência de um grande número de trabalhadores), tendo-se exercido pressões sobre a administração das plantações para melhoria da

6 De qualquer das formas, apesar da retórica sobre a missão civilizadora portuguesa, “*subsistia um certo cepticismo perante a possibilidade de os africanos evoluírem em termos culturais*” (Castelo, 2007: 274-275). Como referia Marcelo Caetano (citado por Ferreira, 1974: 11), Primeiro-Ministro português entre 1968 e 1974, “*os negros em África têm que ser dirigidos e organizados pelos europeus, mas são indispensáveis como auxiliares [e] têm que ser vistos como elementos produtivos organizados ou a serem organizados numa economia dirigida por brancos*”.

7 Os povos colonizados eram pesados, medidos e estudados do ponto de vista das suas características físicas, realizando-se milhares de fichas antropológicas, com informações sobre as características dos povos locais, ainda que não se possa afirmar que os dados dos antropólogos tenham chegado a servir de base a políticas concretas (Thomaz, 2002).

8 O documento registava a data do último pagamento de imposto e a data do último contrato. Sem um passe válido e autorização das autoridades, os homens não podiam abandonar as suas áreas residenciais. Não obstante o processo de fuga se tenha mantido frequente, apertava-se o controlo sobre a mobilidade das populações, a colecta dos impostos e o recrutamento de mão-de-obra (Head, 1980: 56).

alimentação, alojamento dos trabalhadores migrantes, assistência sanitária e condições salariais (Head, 1980: 69-70; Vail & White, 1980).

O terceiro aspecto que se pretende salientar prende-se com a associação do trabalho à ideia de civilização. No pensamento etnocêntrico e racista da época, a preguiça africana seria corrigida pela acção colonial portuguesa que, moldada por uma conduta paternalista e cristã, conduziria à assimilação das populações locais a uma cultura de trabalho europeia (Rosas, 2001: 1034). Os próprios missionários católicos e protestantes procuravam inculcar a ética do trabalho entre os recém-convertidos reiterando, por exemplo, a mensagem de necessidade de produção de algodão dos seus púlpitos⁹ (Issacman, 1991: 205). O trabalho era visto como algo “*correccional*”, particularmente aplicável a quem promovesse a indisciplina, andasse alcoolizado, desobedecesse a ordens do patrão, não trabalhasse arduamente ou abandonasse o trabalho sem autorização (Head, 1980: 56). Através da educação e da formação profissional pretendia-se fomentar nas populações locais o gosto pelos trabalhos manuais e agrícolas, de forma a evitar a ociosidade e a vadiagem.

Se no campo dos discursos políticos, as ideias dominantes traduziam os projectos económicos e os preconceitos da época, ao nível da produção científica o conhecimento era limitado por dois importantes aspectos: pela reduzida capacidade de investigação e pela colocação da mesma ao serviço dos interesses coloniais.

De facto, a partir do século XVIII, Portugal havia perdido o protagonismo entre as potências coloniais, nomeadamente Inglaterra e França, com reflexos negativos sobre o conhecimento e domínio dos territórios coloniais. Os portugueses dispunham então de poucos meios para promover e difundir as suas investigações científicas. As poucas instituições de pesquisa existentes¹⁰ foram criadas num contexto europeu nacionalista, marcado por uma competição desenfreada pela detenção de colónias africanas, o que naturalmente marcou as suas lógicas de funcionamento institucional.

Por outro lado, ao longo do Estado Novo, Portugal e as suas colónias viveram um regime fascista e autoritário, que se traduziu na censura das publicações, no controle das instituições e na criação e fortalecimento da polícia política (Rosas 1986; 1994), com reflexos sobre a análise científica. Só a partir de meados da década de 1960 se instituiu uma universidade em Moçambique, onde se vêem a abrir cursos de história,

9 Como refere Isaacman (1991: 205), muitos não viam contradição entre evangelizar e forçar os estudantes e outras populações a trabalharem nos campos de algodão pertencentes à Igreja.

10 Em 1875, aquando da fundação da sociedade de Geografia de Lisboa, já existiam cerca de quarenta instituições do mesmo tipo no resto da Europa (Thomaz, 2002: 97). O historiador René Pélissier (1986: 93) faz referência, na metrópole do século XX, às seguintes instituições direccionadas à produção de conhecimento colonial: a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Junta de Investigações Científicas do Ultramar, fundada em 1883, o Instituto de Medicina Tropical, e as próprias faculdades de Medicina de Lisboa e do Porto, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (reformulação da Escola Superior Colonial); o Museu de Etnologia do Ultramar, a Missão de Pesquisas Agrónomas, ou o Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Estas instituições tinham como objectivo a formação de um “*alto saber colonial*”, bem como a formação de burocratas capazes de servir o Império. Realizaram-se congressos coloniais, que contaram com a participação de indivíduos provenientes dos mais diferentes campos do saber, entre médicos, antropólogos, historiadores, missionários, militares, políticos ou administradores (Thomaz, 2002: 87).

economia ou geografia. De qualquer das formas, os *curricula* do ensino superior, as linhas de pesquisa e o conteúdo das publicações estavam direccionados para servir os interesses do colonialismo português (Silva, 2002: 77). Tal como noutros países europeus, a produção científica (muitas vezes financiada pelas administrações coloniais) agiu mais no apoio ideológico,¹¹ do que propriamente na compreensão académica dos fenómenos (Leclerc, 1972; Copans, 1975). Colonizar significava essencialmente o domínio de recursos físicos e humanos, assim como dos discursos e das formas de pensamento, disseminando uma forma específica de reflectir ou representar os indivíduos e territórios subjugados, de acordo com os interesses do poder dominante (Thomaz, 2002: 83). Saber, a dominação e exploração colonial estiveram estreitamente associados. Num cenário de influência do apartheid, até à década de 1970 não foram praticamente produzidas análises de cariz marxista nesta região da África Austral, tendo os estudos africanos sido dominados pelo que se designou de “*liberalismo do Cabo*” (Darch, 1981: 82), assentando numa problemática funcionalista.¹²

O período pós-independência

Após a independência de Moçambique, e na sequência da experiência na luta armada, o novo discurso político passa a enfatizar a temática da “*exploração colonial*” e da necessidade de “*libertação do Homem e da terra*”. Num contexto revolucionário e sob a preocupação de construção de uma unidade nacional, os discursos políticos polarizaram o contexto de luta em torno de dois grupos divergentes, estruturados num único pólo de contradição: colonizadores e colonizados ou exploradores e explorados. O Estado afirmou-se como motor da economia e, no seu terceiro congresso, a Frelimo definiu formalmente uma orientação marxista-leninista. As Directivas Económicas e Sociais do Terceiro Congresso (cf Wuyts, 1981: 33) salientavam que o desenvolvimento do sector Estatal iria constituir a base da formação de uma classe operária forte, que “*deverá assumir um elevado nível de consciência de classe e de organização, de modo a*

11 Comprometidos com a ideologia imperial da época e envolvidos no processo de legitimação da acção colonial, os trabalhos vinculados à Escola Superior Colonial – particularmente de Mendes Corrêa ou Jorge Dias, entre outros profissionais –, procuraram analisar o que se designava de mística ou vocação colonial (Castelo, 1998: 45; Thomaz, 2002: 111-112), fornecendo uma visão messiânica à missão portuguesa no Mundo, que a particularizava relativamente às demais acções colonizadoras. Já a partir das décadas de 1950 e 1960, os trabalhos do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre vieram reforçar aquilo que designou de especificidade portuguesa de estar no Mundo. De acordo com Freyre (2010: 269), contrariamente a outros colonos europeus, a situação de pobreza do colono português obrigava-o a manter o trabalho árduo, lado a lado com o nativo. Por sua vez, a sua conduta cristã tornava-o menos etnocêntrico, adoptando uma atitude missionária, humanitária e civilizacional (Freyre, 2010: 247), de extensão dos avanços da ciência e da melhoria da qualidade de vida dos colonizados.

12 Em inícios da década de 1960, num debate entre o antropólogo americano Marvin Harris e o administrador-etnógrafo português António Rita Ferreira, nas páginas da revista britânica *Africa*, Harris denunciava a violência do sistema de trabalho forçado, argumentando que a migração para as minas representava uma fuga à coerção colonial. Por sua vez, Rita-Ferreira minimizava o contexto opressivo colonial, argumentando que os mineiros moçambicanos realizavam opções meramente económicas, optando pelas situações salarialmente mais compensatórias, tal como também acontecia no continente americano.

desempenhar um crescente papel de direcção". As unidades de produção abandonadas pelos anteriores proprietários foram nacionalizadas. De uma forma geral, as grandes machambas foram transformadas em empresas estatais e, as mais pequenas, em cooperativas.

No plano político, o apoio prestado pelo Estado moçambicano ao ANC constituiu uma clara ameaça para o regime sul-africano que, em reacção, procurou enfraquecer economicamente o novo estado independente, retirando partido da situação de dependência. Em 1975, a África do Sul reduziu drasticamente o recrutamento anual de mineiros em Moçambique (First, 1998: 51-52; Newitt, 1997: 431), com consequências sobre o desemprego, já de si agravado com o encerramento de inúmeras unidades económicas resultantes da partida de colonos. Neste cenário, para a Frelimo, a migração do campo para cidade constituía um fenómeno que colocava problemas para o desenvolvimento e para um moderno modelo de organização. Com vista a reduzir a migração para as cidades e a atenuar o problema do desemprego, em 1979 introduziu-se a obrigatoriedade da guia de marcha nas cidades do país, passaporte interno necessário para se deslocar, nas cidades e no campo (Quembo, 2012: 78). Em 1983, com a Operação Produção, identificaram-se e deportaram-se para remotas zonas rurais os considerados "*improdutivos*" que, na prática, constituíam todos aqueles que não conseguissem provar que trabalhavam por conta de outrem, incluindo trabalhadores de actividades informais.¹³ Sob um ideal de Homem Novo, imaginado a partir da experiência da Frelimo nas zonas libertadas, representava-se o desemprego como o resultado da preguiça ou de falta de vontade (Quembo, 2012: 67).

Através da figura Xiconhoca¹⁴ (Figura 1) condenava-se activamente o absentismo, os atrasos, a desobediência, a bebedeira, o desleixo e sonolência no trabalho ou a falta de apuro na apresentação pessoal.¹⁵ Apelando-se à organização laboral, "*produzir é [considerado] um acto de militância*" (Machel, 1976b: 5, 8) e a produtividade "*um termómetro da consciência política*". As reivindicações de aumento de salário num cenário de baixa produtividade eram vistas como um atentado à economia (Samora, 1976b: 17). Se a produção no período capitalista colonial era representada como

13 A Operação Produção saldou-se no envio forçado para campos de trabalho de entre 50.000 a 100.000 pessoas, sobretudo oriundas das cidades moçambicanas, entre as quais pelo menos 30.000 de Maputo (Vines, 1991: 101). Trata-se de um projecto de engenharia social adoptado noutros países da região (Quembo, 2017: 66-67), nomeadamente no Zimbabwe (através da "*Operação Clean Up*" de 1983 e da "*Operação Murambatswina*" em 2005), no Malawi (através da "*Operação Dongosolo*" em 2005) e na Tanzânia (com a operação "*Nguvu Kazi*").

14 Em 1976, o Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo iniciou a publicação de uma série de *cartoons* retratando o que se designou de "*inimigo interno*", com o objectivo de facilitar a sua identificação e combate. Aparecendo regularmente em *posters*, revistas, livros escolares e jornais, Xiconhoca tornou-se conhecido como o modelo do papel negativo de quem promove, entre outros aspectos, a "*exploração parasita*". Xiconhoca apresentava desmazelo (barba por fazer, calçando chinelos, usando camisa desalinhada), exibia os seus vícios (de fumar e beber) e desleixo profissional, comportamentos antagónicos ao "*Homem Novo*", preconizado pelo "*partido de vanguarda*".

15 Neste aspecto, Samora Machel (1976b: 16) era particularmente incisivo: "*vão ao serviço sujos, alguns nem lavam a cara, as suas caras são lugares onde poeiras as moscas, porque têm remelas nos olhos e assim em vez de trabalharem passam o tempo a sacudir as moscas, o cabelo desgrenhado e cheio de fios de manta, como é que um trabalhador destes pode cuidar da máquina se nem sequer de si cuida?*". Os quadros directivos da empresa não escapavam às críticas: "*visitámos algumas empresas e o que é que nós vimos nos escritórios dos responsáveis da empresa: papéis desarrumados por todo o lado, chapéu em cima da mesa, casaco mal pendurado, etc.*".

assentando em relações de exploração, no período revolucionário era considerada como uma forma de construção e libertação do Homem Novo¹⁶ (Machel, 1976a: 6).

Figura 1: Xiconhoca



Fonre: FRELIMO (1979)

Diversos elementos que estiveram na base destes fenómenos sociais apareceram em continuidade com algumas práticas do período colonial. As novas empresas agrícolas estatais herdaram um sistema de plantação fortemente dependente do emprego de mão-de-obra sazonal (frequentemente forçada), sendo que não deixaram de continuar a recorrer a práticas de recrutamento compulsivo de trabalhadores rurais

16 Em cenários revolucionários e de incerteza política, a idealização de um Homem Novo procura traduzir o cidadão (re) educado de acordo com os novos valores, preconizados pelo emergente grupo dominante, politicamente mobilizado e capaz de concretizar os novos projectos. Trata-se de alguém expurgado dos “vícios” do regime anterior, frequentemente designado de “decadente”, cujo modelo de conduta se apresenta como exemplar, como a sinalética para o caminho idealizado. O Homem Novo é frequentemente idealizado à semelhança da experiência dos heróis revolucionários, politicamente (re) construída e mitificada, onde aqueles são imunizados dos vícios terrenos, num processo bastante moralizado. O Homem Novo representa a antítese do inimigo do povo, por sua vez personificando todos os vícios a combater, assim como o bode expiatório dos problemas sociais. O Homem Novo e o inimigo do povo constituem as duas faces de uma mesma moeda, as duas sinaléticas que clarificam o caminho revolucionário a seguir. Construindo-se mutuamente, um não existe sem o outro. Sobre o assunto veja Feijó (2016) “(Re)inventando o inimigo do povo – a importância da realidade oculta no pensamento ideológico” in Carlos Serra (Org) *O que é Ideologia?* Maputo: Escolar Editora, pp. 95-117.

(CEA, 1983b; Wuyts, 1981: 41). Da mesma forma, o modelo colonial de gestão da mobilidade populacional e de organização das cidades continha aspectos presentes na guia de marcha¹⁷ ou nos objectivos da Operação Produção. Por sua vez, a representação colonial do indígena preguiçoso, que deveria ser corrigido através do recrutamento forçado, manteve alguma continuidade nas noções de “*improdutivo*” ou de “*parasita urbano*” e de visões modernas¹⁸ e puritanas (inspiradas quer nas anteriores missões cristãs,¹⁹ quer na experiência militar da Frelimo), que estiveram na base dos processos de deportação forçada. O “*desemprego*” era visto como uma opção, resultante da falta de vontade de trabalhar, pelo que os desempregados, vistos como “*preguiçosos*”, tinham de ser obrigados a “*produzir*”, para o bem da sociedade (Quembo, 2017: 50). A Operação Produção e a projecção de construção de cidades no campo (como em Unango, no Niassa) não deixaram de apresentar continuidade com os projectos de constituição de colonatos no planalto da província de Niassa (Quembo, 2012: 72).

Num cenário revolucionário, em que se procuraram alterar os modos de produção, torna-se compreensível que, ao nível do ensino e da investigação, se tenham simultaneamente alterado as formas de analisar o fenómeno trabalho. Criado em 1976, sob a direcção de Aquino de Bragança e com a coordenação executiva de Ruth First, a acção do Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane exerceu um papel inovador ao nível das ciências sociais, tendo atraído um conjunto de investigadores internacionais (entre os quais vários sul-africanos pertencentes ao ANC), atraídos pelos objectivos de pesquisa assim como pelas metodologias de análise. No CEA, assiste-se a um conjunto de alterações paradigmáticas, onde se destacam a importância conferida à exploração capitalista e colonial; à temática da luta de classes e de resistência ao capitalismo colonial; à organização do trabalho nas empresas Estatais e cooperativas; assistindo-se a diversas inovações ao nível das abordagens metodológicas.

Com a criação do Centro de Estudos Africanos, diversas questões relacionadas com o trabalho passaram a ser entendidas dentro de um problema mais vasto, relacionado com as formas de acumulação capitalista. As abordagens do CEA conferiram um especial enfoque à economia política da África Austral, que passou a ser teorizada em termos de luta de classes, destacando-se a unidade existente entre capitalismo e *apartheid* (Darch, 1981: 81). Como explicava Darch (1981: 81) não se tratava de uma luta simplesmente académica. Era essencialmente uma luta pelo conhecimento científico.

17 Em 1986, quando a Renamo ampliou as suas operações em Nampula, o Governador da província sugeriu a introdução do sistema de caderneta, como o da época do trabalho forçado (O’Laughlin, 2016: 242).

18 Tal como no código do trabalho indígena, também na ideologia modernista da Frelimo, apenas era considerado moderno o trabalho formal, qualificado e inserido na visão do sistema económico e social vigente. Designados de “*candongueiros*”, os que estavam no sector informal não eram considerados trabalhadores ou “*produtores*” e deviam assim ser conduzidos ao campo para se dedicarem a uma “*actividade produtiva*” (Quembo, 2017: 50).

19 Como explica Quembo (2017: 66), grande parte destes dirigentes são contemporâneos de experiências coloniais nas cidades como o cartão de trabalho ou rusgas por bairros suburbanos: “*eles são ‘crioulos’, antigos assimilados, a elite, e olham para o seu ‘povo’ com o mesmo receio do colonizador, sem muita simpatia para os costumes e crenças chamadas ‘tradicionais’ que foram designadas de obscurantismo*”. Apesar do seu discurso de ruptura, assistia-se a uma continuidade com as práticas coloniais.

Quer as análises do trabalho nas plantações na província da Zambézia (Head, 1980; Serra, 1980), quer das migrações de mineiros moçambicanos para a África do Sul²⁰ (CEA, 1998; Brito, 1980) destacaram a importância da mão-de-obra barata para os interesses capitalistas, mostrando a forma como os modos de produção pré-capitalistas subsidiaram a acumulação de capital²¹ (Serra, 1980: 49), num contexto de “*renting state*” (CEA, 1998) ou de “*capitalismo parasitário*”²² (Serra, 1980: 50).

As publicações do CEA mostraram que a agricultura dos colonos dependia de uma mão-de-obra assalariada barata, que era garantida através de trabalho forçado, ou através de um padrão altamente sazonal de absorção do trabalho (Wuyts, 1981: 40), a um preço inferior ao da sua reprodução, permitindo desta forma a acumulação capitalista (Head, 1980; Serra, 1980; Wuyts, 1981: 40). No caso do Sul de Moçambique, salienta-se que a forma de proletarianização externa teve impactos na natureza da agricultura capitalista que se manteve, em grande medida, de pequena escala e dependente de uma força de trabalho instável e sazonal, com consequências no processo de formação de classes, já que não surgiu um proletariado rural monetariamente dependente do trabalho assalariado na agricultura.

Subjacente a diversas análises residia a premissa que estas questões só poderiam ser devidamente compreendidas se fossem firmemente colocadas dentro de uma problemática histórica marxista. Os estudos destacavam os baixos salários e o carácter explorador do trabalho, as duras e inseguras condições laborais, quer nas minas²³ (Darch, 1981: 89-90), quer nas plantações moçambicanas²⁴ (Head, 1980: 59-65), quer no porto de Lourenço Marques (José, 1987: 147). Os trabalhos denunciavam um conjunto de práticas brutais marcadas pela violência – ao nível do recrutamento (Head 1980; Vail & White, 1980: 309), do recurso à palmatória como castigo (Penvenne, 1993) e de fenómenos de discriminação racial (Penvenne, 1993; Tulner,

20 Os estudos do CEA versaram sobre as origens históricas do sistema de trabalho migratório, as políticas do Estado Sul-Africano em relação às economias dos países fornecedores, aos acordos internacionais, analisando o trabalho migratório no vasto e complexo contexto de dependência regional. O CEA procurava defender que o sistema de trabalho migratório constituía um aspecto fundamental do capitalismo sul-africano, estando de tal forma associados, que um não podia ser compreendido sem o outro (CEA, 1998; Brito, 1980; Darch, 1981: 81).

21 Como explica Serra (1980: 49-50), ao capitalista, convinha que a família camponesa não fosse destruída ou afastada. Manter as unidades produtivas familiares equivalia para as companhias e arrendatários custear apenas os dias estritos de trabalho, reenviando às comunidades de origem dos produtores a sua manutenção e a reprodução. Na verdade, o concessionário não pretendia a preservação em si da família camponesa, mas sim o aprovisionamento de mão-de-obra.

22 Alugando a mão-de-obra às minas sul-africanas, às companhias ou a arrendatários individuais e recebendo, regularmente, taxas e prémios, o Estado colonial acumulava sem intervir directamente na produção, servindo desta forma os interesses capitalistas das colónias vizinhas (Wuyts, 1980: 12; Serra, 1980: 41; CEA, 1998).

23 Contrariando os discursos corporativos publicados como o órgão oficial (*Mining Survey*) da Câmara das Minas Sul Africanas, que fala de mineiros que regressam a casa, cheios de alegria e bens de consumo, Darch (1981: 89-90) apresenta uma visão bem mais pessimista. O autor sintetiza diversas análises sobre as condições sanitárias e de trabalho nas minas sul-africanas, destacando as precárias condições de segurança física nas minas (entre 1936 e 1975 morreram mais de 28.000 mineiros africanos em consequência de acidentes, estimando-se em mais de um milhão os mineiros inválidos, durante o mesmo período, em resultado de acidentes. Os mineiros brancos também sofriam os mesmos acidentes, em duas vezes maior número do que os congéneres na Grã Bretanha ou nos Estados Unidos (Darch, 1981: 89). O autor (1981: 90) refere doenças pulmonares, nomeadamente tuberculose e doenças provocadas pela poeira.

24 Head (1980: 59-65) denuncia as condições de trabalho existentes na Sena Sugar Estates, particularmente as condições alimentares oferecidas aos trabalhadores, o carácter insuficientes e anti-higiénico do alojamento fornecido ou as longas horas de trabalho acima do estipulado por Lei.

1991: 53), ainda que conjugados com sistemas e práticas paternalistas de gestão (Vail & White, 1980: 346; Penvenne, 1993).

Tal como as relações de trabalho, também a política fiscal do Estado colonial, por intermédio do pagamento do imposto da palhota, passa a ser interpretado como “*a expressão da luta de classes, da luta entre o capitalista e o campesinato*” (Serra, 1980: 50).

Uma outra temática que emergiu na análise científica relacionou-se com a resistência dos trabalhadores à penetração capitalista e colonial. Penvenne (1993), José (1987: 152) ou Tulner (1991: 52), entre outros, debruçaram-se sobre a análise de movimentos grevistas, procurando aferir os motivos de protesto, assim como as respectivas reacções coloniais. Darch (1981: 91) abordou uma série de rebeliões nas minas sul-africanas, em 1972, descrevendo os alvos atacados pelos trabalhadores, nomeadamente os quadros e os informadores, assim como os blocos onde estavam instalados os serviços administrativos.

Já na linha de Scott²⁵ (1985) um outro tipo de abordagens das formas de resistência popular centra-se nas modalidades mais informais e passivas de protesto, em contextos opressivos e arriscados. Considerando a tensão existente entre a produção campesina e as necessidades de trabalho barato, Vail & White (1980: 160) interpretaram as situações de absentismo e de migração para zonas de menor controlo da administração (incluindo para as colónias vizinhas) como formas de contorno de situações desvantajosas. Diversos autores analisam canções de trabalho, quer ao longo do vale do Zambeze (Vail & White, 1980), quer nas minas sul-africanas (Manghezi, 1980), interpretando-as como formas passivas de protesto.

Subjacente a várias destas interpretações residia uma perspectiva de análise de classes marxista.²⁶ Darch (1981: 91) constatava que, aquando das rebeliões nas minas do Transval, a solidariedade entre mineiros sul-africanos e trabalhadores migrantes tornou-se mais evidente do que as rivalidades tribais,²⁷ procurando mostrar a natureza de luta e o nível de consciência daqueles que nela participaram.

25 Como demonstra Scott (1985), ao longo da história, a actividade política formal e organizada, mesmo que clandestina e revolucionária, foi, sobretudo, apanágio das classes médias e da *intelligentsia*. A maioria dos grupos subordinados raramente arriscou uma actividade política organizada, aberta e frontal. Ao invés de procurar alterar os sistemas sociais, estes grupos procuraram actuar dentro do sistema e retirar dele o mínimo de desvantagem, optando por estratégias menos arriscadas, como o arrastamento da produção através de ignorância fingida, da dissimulação e falso comprometimento, da sabotagem ou pequenos furtos ou mesmo da deserção. Trata-se de estratégias que requerem pouca coordenação ou planeamento, que implicam a existência de redes informais, ou a compreensão implícita, e que evitam formas de confrontação directa ou simbólica com a autoridade. Neste sentido, adopta-se um cuidadoso e calculista conformismo na vida pública, conjugado com formas silenciosas de protesto, relacionadas com a difamação e calúnias ou gestos e silêncios de desprezo.

26 A análise de classes a partir de uma perspectiva marxista é particularmente evidente em *A questão Rodesiana* (cf Fernandes, 2012: 119). De circulação restrita, neste documento procurava-se compreender o desenvolvimento das estruturas coloniais económicas da Rodésia, com o objectivo de distinguir as diferentes classes sociais e facções de classe que emergiram da base colonial. Pretendiam-se identificar as prováveis posições que as classes e facções de classe poderiam tomar naquela fase de luta do Zimbabwe, fazendo-se inferências sobre o seu papel revolucionário na fase de transição para a independência.

27 Os mineiros migrantes eram colocados em instalações para migrantes, denominadas *compounds*, segmentados de acordo com o grupo linguístico, portanto sem qualquer contacto com o contexto de uma luta social mais ampla.

Da mesma forma, nas suas análises a partir de entrevistas ou de canções de trabalho,²⁸ Manghezi (1980) demonstrou que os mineiros tinham noção do sistema de exploração existente.

A temática da resistência não deixou de ser influenciada ou de ser instrumentalizada para fins políticos. Num país multi-linguista, marcado pela diversidade cultural e de visões políticas, a exaltação de “*uma luta multi-secular*” contra um inimigo comum não deixava de ser politicamente útil, sobretudo nos períodos de crise económica ou de quebra de legitimidade dos grupos políticos dominantes.

Uma terceira temática introduzida relacionou-se com a análise das novas formas de organização do trabalho, nomeadamente nas empresas públicas agrícolas e cooperativas entretanto criadas (CEA, 1983a; CEA, 1983b). O CEA sempre procurou estar em consonância com o que eram as estratégias de desenvolvimento social e económico da Frelimo e do Estado, pelo que temas ligados à socialização do campo, trabalho migratório, desemprego, aldeias comunais ou desenvolvimento rural, entre outros, tornaram-se prioridades de pesquisa, uma vez que eram também as prioridades do Estado (Fernandes, 2012: 121).

De cariz mais aplicado, este tipo de abordagens não deixava de ter como objectivo a transformação do campo, de acordo com os ideais do partido no poder. Quer nas análises do CAIA quer das famílias camponesas de Angónia, os relatórios do CEA (1983a; 1983b) procuravam compreender a estrutura socio-histórica do distrito e a organização técnica e de classe, com vista a esclarecer os passos que levariam à transformação social sob moldes socialistas.²⁹ Num vocabulário por vezes mais estilizado, definiam-se as “*frentes de luta pela realização do papel dinamizador do sector estatal (...) e pela consolidação de modelos cooperativos*” (CEA, 1983b: 6). O Partido e as respectivas estruturas eram representados como a “*força de vanguarda*”, que iria dirigir e subordinar as forças populares aos interesses de uma “*aliança operário-camponesa*” (CEA, 1983b: 17).

Uma última característica que se pretende salientar relaciona-se com o alargamento das abordagens epistemológicas e metodológicas. A inspiração marxista de muitos dos intervenientes – que não deixou de ser geradora de polémicas, quer no contexto do

28 A ideia de Alpheus Manghezi gravar as canções de trabalho das mulheres camponesas em Inhambane começou por ser afastada por Ruth First (coordenadora da pesquisa), alegando que não seria relevante. Perante a sua insistência, Manghezi foi autorizado a recolher os dados, adiando-se a decisão final de se incluir essa informação: “*bastou à Ruth uma fita, uma cantiga, para decidir, sem margem para dúvidas, que aquilo era um instrumento extremamente útil. A partir daí, o Alpheus não fez mais nenhuma pesquisa sem recolher uma boa colheita de canções*” (Manghezi, 2007: 138).

29 Os estudos mostram o impacto exercido, a nível local, pela colectivação dos meios de produção e pela criação de grandes empresas estatais, num contexto de dependência de mão-de-obra sazonal. De acordo com o relatório (CEA, 1983b: 22), em vez de dinamizar a transformação socialista da vida camponesa, esse impacto contribuiu para a consolidação de uma forte oposição ao Estado, por parte de todas as camadas do pequeno campesinato, em resultado da prévia socialização económica nos moldes capitalistas coloniais. Neste cenário, não deixou de estar implícita uma certa visão do Estado contra o campesinato, que veio mais tarde a ser desenvolvida por Bowen (2000).

ensino,³⁰ quer da investigação³¹ – conduziu a um conjunto de mudanças nas formas de análise.

Em primeiro lugar surgiram inovações ao nível das técnicas de investigação utilizadas. Se o período colonial ficou associado à recorrência a inquéritos e a censos populacionais, com vista à inventariação da força de trabalho, o CEA ficou conhecido pela introdução de novidades metodológicas, de cariz qualitativo, destacando-se a análise de canções de trabalho, um novo enfoque conferido à utilização da entrevista ou até mesmo da fotografia, de cariz neo-realista³² (por exemplo o trabalho neo-realista de Moira Forjaz,³³ publicado no *Mineiro Moçambicano*).

Em segundo lugar destaca-se uma preocupação em conferir voz a todos aqueles que haviam sido silenciados ao longo dos anos anteriores, e em torná-los parte mais activa no processo de construção do conhecimento. Mineiros, camponeses e assalariados agrícolas, estivadores do porto de Lourenço Marques, entre outros operários urbanos, saem do anonimato e amplificam-se as respectivas experiências, transcritas ao longo de artigos. Nos primeiros números da revista *Estudos Moçambicanos* foram publicadas canções de trabalho (Manghezi, 1980), entrevistas a mulheres (Manghezi, 1981) ou a vítimas de trabalho forçado (Head & Manghezi, 1980). A partir das experiências partilhadas pelos investigadores foi evidente uma vontade de “*Não vamos esquecer!*” (título do Boletim Informativo da Oficina de História), e de descobrir o mundo social do colonizado. Da parte de vários entrevistadores (José, 1987: 152) foi manifestada a tentativa de recuperação da memória dos trabalhadores, insistindo em questões como as condições de trabalho, o carácter repressivo e autoritário do poder colonial, assim como as estratégias de resistência.

Em terceiro lugar, assistiu-se a alterações ao nível da forma de organização do próprio processo de produção colectiva de conhecimento. O editorial do primeiro número da revista *Estudos Moçambicanos*, assinado por Ruth First (1980: 2), assume como “*princípio a rejeição da divisão de trabalho na produção de conhecimento característico da burguesia, e o departamentalismo e carreirismo académico, bem como o isolamento profissional que aquela divisão do trabalho gera*”. De uma pesquisa

30 Teresa Cruz e Silva (2002: 78) recorda que, no ensino superior, o ensino obrigatório de disciplinas de marxismo-leninismo, se desenvolvia num conflito entre o marxismo ortodoxo ministrado por professores da Europa de Leste – a quem os estudantes chamavam de “*marxismo histórico e diabólico*” quando se referiam ao materialismo histórico e dialéctico – e os esforços para introduzir um ensino mais aberto e mais ligado às realidades locais, que partia sobretudo de uma corrente de docentes moçambicanos.

31 Não obstante se terem vivido, no seio do CEA, “*momentos de tensão entre a liberdade da distância crítica e a obediência à linha político-ideológica ditada pelo partido único*”, assim como uma forte discussão interna a respeito de alguns conceitos chave do marxismo, o CEA não deixou de reflectir uma “*certa convicção triunfalista na capacidade de o marxismo produzir análises científicas ao serviço do processo revolucionário e capazes de neutralizar a ideologia burguesa que se lhe opõe*” (Santos, 2012: 31; 36). Entre investigadores moçambicanos predominava a perspectiva que o marxismo deveria partir de uma abordagem indutiva, a partir do próprio terreno.

32 A fotografia vinha já constituindo uma técnica de recolha de dados pela antropologia colonial, ainda que sobretudo preocupada em captar o etnográfico e autóctone, congelado na tradição, portanto a-histórico, ignorando-se hibridismos e transformações sociais.

33 Já na África do Sul destaca-se o trabalho de David Goldblatt e Nadine Gordimer, com fotos de trabalhadores das minas brancas, como capatazes, desenhadores, caldeireiros, assim como de mineiros negros.

essencialmente individual, passa-se a valorizar um processo de produção de conhecimento maioritariamente colectivo (fruto de discussões e debates no centro), sem anular de forma absoluta a primeira. Refira-se que o trabalho dos investigadores era marcado pelos desafios da época de construção nacional e de transformação das condições sociais, conferindo-se aos respectivos estudos um carácter de urgência (Fernandes, 2012: 119-120).

O período neoliberal

A estagnação da economia, o aumento da dívida externa, a guerra e destruição de infra-estruturas conduziram à derrocada do projecto socialista. Em 1984 inicia-se um novo período histórico, na sequência do IV Congresso do Partido Frelimo, do pedido de adesão de Moçambique ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e da implementação dos Programas de Acção Económica, durante os quais se desenharam as condições de transição para a economia de mercado. Os Planos de Reajustamento Estrutural adoptaram uma série de medidas como a desvalorização do metical, a liberalização dos preços e do comércio, a reunificação dos mercados paralelo e oficial, a redução de gastos públicos em subsídios ao consumo e às empresas estatais ou a diminuição dos investimentos e custos nas áreas da saúde e educação (Mosca, 2002: 138). Estas medidas constituíram a contrapartida do financiamento da crise por parte do FMI e do Banco Mundial, por intermédio de projectos de desenvolvimento ou da negociação da dívida. A transição para uma economia de mercado foi acompanhada por uma revisão de diversas leis e por um aumento do diálogo com investidores privados, bem como por uma reforma política, que se consagrou no fim do regime monopartidário, no aumento das liberdades individuais e na realização de eleições multipartidárias.

A liberalização da economia traduziu-se num processo de encerramento ou privatização de empresas públicas. Ao longo das décadas de 1980 e 1990 sectores industriais inteiros – como o farmacêutico, plástico, vidro, têxteis, castanha de caju – foram à falência (Coughlin, 2005: 122), tendo como consequência o aumento do desemprego. A redução da capacidade do estado em oferecer serviços às comunidades e a contenção dos salários, entre outras medidas, afectaram sobretudo os grupos sociais mais vulneráveis, que encontraram no sector informal diversas oportunidades de sobrevivência. Por sua vez, muitos indivíduos com um nível de formação médio, impedidos de ingressar no emprego formal ou na função pública (devido às políticas de contenção do estado), viram-se na contingência de se tornarem empresários, oscilando entre o sector formal e informal da economia, em função das conveniências. Não obstante as dificuldades burocráticas, as deficiências das infra-estruturas, a má formação dos recursos

humanos, entre outros obstáculos, a partir de finais da década de 1980 o número de empresas constituídas não parou de crescer,³⁴ atraídas por oportunidades de negócio, frequentemente com o estado, e pela existência de baixos salários. A emergência do grande empresariado nacional esteve intrinsecamente associado à respectiva proximidade com os centros de decisão. Através de esquemas neopatrimoniais, diversas redes de poder acumularam capital por intermédio de créditos mal parados, de desvios financeiros do Orçamento Geral de Estado ou de processos fraudulentos como o caso do BCM e BPD.³⁵ Constatando que entre 1987 e 1997 todos os membros da Comissão Política da Frelimo estiveram directamente envolvidos na criação de actividades empresariais³⁶ ou integraram Conselhos de Administração, e analisando o processo de alienação de empresa estatais, Mira (2011: 9-13) caracterizou de “*centrifugo*” o processo de privatização em Moçambique. Temendo a mudança para uma economia de mercado, os membros da Frelimo no poder, que viam na privatização uma oportunidade de aquisição de riqueza, não deixaram de influenciar a orientação política do Governo, por intermédio daquilo que Pitcher (2003: 808) designou de “*preservação transformativa*”. A ausência de capital inicial foi compensada por facilidades de acesso ao estado, tendo a concorrência entre capital nacional e capital estrangeiro sido disfarçada, em parte, por alianças transnacionais, nomeadamente entre as burguesias estrangeiras e a “*classe-Estado*” (Tole, 1995: 223) moçambicana.

Neste cenário, assistiu-se a uma mudança dos discursos oficiais. Como explica Castel-Branco (2016: 151), de discursos socialistas assentes na “*libertação do homem e da terra*”, emergem novas visões assentes “*na possibilidade de os povos anteriormente colonizados se poderem tornar capitalistas*”, libertando-se dos bloqueios que o colonialismo representava para o desenvolvimento do capitalismo nacional. A partir da análise de discursos presidenciais, Chichava (2009) salienta a forma como surgiu, com alguma regularidade, a representação segundo a qual as pessoas são pobres por

34 Mira (2011: 8-9) constata 28 novas empresas em 1987, 265 em 1991, 380 em 1992, 396 em 1993, 416 em 1994 e 576 em 1997.

35 Uma das fontes bancárias de Carlos Cardoso (cf Fauvet & Mosse, 2003: 428) observou que o BCM lidava com “*a maior parte dos empréstimos do Banco Mundial ao sector privado e que as empresas simplesmente não pagaram os empréstimos. Cerca de 80% do dinheiro do Banco Mundial canalizado através do BCM estava agora classificado como crédito mal parado*”. Da mesma forma, o processo de privatização do Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) foi envolto em “*secretismo*” (Fauvet & Mosse, 2003: 391) e em processos fraudulentos. Rebaptizado de Banco Austral, o banco foi arruinado por uma hemorragia de créditos não pagos. Um antigo alto funcionário bancário referiu a Hanlon (27.09.2001: 5) que “*o Banco Austral era gerido politicamente. Havia crédito mal parado, letras de crédito sem cobertura, transferências de dinheiro para ministros e muitos favores pessoais*”.

36 De acordo com Mira (2011: 9-10), “*os membros do Comité Central (C.C) do 4.º Congresso aparecem em 99 empresas criadas entre 1987 e 1997; os membros do C.C do 5.º Congresso estão presentes em 112 empresas; os membros do C.C do 6.º Congresso constituíram 103 empresas; os membros do C.C do 7.º Congresso participam em 72 empresas*”. Por sua vez, os membros do Conselho de Ministros de 1987-1994 criaram 91 empresas e “*os membros do Conselho de Ministros de 1994-1999 aparecem com o seu nome implicado em cinquenta e seis novas empresas. Os generais têm uma presença empresarial constante, assim [como] altos quadros dos Serviços de Segurança*”. Da mesma forma, várias figuras do meio judicial são implicadas em negócios por intermédio de membros das suas famílias. Finalmente, “*os deputados de 1987-1994 criaram cento e dezoito empresas, e os deputados da Frelimo de 1994-1999 criaram oitenta e quatro empresas*”.

preguiça e por falta de amor ao trabalho, por falta de auto-estima ou de criatividade.³⁷ Num sistema neoliberal, no qual as elites dirigentes não revelam grande pudor ao nível da acumulação e exibição pública de capital, o trabalhador passa a ser incentivado a cumprir a sua função laboral (trabalhar), independentemente da possibilidade de sobrevivência e reprodução: “*o apelo em favor da Nação trabalhadora encobre o apelo laboral em favor da mais-valia do Capital*” (Serra, 01.10.2010). Trata-se, por outro lado, de uma representação que rompe com o discurso segundo o qual a África é pobre por causa do colonialismo e do imperialismo, que não deixa de procurar atrair simpatias do Ocidente e das agências de ajuda internacional (Chichava, 2009: 12-13).

Como noutros países do continente, a imposição de uma agenda neoliberal ao Governo moçambicano e a consequente reforma institucional, exerceram implicações profundas sobre a universidade (Silva, 2012: 79). Já no novo milénio, multiplicam-se as instituições de ensino superior privadas, agora guiadas pelas lógicas do mercado, em prejuízo da respectiva autonomia científico-pedagógica e colocando em risco as liberdades académicas. O ensino passa a caracterizar-se pela cisão entre ensino e pesquisa, pelo aumento exponencial de ingressos, sem investimento em infra-estruturas adequadas e crescimento qualitativo e quantitativo do corpo docente. Os novos quadros acabam por ser um resultado deste cenário: mais do que produzir conhecimento limitam-se a difundi-lo. Os mercados enchem-se de livros técnicos nas áreas de gestão de recursos humanos, produzidos em contextos Ocidentais, que chegam a Moçambique através de editoras portuguesas ou brasileiras, transmitindo conhecimentos produzidos noutros contextos socio-históricos, por vezes de aplicação discutível às realidades locais. Pelas inúmeras instituições de ensino superior proliferam licenciaturas nas áreas de gestão de recursos humanos, bastante direccionadas para questões de eficiência e eficácia organizacional, e não tanto para a compreensão sociológica dos fenómenos laborais. Nas monografias de licenciatura e nas dissertações de mestrado multiplicam-se análises relacionadas com a liderança e motivação, com a avaliação de desempenho ou com o recrutamento e selecção, na expectativa de irem ao encontro de necessidades de empregadores, particularmente empresas multinacionais e organizações não-governamentais.

Por sua vez, o aparecimento de toda uma indústria de desenvolvimento acaba por ter um conjunto de consequências sobre a pesquisa: por um lado, retira os melhores recursos humanos às universidades, incapazes de pagar salários competitivos. Por outro lado, ao invés de criarem, enquanto investigadores, as respectivas problemáticas, os

37 A temática do amor ao trabalho e do combate à preguiça tem sido incorporada no discurso político moçambicano. O programa do Partido Frelimo (aprovado pelo IX Congresso, em Novembro de 2005) refere inclusive que “*o esforço da mudança deve centrar-se*”, entre outros aspectos, “*no enraizamento da cultura de trabalho e auto-estima dos moçambicanos*”. Esta desafeição pelo trabalho resulta, segundo o então chefe de estado (cf Chichava, 2009: 10), de um *deficit* de socialização, pelo que Guebuza defendia a introdução nos *curricula* das escolas primárias de matérias que incitassem as crianças a terem amor pelo trabalho e que privilegiassem o saber-fazer à teoria. Falando à margem das celebrações do Dia do Trabalhador (AIM, 03.05.2010), também a então Ministra moçambicana do Trabalho, Helena Taipo, afirmou que “*o trabalhador moçambicano deve deixar de reclamar e dedicar-se ao trabalho, porque só com o trabalho aumentaremos a produção e a produtividade*”.

consultores passam a adoptar modelos e problemáticas definidas por outros. Muitos (pós-)graduados oscilam por várias áreas de conhecimento (em torno das temáticas da moda, como “empreendedorismo”, “empoderamento”, “boa governação”), em função de agendas e oportunidades de financiamento e em prejuízo do aprofundamento de conhecimentos e da constituição de uma carreira profissional sólida e coerente.

Neste cenário neoliberal emergem múltiplas abordagens em torno do tema do trabalho, tornando-se complexo definir, de forma estanque, um único paradigma de análise. De qualquer das formas, é possível identificar um conjunto de três tendências dominantes: a multiplicação de abordagens de cariz prescritivo e assentes na gestão; o surgimento de estudos culturalistas em torno do empreendedor local; e as análises centradas nas assimetrias na distribuição de recursos de poder e nas consequentes tensões laborais, num cenário de penetração do capital.

Num cenário neoliberal, sujeito aos imperativos do mercado, a ciência adquire uma dimensão mais aplicada. Quer de trabalhos de consultoria, quer de investigações de (pós-)graduação, resultam algumas publicações relacionadas com a liderança, com a avaliação de desempenho ou com o clima ou identidade organizacional (Levieque, 2007, 2011; Moreira & Laisse, 2008), onde uma das principais preocupações se relaciona com o aumento da eficácia e modernização de processos de trabalho.³⁸ Num cenário de aumento do investimento externo, grande parte da literatura utilizada procura reproduzir um conjunto de conceitos (“*coaching*”, “*capital humano*”, “*capacitação*”, etc.), de técnicas e “*boas práticas*” desenvolvidas noutros contextos socio-históricos, em cenários moçambicanos, bem menos meritocratas e assentes em lógicas clientelistas e neo-patrimoniais e, portanto, de discutível aplicação.³⁹

Já no campo das ciências sociais, um segundo conjunto de abordagens centra-se na temática do empreendedorismo. De facto, o crescimento urbano insustentado, os problemas de desemprego e a precariedade da economia urbana têm suscitado uma nova corrente de investigações a propósito daquilo que a Organização Internacional do Trabalho designou de sector informal. De uma forma geral, passou-se a conferir um particular enfoque ao mundo das pequenas e microempresas africanas, dos pequenos empresários informais, inclusive das mulheres⁴⁰ (Piepoli, 2008; Lopes,

38 Trata-se de um saber reproduzido por uma nova elite moçambicana, escolarizada e viajada, que se auto-afirma como moderna, “*dentro de uma nação que, segundo ela, o não é*” (Sumich, 2008), reproduzindo desta forma, perante os pares, o respectivo poder, reconstituindo uma promessa de progresso e afirmando-se como o grupo detentor das capacidades necessárias para a sua concretização.

39 Como explica Luís de Brito (2011: 14), “*nos tempos actuais, são muitos os modelos que nos chegam em todos os campos, da política à economia, e nos são impostos, ou talvez sejamos nós que nos impomos por preguiça e falta da capacidade de reflexão sobre os problemas*”.

40 Piepoli (2008) releva a influência da crise alimentar que se viveu a partir da década de 1980 na entrada de muitas mulheres em actividades empreendedoras, para resolução dos problemas económicos das suas famílias. Numa primeira fase, foi precisamente no sector alimentar que, fazendo uso de um conjunto de competências nesse domínio, as mulheres apostaram na preparação de alimentos cozinhados para vender. Numa segunda fase, as mulheres começaram a ponderar a possibilidade de se especializarem no tráfico de produtos agrícolas, que seriam fornecidos às mulheres cozinheiras. Como explica a autora, é neste contexto que nos inícios da década de 1980 aumentou substancialmente o número de *dumbanengues* (mercados informais insalubres) em Maputo.

2014), onde se procura destacar a singularidade dos modos de gestão, pelo menos por comparação com empresas ocidentais (Feliciano, 1996; Gomes, 2004; Fonseca-Stater, 2008; Feliciano, 2008). Por um lado, enfoca-se o carácter paternalista⁴¹ das práticas de gestão de recursos humanos. Por outro lado, a empresa é analisada como um sistema aberto e em estreita relação com o seu meio local, nomeadamente com os circuitos políticos, com as confissões religiosas e com a família alargada (Lopes, 2000; Gomes; 2008; Feijó, 2010a). Nestas perspectivas, o sucesso da empresa moçambicana reside, precisamente, no sucesso das relações estabelecidas com o meio local, capitalizáveis para fins económicos, propondo-se de alguma forma uma extensão dos conceitos de racionalidade weberiana.

Num cenário de forte penetração capitalista, e com todas as consequências daí inerentes em termos de produção de exclusão, uma outra abordagem focaliza-se nas assimetrias de recursos de poder existentes em contextos organizacionais (em termos de recompensas económicas e não económicas), assim como nas tensões e conflitos daí resultantes. Feijó (2010b, 2011b, 2015) discute a influência da cultura e das desigualdades salariais na estruturação das relações entre chefias e empregados em Maputo, concluindo que fortes assimetrias sociais se traduzem em fenómenos de conflitualidade surda, ainda que práticas de gestão paternalistas funcionem como amortecedores sociais (Gomes, 2004; Feijó, 2010a). Com recurso à metáfora do jogo, constata-se a existência de estratégias dinâmicas de relacionamento laboral, pautadas por alianças voláteis, assim como híbridas situações de cooperação e conflito, num cenário de medo e de incerteza. A partir da análise dos trabalhadores moçambicanos numa cadeia de supermercados, Miller (2006) analisa processos de confrontação mais assertivos da parte dos trabalhadores moçambicanos e Lopes (2006) aborda os conflitos laborais no sector da construção civil. Na mesma perspectiva, Bukenburg (2012) foca as assimetrias salariais nas empresas chinesas em Moçambique e, numa abordagem antropológica, Nielsen (2012) centra-se nas práticas de pagamento salarial, nas reduzidas possibilidades de consumo ou de transmissão de conhecimentos. A temática do risco e da segurança no trabalho tem merecido também atenção, nomeadamente na fundição de alumínio Mozal (Granja, 2003) ou na empresa açucareira de Xinavane (O’Laughlin & Ibraimo, 2013).

Neste tipo de análises não deixam de se questionar as noções do moçambicano preguiçoso. O’Laughlin (2016) constata a omnipresença desta representação social por parte de moçambicanos em posições de autoridade – entre os quais gestores de empresas agrícolas, sindicalistas e funcionários de autarquias –, frequentemente para explicar maus resultados económicos ou conflitos laborais. Por sua vez, Feijó

41 O termo paternalismo é utilizado como metáfora para compreender as relações entre empregadores e empregados através das relações entre pais e filhos. O conceito procura demonstrar a transformação das relações de autoridade e de exploração, orientadas sob o imperativo do regulamento e do lucro, em relações éticas e afectivas, onde predomina o sentimento de dever para com um protector (Feijó, 2010a).

(2011b) propõe que a alegada inércia moçambicana se relaciona, frequentemente, com um conjunto de estratégias adoptadas pelos trabalhadores, quer com o objectivo de rentabilizar a relação esforço-benefício, quer como forma de reacção a situações de baixos salários ou de assimetrias na distribuição de recursos de poder. A alegada “preguiça” moçambicana não deixa de constituir uma estratégia de resistência passiva, num contexto entendido como não meritocrata, socialmente injusto e, inclusivamente, preconceituoso. Na linha de Abudu (1986: 34), e considerando-se a diferença entre as atitudes dos trabalhadores assalariados e o dinamismo evidenciado pelos empreendedores africanos, sobretudo no contexto informal, propõe-se um exame mais cuidado das assunções de preguiça africana.

É preciso que tudo mude, para que tudo fique como está: considerações finais

A implementação dos grandes projectos coloniais, num contexto de reduzida mecanização, só foi possível através do recrutamento de grandes quantidades de mão-de-obra barata. Porém, as condições contratuais oferecidas – quer em termos salariais, quer em termos de segurança socioprofissional – não eram particularmente atractivas para muitas populações, quer por comparação com os contextos de origem, quer por comparação com as colónias vizinhas. Tal como noutras zonas do globo, a incapacidade dos capitalistas de compreender as relutâncias locais traduziu-se no desenvolvimento de imagens sociais assentes na noção de preguiça, tão ou mais evidentes quando se frustravam as expectativas de oferta voluntária de mão-de-obra. Economicamente em concorrência com formas de capital mais poderosas e mais bem estabelecidas, a burguesia colonial só poderia assegurar a sua posição através da expansão e institucionalização do trabalho obrigatório, quer através da venda forçada de trabalho, quer através do cultivo forçado de culturas de rendimento. Neste cenário, assistiu-se a uma forte racionalização do processo produtivo. Sob um ideal lusotropicalista, o trabalho era representado como símbolo de progresso e de assimilação aos costumes portugueses, tendo a parca produção científica estado ao serviço dos interesses coloniais.

Após a independência, a empresa privada passou a ser representada como um local de acumulação da burguesia, de exploração do trabalhador e de produção de desigualdades. Neste cenário, o Estado procurou assumir-se como o motor da economia e colectivizou grande parte dos meios de produção, constituindo empresas públicas e cooperativas de trabalhadores. Porém, o aumento do desemprego ou a extrema dependência da economia moçambicana em relação ao trabalho migratório e sazonal, tiveram como consequência a repetição de práticas coloniais, ao nível do recrutamento laboral compulsivo, de deslocações forçadas ou de restrições à

mobilidade populacional. Estas práticas não deixaram de continuar assentes em ideias modernas e puritanas, por exemplo ao nível da reprovação social do “*improdutivo*”. No que respeita à produção de conhecimento, assistiu-se a uma alteração das formas de análise, procurando-se reelaborar uma economia política de Moçambique no contexto da África Austral. O fenómeno do trabalho passou a ser compreendido dentro de um problema mais vasto, que era o das formas de acumulação do capitalismo sul-africano e colonial. Numa perspectiva marxista, os fenómenos sociais passam a ser interpretados num contexto de antagonismo social, assente em contradições de classe e num cenário capitalista e de exploração.

Se durante o período de inspiração marxista, a empresa privada era representada como um local de exploração da classe proletária, com a liberalização da economia passou a ser representada como o motor do progresso socioeconómico. Tal como noutros países africanos (ainda que em Moçambique com um carácter mais tardio), forma-se uma classe empresarial nacional, frequentemente em aliança com o capital estrangeiro, próxima dos centros de decisão e que tem, normalmente, o Estado como principal parceiro económico. Sob a égide de um discurso nacionalista, assiste-se a um processo de expropriação do Estado e à formação de uma “burguesia” nacional. Neste cenário reciclaram-se os anteriores discursos, passando-se a explicar a pobreza e a exclusão, não tanto a partir das condições de produção existentes, mas a partir da preguiça, da falta de iniciativa ou da falta de amor ao trabalho, independentemente das condições sociais. Apresentando-se em continuidade com as representações dominantes no período colonial, as novas imagens sobre o “relaxamento” ou a “indolência” moçambicana continuam a ignorar todo um conjunto de aspectos relacionados com as condições motivacionais dos trabalhadores em contexto de assimetria e precariedade salarial, com as racionais tentativas de recuperação do controlo de ritmos de trabalho ou com a definição de estratégias de compensação salarial. Trata-se de representações sociais emitidas sobretudo pelos próprios detentores dos meios de produção (Feijó, 2015), que explicam não tanto os fenómenos de pobreza e de exclusão, mas sobretudo os respectivos interesses e posições de classe. A representação da alegada “*preguiça moçambicana*” – partilhada por governantes e líderes empresariais, de forma directa ou camuflada – não deixa de se inserir em propósitos de acumulação, num quadro de relações económicas capitalistas. Como referiam Marx & Engels (1984: 65), os grupos que controlam os meios de produção material dispõem, por inerência, dos meios de produção mental, compelindo os restantes membros da sociedade a adoptar o modo de produção capitalista – ainda que de cariz rendeiro (Yates, 1996: 32-36) ou patrimonial (Fauré & Médard, 1995: 295) –, consonante com os seus interesses de classe.

Ao nível da produção de conhecimento académico, se até meados da década de 1980 os analistas se centraram em questões de política macroeconómica e no impacto

de grandes projectos estatais, ou na formação e exploração da classe operária africana, com a liberalização dos mercados, inúmeras atenções se orientaram para a análise da empresa africana. Surgem também alguns trabalhos na área do empreendedorismo e da formação de empresários, quer ao nível das elites africanas, quer das microempresas do sector informal. Se diversas análises se centram em questões técnicas e assentes na preocupação de eficácia organizacional – frequentemente pensadas em contextos meritocratas e de complexa adaptação a contextos locais – outras procuram compreender as especificidades dos empresários moçambicanos, assim como o complexo relacionamento com as suas redes comunitárias. Um outro conjunto de reflexões centra-se não tanto na noção de inoperância ou de falta de produtividade, mas nas assimetrias de recursos de poder e nas habilidosas estratégias de gestão de recursos, para proveito pessoal. A inoperância dos actores esconde, na verdade, um conjunto de estratégias proactivas e racionais, ainda que diferentes da racionalidade da organização, propondo-se desta forma uma reanálise das assunções da preguiça africana.

Importa, por fim, realizar um conjunto de quatro considerações: Apesar das inúmeras referências realizadas ao longo deste texto, refira-se que, exceptuando um conjunto de notáveis investigações, em Moçambique nunca existiu uma produção de conhecimento massiva e sistemática em torno de temáticas relacionadas com o trabalho ou com os estudos organizacionais. Uma herança colonial marcada pelo analfabetismo, a ausência de recursos financeiros, a má gestão de recursos, a existência de outras prioridades, uma guerra de 16 anos e, mais recentemente, a inexistência de mecanismos que incentivem a pesquisa, completam um quadro pouco estimulante para a produção de conhecimento. Por outro lado, as organizações constituem, geralmente, sistemas fechados e, portanto pouco receptivas à realização de estudos nas áreas de ciências sociais. Contudo, esse secretismo tende a ser agravado em contextos de maior assimetria de distribuição de recursos de poder (e, portanto, conflituais) ou onde as estratégias organizacionais assentam em relações clientelistas com os centros de decisão, como é o caso moçambicano.

Em segundo lugar, não obstante a existência de um período revolucionário, durante o qual se ensaiaram tentativas de modernização do país sob moldes socialistas – em termos de colectivização dos meios de produção, de centralização dos processos de planificação, ou ao nível da organização do trabalho –, a realidade é que se assistiu a uma continuidade, até à actualidade, de um modo de produção capitalista.

Em terceiro lugar, foi possível constatar que as representações sobre a alegada preguiça moçambicana remontam ao final do séc. XIX, tendo-se prolongado até à actualidade, de forma relativamente contínua e com maior visibilidade nos períodos de maior penetração de capital ou de implementação de projectos modernizadores. Nestes períodos tenderam a recuperar-se representações pejorativas relacionadas com a “*má vontade*”, a “*preguiça*” ou a “*improdutividade*”, que se foram procurando corrigir

através de métodos mais ou menos autoritários. A predominância destas categorias mentais reflecte a permanência de um modo de produção capitalista, não obstante a existência de uma curta experiência revolucionária.

De qualquer das formas, as mudanças dos sistemas político-económicos foram acompanhadas por transformações nos próprios centros de formação e de pesquisa, introduzindo-se novos paradigmas de análise. A produção de conhecimento não deixou de estar envolvida em fenómenos de luta e de conflito entre paradigmas,⁴² cujas lógicas por vezes se assemelham aos conflitos entre os partidos políticos. Os centros de pesquisa constituem sistemas sociais de produção de conhecimento, em relação com os contextos externos, nomeadamente com as estruturas políticas, com o mercado ou com agências financiadoras.

Referências

- Abudu, F. (1986). “Work attitudes of Africans”. *ISMO* 16, pp. 17-36.
- Bowen, M. (2000). *The State against the Peasantry*. Virginia: University Press of Virginia.
- Brito, L. (1980). “Dependência colonial e integração regional”. In *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 23-32.
- Brito, L. (2009). ‘Discurso político e pobreza em Moçambique – uma análise de três discursos presidenciais’. In *II Conferência IESE Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique*, pp. 1-18 disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/GrupoIV/Dsicurso_Politico_LBRITO.pdf, consultado a 10.03.2017.
- Brito, L. (2011). “Por uma sociologia sem fronteiras – O exemplo de “O Mineiro Moçambicano”. Aula pública de sociologia organizada pela associação moçambicana de sociologia, disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2011/Aula_Publica_LB.pdf, consultado a 13.03.2017.
- Bunkenborg, M. (2012). “Será tudo parte de um grande plano? Encontros etnográficos com os chineses em Moçambique”. In Sérgio Chichava & Chris Alden *A Mamba e o Dragão – relações Moçambique-China em Perspectiva*. Maputo: IESE/SAIIA, pp. 81-98.
- Castel-Branco, C. (2016). “Dilemas da industrialização num contexto extractivo de acumulação do capital”. In L. Brito; C. N. Castel-Branco; S. Chichava; S. Forquilha; A. Francisco (orgs). *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 255-267.
- CEA – Centro de Estudos Africanos (1983a). *Organizar os trabalhadores nas machambas estatais: o caso do CAIA – relatório nº 83/1*. Maputo: Centro de Estudos Africanos
- CEA – Centro de Estudos Africanos (1983b). *Famílias camponesas de Angónia no processo de socialização do campo – relatório nº 83/2*. Maputo: Centro de Estudos Africanos

42 Numa interpretação sociopolítica da produção do conhecimento, Thomas Kuhn (1962) considera que o trabalho do cientista exprime uma adesão muito profunda a um paradigma teórico. Cada paradigma implica a existência de esquemas teóricos, conceptuais e metodológicos, aceites por todos aqueles que partilham essa forma de olhar. Reforçando o pensamento de Kuhn, Lakatos (1999) considera que qualquer paradigma de investigação concebe um “núcleo duro”, irrefutável pelos respectivos investigadores. O autor húngaro utiliza o conceito de “*cintura protectora*” para exprimir um compromisso (inconscientemente) estabelecido pela comunidade para, ao longo das suas investigações, não introduzir falsificações que perturbem a ordem do paradigma. As teorias de Kuhn e Lakatos não deixam de se inserir, elas próprias, num paradigma científico que envolve um compromisso por parte dos seus seguidores.

- CEA – Centro de Estudos Africanos (1998). *O Mineiro Moçambicano – um estudo sobre a exploração de mão-de-obra em Inhambane*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Chichava, S. (2009). “Por que Moçambique é pobre?” – uma análise do discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza”. In *II Conferência IESE Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique*, pp. 1-21, disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP19_2009_Chichava.pdf, consultado a 10.03.2017.
- Copans, J. (1975). *Anthropologie et Impérialisme*. Paris: Maspero.
- Coughlin, P. (2005). “Globalização, Imperativos Tecnológicos e Relações de Trabalho em Moçambique”. In Peter Coughlin (Org.) *Relações Laborais em Moçambique – Lei, Prática e Implicações Económicas incluindo Comparações Internacionais*. Maputo: EconPolicy Research Group, Lda., pp. 122-224.
- Darch, C. (1981). “Trabalho migratório na África Austral: um apontamento crítico sobre a literatura existente”. In *Estudos Moçambicanos*, 3, pp. 81-96.
- Fauré, Y. & Médard, J. (1995). “L’État-business et les politiciens entrepreneurs. Néo-patrimonialisme et Big-Men: économie et politique”. In Stephen Ellis & Yves-A. Fauré, *Entreprises et entrepreneurs africains*. Paris: Karthala, pp. 289-310.
- Fauvet, P. & Mosse, M. (2003). *É proibido pôr algemas nas palavras – Carlos Cardoso e a revolução moçambicana*. Maputo: Ndjira.
- Feijó, J. (2010a). “Relations with people and relations with things – management of Human resources in African companies”. In *Werkwinkel, Journal of Low Countries and South African Studies*, 5 (1). Poznan, Poland: Department of Dutch and South African Studies of the School of English and Adam Mickiewicz University, pp. 73-90.
- Feijó, J. (2010b). “Relações sino-moçambicanas em contexto organizacional – um estudo de empresas em Maputo”. In Carlos Serra (Dir.) *A Construção Social do Outro – perspectivas cruzadas sobre estrangeiro e moçambicanos*. Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, pp. 245-316.
- Feijó, J. (2011a). “Biscates, boladas e manobras – estratégias de compensação salarial de trabalhadores moçambicanos em Maputo”. In Cristina Maneschy, Ana Gomes e Ida Gonçalves (Orgs) *Nos dois lados do Atlântico: trabalhadores, organizações e sociabilidades*. Belém: Editora Paka-Tatu, pp. 95-112.
- Feijó, J. (2011b). “Eles fingem que nos pagam, nós fingimos que trabalhamos – resistência e adaptação de trabalhadores moçambicanos em Maputo”. In *Estudos Moçambicanos*, 22, pp. 245-316.
- Feijó, J. (2015). *Orientações culturais e recursos de poder – relações laborais em Maputo*. Maputo: Alcance Editores.
- Feijó, J. (2016). “(Re)inventando o inimigo do povo – a importância da realidade oculta no pensamento ideológico”. In C. Serra (org) *O que é Ideologia?* Maputo: Escolar Editora, pp. 95-117.
- Feliciano, J. (1996). “Empresários e memória social: Percursos em Moçambique 1983/93”. In *Economia Global e Gestão* 2, pp. 23-44.
- Feliciano, J. (2008). “Vinte anos de empresariado em Moçambique (1983-2004)”. In José Fialho Feliciano e Guilherme Fonseca-Statter (Coords) *Empresariado, Empreendedorismo e Desenvolvimento em Angola e Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, pp. 5-25.
- Fernandes, C. (2012). “Actualidade, urgência e colectivo na emergência de um novo campo do saber em Moçambique: o caso do CEA (1976-1986)”. In Teresa Cruz e Silva; João Paulo Borges Coelho; e Amélia Neves de Souto (Org.) *Como fazer ciências sociais e*

- humanas em África – questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: Codesria, pp. 109-124.
- First, R. (1980). “Editorial: subdesenvolvimento e trabalho migratório”. In *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 2-8.
- Fonseca-Statter, G. (2008). “Do Empreendedorismo ao Empresariado – Da revolução industrial à África Sub-Sahariana Pós-Colonial”. In José Fialho Feliciano e Guilherme Fonseca-Statter (Coords) *Empresariado, Empreendedorismo e Desenvolvimento em Angola e Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, pp. 26-65.
- FRELIMO (1979). Xiconhoca – O inimigo. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO” well after “Fonseca-Statter, G. (2008)”.
- Gomes, A. (2004). *A lógica do afecto – discussão em torno das linhas de força da gestão de recursos humanos nas empresas portuguesas em Moçambique*. Dissertação de Doutoramento em Gestão de Recursos Humanos. Lisboa: Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Gomes, A. (2008). “Gestão Recriada em Moçambique – o caso da Propesca na Beira”. In José Fialho Feliciano e Guilherme Fonseca-Statter (Coords) *Empresariado, Empreendedorismo e Desenvolvimento em Angola e Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, pp. 156-185.
- Granjo, P. (2003). “A mina desceu à cidade: memória histórica e a mais recente indústria moçambicana”. In *Etnográfica*, 7 (2), pp.403-428.
- Head, J. (1980). “A Sena Sugar Estates e o trabalho migratório”. In *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 53-72.
- Head, J. & Manghezi, A. (1980). “Entrevistas – o trabalho forçado por quem o viveu: entrevistas”. In *Estudos Moçambicanos*, 2, pp. 27-36.
- Hedges, D. (Coord) (1999). *História de Moçambique, Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.
- Isaacman, A. (1991). “Camponeses, trabalho e processo de trabalho: o cultivo forçado de algodão em Moçambique colonial (1938-1961)”. In Alexandrino José e Paula Meneses (Org.) *Moçambique – 16 anos de Historiografia*. Maputo: Colecção Painel Moçambicano, pp. 195-237.
- José, A. (1987). “O operariado moçambicano e a sua história: problemas e perspectivas a partir de um estudo de caso sobre os estivadores do porto comercial de Maputo”. In *Arquivo*, 2, pp. 144-162.
- Kuhn, T. (1962). *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: Univ. Of Chicago.
- Lakatos, I. (1999). *Falsificação e Metodologia dos Programas de Investigação Científica*. Lisboa: Edições 70.
- Leclerc, G. (1972). *Anthropologie et Colonialisme: Essai sur l’Histoire de l’Africanisme*. Paris: Fayard.
- Levieque, A. (2007). *Gerir Recursos Humanos é gerir mudanças*. Maputo: Ndjira.
- Levieque, A. (2011). *Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública em Moçambique*. Maputo: Ndjira.
- Lopes, M. (2000). *O papel dos valores e crenças africanas no tempo de trabalho circular, nas estratégias, na negociação das diferenças entre operários e dirigentes no corredor de Maputo*. Tese de Doutoramento em Administração. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Lopes, M. (2006). *Os empresários da Construção Civil e as Relações de Trabalho*. Maputo: Imprensa Universitária.

- Lopes, M. (2014). *Desenvolvimento de empreendedoras em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora.
- Machel, S. (1976a). “Produzir é aprender, aprender para produzir e lutar melhor”. In *Colecção “Estudos e Orientações”*, caderno nº 1. Maputo: Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO.
- Machel, S. (1976b). “Produzir é um Acto de Militância”. In *Colecção “Estudos e Orientações”*, caderno Nº8. Maputo: Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO.
- Manghezi, A. (1980). “A voz do mineiro: entrevistas e canções”. In *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 77-90.
- Manghezi, A. (1981). “A mulher e o trabalho”. In *Estudos Moçambicanos*, 3, pp. 45-56.
- Manghezi, N. (2007). *Amizade traída e recuperada – O ANC em Moçambique (1976-1990)*. Maputo: Promédia.
- Marx, K. & Engels, F. (1984). *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Edições Avante.
- Marx, K. & Engels, F. (2001). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- Miller, D. (2006). “Spaces of resistance’ – African workers at Shoprite in Maputo and Lusaka”. In *African Development*. 31 (1), pp. 27-49.
- Mira, F. (2011). “Os Corredores do Poder nas Elites Moçambicanas (1987-1994)”. Comunicação apresentada na Conferência Prevenção e Resolução de Conflitos em África, Instituto de Defesa Nacional, 10 a 12 de Outubro.
- Moreira, L. & Laisse, S. (2008). *Identidade Organizacional – um diferencial para a competitividade das empresas moçambicanas*. Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Mosca, J. (2002). *Encruzilhadas de África – ênfase para os PALOP*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Nielsen, M. (2012). “Como não construir uma estrada: uma análise etnográfica dos efeitos socio-económicos de um projecto chinês de construção de infra-estruturas em Moçambique” in Sérgio Chichava & Chris Alden *A Mamba e o Dragão – relações Moçambique-China em Perspectiva*. Maputo: IESE/SAIIA, pp. 61-80.
- O’Laughlin, B. (2016). “Produtividade agrícola, planeamento e cultura do trabalho em Moçambique”. In L. Brito; C. N. Castel-Branco; S. Chichava; S. Forquilha; A. (orgs). *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 255-267.
- O’Laughlin, B. & Ibraimo, Y. (2013). “A expansão da produção de açúcar e o bem-estar dos trabalhadores agrícolas e comunidades rurais em Xinavane e Magude”. In *Cadernos IESE*, 12 pp. 1-90, disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_12p.pdf, acedido a 28.03.2017.
- Penvenne, J. (1993). *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Piepoli, S. (2008). “Empreendedorismo no feminino: os percursos de negociantes informais de Maputo”. In José Fialho Feliciano e Guilherme Fonseca-Statter (Coords) *Empresariado, Empreendedorismo e Desenvolvimento em Angola e Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, pp. 253-276.
- Quembo, C. (2012). “O poder do poder: Operação produção (1983) e a produção dos ‘improdutivos’ urbanos no Moçambique pós-colonial”. In *Cadernos de História de Moçambique*, 1, pp.65-81, disponível em <http://www.flcs.uem.mz/images/chist/CQuemboCdhM20121.pdf> acedido a 21/10/2016.
- Quembo, C. (2017). *Poder do Poder – Operação Produção e a invenção dos “improdutivos” urbanos no Moçambique socialista, 1853-1988*. Maputo: Alcance Editores.

- Rosas, F. (2001). “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. In *Análise Social*, 157: pp. 1031-1054.
- Santos, B. (2012). “Aquino de Bragança: criador de futuros, mestre de heterodoxias, pioneiro das epistemologias do Sul”. In Teresa Cruz e Silva; João Paulo Borges Coelho; e Amélia Neves de Souto (Org.) *Como fazer ciências sociais e humanas em África – questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: Codesria, pp. 13-61.
- Serra, C. (1980). “O capitalismo colonial na Zambézia 1855-1930”. In *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 33-52.
- Serra, C. (1995). *De la gestion des corps à la gestion des mentalités en Zambézia, Mozambique (1890/1983): rapport de domination, conformisme et déviance politiques, Thèse de doctorat en sociologie*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Silva, T. (2012). “Aquino de Bragança e as reflexões e respostas sobre a produção do conhecimento e as ciências sociais em África: Moçambique, lições aprendidas, lições esquecidas?”. In Teresa Cruz e Silva; João Paulo Borges Coelho; e Amélia Neves de Souto (Org.) *Como fazer ciências sociais e humanas em África – questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: Codesria, pp. 75-83.
- Sumich, J. (2008). “Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana”. In *Análise Social*, 43, pp. 319-345.
- Thomaz, O. (2002). *Ecos do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Tole, J. (1995). *Moçambique, Educação e Formação da Classe Estado, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos*. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Tullner, M. (1991). “Apontamento sobre a greve de 1917 no porto de caminho-de-ferro de Lourenço Marques”. In *Arquivo*, 9, pp. 45-58.
- Vail, L. & White, L. (1980) *Capitalism and Colonialism in Mozambique*. London: Heinemann.
- Wuyts, M. (1980). “Economia política do colonialismo português em Moçambique”. In *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 9-22.
- Wuyts, M. (1983). “Sul do Save: estabilização e transformação da força de trabalho”. In *Estudos Moçambicanos*, 3, pp. 33-44.
- Yates, D. (1996). *The Rentier State in Africa – Oil Rent Dependency and neo-colonialism in the Republic of Gabon*. Trenton: Africa World Press.

OUTRAS FONTES:

- AIM (03.05.2010) “1 de Maio: o trabalhador moçambicano deve deixar de reclamar”. In *A Verdade*, acessado em <http://www.verdade.co.mz/destaques/nacional/1-de-maio-o-trabalhador-mocambicano-deve-deixar-de-reclamar.html> consultado em 20.10.2010
- Hanlon, J. (27.09.2001) “Matando a Galinha dos Ovos de Ouro (7) – Quem ia ficar com o Banco Austral?”. In *Metical*, nº 1080, pg. 5.
- Serra, C. (01.10.2010) “*Os Moçambicanos são preguiçosos? (14)*” disponível em <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2010/10/os-mocambicanos-sao-preguicosos-13.html>, acessado a 21.10.2010.

Reflexões sobre uma prática de gestão *brodista* numa economia de relações sociais

João Feijó

Introdução

Em vários países da África subsaariana, as relações entre operadores económicos têm sido fortemente marcadas pela influência das relações familiares e de vizinhança nos processos de gestão. Ao longo deste texto pretende-se demonstrar a importância do capital social¹ para o sucesso de muitas unidades económicas, num contexto económico marcado pela descapitalização de grande parte dos empresários locais, pelo desemprego e pela importância da família alargada. A partir do termo inglês *brother*, frequentemente utilizado nas relações interpessoais para exprimir proximidade, utilizar-se-á o conceito *brodista* para designar sistemas organizacionais centrados na gestão de relações sociais. Propondo uma extensão dos modelos racionalistas weberianos de gestão, procura-se demonstrar que a racionalidade de muitos empresários locais reside, precisamente, no investimento em laços sociais, nomeadamente nos círculos políticos, nas confissões religiosas ou nas redes de vizinhança, capitalizando-os para fins económicos. Trata-se de caracterizar as práticas neo-patrimoniais e clientelistas de gestão, analisando as (dis)funcionalidades que exercem nos contextos locais, quer para os trabalhadores, quer para os detentores do capital. Ao longo do texto não deixará de se reflectir sobre os pressupostos epistemológicos inerentes a diversas concepções de desenvolvimento organizacional.

Liberalização dos mercados e exportação de novos modelos de gestão

A partir de meados da década de 1980, após um período de forte centralização económica, os Programas de Ajustamento Estrutural retiraram ao Estado o papel

1 Bourdieu (1986: 241-242), um dos primeiros autores a estruturar o conceito, define o capital social como sendo um conjunto de recursos de uma rede de contactos ou de um grupo, que um indivíduo pode mobilizar. O acesso a este capital social é obtido através da pertença a uma rede mais ou menos exclusiva, através do preenchimento de determinados requisitos. Para Bourdieu, o volume de capital social possuído por um determinado agente depende da dimensão da rede de conexões que pode efectivamente mobilizar, bem como do volume do capital (económico, cultural ou simbólico) de cada um dos indivíduos a que está conectado.

de motor da economia, passando a caber ao mercado o aparecimento de iniciativas de investimento e de crescimento empresarial. Da liberalização dos mercados, da privatização de empresas públicas e do aumento do investimento estrangeiro resultaram inúmeras pequenas e médias empresas no sector privado da economia, processo favorecido pela estabilidade política atingida na década de 1990, decorrente do fim da guerra civil.

Ao nível da produção académica, se até à década de 1980 as atenções dos analistas do desenvolvimento se centravam nas questões de política macroeconómica e no impacto dos grandes projectos Estatais, ou na formação e exploração da classe operária africana,² com a liberalização dos mercados, inúmeras atenções orientaram-se para a análise da empresa africana. A empresa privada deixou de ser concebida como um lugar de exploração da classe proletária³ passando a ser vista como um motor de progresso socioeconómico. O crescimento urbano insustentado (que caracteriza grandes cidades africanas), os problemas de desemprego e a precariedade da economia urbana têm suscitado uma nova corrente de investigações a propósito daquilo que a Organização Internacional do Trabalho designou de sector informal.⁴ Neste contexto socioeconómico, a antropologia do trabalho tem multiplicado uma série de estudos a propósito do que se designa de “*economia popular*” de “*economia espontânea*” (De Miras, 1984; Morice, 1987), de “*economia moral*” (Scott, 1985) ou de “*economia do afecto*” (Hyden, 1983). De uma forma geral, passou-se a conferir um particular enfoque ao mundo das microempresas africanas, dos pequenos empresários informais, inclusive das mulheres.⁵

Num contexto de ajustamento estrutural dos mercados e de reforço do papel da empresa enquanto agente de desenvolvimento, diversos pressupostos weberianos foram lançados para o debate científico. As novas políticas económicas presumem que a liberalização dos mercados conduz ao aumento da concorrência e, logo, à

2 Sobre esta questão em Moçambique veja-se, por exemplo, os trabalhos do CEA (1983), Madeira (1988) ou Penvenne (1993).

3 Como explica Copans (2000: 73), as investigações precedentes já tinham confirmado que as estratégias dos trabalhadores os conduziam mais para o auto-emprego do que para a reprodução operária.

4 A partir da análise dos casos de Luanda e de Maputo, Carlos Lopes (2003: 400) inclui, na designada economia informal, as actividades económicas legais realizadas por agentes económicos que escapam, parcial ou totalmente, às normas legais em matéria fiscal, laboral, social ou de registo estatístico. Trata-se de actividades económicas lícitas, realizadas geralmente em escala reduzida, utilizando frequentemente tecnologias adaptadas e recursos locais, com competências adquiridas sobretudo fora do sistema formal de ensino, com finalidade quase exclusiva de sobrevivência dos seus agentes e respectivas famílias. Integram-se nesta categoria as pequenas empresas, as microempresas, os trabalhadores independentes e o designado auto-emprego.

5 Note-se que as mudanças de discurso operadas nas últimas décadas, que vulgarizaram expressões como “*corrupção*” ou “*boa governação*”, demonstram que as prioridades das agendas de investigação estão sujeitas a novos processos de transformação. Como demonstra Hopkins (2000: 36), os economistas do desenvolvimento são pressionados no sentido de propor soluções, preferencialmente simples, de incremento do progresso e do bem-estar. Consequentemente, assiste-se a uma busca permanente por uma solução ideal que, uma vez implementada, frustrará expectativas iniciais. Daí resulta uma nova procura de fórmulas mágicas de desenvolvimento, envolvendo gerações de especialistas na (re)descoberta de receitas para o crescimento.

adopção de processos de gestão mais próximos do tipo legal-racional,⁶ conducentes a uma modernização das economias. O desenvolvimento adviria de uma postura perante a vida próxima da ética protestante fundadora do espírito capitalista.⁷ Estas premissas acompanham a internacionalização e a transferência de métodos de gestão desenvolvidos em países Ocidentais, bem como a deslocação de quadros técnicos portadores desses hábitos de trabalho. Trata-se de modelos importados de sociedades materialistas e de cariz mais individualista, onde frequentemente as solidariedades horizontais foram ofuscadas pelo Estado Providência. Produzidos em contextos meritocratas, estes *best sellers* da gestão tendem a basear-se no que designam de “boas práticas de gestão”, assentes em máximas como a “*escolha do homem certo para o lugar certo*”, condenando-se o nepotismo e práticas neo-patrimoniais.⁸ Trata-se de modelos exógenos, divulgados nos cursos de gestão de universidades locais, cujos diplomas, pela sua áurea de modernidade, conferem um importante capital simbólico aos recém-graduados, ainda que parte das técnicas apreendidas seja de complexa aplicação local.

Como veremos em seguida, diversas reflexões antropológicas sobre a gestão em empresas africanas (Henry, 1991; Hernandez, 1997; Labazée, 2000) têm sido unânimes em considerar que, neste continente, as relações sociais adquirem particular complexidade. Trata-se de sociedades de cariz relacional, marcadas pela debilidade do Estado Providência (e portanto dependentes de solidariedades horizontais), onde não deixam de se procurar

6 Para Max Weber (1996; 2003), a civilização ocidental acelerou, na era moderna, uma tendência de racionalização de inúmeros domínios da vida social, com destaque para o Estado, para o direito e para a economia capitalista. Num contexto de burocratização, a afectividade e as tradições foram excluídas e o cálculo, a previsão, o formalismo e a optimização dos meios com vista ao alcance dos objectivos foram constantemente aperfeiçoados. Foi neste cenário que Weber evidenciou a separação entre, por um lado, as comunidades familiares características da economia doméstica e, por outro, as comunidades de produção, instituições autónomas, dotadas de um capital próprio e de uma responsabilidade colectiva. De inspiração legal-racional, esta burocracia exerceu sobre a sociedade, sobre a empresa e sobre a vida humana uma obrigação de intelectualização, de tecnicização do pensamento e da acção. Weber considerou que a história Ocidental do direito se traduziu numa emancipação progressiva em relação a influências e legitimações extrínsecas, até se constituir num universo autónomo, dominado por especialistas competentes e organizado segundo regras formais precisas e claras, onde legalidade e legitimidade se passaram a confundir.

7 De acordo com Max Weber, a revolução industrial na Europa não teria sido possível sem a existência de uma mentalidade orientada para o lucro e para o investimento, atitude económica que explicou a partir daquilo que definiu de “*religião de salvação*” (Weber, 1996: 101). Analisando a ética de conduta protestante, Weber observou que o fiel se considerava constantemente vigiado por Deus e que a vida terrestre constituía um sacrifício (por meio de obras), para uma futura recompensa no além. A relação entre o praticante e o seu Deus assumia uma dimensão jurídica, de inferior para superior. De forma a tornar-se um eleito por Deus, o praticante via-se obrigado a disciplinar os seus comportamentos, colocando-o num alerta constante e numa ansiedade permanente. Para Weber, foi neste contexto que se tornou possível o desenvolvimento de um instinto de aquisição, de uma espécie de filosofia da avareza, de orientação ascética, que se tornou conduta obrigatória para o protestante. Não havia assim lugar para o ócio, para o prazer ou para a inacção, valores inclusivamente condenáveis. Promulgando o trabalho como valor inelutável, esta conduta facilmente se compatibilizou com o espírito do capitalismo. Estavam criadas as condições mentais (ética do trabalho) para uma orientação da economia para o lucro, para o constante investimento na produção e para o progresso industrial.

8 Para Max Weber (1983), assentando no direito próprio e absoluto do senhor, a dominação tradicional assume um carácter patrimonial. Este fenómeno acontece quando os recursos organizacionais e os cargos administrativos (e, por conseguinte, as oportunidades de lucro criadas pela ocupação de tais postos) são transformados em património privado, sob a égide de grupos dominantes. Essa apropriação do património público para fins privados não invalida, no entanto, que estes sejam qualitativamente distinguidos. A atitude patrimonial não obedece a critérios objectivos mas, pelo contrário, à esfera do livre arbítrio. Nesta perspectiva, entre o senhorio e os servidores desenvolvem-se relações ambivalentes. O poder patrimonial do senhor apoia-se nos seus súbditos e é por força desse poder que aquele alarga a extensão do seu arbítrio. Por sua vez, o servidor patrimonial pode retirar dividendos da proximidade do senhor, apropriando-se de oportunidades e de receitas oriundas do património. Os critérios de selecção não assentam apenas nas competências dos trabalhadores mas, sobretudo, na capitalização de interesses e de influências, tanto na comunidade local como no sector político. Os empregadores tendem, por isso, a recrutar os trabalhadores por entre os seus círculos de dependentes.

aplicar, sob uma racionalidade ocidental, modelos incompatíveis com as formas de organização de comunidades locais. Neste “*pronto-a-vestir do desenvolvimento*” (Henry, 2000: 112), e a coberto de uma suposta racionalidade económica, são os próprios preconceitos ocidentais que são exportados para sociedades locais.

Gestão da produção ou de relações sociais? Características da gestão *brothista*

Nas últimas décadas multiplicaram-se as análises académicas sobre o sector informal no continente africano (Henry, 1991; Labazée, 1991; Hernandez, 1998; Lopes, 2003), onde se destacaram a singularidade dos modos de gestão, pelo menos por comparação com empresas ocidentais. Copans (2000: 74) constata uma vontade de “*desenvolver*” este sector, tanto por parte de organismos internacionais, como por ONG, como até por governos africanos, o que tem dinamizado um considerável número de investigações empíricas sobre este “*novo mundo económico*”.

A partir do estudo da resistência à monetarização em contextos rurais tanzanianos e do papel e importância das redes sociais nos assuntos económicos, o politólogo sueco Hyden (1983) utilizou o conceito de “*affective economy*”. A economia do afecto reporta-se não às emoções e à afeição entre os indivíduos, mas à função das relações domésticas (definidas pelo parentesco ou não) e de vizinhança (como a troca de força de trabalho durante as colheitas)⁹, das comunidades religiosas e de outras redes de apoio na subsistência e sobrevivência dos indivíduos. O conceito procura exprimir essa lógica de solidariedade recíproca, promotora de uma comunidade providência, nomeadamente em contextos onde a acção social do Estado é muito pouco visível.¹⁰

Se o processo de liberalização económica não gerou mudanças profundas nas estruturas sociais camponesas, não deixou de se assistir a fortes movimentos migratórios para as zonas urbanas. Uma vez nas cidades, as primeiras e segundas gerações de migrantes tenderam a recriar alguns sistemas de reciprocidade, perpetuando-se relacionamentos e comportamentos próprios da economia do afecto. É em torno deste quadro cultural que os indivíduos estruturam estratégias de resposta às dificuldades quotidianas, através de grupos de entreaajuda ou de sistemas de poupança informal,¹¹ hoje observáveis em inúmeras cidades africanas.

9 A título de exemplo, o *Tsima/Nitimo* constitui uma prática através da qual um indivíduo ou agregado familiar, necessitando de mão-de-obra adicional, convida pessoas da comunidade, parentes ou não, para o apoiarem na realização de um determinado trabalho. A tarefa tem como recompensa a oferta de uma refeição conjunta e bebida (alcoólica ou não), a qual termina numa festa de confraternização entre os participantes (Dava, Low e Matusse, 1998: 322-325).

10 Esta distinção entre economia monetária e economia do afecto tem algum equivalente nos conceitos de solidariedade orgânica e solidariedade mecânica de Durkheim (1977: 148-153), de comunidade e sociedade de Tönnies (1979), ou na oposição Weberiana (1983) entre modelos de autoridade moderna e tradicional.

11 Em Maputo o *xitique* constitui uma prática de poupança colectiva muito popular, que consiste no depósito regular de uma quantia estabelecida de dinheiro, que é levantada rotativamente por cada um dos membros do grupo. O *xitique* possibilita a acumulação de fundos para a aquisição de diversos bens de consumo, como frigoríficos, televisores, mobiliário ou peças de vestuário (Dava, Low & Matusse, 1998: 356).

Esta economia do afecto apresenta alguma continuidade com aquilo que Marcel Mauss definiu de dádiva no domínio das relações económicas. Em *Essai sur le don*, o antropólogo francês constatou que, em comunidades da Melanésia, Polinésia e do Nordeste dos Estados Unidos, as relações económicas não assumiam a forma de compra e venda de bens ou de serviços mas de dádivas e de contra-dádivas obrigatórias. Diversas formas de consumo, participações em cerimónias, visitas ou até a destruição de bens valiosos constituíam obrigações sociais estruturadas numa lógica de reciprocidade. Dispor de um bem, seja através da oferta ou da sua destruição, representava a base para a formação de alianças e para a conquista de respeito social. Os contratos eram assim estabelecidos com base na oferta de um bem ou de um serviço e permeados por significados simbólicos diversos. Da mesma forma, em muitos contextos locais, trocar um bem não constitui simplesmente um acto económico, mas representa um acto social maior.¹² O objectivo inerente aos comportamentos sociais destas inúmeras comunidades não se relaciona com a acumulação, mas com a reciprocidade e respectivo reconhecimento social.

Hernandez (1998, 2000) recorre, por sua vez, ao conceito de paternalismo para caracterizar o modelo de gestão de recursos humanos que emana deste contexto da economia informal. O termo paternalismo é utilizado como metáfora para compreender as relações entre empregadores e empregados através das relações entre pais e filhos. O conceito procura demonstrar a transformação das relações de autoridade e de exploração, orientadas sob o imperativo do regulamento e do lucro, em relações éticas e afectivas, onde predomina o sentimento de dever para com um protector (Pinçon & Rendu, 1985). Trata-se de uma prática assente na disponibilização aos trabalhadores de um conjunto de benefícios sociais (relacionados por exemplo com a alimentação, com a habitação, com a saúde ou até com a escolarização), em troca de reduzidos índices salariais e que perpetuam a sua dependência em relação à empresa.¹³

12 Importa estabelecer algumas reservas na interpretação desta perspectiva sob pena de se seguir por três caminhos arriscados. Em primeiro lugar de não se conferir o devido destaque ao conflito, entre os actores sociais, pela detenção de recursos de poder, ou à importância daquele na estruturação das relações sociais ou enquanto factor de socialização dos indivíduos. Por outro lado, corre-se o risco de se cair num certo essencialismo das sociedades africanas, eternamente tradicionais e pré-modernas e avessas ao desenvolvimento capitalista. Esta segunda crítica parte de uma perspectiva linear da evolução das sociedades, de acordo com a qual o caminho do desenvolvimento constitui precisamente aquele experimentado pelas sociedades ocidentais. Em terceiro lugar corre-se o risco de se cair num certo exotismo, ao esquecermos que essas lógicas de reciprocidade «especificamente» africanas são, afinal, uma característica inerente às relações entre os homens, observáveis em inúmeros contextos geográficos.

13 Como explica Hernandez (2000: 100) o modelo paternalista de gestão de recursos humanos foi praticado essencialmente com três principais objectivos. Em primeiro lugar pretendia-se garantir o recrutamento, formação e fixação dos operários especializados, sobretudo em contextos de escassez de mão-de-obra qualificada. Em segundo lugar, afirmando a presença da empresa em diversos contextos da vida social (através do financiamento de habitações para os operários, de centros de convívio, de escolas, hospitais ou locais de culto) conseguia-se instaurar um controlo total em diversos aspectos da vida dos trabalhadores, neutralizando assim a emergência de movimentos sindicais. Por último, reforçava-se a legitimidade do patronato, melhorando a sua imagem junto da comunidade envolvente, disfarçando-se simbolicamente relações de dominação e criando-se sentimentos de proximidade.

De acordo com Maricourt (1996), ao contrário do Oriente,¹⁴ no Ocidente verificou-se uma rejeição do modelo paternalista.¹⁵ Aqui, a entrada na sociedade industrial foi acompanhada de profundas rupturas e perturbações sociais, traduzindo-se na emergência de uma classe capitalista, ávida de lucro. Maricourt classificou o modelo que emergiu de “*père abusif*”, orientado sobretudo para a satisfação dos interesses de uma burguesia em ascensão e não tanto para o dos seus assalariados.¹⁶

Contudo, em contextos onde o Estado Providência é menos visível encontra-se um terreno propício para a manutenção do sistema paternalista. Por um lado, trata-se de um modelo que se adapta com maior facilidade a contextos sociais de cariz colectivista, marcados pela maior importância da família e do grupo. Por outro lado, num sistema marcado pela debilidade ou ausência do Estado Providência, a empresa emerge como um espaço protector dos cidadãos, capaz de proporcionar o mínimo de segurança e de compensar um contexto socialmente precário. A este modelo de reciprocidade, observável em países em desenvolvimento, em África ou na Ásia, Maricourt (1996) classifica de “*père protecteur*”. Neste modelo, o sistema tende a ser aceite pela maioria dos subordinados, que não só percebem a existência de benefícios mútuos, como contribuem para um clima de maior consenso e estabilidade social. Comparativamente com o estado, a empresa proporciona uma maior protecção social ao trabalhador, o que pode ser gerador de uma particular motivação para os trabalhadores. A eficácia deste modelo reside, por isso, na estabilidade da cadeia de relações e na criação de redes clientelistas.

Em Moçambique, diversos autores têm analisado as singularidades das práticas de gestão em empresas do sector formal da economia (Lopes, 2000; Gomes, 2008; Feliciano, 2008; Feijó, 2015) demonstrando que o relativo sucesso destas organizações se deve, frequentemente, à capacidade de adaptar a sua estrutura organizacional aos imperativos de eficácia económica, mas também às características socioculturais da comunidade envolvente. Neste sentido, a partir do termo inglês *brother*, propõe-se a designação deste modelo de gestão de *brodista*. Frequentemente utilizado como vocativo nas relações interpessoais (independentemente dos intervenientes serem da mesma família), o termo *brother* exalta a importância da amizade, do afecto e da proximidade entre os indivíduos, ainda que não deixe de assumir um carácter utilitário. Como se abordará em seguida,

14 Maricourt (1996) considera que o Japão entrou na sociedade industrial moderna sem grandes rupturas ao nível da organização social e das relações com as elites tradicionais, assentes num modelo paternalista protector. O autor constatou uma atitude simultaneamente material e afectiva em relação aos assalariados em diversos espaços da sua vida, tanto no âmbito profissional como fora dele. No plano afectivo, as chefias consagram particular atenção a acontecimentos sociais relativos à vida dos seus subordinados (casamentos, nascimentos e funerais, etc.) e, no plano material, os benefícios podem ser bastante diversificados. O papel encorajador e protector das chefias é retribuído pelos funcionários por intermédio de uma lealdade e dedicação exclusiva à organização. Este tipo de relação é característica da força dos laços sociais entre os superiores e os subordinados, pela assunção de direitos e de obrigações recíprocas e da personalização das relações entre os mesmos.

15 O crescimento do Estado Providência na Europa e a consagração de direitos laborais (subsídios de desemprego, de alimentação, de reforma, de invalidez ou baixa médica, mediante contribuições para a segurança social) e sociais (direito à saúde, à educação ou à habitação) trouxeram uma série de benefícios aos cidadãos. Gradualmente, o Estado foi-se substituindo à sociedade civil na providência das populações, limitando o desenvolvimento de formas de solidariedade horizontal.

16 No mundo Ocidental, o conceito paternalismo adquiriu uma concepção claramente pejorativa, sobretudo pelo facto de não promover a emancipação e a autonomia dos colaboradores, perpetuando relações de dependência. Para o sociólogo Henri Vacquin (cf Hernandez, 2000: 98): “*Le paternalisme, ça ressemble à ça: c'est du despotisme avec la vaseline*”.

trata-se de práticas que adoptam procedimentos específicos ao nível da gestão interna – em termos de recrutamento e selecção, de formação de recursos humanos, de gestão dos tempos de trabalho ou dos sistemas de recompensa –, mas também ao nível da gestão das relações com o exterior, quer em termos de obtenção de financiamentos ou das relações com o Estado. Propõe-se uma abordagem sistémica das organizações, concebendo-as não como unidades isoladas, analisáveis em si mesmas, mas como sistemas complexos e abertos, que tecem um conjunto de trocas com o meio exterior, nomeadamente com a família e redes de vizinhança, com as confissões religiosas ou com o Estado, círculos estes que exercem uma importante influência sobre as práticas de gestão.

O recrutamento *brothista*

Como explica Henry (1991), a compreensão do funcionamento das empresas africanas exige a análise dos laços de proximidade que os respectivos agentes – dirigentes, chefias intermédias e restantes colaboradores – estabelecem com o espaço comunitário de origem, tanto ao nível dos valores locais, como em termos das redes de parentesco e de sociabilidade. Como reforça Hernandez (1998: 52-55), os responsáveis das empresas conhecem pressões sociais muito fortes por parte da família (no sentido mais alargado do conceito), no sentido de satisfazerem as inúmeras necessidades de emprego. Mais vasto que o grupo doméstico, Labazée (2000: 95) refere a existência de outros círculos de dependentes da empresa. Um segundo círculo tem origem nas confissões religiosas de pertença dos empregadores. Os campos político e associativo constituem um terceiro círculo onde podem ser capitalizados clientes e dependentes.

Neste cenário de pressão comunitária por um emprego, muitas empresas vêem-se obrigadas a operar com um número excessivo de trabalhadores que, ainda que auferindo baixos salários, não deixam de constituir um pesado custo para a organização. Contudo, importa relativizar qualquer relação linear entre este recrutamento de tipo comunitário e a irracionalidade económica ou a não rentabilidade das empresas. Labazée (2000: 89-91) ilustra, de facto, diferentes estratégias empresariais de recrutamento, em que a pressão dos próximos se vê progressivamente modificada, ou mesmo incorporada, sempre na óptica da rentabilidade.¹⁷ Se a família constitui um

17 Com efeito, Labazée (2000: 90-91) refere que no Burkina Faso (onde realizou inquéritos de terreno em 1979 e 1983) observou situações em que o empresário assume plenamente os constrangimentos comunitários aquando da escolha do seu pessoal (sendo o despedimento bastante raro e apenas em caso de roubos repetidos); outras em que o empresário pratica também o recrutamento familiar, mas que, face à maior concorrência do mercado ou à necessidade de pessoal qualificado, se vê obrigado a reduzir essa importância. Nestas situações, o autor constata que o empresário desloca a pressão comunitária para fora da empresa, através de ajudas materiais aos anciãos da aldeia, do acolhimento de dependentes escolares ou da participação em cerimónias. Trata-se de contrapartidas às restrições ao recrutamento privilegiado de elementos dos grupos comunitários. Pode, também, acontecer contratar familiares mas restringindo-os a lugares pouco qualificados. Labazée constata, ainda, um terceiro tipo de situações, em que a contratação privilegiada de elementos do grupo doméstico se insere numa estratégia explicitamente orientada para a redução dos encargos salariais e dos riscos de sindicalização. Numa lógica de direitos e obrigações comunitárias, a família alargada constitui um reservatório inesgotável de mão-de-obra, em que a convenção da solidariedade, reinterpretada pelos empregadores, se submete plenamente às lógicas económicas da rentabilidade.

elemento fundamental na estruturação das relações entre os indivíduos, não deixa de se constatar a existência de uma visão utilitarista da família.

Os sistemas de recompensa

Os índices salariais dos funcionários da maioria das empresas locais são marcados, sobretudo, pela precariedade. A remuneração nestas organizações tende a oferecer um conjunto de particularidades relacionadas com a arbitrariedade (dependente da boa vontade do empregador ao longo do exercício profissional) e com a instantaneidade (em função do sucesso dos negócios a cada momento, da oscilação e da disponibilidade financeira). As recompensas assumem, frequentemente, a forma de benefícios sociais relacionados com refeições e bens alimentares, presentes e outros benefícios. A compreensão e solidariedade dos colaboradores e membros da comunidade para com o empregador em momentos de crise financeira são constatadas por Henry (2000). Esta prática remuneratória constitui um trunfo importante para a empresa em períodos difíceis, conferindo ao empregador uma grande flexibilidade na gestão, evitando a redução dos postos de trabalho e consequente desemprego no meio envolvente.

A contratação de trabalhadores oriundos de círculos familiares e de vizinhança pode permitir a constituição de sistemas de compreensão mútua, que permitem à empresa sobreviver a períodos de crise, que seriam fatais para organizações assentes em lógicas legal-rationais, estreitamente dependentes do cumprimento de obrigações contratuais.

A formação profissional

Como demonstra Hernandez (1998: 54), o recurso a mão-de-obra aprendiz por parte dos empregadores do sector informal constitui uma prática comum em diversas regiões do continente africano. Nestas circunstâncias, não só a remuneração tende a ser ainda mais reduzida, como a família do aprendiz chega, frequentemente, a ter que financiar a realização dessa aprendizagem. As somas provenientes da formação do aprendiz constituem um rendimento complementar não negligenciável para a empresa. Se a presença deste pessoal numeroso e mal pago é incompatível com os princípios de gestão capitalistas, estas práticas permitem a sobrevivência da empresa, ainda que com fracos índices de produtividade.

Estes períodos de aprendizagem não possuem um limite claramente definido. Ainda que dois ou três anos fossem suficientes para o domínio do ofício, o estagiário pode permanecer durante muito mais tempo com o estatuto de aprendiz. Aliás, a relação mestre-aprendiz não cessa com um eventual abandono da empresa por parte do segundo. Ainda que abra o seu negócio, o ex-estagiário manter-se-á sob a influência paternalista do mestre. Por um lado não desaparecerá o reconhecimento de quem lhe transmitiu a arte e o iniciou no ofício. Por outro, as relações “*familiares*” tornaram-

se a base das relações profissionais. Como refere Ndione (1992): “*lorsque tu as été l'apprenti de quelqu'un, tu le restes à vie*”.

O recrutamento dos aprendizes enquadra-se num complexo sistema de direitos e obrigações. Se o proprietário tem deveres de cariz protector e paternalista para com o seu aprendiz, um facto é que da contratação de um estagiário resulta um alargamento do seu círculo de influência social e, portanto, uma maior probabilidade de retirar daí dividendos socioeconómicos. Uma vez mais, ainda que pareçam irracionais a um olhar estritamente economicista, um facto é que, pela forma como articulam as estratégias empresariais com as necessidades locais, estas práticas permitem a sobrevivência das organizações, em contextos de constrangimento e contrariedade. No interior desta lógica de gestão observam-se comportamentos de empresas eficientes e coerentes.

Os tempos de trabalho

Nos contextos em análise não se registou uma ruptura evidente entre a relação de trabalho e a relação social, pelo que o mercado de trabalho continua a constituir, simultaneamente, não só um espaço, como inclusive um mercado de relações sociais. Por este motivo, as relações de trabalho são aqui menos estandardizadas e as obrigações e os direitos dos trabalhadores não são definidos de forma contratual, pelo menos por comparação com padrões ocidentais. Neste contexto, e face à utilização de um elevado número de quadros, frequentemente oriundos do mesmo círculo social, proporciona-se uma grande confusão entre período de trabalho e período doméstico. De facto, os acontecimentos familiares e os constrangimentos da vida pessoal ou das actividades domésticas e agrícolas podem ser reconhecidos como justificações plausíveis para o absentismo ou para a fraca pontualidade. A fronteira entre actividade e inactividade torna-se pouco nítida. Contudo, os benefícios sociais proporcionados pelas políticas paternalistas podem constituir um mecanismo de gestão impulsionador da produtividade e da diminuição do absentismo. Para muitos trabalhadores, a empresa constitui a principal fonte de providência, em contextos onde a função de um Estado distribuidor é altamente precária.

Refira-se que, em relação aos empregadores, o seu tempo pessoal (assim como os seus recursos) também não é claramente separado do tempo da empresa, numa atitude de claro compromisso com a “tradição”. Face ao enorme investimento na durabilidade das relações pessoais e no comprometimento para com a comunidade, a realização de planeamentos e de previsões constitui um exercício complexo. A coordenação das mudanças é assegurada por intermédio de um investimento em relações pessoais duráveis. As decisões apoiam-se também em referências à sabedoria antiga, nos provérbios ou em citações de personalidades importantes (Hernandez, 2000: 102).

As fontes de financiamento

As políticas da banca privada orientam-se preferencialmente para a concessão de créditos às empresas que apresentam as melhores garantias de sucesso, o que passa pela elaboração e apresentação de projectos de investimento, estruturados e formalizados segundo requisitos que não são cumpridos por inúmeros empresários locais. Pela sua própria natureza e fragilidade, muitas micro, pequenas e médias empresas dificilmente são consideradas merecedoras de crédito pela banca. O desenvolvimento empresarial, quer ao nível do arranque inicial, quer nas suas operações de continuidade torna-se, assim, altamente dependente de apoios familiares, num claro retorno do investimento social realizado na comunidade (Labazée, 2000: 88). No caso concreto moçambicano, Feliciano (1996: 37) constata, inclusivamente, a importância da família como principal fonte de financiamento na constituição das suas actividades económicas.¹⁸

As relações com o Estado

Ao nível do relacionamento com o Estado, a existência de um *brother* num departamento governamental ou num importante organismo público pode-se revelar bastante útil ao longo de um processo de licenciamento, de fiscalização, num concurso público ou na libertação de desembolsos do Estado. A multiplicação de alianças e de parceiros processa-se numa lógica claramente clientelista, onde o investimento relacional constitui uma garantia de sobrevivência, num contexto de incerteza e precariedade. O sucesso das empresas prevê, assim, a existência de contactos próximos com a administração central ou local (Feliciano, 1996: 40; Labazée, 1995: 144-147; Fauré & Médard, 1995: 294), convertendo-se estes órgãos (através do detentor do cargo), em entidades de controlo dos processos de acumulação.¹⁹ O acesso ao poder abre um património privado de origem pública, tornando-se assim num bem económico. Mais do que um mero “*Gestor de Produção*”, o empresário local está consciente que também terá de ser um “*Relações Públicas*”.

Se a empresa africana se pode confundir com uma obra social protectora da comunidade (e não tanto como um meio de produção com exigências de produtividade), um facto é que a racionalidade da mesma reside precisamente no respeito para com o costume e a comunidade. Essa desconsideração pode implicar, inclusive, graves consequências económicas. O estudo das práticas empresariais sugere, de facto, que

18 De 19 empresários entrevistados por Fialho Feliciano (1996: 37), 10 referiram ter recebido empréstimos de familiares e amigos, sempre sem juros. Na banca, a concessão de crédito apresentou-se mais difícil. Contudo, duas mulheres e sete homens obtiveram um empréstimo bancário. Para Feliciano, uma importante fonte de financiamento dos empresários reside no capital de conhecimentos e na rede de influências adquirida, que os privilegia no acesso a informações e a oportunidades de negócio. De facto, 17 obtiveram apoios significativos de patronos coloniais, de amigos no poder político ou apoios derivados dos lugares políticos que ocupam.

19 É por este motivo que importa alargar o alcance do aforismo africano segundo o qual “*o cabrito come onde está amarrado*”. As estratégias de relacionamento analisadas sugerem que o cabrito adopta um papel bastante mais activo e consciente, pelo que se amarra onde pode comer.

a acumulação dos empresários africanos implica a existência de diferentes locais de sociabilidade, onde procuram conquistar, em contextos competitivos, posições de autoridade para fins estritamente económicos. Os laços comunitários estão no centro de uma economia de “*investimentos sociais*”, praticada com mais ou menos habilidade pelos empresários africanos. O parentesco, assim como as clientelas capitalizadas em diversos campos sociais, aparecem muitas vezes sob a forma de “*operadores de ligação*”, em função de interesses de ordem económica. Uma “*riqueza em homens*”, ou seja, em número de dependentes e clientes constitui uma condição para uma acumulação económica (Labazée, 2000: 88-94).

À luz destas constatações, importa flexibilizar a proposição weberiana uma vez que o sucesso económico resulta, muitas vezes, da manutenção de uma relação dupla com os colectivos privados: uma relação de “*investimento*” em que os empresários gastam tempo e dinheiro em estabelecer e depois a reproduzir o seu poder sobre as comunidades, e uma relação de “*conversão*”, em que estes laços de domínio são transformados em ligações funcionais na, ou para a empresa. É com base nestas reflexões que se relativizam interpretações de ordem culturalista, segundo as quais valores e normas comunitárias, características de África, restringem o domínio do económico no continente. A racionalidade económica dos homens de negócios não parece comprometida pelos seus investimentos sociais, e os laços comunitários constituem, inclusive, o único modelo de acesso a um campo económico, socialmente constituído.

(Dis)funcionalidades do modelo brodista de gestão

O modelo *brodista* de gestão que se procurou descrever apresenta um conjunto de potencialidades e limitações para o desenvolvimento organizacional e das economias locais. As vantagens foram já enunciadas. A rentabilização de contactos socio-políticos para fins económicos constituiu, na verdade, uma estratégia racional num cenário marcado pela incerteza e pelo oportunismo, mas também pela ausência de capital, de tecnologia ou de competências técnicas. Através da exploração de toda uma rede clientelista, as organizações conseguem contornar uma situação inicial pouco competitiva, em particular perante concorrentes internacionais, num cenário de liberalização económica e de penetração de capital estrangeiro.²⁰ Por outro lado, ainda que considere que um estilo paternalista de gestão possa conduzir ao servilismo e a

20 Na verdade, a emergência do grande empresariado nacional esteve intrinsecamente associado à respectiva proximidade com os centros de decisão. Ainda durante a guerra dos 16 anos, diversos *lobbies* associados ao poder militar competiram pelo controlo dos abastecimentos e fornecimentos de equipamentos e economato geral das forças armadas, geradores de elevadas comissões. Através de esquemas neo-patrimoniais, outras redes de poder instaladas acumularam capital por intermédio de créditos mal parados, de desvios financeiros do Orçamento Geral de Estado ou de processos fraudulentos como o caso do BCM e BPD. Entre 1987 e 1997 todos os membros da Comissão Política da Frelimo estiveram directamente envolvidos na criação de actividades empresariais ou integraram Conselhos de Administração (Mira, 2011: 9-13), pelo que a privatização de empresas estatais em Moçambique assentou num processo “*centrifugo*”.

formas de submissão extrema à autoridade, Dia (1992) referido por Hernandez (2000: 104-105), admite que a combinação de modelos simultaneamente hierárquicos e protectores da comunidade podem prevenir a indisciplina na empresa e limitar os conflitos sociais. Este estilo de gestão colmata as inúmeras carências do Estado ao nível da protecção social dos cidadãos ou da respectiva formação profissional, transformando as empresas numa verdadeira comunidade social, e não num simples tecido de relações contratuais.

Manguelle (1991 cf Hernandez, 2000) fornece, no entanto, uma opinião mais pessimista. O autor considera que este sistema social perpetua atitudes de submissão das populações para com as autoridades e para com ordens divinas. Condicionando o futuro a forças mágicas e sobrenaturais, o Homem limita a sua capacidade de influenciar o próprio destino. Estas atitudes conduzem, também, a uma reprodução de outras atitudes em relação ao tempo e à produtividade. Por outro lado, estes modelos de gestão conduzem à reprodução de um sistema social bastante hierarquizado, não contribuindo para a autonomia e participação das populações perpetuando, por isso, uma cultura política de súbdito ou paroquial.²¹ O sistema paternalista reforça o respeito para com a tradição, assim como a importância do carácter colectivo das sociedades, limitando a importância do indivíduo. Esta forte (inter)dependência em relação à família, que obriga muitas organizações a operar com um elevado número de quadros, condiciona a modernização tecnológica e o aumento da produtividade. Trata-se de uma prática que não favorece a inovação, a internacionalização, ou a eficácia, em prejuízo da qualidade da produção e da satisfação de consumidores.

Contornando o risco de essencialismo: algumas reflexões finais

Nas reflexões sobre a empresa e o empresário africano proliferam dois tipos de discurso aparentemente opostos. Uma primeira abordagem debruça-se sobre o processo de nascimento de um empresário de espírito moderno, submetido a métodos nascidos da racionalização e das leis puras da economia. A formalização da empresa passaria pela adopção de processos e técnicas modernas (contabilísticas, organigramas, análise de funções, avaliação de desempenho ou existência de quadros de controlo) conducentes

21 Almond & Verba (1963) definiram três tipos de culturas ao nível da participação política, que designaram de *paroquial*, de *súbdito* e de *participativa*. A cultura *paroquial* desenrola-se em estruturas de poder tradicional, politicamente descentralizadas e marcadas pela fraca visibilidade do Estado no dia-a-dia das populações. Os indivíduos não se envolvem no processo político-administrativo. A cultura de *súbdito* desenvolve-se no contexto de uma estrutura política autoritária e fortemente centralizada. Os sujeitos têm consciência do quadro normativo imposto pelo estado, mas não se envolvem nos processos de tomada de decisão nem têm expectativas de participação. Ao invés, na cultura de súbdito, os actores sociais adoptam atitudes passivas e obedientes perante as leis. A cultura *participativa* é característica dos sistemas democráticos, onde os indivíduos são politicamente mais activos e participantes. Os cidadãos reconhecem os seus direitos de cidadania e o dever do estado de se sujeitar à vontade geral. Os autores assinalam que a realidade não é estanque e que os indivíduos agem segundo traços destas três culturas políticas.

ao incremento da produtividade e à rentabilização dos recursos humanos.²² Por reacção, um segundo conjunto de abordagens não deixa de demonstrar o desfasamento destas formas de gestão relativamente a realidades socioculturais da África subsaariana, geradoras por isso de uma anomia social.²³ Trata-se, agora, de analisar a relação do empresário africano com as realidades locais, a importância conferida às solidariedades comunitárias, bem como as formas de gestão na fronteira do informal. De cariz mais antropológico, estas abordagens incidem sobre o hibridismo das práticas de gestão e de relacionamento, que tornam este sector bastante complexo. Estas abordagens procuram conhecer as especificidades da gestão dos recursos humanos em contextos locais, bem como da definição de estratégias económicas e comunitárias, com vista à previsão e ultrapassagem de constrangimentos e dificuldades.

Estas duas visões opostas da empresa e do empresário estruturam-se em torno de dois eixos opostos: o primeiro, assumindo a existência de uma racionalidade universal tem dificuldades de lidar com qualquer relativismo; o segundo, em nome de uma crítica indispensável da modernidade tende, pelo contrário, para um relativismo absoluto das práticas de gestão (Henry, 2000: 102). As duas abordagens opõem, ainda, dois conceitos claramente distintos: o de modernidade e o de pré-modernidade. A passagem de um sistema de dádiva para um de mercado pressupõe o abandono de lógicas tradicionais ou pré-modernas e a crescente monetarização das economias. Trata-se, contudo, de uma perspectiva linear da história,²⁴ segundo a qual os países em desenvolvimento teriam que seguir os mesmos processos de desenvolvimento experimentados pelos países ocidentais a partir do século XVIII e que ignora a possibilidade de outros processos de desenvolvimento económico, como os experimentados no sudeste asiático (Ponson, 1995). Fialho Feliciano (1996: 38) classifica, inclusive, esta oposição entre modernidade e tradição de “*grosseira*”, uma vez que o que está em questão não é a substituição de uma pela outra mas a sua conjugação. De facto, a tradição constitui algo constantemente produzido, recomposto e enriquecido pelas populações, na sua constante actualização de relações e memórias sociais. Desta forma, os processos ditos modernos e tradicionais misturam-se por todo o lado de uma forma inseparável. As próprias sociedades que se dizem

22 De acordo com Dia (1992), os projectos de desenvolvimento institucional que repousam neste tipo de abordagens assentam em três grandes postulados: numa concepção mecânica e linear da história do desenvolvimento; numa abordagem tecnológica da gestão partindo da ideia que a modernização passa obrigatoriamente pela assimilação dos métodos e técnicas de gestão ocidentais; e, finalmente, numa abordagem etnocêntrica da cultura, fundada na ideia de que toda a sociedade tenderá, por fim, a espessar os mesmos valores dos países desenvolvidos, e que a respectiva recusa seria sinónimo de subdesenvolvimento.

23 Procurando ilustrar os pressupostos etnocêntricos de consultores ocidentais, Henry (2000: 115) relembra um adágio africano segundo o qual “*O estrangeiro tem grandes olhos mas não vê nada*”.

24 É neste contexto que importa rever esta oposição ontológica entre modernidade e tradição. De facto, o pressuposto que o *homo modernus* consegue realizar uma separação do económico e do social bem como do campo da técnica do da política significa, no extremo, uma total transparência das sociedades modernas, libertas que estariam de ligações humanas e sempre submetidas a pressupostos científicos e intemporais. A assunção que as teorias económicas estão purificadas de contingências sociais e humanas constitui um claro preconceito em relação ao funcionamento das sociedades modernas. Nesta perspectiva, todos os modos de troca e de produção são simultaneamente económicos e sociais e não se encontra em nenhuma contexto social, nem inteiramente reunido nem totalmente ausente, o espírito capitalista analisado por Max Weber.

“modernas” estão sempre repletas de singulares mestiçagens. É por este motivo que o cerne da questão se prende com a análise da transformação existente, bem como das múltiplas formas pelas quais as sociedades africanas resistem ou se (re)adaptam às lógicas de monetarização, tal como foram assumidas pelas congéneres europeias. De facto, em contextos totalmente monetarizados e caracterizados pela forte competição pelo acesso a recursos de poder, práticas de recrutamento preferencial junto das redes familiares ou de vizinhança (portanto entre os *brothers*) não deixam de ser atravessadas por lógicas de cálculo e de lucro. Em processos de recrutamento e selecção, mesmo quando se estendem aos círculos familiares, tendem a ser exigidos aos candidatos consideráveis importâncias monetárias, em troca da respectiva colocação, que podem ir até ao pagamento dos primeiros salários (Feijó, 2015). Da mesma forma, num cenário capitalista, os próprios empregadores locais não deixam de estar preocupados com a diminuição das despesas correntes, pelo que se assiste a um esforço de contratualização das relações sociais, não obstante a persistência de expectativas paternalistas dos subordinados (ou seja, da parte do “filho”) que, quando não satisfeitas, são geradoras de tensão e conflito.

Por outro lado, o impacto da gestão *brodista* sobre a harmonia social das organizações africanas merece também as devidas reservas, sob risco de se cair numa perspectiva demasiado funcionalista, sobretudo se se considerarem as enormes desigualdades sociais e a forte hierarquização das suas estruturas, bem como o carácter pouco distributivo do “*Big Man*”²⁵ (Médard, 1992; Fauré & Médard, 1995) africano ou fenómenos de resistência passiva e de “*conflitualidade surda*” (Gomes, 1997). De facto, importa questionar os modelos de reciprocidade próprios desta lógica do afecto, analisando as tensões sociais inerentes a estas práticas, que lhes conferem um dinamismo particularmente complexo.²⁶ Na linha de George Simmel (1966), não é possível conceber uma vida comunitária se excluirmos as dimensões repulsivas e destrutivas das relações sociais. O conflito constitui não só um meio de conservar a relação social como, inclusivamente, uma das funções que as constituem. Uma inspiração culturalista acrítica e a consequente desvalorização das relações sociais e de poder são incompatíveis com uma análise científica e sociológica da empresa. Como demonstram Crozier & Friedberg (1977), as organizações constituem cenários de incerteza, de negociação e de lutas de poder, relacionadas com a disputa de recursos como o tempo, o conhecimento, o estatuto ou recursos económicos diversos. Os processos de conflito são inerentes a quaisquer contextos, sobretudo naqueles onde é mais acesa a competição pelo acesso a recursos de poder escassos. A interferência

25 Trata-se de um termo utilizado inicialmente por Sahlins (1963: 285-303) na análise dos sistemas sociais das ilhas do Pacífico, e recuperado posteriormente por outros autores no estudo das sociedades africanas.

26 Ao longo de análises anteriores (Feijó, 2015) constatou que, se existe uma expectativa paternalista dos trabalhadores em relação à empresa (cujo empregador tende a ser representado como um pai protector, num contexto de pobreza generalizada), da parte de vários empregadores, sobretudo do sector formal, não deixou de se assistir a um esforço de contratualização dessas relações, limitando desta forma as obrigações patronais.

de estratégias e expectativas de mobilidade na constituição de redes de sociabilidade no interior e exterior da empresa acabam por a transformar numa complexa arena de disputas e tensões, que modulam o funcionamento interno e externo da organização. Se a empresa constitui um espaço de cruzamento de interesses e estratégias pessoais de diversos actores, importa conhecer os conflitos inerentes às lógicas da “dádiva” e do “afecto” constatadas em muitos contextos africanos.

Referências

- Almond, G., & Verba, S. (1963). *The Civic Culture*. New Jersey: Princeton University Press.
- Bourdieu, P. (1986). “The forms of capital”. In John Richardson (Ed.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, pp. 241-258.
- CEA – Centro de Estudos Africanos (1983). *Organizar os trabalhadores nas machambas estatais: o caso do CALA – relatório nº 83/1*. Maputo: Centro de Estudos Africanos
- Copans, J. (2000). “Empresários e Empresas na antropologia e sociologia africanistas”. In Stephen Ellis & Yves-A. Fauré (coord) *Empresas e Empresários Africanos*. Lisboa: Vulgata, pp.69-84.
- Crozier, M. & Friedberg, E. (1977). *L'acteur et le système: Les Contraintes de l'action collective*. Paris: Éditions du Seuil.
- Dava, G., Low, J. & Matusse, C. (1998). “Mecanismos de ajuda mútua e redes informais de protecção social: estudo de caso das províncias de Gaza e Nampula e a Cidade de Maputo”. In *Pobreza e Bem-estar em Moçambique 1996-97*. Maputo: Ministérios do Plano e Finanças/ Universidade Eduardo Mondlane/Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares, pp. 316-370.
- De Miras, C. (1984). “De la formation du capital privé à l'économie populaire spontanée. Itinéraire d'une recherche en milieu urbain africain” In *Politique Africaine*, nº14, pp. 92-109.
- Dia, M. (1992). “Développement et valeurs culturelles en Afrique subsaharienne” In *Problèmes économiques*, Nº 2281, pp. 28-32.
- Durkheim, É. (1977). *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Editorial Presença.
- Fauré, Y. & Médard, J. (1995). “L'État-business et les politiciens entrepreneurs. Néopatrimonialisme et Big-Men: économie et politique” In Stephen Ellis & Yves-A. Fauré, *Entreprises et entrepreneurs africains*. Paris: Karthala, pp. 289-310.
- Feijó, J. (2015). *Orientações culturais e recursos de poder – relações laborais em Maputo*. Maputo: Alcance Editores.
- Feliciano, J. (1996). “Empresários e memória social: Percursos em Moçambique 1983/93” In *Economia Global e Gestão* 2, pp. 23-44.
- Feliciano, J. (2008). “Vinte anos de empresariado em Moçambique (1983-2004)” In José Fialho Feliciano e Guilherme Fonseca-Statter (Coords) *Empresariado, Empreendedorismo e Desenvolvimento em Angola e Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, pp. 5-25.
- Gomes, A. (1997). *A memória da submissão: Estudo das relações interculturais numa empresa mista em Moçambique*. Dissertação de mestrado. Estudos Africanos. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Omes, A. (2008). “Gestão Recriada em Moçambique – o caso da Propesca na Beira” In José Fialho Feliciano e Guilherme Fonseca-Statter (Coords) *Empresariado, Empreendedorismo*

- e Desenvolvimento em Angola e Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, pp. 156-185.
- Henry, A. (1991). “Vers un modèle du management africain”, *Cahiers d'études africaines*, 124, pp. 447-473.
- Henry, A. (2000). “Empresas modernas, empresas mestiças” In Stephen Ellis & Yves-A. Fauré, *Empresas e Empresários Africanos*. Lisboa: Vulgata, pp.101-115.
- Hernandez, É-M- (1997). *Le Management des entreprises africaines*, Paris, L'Harmattan.
- Hernandez, É-M- (1998). “La gestion des ressources humaines dans l'entreprise informelle africaine” In *Revue française de gestion*, N° 119, pp. 49-57.
- Hernandez, É-M. (2000). “Afrique: L'actualité du modele paternaliste” In *Revue française de gestion*, N° 128, pp. 98-106.
- Hopkins, A. (2000). “Os empresários africanos e o desenvolvimento de África” In Stephen Ellis & Yves-A. Fauré, *Empresas e Empresários Africanos*. Lisboa: Vulgata, pp.35-52.
- Hyden, G. (1983). *No Shortcuts to Progress: African Development Management in Perspective*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- Labazée, P. (1991). “Un terrain anthropologique a explorer: l'entreprise africaine” In *Cahiers d'étude africaines*, vol. 31, N° 124, pp. 533-552.
- Labazée, P. (2000). “Empresas, Promotores e Relações comunitárias: as lógicas económicas da gestão dos laços sociais” In Stephen Ellis & Yves-A. Fauré, *Empresas e Empresários Africanos*. Lisboa: Vulgata, pp. 85-99.
- Lopes, C. (2003). “O sector informal urbano em Luanda e Maputo: contrastes e semelhanças” In Isabel Castro Henriques (coord) *Novas relações com África: Que perspectivas? – actas do III Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico*. Lisboa: Vulgata, pp. 397-429.
- Lopes, A. (2000). *O papel dos valores e crenças africanas no tempo de trabalho circular, nas estratégias, na negociação das diferenças entre operários e dirigentes no corredor de Maputo*. Tese de Doutoramento em Administração. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Madeira, A. (1988). *Socialist Strategies of Development in Mozambique*, Master degree report in Sociology. London: London School of Economics and Political Science.
- Maricourt, R (1996). “Paternalisme au Japon et en Occident” In *Etudes*, 384, pp. 161-171.
- Médard, J-F (1992). “Le ‘Big Man’ en Afrique: Esquisse d'analyse du politicien entrepreneur” In *Année Sociologique* 42, pp. 167-192.
- Mira, F. (2011). “Os Corredores do Poder nas Elites Moçambicanas (1987-1994)”, comunicação apresentada na/o Prevenção e Resolução de Conflitos em África, Instituto de Defesa Nacional, 10 a 12 de Outubro.
- Morice, A. (1987). “A propos de l'économie populaire spontanée – pour une vision sócio-politique de la reproduction urbaine” In *Politique Africaine*, N° 18. Bordeaux : Institut d'études politiques de Bordeaux - Centre d'étude d'Afrique noire, pp. 114-125.
- Ndione, E. (1992). *Le Don et le recours ressorts de l'économie urbaine*. Dakar: Enda Tiers-monde.
- Penvenne, J. (1993). *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*, Colecção Estudos, N° 9. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Pinçon, M. & Rendu, P. (1985) “Un patronat paternel” in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 57/58, pp. 95-102.

- Ponson, B. (1995). "Entrepreneurs africains et asiatiques: Quelques comparaisons" In Stephen Ellis & Yves-A. Fauré, *Entreprises et entrepreneurs africains*. Paris: Karthala, pp. 99-104.
- Sahlins, M. (1963). "Poor Man, Rich Man, Big-Man, Chief: Political Types in Melanesia and Polynesia". *Comparative Studies in Society and History* 5 (3), pp. 285-303.
- Scott, J. (1985). *Weapons of the Weak*. New Haven: Yale University Press.
- Simmel, Georg (1966) *Conflict – the web of group-affiliations*. New York: The free press.
- Tönnies, F. (1979). *Comunidad y asociacion: el Comunismo y el socialismo como formas de vida social*. Barcelona: Ediciones Península.
- Weber, M (1983). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, Volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Weber, M (1996). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Weber, M. (2003). *Fundamentos da Sociologia*. Porto: Rés-Editora.

Publicações do IESE

Livros

Desafios para Moçambique 2017. (2017)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

Political Economy of Decentralisation in Mozambique: Dynamics, Outcomes, Challenges (2017)

Bernahard Weimer with João Carrilho

IESE: Maputo

Economia, Recursos Naturais, Pobreza e Política em Moçambique – Uma colectânea de textos (2017)

Luís de Brito e Fernanda Massarongo (organizadores)

IESE: Maputo

Desafios para Moçambique 2016. (2016)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/04/Desafios2016.pdf>

Desafios para Moçambique 2015. (2015)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2015/IESE-Desafios2015.pdf>

Questões sobre o desenvolvimento produtivo em Moçambique. (2015).

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/IESE_FAN_PT.pdf

Questions on productive development in Mozambique. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga (editors)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/IESE_FAN_EN.pdf

Desafios para Moçambique 2014. (2014)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, e António Francisco, Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014.pdf>

Desafios para Moçambique 2013. (2013)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, e António Francisco, Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//livros/des2013/IESE_Des2013.pdf

Envelhecer em Moçambique: Dinâmicas do Bem-Estar e da Pobreza (2013)

António Francisco, Gustavo Sugahara e Peter Fisker

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/IESE_DinPob.pdf

Growing old in Mozambique: Dynamics of well-being and Poverty (2013)

António Francisco, Gustavo Sugahara e Peter Fisker

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/IESE_DynPov.pdf

Moçambique: Descentralizar o Centralismo? Economia Política, Recursos e Resultados. (2012)

B. Weimer (organizador)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/Descent/IESE_Decimalizacao.pdf

A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique-China em Perspectiva. (2012)

Sérgio Chichava e C. Alden (organizador)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/MozChin/IESE_Mozam-China.pdf

Desafios para Moçambique 2012. (2012)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012.pdf

Governança em Moçambique: Recursos para Monitoria e Advocacia (2012)

Projecto de Desenvolvimento de um Sistema de Documentação e de Partilha de Informação, IESE

IESE: Maputo

Monitoria e Advocacia da Governança com base no Orçamento de Estado: Manual de Formação (2012)

Zaqueo Sande (Adaptação)

IESE: Maputo

Pequeno Guia de Inquérito por Questionário (2012)

Luís de Brito

IESE: Maputo

Desafios para Moçambique 2011. (2011)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2011/IESE_Des2011.pdf

Desafios para Moçambique 2010. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010.pdf

Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/economia/IESE_Economia.pdf

Protecção social: abordagens, desafios e experiências para Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/protecao/IESE_ProteccaoSocial.pdf

Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo.

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/pobreza/IESE_Pobreza.pdf

Cidadania e Governação em Moçambique – comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/cidadania/IESE_Cidadania.pdf

Reflecting on economic questions – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/ref/IESE_QEcon.pdf

Southern Africa and Challenges for Mozambique – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/South/IESE_South.pdf

Cadernos IESE

(Artigos produzidos por investigadores permanentes e associados do IESE. Esta colecção substitui as séries “Working Papers” e “Discussion Papers”, que foram descontinuadas).

Cadernos IESE nº 16: *A cobertura da China na imprensa moçambicana: Repercussões para o soft power chinês.* (2015)

Sérgio Chichava, Lara Côrtes & Aslak Orre

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad16.PDF

Cadernos IESE nº 15: *Plágio em Cinco Universidades de Moçambique: Amplitude, Técnicas de Detecção e Medidas de Controlo.* (2015)

Peter E. Coughlin

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad15.pdf

Cadernos IESE nº 14P: *Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008-2012).* (2015)

Luís de Brito, Egídio Chaimite, Crescêncio Pereira, Lúcio Posse, Michael Sambo e Alex Shankland

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad14.pdf

Cadernos IESE nº 13E: *Participatory Budgeting in a Competitive-Authoritarian Regime: A Case Study (Maputo, Mozambique).* (2014)

William R. Nylen

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad13_Eng.pdf

Cadernos IESE nº 13P: *O orçamento participativo num regime autoritário competitivo: um estudo de caso (Maputo, Moçambique).* (2014)

William R. Nylen

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad13_Port.pdf

Cadernos IESE nº 12E: *The Expansion of Sugar Production and the Well-Being of Agricultural Workers and Rural Communities in Xinavane and Magude.* (2013)

Bridget O’Laughlin e Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_12e.pdf

Cadernos IESE nº 12P: *A Expansão da Produção de Açúcar e o Bem-Estar dos Trabalhadores Agrícolas e Comunidades Rurais em Xinavane e Magude.* (2013)

Bridget O’Laughlin e Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_12p.pdf

Cadernos IESE nº 11: *Protecção Social no Contexto da Transição Demográfica Moçambicana.* (2011)

António Alberto da Silva Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_11_AFrancisco.pdf

Cadernos IESE nº 10: *Protecção Social Financeira e Demográfica em Moçambique: oportunidades e desafios para uma segurança humana digna.* (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_10_AFRA.pdf

Cadernos IESE nº 9: *Can Donors 'Buy' Better Governance? The political economy of budget reforms in Mozambique.* (2011)

Paolo de Renzio

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_09_PRenzio.pdf

Cadernos IESE nº 8: *Desafios da Mobilização de Recursos Domésticos – Revisão crítica do debate.* (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_08_CNCRB.pdf

Cadernos IESE nº 7: *Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership.* (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_07_CNCRB.pdf

Cadernos IESE nº 6: *Enquadramento Demográfico da Protecção Social em Moçambique.* (2011)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_06_AF.pdf

Cadernos IESE nº 5: *Estender a Cobertura da Protecção Social num Contexto de Alta Informalidade da Economia: necessário, desejável e possível?* (2011)

Nuno Cunha e Ian Orton

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_05_Nuno_Ian.pdf

Cadernos IESE nº 4: *Questions of health and inequality in Mozambique.* (2010)

Bridget O'Laughlin

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_04_Bridget.pdf

Cadernos IESE nº 3: *Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique: a propósito do lançamento de três livros do IESE.* (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_03_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 2: *Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na Democracia moçambicana?* (2010)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_02_SC.pdf

Cadernos IESE nº 1: *Economia Extractiva e desafios de industrialização em Moçambique.* (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf

Working Papers

(Artigos em processo de edição para publicação. Colecção descontinuada e substituída pela série “Cadernos IESE”)

WP nº 1: *Aid Dependency and Development: a Question of Ownership? A Critical View.* (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/AidDevelopmentOwnership.pdf>

Discussion Papers

(Artigos em processo de desenvolvimento/debate. Colecção descontinuada e substituída pela série “Cadernos IESE”)

DP nº 6: *Recursos naturais, meio ambiente e crescimento económico sustentável em Moçambique.* (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/DP_2009/DP_06.pdf

DP nº 5: *Mozambique and China: from politics to business.* (2008)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_05_MozambiqueChinaDPaper.pdf

DP nº 4: *Uma Nota sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique.* (2008)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_04_Uma_Nota_Sobre_o_Voto_Abstencao_e_Fraude_em_Mocambique.pdf

DP nº 3: *Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique.* (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_03_2008_Desafios_DesenvRural_Mocambique.pdf

DP nº 2: *Notas de Reflexão sobre a “Revolução Verde”, contributo para um debate.* (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/Discussion_Paper2_Revolucao_Verde.pdf

DP nº 1: *Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique.* (2008)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_01_ArtigoEtnicidade.pdf

Boletim IDeIAS

(Boletim que divulga resumos e conclusões de trabalhos de investigação)

Nº 96: *A “Operação Lava Jato” Vista de Moçambique* (2017)

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/07/ideias_96.pdf

Nº 95P: *Diversidade de Estratégias de Crescimento Económico na CPLP* (2017)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/07/boletim-ideias_95p.pdf

Nº 95E: *Diversity of Economic Growth Strategies in the CPLP* (2017)

António Francisco e Moisés Siúta

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/07/IDeIAS-95e-1.pdf>

Nº 94: *Porquê Moçambique precisa da Descentralização? Alguns subsídios para o debate* (2017)

Salvador Forquilha

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/06/IESE_Ideias94.pdf

Nº 93P: *A Face Oculta do Orçamento do Estado Moçambicano: Saldos de Caixa são fictícios?* (2017)

António Francisco e Ivan Semedo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/03/IESE_Ideias93.pdf

Nº 93E: *The Hidden Face of the Mozambican State Budget: Are the cash balances fictitious?* (2017)

António Francisco e Ivan Semedo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/03/IESE_Ideias93e.pdf

Nº 92: *Administração eleitoral em Moçambique: reformas necessárias* (2016)

Egídio Chaimite

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/10/IESE_IDeIAS92.pdf

Nº 91P: *De Novo a Questão dos Saldos Rolantes na Conta Geral do Estado* (2016)

António Francisco e Ivan Semedo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/09/IESE_IDeIAS91.pdf

Nº 91E: *Once again the question of the rolling balances on the General State Account*

António Francisco e Ivan Semedo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/09/IESE_Ideias91e.pdf

Nº 90P: *Geração de emprego e condições sociais de trabalho nas plantações agro-industriais em Moçambique* (2016)

Rosimina Ali e Carlos Muianga

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias90.pdf

Nº 90E: *Job creation and social conditions of labour on the agro-industrial plantations in Mozambique*

Rosimina Ali e Carlos Muianga

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/09/IESE_IDeIAS90e.pdf

Nº 89P: *Crónica de uma crise anunciada: dívida pública no contexto da economia extractiva* (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias89.pdf

Nº 89E: *Chronicle of a Crisis Foretold in Advance: Public Debt in the Context of the Extractive Economy*

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/07/IESE_Ideias89e.pdf

Nº 88P: *Cenários, Opções Dilemas de Política face à Ruptura da Bolha Económica* (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias88.pdf

Nº 88E: *Scenarios, Options and Policy Dilemmas faced with the Bursting of the Economic Bubble*

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_IDeIAS88e.pdf

Nº 87P: *Rebatendo Mitos do Debate sobre a Dívida Pública em Moçambique* (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias87.pdf

Nº 87E: *Refuting Myths in the Debate about the Public Debt in Mozambique*

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_IDeIAS87e.pdf

Nº 86P: *A dívida secreta moçambicana: impacto sobre a estrutura da dívida e consequências económicas* (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias86.pdf

Nº 86E: *Mozambique's Secret Debt: The Impact on the Structure of the Debt and the Economic Consequences* (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/07/IESE_IDeIAS86e.pdf

Nº 85P: *Introdução à problemática da dívida pública: contextualização e questões imediatas* (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/05/IESE_Ideias85.pdf

Nº 85E: *Introduction to the public debt problematic: context and immediate questions* (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_IDeIAS85e.pdf

Nº 84: *Recenseamento eleitoral em Moçambique: um processo sinuoso* (2016)

Egídio Chaimite

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/04/IESE_Ideias84.pdf

Nº 83: *Rever o sistema eleitoral* (2016)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/04/IESE_Ideias83.pdf

Nº 82P: *Saldos Rolantes no Orçamento do Estado Moçambicano: Nyusi Encontrou Cofres Vazios?* (2016)

António Franciso & Ivan Semedo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias82.pdf

Nº 82E: *Rolling Balances in the Mozambican State Budget: Did Nyusi Find the Coffers Empty?* (2016)

António Franciso & Ivan Semedo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_IDeIAS82e.pdf

Nº 81: *Moçambique: Um dos Piores Países para os Idosos. Porquê?* (2015)

António Franciso & Gustavo Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias81.pdf

Nº 80: *Vulnerabilidade dos estratos urbanos pobres: caso da pobreza alimentar em Maputo.* (2015)

Oksana Mandlate

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias80.pdf

Nº 77P: *Estratégias de crescimento económico e desenvolvimento na CPLP.* (2015)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias77p.pdf

Nº 77E: *Economic growth and development strategies in the CPLP.* (2015)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias77e.pdf

Nº 76: *Dilemas das ligações produtivas entre empresas numa economia afunilada.* (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Oksana Mandlate, e Epifânia Langa

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias76.pdf

Nº 75: *Padrões de investimento privado e tendências especulativas na economia moçambicana.* (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias75.pdf

Nº 74: *Acumulação Especulativa e Sistema Financeiro em Moçambique.* (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias74.pdf

Nº 73: *Estado e a Capitalização do Capitalismo Doméstico em Moçambique.* (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias73.pdf

Nº 72: *Finança Islâmica: Quando Terá Moçambique um Sistema Financeiro Halal?* (2015)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias72.pdf

Nº 71: *Dívida pública, acumulação de capital e a emergência de uma bolha económica.* (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Fernanda Massarongo e Carlos Muianga

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias71.pdf

Nº 70: *Autonomização local para quê? Questões económicas no debate sobre autonomia local.* (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias70.pdf

Nº 69: *Por que é que a emissão de obrigações do Tesouro não é a melhor alternativa para financiar o reembolso do IVA às empresas?* (2015)

Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias69.pdf

Nº 68P: *Consumo Agregado Moçambicano: Evolução e Relevância Estratégica.* (2015)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_68.pdf

Nº 68E: *Mozambican Aggregate Consumption: Evolution and Strategic Relevance* (2015)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias68e.pdf

Nº 67: *O Gigaprojecto que Poderá Transformar a Economia Moçambicana? Pró e Contra o Projecto de GNL Moçambique.* (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_67.pdf

Nº 66P: *Reformas de descentralização e serviços públicos agrários em Moçambique: Porquê os desafios persistem?* (2014)

Salvador Forquilha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_66p.pdf

Nº 66E: *Decentralisation reforms and agricultural public services in Mozambique: Why do the challenges persist?* (2014)

Salvador Forquilha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_66e.pdf

Nº 65P: *Por Que Moçambique Ainda Não Possui Pensão Universal Para Idosos?* (2014)

António Francisco e Gustavo Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_65p.pdf

Nº 65E: *Why Mozambique Still Does Not Have a Universal Pension For The Elderly?* (2014)

António Francisco e Gustavo Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_65e.pdf

Nº 64P: *Poupança interna: Moçambique e os outros.* (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_64p.pdf

Nº 64E: *Domestic savings: Mozambique and the others.* (2014)

António Francisco and Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_64e.pdf

Nº 63P: *Poupança interna moçambicana: 2000-2010, uma década inédita.* (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/ideias_63p.pdf

Nº 63E: *Mozambican domestic savings: 2000-2010, an unprecedented decade.* (2014)

António Francisco and Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_63e.pdf

Nº 62: *Medias e campanhas eleitorais.* (2014)

Crescêncio Pereira

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_62.pdf

Nº 61: *Indignai-vos!* (2014)

Egídio Chaimite

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_61.pdf

Nº 60: *Ligações entre os grandes projectos de IDE e os fornecedores locais na agenda nacional de desenvolvimento.* (2014)

Oksana Mandlate

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_60.pdf

Nº 59: *A Política Macroeconómica e a Mobilização de Recursos para Financiamento do Investimento Privado em Moçambique.* (2014)

Fernanda Massarongo e Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_59.pdf

Nº 58: *As “revoltas do pão” de 2008 e 2010 na imprensa.* (2013)

Crescêncio Pereira, Egídio Chaimite, Lucio Posse e Michael Sambo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_58.pdf

Nº 57: *Cheias em Chókwe: um exemplo de vulnerabilidade.* (2013)

Crescêncio Pereira, Michael Sambo e Egídio Chaimite

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_57.pdf

Nº 56: *Haverá Possibilidade de Ligação Entre Grupos de Poupança e Crédito Cumulativo Informais e Instituições Financeiras Formais?* (2013)

Fernanda Massarongo, Nelsa Massingue, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_56.pdf

Nº 55: *Ligações com mega projectos: oportunidades limitadas a determinados grupos.* (2013)

Epifania Langa

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_55.pdf

Nº 54P: *Viver mais para viver pior?* (2013)

Gustavo Sugahara, António Francisco, Peter Fisker

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_54e.pdf

Nº 54E: *Is living longer living better?* (2013)

Gustavo Sugahara, António Francisco, Peter Fisker

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_54p.pdf

Nº 53: *Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann (3).* (2013)

Sayaka Funada-Classen

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_53.pdf

Nº 52: *Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann (2).* (2013)

Sayaka Funada-Classen

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_52.pdf

Nº 51: *Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann.* (2013)

Sayaka Funada-Classen

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_51.pdf

Nº 50: *Uma reflexão sobre o calendário e o recenseamento eleitoral para as eleições autárquicas de 2013.* (2013)

Domingos M. Do Rosário

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_50.pdf

Nº 49: *Os mitos por trás do PROSAVANA.* (2013)

Natália N. Fingermann

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_49.pdf

Nº 48P: *Sobre resultados eleitorais e dinâmica eleitoral em Sofala.* (2013)

Marc de Tollenaere

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_48p.pdf

Nº 48E: *Analysing elections results and electoral dynamics in Sofala.* (2013)

Marc de Tollenaere

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_48e.pdf

Nº 47: *Moçambique: Entre Estagnação e Crescimento.* (2012)

António Alberto da Silva Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_47.pdf

Nº 46P: *Desafios da Duplicação da População Idosa em Moçambique.* (2012)

António Francisco & Gustavo Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_46p.pdf

Nº 46E: *The Doubling Elderly: Challenges of Mozambique's Ageing Population.* (2012)

António Francisco & Gustavo Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_46e.pdf

Nº 45: *Moçambique e a Explosão Demográfica? Somos Muitos? Somos Poucos?* (2012)

António Alberto da Silva Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_45.pdf

Nº 44: *Taxas Directoras e Produção Doméstica.* (2012)

Sófia Armacy

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_44.pdf

Nº 43P: *ITIEM—Análise dos Obstáculos legais, Transparência do Regime Fiscal e Completa Adesão à ITIE.* (2012)

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_43p.pdf

Nº 43E: *MEITI – Analysis of the Legal Obstacles, Transparency of the Fiscal Regime and Full Accession to EITI.* (2012)

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_43E.pdf

Nº 42P: *Análise ao Exercício de Reconciliação do Segundo Relatório da ITIE em Moçambique.* (2012)

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_42p.pdf

Nº 42E: *Analysis of the Reconciliation Exercise in the Second Report of EITI in Mozambique.* (2012)

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_42e.pdf

Nº 41: *Estado e Informalidade: Como Evitar a “Tragédia dos Comuns” em Maputo?* (2012)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_41.pdf

Nº 40: *“Moçambique no Índice de Desenvolvimento Humano”: Comentários.* (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_40.pdf

Nº 39: *Investimento directo chinês em 2010 em Moçambique: impacto e tendências.* (2011)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_39.pdf

Nº 38: *Comissão Nacional de Eleições: uma reforma necessária.* (2011)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_37.pdf

Nº 37P: *Envelhecimento Populacional em Moçambique: Ameaça ou Oportunidade?* (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Gustavo T.L. Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_37p.pdf

Nº 37E: *Population Ageing in Mozambique: Threat or Opportunity.* (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Gustavo T.L. Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_36e.pdf

Nº 36: *A Problemática da Protecção Social e da Epidemia do HIV-SIDA no Livro Desafios para Moçambique 2011.* (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_36.pdf

Nº 35P: *Será que Crescimento Económico é Sempre Redutor da Pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique.* (2011)

Marc Wuyts

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35P.pdf

Nº 35E: *Does Economic Growth always Reduce Poverty? Reflections on the Mozambican Experience.* (2011)

Marc Wuyts

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35E.pdf

Nº 34: *Pauperização Rural em Moçambique na 1ª Década do Século XXI.* (2011)

António Francisco e Simão Muhorro

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_34.pdf

Nº 33: *Em que Fase da Transição Demográfica está Moçambique?* (2011)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_33.pdf

Nº 32: *Protecção Social Financeira e Protecção Social Demográfica: Ter muitos filhos, principal forma de protecção social em Moçambique?* (2010)

António Francisco, Rosimina Ali e Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf

Nº 31: *Pobreza em Moçambique põe governo e seus parceiros entre a espada e a parede.* (2010)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_31.pdf

Nº 30: *A dívida pública interna mobiliária em Moçambique: alternativa ao financiamento do défice orçamental?* (2010)

Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_30.pdf

Nº 29: *Reflexões sobre a relação entre infra-estruturas e desenvolvimento.* (2010)

Carlos Uilson Muianga

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_29.pdf

Nº 28: *Crescimento demográfico em Moçambique: passado, presente...que futuro?* (2010)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_28.pdf

Nº 27: *Sociedade civil e monitoria do orçamento público.* (2009)

Paolo de Renzio

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_27.pdf

Nº 26: *A Relatividade da Pobreza Absoluta e Segurança Social em Moçambique.* (2009)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_26.pdf

Nº 25: *Quão Fiável é a Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique? Uma Análise Crítica dos Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique.* (2009)

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_25.pdf

Nº 24: *Sociedade Civil em Moçambique e no Mundo.* (2009)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_24.pdf

Nº 23: *Acumulação de Reservas Cambiais e Possíveis Custos derivados - Cenário em Moçambique.* (2009)

Sofia Amarcy

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_23.pdf

Nº 22: *Uma Análise Preliminar das Eleições de 2009.* (2009)

Luis de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_22.pdf

Nº 21: *Pequenos Provedores de Serviços e Remoção de Resíduos Sólidos em Maputo.* (2009)

Jeremy Grest

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_21.pdf

Nº 20: *Sobre a Transparência Eleitoral.* (2009)

Luis de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_20.pdf

Nº 19: *“O inimigo é o modelo”! Breve leitura do discurso político da Renamo.* (2009)

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_19.pdf

Nº 18: *Reflexões sobre Parcerias Público-Privadas no Financiamento de Governos Locais.* (2009)

Eduardo Jossias Nguenha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_18.pdf

Nº 17: *Estratégias individuais de sobrevivência de mendigos na cidade de Maputo: Engenhosidade ou perpetuação da pobreza?* (2009)

Emílio Dava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_17.pdf

Nº 16: *A Primeira Reforma Fiscal Autárquica em Moçambique.* (2009)

Eduardo Jossias Nguenha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_16.pdf

Nº 15: *Protecção Social no Contexto da Bazarconomia de Moçambique.* (2009)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_15.pdf

Nº 14: *A Terra, o Desenvolvimento Comunitário e os Projectos de Exploração Mineira.* (2009)

Virgílio Cambaza

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_14.pdf

Nº 13: *Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda.* (2009)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_13.pdf

Nº 12: *Armando Guebuza e a pobreza em Moçambique.* (2009)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_12.pdf

Nº 11: *Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento Sustentável.* (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_11.pdf

Nº 10: *Indústrias de Recursos Naturais e Desenvolvimento: Alguns Comentários.* (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_10.pdf

Nº 9: *Informação Estatística na Investigação: Contribuição da investigação e organizações de investigação para a produção estatística.* (2009)

Rosimina Ali, Rogério Ossemane e Nelsa Massingue

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_9.pdf

Nº 8: *Sobre os Votos Nulos.* (2009)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_8.pdf

Nº 7: *Informação Estatística na Investigação: Qualidade e Metodologia.* (2008)

Nelsa Massingue, Rosimina Ali e Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_7.pdf

Nº 6: *Sem Surpresas: Abstenção Continua Maior Força Política na Reserva em Moçambique... Até Quando?* (2008)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_6.pdf

Nº 5: *Beira – O fim da Renamo?* (2008)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_5.pdf

Nº 4: *Informação Estatística Oficial em Moçambique: O Acesso à Informação.* (2008)

Rogério Ossemane, Nelsa Massingue e Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_4.pdf

Nº 3: *Orçamento Participativo: um instrumento da democracia participativa.* (2008)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_3.pdf

Nº 2: *Uma Nota sobre o Recenseamento Eleitoral.* (2008)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_2.pdf

Nº 1: *Conceptualização e Mapeamento da Pobreza.* (2008)

António Francisco e Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_1.pdf

Relatórios de Investigação

Crónicas de uma eleição falhada. (2016)

Luís de Brito (ed.)

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/IESE_RR1.pdf

Murrupula: um distrito abstencionista (2016)

Egídio Chaimite e Salvador Forquilha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/IESE_RR2.pdf

Afinal nem todos votam em Manjacaze (2016)

Egídio Chaimite e Salvador Forquilha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/IESE_RR3.pdf

Beira – Clivagens Partidárias e Abstenção Eleitoral (2017)

Salvador Forquilha

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/02/IESE-Relatorio-4-WEB.pdf>

2014 – Um inquérito sobre a abstenção (2016)

Luís de Brito

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/02/IESE-Relatorio-5-WEB.pdf>

Moçambique: Avaliação independente do desempenho dos PAP em 2009 e tendências de desempenho no período 2004-2009. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco, Rogério Ossemame e Sofia Amarcy

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/2010/PAP_2009_v1.pdf

Current situation of Mozambican private sector development programs and implications for Japan's economic cooperation – case study of Nampula province. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue and Rogério Ossemame

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Relatorio_Japao_final.pdf

Mozambique Independent Review of PAF's Performance in 2008 and Trends in PAP's Performance over the Period 2004-2008. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco, Rogério Ossemame, Nelsa Massingue and Rosimina Ali.

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/PAPs_2008_eng.pdf (também disponível em língua Portuguesa no link http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/PAPs_2008_port.pdf).

Mozambique Programme Aid Partners Performance Review 2007. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco, Carlos Vicente and Nelsa Massingue

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/PAPs_PAF_2007.pdf